

ADRIANA DORFMAN

**CONTRABANDISTAS NA FRONTEIRA GAÚCHA:
ESCALAS GEOGRÁFICAS E REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS**

Florianópolis

2009

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ADRIANA DORFMAN

CONTRABANDISTAS NA FRONTEIRA GAÚCHA:
ESCALAS GEOGRÁFICAS E REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS

Orientadora: Professora Dra. Leila Christina Dias
Co-orientadora: Professora Dra. Lia Osório Machado

TESE DE DOUTOURADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, abril de 2009.

**Contrabandistas na fronteira gaúcha:
escalas geográficas e representações textuais**

Adriana Dorfman

Coordenador da Pós-Graduação: Prof. Dr. Carlos Espíndola

Tese de doutoramento submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

Presidente: _____

Profª Drª Leila Christina Dias (UFSC)

Membro: _____

Profª Drª Lia Osório Machado (UFRJ)

Membro: _____

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Membro: _____

Prof. Dr. Bernardo Lewgoy (UFRGS)

Membro: _____

Prof. Dr. Carlos Eduardo Schmidt Capela (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa (UFF)

Florianópolis-SC, 17 de abril de 2009.

AGRADECIMENTOS

Sendo trabalho de longos anos, em envolvimento integral, muitas pessoas próximas a mim participaram da pesquisa e escrita desta tese. Meus estudos na Geografia têm sido acompanhados da amizade dos colegas e da presença inspiradora de professores, sendo realizados graças a bolsas da CAPES e do CNPq e ao apoio da Universidade Pública no Brasil, da qual sou fruto.

Serei sempre grata à minha orientadora Prof^a Dr^a Leila Christina Dias, a quem respeito em todos os âmbitos da vida profissional e afetiva. Outra mestra essencial nessa jornada tem sido a genial Prof^a Dr^a Lia Osório Machado. Orgulho-me de ter estudado com elas. Os professores Alain Musset, Álvaro Lopez Gallero, Álvaro Luiz Heidrich, Arno Lehnen, Bernard Reitel, Carlos Eduardo Schmidt Capela, Gervásio Neves, Hélène Velasco, Léa Masina, Lidia Schiavoni, Ligia Chiappini, Luis Fernando Scheibe, Maria Luíza Berwanger da Silva, Marie-Vic Ozouf-Marignier, Michel Collot, Neiva Schaeffer, Priscila Faulhaber, Raphael Copstein, Ruben Oliven e Susana Bleil de Souza, em sua sabedoria e competência, ofereceram sugestões ao trabalho. Agradeço também à Juíza Salise Sanchotene e ao advogado Madruga, às técnicas Marli Borniatti e Sandra Ferreira, da SEDAI-RS, ao geógrafo Antonio Paulo Cargnin, da SEPLAG-RS, à Janaína Zorzatto, na Polícia Federal em Uruguaiana, aos Secretários de Cultura Carlos Righero, de Paso de los Libres (AR) e Alma Galup, de Rivera (UY), aos escritores Sergio Faraco e Amilcar Bettega-Barbosa, a Gustavo Laclau na ACIR e ao despachante Norberto Percuoco as informações e opiniões especializadas que disponibilizaram. Um reconhecimento à confiabilidade do trabalho de Demétrio e sua equipe, à Nola Gamalho, às professoras Ale, Fernanda e Lígia, à Rita Schiavon e Marli Terezinha Costa e, particularmente, à Circe Dietz.

Entre meus colegas, agradeço especialmente à Erika Collischonn, junto aos amigos da UFSC: Adilar Cigolini, André Vasconcelos, Clécio Azevedo e família, Gislene dos Santos, Irani dos Santos, Jairo Marchezan, Magaly Mendonça, Mariângela Pieruccini, Maristela Ferrari e Noeli Pertile. São tantos os geógrafos, historiadores, literatos, antropólogos, professores do CAP-UFRGS que deram sugestões, contaram causos, ajudaram com as figuras ou com as traduções, fizeram críticas, compartilharam a angústia da escrita e assumiram responsabilidades minhas que prefiro a ordem alfabética: Adalberto Breier, Amilcar Torrão F., Ana

Clara Fernandes e família, Ana Luíza de Moraes Vieira, Ana Regina Bastos, Ana Stumpf Mitchell, Antonio Carlos Castrogiovanni, Bernardo Lewgoy, Carla Hirt, Carlos Rizzon, Cláudia Mauch, Cláudio Búrigo, Cristiane Adiala, Cristiane Bahy, Cynthia Linhares, Daniel Echeverry, Daniel Schweitz, Dariane Rossi, Flávio Heinz e família, Gabino Moraes, Genylton, Gilmar Mascarenhas, Gisela Collischonn, Helen Osório, Helion Povia Neto, Henry Lorecena, Hires Heglan, Janine Mallmann, João Quadros, Jussara Bledow e família, Lúcia Couto, Maria Adélia Pinhal, Maria Amélia Vilanova N., Maria Goretti Tavares, Mariângela Grando, Maria Regina Bettiol, Maria Thereza, Nelson Rego, Nilo Piana, Nina Fujimoto e família, Paulo Peiter, Paulo Rodrigues, Pedro Brieger, Rafael Zílio, Regina Weber, Regina Xavier, Roberto Verdum, Rodrigo Aguiar, Rodrigo Belinaso, Saint-Clair Trindade, Suzana Oliveira e família, Tadeu Bisognin, Tânia Baumann, Temístocles César, Vanderlei Machado, Volmério Severo e Zilá Mesquita. Lembro deles com carinho e honra.

Agradecimentos muito especiais à Gladys Bentancor-Rosés, que abriu portas em Livramento-Rivera, inclusive as de sua casa, facilitando imensamente esta pesquisa. Espero ter feito bom uso dos contatos, materiais e visões que ela e Fernando Rosés têm constantemente oferecido. Mãe Chola de Ogum Male emprestou-me um pouco de sua vasta credibilidade, possibilitando contatos com informantes essenciais à realização deste trabalho. Aos informantes, cujos nomes omito por segurança, agradeço a paciência, a sagacidade, a amizade. Espero que gostem e se reconheçam nas árvores e flores que escolhi para camuflá-los.

In mente, Vanda Ueda e Laura Hecker. Rosemary Vieira tem sido uma amiga de todas as horas. Um reconhecimento especial à ajuda de Ronaldo Machado, professor, poeta e amigo desde os primeiros momentos desta investigação. A generosidade de D. Teresinha, Nádyá, Hubert e Cirillo Stassen fez com que nos tornássemos uma família, juntando-se à Teresa Raimundo de Almeida e ao meu querido, genial e prestativo irmão Mauro e às amadas Luciana, Alice e Cecília. Minha mãe e meu pai não verão sua filha doutora, mas é por causa deles que esta tese foi escrita. Daniel F. de Bem me acompanhou desde a pesquisa de campo à última versão, criticando e sugerindo com paciência e tenacidade, apoiando nos momentos mais desesperados e compartilhando idéias e trabalho, criando um vínculo ricamente tecido de teoria, prática e amor que nos uniu e fortaleceu. Meu filho querido Rodrigo, dos abraços solidários e da incrível intuição geográfica, esta tese é dedicada a ti.

*El que nunca endulzó con azúcar brasileña,
que tire la primera piedra.*

Rubens Loetti, Paso de los Libres, Argentina

RESUMO

O contrabando é uma prática eminentemente geográfica, podendo ser descrito como o comércio ilícito baseado nas diferenças – de preço, qualidade e disponibilidade de mercadorias – geradas pelas barreiras aduaneiras associadas à delimitação dos Estados-Nação. Esse tipo de comércio internacional ilegal exige de seus agentes o conhecimento da geografia aplicada da fronteira, aprendida na experiência da condição fronteiriça. Esta tese coloca bases metodológicas para o estudo da geografia dos contrabandistas na(s) cidade(s) de Santana do Livramento (Brasil) - Rivera (Uruguai). Seu objetivo é explorar as práticas dos contrabandistas naquele lugar, abordando a dimensão cotidiana da fronteira internacional e estabelecendo bases para um estudo geográfico do contrabando. Nesta análise, partimos da literatura de fronteira e dos contos de contrabando, representações textuais em circulação na região, dentro da Comarca do Pampa, onde o contrabandista figura como um personagem tradicional, depositário de verdades locais. Passamos ao exame da história e das teorias sobre a fronteira, que mostraram que a intensificação do povoamento e da urbanização do limite deveu-se às iniciativas estatais de demarcação dos territórios nacionais. Ainda assim, os contatos entre populações, línguas e costumes geraram uma cultura local transnacional, como verificamos no trabalho de campo, atento à tradução cultural: compreender o vocabulário específico à prática e ao lugar foi requisito para acessar representações e sentidos locais. Articulamos representações textuais de origem geográfica e social variada e de diferentes gêneros através de uma abordagem atenta à geografia dos pensamentos colocados em relação. Produzimos uma cartografia de base qualitativa, enfocando especialmente os contrabandistas de pequenos volumes, os *bagayeros*. Identificamos diferentes escalas no contrabando em Santana do Livramento-Rivera: o contrabando cotidiano; o *bagayo*; o descaminho de produtos dos *free shops*; o abigeato; além de formas envolvendo grandes volumes, valores e distâncias. Quanto ao contrabandista, podemos classificá-lo pelo artigo e o volume negociado; conforme a origem e o destino da mercadoria (rural ou urbano, do ou para o Brasil, Uruguai ou terceiros países); segundo a tradição da prática (como no caso do *bagayo* e abigeato; o contrabando de agrotóxicos, de CDs ou de equipamentos de informática como modalidades emergentes); conforme as contravenções implicadas (elidir impostos; passar mercadorias proibidas; subornar; coagir; atentar contra o ambiente; matar); conforme a rede mobilizada etc. Verificamos que a relação com a aduana oscila entre conivência e punições legais. Identificamos que os armazéns, depósitos de lã, couro, madeira ou de produtos da exportação indireta, as paradas de ônibus e outras materializações do comércio transfronteiriço na(s) cidade(s) se organizam em dois eixos: 1. ao longo da fronteira e 2. nas proximidades das rodovias para Porto Alegre ou para Montevideu e o oeste do Uruguai. Concluímos que o contrabando organiza lugares e é absolutamente estrutural nessa sociedade, no abastecimento e no sustento das pessoas, sendo visto mais como trabalho do que como delito, realizando-se através das redes de solidariedade indispensáveis à sua execução e legitimação. Além disso, o *ethos* contrabandista cria uma identidade de lugar, distinguindo *outsiders* e membros (cúmplices) do grupo, numa territorialidade com extensão, passagens e polarizações em constante atualização, dada a variabilidade dos conteúdos da fronteira.

SMUGGLERS AT THE GAUCHO BORDER: GEOGRAPHIC SCALES AND TEXTUAL REPRESENTATIONS

ABSTRACT

Smuggling is eminently a geographic practice, which can be described as illicit commerce based in differences - of price, quality and availability of merchandises - generated by custom barriers associated to the delimitation of the Nation-State. This type of illegal international trade demands from its agents the knowledge of the applied geography of the border, learned in the experience of the bordering condition. This thesis places methodological bases for the study of the geography of the smugglers in the city(ies) of Santana do Livramento (Brazil) - Rivera (Uruguay). Its objective is to explore the practices of smugglers in that place, examining the daily dimensions of the international border and establishing bases for a geographic study of smuggling. In this analysis, we examine border literature and smugglers' narratives, textual representations that circulate in the region, within the Comark of Pampas, where the smuggler appears as a traditional character, bearer of local truths. Then, we look into local history and border theories, which point to the fact that the encouragement of settling and urbanization in the area was part of a State policy. However, as we maintained an eye on cultural translation, with the aim of understanding local representations through the language forms specific to smuggling and smugglers, fieldwork revealed a transnational local culture resulting from contact among local populations, shared languages and habits. As a matter of fact, we compared textual representations of varied geographic and social origins and genres, which resulted in the creation of a Geography of Thinking. The actual result was a cartography of qualitative base, which focuses on petty smugglers, *bagayeros*. We identified different scales of smuggling in Santana do Livramento: daily smuggling; *bagayo*; embezzlement of products of *free shops*; cattle theft; besides other forms involving greater volumes, values and distances. The smugglers can be classified according to goods and the amounts he/she trades; the origin and the destination of the merchandise (rural or urban, to or from Brazil, Uruguay or third countries); according to the tradition of the practice (*bagayo* and cattle theft are traditional, pesticides or computer parts are emerging modalities); to associated contraventions (tax evasion, trading of forbidden merchandises; bribing; coercing; attempting against the environment; killing); to social networking etc. We verified that the relation with the Custom oscillates between connivance and legal punishments. We identified that the warehouses of wool, leather, wood or products of the indirect exportation, bus stops and other materializations of transborder commerce in the city(ies) are organized along two axes: 1. along the border itself and 2. near the highways heading for Porto Alegre or Montevideo and the west region of Uruguay. We conclude that smuggling is absolutely structural to this society, being important in supplying for the needs of the population; rather than as an act of felony, smuggling is regarded as a form of employment, a way of making a living. It is carried out through solidarity networks, which also serve as its source of legitimization. Furthermore, smuggler *ethos* creates a local identity, setting *outsiders* apart from group members and developing a territoriality with extension, passages and polarizations, engaged in a permanent updating, according to the variable contents of the border.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Brasil e Uruguai: gráfico comparativo de área – 2003.....	26
FIGURA 2: Brasil e Uruguai: gráfico comparativo de população – 2003.....	26
FIGURA 3: Santana do Livramento e Rivera: gráfico com distâncias aproximadas em linha reta das capitais – 2003.....	26
FIGURA 4: Santana do Livramento e Rivera: gráfico mostrando a hierarquia administrativa.....	27
FIGURA 5: Região-Fronteira: Mapa dos lugares citados nesta tese – 2008.....	28
FIGURA 6: Departamento de Yapeyu: mapa – fim do século XVIII.....	32
FIGURA 7: Sul da América portuguesa: mapa das ligações terrestres no espaço de atuação dos contrabandistas – 1780/1810.....	36
FIGURA 8: Lagoa Mirim: mapa da rota flúvio-lacustre do contrabando de couros – 1780/1810.....	37
FIGURA 9: Fronteira Brasil-Uruguai: esquema de relações geográficas, pessoais, comerciais e técnicas constituídas nas charqueadas – início do séc. XX..	52
FIGURA 10: Rivera: foto de “La France”, casa impressora e armazém tradicional, Calle Sarandi, entre Ceballos e Paysandú – 1899.....	63
FIGURA 11: Rivera: efígie do agrimensor Martin Paes.....	64
FIGURA 12: Rivera: pintura “Martin Paes traçando o arruamento”.....	64
FIGURA 13: Santana do Livramento-Rivera: foto aérea de meados da década de 1980.....	65
FIGURA 14: Rivera: foto da Calle Brasil, em Rivera Chico –1931.....	70
FIGURA 15: Santana do Livramento-Rivera: edital público de casamento – 2008..	74
FIGURA 16: Uruguaiana: folheto publicitário.....	75
FIGURA 17: Brasil: mapa com tipologia das interações fronteiriças – 2005.....	94
FIGURA 18: América Latina: mapa das comarcas literárias.....	118
FIGURA 19: Contando um <i>causo</i> : gravura de Nelson Boeira.....	121
FIGURA 20: Fronteira gaúcha: mapa de localização dos contos de contrabando.	126
FIGURA 21: “Contrabandista”: gravura de Nelson Boeira.....	132
FIGURA 22: Paso del Centurión: esquema das pa(i/s)sagens em “Contrabandistas”.....	149
FIGURA 23: Foz do Ibicuí: mapa do percurso de López e do defunto Sarasua.....	156
FIGURA 24: Rivera: foto do comércio de ocasião sobre a <i>línea</i> – 2008.....	188
FIGURA 25: Santana do Livramento-Rivera: mapa das materializações do terciário transfronteiriço – 2008.....	190
FIGURA 26: Santana do Livramento: foto do espelhamento nos postos de combustível – 2007.....	195
FIGURA 27: Rivera: foto do espelhamento dos postos de combustível – 2007.....	195
FIGURA 28: Rivera: foto do <i>Bagashopping</i> na <i>linha</i> com estátua da Pérgula – 2006.....	198
FIGURA 29: Santana do Livramento-Rivera: foto dos cambistas na Praça Internacional – 2006.....	201
FIGURA 30: Rivera: foto da aduana com marco e desvio para mercadorias vendidas via balcão – 2005.....	206
FIGURA 31: Rivera: foto das kombis e depósitos de venda via balcão sobre a linha de fronteira – 2007.....	207
FIGURA 32: Rivera: foto em entrevista na ACIR/CEB – 2005.....	213

FIGURA 33: Santana do Livramento: foto das <i>bagayeras</i> na linha – 2006.....	216
FIGURA 34: Santana do Livramento: foto do banco na Casa Globo – 2006.....	217
FIGURA 35: Uruguai: mapa da hinterlândia do <i>bagayo</i> vindo de Santana do Livramento – 2008.....	218
FIGURA 36: Rivera: foto do pai aduaneiro – anos 1950.....	228
FIGURA 37: Rivera: foto do filho contrabandista (na Praça Internacional) – anos 1950.....	228
FIGURA 38: Reportagem “Fronteira: Queda do real dá sobrevida a chibeiros” – 1999.....	236
FIGURA 39: Manoel Diaz: foto da aduana e da parada de ônibus – 2005.....	283
FIGURA 40: Rivera: foto do interior do <i>free shop</i> Siñeriz, Av. Sarandí – 2007.....	290
FIGURA 41: Santana do Livramento: foto do Supermercado 300, Av. Tamandaré – 2005.....	291
FIGURA 42: Rivera: foto da barraca de couro I – 2005.....	292
FIGURA 43: Rivera: foto da barraca de couro II – 2005.....	293
FIGURA 44: Rivera: foto da feira dominical em frente ao Club Social y Deportivo Frontera Rivera Chico, na Av. 1825 – 2007.....	294
FIGURA 45: Rivera: foto da descarga numa barraca de couro – 2005.....	295
FIGURA 46: Rivera: foto de galpão – 2005.....	296
FIGURA 47: Rivera: foto do galpão de Olivo com vista do bairro Sacrificio de Sônia – 2005.....	297
FIGURA 48: Santana do Livramento: foto do galpão de Olivo com marco de fronteira – 2005.....	298
FIGURA 49: Rivera: foto do busto de Olyntho Maria Simões no Paseo de los Poetas, no Cerro del Marco.....	322
FIGURA 50: Esquema mostrando a passagem como ato perpendicular à fronteira.....	325

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Comparação entre expressões em português, espanhol e <i>portuñol</i>	76
QUADRO 2: Cenários fronteiriços segundo A. Cuisinier-Raynal (2001).....	93
QUADRO 3: Obras gaúchas da literatura de fronteira.....	115

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	18
1. RAÍZES HISTÓRICAS DO COTIDIANO FRONTEIRIÇO EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA	31
1.1. Primórdios da fronteira e do contrabando gaúchos.....	31
1.2. Governador e contrabandista na fronteira do século XVIII.....	34
1.3. Urbanização: controle e contato.....	38
1.4. A política econômica da República Velha para a fronteira gaúcha.....	45
1.5. Nexos transfronteiriços no período das charqueadas.....	49
1.6. A nacionalização da fronteira na primeira metade do século XX.....	53
1.7. Formação territorial da fronteira gaúcha: síntese dos processos.....	56
1.8. A estatização do trigo e o contrabando de farinha.....	59
1.9. Uma geografia urbana das trocas legais e ilegais.....	61
1.10. O cotidiano na condição fronteiriça.....	71
2. AS REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS E O CONTRABANDO	80
2.1. Textos legais sobre o contrabando.....	80
2.2. As representações textuais e a Geografia.....	84
2.3. Uma geografia do pensamento sobre a fronteira.....	87
2.4. Uma tipologia das interações fronteiriças.....	92
2.5. Um conceito gaúcho para a fronteira.....	95
2.6. Literatura e ciência.....	103
2.7. Traduções culturais.....	106
2.8. Regionalismo político e regionalismo literário.....	110
2.9. Uma literatura de fronteira.....	114
2.10. Causo, conto e documento: traduzindo do oral ao escrito.....	119
3. O CONTRABANDO SEGUNDO A LITERATURA DA FRONTEIRA	125
3.1. Situando o <i>corpus</i>	125
3.2. “Contrabandista” de João Simões Lopes Neto.....	127
3.3. “Contrabando” de Darcy Azambuja.....	136
3.4. “Os contrabandistas” de Mario Arregui.....	141
3.5. “Guapear com frangos” de Sergio Faraco.....	151
3.6. “O sulque de rodas vermelhas” de Aldyr Garcia Schlee.....	158
3.7. “Arreglo” de Amílcar Bettega-Barbosa.....	161

3.8. Interpretações geográficas dos contos de contrabando.....	167
3.9. Simbologia e metáforas da fronteira e do contrabando.....	169
3.10. Os contos e o sentido local do contrabando e da fronteira.....	171
4. A GEOGRAFIA DOS CONTRABANDISTAS EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA.....	173
4.1. Descrevendo o contrabando na fronteira.....	173
4.2. Um vocabulário do contrabando.....	176
4.3. Aneotas de contrabando.....	180
4.4. A espacialização dinâmica do terciário fronteiriço.....	186
4.5. O mercado fronteiriço e seus agentes.....	193
4.6. Extraterritorialidades e contrabando.....	204
4.7. Escalas da territorialidade contrabandista.....	210
4.8. O <i>bagayo</i> : territorialidades e agentes.....	214
4.9. Os aduaneiros entre o Estado e o lugar.....	227
4.10. Tradição, costumes e práticas.....	233
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
5.1. As lições dos fronteiriços.....	239
5.2. A geografia do pensamento.....	240
5.3. Metodologias para uma geografia social do contrabando.....	242
5.4. Os alcances dos símbolos fronteiriços.....	244
5.5. A condição fronteiriça.....	245
5.6. Territorialidades contrabandistas.....	246
5.7. Paisagem fronteiriça e urbanização contrabandista.....	248
5.8. Processos de espelhamento.....	249
5.9. Os dispositivos de transição.....	250
5.10. A geografia dos contrabandistas.....	252
6. REFERÊNCIAS.....	253
6.1 Referências – jornais.....	268
APÊNDICE A: Relação de entrevistados	269
APÊNDICE B: Transcrição de entrevista: Julio Cairello	272
APÊNDICE C: Transcrição de entrevista, excursão fotográfica: Robles	281
APÊNDICE D: Transcrição de entrevista: Nogal	300
APÊNDICE E: CD Iconográfico	316
ANEXO A: Transcrição das obras de intelectuais municipais	317

APRESENTAÇÃO

Em 2005, realizando uma saída de campo, fui apresentada por Alma Galup, secretária da cultura da *Intendencia* de Rivera, no Uruguai, ao livro recém-publicado “Un Péon de Estancia”, de Reginaldo Quintana Morales. Ela valorizava muito a obra, por conta da temática e do autor, visto como um tipo do povo, um escritor com a “*autenticidad de un arquetipo rural*”, nas palavras da introdução escrita por Alma Galup. O livro, encadernado em couro, continha poemas campeiros, entre os quais muito me entusiasmou um, chamado “Pecado”, que dizia, lá pelo fim, que

a lei sobre o contrabando
não foi feita na campanha
é como teia de aranha
não sei se bem me explico
não prende o bicho grande
mas enreda ao nanico. (t.a) (QUINTANA MORALES, 2005, p. 48)¹

Tratando do contrabando popular, o poema aponta a inadequação das leis nacionais ao lugar e afirma a conformação da regra ao indivíduo a quem se aplica.

Eu estava em campo à procura de entrevistas e fotografias para informar a tese aqui apresentada. Já no início da coleta de dados eu verifiquei que farto material foi produzido sobre o contrabando e os contrabandistas no Rio Grande do Sul, incluindo levantamentos estatísticos (poucos), trabalhos de geografia ou história regional e urbana (alguns) e obras literárias (muitas). Essa distribuição desigual da informação revelou que o contrabando, apesar de difícil de enquadrar, quantificar ou mapear, freqüenta o imaginário dos gaúchos, prestando-se à discussão da vida cotidiana e dos valores dos contrabandistas e dos habitantes da fronteira. A importância simbólica do contrabando tem um significado ainda maior quando consideramos o papel emblemático da região da fronteira e de seus habitantes na constituição da identidade gaúcha. Os contos de contrabando apareceram como a

¹ “*La ley sobre el contrabando/ no fue hecha en la campaña/ es como tela de araña/ no se si muy bien me explico/ no sujeta al bicho grande/ pero enreda al bicho chico*” (QUINTANA MORALES, 2005, p. 48). Tradução nossa, desta e das citações de originais em línguas estrangeiras, indicada pela abreviatura t.n.. Uma coleção de obras literárias de circulação regional encontram-se reproduzidas no anexo I.

fonte mais difundida de representações textuais detalhadas sobre a prática do contrabando no cotidiano e no imaginário da fronteira e, por extensão, dos gaúchos.

Em 2006, procurando informação sobre o poeta Quintana Morales, descobri que a metáfora da teia de aranha aparecia em “La vuelta de Martín Fierro”, segunda parte do poema “Martín Fierro”, de José Hernández, canônico para os argentinos. Trechos desse épico gaúcho foram redigidos por Hernández durante um período de exílio em Santana do Livramento, “onde os gaúchos uruguaios e rio-grandenses lhe trariam a lembrança dos gaúchos de Buenos Aires”. (BORGES, [1978] 1985, p.34). Na região, ainda hoje é comum citar e recitar o “Martín Fierro” em conversas e *causos*². Lá aparece:

A lei é teia de aranha
Na minha inorância esplico
Não a tema o homem rico
Nunca a tema quem manda
Pois a rompe o bicho grande
E só enreda ao nanico. (t.a) (HERNÁNDEZ, [1879] 2001, p. 447-8)³

A circularidade entre a cultura oral e a palavra escrita está aí representada. A permeabilidade ou “contrabando” de figuras e valores na “comarca do Pampa” (RAMA, 1986, vide capítulo 3) também, assim como a prática dos exílios sem afastamento.

Nas notas que acompanham a edição crítica de 2001 do “Martín Fierro”, descubro que E. Tiscornia, numa edição crítica de 1939, remetera a metáfora da teia de aranha a Anacarsis, o escita (499 a.C.-428 a.C.). O filósofo clássico já formulara a idéia de que a lei variaria conforme o cidadão a quem se aplicasse. Essa remota referência contradizia minha tese inicial, baseada na percepção do particularismo ou localismo dos fenômenos aqui estudados, de relações localmente específicas entre o legal e o legítimo⁴. Onde ia parar a “comarca do Pampa”, se tal idéia já havia sido

² O caso pertence à tradição oral do gaúcho. É uma história ou anedota, geralmente contada na primeira pessoa, mais ou menos consolidada. Ver HARTMANN (2005) e o capítulo 2 desta tese.

³ “La ley es tela de araña-/ En mi inorancia lo esplico/ No la tema el hombre rico-/ Nunca la tema el que mande-/ Pues la ruempe el bicho grande/ Y sólo enrieda a los chicos” (HERNÁNDEZ, [1879] 2001, p. 447-8). Das incontáveis edições do Martín Fierro, cito aqui HERNÁNDEZ, José. Martín Fierro, edição crítica de Élica Lois e Angel Núñez. Madrid: ALLCA XX, [1872 e 1879] 2001 e, na tradução, a edição de Martins Livreiro, [1872] 1985.

⁴ Existe ainda uma versão francesa, mais esperançosa: “As leis são apenas uma barreira vã, que todos os homens cruzam. Por cima os grandes, sem pena, os pequenos por debaixo” (t.n.): “Les lois ne sont qu’une barrière vaine/ que les hommes franchissent tous/ par dessus les grands passent sans

formulada há 25 séculos, na Grécia? E a esperança de alinhar geografias do pensamento e das representações textuais – mostrando que a formulação e circulação de idéias e valores seriam influenciadas pelo espaço, identificadas com províncias suficientemente autônomas na formulação de cultura – em que se apoiaria?

Em julho de 2007, numa entrevista recheada de *causos* com um *policía* aposentado, na periferia de Rivera, ouço que a lei em si não é nada maleável, o que importa é o poder discricional, a decisão que cada policial tem, que varia com sua ética e humor, com o compromisso com a tarefa ou com os envolvidos no crime, com as relações entre o guarda e seus superiores, restituindo valor ao protagonismo dos agentes e à especificidade da experiência no lugar⁵. Vale dizer que esse diálogo deu-se durante um trabalho de campo especialmente frutífero, com longos encontros e entrevistas abertas com *bagayeras*, com policiais, advogados, comerciantes, sindicalistas, inspetores sanitários, *tassimetristas* e outros agentes do comércio transfronteiriço, em português, espanhol e *portuñol*.

Nesse momento, perguntas sobre a representação textual da realidade geográfica se colocaram com muita força. De que serviam todas as metáforas e hipóteses levantadas na literatura ficcional e acadêmica diante da realidade mais viva e mais dura dos contrabandistas? A utilização dos contos compensava certo ar oficialesco e grandiloqüente dos discursos ligados à historiografia nacionalista, que se apressavam na recriminação das atividades do contrabandista. Por outro lado, a literatura apresentava, por vezes, um viés romantizante, que tendia a atribuir a tais práticas uma nobreza que não se manifestava na trivialidade e no pragmatismo do cotidiano. Entre heróis e anti-heróis, onde encontrar o habitante da fronteira? Resolvendo um problema de fontes, eu me lançava noutra, interpretativo, questionando as extrapolações necessárias à interpretação com propósitos científicos dos estudos de caso e da literatura de ficção. Qual o vínculo entre realidade e ficção, entre o particular e o geral, entre o local e o universal? Quando os

peine/ les petits par dessous! PANARD, Claude-François, s.XVIII (Musée national des Douanes, Bordeaux, França).

⁵ Nas palavras do informante: “Como ela leva pouca coisa, geralmente deixam, quando é pouca coisa. Agora, por exemplo, quando vai muito, muita gente no ônibus e vê muito pacote... aí de repente vem a ordem do chefe... tascam tudo, não deixam nada. É a operação zero kilo” (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006). As principais entrevistas foram transcritas nos apêndices; a de Robles encontra-se no apêndice C.

eventos num lugar adquirem sentido universal? Os casos específicos são representativos de padrões gerais? Inversamente, o que nos ensinam as metáforas universais sobre o lugar? Qual a utilidade de taxonomias que enquadram o objeto, mas que não fazem mais que repousá-lo num quadro pré-delimitado?

Com essas interrogações amplas e sem respostas definitivas, partimos para examinar as práticas dos contrabandistas em Santana do Livramento e Rivera, cotejando suas representações literárias, científicas, vernáculas, produzindo mapas, teoria, novas interpretações e novas questões.

INTRODUÇÃO

Esta tese trata do contrabando realizado na fronteira do Brasil com o Uruguai, isto é, na fronteira meridional do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, do contrabando de pequenos volumes realizado através das cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. O contrabando tem historicamente feito parte da vivência cotidiana da população que aí reside. Os contrabandistas aparecem frequentemente nas representações da vida na fronteira, especialmente na literatura (contos, poemas) e na oralidade (*causos*, canções).

Um dos tipos mais característicos de contrabando levados a cabo na região é o contrabando-formiga, também conhecido como *bagayo*. Centenas de pessoas atravessam a fronteira do Uruguai com o Brasil diariamente, trazendo e levando produtos de ocasião (gás, pão, farinha, açúcar, carne...), negociando com sua condição fronteiriça cotidianamente. O mercado consumidor desses artigos é amplo, atinge Montevideu e outras cidades distantes até 500 km de Santana do Livramento e Rivera, onde a ação dos contrabandistas é facilitada por uma fronteira seca, correndo dentro da mancha urbana. Os envolvidos não ignoram ser essa uma atividade ilegal, naturalizada por existir desde que se esboçou uma fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Além dos fronteiriços, muitas outras pessoas são atraídas pelas possibilidades da fronteira, e envolvem-se em atividades ligadas aos diferenciais aí presentes.

Esta tese busca estudar o cotidiano nas fronteiras e as práticas dos contrabandistas de pequenos volumes através da interpretação de textos de natureza diversa, de extenso trabalho de campo e de depoimentos de pessoas com conhecimento de causa sobre o contrabando, por habitarem a região ou por inserção profissional (juizes, advogados, aduaneiros, historiadores, geógrafos). A comparação de fontes muito díspares levou a um investimento metodológico para aproximar os diferentes gêneros escritos e experiências de campo: para tal, o conceito de representação textual foi escolhido, construindo a comensurabilidade e a tradução cultural entre literatura, teoria, relatórios de campo, entrevistas e demais

materiais consultados. Da análise das práticas dos moradores desta fronteira, emergiram o conceito de condição fronteira e algumas conclusões sobre a relação entre espaço, política e cultura e, principalmente, uma geografia social dos contrabandistas que praticam aquela fronteira.

Note-se que outras formas de contrabando são realizadas por agentes que operam com grandes somas, traficando drogas, armas e dinheiro, agindo numa escala geográfica mais ampla e implicando violência e lucros mais volumosos que os tratados aqui. Estudar tais práticas provavelmente exigiria uma metodologia diferente.

A atenção ao verbal marcou o texto apresentado a seguir, posto que as palavras usadas pelos diferentes emissores e, em particular, pelos contrabandistas, foram objeto de especial atenção. A complexidade do objeto dirigiu a busca de instrumental analítico, de modo que diferentes abordagens teóricas e disciplinares contribuíram para esta tese em Geografia. Da Literatura tomei emprestado o respeito pelo texto e a precedência de sua análise sobre as explicações que são sobre ele projetadas; na História busquei o entendimento da genealogia das estruturas presentes no território fronteiro; a Antropologia me esclareceu sobre os procedimentos de campo e sobre a importância da dimensão simbólica. A inexistência de uma geografia do contrabando foi compensada pela riqueza da produção sobre fronteiras na Geografia e nas outras Ciências Humanas. De fato, esta tese se alinha com a produção da Geografia gaúcha sobre fronteira, tradição que espero honrar, assim como aos pesquisadores com quem tive oportunidade de aprender.

Esta tese propõe-se a mapear as práticas e representações, não apenas pela tradição cartográfica na análise do espaço, mas também pelo exercício de elencar os objetos geográficos indispensáveis para a interpretação. Assim, busquei representar em cartogramas os enredos, as materializações e os percursos dos contrabandistas, como uma etapa na interpretação de sua dinâmica e significado.

Num livro intitulado “O fio e os rastros” (2007), Carlo Ginzburg discute a intersecção entre a literatura científica, a ficcional e o material produzido no trabalho de campo e textualizado pelo pesquisador. Ainda que questões ligadas ao

conhecimento do espaço geográfico não tenham sido explicitamente problematizadas pelo autor, o historiador italiano mostra como são geradas suas fontes e discute o método indiciário, as estratégias textuais, os testemunhos oculares e o ceticismo dos pós-modernos que equiparam história e ficção. Entre as reflexões propostas pelo historiador, gostaria de citar inicialmente sua sugestão de que se deixe à mostra as dificuldades e as incoerências do processo de pesquisa, não como queixa, mas como meditação metodológica:

Eu propusera a mim mesmo reconstruir o mundo intelectual, moral e fantástico do moleiro Menocchio por meio da documentação produzida por aqueles que o tinham mandado para a fogueira. Esse projeto, sob certos aspectos paradoxal, *podia* traduzir-se num relato capaz de transformar as lacunas da documentação numa superfície uniforme. Podia, mas evidentemente não devia: por motivos que eram ao mesmo tempo de ordem cognitiva, ética e estética. Os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim como as hesitações e os silêncios do protagonista diante das perguntas dos seus perseguidores – ou das minhas. [...] Os obstáculos postos à pesquisa, sob a forma de lacunas e distorções da documentação, devem se tornar parte do relato [...] [pois se contrapõem aos] afrescos historiográficos que procuram comunicar ao leitor, com expedientes muitas vezes medíocres, a ilusão de uma realidade extinta, removem tacitamente esse limite constitutivo do ofício do historiador. (GINZBURG, 2007, p. 265 - 271).

Aceitei a sugestão de expor as hesitações e silêncios dos informantes e das fontes, bem como as lacunas que surgiam das explicações com que circunscrevi o objeto aqui em discussão, o contrabando na fronteira gaúcha, ao longo dos anos em que venho nele trabalhando. As metamorfoses metodológicas orientaram-se a atender ao desejo de pesquisar a fronteira, através da geografia política, acrescentando a esse objeto geográfico a dimensão do cotidiano, trazida pelo foco nas práticas dos fronteirizos. Logo ficou claro que não se tratavam de ações isoladas, mas, glosando as palavras de Zakarias Moutoukias (1988, p.18), de uma prática estruturalmente ligada à vida econômica da região.

Esta tese enfoca as cidades-gêmeas de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, em vista de sua importância como maior centro urbano da diáde Brasil-Uruguai, onde os contatos internacionais são facilitados pela inexistência de

barreiras físicas ou de controles aduaneiros sobre a linha de fronteira – ou simplesmente linha/*línea*, no dizer êmico⁶ – gerando uma mancha urbana contínua.

Além disso, amizades bastante antigas com o casal Bentancor-Rosés, ela geógrafa, ele fiscal sanitário, residentes na cidade, facilitaram o acesso a informações e informantes, tornando-se um ponto de partida para uma rede de pessoas e uma “base de operação” em inúmeras estadas. A realização simultânea de trabalhos de campo para a pesquisa do antropólogo Daniel F. de Bem, sobre a religião afro-brasileira na fronteira, estabeleceu, a partir de Mãe Chola de Ogum Malé, outra rede de amigos e informantes.

Devo ainda esclarecer que esses esforços não se voltavam a um diagnóstico da problemática do contrabando e que este trabalho busca fugir um pouco do conjuntural, ainda que fale do presente. Da minha experiência com avaliações e projeções sobre os efeitos do MERCOSUL, resultando no trabalho de graduação realizado em 1987 e na dissertação de mestrado concluída em 1995, aprendi que as relações cotidianas revestem-se de uma força de estabilidade e permanência que não cede facilmente, e que as visões sobre mudanças nas estruturas binacionais são muito influenciadas por corporativismos, regionalismo político ou nacionalismos de ocasião (DORFMAN, 1987; 1995).

A fronteira hospeda alternadamente discursos de aproximação e de afastamento, dependendo do momento histórico em que se encontram as nações, as economias, os blocos econômicos etc. Aos picos de nacionalidade correspondem versões que apresentam a fronteira como muralha intransponível e a população como genuinamente nacional. Nos momentos de integração dá-se destaque aos porta-vozes das raízes comuns, da semelhança no presente, do futuro compartilhado.

No caso em análise, há vinte anos, aproximadamente, se anuncia a supressão ou equalização das tarifas do comércio exterior entre os países-membros do Mercado Comum do Sul: isso causaria grande impacto no “comércio baseado

⁶ Sigo aqui a distinção entre termos êmicos e éticos, proposta pelo lingüista americano K.L. Pike e adotada por E. Gellner, Mary Douglas e outros antropólogos (GINZBURG, 2007, p. 43). A primeira categoria refere-se à concepção corrente entre os nativos ou presente no texto em análise, a segunda refere-se aos conceitos privilegiados pelo pesquisador para enquadrar as práticas dos nativos ou as fontes documentais.

nas diferenças” que caracteriza a fronteira, nas palavras de Gladys Bentancor-Rosés (2002, p.86). No entanto, na escala local, não há evidência do apagamento das características econômicas nacionais ou de uma convergência mais ampla de preços ou tarifas.

Observa-se que, durante a colonização européia, estabeleceram-se atividades econômicas semelhantes – pecuária e comércio – na área que posteriormente seria cortada pelo limite internacional. Tais atividades até hoje influem nas práticas alimentares, na posse da terra e em outros indicadores materiais; alianças políticas, famílias internacionais e vocabulário comum mantiveram-se como descritores imateriais. Na etapa de nacionalismo florescente, as distinções foram reforçadas e materializadas, a fim de representar o Estado, de “inscrevê-lo monumentalmente na fronteira política” (DONNAN; WILSON, 2001).

Entre 1964 e meados da década de 1980, os governos militares brasileiros adotaram o nacionalismo isolacionista como política para a região: toda ação era interpretada como ameaça expansionista ou projeto de hegemonia continental. Construir uma estrada era visto como tentativa de invasão, os portos visariam desviar comércio, as barragens tencionariam criar “países prisioneiros geopolíticos”. A ameaça externa, além de reforçar sentimentos nacionalistas de coesão nacional, criou para os municípios fronteiriços um status de “territórios de segurança nacional”, coibindo a ação política na escala local e entavando a prática da cidadania. Além disso, o contingente de servidores civis e militares, agentes da nacionalização, cresceu significativamente.

A partir da década de 1980, o fim das ditaduras brasileira e uruguaia e a pressão por fazer-se atraente à corrente de capitais internacionais levam à criação do Mercosul. Esse acordo possibilitou negociações também no nível regional, com a assinatura de protocolos sobre questões do cotidiano fronteiriço, reconhecendo as particularidades dessa escala. Com a instituição do Mercosul, o discurso busca mostrar a fronteira como precursora da integração, como exemplo pragmático *ex ante*. Pode-se relacionar essa nova interpretação da fronteira a uma centralidade emergente, onde esta deixa de ser a periferia do Estado e transforma-se numa área interna ao bloco regional, com funções de comutação. Tratam-se, em todos os

casos, de tentativas de sincronizar os processos que se desenrolam na fronteira aos projetos que se desenrolam em escalas mais amplas (DORFMAN, 1995).⁷

Presentemente, convivem discursos que apontam a fronteira como lócus de ameaças à segurança e economia mundiais, covil de terroristas e “piratas”, demandando um recrudescimento no controle por agentes internacionais; programas nacionais para a faixa de fronteira que prometem investimentos na produção e infraestrutura; e propostas de agentes locais para uma “desnacionalização” da fronteira, abrindo-se a investimentos de terceiros países, sob a alegação de compensação da situação periférica e de isolamento. O argumento da segurança nacional é reeditado nas fronteiras do Brasil pelos agentes interessados em sensibilizar a opinião pública para a proteção do mercado interno e da indústria nacional. Por fim, em Santana do Livramento e Rivera, valorizam-se cultural e turisticamente as características locais de contato e explora-se a imagem de “Fronteira da Paz”.

O contrabando é uma prática que aciona a dualidade entre as escalas local e internacional da fronteira, pois só pode ser realizado com certo grau de conhecimento do lugar, das passagens possíveis, dos momentos e das mercadorias a comerciar entre os dois Estados, em suma, com base no *savoir-passer* ligado à condição fronteira (idem, 2008a). Essa formulação busca evidenciar o caráter de saber local, tradicional, artesanal e em constante atualização, intrínseco à frequência dos lugares e ao recurso a redes de relações e de confiança entre os diversos agentes.

Entendo a escala geográfica como um instrumento para analisar o lugar em sua posição relativa, ou situação, diante de um espaço mais amplo, um conjunto maior, permitindo compreender polarizações e trocas. Parto da afirmativa de Louis Dumont (1992, p.370), de que

a hierarquia não [é] essencialmente uma cadeia de ordens superpostas, ou mesmo de seres de dignidade decrescente, nem uma árvore taxonômica, mas uma relação que se pode chamar sucintamente de englobamento do contrário. [...] O elemento faz parte do conjunto, é-lhe nesse sentido

⁷ Um raciocínio semelhante é apresentado por Hélène Velasco-Graciet (2006, p. 77), quando afirma que os espaços fronteiriços adquirem destaque simbólico, uma vez incluídos no seio da Comunidade Européia, pois lhes é atribuído um papel emblemático: de luta das populações até então separadas e a partir dali unidas no seio do território europeu.

consustancial ou idêntico, e ao mesmo tempo dele se distingue ou se opõe a ele (DUMONT, 1992, p.370).

Dessa forma, os eventos na escala local não podem ser entendidos como auto-determinados, sem relações inter-escalares. Quanto à suíte escalar acionada nesta pesquisa, é preciso esclarecer que a distinção entre lugar e região não é estanque. O lugar é entendido como uma unidade geográfica com continuidade histórica; a região também apresenta tais características. O primeiro conceito sublinha a dimensão cotidiana e horizontal, o segundo enfatiza a condição de subespaço de um conjunto mais amplo, com reverberações políticas e culturais melhor definidas (SANTOS, M., [1996] 2002, p. 166).

Para privilegiar ainda mais essa dimensão horizontal do contrabando, acabei concentrando-me no estudo de certo tipo de comércio transfronteiriço, localmente conhecido como *bagayo* e na literatura acadêmica como contrabando-formiga, que pode ser caracterizado como uma atividade do circuito inferior da economia (idem, [1979] 2004). O termo designa a ocupação – principal ou complementando a renda – dos indivíduos ou pequenos grupos que atravessam a fronteira com produtos bastante triviais e baratos, em pequenas quantidades, transportando-os repetidamente, geralmente em transporte coletivo. Caracteristicamente artesanal, esse comércio é tradicional na região fronteira, aparece nos primeiros relatos de viajantes, nos textos canônicos, nas canções populares, nos *causos*, marca a evolução urbana e demográfica da fronteira, o imaginário e as práticas dos fronteiriços.

A hipótese central deste trabalho é de que o contrabando é absolutamente estrutural nessa sociedade, sendo importante no abastecimento e no sustento das pessoas, sendo visto mais como trabalho do que como delito, realizando-se através da constituição das redes de solidariedade indispensáveis à sua execução. Amplamente praticado, o contrabando acaba por envolver toda a sociedade local, daí advindo sua necessária legitimação. Além disso, o *ethos* contrabandista cria uma identidade de lugar, distinguindo *outsiders* e membros (cúmplices) do grupo e uma

territorialidade com extensão, passagens e polarizações em constante atualização, dada a variabilidade dos conteúdos da fronteira.⁸

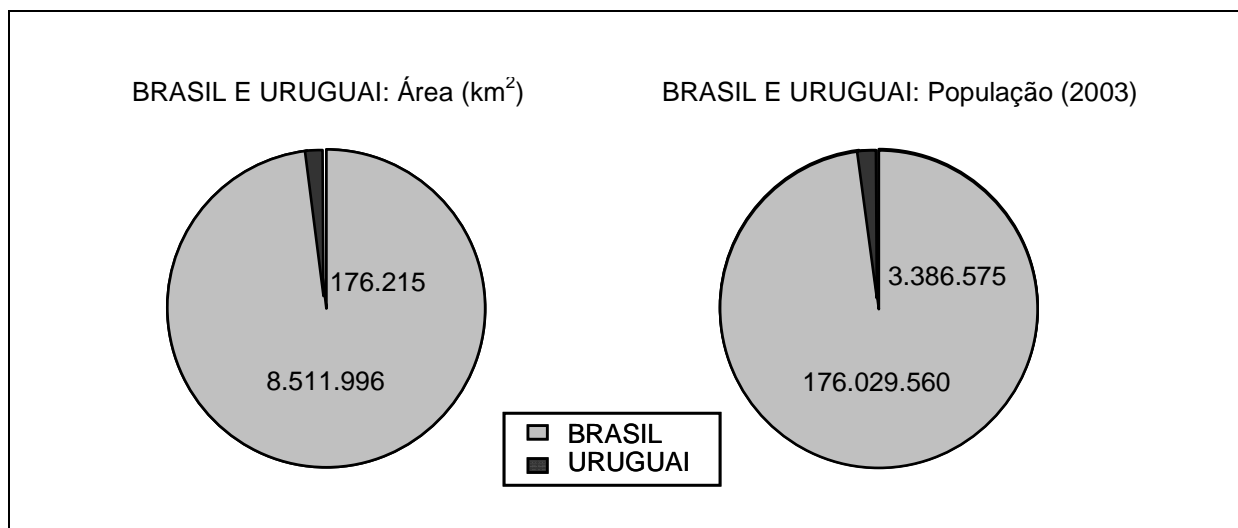
O contrabando pode ser interpretado, portanto, como uma sinédoque da vida na fronteira, já que os contrabandistas lançam mão da coesão sócio-espacial e do conhecimento do lugar para aproveitar-lhes as oportunidades, acionando sua condição fronteiriça. Sem ignorar o caráter ilegal da atividade, nem desconsiderar a territorialidade dos dois Estados-Nação em contato, o contrabandista negocia com as dificuldades que valorizam seu trabalho e com a oscilação econômica e cambial que mobiliza as vidas fronteiriças.

A estrutura do texto é a seguinte: a primeira parte é dedicada a uma apreciação do (1) cotidiano da fronteira e de suas raízes históricas, conforme tenho observado e documentado, recorrendo ainda a fontes secundárias. A seguir, uma (2) discussão do método empregado nessa tese, de interpretação das práticas dos contrabandistas por meio de suas representações textuais, na forma de documentos variados e da transcrição de trabalhos de campo de caráter etnográfico. Passo então à (3) discussão das representações textuais que recolhi e consultei, iniciando com uma (3a) análise da literatura de fronteira e dos contos de contrabando e seguindo com uma (3b) abordagem teórica dos conceitos e noções de fronteira e de sua validade no lugar em questão. Finalmente, (4) integro esses elementos aos resultados dos trabalhos de campo, descrevendo a geografia dos contrabandistas em Santana do Livramento-Rivera e propondo, nas conclusões, (5) uma interpretação geográfica para as formas de comércio transfronteiriço ora em curso. No Apêndice A listo os contatos realizados, nos apêndices B, C e D transcrevo as principais entrevistas; no apêndice E, em meio digital, encontra-se uma iconografia da fronteira e do contrabando na(s) cidade(s) de Santana do Livramento e Rivera. No anexo I reúno e comento uma série de textos recolhidos nas cidades-gêmeas, aqui reproduzidos em função de suas características de circulação apenas regional.

Apresento, a seguir, alguns gráficos em que se comparam as áreas e as populações do Brasil e do Uruguai (Figs. 1 e 2), as distâncias em linha reta entre

⁸ *Ethos* pode ser entendido como o conjunto de costumes que compõem o modo de vida de um grupo, dando-lhe identidade. Segundo Clifford Geertz “o ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e a seu mundo que a vida reflete” (1989, p.143).

Santana do Livramento, Rivera e as principais cidades dos respectivos países (Fig. 3), a hierarquia administrativa em que se inserem as cidades em que centro este estudo (Fig. 4). Note-se que Rivera pertence a um conjunto nacional muito menor, mas ocupa uma posição administrativa mais importante que Livramento. A Figura 5 é um mapa que localiza as principais cidades e redes referidas nesta tese.



FIGURAS 1e 2: Brasil e Uruguai: gráficos comparativos de área e população - 2003.

Fonte: DORFMAN; BENTANCOR-ROSÉS, 2005, p.202.

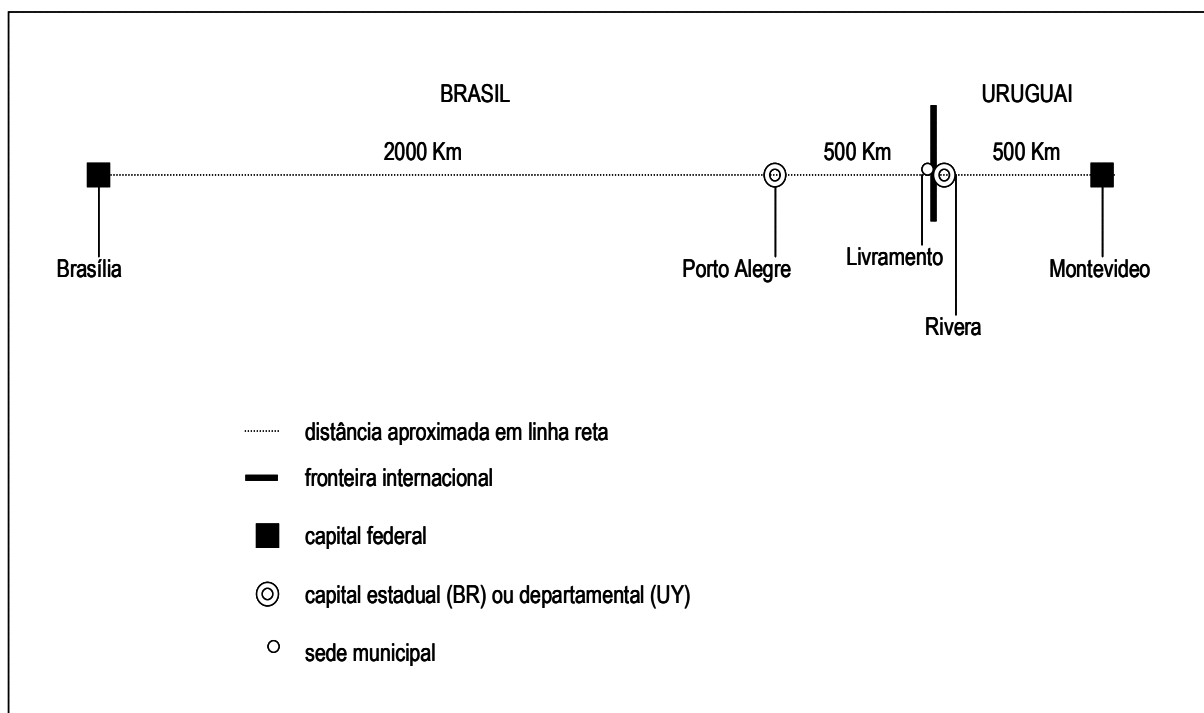


FIGURA 3: Santana do Livramento e Rivera: gráfico com distâncias aproximadas em linha reta das capitais.

Fonte: DORFMAN; BENTANCOR-ROSÉS, 2005, p.202.

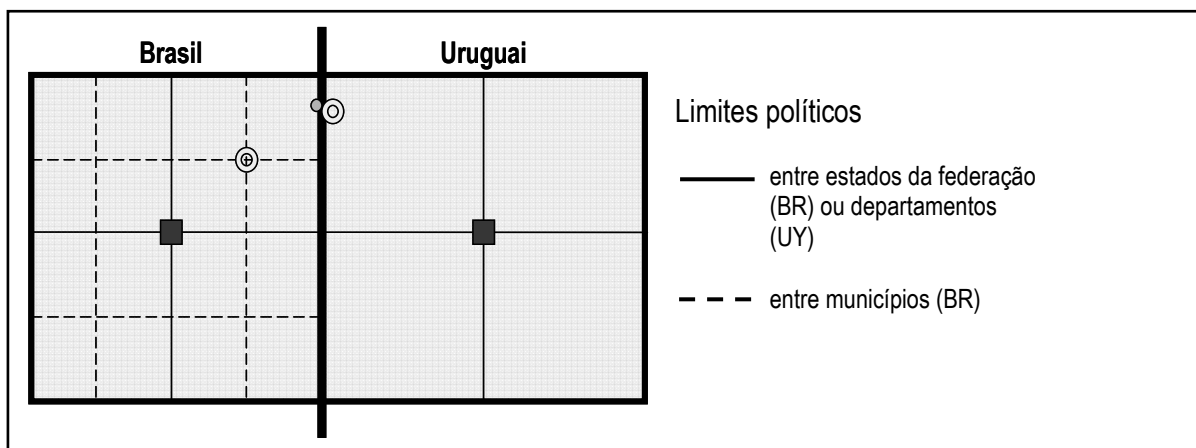


FIGURA 4: Santana do Livramento e Rivera: gráfico mostrando a hierarquia administrativa.

Fonte: DORFMAN; BENTANCOR-ROSÉS, 2005, p.202.

Santana do Livramento fica no extremo sul do Brasil. Rivera fica bem ao norte do Uruguai. Essas duas cidades são tão próximas que é corrente chamá-las de cidades-gêmeas, por ambiente e por condição. A expressão demanda um esclarecimento.

Idealmente, cidade e limite opõem-se: a cidade seria o lugar das trocas, enquanto o limite representaria um corte nos fluxos (PIERMAY, 2005, p. 214). Portanto, as cidades fronteiriças são especialmente importantes para as zonas ou regiões de fronteira, pondo às claras os processos e contradições aí vividos: as cidades “apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira” (MACHADO L., 2004).

Pela mesma razão, as cidades-gêmeas têm chamado a atenção de pesquisadores que se interessam pela fronteira. As cidades integradas que pontilham a “raia” foram descritas por Raymond Pébayle, já em 1978, como pontos de soldadura da fronteira, sendo chamadas *villes-doublets*, expressão traduzida como cidades-gêmeas, “bicéfalas no plano administrativo mas perfeitamente complementares do ponto de vista econômico (t.n.)”⁹ Essa idéia já estava em franco uso na década de 1980, nos textos motivados pelo Mercosul.

⁹ “*Bicéphales au plan administratif, mais parfaitement complémentaires du point de vue économique*” (PÉBAYLE, 1978, p.40).

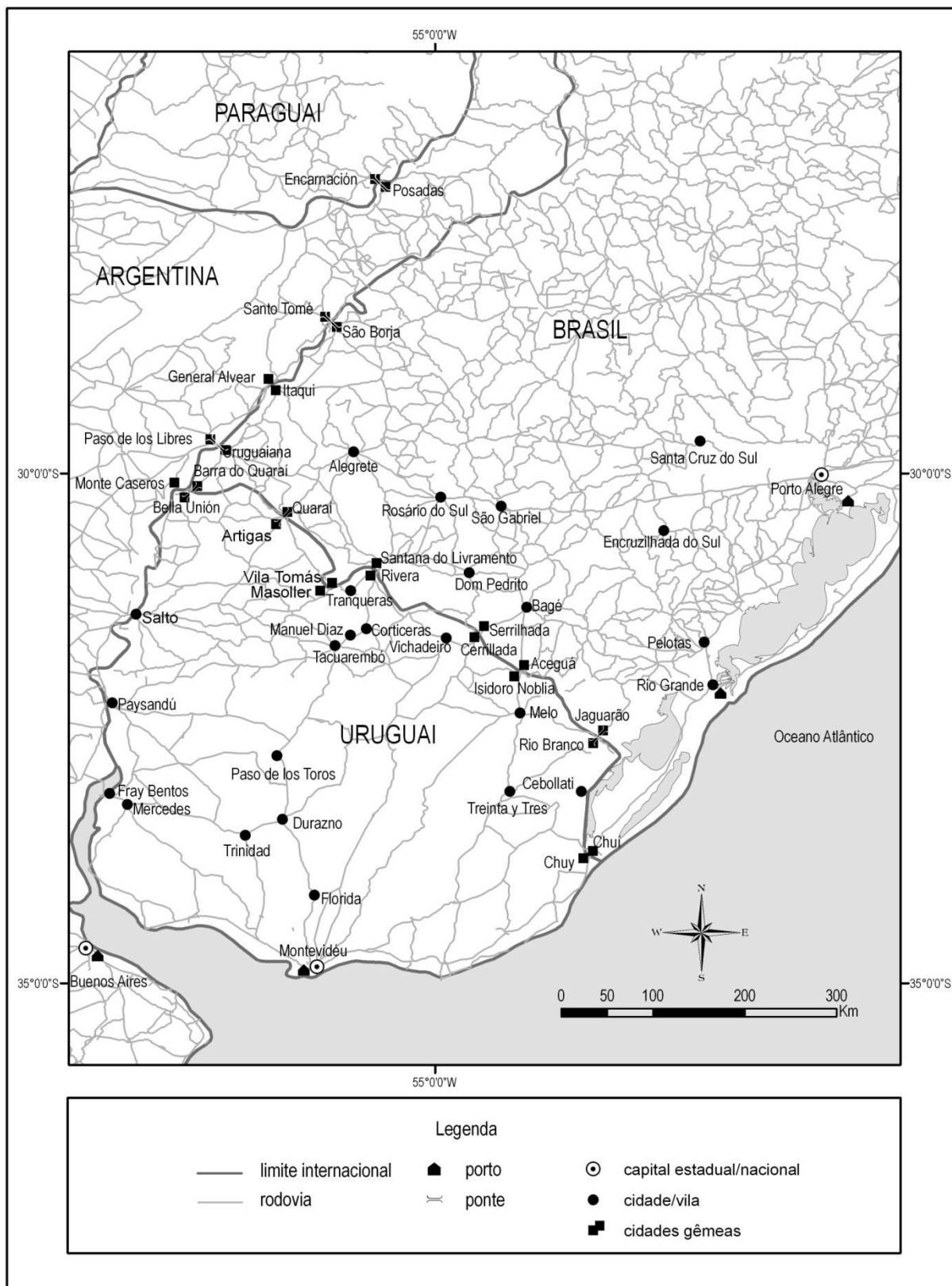


FIGURA 5: Região-Fronteira: mapa dos lugares citados nesta tese – 2008.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman, bases cartográficas do INPE/ Departamento de Defesa Americano/Grupo Retis, cartografia de Circe Dietz e Nola Gamalho.

Mesmo antes, segundo Lia Osório Machado, nos Estados Unidos já se falava em *twin cities*, cidades gêmeas, referindo a cidades conurbadas (Lício Monteiro, comunicação pessoal, julho de 2008). Noutro contexto, cidades-gêmeas são aquelas unidas pela diplomacia e o intercâmbio, estabelecendo laços de cooperação.

Nos confins dos Estados-Nação, no entanto, a expressão é reservada para pares ou trios de cidades que mantenham trocas intensas. O processo de formação de tais aglomerados urbanos nas fronteiras do Brasil é interessante: por vezes, as cidades se originam na própria linha, frente a frente; noutras vezes, elas crescem em direção a essa, se conurbando; não necessariamente têm a mesma data de fundação. Como aponta Fernando Rabossi, falar em cidades-gêmeas permite analisar as interações sem subsumi-las em uma unidade (2004, p.11). Em geral, a razão para o crescimento das cidades-gêmeas seria sua função comercial e de articulação de transportes e comunicações, diante das descontinuidades instauradas pela territorialização do Estado-Nação, a ponto de Karine Bennafla falar de uma renda de situação ou, mais diretamente, de uma renda fronteira (2002, p. 148).

No entanto, para essa autora, cidades-gêmeas e cidades-fronteira não são homólogas. Em primeiro lugar, ela refuta a definição de Joël Kotek (1996), que apresenta a cidade-fronteira como uma cidade disputada, polarizada em termos étnicos e ideológicos. Propondo a idéia de uma nova função urbana, a autora define:

Por cidade-fronteira preferimos designar as cidades (fronteiriças ou não) que não somente podem operar as descontinuidades fronteiriças, mas que prosperam graças ao diferencial existente entre dois Estados; em suma, que vivem da fronteira ou de uma economia fronteira (mesmo que parcial) (t.n.) (BENNAFLA, 2002, p. 138)¹⁰

Em outras palavras, trata-se dos pontos onde se opera a acumulação dos dividendos das trocas interestatais, muitas vezes no interior do território. Cabe apontar que o foco da geógrafa camaronesa são as redes comerciais e sua inscrição urbana, onde as fronteiras estatais aparecem como um limite de ordem política. Nessa linha de raciocínio, os lugares dotados de conexões internacionais, na forma

¹⁰ “Par ‘ville-frontière’, on préfère désigner les villes (frontalières ou non) qui non seulement ont la possibilité de jouer sur les discontinuités frontalières, mais qui prospèrent grâce au différentiel existant entre deux États, en bref qui vivent de la frontière ou d’une économie frontalière (même partielle)” (BENNAFLA, 2002, p. 138). A autora esclarece que a definição foi elaborada no âmbito de um grupo de trabalho formado por B. Reitel, C. Arbaret-Schulz, J.-L. Piermay, P. Zander e F. Moullé em Strasbourg, 1997-1998.

de um ponto, uma linha ou uma zona, como portos ou aeroportos, também constituem cidades-fronteira, o que não ocorre com mercados situados sobre o limite.¹¹ Privilegiar a rede em detrimento do lugar pode levar à valorização do que Marcio Cataia denomina “comando dissociado da fronteira” (comunicação oral, São Paulo, julho de 2008). No entanto, rede e lugar não se opõem se concebermos a primeira, como sugere Leila Christina Dias, como a conexão – seletiva e conjuntural, instável no tempo e no espaço – através da qual se articulam as ações sociais levadas a cabo em diferentes lugares (2005, p. 23-4). As interações são tão intensas em Santana do Livramento-Rivera que a geógrafa gaúcha Gisela Copstein afirma tratar-se de uma única cidade, sujeita a duas soberanias (1989). No caso em estudo aqui, e dado nosso propósito de aprofundar a compreensão das lógicas locais – as mais evidentes, as silenciosas – valorizando as trocas nesse conjunto urbano, a notação “a(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera” será adotada, representando a profunda relação entre população, redes e práticas presente no lugar.

Desta forma, é a observação das tradições, costumes e, principalmente, das práticas localizadas dos contrabandistas, o foco desta tese. A abordagem alinha-se a estudos do cotidiano fronteiriço e de suas representações, especialmente por geógrafos e antropólogos, entre os quais cito Gladys Bentancor-Rosés (2002), Héléne Velasco-Graciet (2006), Perla Zusman, Cristina Hevilla e Matias Molina (2006), Lidia Schiavoni (1993, 2005), Alejandro Grimson (2000, 2003), Grimson e Pablo Vila (2002), Fernando Rabossi (2004) e Peter Sahlins (1989) que se destaca pela originalidade.

A perspectiva analítica adotada propõe debruçar-se sobre o lugar, permitindo a observação da trama social, entendida como diversa, mas contextualizada pelas outras escalas. Ao optar por uma geografia da escala local e regional, tratando de processos sociais não estatais, na periferia da formação estatal, corro o risco de ter o trabalho enquadrado como não-generalizável, microescalar ou regionalista. Por outro lado, posso me aprofundar na compreensão de processos distintos da média nacional, evitando essencializações e posturas prescritivas.

¹¹ Os casos concretos, na África Central, que informam os raciocínios dessa autora são, além das metrópoles comerciais, mercados fronteiriços, aos quais ela recusa o estatuto urbano, uma vez que, entre outros fatores, carecem de estruturas políticas endógenas, desenvolvem-se em torno da mono-atividade, caracterizam-se pela periodicidade e efemeridade.

1. O COTIDIANO FRONTEIRIÇO E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS

Neste capítulo trazemos elementos históricos e contemporâneos que descrevem o cotidiano da(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera, a fim de contextualizar as práticas contrabandistas que são objeto deste estudo. Recorremos à bibliografia histórica para circunscrever a formação e a urbanização da fronteira entre o Brasil e o Uruguai¹². Buscamos explicar como a criação de gado, de características transumantes, e seu emprego como matéria-prima em charqueadas e frigoríficos de gestão estrangeira, mas voltados principalmente para o mercado brasileiro, ativaram a passagem legal ou não dos limites nacionais. Conhecemos ainda os nexos entre contrabando e política territorial, nas disputas pelo controle militar e fiscal da fronteira e no uso das redes de transporte e comunicações existentes. Por fim, examinamos como tais processos consolidam uma geografia das trocas legais e ilegais experimentada em Santana do Livramento-Rivera na estrutura interna da(s) cidades, nas práticas de consumo, na linguagem e na constituição de redes sociais.

1.1. PRIMÓRDIOS DA FRONTEIRA E DO CONTRABANDO GAÚCHOS

Durante séculos, na grande área por vezes chamada Tape (bacias dos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí e Negro) ou Yapeyú (vide Fig. 6), a presença política europeia limitava-se a iniciativas esporádicas, e só no fim do século XVIII a demarcação política e fundiária da margem ocidental do rio Uruguai foi iniciada.

No século XVI, os territórios que hoje são conhecidos como Rio Grande do Sul, no Brasil, e República Oriental do Uruguai faziam parte de uma região

¹² Durante algumas décadas, a bibliografia restringia-se à obra *Contrabando no sul do Brasil* (CESAR, 1978) e aos textos de Suzana Bleil de Souza (1994a, 1994b, 1995a, 1995b). Nos anos 2000, há um crescimento na produção historiográfica gaúcha sobre o contrabando (ALBORNOZ, 2000; AXT, 2002; COLVERO, 2004; FLORES, 2007; GIL, 2002, 2005, 2007; PANIÁGUA, 2003; ROCHA; BRAND, 2001; VOLKMER, 2007), provavelmente devido à centralidade emergente da fronteira e à valorização da história regional e da micro-história.

dominada por índios kaingang, guarani e guaicuru, cujos territórios foram sendo paulatinamente apagados.

A partir de 1609, missões jesuíticas instalam-se no centro da bacia do Prata (hoje territórios do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e fundam mais de trinta “povos” ou povoados. Dezenas de milhares de índios aí se aldeiam, plantando, criando gado eqüino, muar e bovino, sendo catequizados. As riquezas da Província Jesuítica do Paraguai, autônomas em relação às coroas ibéricas, atraíram bandeirantes do litoral atlântico por mais de um século, propiciando a abertura de caminhos que conectariam a costa ao interior.

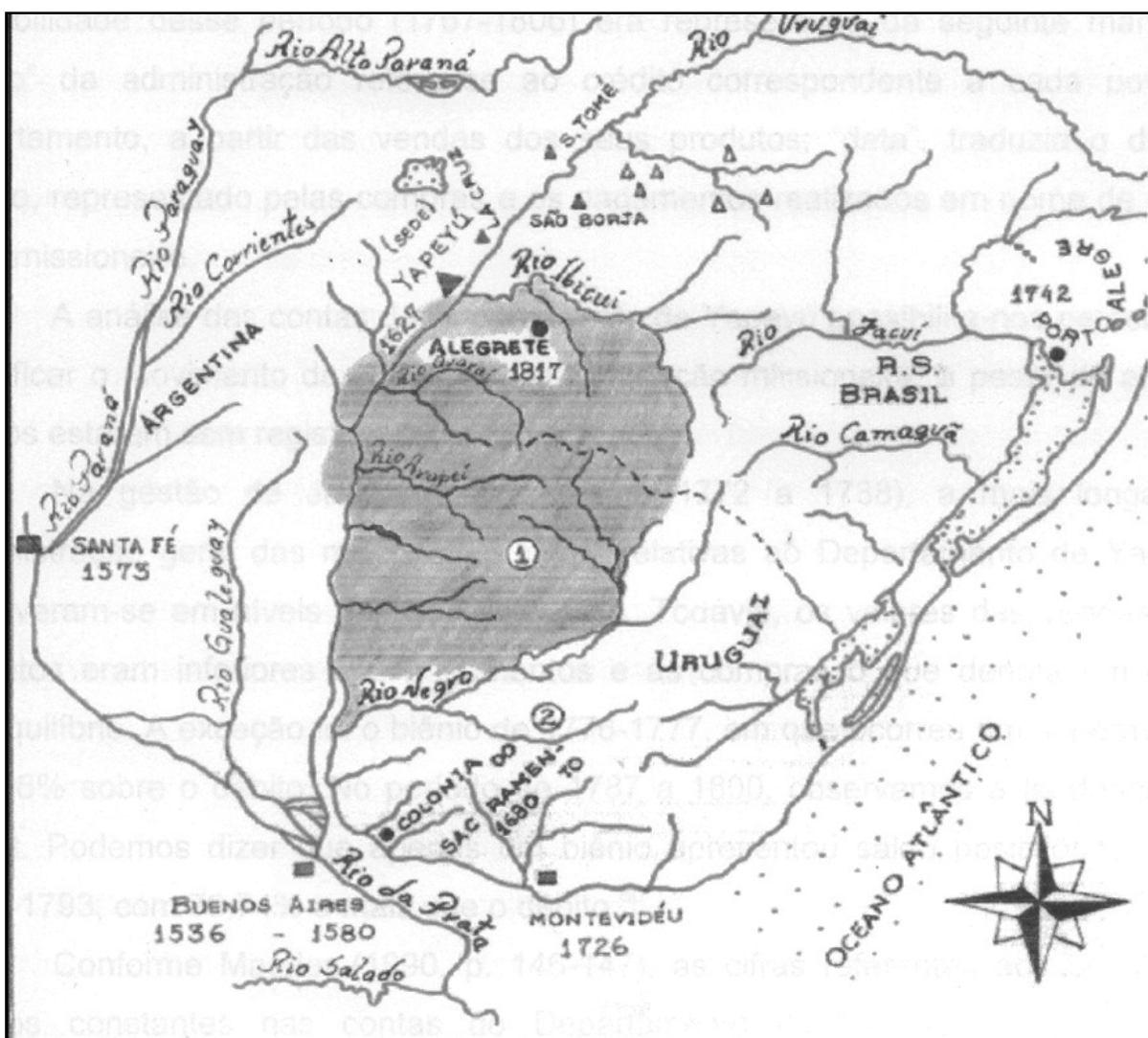


FIGURA 6: Departamento de Yapeyú: mapa – fim do século XVIII.

Fonte: GARAVAGLIA, 1975, p. 466, *apud* PANIÁGUA, 2003, p. 55.

Em 1680 funda-se, na margem oriental do rio da Prata, a Colônia do Sacramento. Trata-se de um enclave português construído para apoiar o avanço da

empresa colonial até o rio da Prata, indo além do território definido pelo Tratado de Tordesilhas, para garantir o escoamento flúvio-marítimo de mercadorias como alternativa a Buenos Aires. A essa ação, corresponde imediata reação castelhana, numa série de confrontos pela definição da fronteira colonial. O avanço desde o norte provocara constantes demandas quanto à ocupação de território espanhol pelos portugueses e a organização das califórnicas, incursões para captura de gado crioulo. É partir de Sacramento que se constrói, em 1752, o forte Jesus, Maria e José, origem de Rio Grande, e se inicia a construção da fronteira gaúcha. O século XVIII é marcado por lutas e tratados em torno de sua posse.

O Tratado de Madri (1750) redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava quase toda a bacia do rio da Prata. Esse tratado pautou-se pelo princípio do usucapião (*uti possidetis*), ou seja considerou que a terra pertence a quem a ocupa. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) confirmou o Tratado de Madri e devolveu à Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos. O Tratado de Badajós (1801) incorporou os Sete Povos das Missões ao Brasil, configurando, de modo geral, os atuais limites meridionais do Brasil.

No último quarto do século XVIII, a fronteira começou a ser demarcada no campo. Equipes de geógrafos, astrônomos e matemáticos espanhóis e portugueses percorriam a área, partindo do litoral. Permanecendo no terreno por longos períodos, tais agentes relataram em seus diários uma grande intimidade, e mesmo coincidência, entre contrabandistas e autoridades locais (GIL, 2007). Cabe lembrar a questão colocada pelo historiador, especializado no período colonial buenairense, Zacarias Moutoukias: “Se tratava o contrabando de ações isoladas ou estava ele estruturalmente ligado à vida econômica da região?” (t.n.) (1988, p.18)¹³.

¹³ “Se trataba de una suma de acciones aisladas o estaba estructuralmente ligado a la vida económica de la región?” (MOUTOUKIAS, 1988, p.18).

1.2. GOVERNADOR E CONTRABANDISTA NA FRONTEIRA DO SÉCULO XVIII

Por conta da situação territorial em definição, destacavam-se os homens fortes, capazes de dispor de recursos materiais e humanos. Tiago Gil (2002, 2003) apresenta as atividades de Rafael Pinto Bandeira entre 1770 e 1790 aproximadamente, na fronteira do Rio Grande, no leste da atual fronteira. Figura poderosa, foi governador interino e coronel, teve vários postos no governo, sempre por ser considerado necessário devido a suas posses e capacidade de forjar alianças.

Chefe de bando, Pinto Bandeira transitava entre o legal e o ilegal facilmente, contrabandeando mulas, gado e couros, via terrestre ou fluvial. Implicado em “assassinatos, extorsões e roubos” (idem, 2003, p. 2), mobilizava espiões, mensageiros, condutores de gado etc. através de carisma, favores ou coerção. A análise das atividades do bando mostra uma diversidade de ocupações, nos estratos “superiores” bem como nos “inferiores” da sociedade. Eles não eram contrabandistas em tempo integral, “eram, simultaneamente, militares, criadores, administradores e negociantes”, o que

se explica por uma certa insegurança frente aos negócios de cunho econômico, o que faz com que fossem preferidos vários investimentos, garantindo possibilidades maiores de manutenção de ganhos. Todavia, também é o reflexo da variedade de interesses que tais homens possuíam, [e da capacidade] de criar vínculos nos mais diversos setores sociais. Eram formas de negociar bens imateriais como favores, apoios e alianças. [...] Era mais uma forma de garantir a sobrevivência além da produção material. Um sujeito como Romão Vareiro, provavelmente indígena e, até onde sabemos, com poucos recursos, participou de arreadas, conduziu gados contrabandeados e, pelo que parece, possuía uma pequena propriedade às margens do rio Camaquã, onde criava cavalos.[...] Miguel Martins Serra [...] acumulava as funções de mensageiro, soldado, lavrador e condutor de gado contrabandeado. (id., ibidem, p.7)

Conforme Zacarias Moutoukias, também na Buenos Aires do século XVII, era difícil definir onde terminava o funcionário e onde começava o comerciante, de modo que a própria idéia de aliança burocrático-mercantil – que implica a existência de dois setores separados – não se aplicaria (1988, p. 114 e 202).

Na fronteira, além dos membros ligados aos setores “superiores” da sociedade, havia peões de contrabando, cuja atividade era eventual, dependendo das encomendas contratadas por compradores ou produtores. Cotidianamente,

esses homens estavam envolvidos com atividades como a plantação, a criação de gado ou as eventuais guerras. Estes eram “homens que percebiam o comércio ilícito como uma fonte de renda sazonal, possível para eles, na medida em que estavam diretamente vinculados a um negociante maior que lhes garantia a circulação e a segurança da passagem.” (GIL, 2003, p.15).

Pinto Bandeira valia-se de inúmeras estratégias para garantir o sucesso de sua atividade. Tiago Gil destaca a “acumulação troglodita”:

Além de provocarem o temor público, se valiam de seu nome e prestígio para obter bens em geral, sem necessidade de depender de dinheiro [...]. O investimento maior estava em certos atributos da família, como poder e controle social. Certamente este também não era um fundo inesgotável, e necessitava de uma administração cotidiana. (id., *ibid.*, p.16)

A principal característica organizacional identificada no contrabando era justamente o bando, denominado “pedra filosofal” pelo autor, e caracterizado como uma estrutura com dimensões horizontais – garantidas por relações de parentesco nos estratos mais elevados da sociedade – e verticais – ligando membros das camadas subalternas por reciprocidade gerada nos combates e nas contrapartidas de guerra, como obtenção de patentes, de terras etc., proteção a infratores ou ainda por coerção através de violência física. O bando tem um nível de relações “diádicas, homem a homem”, entre cunhados e sócios; e outro de relações bem verticalizadas, “escalonadas”, estabelecendo subalternos e níveis de intermediação.¹⁴

Por exemplo, com os índios minuano “que eram pródigos fornecedores de gado, Rafael se valia da ação de seu sogro, Dom Miguel Carai, que era um dos caciques daquele grupo” (id., *ibid.*, p.5). A aproximação com os Guarani era feita pelo sócio Antonio Carneiro.

Especialmente, o contrabando capitaneado por Pinto Bandeira criava alianças, tendo tecido uma rede que ligava Rio Grande a financiadores do Rio de Janeiro e Montevideu e enviava tropas para Curitiba. No âmbito regional, a figura 7 indica a rota terrestre levantada por Gil, caminhos comuns e notórios identificados pela leitura dos processos (id., *ibid.*, p.13).

¹⁴ Tiago Gil remete a valorização do bando como estrutura social a João Fragoso (2001), em suas pesquisas sobre a elite colonial no Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII (comunicação oral, 26/09/2006).

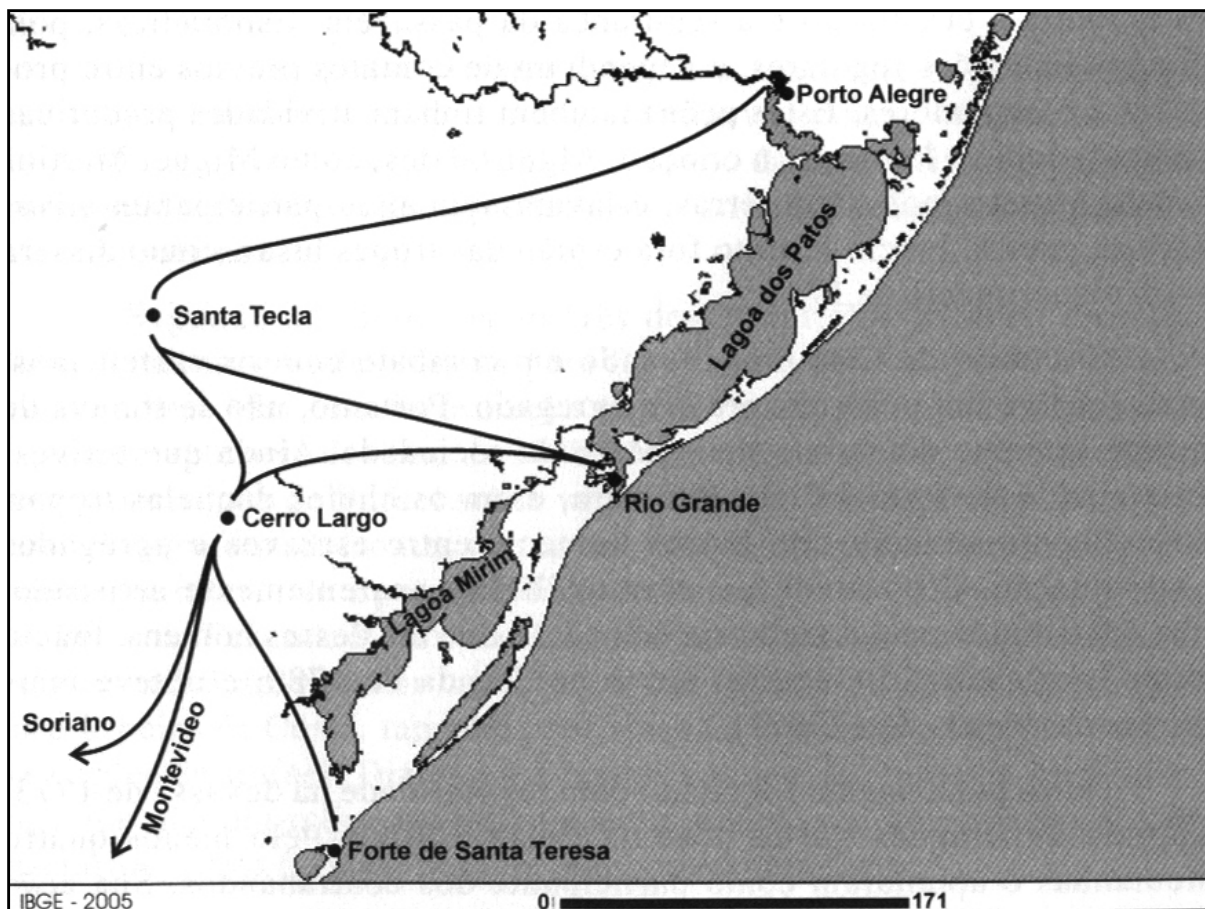


FIGURA 7: Sul da América portuguesa: mapa das ligações terrestres no espaço de atuação dos contrabandistas – 1780/1810.

Fonte: GIL, 2007, p. 175, sobre a base cartográfica integrada do Brasil ao milionésimo digital, 2003, IBGE/DGC/CCAR, alterado para fins de ilustração; diversas fontes da época levantadas na pesquisa.

A rota fluvial do contrabando, na mesma época, está representada na figura 8. Por ela entram na América portuguesa couros e saem fumo e escravos. O texto menciona a cobrança de propina para passagem de outros bandos ou a apreensão de cargas e canoas, em nome da lei, para uso posterior pelos confiscadores. A proximidade com a lei servia também para legalizar o contrabando.

O artigo em discussão aborda ainda outras estratégias. O uso da força, baseado na impunidade garantida pelo tráfico de influências, favorecia uma loja que existia na casa de Pinto Bandeira, já que a autoridade do dono lhe permitia expulsar os comerciantes concorrentes e confiscar mercadorias de terceiros. Além disso, ele tinha um espião estacionado na lagoa Mirim, que controlava a fronteira. Oficiais na Guarda do Passo do Beca, próxima à estância do Pavão, de Pinto Bandeira, cobravam propinas para não confiscar contrabando. Pinto Bandeira foi acusado ainda de confiscar canoas de outros contrabandistas e utilizar material da Coroa

para construí-las – pregos e madeira da Fazenda Real (id., ibid., p.16) – além de empregar índios e escravos como marinheiros sem nunca pagá-los (id., ibid., p.21). Todas essas atitudes mostram uma sobreposição entre a apropriação privada da terra e do território nacional, dada pelos privilégios garantidos pela capacidade de organizar uma rede de relações, tanto diante de concorrentes nas práticas ilegítimas quanto em ganho de autoridade legítima.

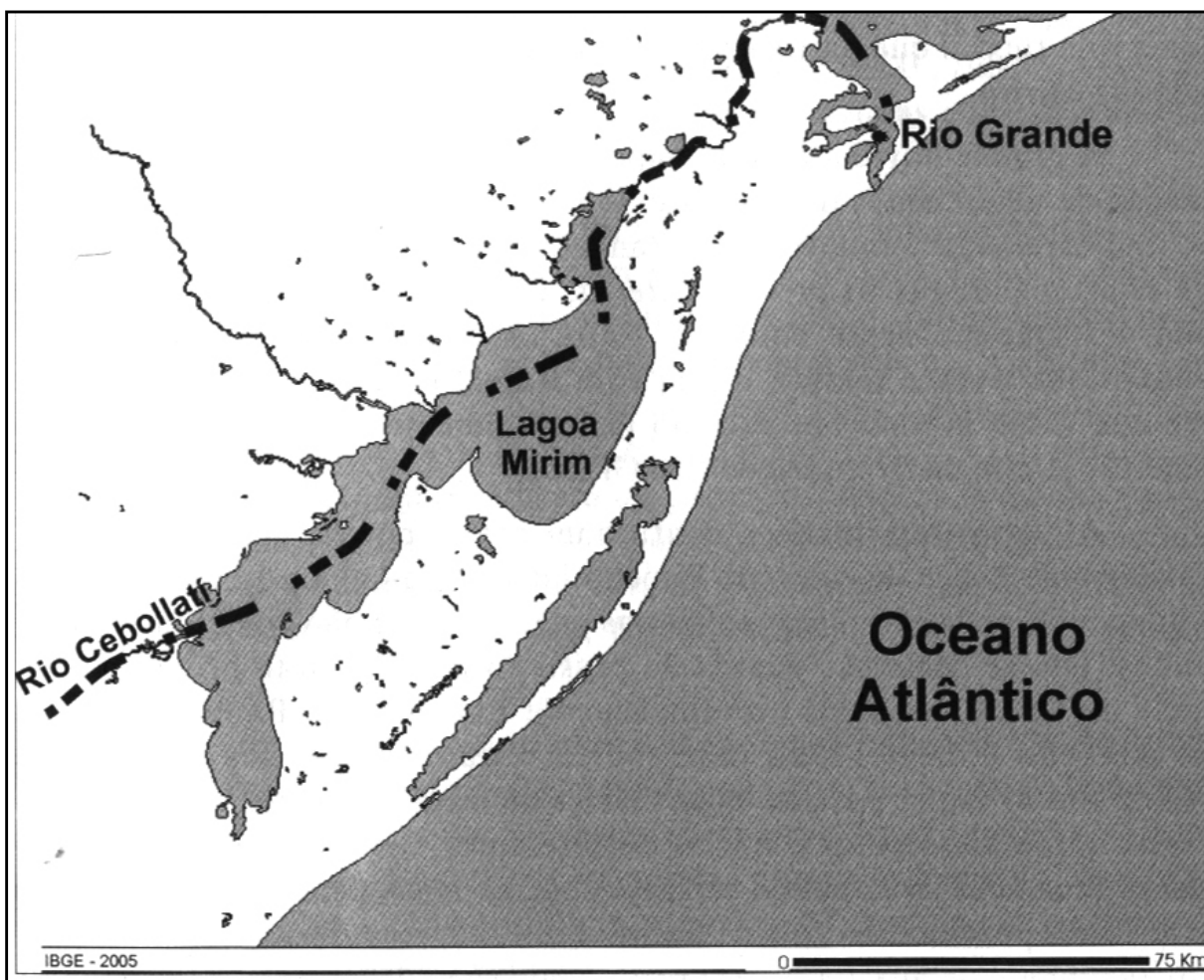


FIGURA 8: Lagoa Mirim: mapa da rota flúvio-lacustre do contrabando de couros – 1780/1810.

Fonte: GIL, 2007, p. 180 sobre base cartográfica integrada do Brasil ao milionésimo digital, 2003, IBGE/DGC/CCAR, alterado para fins de ilustração; diversas fontes da época levantadas na pesquisa.

Segundo o mesmo raciocínio, conclui-se haver uma “privatização da fronteira”, isto é, o uso em proveito próprio da autoridade outorgada pela Coroa para o controle da fronteira, cobrando propinas ao invés de impostos, facilitando a passagem dos membros do bando e reprimindo o movimento dos rivais. A proximidade ao poder possibilitava ainda legalizar mercadorias ilegais. Essa

“privatização” não era feita apenas por esse grupo, nem acontecia apenas neste lugar, conforme mostra o trabalho de Zacarias Moutoukias (1988).¹⁵

Ao mesmo tempo em que era investigado por causa de denúncias de alguns comerciantes que coagira, Rafael Pinto Bandeira recebia, em Lisboa, o posto de brigadeiro, assumindo posteriormente o posto de governador interino do Rio Grande de São Pedro com frequência. Tais graças demonstram que ele era um súdito de valor reconhecido pelos governantes, com ótimas relações nas esferas políticas mais elevadas, e que não havia contradição tão forte entre servir à Coroa Portuguesa, defendendo a fronteira, e promover interesses particulares, contrabandeando. De fato, seria impossível contrabandear se não houvesse fronteira, e controlá-la politicamente facilitava as atividades de um bando em prejuízo de outros.

1.3. URBANIZAÇÃO: CONTROLE E CONTATO

Em meados do século XIX, há menos de dois séculos, portanto, os Estados nacionais ainda estavam a traçar a fronteira que hoje divide Brasil e Uruguai.¹⁶ Em vários momentos daquele século, o governo brasileiro não era capaz de assegurar

¹⁵ Segundo Gil, “Rocha dizia ainda que Rafael se valia de seus postos militares, como comandante da fronteira, para privilegiar seus partidários e embaraçar outros arreadores [...] para eliminar seus concorrentes”. (GIL, 2003, p.11) O Capitão de Dragões Carlos José da Costa e Silva (cunhado de Rafael Pinto Bandeira) foi nomeado como participante, e como comandante oficial da fronteira “garantiria a passagem de determinados indivíduos, confiscando outros ou cobrando pesadas ‘multas’, isto é, propinas”. (idem, ibidem, p.15). Outro cunhado de Pinto Bandeira era contrabandista e comandante do distrito do Caí, encarregado de coibir aí o contrabando: “Testemunhas acusaram Custódio [Ferreira] de se valer de seu posto para confiscar para si alguns animais e cobrar de outros tropeiros para não efetuar o confisco. Alguns desses tropeiros que andavam com contrabandos acabaram sendo pegos em outros lugares. Custódio não deveria estar interessado em proteger esses tropeiros, até porque poderiam tornar-se concorrentes. Mas o bolso da quantia lhe interessava [...] Alguns contam inclusive que obrigava a alguns tropeiros a comprar seus animais ou, em algum caso mais específico, casar com alguma de suas filhas bastardas” (id., ibid., p.22-3).

¹⁶ A fronteira Brasil-Uruguai foi definida por tratado internacional em 1851, demarcada entre 1852 e 1862, sendo caracterizada a partir de 1920. Ainda hoje existe controvérsia sobre alguns trechos da fronteira e, ainda no começo de 2006, novos marcos foram colocados no centro das cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera. Os principais documentos bilaterais que trataram da definição dos limites entre o Brasil e o Uruguai são: o Tratado de Limites (12/10/1851); Tratado da Lagoa Mirim (30/10/1909); Convenção do Arroio São Miguel (07/05/1913); Estatuto Jurídico da Fronteira (20/12/1933) e Notas Reversas sobre a Fixação da Desembocadura do Arroio Chuí (21/07/1972) (FRONTEIRA..., 2006).

para si a área fronteira em questão, em geral apropriada por partidos locais. A Revolução Farroupilha (1835-1845) é o momento mais frequentemente lembrado, mas houve vários outros embates entre lideranças locais, contando com a ajuda de aliados orientais, pelo controle de terras, opondo a causa republicana à federalista, em conflitos que interrompiam comunicações e ameaçavam o controle efetivo do território e de suas fronteiras. Assim se deu em 1891, entre 1893 e 1895, em 1897 e 1923, em conflitos que usualmente tinham como estopim protestos contra medidas fiscais que prejudicavam as elites fronteiriças¹⁷.

A integração nos confins das colônias ibéricas – e das nações sul-americanas do XIX – em lugares esparsamente povoados, como nessa fronteira ainda em esboço, favoreceu, por séculos, ao comércio e às trocas. Num espaço de trânsito, onde a principal atividade era pastoril e transumante, os caminhos se destacavam. Os espanhóis partiam do porto de Montevideu, enquanto o povoamento pelos portugueses se fazia a partir do litoral, saindo de Rio Grande em direção noroeste, em demanda de uma fronteira.

Nas palavras de Suzana Bleil de Souza:

ao contrário de outras fronteiras, a do sul do continente “era uma região freqüentada, um mundo de relações contínuas e prolongadas”. A própria transumância do gado, espontânea ou dirigida pelo “changador” levava à interação de territórios e de povos, contrariamente ao desejo das chancelarias das metrópoles coloniais (t.n.) (1994a, p.339)¹⁸.

As cidades originavam-se de entrepostos de abastecimento ou de acampamentos militares, o que mostra a tensão entre a busca e a interdição dos

¹⁷ Afinal, como controlar áreas conflagradas que nem mesmo se encontravam na mão do governo constituído, sendo tensionadas por grupos com alianças uruguaias? Márcia Volkmer (2007, p.65) afirma que, durante os embates de 1893-5, “quase um terço das estações fiscais do Rio Grande do Sul permaneceria em um estado de total incomunicabilidade em decorrência do movimento revolucionário. À desorganização dos postos somava-se o abastecimento pela via uruguaia, sem nenhum registro ou taxaço. As repartições estavam desorganizadas e eram fechadas de acordo com o movimento das tropas. Além disso, havia freqüentes assaltos e um sem número de irregularidades praticadas pelos próprios funcionários do Estado”. A situação dos fiscais complicava-se porque “o interesse que mostrassem no exato cumprimento de seus deveres era muitas vezes origem de inimizades e malquerenças que, em momento de perturbação da ordem, como o que atravessávamos, dava lugar a *vindictas* e atentados” (AHRs, Relatório da Fazenda, 1895, p. 13, *apud* VOLKMER, 2007, p.65).

¹⁸ “*A l'inverse d'autres frontières, celle du sud du continent fut une région fréquentée, un monde de relation continue et prolongée. La transhumance du bétail elle-même, spontanée ou activée par le changador (colporteur), mène à l'interaction de territoires et de peuples, contrairement à ce qui était souhaité par les chancelleries des métropoles coloniales*” (SOUZA, 1994a, p.339).

contatos transfronteiriços. Seu desenvolvimento ligava-se a intenções de aproveitar a proximidade da fronteira, a renda fronteiriça para comerciar. Segundo a informação do geógrafo gaúcho Raphael Copstein, corroborada por outras fontes,

[a cidade de] Rio Grande aparece com função militar, que é o forte que tem aí [Forte Jesus, Maria e José], mas seguido depois da fundação existem 30 e tantos comerciantes num lugar que só tem tropa, e tropa inclusive que não recebe em dia, e porque, o que eles vieram fazer aí? [...] Num lugar que só tem soldado e meia dúzia de negros? E que não tem dinheiro? Olhar para a bonita cara do exército e do patriotismo? Evidente que não, não é?! (entrevista, Porto Alegre, 11/10/2005).

Uruguaiana é outro exemplo: surge em 1840, de um posto fiscal erguido num passo de fronteira. Junto ao posto havia um acampamento militar e vários ranchos, formando um povoado chamado inicialmente Santana do Uruguai (PONT, 1982, p. 69), que teria uma função estratégica para os farrapos.

Eu não posso provar, porque eu não tenho elementos ainda, que Uruguaiana, durante a Revolução Farroupilha, o governo procura fazer lá um [núcleo]. É para o comércio entre o Rio Grande do Sul, que se fazia por outros lados, e o Uruguai, a Argentina, a busca de armas e outras coisas, porque, não tendo os farrapos dominado a Lagoa [Mirim] nem Rio Grande ou São José do Norte, eles só podiam negociar através do Prata, e escolhem inclusive mal o sítio de Uruguaiana, tanto que o sítio muda duas ou três vezes (Raphael Copstein, entrevista, Porto Alegre 11/10/2005).

Já o povoamento da região de Dom Pedrito (iniciado em 1800 e consolidado com a elevação à município em 1872) tem relação estreita com o contrabando na fronteira. O município recebeu seu nome de um espanhol conhecido como Don Pedrito, que organizava esta atividade ilegal, atraindo os interessados em comerciar e criando um povoado. Pedro Ansnategui foi “citado como um dos maiores *changadores* da Banda Oriental, em 1790” (GIL, 2007, p. 11). A atividade de Don Pedrito levou ainda à abertura de picadas, que posteriormente deram origem a estradas.

Segundo o historiador gaúcho Gunter Axt, a diferença de preços e tarifas motivou os “contrabandistas uruguaios a fundar a Vila de Artigas (antigo nome de Ríó Branco), contígua à cidade de Jaguarão, que se desenvolveu em prejuízo da segunda” (2002, p. 1). Outras interpretações talvez considerassem que a relação entre as duas cidades era sinérgica e não parasitária, casos distintos de relações entre cidades-gêmeas.

Ao longo da extensão limítrofe, estabeleceram-se outras povoações que conformaram, com suas contrapartes, pares de centros urbanos. O simples exame da toponímia na fronteira Brasil-Uruguai revela os fortes vínculos entre as comunidades: repete-se dos dois lados da linha de fronteira, remetendo a passos, lugares de observação etc., simbolizando a experiência de contato, a correspondência, o duplo. Esses nomes dão ainda pistas das relações – nem sempre legais – que levaram ao surgimento de formas espaciais como caminhos e núcleos urbanos. Chuí-Chuy, Cerrilhada-Serrillada, Aceguá-Acegua, são exemplos. Existe ainda Barra do Quaraí-Bella Unión; Quaraí-Artigas; Vila Tomás de Albornoz-Masoller. Jaguarão tem, à sua frente, a cidade de Río Branco, batizada em português em homenagem à generosidade do Barão na negociação dos limites dentro da Lagoa Mirim. Outra vila fronteiriça chama-se Vichadero, palavra que se traduz como atalaia, lugar de vigilância. Diz-se que o povoado originou-se nas vantagens do sítio, que permitia a observação de vastos campos e caminhos, facilitando a detecção da chegada de companhias militares e grupos de guardas de fronteira.

Entre tantas cidades da fronteira, Santana do Livramento, nosso foco, originou-se num acampamento militar estabelecido em 1811, por ordem de D. João VI, com o propósito de auxiliar ao vice-rei das províncias do rio da Prata nas dificuldades que experimentava para conter a insubordinação e os movimentos de independência. Tal acampamento foi levado em consideração pelo *uti possidetis* nos debates demarcatórios em 1851. Em torno dessa praça militar, sesmarias foram outorgadas aos soldados e aliados da coroa portuguesa, combinando a posse da terra à garantia armada do território. Em 1823, autoriza-se a construção de uma capela; em 1857, desmembra-se uma área do município de Alegrete; e, finalmente, em 1876, surge a cidade de Santana do Livramento (ALBORNOZ, 2000, p. 29-32).

No lado “uruguaio”, no fim do século XIX, receava-se a ameaça expansionista portuguesa¹⁹. José Gervásio Artigas, protagonista da história oriental, havia

¹⁹ “Na hora presente, o Brasil, depois de continuados e pacientes esforços, domina com seus súditos, que são proprietários do solo, quase todo o norte da República: em toda essa zona, até o idioma oficial quase se perdeu, já que se fala mais freqüentemente o português. Por isso temos visto que em nossas lutas cívicas os partidos orientais têm apelado a chefes brasileiros que, mesmo quando nascidos em nosso território, conservam o idioma, os costumes e o amor à pátria de seu pai, que também é a sua, mesmo que não tenham nascido nela, já que para conservar sua nacionalidade, vão batizá-los nas paróquias brasileiras da fronteira” (t.n.). *“En la hora actual, el Brasil, después de*

percorrido, na primeira década do século XIX, o “deserto verde”²⁰, situado distante de Montevidéu, ao norte do Rio Negro. Tomando conhecimento da situação local, identifica o projeto colonizador lusitano como o principal problema, contrariando a crença corrente que acusava aos índios e aos contrabandistas de gado de obstaculizarem a exploração da área. Ele afirmava ter “clara consciência do avanço visível e patente das fronteiras lusitanas bem adentradas no território espanhol” (PALERMO, 2001).

Combinando o controle territorial ao papel simbólico na defesa da nacionalidade, a fronteira parece demandar iniciativas por parte dos líderes “uruguayos”, que optam pela fundação de vilas, num projeto de demarcação da fronteira norte. Em 1795 funda-se Melo (atualmente a 60 km ao sul da fronteira) e distribuem-se *guardias* e vilas ao longo da fronteira leste (idem, ibidem, p. 158).

Outras medidas são tomadas, objetivando “orientalizar” a fronteira norte do país. Uma nova divisão departamental é estabelecida em 1879, facilitando a organização do território e trazendo autoridades para junto da linha de fronteira. A extensão de redes ferroviárias e de telégrafo reforçou as ligações com Montevidéu. Estimulou-se a imigração europeia a fim de diminuir o peso demográfico dos descendentes de brasileiros. A agricultura levada a cabo por nacionais foi incentivada e providenciou-se a instalação de escolas a fim de combater a língua portuguesa e seus falantes.

Essas medidas resultaram na criação de uma série de cidades²¹. Rivera nasce de Villa Ceballos no último quarto do século XIX, apesar dos marcos da fronteira estarem plantados desde 1853. Fundada como contenção ao avanço

continuados y pacientes esfuerzos, domina con sus súbditos, que son propietarios del suelo, casi todo el norte de la República: en toda esa zona, hasta el idioma oficial casi se ha perdido ya, puesto que es el portugués el que se habla con mas generalidad. De ahí que en nuestras luchas cívicas hayamos visto a los partidos orientales necesitados del curso de jefes brasileños que, aún cuando hayan nacido en nuestro territorio, conservan el idioma, las costumbres, y el amor a la patria de su padre, que es la suya también, aunque no hayan nacido en ella, ya que para conservarles hasta la nacionalidad, han ido bautizarlos en las parroquias brasileñas de la frontera [...]” (VARELA, J. P.; RAMIREZ, C. M. El destino nacional y la universidad. Montevidéu: Polémica, Biblioteca Artigas, [1876] 1965, t.1, p. 132-3, *apud* SOUZA, 1995b, p. 164).

²⁰ A imagem do deserto verde, hoje associada à arenização e ao florestamento, já pode ser encontrada no diário, iniciado em 1781, do demarcador espanhol D. Felix de Azara.

²¹ Na lista que segue, o nome dado na fundação é seguido pelo nome atual, entre parênteses: San Fructuoso (Tacuarembó) em 1832; Santa Rosa del Cuareín (Bella Unión), San Eugenio (Artigas), Treinta y Tres, Villa Artigas (Rio Branco) e Villa de Ceballos (Rivera) entre 1853 e 1862 (SOUZA, 1994b).

brasileiro, os primeiros censos demográficos (1867, 1895) apontavam, entretanto, a existência de maior número de habitantes brasileiros que uruguaios. Os brasileiros tinham também maior relevância na produção pecuária (censo de 1900). Comércio, pecuária e agricultura eram as ocupações dos imigrantes que se instalavam na vila.

A lei de sete de maio de 1862, considerada como o ato fundacional de Rivera, determina, em seu artigo 1º, “o delineamento de uma vila na Coxilha de Santana, sobre nossa linha de fronteira, frente à vila brasileira de Santa Ana de Livramento”, e já no artigo 7º lê-se que: “quando o Poder Executivo considere conveniente poderá estabelecer nesse ponto uma Aduana Terrestre”²².

Tratam-se, portanto, de cidades que surgem graças aos projetos de demarcação das fronteiras, e não de núcleos urbanos ligados a uma territorialidade anterior e que passassem a conviver com um limite originado pela colonização por europeus ou mesmo pela formação dos Estados nacionais americanos. Em outras palavras, o povoamento mais significativo dessa região foi promovido pelos Estados nacionais em seu esforço de delimitação do território. Observe-se ainda que o traçado dos limites visava também o estabelecimento dos equipamentos de controle aduaneiro, com funcionários para administrar e legislação específica, associando a construção do território estatal ao seu controle fiscal.

Criadas com a mesma função, ainda que a serviço de diferentes Estados, Livramento e Rivera se relacionavam também em razão das necessidades locais de abastecimento dos povoadores. Essa fronteira, de ocupação tardia e sem grandes acidentes físicos em que se apoiar – nesse trecho ela segue o divisor de águas da coxilha de Santana –, motivou medidas de segurança nas coroas e nos governos independentes que as sucederam, mas desde os primórdios da ocupação podem-se encontrar, mesmo no âmbito nacional, aqueles que visavam combinar a demarcação territorial com trocas econômicas. Já naquele momento, tratava-se de aproveitar a renda de situação ou renda fronteiriça, citada por Karine Bennafla (2002, p. 140).

²² “Art. 1º - El poder ejecutivo ordenará la delineación de pueblo en la Cuchilla de Sant’Ana, sobre nuestra línea de frontera, frente al pueblo brasileiro, Santa Ana Livramento. [...] Art. 7º - Cuando el Poder Ejecutivo lo estime conveniente podrá establecer en este punto una Aduana Terrestre”. (BOERO; BOERO RUIZ, 2004, p. 14).

Pode-se citar como exemplo um extrato das observações do deputado uruguaio Tomas Diago, publicadas em 1863:

Pode-se assegurar de forma rotunda que, caso se proceda à delimitação e doação de solares em Ceballos, a maioria do comércio estrangeiro de Santa Ana do Livramento virá engrossar a população, estimulada pelo atrativo dos bons negócios que se fazem ali, do qual é bom testemunho a casa de comércio do Sr. Queirolo que, em quatro meses, despachou para o Brasil vinte mil pesos de mercadorias levadas de Montevideu (t.a) (*apud*. BENTANCOR-ROSÉS, 2002, anexo 3)²³

Nos primeiros anos, os dois núcleos tangentes à linha de fronteira eram habitados por soldados e comerciantes recém-chegados, além de moradores da região, que se agruparam e se integraram no dia-a-dia, em busca das conveniências urbanas, do alimento, da igreja, da segurança, escassos no século XIX, nessas áreas periféricas aos centros políticos. Segundo Vera Albornoz, na primeira metade do século XIX, Livramento estava tão isolada que o General Osório afirmou que as tropas estavam “em sítio em seu próprio país”. Ela acrescenta que, de carreta, uma viagem à Pelotas (aproximadamente 350 km) demorava 18 dias no verão e até 80 no inverno, devido às péssimas estradas (ALBORNOS, 2000, p.32-3).

As relações eram de troca intensa, as frutas e quase toda a mercadoria vindo de Rivera e de lugares mais interiores no território uruguaio para Santana do Livramento, que não possuía hortas ou indústrias (RESENDE SILVA, 1922). Segundo Bentancor-Rosés (2002, p.93), os habitantes de Livramento se beneficiaram com a fundação de Rivera também por acederem a mercadorias importadas via Uruguai, com taxas até 50% menores do que as praticadas no Brasil. Moradores de outras localidades no interior do Rio Grande do Sul também aproveitavam a diferença de preços, outorgando destaque econômico ao par de cidades.

²³ "Puede asegurarse de manera rotunda; q.e si se procede a la delimitación y donación de solares en Ceballos, la mayoría del comercio extranjero de Santa Ana do Livramento vendrá a aumentar la población, estimulados por el atractivo del buen negocio q.e por allí se hace; del cual es buen testimonio, la casa de comercio del Sr. Queirolo, q.e en cuatro meses ha despachado pa el Brasil, veinte mil pesos de mercaderías llevadas de Montevideo" (*apud* BENTANCOR-ROSÉS, 2002, a. 3).

1.4. A POLÍTICA ECONÔMICA DA REPÚBLICA VELHA PARA A FRONTEIRA GAÚCHA

A centralidade econômica da região da fronteira levou à criação, em 1888, na vigência da República Velha brasileira, de uma tarifa especial, isentando de tarifas de importação as mercadorias nacionais que passavam pelo porto de Montevideú. Tratava-se de uma tentativa de acomodar os divergentes interesses de grupos econômicos territorializados: de um lado estava a elite comercial e latifundiária da região da Fronteira, com poder e responsabilidade advindos da tarefa de defender o território; e do outro, o “alto comércio urbano” e os “trabalhadores e fabricantes independentes” do Litoral, mais dinâmicos e próximos aos governos da província. Estavam em disputa dois desenhos da rede de abastecimento e escoamento da economia da província. Segundo Gunter Axt (2002, p.2):

Em torno do contrabando, graças à polêmica vazada pela *tarifa especial no dealbar* do regime republicano, surgiu a primeira chance para formação da política econômica castilhistas, logo após a tomada do poder estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A *tarifa especial* era um mecanismo de equilíbrio entre interesses conflitantes na antiga Província de São Pedro, consubstanciados na divisão entre alto comércio urbano litorâneo, convergente para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, e comércio fronteiriço, este, significativamente determinado pela presença do contrabando de mercadorias com o Uruguai e Argentina.

Do outro lado da fronteira, o governo uruguaio tomava várias medidas para incentivar o chamado comércio de trânsito. Em 1860, instituiu depósitos livres no caminho para a divisa, que isentavam de custos de armazenagem, por um ano, as mercadorias em trânsito. Além disso, os produtos vindos de Montevideú para a fronteira não pagavam impostos.

Essa política liberal favorecia às casas comerciais de Montevideú, cujos associados do interior eram beneficiados, e às estradas de ferro, aumentando seu movimento e lucro, graças às garantias dadas pelo governo uruguaio. Isso compensava a pequena arrecadação na fronteira e a evasão fiscal das mercadorias admitidas no país por estarem supostamente em trânsito, mas desviadas para o interior. O governo brasileiro, por sua vez, controlava o mercado interno com estratégias diferentes: “enquanto o império privilegiava as tarifas reduzidas, na

República enfatizou-se preferencialmente o controle policial e burocrático” (AXT, 2002, p.4).

Aí, e em quase toda atividade produtiva e comercial na região, observam-se práticas que podem ser classificadas como comércio legal ou como contrabando, e que, no geral valem-se de uma associação entre essas duas estratégias. O combate aos contrabandistas era pouco efetivo, uma vez que estes eram conhecedores do lugar e dispunham de boa inserção social, que lhes garantia trânsito eficaz.

Além do que, questões de ordem legal e territorial colocavam-se constantemente. Por exemplo, em 1899, as autoridades gaúchas decidem pela “amarra”. Segundo Márcia Volkmer, trata-se de norma “que obrigava todas as embarcações que percorriam o passo do Baptista [maior ponto de trânsito entre San Eugenio e Quaraí] a permanecerem amarradas na margem direita do rio [Quaraí], ou seja, na margem brasileira durante a noite” (VOLKMER, 2007, p.67), porque assim o contrabando fluvial seria mais bem controlado. Tal medida contava com apoio de Borges de Medeiros, então presidente da província. Sendo o Quaraí um rio internacional, as autoridades quaraíenses, gaúchas ou brasileiras não podiam legislar sozinhas sobre suas águas, margens ou freqüentadores. Negociações foram encetadas e um acordo foi feito “*reservadamente*, no nível regional, com a participação do chefe político de Rivera, homem de estreitos vínculos com as autoridades republicanas rio-grandenses” (idem, ibidem, p.68).

Assim, “o “espaço do contrabando” não era unicamente gaúcho” e o rio é mais do que internacional, é um espaço em si fronteiro; o contrabando se territorializa sobre dois territórios nacionais e “o fato de o limite geopolítico delimitar e legitimar as ações de um Estado soberano e, neste caso, de ambos os países terem direito sobre o rio, tornava as ações neste espaço complexas e estratégicas” (Id., ibid., p.68).

Segundo Gunter Axt (2002, p.9), muitas vezes uma emboscada era apenas um despiste, uma encenação planejada pelos contrabandistas, desviando a atenção de carregamentos mais volumosos, que passavam por outros pontos da fronteira. Carretas eram silenciadas com panos nas rodas, entrando à noite nas cidades, tendo seu trânsito facilitado por batedores encarregados de fechar as ruas. Em

Uruguaiana, em 1907, as cargas contrabandeadas eram, às vezes, acompanhadas de convenientes quedas de luz – que se restabelecia assim que a operação terminava. Não era coincidência, já que a maior casa comercial da cidade pertencia ao dono da usina elétrica.

Havia também o contrabando de armas, parte importante da política de fronteira. O exemplo mais conhecido é o do Coronel João Francisco Pereira de Souza, a Hiena do Cati. Ele invadiu violentamente Rivera em 1903, durante a revolução nacionalista uruguaia. Castilhista, ele contrabandeava armas para apoiar os *blancos* de Aparício Saraiva, aliados de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos; opositores dos maragatos, dos colorados e do exército brasileiro. Esse esquema ruiu com a morte de Aparício Saraiva:

Em 1906, João Francisco negociou, com o apoio de Borges, um acordo com Batlle, presidente uruguaio, no qual se comprometia com a neutralidade nos conflitos vizinhos, ganhando em troca sentença favorável da justiça oriental em diversos processos, muitos dos quais relativos a práticas de contrabando e sonegação fiscal, movidos contra correligionários republicanos com interesses estabelecidos naquele país, entre os quais o irmão de João Francisco, Bernardino Pereira de Souza (AXT, 2002, p. 11).

Assim, nas primeiras décadas do século XX, o combate ou a tolerância ao contrabando na fronteira estavam ligados ao favorecimento de alguns aliados fronteiriços em detrimento de outros.²⁴

Por outro lado, a repressão ao comércio fronteiriço atendia aos interesses das elites litorâneas. Pode-se afirmar tratar-se de uma gestão fiscal que refletia uma política regional, já que havia uma estratégia para a organização espacial dos postos aduaneiros, sob controle da Secretaria Estadual da Fazenda, no que diz respeito ao número de postos, à hierarquia entre eles, à escolha dos lugares onde instalá-los e em relação à nomeação dos fiscais, os agentes que corporificam o fisco, contemplando facções e fidelidades específicas: concentravam-se na fronteira para

²⁴ Gunter Axt cita vários exemplos que corroboram a idéia de que havia uma aliança ou coincidência entre contrabandistas e elite local: “Em Cachoeira do Sul, por exemplo, onde era de domínio comum que o trânsito noturno de carretas desovava mercadorias contrabandeadas nas lojas, o ritmo das apreensões intensificava-se quando a cisão entre as facções se aprofundava e as autoridades articuladas a uma pretendiam constranger os comerciantes de outra. Em Uruguaiana, da mesma forma, os combates entre a força fiscal e os contrabandistas, que resultava em vultosas apreensões, tinham estreita relação com as brigas políticas locais, pois, em geral, a eficácia da repressão dependia de informações privilegiadas, que vazavam conforme se acomodava o jogo de interesses” (2002, p. 13).

arrecadar impostos e coibir o contrabando; localizavam-se no norte do Rio Grande do Sul porque era aí que se vislumbrava o crescimento da economia.

Extrapolando a escala regional, o combate ao contrabando era também uma batalha contra os nexos transfronteiriços daquela parte do Brasil. Assim, o governo federal apoiava as medidas que diminuíssem a autonomia da região fronteiriça, polarizando-a pelo litoral e integrando-a ao território nacional. Ainda que a revolução de 1930 fosse encabeçada por Getúlio Vargas, um gaúcho, foi um movimento de centralização no governo federal, onde o município foi integrado à estrutura do Estado e os partidos regionais foram esvaziados em nome da construção do Estado-Nação.

Esse movimento em direção ao nacional gerava conflitos na fronteira, não só pela configuração da economia, como também pela significativa presença de estrangeiros. Estabeleceu-se uma nova legislação que coibia a participação dos estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro, o que causou grande impacto na fronteira.

Gunter Axt (ibidem, p. 18) resume assim os cálculos implicados numa questão aparentemente restrita às páginas policiais:

o alcance da repressão ao contrabando e à sonegação fiscal era determinado por uma equação complicada, que envolvia a capacidade de mobilização de efetivos policiais e burocráticos da repressão – federais e estaduais –, a vontade de incremento da arrecadação do tesouro estadual, o poder de pressão do governo federal, o grau de autonomia do presidente do estado e chefe do partido em relação aos interesses políticos e econômicos dos correligionários em nível local, o índice de articulação dos comerciantes locais às instâncias partidárias e, finalmente, os limites da unidade ou a extensão da cisão entre as facções do partido republicano nos municípios. Integram ainda essa conta as injunções de ordem estrutural da economia, como sistema de transportes, regime cambial e tarifário, crises características da zona fronteiriça, onde de um lado vigia um arcabouço constitucional e de outro um diferente. (grifo no original).

A esses fatores de caráter econômico e político, agregam-se elementos sociais, ligados aos processos de naturalização e aceitação da prática do contrabando nos diferentes segmentos da sociedade fronteiriça e, simetricamente à sua condenação por outros grupos e regiões.

1.5. NEXOS TRANSFRONTEIRIÇOS NO PERÍODO DAS CHARQUEADAS

As oscilações cambiais e fiscais são determinantes na vida econômica dessa região de fronteira. Um bom exemplo encontra-se no importante ciclo das charqueadas instaladas em território brasileiro por capitalistas uruguaios.

Segundo Raúl Jacob, as charqueadas uruguaias se espalharam pelo Mato Grosso e pelo “território que no passado era vertebrado pelas missões”, atraídas pelo gado abundante. As melhorias genéticas iam sendo introduzidas pelo sul como “uma mancha que se estendia sem pressa e sem pausa” (t.n.) (2005, p.3-5). O ciclo das charqueadas começou aproximadamente 50 anos depois da demarcação da fronteira sobre o Quaraí em 1851, durando, no Rio Grande do Sul, cerca de 30 anos. O mesmo autor atribui a localização das charqueadas junto à fronteira a vantagens aduaneiras:

Os impostos à importação de charque, a discriminação dos fretes, as barreiras alfandegárias e não alfandegárias do governo brasileiro, foram as causas esgrimidas para explicar a existência de charqueadas uruguaias em território brasileiro e, em parte, também para justificar sua decadência no final da década de 1920 (t.n.) (idem, ibidem, p. 3-4).²⁵

A busca de mercado era outra razão para a escolha desse lugar: “em 1918, ao fim da I Guerra Mundial, o Uruguai já tinha perdido a batalha demográfica [...] e quem prometia um grande mercado de consumo e se projetava rumo ao futuro eram Argentina e Brasil” (t.n.) (id., ibid.)²⁶.

Na década de 1910, Rivera apresentava grande desenvolvimento, em função da ligação férrea com Montevideu, estabelecida em 1892. Com a construção, em 1913, de uma ferrovia entre Livramento e outras cidades gaúchas e brasileiras, a população riverense dobrou em poucos anos. Ainda segundo o historiador uruguaio, em 1913, os produtos embarcados em Rivera pelo ferrocarril Central e que

²⁵ “Los impuestos a la importación del tasajo, la discriminación en los fletes, las barreras arancelarias y no arancelarias del gobierno brasileño, han sido las causas esgrimidas para explicar la existencia de saladeros uruguayos en territorio de Brasil y, en parte, también, para justificar su decadencia hacia fines de la década de 1920” (JACOB, 2005, p. 3-4).

²⁶ “En 1918, a finalizar la primera guerra mundial, Uruguay había perdido la batalla demográfica [...] quienes prometían un gran mercado de consumo y se proyectaban hacia el futuro eran Argentina y Brasil” (id., ibid., p. 4).

provinham das charqueadas de Santana do Livramento atingiram 15 milhões de pesos-ouro (id., ibid.,p.8).

Nesse contexto, Márcia Volkmer foca sua análise na figura de Emilio Calo, uruguaio radicado em Quaraí na virada do século XIX para o XX, a fim de compreender suas estratégias de inserção social. Ela relata que esse industrial, encarregado da destacada charqueada Quaraí, prodigalizava em doações e dedicava-se à organização do Clube Comercial, aumentando sua inserção no ambiente de negócios: como “empresário dependente de crédito, forçosa e intencionalmente ligado ao outro lado da fronteira, não teria sido totalmente viável levar adiante seu empreendimento sem a aceitação e cooperação dos negociantes e políticos locais” (VOLKMER, 2007, p.85-86). Uma vez que teria dificuldades, como estrangeiro, em atuar na política local, e como homem casado, em estabelecer laços de parentesco na sociedade local, restou-lhe construir uma imagem de indivíduo que luta pelo progresso do Quaraí. A partir de então, constituídos vínculos pessoais com a elite política e econômica da cidade, novas ações foram projetadas, ampliando-se seu “espaço de atuação” e viabilizando seu empreendimento econômico. Trata-se da face legal da interação transfronteiriça.

A elite local também se envolvia com contrabando e tinha claras ligações com os aduaneiros, a ponto de coibir sua atuação, conforme transparece na queixa de um fiscal recém empossado, encaminhada ao presidente da província em 1907:

*Quem, na fronteira, coadjuva com lealdade e interesse a repressão?
Ninguém.*

Quem ali ampara, protege, estimula e [ilegível] o contrabando, e os contrabandistas? Todo o mundo, desde as mais elevadas autoridades nos municípios até aos simples particulares [...]

Devo fazer ver a Va. Exa. que o auxílio que eu desejo que as autoridades locais me prestem consiste unicamente em não me criarem dificuldades. É um auxílio inerte, indireto. Que os que se julgarem prejudicados com o meu serviço não encontrem apoio, ou incitamento, da parte daquelas autoridades, é o quanto me basta. (itálico no original) (Arquivo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Acervo Borges de Medeiros, doc. 10107, *apud* VOLKMER, 2007, p. 70).

Juan Pedro Irigoyen Pérez, um dos fundadores da Charqueada Livramento – quando se denominava Anaya e Irigoyen –, nasceu em Montevideu e foi enterrado em Livramento, era *blanco*, o que pode ter levado a sua radicação no Rio Grande do Sul. Hoje há um busto seu sobre a linha, é considerado um *hombre de frontera*, um

ciudadano de dos Patrias.²⁷ Essa charqueada ficava a 5km da cidade, quase sobre a fronteira, ocupando 500ha sobre o arroio Carolina. A população do *saladero* era de aproximadamente 900 pessoas, vivendo em 150 casas. Em 1907, a fábrica possuía 410 operários e máquinas com potência de 110HP, ocupando o 2º lugar entre as indústrias do RS e o 16º entre as brasileiras. Elaborava charque, conservas, sabão e velas. Contava com luz elétrica, auto-suficiência em madeira e lenha e uma estrada macadamizada até Livramento. Quando essa charqueada foi adquirida pela firma norte-americana Armour, tornou-se um frigorífico, mas manteve Pedro Irigoyen na diretoria até 1919, por suas conexões como relações públicas, junto às autoridades e aos fornecedores de gado (JACOB, 2005, p. 8).

Empresários registraram aquele momento em livros de memórias. É o caso de Agustín Minelli, que admite que se comprava gado de contrabando, justificando-o como *modus vivendi* fronteiriço (MINELLI, Agustín, “Sucedió así”. Montevideú: Arpoador. 1996, p. 13-4, *apud* JACOB, 2005, p. 10). A figura 9 resume as interações transfronteiriças típicas da organização das atividades nas charqueadas, no início do século passado.

As causas da decadência do charque são de diversas ordens: do ponto de vista tecnológico, destaca-se a difusão dos frigoríficos, que competiam por matéria-prima e mercado consumidor. Na escala mundial, a I Guerra Mundial leva à crise que se prolonga até a década de 1930. Na escala nacional, ocorre uma mudança nos hábitos de consumo, uma diminuição em função da abolição da escravatura; aumenta a competição com outras zonas produtoras do Brasil, especialmente Mato Grosso; o nacionalismo econômico de Getúlio Vargas coíbe o trânsito pelo território uruguaio e o emprego de estrangeiros.

²⁷ Jacob remete ao *Diccionario Riverense* para as seguintes informações sobre Pedro Irigoyen, caracterizando-o como um empresário “fordista”: “Imbuído de um espírito paternalista, cultuando um assistencialismo empresarial de inspiração cristã, se preocupou em melhorar as condições de vida de seus assalariados, construiu uma escola em que se ensinava espanhol e ministrava o catecismo de acordo com os princípios da religião católica. Também se encarregou de outras necessidades básicas, como a qualidade da habitação, a rede sanitária, o lazer na forma de sessões gratuitas de cinema” (t.a) (“*Imbuído de un espíritu paternalista, cultor de un asistencialismo empresarial de inspiración cristiana, se preocupó de mejorar las condiciones de vida de sus asalariados, levanto una escuela en la que se enseñaba el español y se impartía el catecismo de acuerdo a los principios de la religión católica. También se encargó de otras necesidades básicas, como la calidad de la vivienda, la cobertura sanitaria, el esparcimiento mediante exhibiciones cinematográficas gratuitas*” (Diccionario Riverense, 1996, nº 9, *apud* JACOB, 2005, p. 9).

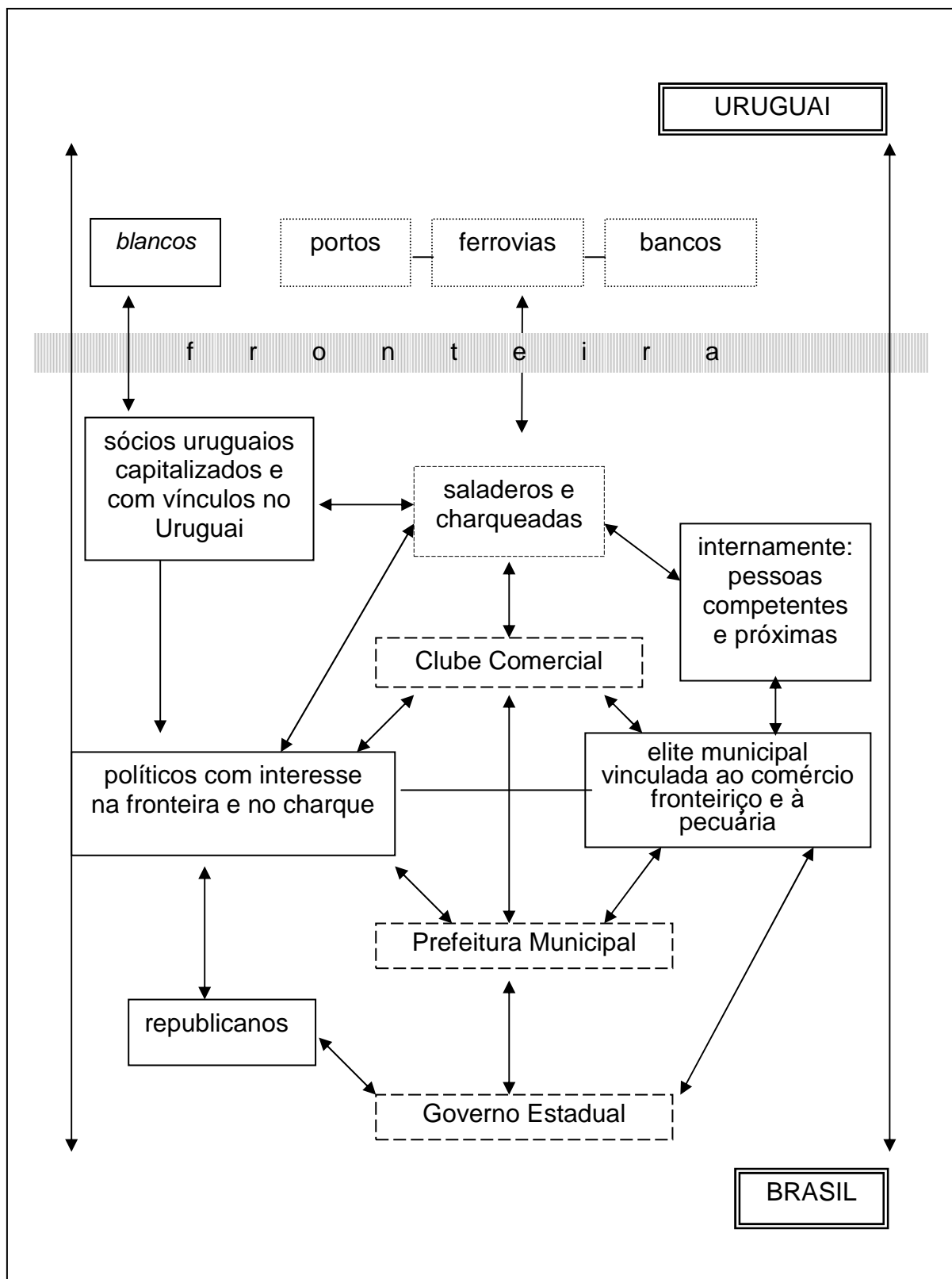


FIGURA 9: Fronteira Brasil-Uruguai: esquema das relações geográficas pessoais, comerciais e técnicas constituídas nas charqueadas – início do século XX.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman, a partir de VOLKMER, 2007, p. 104; JACOB, 2005.

A determinação de combater o emprego de estrangeiros ecoa a pressão política regional que visava impor à região fronteira a preeminência do porto de Rio Grande e de outras estruturas localizadas no litoral. Carlos Rangel (2005, p. 6) apresenta um dado bastante representativo: o frigorífico Armour empregava, em 1918, 1380 pessoas, 50% brasileiros, 40% uruguaios, 10% norte-americanos, ingleses e italianos. A restrição ao emprego de estrangeiros incentivou a procura pela dupla nacionalidade: do esforço de nacionalizar o trabalhador, nasce o que ficou conhecido mais tarde como *doble-chapa*, isso é, o fronteiro com dupla nacionalidade. Em 1938, a lei era dura e longos eram os trâmites burocráticos para naturalização, levando a uma campanha para legalizar a situação dos *obrerros* uruguaios de Livramento.

No plano econômico, as tarifas alfandegárias aumentaram e proibiu-se o comércio de trânsito ou qualquer sucedâneo. O contrabando beneficia-se desse aumento e da fronteira “desguarnecida ou apenas custodiada”, que facilitava a entrada de gado, dependendo da variação cambial (JACOB, 2005, p. 14).

1.6. A NACIONALIZAÇÃO DA FRONTEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX

Foi somente por volta de 1930 que Porto Alegre e outras cidades do litoral do Rio Grande do Sul consolidaram a polarização econômica e cultural sobre a região-fronteira, que até então privilegiava a estrutura do porto de Montevideu, as barracas e os bancos uruguaios, para o escoamento de sua produção e o abastecimento em bens e capitais. Segundo Volkmer (2007, p. 144), até então

os jornais e todo o correio postal chegavam à cidade [de Quaraí] [...] Na correspondência trocada entre as autoridades municipais e Borges de Medeiros, por exemplo, lê-se: *Via Uruguay*. Uma carta, fazendo esse percurso chegava ao Rio de Janeiro em 6 ou 7 dias, no máximo. Se pelas vias nacionais – tardaria 45 dias.

Essa polarização tardia está na raiz do disseminado intercâmbio transfronteiriço contemporâneo, lícito ou não. Até então, as cidades fronteiriças eram “verdadeiros entrepostos do porto de Montevideu” (SOUZA, 1994a, p. 340),

cumprindo o destino antevisto por Tomás Diago em 1863. Por exemplo, Borges de Medeiros, então presidente do Rio Grande do Sul, escreveu, na mensagem anual à Assembléia de Representantes da província:

Eis porque nosso comércio, excetuando-se o do litoral, fez de Montevidéu o seu entreposto, tornando-nos tributários da vizinha república, cujas linhas férreas se dirigem para nossa fronteira como outros tantos tentáculos, destinados a sugar a seiva econômica do Rio Grande do Sul. Demais como fator atroficante do comércio lícito, o contrabando encontra ali toda sorte de estímulos e facilidades, como as que provém do livre trânsito, além das diferenças de fretes e de seguros. (“Mensagem...”, em 20 de setembro de 1904. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Federação, 1905, p. 20 *apud* SOUZA, 1995a, p.130).

Julio Cairello, geógrafo riverense nascido em 1928, recorda:

Quando eu era um guri, como dizem aqui na fronteira (lá [no Brasil] dizem garoto, no Rio Grande do Sul também dizem guri, guri e guria) [...] e o contrabando se fazia daqui para lá. Já existiam lojas aqui na linha divisória, traziam-se coisas, da Europa principalmente. Por exemplo, aqui não havia ferragens, não havia onde comprar ferramentas, não havia onde comprar arame, por exemplo, muitas coisas de máquinas e maquinário não eram produzidas no Brasil. [...] E as pessoas do Rio Grande do Sul, Bagé, inclusive Porto Alegre, Dom Pedrito, e toda essa gente vinha comprar aqui, no comércio de Livramento, e a mercadoria vinha de Montevidéu, era trazida até Salto, departamento de Salto, e de Salto, em carretas e em carros vinha para cá, para a fronteira, onde ficavam as lojas, os negócios eram feitos aqui, o comércio, o contrabando do Uruguai para o Brasil.²⁸ (Julio Cairello, entrevista, Rivera 21/07/2005)

A nacionalização de Livramento foi concomitante com seu crescimento como centro frigorífico: em 1941 contava com 40 mil habitantes, três mil operários, colocava-se como 4ª renda municipal e 3º parque industrial do Rio Grande do Sul (RANGEL, 2005). Num processo de espelhamento típico da fronteira, o sucesso de uma das cidades é entendido com crise na outra, crise essa que foi combatida com medidas extraterritoriais. O decreto 9936, de 1936, eleva Rivera à *Cidade de Turismo*, que permite a instalação de um cassino. Essa é uma medida “possível”

²⁸ Note-se, no comentário à linguagem, a oscilação semelhança-diferença entre o português e o espanhol, ou entre o lá e o aqui (que acaba por incluir também o Rio Grande do Sul), pelo uso de um vocábulo de origem guarani: “*Cuando yo era un guri, como dicen acá en la frontera (allá dicen garoto, en Rio Grande do Sul también dicen guri, guri e guria) [...] lo contrabando se hacia de acá para allá. Ya habían comercios acá en la línea divisoria, se traía las cosas, de Europa principalmente, por ejemplo, acá no había ferreterías, no había donde comprar herramientas, no había donde comprar alambres, por ejemplo, y muchas cosas de maquinas y maquinarias, no había producción en el Brasil. [...], a la gente de Rio Grande do Sul, Bagé, incluso Porto Alegre, Don Pedrito y toda esa gente venia comprar acá, en el comercio de Livramento, y la mercadería venía por Montevideo y la traía a Salto, departamento de Salto, y de Salto, en carretas y en carros venia acá a la frontera, donde era, el negocio se hacia acá, el comercio, el contrabando del Uruguay para el Brasil*” (Julio Cairello, entrevista, 21/07/2005).

para o governo uruguaio, que não podia oferecer vantagens fiscais (ao comércio de trânsito ou às indústrias) por conta dos pactos políticos entre os governos nacionais. E, em 1937, no Brasil, os cassinos passam a ser permitidos exclusivamente em praias e balneários. Assim, Rivera polariza a vida noturna no interior uruguaio e nas cidades-gêmeas:

Efetivamente, Rivera tornou-se um grande centro de turismo no interior uruguaio, enquanto Livramento amargava a decadência de sua tradicional vida noturna. Os encontros no Café Ponto Chique, os passeios e flertes na praça matriz e o burburinho em torno das roletas dos cabarés cederam lugar ao *glamour* da Av. Sarandí que, por suas luzes, ganhou a designação especial de *vía blanca*. Suas calçadas foram tomadas pelas cadeiras dos cafés e bares enquanto o recém inaugurado Hotel Cassino criava e desfazia fortunas nas mesas de bacará e na excitante roleta.

A partir desse período, Rivera deixou para trás os piores efeitos da crise dos anos 1930 e passou a monopolizar a vida noturna daquele espaço fronteiriço. Essa evolução pode ser observada a partir de 1938, quando se iniciaram as excursões fonoelétricas, organizadas pela empresa Ferrocarril Central (PINTOS, 1990, p. 248-249). No ano seguinte, inaugurou-se o Parque Grã-Bretanha, a 6 km da cidade, junto à Coxilha Negra; em janeiro de 1941 foi implementada a *Comisión de Fiestas y Turismo*, em janeiro de 1942 inaugurou-se a nova sede do *Club Uruguay*, um dos melhores do país; neste mesmo ano, iniciaram-se as atividades do Hotel Cassino; em fevereiro de 1943, foi inaugurada a Praça Internacional e, em agosto, iniciou-se a pavimentação da Av. Sarandí com cimento, o que logo foi estendido às principais ruas da cidade, transformando significativamente a sua fisionomia urbana (RANGEL, 2005, p.12-13).

Também a antropóloga Rita Segato destaca o papel de Livramento-Rivera nos primórdios da transnacionalização das religiões afro-brasileiras para a Argentina e o Uruguai entre as décadas de 1950 e 1960. Ela atribui a importância desse centro urbano à fronteira seca, passagem terrestre de um mercado internacional, e o descreve como lugar dotado de bordéis famosos e de uma vida noturna exuberante, que manteria o seu destaque até a década de 1960 quando da construção das pontes internacionais que desconcentrariam o tráfego (SEGATO, 1998).

Ainda segundo Carlos Rangel, Livramento assume uma imagem progressista e Rivera incorpora a dimensão da cultura, da civilidade e da diversão: “uma e outra assumiam parte da ideologia propagada pelos Estados nacionais: o Brasil industrializado, o Uruguai civilizado; Livramento, uma cidade brasileira; Rivera, uma cidade uruguaia.” (ibidem, p. 14). Espelhando-se, as cidades se complementavam e se distinguiam.

1.7. PROCESSOS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA FRONTEIRA GAÚCHA

Podem-se sintetizar as especificidades da atividade econômica, da dinâmica política e das práticas culturais que resultaram da formação territorial da fronteira e dos projetos para a região, dando ênfase às intervenções para a nacionalização do espaço a partir da República Velha. Ainda que as vantagens e desvantagens locacionais, os aspectos econômicos políticos, sociais e culturais possam ser estruturais ou conjunturais, reforçando-se, alternando-se ou compensando-se, pode-se resumi-los nos itens que seguem.

1. A atividade econômica estava condicionada pelo controle efetivo do território, ligado às lutas no Rio Grande do Sul, até o fim da década de 1920.
2. Há uma significativa presença do aparato fiscal e militar do Estado para o controle fronteiriço na forma de mesas de rendas, de quartéis, do regimento provisório etc.
3. A situação de interface entre duas economias nacionais oferecia vantagens locacionais pela disponibilidade de matéria-prima uruguaia (melhor e mais barata), nos portos uruguaios (mais baratos e confiáveis), pelo status de produto nacional no Brasil, facilitando às charqueadas o acesso ao mercado brasileiro, até a afirmação das redes técnicas polarizadas pelo litoral riograndense.
4. A presença de estrangeiros é marcante, dando ao lugar certo grau de cosmopolitismo: uruguaios especialmente, mas não só, também ingleses, italianos, árabes são portadores de capitais, vetores de saberes técnicos, de experiência e de alianças políticas. Tais pessoas buscam sua inserção na sociedade local entrando em redes de parentesco, em clubes sociais, em sociedades de socorro mútuo.
5. Constrói-se um mercado consumidor fronteiriço que reivindica o acesso aos bens disponíveis no outro lado da fronteira, seja pela liberação das compras para consumo doméstico, seja através da reivindicação de taxas reduzidas para a importação. As lojas são concebidas para esse mercado consumidor expandido.
6. O contrabando é pervasivo, e por vezes é autorizado em função de fidelidade de classe.

7. Observa-se um recorrente espelhamento entre as sociedades locais: a proximidade possibilita comparações entre os dois países ou as duas cidades, redefinindo ambos os pólos, de modo que influências modernizadoras difundem-se (o melhoramento genético do gado, por exemplo), momentos de maior fôlego econômico causam inveja etc. no país ou cidade vizinhos, tomados como parâmetro.

8. Mantém-se a situação periférica aos centros nacionais, o que implica desvantagens locacionais na forma de distância física, política e cultural: os agentes econômicos estão afastados dos centros políticos de cada país e dos mercados consumidores; a distância é agravada pelas dificuldades de transporte e comunicação com o centro do Brasil e há dificuldades em negociar investimentos em infra-estrutura capazes de abrandá-la.

9. A conexão entre pontos do território pode fazer-se através de redes técnicas alternativas às redes técnicas nacionais, como exemplifica a possibilidade de exportar via porto de Montevideu ou, ainda, a passagem do correio brasileiro por aquela cidade.

10. Experimenta-se uma incerteza econômica ampliada em relação à conjuntura nacional: as variações cambiais têm conseqüências diretas sobre as atividades econômicas.

11. Por outro lado, a fronteira oferece possibilidades econômicas que amenizam o impacto das crises nacionais.

12. Um regionalismo ou nacionalismo de ocasião justificam-se historicamente pela tensão geopolítica, sendo recuperados em momentos de disputas entre grupos econômicos e políticos, opondo aqueles que dispõem de redes internacionais aos grupos que não as têm. Tais posturas e discursos apelando à coesão nacional podem ser descritos como um uso instrumental do nacionalismo.

13. Pode-se apontar um uso político da economia, ligado às articulações regionais. Como as medidas econômicas extraterritoriais dependem do poder de barganha da elite local e são dificultadas pela situação periférica, faz-se necessária uma intensa negociação, com resultados desastrosos em caso de insucesso nas transações. Por exemplo, a mudança no quadro político na década de 1920 no RS, com a diminuição

da influência dos chefes da fronteira oeste, levou à lei de desnacionalização, em 1928, dos produtos que saíssem do território brasileiro, bem como à inviabilização das charqueadas.

14. Também no nível municipal a política é internacional. Naquele momento, o controle da prefeitura levava a alianças políticas que permitiam a nomeação dos agentes encarregados da fronteira, responsáveis por seu controle cotidiano. Conseqüentemente, a escala política municipal influía nos trânsitos possíveis, sejam eles comércio legal ou ilegal, trânsito de pessoas, de armamento etc.

15. Alianças políticas transfronteiriças são frequentemente operadas, com interações na atividade econômica, mais relevantes no período anterior ao esforço nacionalizante de Getúlio Vargas.

16. A cultura local é objeto de discriminação por parte dos centros nacionais. Acusações de contrabando, de dissolução da nacionalidade, de empobrecimento da língua, de amoralidade, de estranhamento em relação ao padrão nacional podem ser proferidas por agentes distantes do lugar fronteiriço. A fronteira, enquanto limite altamente permeável, estaria na origem da decadência, tanto pelo afastamento ao centro nacional, como pela proximidade à terra estrangeira e pela presença de forasteiros.

17. A cada nova regulação estatal-nacional corresponde uma adaptação local. Por exemplo, no Uruguai, o empenho em coibir a fala do português é frustrado pelo recurso ao *portuñol*; no Brasil, a proibição de emprego de estrangeiros leva ao surgimento dos *doble-chapas*.

18. Historicamente têm-se recorrido a estratégias extraterritoriais ou políticas de exceção fiscal estabelecidas por legislação federal como/alegando compensações à situação periférica, como exemplifica o estatuto de produto nacional outorgado aos produtos em trânsito pelo Uruguai nos primeiros anos do século XX.

19. Existem espaços fronteiriços ou “interterritoriais”, em que há necessidade de negociações diplomáticas para resolução de problemas internos, como a entrada de contrabando pelo rio Quaraí.

20. Por outro lado, há um desejo de limite, uma necessidade de demarcar o território para manter a boa convivência entre as cidades e nações vizinhas.

1.8. A ESTATIZAÇÃO DO TRIGO E O CONTRABANDO DE FARINHA

É só com a combinação entre o processo de substituição de importações no Brasil – suficientemente forte para criar também um fluxo de produtos industrializados deste para o outro lado da fronteira – aliado ao rodoviarismo que, na década de 1950, se completa a inclusão das cidades da região-fronteira na rede urbana brasileira. (SCHAEFFER, 1993, p. 47). De toda forma, a adaptação da economia local aos esforços de nacionalização pode ser identificada no contrabando de pneus:

Houve um tempo durante a [II Grande] Guerra que teve muito contrabando de pneus daqui pra lá. Durante a Guerra o Brasil continuava produzindo pneus, e o Uruguai obviamente não tinha indústria de pneus, mas tinha ônibus, e eles fizeram uma linha de ônibus Montevidéu-Rio Grande, fizeram inclusive inauguração, grandes festas etc. [...] A Onda, se chamava a companhia, [...] lá pelas tantas eles traziam um ônibus com pneus carecas, lá eles compravam outros, trocavam, na volta aquele ônibus voltava outra vez com pneus carecas. E tinham todo apoio do cônsul lá no Rio, que se chamava Bella. Isso se fez durante a guerra, contrabando de pneus (Raphael Copstein, entrevista, Porto Alegre 11/10/2005).

Assim, as conexões transfronteiriças se mantêm fortes, o mesmo valendo para o contrabando, como mostra o ciclo da farinha, iniciado no fim da década de 1940 e prolongando-se pela década de 1950²⁹. O trigo vinha sendo protegido pelo governo do Rio Grande do Sul desde a década de 1920. Depois da II Guerra Mundial revestiu-se de um caráter estratégico, motivando políticas de parte do governo brasileiro, então nas mãos de Getúlio Vargas. Em 05 de janeiro de 1944, criou-se o SET (Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura) com a função de "centralizar e coordenar a política do trigo, bem como distribuir sementes, promover a criação de cooperativas, e fiscalizar o comércio e a industrialização do cereal" (DORFMAN, 1995). Tal decreto centralizou no Banco do Brasil a importação

²⁹ A primeira pista para a existência de um ciclo de farinha foi encontrada na novela Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, de Tabajara Ruas (1997).

e distribuição do trigo estrangeiro, dando início à estatização da comercialização do cereal. Em 1949 proibiu-se a importação de farinha.

A partir de 1951, o Banco do Brasil estabelecia cotas de compra de trigo nacional pela indústria moageira, forçando o consumo de trigo nacional, de pior qualidade de panificação, e fixando ainda um preço mínimo para o produto (BRUM, 1988, p. 74). Os moinhos, que eram obrigados a comprar trigo nacional, numa proporção de 1:4 relativa ao trigo importado, contornavam a escassez de produto nacional e as diferenças de qualidade e preço entre os grãos das duas procedências através do que ficou conhecido como "trigo-papel", isto é, "um acordo entre moinho e produtor, com a emissão de falsas notas de compra do produto nacional, adquirindo-se, assim, o direito de compra do trigo importado" (SILVA, E., 1992, p. 33). Muitas vezes, porém, a farinha de trigo ingressava ilegalmente no Brasil, sendo depois nacionalizada. E a Argentina era a principal fonte desse produto, devido à proximidade, à qualidade e ao preço favoráveis.

As notícias que se tem do período são lacônicas. Humberto Rocha e Paulo Brand (2001, p. 72-3) relatam que

no final da década de 1940 iniciou-se o ciclo da farinha de trigo. Esse ciclo teve como marco a apreensão de dois caminhões de farinha de trigo argentino na rodovia Uruguaiana-Alegrete, em agosto de 1947.

Essa prática de contrabandear a farinha de trigo, juntamente com outros produtos, difundiu-se de tal maneira em Uruguaiana que se formou um novo tipo de atividade, um novo grupo: os farinheiros.

As maneiras de transportar farinha iam desde a travessia com grandes quantidades pelo rio Uruguai, até pequenas quantias compradas paulatinamente e que acabavam se acumulando em enormes quantidades.

Segundo Raphael Copstein, data desta época o início do uso da expressão "contrabando-formiga", empregada para o movimento contínuo de travessia de pequenas quantidades de farinha pela ponte internacional Augustín Justo/Getúlio Vargas, recém-inaugurada ou em barcos.

É um problema ligado à farinha de trigo. Houve um tempo por essa época aí [depois da II Guerra, fim da década de cinquenta], de incentivo ao trigo no Rio Grande do Sul, como é que era a história? Eu sei que cada moinho que moia um tanto de farinha de trigo gaúcho podia adquirir fora certa quantidade. E inclusive então eles compravam [?] cem sacos de trigo, mas com uma nota de duzentos. (idem, entrevista, Porto Alegre 11/10/2005)

Note-se que a proibição de importação de um produto aumenta o interesse em contrabandear-lo. A oportunidade de ganho estrutura uma rede de vendedores, transportadores, armazéns e compradores, além da suposta conivência de agentes alfandegários, numa complexidade crescente a ponto de transformar-se num “ciclo” de contrabando. Observe-se também que esse episódio se encerra com a mudança na legislação protecionista ao trigo, e não com a repressão ao comércio ilegal. É interessante ver ainda como uma medida de caráter interno e nacionalista incentiva, ainda que involuntariamente, o contrabando, mesmo num segmento de fronteira de características sinápticas como Uruguaiana-Paso de los Libres (ao menos desde a inauguração da ponte em 1947, construída com o propósito de concentrar, controlar e facilitar o transporte rodoviário entre o Brasil e os países a oeste do rio Uruguai). Novamente, a uma inovação proposta pelo aparelho estatal corresponde adaptação nas estratégias de contrabandear.

1.9. UMA GEOGRAFIA URBANA DAS TROCAS LEGAIS E ILEGAIS

Ainda hoje, a paisagem de campos não reconhece a fronteira. De tanto em tanto, se destaca uma mesa de arenito e basalto, formando uma coxilha de bordas abruptas e topo plano encimado por um marco de fronteira³⁰. Os cerros contribuem para o imaginário local, associados às tocas de animais selvagens, antigas moradas indígenas, de escravos fugidos ou de indivíduos fora-da-lei, *enterros* de tesouros ocultos nas furnas e defendidos por entes sobrenaturais. De resto, o relevo é ondulado, gramado, horizontes distantes que são conhecidos como pampa e que são tematizados como um céu ao contrário, como um mar verde. O pampa é representado como embasamento da pertinência e compartilhamento do universo campeiro por gaúchos brasileiros e *gauchos* uruguaios e argentinos, também como o espaço de lutas pela definição das fronteiras nacionais.

A relação da cidade com o entorno é forte, é grande a convergência entre o núcleo urbano e as atividades rurais que o penetram. Aldyr Schlee, escritor nascido

³⁰ Vide Apêndice E – Iconografia da fronteira e do contrabando.

em Jaguarão, diz que as cidades da fronteira seriam *pueblos*: “não chegam a ser campeiros ou *criollos*, enquanto gaúchos; mas também não são propriamente urbanos” (1988, p. VII). Às grandes estâncias no lado brasileiro correspondem áreas no Uruguai, freqüentemente sob mesma administração, e não é raro que apenas alguns metros e duas porteiras – e um limite internacional – as separe.

Por outro lado, é marcante o cosmopolitismo da(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera. Além de materializar o contato entre as duas nações, as cidades têm uma história pontuada pela permanência de funcionários estatais originários de pontos distantes nos países limítrofes, pela prática dos exílios sem afastamento, ao hospedar políticos perseguidos no país vizinho, interessados na manutenção dos contatos com seus correligionários, pelo influxo de migrantes de várias origens, como se observa na figura 10.

Os fluxos também se ligam à industrialização da carne nos frigoríficos multinacionais, dominantes na primeira metade do século XX, pelos aposentados uruguaios vindos em busca das vantagens oferecidas pelo menor custo de vida a partir da década de setenta do mesmo século, pelos assentamentos da reforma agrária nos últimos quinze anos, pelo constante movimento de comerciantes e compradores vindos de fora. Atenção à legenda, que testemunha a diversidade étnica dos fronteiriços:

Na sacada: M.D. Gil, proprietário-diretor. À direita: adm. sr. de Sandoval. À esquerda: redator sr. de Carlos e colaborador francês, Mr. Puydarrieux. Na entrada: mecânico sr. Seoane. Zaguán, “o negrinho da La France”, Sr. Soares. Operários e repartidores, menos o que está de bombachas e gabán, que é um turco. (t.n.) (BOERO; BOERO RUIZ, 2004, p. 17).

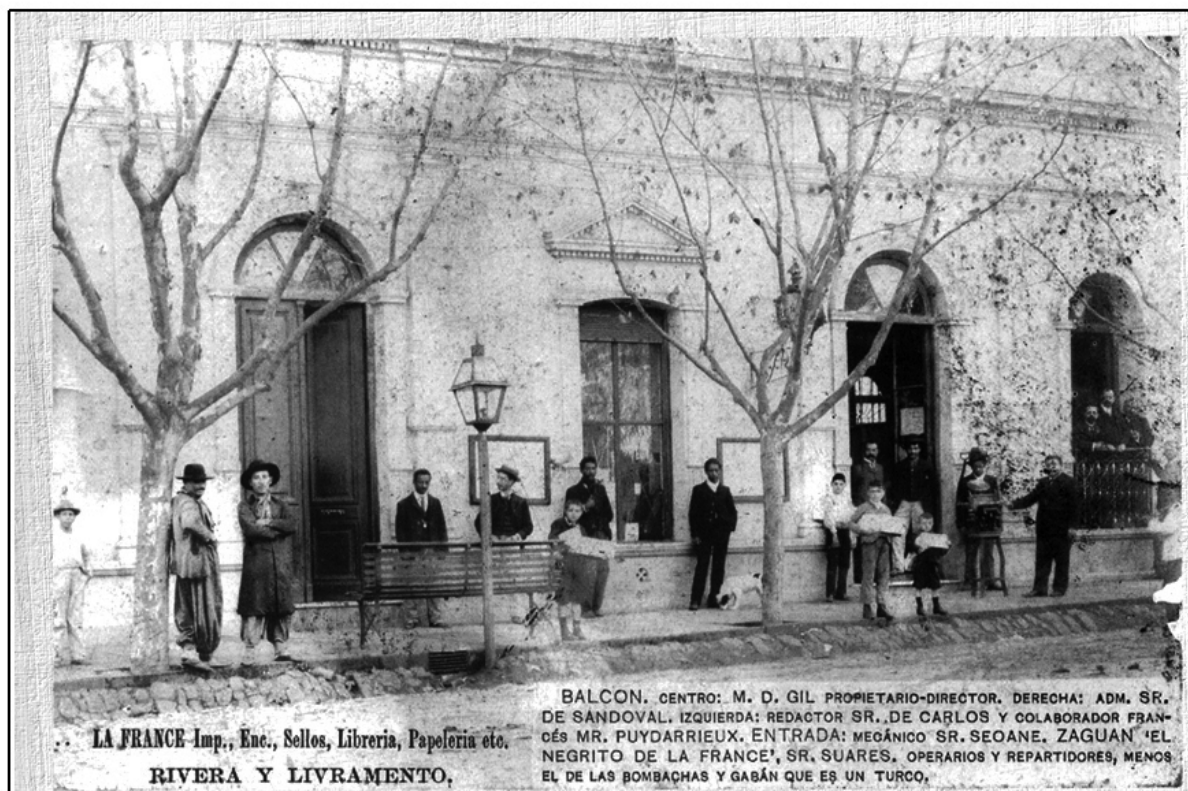


FIGURA 10: Rivera: foto de “La France”, casa impressora e armazém tradicional, Calle Sarandi, entre Ceballos e Paysandú – 1899.

Fonte: BOERO; BOERO RUIZ, 2004, p. 17.

O traçado urbano das duas cidades ficou a cargo do agrimensor Martín Paes e do engenheiro Jose Lupi, criadores de um arruamento que toma a linha fronteira, sobre o divisor de águas, como espinha dorsal, e dali estende ruas para ambos os lados, fazendo do limite um grande cruzamento e ponto de passagem, que bem representam o paradoxo do lugar. As figuras 11 e 12 mostram o agrimensor e uma figuração de sua atividade em campo, em imagens de acervos locais, atestando a importância do processo demarcatório nas representações e na memória do lugar.

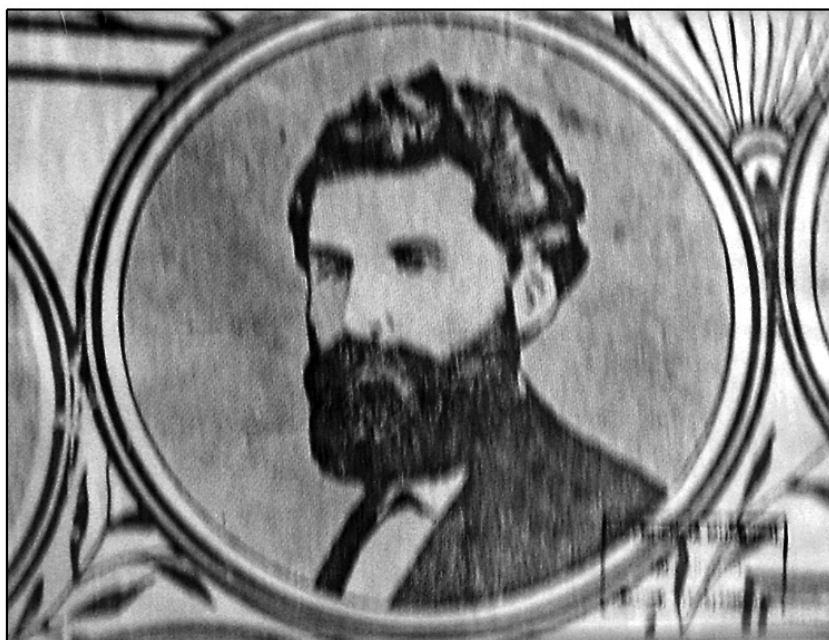


Figura 11: Efígie do agrimensor Martin Paes.

Fonte: Museu Criollo – Tacuarembó, UY. Foto de Daniel F. de Bem, 2007.

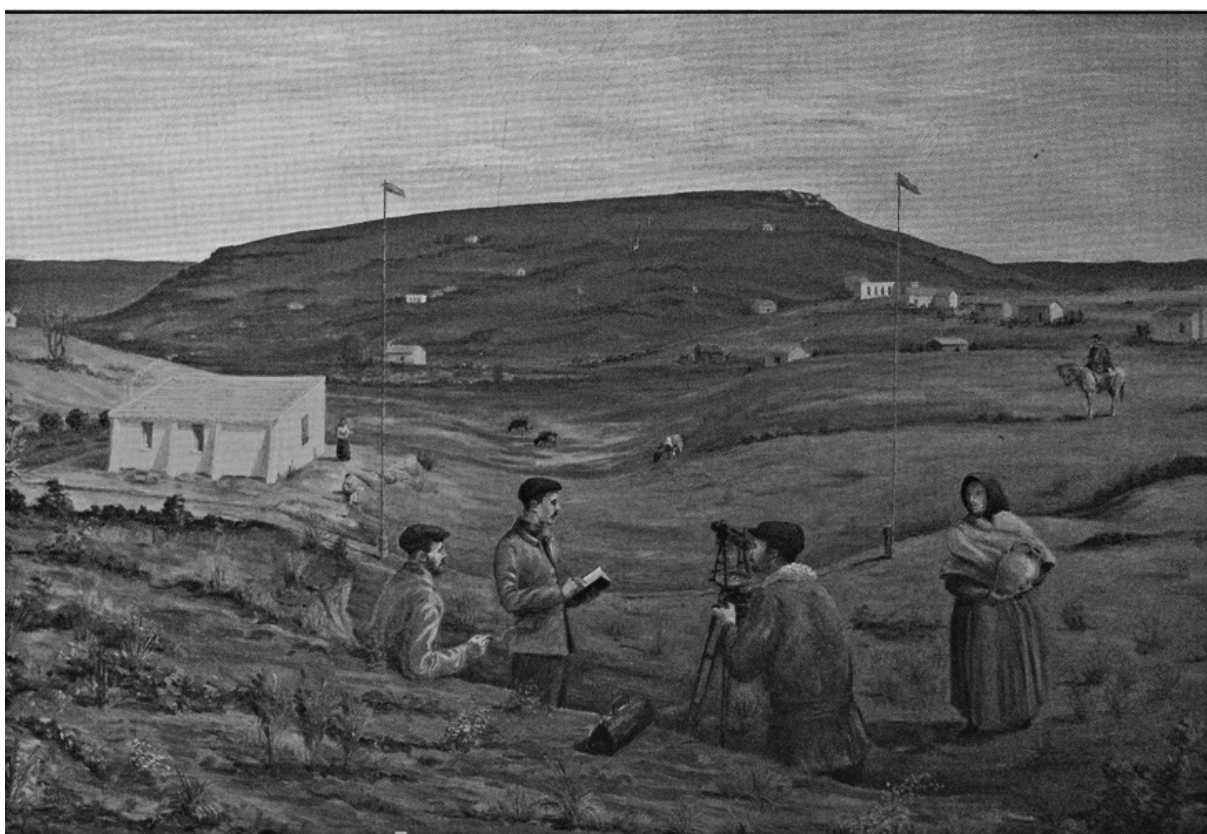


FIGURA 12: Rivera: pintura “Martin Paes traçando o arruamento”.

Fonte: Museo Municipal de Rivera, foto de Adriana Dorfman, 2005.

A figura 13 é uma foto aérea de meados da década de 1980, na qual se pode observar a mancha urbana contínua que caracteriza Santana do Livramento-Rivera.



FIGURA 13: Santana do Livramento-Rivera: foto aérea de meados da década de 1980.

Fonte: Acervo de Gladys Bentancor-Rosés.

Ao sul, Rivera é delimitada pelo arroio Cuñapiru, de cheias recorrentes, o que contribuiu para direcionar seu crescimento em paralelo à linha fronteira.

As cidades já desempenharam diversas funções. Se a principal riqueza tem sido gerada pela pecuária ovina e bovina, a função comercial anima os núcleos urbanos. No século XX, Livramento teve também importância industrial, no beneficiamento da matéria-prima mais abundante: na década de cinquenta, a cidade possuía o terceiro maior parque industrial do Rio Grande do Sul, destacando-se as charqueadas, os frigoríficos (como Armour e Wilson), lanifícios, tecelagens, uma processadora de café, uma cervejaria etc. Ingleses e americanos eram numerosos e

influentes. Os grandes capitais locais e estrangeiros se integravam. O mesmo ocorria com os trabalhadores, gerando um movimento sindical respeitável, que promoveu, em 1919, a primeira greve numa multinacional no Brasil, com mais de mil manifestantes, e a primeira organização comunista no Rio Grande do Sul (FRANCO, 1983; SCHAEFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000; HEIDRICH, 2000; BENTANCORROSÉS, 2002). A comparação com as condições de trabalho no Uruguai – jornadas de oito ao invés das dez horas exigidas em Livramento – e a presença de italianos e espanhóis com experiências anarquistas e comunistas contribuía com a atmosfera internacionalista.

A importância das charqueadas e dos frigoríficos para o espaço urbano materializou-se em bairros que receberam o nome das duas maiores empresas, tendo sido por elas construídos seguindo padrões ingleses de moradia operária: conserva-se, em Livramento, no bairro Armour, a urbanização nos moldes da divisão do trabalho industrial, com casas diferentes para gerentes, empregados etc. Entre as charqueadas que se converteram em frigoríficos, destaca-se a Sociedad Anónima Industrial y Pastoral, fundada em 1907, que em 1918 é vendida à Cia. Wilson, norte-americana. Em torno dessa unidade também se formou um bairro, até hoje conhecido como Wilson.

Tais bairros encontram-se um pouco afastados do centro de Livramento, numa localização que tirava proveito da ferrovia para Montevideu permitindo transporte mais barato para a produção, fosse para o mercado brasileiro – numa operação de exportação para o Uruguai e reexportação para o centro do país, via marítima – ou para outros mercados.

Nesse conjunto urbano desenvolveu-se uma relação social simétrica, em que o contingente demográfico de ambas as cidades se assemelha – cerca de 80 mil pessoas em cada lado – e não há uma ascendência econômica contínua no tempo, já que o grande peso do comércio faz com que as freqüentes oscilações cambiais determinem alternância na direção dos fluxos de consumo. É esse papel de conexão em uma rede econômica, política e social que justifica as rotas de trem e de ônibus bem estabelecidas, ligando tais cidades a outros pontos dos respectivos territórios nacionais, as muitas instalações militares, os edifícios de vários andares, a mesquita

sobre a linha fronteiriça, as inúmeras marcas dos intensos vínculos desse lugar com outros pontos e escalas mundo a fora.

Dotada de rodovias e ferrovias, a(s) cidade(s) de Livramento-Rivera não foram impactadas pela decadência da ferrovia no século XX.³¹ Por outro lado, inexistem atualmente rotas de ônibus urbanos que cruzem o limite, porque os donos das empresas transportadoras locais não chegam a um acordo quanto ao compartilhamento dos percursos. A circulação de táxis também é coibida, uma vez que a gasolina é mais barata em Rivera, tornando as tarifas mais baixas e a concorrência desigual.³² A vida em Livramento-Rivera é construída dessas articulações locais e escalares, sujeitas aos interesses dos mais diversos grupos, que por vezes impulsionam uma maior integração, enquanto em outros casos buscam cercear as trocas e contatos.

O Parque Internacional, de aspecto afrancesado, foi instalado sobre a linha em 1943, sobre espaços remanescentes da zona-tampão com largura de 100m em ambos os lados da fronteira, estabelecida em 1853. O campo neutro objetivava isolar as manchas urbanas, para que as construções não fossem erigidas, naquela época de recursos técnicos precários, por engano, no país vizinho (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 46), e para organizar algumas das práticas dos fronteiriços, conforme a citação da carta de autoridades municipais de Rivera de 30/04/1909, que reivindicam “fixar de uma maneira materialmente precisa a linha de divisão territorial”, para “conjurar com eficácia, extirpando a fonte de sua origem” aos incidentes que poderiam minar “a boa amizade que deve reinar entre povos vizinhos e amigos que, como Rivera e Santa Ana, estão em contato por sua respectiva posição geográfica,

³¹ Tal não foi a sorte de Quaraí, que passou mais de 30 anos isolada, sem poder recorrer à ferrovia uruguaia e não dispo de opção de transporte eficiente pelo território brasileiro, no início do século. Também Jaguarão sofreu com a decadência das ligações ferroviárias, sendo eclipsada pela passagem rodoviária pelo Chuí. Nessa cidade, até 1944, ano da abertura da *ruta* 19 uruguaia, só havia areais e banhados. Em 1971 constrói-se a BR-471, cortando o Banhado do Taim, e o impulso dado pela nova infra-estrutura possibilita a emergência econômica dessas cidades de fronteira. A adequação da rede aos tempos do rodoviarismo leva também à migração. (Conta a anedota que Getúlio Vargas havia oferecido à Santa Vitória do Palmar, município do qual se desmembrou o Chuí brasileiro, a opção entre rodovia, ferrovia e aeroporto. A opção recaiu sobre o último, símbolo de modernidade. Se enganaram de rede!)

³² Mas isso não se dá por pruridos nacionalistas, já que, conforme um informante “o dono da companhia de ônibus é muito forte, e ele tem uma ‘F-1000’ que é puro tanque de gasolina, então durante todo dia ele passa a fronteira, abastece em Livramento, enche o tanque, volta...” (Higuerón, entrevista, Santana do Livramento, 20/07/2005). Segundo outro informante, os ônibus dessa empresa uruguaia também foram equipados com tanques de combustível avantajados (Álamo, entrevista, Rivera, 22/07/2005).

suas benévolas relações, seus comércio próprio e o de trânsito” (t.a) (Arch. Gal. de la Rep. de Uruguay - cx 114 e 116 – pasta 1110 *apud* VOLKMER, 2007, p. 150).³³

Tendo sido refuncionalizado como um lugar de encontro binacional, onde se ergue o obelisco de fronteira ladeado pelas bandeiras do Brasil e do Uruguai, esse é o cenário da clássica foto do indivíduo testando a descontinuidade espacial associada à territorialidade estatal (vide Apêndice E). O Parque Internacional é uma metonímia dessa dinâmica urbana: o limite internacional é absorvido e torna-se um espaço de produção, circulação e comunicação para a população, cercado as bandeiras nacionais e marcos divisórios com prostitutas e carrinhos de cachorro-quente, namorados e artesãos, crianças e bicicletas, cambistas e viaturas policiais, desocupados profissionais e amadores.

Nos centros urbanos, localizados junto à linha de fronteira, inúmeros camelôs oferecem suas mercadorias. Cambistas ocupam o cruzamento central entre as duas cidades. Os *free shops* estão presentes na rua principal de Rivera, nas quadras adjacentes à linha, onde se concentram ainda restaurantes, *trailers* e bares servindo turistas e população local. Queijarias, lojas de vinho e lã são mais ou menos numerosas, dependendo da conjuntura econômica, assim como filiais de grandes magazines uruguaios.

No lado brasileiro, as imediações da linha, na área central, hospedam atualmente lojas de *lingeries* (ditas “lojas de turcos”), farmácias, postos de gasolina e entrepostos de gás, armazéns e supermercados, onde os *bagayeros* se abastecem, materializando o momento presente de relações interurbanas, inter-regionais e internacionais. Bens de consumo não-duráveis podem ser comprados em ambos os lados da fronteira, e freqüentemente o são, tendo por base critérios econômicos ou julgamentos qualitativos, influenciados pelos costumes e pela propaganda, que não respeita fronteira, uma vez que os veículos de comunicação locais visam o conjunto dos fronteiriços, circulando em ambas as línguas. As praças cívicas das respectivas cidades localizam-se a algumas quadras da fronteira.

³³ “La buena amistad que debe reinar entre pueblos vecinos y amigos que, como Rivera y Santa Ana están en diario contacto por su respectiva posición geográfica, sus benévolas relaciones, su comercio propio y el de tránsito, está expuesto a sufrir sacudimientos desagradables que conviene conjurar con eficacia, extirpando la fuente de su origen”. (Archivo General de la Republica de Uruguay - Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores, caixas 114 e 116 - pasta 1110 *apud* VOLKMER, 2007, p. 150).

As atividades econômicas nesse trecho das cidades são intensas e voláteis, dependem das estações do ano, do câmbio, do dinamismo da economia em cada um dos países do Cone Sul, de legislações de extraterritorialidade, aspectos que serão aprofundados no capítulo 4. Agora basta afirmar que, no período de realização desta pesquisa, o dólar foi-se desvalorizando em relação ao real e a economia brasileira aqueceu-se, motivando grande afluxo de compradores brasileiros, a multiplicação de *free shops* em Rivera e o fechamento de supermercados em Livramento. Nos últimos meses de redação desta tese, o dólar voltou a valorizar-se, diminuindo o movimento do turismo de compras.

O *free shop* marca a paisagem local, ainda que remeta às lógicas nacional – na forma da legislação de extraterritorialidade que as legaliza – e internacional – em função dos consumidores a que se volta e das marcas que oferece. Esse ramo dedicado à venda de produtos de luxo importados sem taxas é muito suscetível a mudanças conjunturais, tendo vivido, entre 2007 e meados de 2008, um dos seus momentos mais favoráveis, causado pela queda no valor do dólar, em relação ao real. Segundo o jornal “A Platéia” existiam, em dezembro de 2007, 43 lojas que empregam cerca de 2000 funcionários. O crescimento dos *free shops* ocupou a Av. Sarandí, a principal de Rivera, com painéis e vitrines, ora luminosos, ora empoeirados, mostrando as oscilações desse setor da economia e determinando a valorização imobiliária do eixo (BENTANCOR-ROSÉS et al, 1989). O assunto será retomado no capítulo 4.

Agentes muito menos conspícuos desse movimento transfronteiriço, materialidades bem mais discretas são geradas pelos contrabandistas. O transporte de mercadorias através da fronteira marca a paisagem: as sacolas, os fardos, os cestos, os reboques são onipresentes. No espaço urbano, além da concentração de lojas e entrepostos junto à linha, bairros desenvolveram-se em torno de rotas alternativas de comércio transfronteiriço ilegal. Um exemplo conhecido é o do tradicional bairro de Rivera Chico, cuja rua principal cresceu como opção para contornar a aduana instalada na rua central (Fig. 14).



FIGURA 14: RIVERA: foto da Calle Brasil, em Rivera Chico – 1931.

Fonte: BOERO; BOERO RUIZ, 2004, p. 4

Segundo Eduardo Palermo (2006):

Veja que Villa Ceballos era, na prática, formada por duas ruas, ou pelo encontro de dois eixos, digamos: havia o que se chamava Caminho das Tropas, que era como chamavam a Sarandi, e a linha, que a cortava, na forma de um T. E isso era essencialmente o centro, digamos, de Villa Ceballos. (...) as autoridades vêm e se instalam ali, em pleno centro, digamos, no coração da cidade, e o que acontece? Os contrabandistas não podiam passar pelo Caminho das Tropas, pelo que é hoje Calle Sarandi, porque a polícia estava ali, estava praticamente ao lado. Então, o que fizeram? Contam os mais antigos do bairro que resolveram procurar um caminho, o mais longe possível do posto policial. Então transferiram o caminho de penetração ao sul uns dois quilômetros para noroeste. Ali se criou o que hoje conhecemos por Av. 1825, que eles chamavam Caminho Cuaró. Então, o que ocorreu foi que para evitar a polícia traçaram esse caminho todo, Cuaró, Brasil, até a Praça Flores, aí descansavam, desencilhavam e depois seguiam até San Eugenio, Tacuarembó, Salto. (t.a) (PALERMO, E. 2006).³⁴

³⁴ *“Viste que Villa Ceballos estaba formada en la práctica por dos calles, o por el encuentro de dos ejes, digamos. Estaba lo que se llamaba el Camino de las Tropas, como le llamaban, que es hoy Sarandi, viste, y la línea, que lo cortaba, en la forma de T. Eso era esencialmente el centro, digamos, de Villa Ceballos. Entonces que pasó? Cuando se instala el pueblo, y las autoridades vienen y se instalan ahí en pleno centro, en el corazón, digamos de la ciudad, que pasa? Los contrabandistas no podían pasar por el Camino de las Tropas, por el que es hoy calle Sarandi, porque la policía estaba allí, estaba prácticamente al costado. Entonces que hicieron? Contan los más antiguos del barrio que decidieron buscar un camino, lo más lejos posible del puesto policial. Entonces trasladaron el camino*

1.10. O COTIDIANO NA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA

Muitas das práticas dos habitantes dessas cidades lançam mão de cálculos que consideram a condição fronteiriça. Desde o nascimento, passando pelo casamento e até a morte; na saúde e na educação; na produção e no consumo de bens materiais e imateriais (religião, língua, arte, folclore), em muitos tipos de ação política, as estratégias são pensadas e executadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deve-se ressaltar: “praticando” a fronteira, agindo como fronteiriço, como o habitante de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais.

O nascimento de uma criança nesse conjunto urbano coloca decisões de nacionalidade. A mãe pode optar, não sem empecilhos, pelo hospital brasileiro ou pela maternidade uruguaia. Ela pode escolher em qual lado da fronteira registrará seu filho, pois daí advirá o acesso a esse ou aquele sistema de saúde e educação. Ela pode mesmo registrar o bebê em ambos os lados da fronteira, criando o *doble-chapa*, cidadão em ambas as pátrias (DORFMAN; BENTANCOR-ROSÉS, 2005). Existem *doble-chapas* legais “independentemente do lugar de nascimento, por direitos a partir da nacionalidade dos pais, e *dobles* ilegais, por nascimento num lado e pelo registro com testemunhas no outro” (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p.146).

Na fronteira, cidadania e nacionalidade são elementos negociáveis, indo além do critério de status outorgado pelos Estados-Nação.³⁵ Brasil e Uruguai adotam, em linhas gerais, condições diferentes para a atribuição de cidadania/nacionalidade: no Brasil conta ter nascido em território brasileiro, *jus soli*, o direito pelo solo; no Uruguai, respeita-se a filiação – *jus sanguini*, o direito pelo sangue. Estimativas de Andréa Quadrelli-Sánchez (2002) indicam que entre 60 e 70% da população de

de penetración hacia el sur unos dos kilómetros hacia el noreste. Ahí se creó lo que hoy conocemos con el nombre de Avenida 1825, que ellos le llamaban Camino Cuaró. Entonces que pasó, para evitar la policía, trazaron ese camino todo, Cuaró, Brasil, hasta la Plaza Flores, y ahí descansaban, desensillaban y después seguían hasta San Eugenio, Tacuarembó, Salto. (PALERMO, E., 2006).

³⁵ Normalmente as leis de cada Estado estabelecem as condições em que se reconhece a cidadania aos nacionais e aos estrangeiros que a solicitem (naturalização). Dá-se “a qualidade de cidadão ao conjunto de pessoas de um povoado ou país que reúnem os requisitos para serem considerados como tais e que, portanto, possuem direitos políticos, fundamentalmente o de eleger e de ser eleito” (DI TELLA, 1989, p. 95). Nesse caso trata-se do reconhecimento da cidadania como outorga institucional de nacionalidade.

Santana do Livramento-Rivera possui parentes de ambas as nacionalidades, possibilitando a opção por uma ou ambas as cidadanias para cônjuges e prole.

Esse precedente legal proporciona mais que uma dupla cidadania pragmática, voltada para a obtenção de direitos reservados aos nacionais – como a aposentadoria ou o acesso gratuito à saúde e educação – mas uma cidadania oscilante, que pende para um ou outro pertencimento, ou mesmo para sua combinação, já que muitos fronteiriços consideram-se simultaneamente brasileiros e uruguaios (QUADRELLI-SÁNCHEZ, 2002, p. 61).

Cidadania também pode ser entendida como participação política cotidiana, e a ação política na escala local nem sempre aceita os limites da nacionalidade legal: muitos movimentos reivindicatórios envolvem a ambos lados da fronteira. A possibilidade de votar, entretanto, está restrita aos que são legalmente *doble-chapa*. A própria aquisição da dupla cidadania pode tornar-se objeto de negociação política, uma vez que há casos em que despachantes facilitam o registro civil, trocando aposentadoria ou outras vantagens por votos (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 146).

Os sentidos da fronteira em Santana do Livramento-Rivera apresentam-se já no gentílico *doble-chapa*, com que se denominam os habitantes da(s) cidade(s). Evocativo da duplicidade e da relação com o Estado-Nação institucionalizado, é assim registrado no Diccionario Riverense:

Doble-chapa: / Legislação: Em 05/11/1976 foi promulgada (regulamentada em 02/02/1977) a lei extraordinária pela qual se aprovou a importação definitiva de automóveis e camionetes que apresentavam duas placas de identificação, a brasileira e a uruguaia, ingressados em nossa República antes de 02/03/1973, para usuários residentes nos departamentos de Artigas, Cerro Largo, Paysandú, Rivera, Rocha, Salto e Treinta y Tres. No nosso caso, os fundos arrecadados foram utilizados para dar início à construção do Palácio Municipal. / Linguística: denominação popular para os fronteiriços com dupla nacionalidade, comuns na região, dada a mistura de muitas famílias, e o costume, hoje não tão generalizado, pelo qual muitos recém-nascidos eram registrados nos dois países vizinhos. (t.n.) (LEON, 1988, p. 280).³⁶

³⁶ “*Doble chapa – / Legislación: El 5.11.1976 fue promulgada (reglamentada el 2.2.1977) la ley extraordinaria por la cual se aprobó la importación definitiva de automóviles y camionetas que tenían doble chapa de circulación, brasileña y oriental, que hubieran ingresado a nuestra República con antelación al 2.1.1973, para usuarios residentes en los departamentos de Artigas, Cerro Largo, Paysandú, Rivera, Rocha, Salto y Treinta y Tres. En nuestro caso los fondos recaudados fueron empleados en la iniciación del Palacio Municipal. / Lingüística: Denominación popular para los fronterizos con doble nacionalidad, comunes en la región dado el entremezclamiento de muchas familias y la costumbre, hoy no tan generalizada, por la cual muchos recién nacidos eran registrados en los dos países vecinos.*” (LEON, 1988, p. 280). Merece nota a existência de um dicionário,

Se a interação tem-se dado sem o recurso a acordos formais na escala do Estado-Nação, em 2004, firmou-se o “Acordo para Permissão de Trabalho e Estudo para os Cidadãos das Localidades de Fronteira da República Oriental do Uruguai e da República Federativa do Brasil”, que propõe o compartilhamento da cidadania na escala local (DORFMAN; BENTANCOR-ROSÉS, 2005). O impacto do acordo foi menor do que o esperado, talvez por propor uma saída institucional e limitada ao que vinha sendo resolvido de maneira cotidiana e informal, com recurso aos “jeitinhos” e “trampitas” bastante pragmáticos, e certamente pelas crescentes exigências documentais colocadas pela *Migraciones* uruguaia.

Segundo dados de Andréa Quadrelli-Sánchez (2002, p. 66) a percentagem total dos casamentos mistos em ambas as cidades seria, no início dos anos 2000, de 12,4%, bem abaixo do dado apresentado por Gladys Bentancor-Rosés, de 58% (64% dos quais unindo brasileiras a uruguaio) (2002, p.144-6). A importância do fenômeno se mantém, apesar da divergência entre os números. Cabe ressaltar que o parentesco binacional pode repetir-se em várias gerações. Segundo Bentancor-Rosés, a maioria dos casamentos mistos é celebrada em Rivera, em função de vantagens econômicas (como o pagamento de auxílio-matrimônio ao trabalhador uruguaio e o menor custo da tramitação dos papéis). A bigamia é reprimida em ambos os países, mas certas exigências legais ligadas à nacionalidade podem ser mais facilmente resolvidas com a repetição do casamento no outro lado da fronteira. É comum encontrar nas páginas dos jornais locais editais de casamento, em função das complexas estratégias ligadas ao registro civil (Fig. 15).



FIGURA 15: Santana do Livramento-Rivera: edital público de Casamento – 2008.

Fonte: A Platéia, 05 de outubro de 2008, p. 39.

Outro “jeitinho” diz respeito ao consumo de produtos brasileiros em ambos os mercados, o que leva a uma série de adaptações na escala local: bens de consumo duráveis, como carros e eletrônicos, são muito mais baratos no Brasil, o que atrai os uruguaios. Como é mais fácil para um cidadão brasileiro ou um residente adquirir um carro nacional, cria-se uma prática de “revender” ou repassar carros brasileiros a riverenses, dentro de redes de confiança amistosas ou remuneradas.

As possibilidades oferecidas pela condição fronteiriça são tão importantes na região que motivam movimentos populacionais. O departamento de Rivera apresenta o segundo maior crescimento demográfico do Uruguai, logo atrás de Montevideú. A razão apontada para o fenômeno é o “contato” com o Brasil.

Rivera se povoou ultimamente, nos últimos quarenta anos, com muita gente que veio do resto do país para cá. Rivera tem quase cem mil habitantes, são poucos os departamentos do Uruguai que têm essa quantidade de gente e por que? Por que a vida aqui era muito mais barata, graças ao contato com o Brasil. (t.n.) (Julio Cairello, entrevista, Rivera 21/07/2005).³⁷

As oportunidades oferecidas pela fronteira fizeram com que surgisse um fluxo migratório interno no Uruguai, no último quarto do século XX, mencionado acima. Desse primeiro movimento, surge outro, em que os jovens, com escassas oportunidades em outras partes do território uruguaio, acionam a rede de parentesco

³⁷ “Rivera se pobló últimamente, en los últimos 40 años, por mucha gente que vino del resto del país para acá, Rivera tiene casi 100 mil habitantes, son pocos los departamentos del Uruguay que tienen esa cantidad de gente y, por que la vida acá era mucho más barata, por el contacto con el Brasil” (Julio Cairello, entrevista, 21/07/2005).

e se reúnem aos aposentados interessados em desfrutar o menor custo de vida na fronteira. Morar no lado brasileiro significa pagar um aluguel mais baixo, e traz a vantagem de permitir o acesso à documentação de residente e, por conseguinte, a crédito para consumo de bens. Entre as camadas mais privilegiadas das cidades, morar em Livramento pode estar ligado à segregação urbana, uma vez que os bairros de luxo são mais expressivos em Livramento, levando a uma concentração da elite de ambas as cidades no bairro Atenas (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 147).

Nas cidades de fronteira fala-se o português, o espanhol e dialetos locais que misturam ambos os idiomas, somando a eles uma profusão de termos “campeiros”, em geral remanescentes das línguas indígenas. A figura 16 traz um exemplo.

Os dialetos são genericamente chamados de *portuñol*, termo em uso em toda a fronteira lingüística nos limites do Brasil. Os exemplos a seguir ilustram as variações lingüísticas (QUADRO 1).

FABRICAÇÃO PRÓPRIA
VISITENOS
AQUÍ ENCONTRARÁ LOS MEJORES PRECIOS

(0**55) 411-5345 - e-mail: prochamps@terra.com.br
 borbom@terra.com.br



VENTAS POR MAYOR Y MENOR
 Vestuarios infantiles completo, roupas para bebê, lingerie,
 bombachas, calzoncillos, medias, joggings, remeras, bolsas para
 bebê, vestidos infantiles para cumpleaños, trajes para niños.
Malhas, Pijamas e Camisolas - Preço por Kilo.
 LA PRIMERA TIENDA AL ENGRESSAR EN URUGUAYANA
RUA SETE DE SETEMBRO, 1057 - FONE: (55) 411-5345
BAZAR - Rua Bento Martins, 3092 - Fone: (55) 411-1829
Rua Domingos de Almeida, 2881 esq. Presidente Vargas - Fone: (55) 411-3055

FIGURA 16: Uruguaiana: folheto publicitário.

Fonte: STURZA, 2007, p. 43.

QUADRO 1: Comparação entre expressões em português, espanhol e *portuñol*.

Português	Espanhol	<i>Portuñol</i>
Não tem	<i>No queda</i>	<i>Não fica nada</i>
Vou descer	<i>Voy a bajar</i>	<i>Vou baixar</i>
Eu não sei bem	<i>Que sé yo</i>	<i>Que sei eu</i>
Oi, como vai?	<i>¿Hola, que tal?</i>	<i>Oh, qué tal?</i>

Fonte: STURZA, 2007, p. 43.

Na literatura acadêmica uruguaia, os dialetos são conhecidos como “dialetos portugueses do Uruguai”, ou DPUs, enfatizando a pluralidade de combinações entre a estrutura do português e o vocabulário espanhol. Tais estudos afirmam que as cidades-gêmeas constituem uma região “bilíngüe e diglósica”, onde os falantes operam um código em que se alternam as línguas *standard* do respectivo cada país e o DPU, de acordo com o interlocutor e o grau de formalidade da situação (ELIZAICÍN, 1979; BEHARES, 1985). A influência do espanhol no português falado na fronteira aparece no sotaque, em certas estruturas gramaticais absorvidas e através do uso corrente de espanholismos. Tal situação estaria ligada tanto à fronteira lingüística contemporânea quanto e a uma história de contatos que teria se iniciado ainda na Península Ibérica, mostrando que as condições estruturais e conjunturais se interpenetram.

A relação entre lugares é explicativa, na distinção entre língua e dialeto: há uma correspondência entre a subordinação de espaços e línguas. Paul Allières afirma que a pesquisa lingüística do abade Gregório, em 1790, conferindo status diferenciado às expressões lingüísticas, na França, já revelava que “a distância têm, em toda parte, valor classificatório. Ela faz o papel de um eixo semântico” (ALLIÈS, 1980, p.67).

Desde a primeira metade do século XX, pelo menos, o *portuñol* é utilizado em produções escritas (vide Anexo A). O exemplo abaixo é contemporâneo, de autoria do poeta popular Chito de Mello:

“A Fronteira da Paz”
 é o apelido dessa zona
 Será porque las ‘persona’
 Aqui não lutam jamais.
 Tá ‘tudo bon’, dizem muitos
 e ficam bem ‘cayado’
 Uns fumam ‘importado’

E outros nem sequer a bagana.
 Rivera
 Linda fronteira
 Para viver
 Sou uruguaio
 que não me 'cayo'
 E com o 'bagayo'
 Hei de subsistir.
 Que somos todos iguais
 e 'irmãos', dizem os padres
 Mas até nas sepulturas
 Há diferenças sociais.
 E ainda que não pareça
 'Me mamo' como um estancieiro
 Eu com um 'Véio Barrero'
 e ele com 'guisque' do 'frishó'. (t.n.) (MELLO, 2005, p.5)³⁸

Nesses versos, o *portuñol* soma-se aos temas “baixos” como a convivência, o cigarro, o contrabando, a morte e a bebida, que podem ser entendidos como mostras do senso comum fronteiriço, mas também servem para associar o uso do dialeto a assuntos cotidianos. Ecoa a fórmula de Néstor Perlongher (1992, p.9): “*la una el error* dela outra”. Encontramos também o comentário sobre a segmentação social, onde a diferença de classe aparece como mais relevante que a nacional, como mostram as bebidas e o cigarro citados.

O *portuñol* é interpretado segundo óticas sociolingüísticas diferentes, por vezes relacionadas à escala geográfica que informa a análise. Se, do ponto de vista da região, ele pode ser entendido como expressão de uma cultura popular e peculiar, observado à distância, em outros pontos do Uruguai ou do Brasil, é visto como um problema a ser resolvido através de políticas centralistas³⁹.

Segundo relatos, o uruguaio da fronteira, por estar exposto à cultura do Brasil, é freqüentemente tratado como diferente. A coincidência de interpretação entre fenômenos observados no País Basco e na fronteira gaúcha leva a pensar em uma

³⁸ “*La frontera de la paz*”/ *Han apodáo a esta zona/ Será porque las “persona”/ Aquí no luchan jamás.*// *Ta “tudo bon” dicen muchos/ Y se quedan bien “cayado”/ Unos fuman, “importado”/ Y otros ni siquiera puchos.*// *Rivera/ Linda frontera/ Para vivir/ Soy uruguayo/ que no me “cayo”/ Y con “el bagayo”/ He de subsistir.*// *Que somos todos iguales/ y “hermanos”, dicen los curas/ Pero hasta en las sepulturas/ Hay diferencias sociales.*// *Y aunque parezca que nó/ “Me mamo” como un estancieiro/ Yo con un “Véio Barrero”/ Y él con “guisque” de’l “frishó”* (MELLO, 2005, p.5).

³⁹ Além do histórico temor uruguaio em diluir-se no imenso Brasil (exemplificado na nota 13) pode-se trazer a manifestação do embaixador brasileiro, louvando o ensino bilíngüe na fronteira: “para as crianças expostas diariamente ao “*portunhol*”, aprender de forma sistemática os dois idiomas facilita o aprendizado da própria língua materna. [...] É importante perceber que ao aprender espanhol e português não se está pondo em risco o sentimento de Pátria. Ao contrário, dificulta-se o desenvolvimento de um dialeto local, que mais do que um sotaque ou um maneirismo regional, aí sim, diluiria o que cada população tem de brasileira ou uruguaia.” (SANTOS, E., 2004, p. 15).

característica estrutural das áreas de fronteira, onde a adesão à nação é questionada. Segundo Helénè Velasco-Graciet (2006, p.75),

[As zonas fronteiriças] tornam-se rapidamente, aos olhos dos poderes políticos, zonas de perigo potencial, por conta do contato efetivo com espaços exteriores ao território nacional. Em oposição ao centro do território nacional, destacado e iluminado por uma série de normas prescritas, os confins aparecem como zonas de incerteza identitária potencial.⁴⁰ (t.n.) (idem, *ibidem*, p.75)

A variação lingüística fronteiriça é interpretada, ao sul do rio Negro e em outros pontos do Uruguai, como marca de ignorância, seus falantes estariam sujeitos a perdas lingüísticas, “deformações da linguagem” ou “misturas inferiores”, identificados em geral com os estratos mais pobres da sociedade. O uso do dialeto, segundo determinadas interpretações vindas dos puristas, causaria também problemas de expressão, como dislexia, deficiências na expressão oral e escrita etc. (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p.166). Observe-se que, na prática, o falante é bilíngüe, dispondo de maiores recursos lingüísticos.

Os *bayanos*, como também são conhecidos os nativos da fronteira norte do Uruguai, distinguir-se-iam dos seus patrícios por uma perda de nacionalidade, assimilando comportamentos de novos ricos, espalhafatosos e de moral laxa. Freqüentar a fronteira implica, assim, aos olhos de alguns dos moradores da capital, conseqüências patológicas e perdas morais. Assim, associa-se à fronteira o tropo da degeneração (*descaimiento*, nas palavras de mais de um informante): junto à fronteira, os comportamentos se transformam pela hibridação e pela contaminação com outras culturas, o que leva à ampliação da tolerância em relação a comportamentos desviantes, pouco aceitáveis em contextos mais puros e estáveis.

⁴⁰ A explicação avançada pela autora, no entanto, não se estende ao caso aqui em análise, onde o povoamento foi posterior ao desenho da fronteira: “As razões são, em parte, históricas, já que bem antes do surgimento da fronteira e da forma rígida e linear de sua existência definitiva, as populações tornadas fronteiriças praticavam um sistema de alianças e trocas indiferenciadas com o conjunto das comunidades vizinhas.” (t.n.) “*Ces zones sont rapidement apparues, aux yeux des pouvoirs politiques, comme des zones de dangers potentiels du fait de leur contact effectif avec des espaces extérieurs au territoire national. Á l’opposé du centre du territoire national éclairé et mis en lumière par toute une série de normes prescrites, les confins apparaissent comme des zones d’incertitude identitaire potentielle. Les raisons en sont en partie historiques, car bien avant la naissance de la frontière et de la forme rigide et linéaire de son existence définitive, les populations devenues frontalières pratiquaient un système d’alliances et d’échanges indifférenciés avec l’ensemble des communautés voisines*” (VELASCO-GRACIET, 2006, p.75).

Mesmo quando positivada, marca-se a diferença em relação ao centro uruguaio: Alma Gallup, defendendo os riverenses, também os distingue do conjunto nacional, ao afirmar que os fronteiriços são “mais desenvolvidos, mais divertidos e mais coloridos” e, portanto, mais brasileiros (entrevista, Rivera 20/07/2005).

O histórico empenho das autoridades uruguaias para “erradicar a influência luso-brasileira” tem sido pouco frutífero, na medida em que os meios de comunicação contemporâneos amplificam a influência do português. Experiências de ensino bilíngüe na educação primária trabalham com as línguas *standart*, sem levar em consideração a língua-mãe da fronteira. Recoloca-se a tensão entre a lógica do lugar e as estratégias nacionais⁴¹.

No cotidiano das cidades da fronteira, essa tensão combina-se ao espelhamento entre situações brasileiras e uruguaias, seja para copiar os exemplos, seja para rejeitar comportamentos. Também é recorrente encontrar fronteiriços que afirmam que suas características e problemas não são reconhecidos pelos não-nativos, moradores do centro e gestores políticos que, incapazes de ver o que dificulta a vida cotidiana, não podem propor soluções apropriadas.

Contemporaneamente, é possível positivar a hibridação ensejada pela fronteira, mas as suspeitas de terrorismo freqüentemente lançadas sobre esse lugar estão baseadas numa concepção da fronteira como um espaço propenso a práticas ilegais ou mutantes. As representações da fronteira e de seus habitantes originam-se e expressam diferentes posições no espaço e na sociedade, que serão abordadas no capítulo que segue.

⁴¹ Comenta Raphael Copstein (entrevista, Porto Alegre 11/10/2005) “está se procurando, não sei por que, ensinar português do lado de lá e espanhol do lado de cá, quando eles têm a língua deles, eles se entendem sem problemas, sem os gramáticos nem os políticos”. Respondo: “é uma vingança do Estado-Nação sobre os caras, querer ensinar não uma, mas duas regras, ainda mais que o português e o espanhol são línguas pátrias dos colonizadores, e não plenamente do Brasil e do Uruguai”. Ele completa: “e outra coisa, a senhora pega um dicionário de termos gaúchos, tudo é espanhol”; finalizo: “e guarani”. Essa discussão aproxima-se à travada no capítulo 3, sobre o conteúdo da marginalia, a linguagem da margem, na produção literária regionalista.

2. AS REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS E O CONTRABANDO

Este capítulo traz uma discussão metodológica voltada à construção da comensurabilidade entre textos de gêneros e procedências variadas. Existem fontes incontornáveis na discussão do contrabando, como os códigos penais que o definem e as teorias sobre as fronteiras internacionais. Certos textos consultados voltam-se à apresentação de fatos e evidências sobre a vida na fronteira, outros propõem-se a estabelecer tipologias e conceitos para uso em múltiplos casos, enquanto outros ainda, como os contos de contrabando, privilegiam sentidos e impressões mais ou menos específicos ao lugar. Há representações cuja relevância advém do fato de se originarem no lugar em estudo, como se dá com as entrevistas realizadas em trabalhos de campo. O conjunto de documentos consultados apresenta linguagem, pontos de vista e propósitos essenciais para uma compreensão do contrabando como prática cotidiana, mas é bastante heterogêneo, de modo que sua aproximação requereu atenção à tradução cultural e acabou por levar à proposta de uma geografia do pensamento, explorando as relações entre os lugares e política das representações textuais.

2.1. TEXTOS LEGAIS SOBRE O CONTRABANDO

Os fronteiriços falam *portuñol* em situações informais e familiares, nos primeiros anos de vida e de escola. Em situações sociais sujeitas à formalidade estatal-nacional, onde regras de outras escalas geográficas são prevalentes, as línguas *standard*, nacionais, são preferidas pelos fronteiriços. Da mesma forma, as várias representações textuais da fronteira e do contrabando alinham-se em posições coerentes com a situação geográfica e social de quem as produz. Tanto o *portuñol* quanto os textos – orais ou escritos – sobre o contrabando informam sobre os contatos e os usos locais da fronteira.

Localmente, contrabandar é representado como um trabalho que implica no desrespeito a algumas regras vigentes nos limites estatais, a partir de um conhecimento do lugar, das práticas possíveis e legítimas nele. Quando enunciado a partir do Estado-Nação, o contrabando define-se como o transporte ilegal de mercadorias entre Estados-Nação, elidindo os tributos por estes estabelecidos, o que mostra uma fronteira de regulação, de permeabilidade seletiva e controlada pelos agentes políticos hegemônicos. Segundo a legislação vigente no Brasil (artigos 334 e 318 do Código Penal da República Federativa do Brasil), contrabando ou descaminho é “importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou consumo de mercadoria”. Ao contrabando, associa-se a “facilitação do contrabando ou descaminho”, o crime praticado pelos aduaneiros que se envolvem ao “facilitar, com infração de dever funcional, a prática do contrabando ou descaminho”. A pena para essas contravenções é a reclusão por um período de 1 a 4 anos. Além disso, pune-se a participação de servidores públicos com afastamento do cargo

O texto da lei afirma que a entrada no país de artigos como cigarros para fins de revenda, ou armas para quaisquer fins, constitui sempre contrabando, pois sua importação é absolutamente proibida. O desrespeito a barreiras sanitárias é uma forma emergente de contrabando, que infringe a lei 7802/1989, sobre a utilização de agrotóxicos e a legislação ambiental (lei 9605/1998). Há ainda significativo comércio de sementes transgênicas, especialmente de soja vinda da China via Paraguai, sem a atestação do Ministério da Agricultura do Brasil.

O descaminho é a fraude aduaneira (“frustrar, burlar no todo ou em parte o pagamento de tributos”). Acima de US\$300 mensais, tudo o se compra em um país, e é levado para outro sem o recolhimento de impostos de importação, mesmo para consumo próprio, constitui descaminho.

No Código Penal da República Oriental do Uruguai, o artigo 245 da lei 13.318 define como infrações aduaneiras a diferença, a defraudação e o contrabando. A diferença consiste em declarar um valor menor do que o devido ao fisco, fraudando qualidade, quantidade, natureza ou valor. A defraudação é especificada no artigo 251 como uma operação em que o fisco é lesado, com ou sem a participação do funcionário público. O artigo 253 reza:

Se considera que existe contrabando em toda a entrada ou saída, importação, exportação ou trânsito de mercadorias ou artigos que for realizada com a cumplicidade de servidores ou sem ela, de forma clandestina ou violenta, ou sem a documentação correspondente, destine-se a traduzir-se em perda de renda fiscal ou na violação dos requisitos essenciais para a importação ou exportação de determinados artigos sujeitos a leis e regulamentos especiais, ainda que não aduaneiros (t.n.) (Codigo Penal de la Republica Oriental del Uruguay, 1965, p. 130-133).⁴²

Tais textos sobre o contrabando ancoram-se nas capitais, pontos dos territórios que concentram o poder político e cultural, o que faz com que seu conteúdo seja conhecido, reconhecido e aplicado em todo o conjunto do território nacional, como explicita o título dessas obras (Código Penal da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai). A representação do contrabando no local, por outro lado, dá voz aos contrabandistas, permitindo acessar alguns dos sentidos de suas práticas. Vêm-se, assim, duas posições textuais distintas entre si, mas com coerência geográfica interna. A fronteira e seu controle são atributos do Estado-Nação. A situação periférica das cidades de fronteira justifica a dissonância entre a representação nacional e a local do contrabando.

A diferença entre pensar a questão do contrabando a partir de Santana do Livramento-Rivera, Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro, Brasília ou Montevidéu, da periferia ou do centro de cada província do pensamento – ou do senso comum – tem que ser explorada: ainda que determinados pontos do território emitam enunciados mais amplamente aceitos, a adoção, compulsória ou volitiva, de seu ponto de vista na periferia pode ocultar sentidos locais. Ainda assim, afirmar que as representações textuais são situadas não deve levar a reificar o espaço como fonte de interpretações. Portanto, o ponto de vista é de agentes, de teóricos, de grupos de *habitantes*, e não do lugar. Nesse “exercício de aproximações sucessivas”, como aconselhava Milton Santos (2002, p. 61), o foco da pesquisa pousa sobre os contrabandistas, esses agentes que se movem através da fronteira, por causa e apesar dela, graças à destreza no manejo das escalas geográficas que precipitam-se no lugar. As representações textuais dos contrabandistas possuem

⁴² “Artículo 253. Se considera que existe contrabando en toda entrada o salida, importación, exportación o tránsito de mercaderías o efectos que realizada con la complicidad de empleados o sin ella, en forma clandestina o violenta, o sin la documentación correspondiente, esté destinada a traducirse en una pérdida de renta fiscal o en violación de los requisitos esenciales para la importación o exportación de determinados artículos que establezcan leyes y reglamentos especiales, aun no aduaneros” (Codigo Penal de la Republica Oriental del Uruguay, 1965, p. 130-133).

usualmente caráter oral e circulam por redes locais e periféricas. A interpretação dos sentidos locais dos *causos* contrabandistas para a presente representação textual se faz tanto por sua tradução para o meio escrito, quanto pelo reconhecimento da verdade expressas nessas enunciações.

O esforço metodológico apresentado a seguir se justifica como uma reflexão a respeito das etapas da pesquisa sobre os contrabandistas que trabalham na fronteira gaúcha. Diante da letra da lei e da inicial escassez de teoria, de etnografias ou de historiografia do contrabando – e frente à abundância de textos literários dotados de perspicácia geográfica circulando, senão pelo conjunto da população local, ao menos entre parte significativa desta – o uso da ficção como fonte de interpretações se apresentou incontornável. Os temas constitutivos na literatura da fronteira, escrita no lugar ou na região – o espaço fronteiriço; as práticas dos *bagayeros* que freqüentam a fronteira Brasil-Uruguai; suas relações com diferentes segmentos da população fronteiriça, sejam conterrâneos ou pessoas envolvidas com a lei (aduanheiros, policiais e advogados); as tensões e acomodações entre o cotidiano local legitimado e o legal nacional institucionalizado etc. – coincidem com os temas explorados nesta tese.

Com o avanço da pesquisa, textos originários na Geografia, na História, na Literatura Comparada, no Direito, na Sociologia e na Antropologia foram sendo garimpados, criando um acervo que ora privilegia a análise do lugar, Santana do Livramento-Rivera, ora a interpretação das práticas do contrabando de pequenos volumes realizado em outras fronteiras. Assim, o conjunto de documentos ampliou-se significativamente, incorporando representações não-ficcionais. A estes se somaram notícias e reportagens de diferentes fontes.

Durante a realização dos trabalhos de campo, aos textos impressos somaram-se entrevistas, conversas e observações sobre as formas narrativas e o vocabulário específico à atividade dos contrabandistas na fronteira em estudo. A transcrição de tais textos orais reposicionou as questões levantadas pela análise da ficção e da bibliografia acadêmica: em certos momentos, aqueles primeiros textos pareceram dispensáveis. Um segundo olhar revelou que sua contribuição já estava incorporada à interpretação das práticas observadas no lugar.

Os resultados apresentados a seguir balizaram a organização dos dados obtidos nesse percurso, que serão apresentados nos capítulos 3 e 4, onde examino a literatura acadêmica à luz, respectivamente, da representação do contrabando na literatura da fronteira e das práticas dos contrabandistas de pequenos volumes. Trata-se de uma exploração metodológica para viabilizar o uso concomitante de fontes escritas – produzidas por geógrafos, historiadores, antropólogos, contistas, poetas e outros escritores da fronteira – e de fontes orais, originadas nas experiências de campo. Em todos os casos, tratam-se de representações textuais ligadas ao espaço e que têm com ele uma relação circular, em que a sociedade se territorializa gerando formas verbais que, por sua vez, entram na construção cultural e política dos territórios. Como busco demonstrar, a própria conceituação de fronteira é situada, recebendo influxos do lugar, do momento histórico em que se origina e da escala geográfica que contempla.

2.2. AS REPRESENTAÇÕES TEXTUAIS E A GEOGRAFIA

As representações têm sido discutidas na Geografia a partir de diferentes teorias e conceitos sem chegar a constituir um campo de pesquisa unificado ou uma escola de pensamento bem circunscrita. Bernard Debarbieux afirma ser mais razoável falar de uma “curiosidade compartilhada” (1998, p.209) pelas geografias comportamental, humanista, cultural, política e social em torno da representação, que é por ele conceituada como

o processo pelo qual se produzem formas, concretas ou ideais, dotadas de existência própria, mas que se referem sempre a objetos ou fenômenos pertencentes a outras ordens da realidade [...] um fenômeno de outra natureza: o espaço, a paisagem, o lugar (t.n.) (idem, ibidem, p. 199)⁴³.

⁴³ “La représentation est le processus par lequel sont produits des formes, concrètes ou idéelles, dotées d’une existence propre, mais qui réfèrent toujours à un autre objet ou à un autre phénomène relevant d’un autre ordre de réalité [...] un phénomène d’une autre nature: l’espace, le paysage, le lieu” (DEBARBIEUX, 1998, p. 199-200).

No Brasil, destacam-se os trabalhos reunidos em torno do NEER – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, que se liga estreitamente à geografia cultural. Por exemplo, Salete Kozel afirma que

as representações em geografia constituem-se em criações individuais ou sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica, abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço realizada pela observação, descrição e localização das paisagens e fluxos, classificados e hierarquizados (2004, p.216).

Sua argumentação lança mão de polarizações entre senso comum e conhecimento científico, entre individual e coletivo, ressaltando a distância entre o real e o imaginário, para então colocar tais pares em relação dialógica. De maneira mais ampla, nas Ciências Humanas, desde meados dos anos 1980, “representação” tem sido uma palavra amplamente empregada, especialmente pela História Cultural proposta por Roger Chartier (1990).

É preciso esclarecer que os processos de produção das representações textuais são analisados aqui através de sua situação espacial, do contexto histórico de sua produção e leitura, de seus emissores, de seu compartilhamento com os receptores e, finalmente, de sua materialidade e seu suporte. Esse texto é um objeto: isso precisa ser enfatizado em função do processo histórico desencadeado pela invenção da escrita e da imprensa, conforme descreve Carlo Ginzburg:

Inicialmente, foram considerados não pertinentes ao texto os elementos ligados à oralidade e à gestualidade; depois também os elementos ligados ao caráter físico da escrita. O resultado dessa dupla operação foi a progressiva desmaterialização do texto, continuamente depurado de todas as referências sensíveis: mesmo que seja necessária uma relação sensível para que o texto sobreviva, o texto não se identifica com o seu suporte. Tudo isso nos parece óbvio, hoje, mas não o é em termos absolutos. Basta pensar na função da entonação nas literaturas orais, ou na caligrafia na poesia chinesa, para perceber que a noção de texto que acabamos de invocar está ligada a uma escolha cultural. (GINZBURG, 1989, p.157).

A oralidade, o gesto e, principalmente, o propósito e o contexto espacial em que o texto surge e em que se apóia são referências na presente pesquisa. Explicito abaixo a formulação desse referencial.

1. Existem diferentes modos para representar o espaço e as práticas que o ativam socialmente. A representação textual assume diferentes gêneros (segundo

Josefina Ludmer (2002, p.28), “uma matéria e uma lógica”, ao que acrescento: um suporte) para verbalizar o espaço, com diferentes propósitos. Dentre as múltiplas formas textuais, trabalho com a matéria escrita (descrição científica, obra ficcional, texto legal e jornalístico etc.); com entrevistas, conversas, *causos*, anedotas e outras formas da expressão oral transcrita⁴⁴. É preciso enfatizar que as palavras e seus usos são de domínio geral, em mutação e atualização permanente. O texto científico prima pelo diálogo com os precursores; a escrita geográfica vale-se ainda de representações cartográficas, imagens de circulação mais restrita. Para acompanhar este texto geográfico, busco desenvolver cartogramas ao longo deste trabalho, enfrentando o desafio de mapear alguns cenários ficcionais e as práticas dos contrabandistas, de materialização inconspícua porque cercadas de sigilo⁴⁵. A representação oral recorre a gestos e entonações, perdidos na passagem para o registro escrito.

2. As representações textuais expressam a cultura espacialmente situada. O lugar da enunciação influi na representação do espaço formulada por cada agente: o agente é situado e a cultura em circulação no lugar condiciona-o e às representações que ele é capaz de gerar. Ducrot e Todorov ([1971] 2001, p.289) conceituam enunciação como “os elementos pertencentes ao código da língua e cujos sentidos, no entanto, variam de uma enunciação para outra; por exemplo, *eu, tu, aqui, agora* etc.” Partindo desse ponto, enfatizo a mudança no significado do contrabando conforme a escala geográfica e o lugar – em suas relações endógenas – que informa a representação textual formulada por cada agente considerado.

3. As diferentes representações podem ser organizadas segundo uma geografia. A geografia das representações textuais expressa uma “geografia do pensamento”, considerando, principalmente, o lugar do emissor, que marca o ponto de partida da representação, isto é, o lugar de enunciação, o aqui e agora subjacente a cada texto. Esse lugar de enunciação situa-se numa entidade geográfica em relação com outros lugares. Dentro da geografia do pensamento são importantes também o lugar do objeto representado e aquele do interlocutor. Esse tipo de análise sublinha ainda

⁴⁴ Muitas vezes me foi sugerido também o trabalho com o cancionero gauchesco e com a poesia. Aprofundar as questões ligadas à circulação das línguas e dialetos conhecidos como *portuñol* seria outra possibilidade. Tais sugestões ficam reservadas para pesquisas futuras.

⁴⁵ Segundo Marie-Vic Ozouf-Marignier, a Geografia tende a valorizar a iconografia em vista de sua presença no ensino fundamental, onde a ilustração é uma necessidade (notas de aula, Paris, 14/12/2006).

a suíte escalar em que circula o objeto representado pelo emissor, por exemplo, o contrabando, e os conflitos gerados na relação entre representações oriundas no lugar, na região e no Estado. Há, evidentemente, um forte teor político nessa formulação.⁴⁶ As várias representações textuais da fronteira e do contrabando alinham-se em posições geograficamente coerentes com a situação geográfica e social de quem as produz.

4. Nesse sentido, a idéia de tradução cultural surge como estratégia para (a) reconhecer a natureza desigual de cada um desses gêneros textuais, ao mesmo tempo em que (b) procura aproximá-los, construindo comensurabilidades entre textos de origem, suporte e propósitos distintos, (c) organizando-os segundo uma geografia das representações textuais, a partir do lugar e das práticas a que o corpus (o conjunto dos textos) se refere, (d) gerando a presente representação textual.

O trabalho dos geógrafos geralmente deságua num texto final, que pode ser um relatório de campo ou uma tese como esta, mas que é apenas parte de um percurso que inclui contatos prolongados com o grupo em estudo na construção – e nas sucessivas erosões – do objeto geográfico. O texto científico é uma tentativa de sedimentação dessa experiência sobre um substrato de teorias já constituídas.

2.3. UMA GEOGRAFIA DO PENSAMENTO SOBRE A FRONTEIRA

A Geografia, descrevendo, sistematizando e construindo conceitos, tem contribuído com várias representações textuais para a fronteira, todas em relação com a situação de seu emissor. Lembremos que não se conhece uma essência da fronteira concreta. O conceito universal e definitivo de fronteira é inatingível, na medida em que todos os conceitos se referem a um tempo e espaço específico, além de responderem a um desenvolvimento interno à disciplina. A importância estratégica das fronteiras torna a discussão ainda menos ingênua. O debate a seguir

⁴⁶ Como escreveu Machado de Assis, “tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão” (ASSIS, [1891] 1994 p. 23).

visa aprofundar a compreensão desse objeto multiforme, exercitando a geografia das representações textuais e tentando evitar possíveis reificações ou naturalizações⁴⁷.

Nas formulações científicas mais amplamente difundidas, o conceito de fronteira liga-se ao campo da política, ou da geografia política, estabelecendo-a como o limite da soberania e da competência de um Estado: em princípio, os Estados modernos soberanos estendem-se até tocarem, na fronteira, noutros territórios e noutros Estados. Os dois objetos extensos e de igual natureza, mas de diferentes conteúdos, delineiam-se, delimitando-se. Entendida em todas as escalas geográficas, a fronteira é um objeto cuja emergência liga-se aos processos de territorialização, sendo o limite político significante de um território, um objeto criado por um poder cujo projeto político é afirmar-se e diferenciar-se de outras entidades territoriais, criando descontinuidades espaciais e sociais (GROUPE FRONTIÈRE, 2004, p.1). A questão se torna ainda mais complexa quando observamos que mesmo a fronteira geográfica internacional, originada na lógica do Estado-Nação, apresenta agenciamentos extra-estatais, originados na escala local, regional ou supra-estatal.

Friedrich Ratzel, na Alemanha de fins do século XIX, apresentava a fronteira como o lugar onde deixam de existir as condições vitais necessárias à expansão do território do Estado, ou como o encontro com um movimento de mesma natureza, em sentido contrário (RATZEL, 1882/1990, p.148). De forma semelhante, na década de 1930, o francês Jacques Ancel definia a fronteira como “isóbara de poder”, isto é, uma linha que demarca igualdade de poderes – capacidade de controle – entre duas formações estatais (ANCEL, 1938, p.195). Contemporaneamente, tais afirmativas mantêm sua vigência no sistema inter-Estados que recobre o globo, atribuindo a todo espaço um caráter de território estatal, ou seja, de espaço submetido a um poder estatal e recortado por fronteiras internacionais⁴⁸ (WALLERSTEIN, 1979).

⁴⁷ Atenho-me aos conteúdos espaciais do conceito/noção de fronteira, não examinando seus usos metafóricos ou simbólicos.

⁴⁸ Seria mais apropriado denominá-la fronteira interestatal, na medida em que o aparato territorializado do Estado é limitado por essa linha, enquanto há nações cuja espacialidade não corresponde a um território unificado e autodeterminado. Nações são grupos humanos e não objetos delimitáveis no espaço.

A fronteira é usualmente teorizada pela construção de pares opostos, mas complementares. Estatal e multidimensional? Geográfica e metafórica? Ou ainda, limites ou fronteiras? Fronteiras naturais ou artificiais? Zonas ou linhas?

Passando por termos como *marches*, *bornes*, *termes* e *confins*, Daniel Nordman invoca o texto de Lucien Febvre (*Frontière: le mot et la notion*, 1928), para afirmar que a ascensão do termo fronteira está ligada à “total militarização da nação” e que, na origem, tratava-se da linha de front de uma tropa diante do inimigo, ou da fachada de um prédio.

A fronteira, na verdade, continua marcada por suas origens militares. Por tal razão, ela não deixa de pertencer ao registro do front, do enfrentamento, em uma palavra, da guerra, seja ela ruidosa e mortífera ou somente embrionária e dissimulada. Supondo uma **concepção egocêntrica do Estado**, em virtude da qual as políticas se baseiam em relações de força e nos atos do príncipe perpetrados segundo o direito do mais forte (t.a). (grifo da autora) (NORDMAN, 1998, p. 40)⁴⁹.

Segundo Nordman (ibidem) limites e fronteiras são distintos na origem, mas tendem à convergência, tornando-se quase intercambiáveis a partir da segunda metade do século XIX. O limite apresenta, além de uma acepção geográfica ou topográfica, uma ressonância diplomática, sendo o termo clássico da negociação entre Estados:

Bem diferentes aparecem os limites. Geográficos, políticos (ou ainda metafóricos, figurados), eles são, antes de mais nada, lineares, na medida em que são objeto de uma fixação sobre o terreno. Mas, acima de tudo, através deles, é o registro da negociação, da discussão, que prevalece: na origem ou em perspectiva, a paz está em pauta. Ainda que, segundo uma concepção exclusiva, belicosa e ofensiva do Estado, a força tenda a deslocar as fronteiras às expensas dos vizinhos mais fracos, o fim acordado das hostilidades conduz à paz dos limites, a uma negociação encetada, em princípio, em pé de igualdade, por adversários que deixaram de sê-lo. É outra a definição de Estado que se impõe ou, mais exatamente, dos Estados inseridos numa **rede policêntrica de relações jurídicas e políticas**. (t.n.; g.n.) (idem, ibid., p. 40).⁵⁰

⁴⁹ “La frontière, en effet, demeure marquée par ses origines militaires. Pour cette raison elle ne cessera d'appartenir au registre du front, de l'affrontement, en un mot de la guerre, que celle-ci soit bruyante et meurtrière, ou seulement larvée et dissimulée. Elle suppose une conception égocentrique de l'État, en vertu de laquelle les politiques sont fondées sur les rapports de forces, et les actes du prince perpétrés selon le droit du plus fort”. (p. 40)

⁵⁰ “Très différents apparaissent les limites. Géographiques, politiques (ou encore métaphoriques, figurées), elles sont tout d'abord linéaires, dans la mesure où elles sont l'objet d'un fixation sur le terrain. Mais surtout, à travers elles, c'est le registre de la négociation, de la discussion, qui prévaut: à la origine ou en perspective, la paix est en cause. Alors que selon une conception exclusive, belliqueuse et offensive de l'État, la force tend à déplacer les frontières aux dépens des voisins les plus faibles, la fin, acceptée, des hostilités conduit à la paix des limites, à la négociation engagée, en principe sur un pied d'égalité, par les adversaires qui ont cessé de l'être. C'est une autre définition de

Observa-se aqui uma divergência em relação às formulações de Lia Osório Machado que, no mesmo ano, ao distinguir limites e fronteiras, estabelece que estas não seriam o fim do Estado e sim seu começo, “o lugar para onde ele tendia a se expandir”, enquanto a “palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna”. Assim, “a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites do Estado estão orientados para dentro (forças centrípetas)” (MACHADO, L. 1998, p. 41-2).⁵¹

A fronteira corresponde a uma “concepção egocêntrica do Estado”, conforme afirmava Daniel Nordman, ou às “forças centrífugas que criam uma orientação para fora”, como diz Lia Osório Machado? O limite apresentado pelo historiador francês provém de um Estado inserido numa “rede policêntrica de relações jurídicas e políticas”, diferindo da demarcação do “término da influência da forças centrípetas de coesão interna” apresentada por Lia Osório Machado.

As afirmativas de Nordman originam-se na história francesa e europeia, onde a repetida reorganização dos territórios dos Estados coloca constantemente a questão de pensar-se nacionalmente ou como parte de blocos ou alianças. E não seria o presente, momento de desativação seletiva de fronteiras intra-europeias, a hora em que essa reflexão se faz mais necessária na Europa?

A conceituação de Lia Osório Machado tem como base a geografia política brasileira e responde, de certa forma, à clássica oposição entre as visões da fronteira como zona ou como linha, como lugar de contatos ou de rupturas. Ao atribuir ao limite as características que acredita não pertencerem à fronteira (linearidade e ruptura) a autora preserva a institucionalidade estatal da fronteira (em

l'État qui s'impose, ou plus exactement des États insérés dans une réseau polycentrique de relations juridiques et politiques”. (idem, *ibid.*, p. 40).

⁵¹ A idéia de forças centrífugas e centrípetas já tinha sido aplicada à fronteira na abordagem funcionalista proposta por Richard Hartshorne em 1950: “O fato de um país ter um nome e um governo, de que um tratado internacional reconheça a sua existencia como Estado e defina seus limites territoriais não é suficiente para produzir um Estado. Para realizar esse objetivo é necesario estabelecer forças centrípetas que unam as regiões daquele Estado contrariando as forças centrífugas que sempre estão presentes.” (t.n.) “*The fact that a country has a name and a government, that an international treaty recognizes its existence as a state and defines its territorial limits – all that does not produce a state. To accomplish that, it is necessary to establish centripetal forces that will bind together the regions of that state, in spite of centrifugal forces that are always present*” (HARTSHORNE, 1950). Nessa visão, a fronteira é analisada em relação ao Estado a que pertence, e não em relação aos Estados vizinhos ou na escala local.

sua manifestação como limite), sem negar seu caráter dinâmico e de constante recriação.

Os conceitos utilizados pela uruguaia Gladys Bentancor-Rosés coincidem amplamente com a visão de Machado:

Em síntese, se destaca que, enquanto o limite fecha, a fronteira abre, se abre a inter-relações, a intercâmbios [...]. Mesmo nos casos em que não estão disponíveis todos os elementos para torná-lo possível, as ferramentas articuladoras existem, e seu funcionamento sistêmico está latente, são verdadeiras dobradiças sempre potencialmente aptas a se abrirem. (t.n.) (2002, p. 18)⁵²

O termo dobradiça, *bisagra* no original, é uma metáfora para oscilação entre fechamento e abertura, liberdade alternada ao cerceamento de contatos, conjunturalmente enfatizando-se as diferenças ou as semelhanças entre os territórios cortados pela fronteira. A autora, experiente em uma fronteira de fortes contatos, enfatiza o caráter integrador da mesma.

Nas teorias latino-americanas ecoa ainda a idéia norte-americana de *frontier*, associada aos espaços vazios, ao futuro, às terras virgens e férteis (THOREAU, [1862] 1965, p. 24).

Seja na fronteira de recursos da Amazônia “brasileira”, na marcha para o oeste das frentes agrícolas impulsionadas pelos paulistas, na fronteira dos argentinos contra a “barbárie” patagônica ou no oeste norte-americano, o *frontier*

é o limite externo da onda – o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização (...). A fronteira americana distingue-se claramente da fronteira européia – uma linha fortificada que corre através de populações densas. O fato mais importante é que ela se encontra no extremo mais distante da terra livre (TURNER, [1893] 1965, p. 31)⁵³.

Do *frontier* americano – um movimento significando avanço sobre o desconhecido, espaço de liberdade e criação, que tem em seu reverso a violência monológica – e da *frontière* francesa ou européia – uma linha com sentido militar,

⁵² “Se destaca que en síntesis, mientras el límite cierra, la frontera abre, se abre a interrelaciones, a intercambios [...]. Aún en los casos donde no se han dado todos los elementos para hacerlo posible, las herramientas articuladoras existen y su funcionamiento sistémico está latente, son verdaderas bisagras siempre potencialmente aptas a abrirse”. (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 18)

⁵³ “Is the outer edge of the wave – the meeting point between savagery and civilization [...]. The American frontier is sharply distinguished from the European frontier – a fortified boundary line running through dense populations. The most significant thing about the American frontier is that it lies at the hither edge of free land”. (TURNER, [1893] 1965, p. 31).

onde se está face a face com o inimigo, num diálogo de forças –, pode-se guardar o sentido espacial e o apelo à liberdade e à iniciativa.

2.4. UMA TIPOLOGIA DAS INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS

O geógrafo francês Armand Cuisinier-Raynal parte de sua experiência na fronteira entre Peru e Equador e das formulações dos compatriotas Michel Foucher, sobre a fronteira, e Roger Brunet, a respeito da organização e modelização do espaço, para propor uma tipologia com cinco cenários fronteiriços (resumida no QUADRO 2) ⁵⁴.

Partindo da oposição passivo/ativo, que se aproxima da diferenciação entre fronteiras habitadas ou desertas, os cenários fronteiriços consideram a população, o Estado e a infra-estrutura, variando o grau de defesa ou articulação.

Observa-se que, apesar da tipologia levar em conta a população e as redes técnicas, não consegue dar conta da variedade de manifestações fronteiriças. Santana do Livramento-Rivera pode(m) ser classificada(s) no cenário fronteiriço capilar, mas o extrapola(m), já que polariza(m) uma região mais ampla que a área de fronteira. Além do que, há um caráter “osmótico” nas trocas, não previsto pelo autor. Pode-se ainda contestar um suposto caráter *espontâneo* atribuído às interações entre a população, já que as práticas cotidianas são orientadas por fins, tanto quanto aquelas dos agentes que atuam nas escalas estatal ou internacional⁵⁵.

As principais contribuições dessa proposta são reconhecer a multi-escalaridade da fronteira e a importância da rede na compreensão do espaço aparentemente contido pelo território nacional. A classificação resumida no quadro 2 cresce em importância por ter sido modificada por Lia Osório Machado e equipe na formulação da “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da

⁵⁴ Cuisinier-Raynal toma como base o trabalho de Foucher (*Tipología de las fronteras contemporáneas*. In BOVIN, Ph. (coord.), “Las fronteras del istmo. Fronteras y sociedades en el sur de México y América Central”, CIESAS/CEMCA, 1997. p. 19-24), no qual a geometria da fronteira é descrita partindo das idéias de envelope, díade e segmentos (respectivamente o perímetro fronteiriço total de um Estado, o limite entre dois Estados contíguos e suas subdivisões regionais). A interpretação de Roger Brunet para a dinâmica espacial inclui conceitos emprestados da biologia, como sinapses, trocas osmóticas etc. incorporados por Cuisinier-Raynal (BRUNET; DOLLFUSS, 1990).

⁵⁵ Crítica apontada pelo Prof. Dr. Carlos Capela, Florianópolis, 26/11/2004.

Faixa de Fronteira” (BRASIL, 2005)⁵⁶. As cidades-gêmeas passam a ser também consideradas, avaliadas como “lugares onde as simetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania” (p.144). O mapa “Tipologia das Interações Fronteiriças” (Fig. 17) resume a proposta para o território brasileiro.

QUADRO 2 – Cenários fronteiriços segundo A. Cuisinier-Raynal (2001)

	MARGEM	MARCA	FRONT	SINAPSE*	CAPILAR
POPULAÇÃO	Ausência de contato espontâneo entre as populações fronteiriças (particulares, familiares ou comerciais)	Dificuldade nos contatos esporádicos e espontâneos (familiares ou de complementaridade comercial) na escala local	As populações locais não se comunicam através da fronteira. Reforço aos sentimentos nacionais	Fortes trocas entre as populações fronteiriças, formação de sociedades comerciantes	Trocas difusas entre populações fronteiriças em redes de comunicação capilares através do contrabando
INFRA-ESTRUTURA	Infraestrutura e projetos fronteiriços inexistentes	Estradas marginais ou picadas + parques naturais, zonas protegidas; territórios federais	Desenvolvimento da fronteira com racionalidade tática. Trincheiras, pistas de pouso, bases militares.	Nós e eixos de infraestrutura de apoio e regulação de 1ª ordem (barreiras alfandegárias, sanitárias etc.)	Feiras periódicas, regimes especiais para a fronteira
ESTADO	Presença pontual do Estado; ângulos mortos relacionais, zona-tampão “espontânea”	Espaço-tampão periférico com status especial e tutela direta do Estado, do centro	Zona militarizada, enfrentamentos potenciais ou agressão real.	Zona de integração promovida pelos Estados	Zona de integração espontânea, Estado não intervém (tolerante ou ignorante)
DINÂMICA ESPACIAL	Dinâmica local e, em menor escala, nacional (centro nacional - periferia)	Dicotomia: fechamento pelo Estado de zonas estratégicas / passagens espontâneas na escala local	Front militar: as relações bilaterais ou internacionais prevalecem sobre as locais	Caráter principalmente internacional sobrepõe-se às trocas locais; atraso sináptico	Primazia de dinâmicas locais em detrimento da lógica nacional ou binacional

*Sinapse é “todo lugar de comunicação geográfica, de troca, transbordo ou transferência”. (BRUNET et al, 1998, p. 471).

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman com base em CUISINIER-RAYNAL (2001).

⁵⁶ A proposta volta-se para o estabelecimento das “bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira”, tendo sido elaborada pelo Grupo Retis, da UFRJ, sob coordenação de Lia Osório Machado, em resposta à demanda do Ministério da Integração Nacional. A adoção da proposta pelo Governo Federal tem levado à implementação de infra-estrutura e de arranjos produtivos locais, com diferentes resultados.

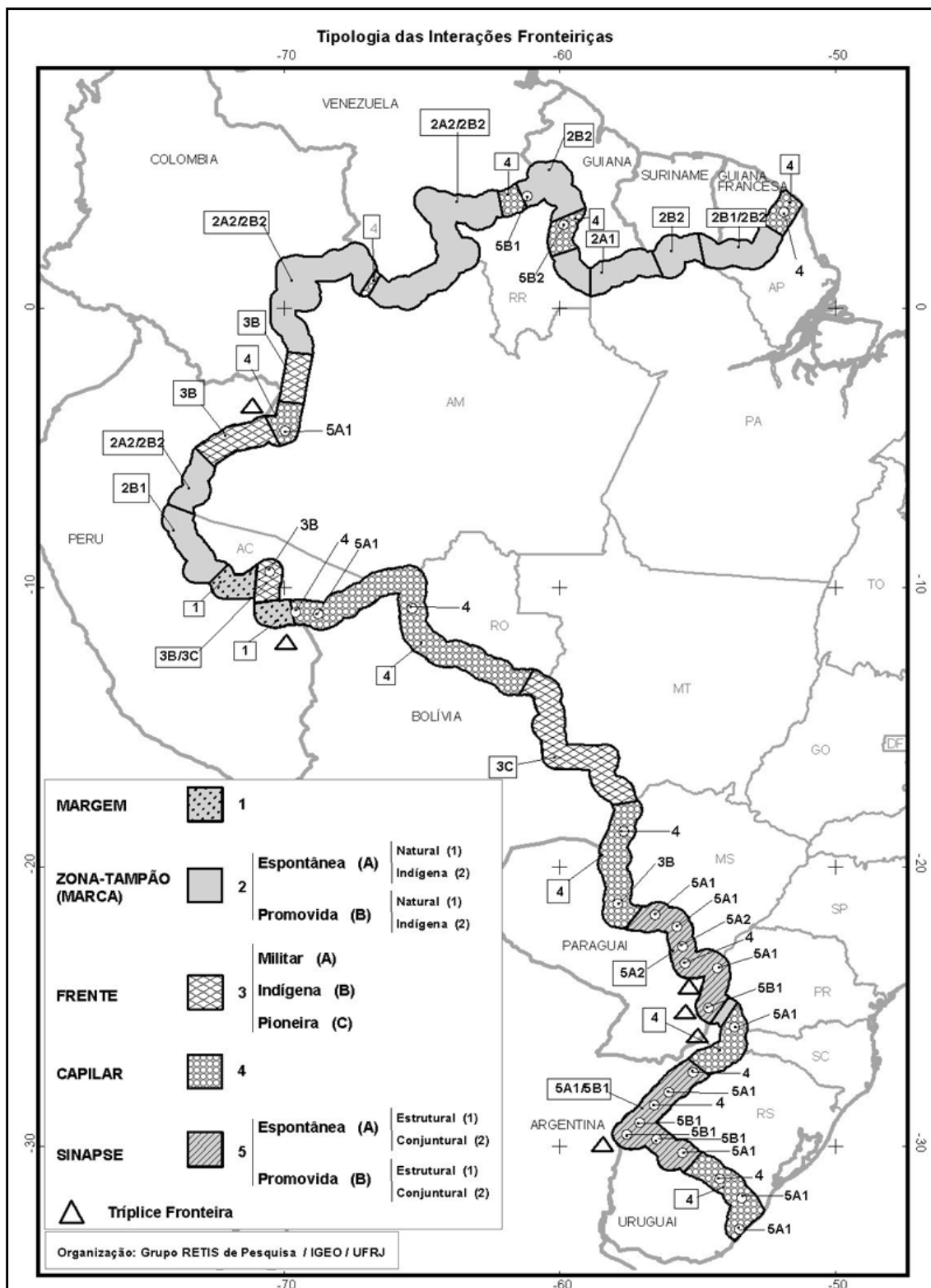


FIGURA 17: Brasil: mapa com tipologia das interações fronteiriças - 2005

Fonte: BRASIL, 2005, p.148.

Nesse documento, a faixa de fronteira do Rio Grande do Sul é dividida em um segmento oriental, que inclui Santana do Livramento-Rivera, e que é identificado como capilar, e um segmento ocidental, classificado como sináptico. O que explica

as diferentes características, fracionando a faixa de fronteira em dois setores? A resposta mais óbvia ancora-se em características fisiográficas: a existência da fronteira seca no sudeste justificaria maior contato, quando comparado com o obstáculo gerado pelos rios presentes no segmento sudoeste da fronteira. Recupera-se a diferenciação entre fronteira natural e fronteira artificial? Mas o que querem dizer essas classificações? Uma consulta aos textos sobre fronteira escritos no Rio Grande do Sul pode dar pistas.

2.5. UM CONCEITO GAÚCHO PARA A FRONTEIRA

Para avaliar a produção de teorias e conceitos gaúchos sobre a fronteira e o contrabando, examinarei a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁵⁷. A presença de diversos artigos tratando das questões relativas a fronteira e limites na RIHGRGS pode ser relacionada à própria localização do estado do Rio Grande do Sul, recorte espacial privilegiado nos escritos desse instituto. Assim, o fato de o estado encontrar-se numa área em que ocorreram numerosos de conflitos vinculados à delimitação territorial do Brasil estimulou o tratamento de tais questões por parte dos pesquisadores⁵⁸.

A missão central do Instituto nunca foi a formulação de teorias. Por conta disso, dificilmente encontram-se nos artigos da RIHGRGS conceitos claramente desenhados de território e fronteira. Muito mais comum é a descrição pragmática de áreas, a fim de subsidiar a delimitação dos estados da federação, o que era coerente com o âmbito estadual da entidade. Também era pertinente para o projeto gaúcho de apresentar-se ao Brasil como parte integrante da nação, do lado de dentro do limite.

⁵⁷ Um detalhamento da análise que segue encontra-se em DORFMAN; DIETZ, 2006.

⁵⁸ Foram examinados, em ordem cronológica, os artigos que abordam explicitamente o tema das fronteiras e limites publicados na RIHGRS, quais sejam: PAUWELS, P. G. J. "Contribuição para o estudo dos conceitos de 'limite' e 'fronteira'". RIHGRGS, no. 17/18, 1925, p. 61-90; ____ "O conceito de região natural e uma tentativa de estabelecer as regiões naturais do Brasil". RIHGRGS, no. 21/22, 1926, p.9-58; ____ "Trecho duvidoso dos limites entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina" RIHGRGS, no. 33/34, 1929; DOCCA, E. F. de S. "O Brasil no Prata 1815-1828". RIHGRGS, no. 41, 1931; GOYCOCHEA, L. F. C. "A formação territorial do Brasil". RIHGRGS, no.87/88, 1942; FRANCO, S. da C. "Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguaí". RIHGRGS, no. 129, 1993, p. 139-150; FLORES, M. "As fronteiras na região platina". RIHGRGS, no. 133, 1998, p.115-122; PÉBAYLE, R. "Fronteiras e espaços fronteiriços do Brasil Meridional" RIHGRGS, no. 138, 2003, p. 143-152.

Podem-se identificar duas fases na publicação da RIHGRGS. A primeira etapa inicia-se em 1920 e segue até 1951. A publicação da Revista é, então, interrompida por 24 anos, sendo retomada em 1975 e seguindo até os dias atuais. O longo intervalo é atribuído aos esforços que o Instituto concentrava na construção de sua sede. Entre os artigos da primeira fase da RIHGRGS (1920-1951) que abordam a questão de fronteira e limites, destaca-se o texto “Contribuição para o estudo dos conceitos de ‘limite’ e ‘fronteira’”, do P. Geraldo José Pauwels (1925)⁵⁹, por ser o único que se dedica fundamentalmente à discussão destes dois conceitos, sendo possivelmente um dos primeiros artigos publicados no Rio Grande do Sul a refletir teoricamente sobre conteúdo tão carregado de significados políticos e históricos para a região.

Segundo ele, os dois conceitos “não designam a mesma coisa”: enquanto o “limite” seria um significante abstrato, prescritivo e ideal, constituindo uma “linha imaginária”, a “fronteira” seria o significado, remeter-se-ia ao existente, à “coisa real e palpável, a saber, uma zona ou faixa de terras mais ou menos larga” que defende o território estatal (idem, *ibidem*, p.61). Lia Osório Machado conta que:

Na década de 20, e mesmo antes, os geógrafos alemães (é daí a genealogia das idéias do Pauwels) já distinguem [fronteira e limite] um do outro. A Geografia Política de Ratzel e depois a revista de Haushoffer editada por aqueles anos provavelmente foram importantes para essa distinção. Agora, os romanos já faziam a distinção, claro que no contexto daquela época. (comunicação pessoal, 19/07/2006).

Pauwels afirma que o limite é a negação dos corpos ou o fim do movimento do centro para a periferia. Originando-se no “corpo” e na “observação primitiva”, o limite ingressa no “reino ideal da propriedade e do direito”, materializado em marcos que separam terrenos e, posteriormente, territórios estatais soberanos – ainda que freqüentemente mal demarcados, por falta de técnicas e conhecimentos.

⁵⁹ Pauwels, Geraldo José (Pe). Nasceu em Goch, Alemanha em 03/02/1883. Morreu no Rio de Janeiro em 25/10/1960. Ingressou na Companhia de Jesus em 1904. Veio para o Brasil em 1910. Foi sacerdote entre 1917 e 1925. Foi professor nos colégios Nossa Senhora da Conceição (São Leopoldo), Ginásio Catarinense (Florianópolis) e Ginásio Anchieta (Porto Alegre). Padre secular na Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1925. Inspetor de Ginásio, historiador e geógrafo. Publicou um grande número de obras, entre as quais se destacam o Atlas Geográfico Melhoramentos, de amplo uso escolar; Apontamentos de Geografia Física e Política e vários artigos na Revista do IHGRGS (MARTINS, A. 1978, p. 423-424).

Jean Brunhes e Carlos Delgado de Carvalho são citados por Pauwels para distinguir entre limites “mortos” (estáveis) e “vivos” (propensos a contínua mudança) dependendo de estarem ou não sujeitos à tendência de expansão. Como exemplo de limite morto, Pauwels cita os limites entre Brasil e Uruguai. Esse uso é diferente do mais corrente hoje, quando os adjetivos morto e vivo ligam-se à ausência ou presença de habitantes em ambos os lados do limite. Os limites territoriais podem ainda serem “históricos” (resultado de um processo histórico onde o princípio do *uti possidetis* é aplicável) ou “arbitrários” (gerados a partir de traçados e tratados, “reflexivos, apriorísticos, convencionais”) (id., *ibid.*, p. 67).

A discussão do autor sobre limites *naturais* é extremamente esclarecedora. Em primeiro lugar, note-se que esses não são opostos aos limites artificiais, originados na política ou na história, como no uso contemporâneo. Os limites naturais constituem uma opção às linhas retas descoladas do compromisso com o espaço físico e, principalmente, com a ocupação humana.

Diz ele que os limites naturais são de dois tipos: *limites territoriais naturais e topográficos*. Estes são preferíveis “(1º) porque [...] os estabelecimentos humanos se moldam a elles; (2º) por tornarem claro e fácil o reconhecimento do limite e independente da erecção de padrões” (idem, *ibidem*, p.67).

Os limites territoriais naturais diferem dos *limites de unidades naturais*, os quais surgem de “um certo paiz ter sido o único occupador naquellas partes [...] e por formar com elle um todo, quer topographico, quer geológico, quer ainda economico” (id., *ibid.*, p. 68). Não se pode, no entanto, ir longe demais “pretendendo derivar da existencia de tais unidades naturaes direitos positivos á aquisição de todo o territorio pertencente a ela, e isso até no caso de haver mais de um paiz occupador”, e conclui, afastando-se da idéia subjacente ao *Lebensraum*, que

Um povo não pode pretender annexar outro sómente para ter limites naturaes [...] Em summa: o phraseado dos limites naturaes nesta accepção politica não passa duma illusão, para encobrir ladroeiras de ponto maior, e é por cima summamente perigoso aos interesses da paz e da amizade das nações sulamericanas. (id., *ibid.*, p. 71).

Quanto à *fronteira*, diz ele simplesmente que esta é a faixa de terra que acompanha o limite para defendê-lo, possibilitando também a cobrança de impostos.

A *fronteira natural* surgiria apenas quando um acidente natural propício à fortificação coincidissem com o limite de um Estado. Seria uma feição necessária à integridade territorial. Por isso o autor recomenda, em nome da integridade pátria:

Prever e prover é boa política. A perfeita proximidade entre cidades fronteiras traz vantagens comerciais, mas também pode acarretar consideráveis dificuldades administrativas. Por isso não é de desejar a multiplicação daquela nimia intimidade entre povoações fronteiriças, como a temos entre Sant'Anna e Rivera, Jaguarão e Artigas, pois não é nenhum bem, nem sequer para a amizade dos dois povos. (id., *ibid.*, 1925, p. 81).

Vê-se que se trata de evitar que no futuro se venha fazer necessária, segundo os critérios “mais nobres e principais” supracitados, isto é, “do elemento humano”, uma mudança do limite. Enfim, todo o argumento desse artigo gira em torno das vantagens de dar concretude ao limite territorial.

A análise do texto revela que, na teorização sobre fronteira, pode acontecer dos conceitos perderem seu sentido original, mesmo quando o termo é adjetivado. É o caso do limite natural, idéia simplificada pela crítica, a ponto de ser descartada. Mais interessante é observar a mudança no significado das fronteiras ditas vivas ou mortas: originalmente, reificava-se a fronteira, atribuindo-lhe movimento, vida. Contemporaneamente, a ênfase recai sobre os habitantes que animam a fronteira, acionando-a. Sem dúvida, esse é mais um argumento para a leitura dos clássicos.

Sérgio da Costa Franco⁶⁰ publica na RIHGRGS, em 1993, o artigo “Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai”. Neste texto, “O Espaço” constitui a seção introdutória, elencando os municípios e lugares que se alinham ao longo do limite, e afirmando que:

Salvo no espaço da Lagoa Mirim, que é obstáculo expressivo a separar populações da margem leste e da margem oeste, toda a linha fronteiriça tende a estabelecer laços muito íntimos entre os cidadãos de uma e de outra banda. [...] A feição geográfica é virtualmente a mesma, seja do lado brasileiro, seja do lado uruguaio (FRANCO, 1993, p. 139)

⁶⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. Nascido em Jaguarão em 12/06/1928. Bacharel em direito em 1954. Licenciado em História e Geografia. Juiz em várias comarcas, ensaísta e cronista. Escreveu Porto Alegre e seu comércio, em 1983, entre outras obras. Contribuiu para o Correio do Povo e Zero Hora. (MARTINS, 1978, p. 230). Ganhou o Prêmio Açorianos de Melhor Livro com Os Viajantes Olham Porto Alegre (1754 - 1890 e 1890), escrito com Valter Antônio Noal F.

Isso resulta numa “área de interação intensa [...] ‘uma terra só’” (idem, *Ibidem*, p. 140). Tais afirmações mostram que permanece a expectativa de uma definição da fronteira por elementos do quadro físico. É à inexistência dessa fronteira – ou limite, na concepção de Pauwels – natural que se atribui a interação entre as populações e mesmo entre territórios precariamente isolados. Essa forma de ver coincide com a subdivisão da faixa de fronteira proposta no PDFF para o Rio Grande do Sul. Cabe notar ainda o uso do vocábulo “linha”, típico da fronteira Uruguai-Brasil.

Posteriormente, a temática é tratada por Raymond Pébayle⁶¹, membro correspondente da França, através do artigo “Fronteiras e espaços fronteiriços do Brasil Meridional” baseado em observações realizadas na década de 1970 e publicadas na Revista do IHGRGS em 2003. As formulações de Pébayle foram bastante influentes na Geografia acadêmica gaúcha, possivelmente por ele ter sido um dos primeiros geógrafos estrangeiros a visitar a região fronteiriça no quadro da cooperação acadêmica. Seu destaque também se vincula à proposição de uma teoria de fronteira que adaptava o marco teórico vigente naquele momento – qual seja, a teoria dos pólos de crescimento de François Perroux – ao caso do Brasil Meridional, como indica o uso, já na primeira frase, da expressão “regiões banais”⁶² e, mais adiante “pólos”.

Na interpretação do autor, os métodos geográficos tradicionais não conseguem explicar as características das fronteiras do sul do Brasil. Conforme Pébayle (2003, p. 149) o Brasil meridional seria um “espaço fronteiriço inacabado”, uma vez que não se enquadra nos modelos clássicos da Geografia, sendo rara a região bem delimitada por uma lógica interna ou uma paisagem distinta. O autor afirma que o modelo das localidades centrais de Christaller é impróprio para explicar os espaços inadequados e não-conformes desta área que, na verdade, seriam recorrentes no espaço nacional.

⁶¹ Raymond Pébayle nasceu na França em 27 de dezembro de 1932. Professor e pesquisador, estagiou no Brasil em 1961. Entre as obras do autor estão: *La vie rurale dans Campanha Rio-Grandense* (Toulouse, França), *Geographie rurale des nouvelles colonies de Haut Uruguay, RS – Brésil* (*Bulletin de L’Association de Geographes Françaises, Paris*) (MARTINS, A., 1978, p. 365).

⁶² A expressão foi reinterpretada por Milton Santos (2002, p. 322-3) como o espaço comum, capaz de agregar todos os vetores e interesses, enquanto o uso dado por Pébayle parece apontar para um espaço amorfo, indiferenciado ou não-polarizado (sem fluxos de pessoas e economia)

A principal constatação de Pébayle (2003) refere-se ao fato de que há uma organização infinitamente mais flexível caracterizando a fronteira, que seria assinalada por maior mutabilidade, mantendo, entretanto, alguma lógica regional.

O autor destaca os fluxos que compõem este cenário, caracterizados tanto por fluxos oficiais (os quais são contabilizados por fontes estatísticas), como também por fluxos fraudulentos (provenientes do contrabando).

O espaço fronteiro do Brasil meridional pode ser dividido, segundo este autor, em “três formas mais ou menos estáveis”⁶³:

(a) O noroeste rio-grandense caracterizado pela descontinuidade espacial e contrabando constante, que se compõe como uma fronteira amorfa, isto é, onde o espaço imediatamente contíguo à fronteira política recebe pouca influência do fato de localizar-se junto à Argentina.

(b) O centro-oeste do Paraná, no qual estava ocorrendo um processo de aceleração do fluxo pioneiro, chegando ao Paraguai Oriental, sendo, no entanto, “muito dependente de decisões exógenas” (PÉBAYLE, 2003, p.147). É importante destacar que esta é a primeira vez que emprega-se o termo fronteira no sentido de frente pioneira nos artigos da RIHGRGS.

(c) A Fronteira gaúcha, considerada a *verdadeira* fronteira, onde as trocas e os contatos internacionais conformam uma *anti-região* ou *região anômala*. Trata-se de uma região por apresentar originalidade incontestável, mas “nenhum critério clássico de divisão regional permite individualizar essa região dita Fronteira, pois ela não possui nenhuma uniformidade nas paisagens [...], [estende-se] sobre múltiplos e diversos embasamentos geológicos [...] não possui qualquer unidade orgânica ou *pólo*” (idem, ibidem, p. 147).

Conforme Pébayle (ibid., p. 148) a *verdadeira fronteira* cria “um espaço isolado fronteiro quase permanente”. Nesse sentido, a verdadeira fronteira marca, limita e separa diferentes estruturas espaciais, garantindo os fluxos entre dois domínios distintos segundo critérios econômicos, políticos e naturais.

⁶³ Destaca-se ainda que Pébayle não menciona o segmento de fronteira do oeste catarinense.

Dois sentidos de fronteira se confundem nesse argumento: (1) um ligado à linha que demarca a cessação de uma característica definindo, portanto, o fim de uma região, seu limite; (2) outro que, implicando uma região coerente, fala dos possíveis contatos e influências de um território sobre outro, constituindo o *espaço fronteiro*. Destaque-se que a *verdadeira fronteira* (combinação dos tipos 1 e 2) pode deslocar-se dentro de um *espaço de pulsação* ou avanço, sempre regido por fluxos econômicos. Devido à complexidade – em termos quantitativos e qualitativos – da terminologia francesa aplicada à fronteira, o artigo em pauta mereceria ser examinado na versão original.

A abordagem de Pébayle é diferente daquela dos artigos da primeira fase da Revista. Enquanto, por um longo período, o aspecto de disputa política de territórios havia concentrado as atenções, o autor inova ao trabalhar com conteúdos de ordem econômica.

O principal limitante da análise do autor é o fato de que ele pressupõe que a hierarquia regional tenha que estar enquadrada e organizada em um único Estado-Nação, razão pela qual as regiões fronteiriças brasileiras aparecem como *anti-regiões* ou *regiões anômalas*. Entretanto, Pébayle conclui que o geógrafo “deve adaptar seus métodos a esta lógica”, reorientando os raciocínios clássicos.

Inserimos a dissertação do geógrafo rio-grandense Gervásio R. Neves, orientando e seguidor de Raymond Pébayle, membro do IHGRGS, na análise das “teorias gaúchas”. Ao examinar a fronteira, Neves propõe o conceito de região-fronteira ou espaço-fronteira:

área única que possui individualidade geográfica distinta, determinada não pelas condições intrínsecas ao espaço, mas por sua localização em relação a outras áreas. É concreta na medida em que é definida pela localização dos diferentes modos de produção que foram capazes de estruturar todo um comportamento regional específico, desde o uso e a posse da terra, até as condições jurídicas e sociais. A localização conduziu a um proceder reflexo ou homólogo, perturbado pelo fator nacionalidade. É esse fator que, num processo dialético, individualiza o espaço-fronteira, não como uma área homogênea sob o ponto de vista das condições naturais, mas como palco de um processo de transformações tecnológicas agindo sobre um mesmo recurso disponível: o gado bovino.

[...] Assim, além de um processo histórico global, há um fluxo permanente de pessoas e esse fluxo pode ser determinado pelas vantagens oferecidas e/ou pela diferença de potencial entre densidade demográfica e custo da terra num determinado momento conjuntural ou estrutural. (NEVES, 1976, p. 136)

Note-se a iniciativa de uma análise dialética da região. Note-se também a ousadia do título da obra: “A fronteira gaúcha”, em plena vigência do patriotismo apregoadado pela ditadura militar. Depois de elaborar e aplicar vários índices estatísticos, numa metodologia apropriada ao período de redação de sua dissertação, Neves (ibidem, p. 64) estabelece que a região-fronteira (dada cultural, econômica e demograficamente) estende-se por 100 km perpendicularmente ao limite internacional. Afirma ainda existir uma original “condição periférica de contato”, onde a distância real e metafórica aos centros políticos e econômicos nacionais enseja o contato transfronteiriço (p.159). Ao mesmo tempo, Neves não verifica a existência de uma rede urbana articulando as várias cidades fronteiriças entre si, e a hierarquia se completa com a capital regional (Porto Alegre, no lado brasileiro) ou nacional (Montevidéu, no caso uruguaio) (p.152). Assim, ele conclui tratar-se de várias regiões polarizadas, e não de uma única região.⁶⁴

Há, nos artigos da RIHGRGS analisados, uma utilização do conceito de fronteira com conteúdo intimamente ligado aos processos de formação territorial. A idéia de frente de expansão, descolada do termo fronteira, é mais comumente encontrada nos textos que tratam da imigração européia para o estado do Rio Grande do Sul. Conclui-se que os conceitos de fronteira internacional e frente de expansão foram aplicados para contextos e espaços diferentes dentro do Rio Grande do Sul, reservando-se o primeiro para o Pampa e o segundo para tratar da área colonial. Acredita-se que tal fato deve-se a associação, no imaginário gaúcho, da noção de fronteira ao território nacional.

Assim, ainda que não se possa falar de um “conceito gaúcho” de fronteira, há uma adaptação da discussão teórica (abstrata e supostamente não espacializada) ao experimentado localmente. Chama a atenção que no material analisado encontre-se o reconhecimento de uma região-fronteira, mas pouco se avança na discussão das práticas contrabandistas. Em função disso, o recurso a fontes não-científicas tornou-se imperativo, demandando a construção de metodologia apropriada.

⁶⁴ O título desta tese remete à proposição de G. Neves. Hoje, não há especial ousadia no emprego da expressão “fronteira gaúcha”. Também o conceito de “condição fronteiriça” ecoa a “condição periférica de contato”, mas volta-se aos habitantes/agentes mais que aos espaços.

2.6. LITERATURA E CIÊNCIA

O uso de obras literárias pelas ciências humanas – mais especificamente pela geografia contemporânea – coloca questões de método. Ficção e ciência convertem-se em textos e podem compartilhar temas e projetos; entretanto, os textos literários e os científicos circulam por redes de intenção diferentes, os primeiros buscando sua legitimação segundo critérios de beleza e verossimilhança, os últimos curvando-se sob o peso da coerência e da verdade.⁶⁵

A literatura de ficção tem na linguagem sua matéria e no texto escrito seu objeto. Como quase tudo, em se tratando da experiência humana, seus enredos se encenam no espaço⁶⁶. A geografia presente na narrativa literária é necessariamente ficcional, mas dificilmente será completamente descolada das experiências espaciais reais. Língua, identidade e tradições geralmente ligam-se a determinados recortes espaciais. É esse o sentido da expressão “cultura espacialmente situada”: o lugar – onde nascemos e somos ensinados, onde habita a comunidade para a qual produzimos nossas obras – influi em nossa visão de mundo, constituindo, a um só tempo, *locus* e *tropo*⁶⁷. O espaço geográfico se inscreve nas obras literárias como cenário e como ancoragem da cultura: é a paisagem e abriga um conjunto de práticas culturais estruturadoras do nosso horizonte de possibilidades, entre as quais se destacam a língua e os códigos para compreensão do espaço. Aos lugares e paisagens são atribuídas cargas sêmicas, que se mesclam com suas características mais puramente físicas, constituindo uma geografia simbólica.⁶⁸

Na escala da nação, a discussão da importância da literatura para a construção territorial passa, dentre outros, pelas obras contemporâneas de Álvaro Fernandez Bravo (1999), Franco Moretti (2003; 2005) e Pascale Casanova (2002).

⁶⁵ As páginas que seguem aprofundam o discutido em DORFMAN, 2008a.

⁶⁶ Gerard Génette vai além e afirma que “nossa linguagem é toda tecida de espaço” (1969, p. 105).

⁶⁷ Para os retóricos, gramáticos e teóricos da linguagem, os *tropos* equivalem à metáforas. São desvios do uso literal, convencional ou próprio da linguagem, guinadas na locução que não são sancionadas pelo costume ou pela lógica dominante. Os *tropos* geram figuras de linguagem ou de pensamento mediante a variação do que “normalmente” se espera deles e por via das associações que estabelecem entre conceitos (WHITE, 2001, p.14).

⁶⁸ Na cabala de Paul Cézanne: “A paisagem se pensa em mim” (“*La paysage se pense en moi*”).

Benedict Anderson ([1983] 1998) se destaca, com uma obra de tal repercussão a ponto de tornar a expressão “comunidade imaginada” num aposto de nação⁶⁹.

Esse é um processo histórico: no presente, a maioria das obras literárias surge arraigada num sistema lingüístico cujo rebatimento espacial foi estabilizado pelo nacionalismo⁷⁰. Tal afirmativa é especialmente válida para a teoria romântica, onde se supõe que “cada língua cristaliza a história interna, a visão de mundo específica do *Volk* ou nação” e do espaço em que essa se territorializa (STEINER, [1968] 2002, p.15). Na concepção romântica, se supunha uma identidade nacional coesa informando uma literatura delimitada pelas fronteiras nacionais. Autores com dupla pertinência lingüística e/ou geográfica eram considerados anômalos – casos de dualismo moderno – e, em situações extremas, como extraterritoriais (idem, *ibidem*, p. 23 e ss.).

Contemporaneamente, emergem reivindicações de identidades híbridas e a estabilidade lingüística local e nacional é eclipsada por outras territorializações; a interpretação de produtos literários fornece pistas para o entendimento dos híbridos na recepção pós-colonial, especialmente pós-Guerra Fria, que lê certas obras literárias – em seu conteúdo ou circulação – como indícios de territorialidades concretas pouco reconhecidas.

Acreditava-se, romanticamente, que o escritor exercia sua autoria, tendo autonomia na eleição de temas e das formas de tratá-los, obedecendo apenas parcialmente aos ditames do cânone ou da origem. O trabalho do escritor não exige pesquisas ou trabalhos de campo sobre identidades ou territorializações, e mesmo que conte com eles, não é por eles condicionado. Como já se disse acima, o compromisso do escritor é, antes de tudo, com a palavra. É nesse sentido que é usualmente valorizada a originalidade, como a marca pessoal do autor e não como algum vínculo com origens.

⁶⁹ Benedict Anderson [1983] (1998), examinando a coincidência entre a literatura romântica e a emergência dos Estados-Nação, afirma que as nações são comunidades imaginadas, que floresceram na convergência entre o capitalismo, a tecnologia de impressão e a diversidade da expressão verbal humana e que o romance, como gênero literário, auxiliou na construção de identidades nacionais.

⁷⁰ Os processos de construção nacional passam pelo estabelecimento de uma lista de atributos ou marcas da nação. Orvar Löfgren (1989) identifica como itens a serem constituídos e compartilhados (e, no mesmo processo, a serem naturalizados): a língua; um passado e um destino – ou seja, uma narração; um folclore; caráter e mentalidade nacionais; valores e gostos; símbolos, inclusive o hino e a bandeira; paisagens típicas; heróis, vilões e mitos e, finalmente, textos e imagens sagrados.

A discussão sobre o grau de imitação da natureza adequado à criação literária tem oscilado desde a investigação da expressão interna de sentimentos poéticos, libertos da matéria real – “nem sentido nem significado, somente som”, radicaliza Mallarmé –, até um apelo ao realismo, que busca registrar a natureza e a sociedade com objetividade exaustiva.

No pólo realista situam-se certos movimentos literários, como o nativismo argentino ou o regionalismo brasileiro e, especificamente, a gauchesca e a literatura da fronteira no Rio Grande do Sul. Esses movimentos têm como compromisso documentar paisagens, tipos, costumes, vocabulário, superstições, delineando os modos de vida de uma região, especialmente aqueles de espaços rurais vistos como ameaçados de descaracterização (CHIAPPINI, 1994).

Não por coincidência, muitos escritores regionalistas também têm se dedicado à coleção e fixação do folclore, no trabalho das tradições situadas. A literatura regionalista pode ser vista como uma construção dos intelectuais periféricos em busca da legitimidade dada pela autenticidade popular, de literatos que lapidam a cultura local para expô-la às autoridades culturais nas capitais urbanas nacionais, reiterando a inserção da parte regional no todo nacional e a submissão dessa fração do território ao poder político central, ou como uma “tendência programática de artistas que, se sentindo marginalizados, têm-na como um programa frente ao centro, numa postura relacional entre a rejeição e a saudade” (Lígia Chiapinni, comunicação oral, Porto Alegre, 07/10/2005). Entretanto, nem todos os autores regionalistas restringem-se a sua própria cultura: há aqueles que, a partir do centro, se propõem a cartografar outras regiões, inventariando seus tipos e por vezes caricaturando-os: a obra de José de Alencar vem à mente⁷¹.

Não raro o trânsito entre a oralidade e seu registro literário inverte seu sentido, fazendo com que personagens, histórias e fórmulas literárias entrem em circulação na cultura local, num movimento dialógico, em que a cultura popular e a erudita influenciam-se e reinterpretam-se, em forma, conteúdo e função (BAKHTIN, 1996, p.49). Assim, se as peculiaridades locais transformam-se em matéria-prima

⁷¹ Os romances regionalistas de José de Alencar (*O gaúcho*, de 1870, e *O sertanejo*, de 1875) alinham-se aos ditos romances nativistas (*O guarani*, 1857; *Iracema*, 1865; *Ubirajara*, 1874), num esforço de mapear os tipos regionais que, conjuntamente, representam a população brasileira em sua pátria (BOSI, 1987).

para a literatura, esta é reconhecida como uma fonte de diferenciação cultural e geográfica. Modos de vida e tipos regionais cristalizam-se, são chamados a forjar limites para povos e lugares, subsidiam e reforçam identidades e regionalizações, são representados em mapas de tipos regionais. A situação da região em relação ao centro opera na construção de políticas identitárias e, em alguns casos, as representações culturais são instrumentalizadas pelas reivindicações de movimentos políticos secessionistas.

Note-se que o esforço documental dos literatos não gera somente “obras menores” e datadas, saturadas de passadismo eufórico ou melancólico. Ao contrário, certos textos transcendem os limites da ideologia do momento, mantendo ativos, em seu interior, “a tensão constitutiva da história, e dos sujeitos que a vivem, divididos” (CHIAPPINI, 1988, p. 313). Além disso, as tradições não são apenas inventadas, como sugere uma leitura simplista do construtivismo de Eric Hobsbawn e Terence Ranger (2002), mas também recriadas e questionadas, em narrativas que vão do épico ao cômico, passando pelo irônico.

2.7. TRADUÇÕES CULTURAIS

A literatura pode ser uma fonte para a investigação de culturas espacialmente situadas? Tal interrogação dirige-se à veracidade da representação presente na obra de ficção. A preocupação com a veracidade da obra literária tem sido desqualificada e descartada com o argumento algo irônico de que também a ciência oferece representações parciais (WHITE, 2001), cuja legitimidade encontra-se, em geral, na posição institucional dos autores desse tipo particular de texto (FOUCAULT, 2001), no “ter estado lá” dos antropólogos (GEERTZ, 2002a; 2002b) ou no “ter feito” dos geógrafos (SMITH, 1996).

Tzvetan Todorov (1989), ao discutir a diferença entre a verdade do romancista e aquela do cientista, estabelece uma distinção entre verdade-adequação (estabelecimento de fatos, tudo ou nada) e verdade-desvelamento (interpretativa, teórica, discursiva), sem definir uma precedência entre os elementos

do par. O autor lança mão também da idéia de verossimilhança – o efeito do real, sugerido por Roland Barthes (1988) –, mas o ponto central de sua argumentação é que a crítica relativizadora aplique-se à verdade-desvelamento, sem descartar a existência de verdades (mais simples talvez) que se encontram além do relativismo. Essa distinção é bastante útil, ainda mais se considerarmos que a verdade, a justiça, a liberdade, continuam como horizonte do trabalho científico. As representações produzidas pelas ciências humanas (de modo mais amplo, as relações entre os textos e a realidade) podem ser concebidas como um processo em constante reacomodação (AGAMBEM, 2006, p.39).

Afinal, o que o lugar deixa como concrecência, nesse discurso em que as práticas culturais locais surgem à luz da subjetividade do autor (sua liberdade de fabular) e de critérios culturais não-locais (e, geralmente, revestidos de maior autoridade, como a gramática, as tradições literárias, a Arte)? O que, das sensibilidades e dos sentidos locais da cultura, fica na expressão do literato e pode ser revelado na leitura do pesquisador? São questões que não possibilitam uma resposta genérica ou taxativa, pois não há realidade objetiva com a qual comparar, contra qual validar cada representação literária.

Muitos veios da relação literatura-ciência têm sido explorados. Carlo Ginzburg (2004), em “Tusitala e seu Leitor Polonês”, especula que a interpretação dada ao *kula*⁷² pelo antropólogo Bronislaw Malinowski foi inspirada pela leitura do conto “*The bottle imp*”, de Robert Louis Stevenson. Nesse caso, a literatura serviria como modelo, sugerindo, talvez inconscientemente, motivos, metáforas e símbolos, seguindo uma lógica não-cartesiana. Clifford Geertz (2002a; 2002b), por sua vez, defende que a contribuição dos estudos literários à antropologia estaria no aumento da “consciência do texto”, na percepção das estratégias argumentativas a que os antropólogos recorrem. A proposta do autor alinha-se, como crítica textual com implicações metodológicas, à maioria dos textos da coletânea organizada por James Clifford e George Marcus (1986), discutindo a produção clássica e recente dessa disciplina.

⁷² O sistema de comércio cerimonial praticado por alguns grupos na Polinésia, nas ilhas Trobriand, estudado por Bronislaw Malinowski em “Os argonautas do Pacífico Ocidental”, em 1921.

No que tange a geografia, duas aproximações à literatura serão aqui exploradas. Em primeiro lugar está o trabalho sobre o texto literário em si, o exame da narrativa apresentada, dos personagens que a animam, da linguagem empregada, das metáforas sugeridas, evidenciando sobreposições e afastamentos existentes entre as figuras criadas pela literatura e pela ciência, a fim de revelar diferentes ângulos sobre o fenômeno em questão. Essa estratégia aproxima-se do efeito de estranhamento, presente nas teorias dos formalistas russos. Esse é um “artifício graças ao qual o artista conduz o leitor a perceber a coisa descrita sob um perfil e uma luz diferentes, de modo a compreendê-la melhor do que até então compreendera”, segundo Umberto Eco (2007, p. 203). A ficção constrói personagens, gira em torno deles como representativos de um coletivo. De forma semelhante, os geógrafos debruçam-se sobre as práticas dos indivíduos, onde cada agente é também a manifestação das possibilidades de um tempo e espaço social compartilhados, considerando-os como elementos do grupo com o qual têm identidade. Nas palavras de Carlo Ginzburg: “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação” (1987, p.27).

Na segunda vertente das relações entre literatura de ficção e pesquisa científica, podemos nos interrogar sobre o compromisso dos autores com os lugares que retratam e sobre sua capacidade de reformular as práticas e sensibilidades locais, apresentando-as na forma escrita. Trata-se de contextualizar os autores e as concepções literárias que os informam. Em outras palavras, não teremos certezas sobre a qualidade da tradução da cultura espacialmente situada presente num texto, mas podemos investigar o projeto de cada autor ao fazê-lo, o que pode ser chamado, de forma aproximada, de tradução cultural.

Mesmo a tradução literária superou o paradigma lingüístico, enfatizando que cada texto traz dentro de si a cultura que o gerou (TRIVEDI, 2005). Roman Jakobson propõe a diferenciação entre 1) tradução intralingüística (“uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua”, reformulação, *rewording*); 2) tradução interlingüística (“uma interpretação de signos verbais por meio de signos verbais de outra língua”, de uma língua a outra; a tradução mesma); 3) tradução intersemiótica (“uma interpretação de signos verbais por meio de signos não-verbais”, do romance ao mapa, por exemplo; a

transmutação) (JAKOBSON, 1959 *apud* ECO, 2007, p. 265-270). Há muitas modalidades de tradução (entre língua-fonte e língua-alvo; entre gêneros literários; entre cultura oral e cultura escrita; entre culturas diferenciadas espacial ou socialmente) e esse processo geralmente atinge mais de um dentre os âmbitos supracitados.

Uma tradução culturalmente atenta propõe-se uma ética de respeito às diferentes formas de pensar o mundo, reconhecendo a incomensurabilidade de certos conceitos, em sua passagem entre registros. Como metodologia de pesquisa etnográfica, Talal Asad propõe a busca de contato e a tentativa de compreensão e transmissão de sentido, sem perda de sutileza nos significados culturais, de forma que a problemática relação de forças que há entre pesquisador e pesquisado seja balizada pela vontade de um diálogo mais simétrico, que valorize os conhecimentos do outro (ASAD, 1986).

O termo “tradução” perde riqueza e especificidade se for acionado apenas como um equivalente de “interpretação”. Esse tipo específico de prática interpretativa analisa as adequações lingüísticas que apontam para conteúdos locais, constituindo um jargão, um dialeto ou código que expressa entendimentos sobre as práticas localmente legítimas. Além disso, a tradução cultural foca no contexto, privilegiando os significados localmente pertinentes na interpretação de palavras de uso geral. Termos êmicos explicitam usos locais, novos e ignorados pelo pesquisador; diferentes conteúdos atribuídos a palavras conhecidas também oferecem vislumbres sobre o sentido local das práticas; a toponímia revela valores locais presentes ou pretéritos.

Assim, podemos nos perguntar: o literato é um bom tradutor da vida das pessoas que representa através de seus personagens? Como a literatura e a pesquisa geográfica se relacionam? Podemos fundir os dois gêneros textuais sem deturpar os propósitos de cada um deles? A que ponto o projeto de registro e criação dos regionalistas (quando porta-vozes de sua própria cultura) pode ser assimilado à prática geográfica, seja esta o resgate de culturas em desaparecimento, como problematiza Renato Rosaldo (1986); a tradução da cultura alheia e geralmente subalterna, como trabalha Talal Asad (1986); ou a criação de alegorias morais, como constrói James Clifford (1986)? Invertendo e deslizando a

fórmula de Clifford Geertz (2002a; 2002b), devemos tratar o autor como antropólogo [geógrafo]? Ou, quem sabe, devemos considerar as obras regionalistas – especialmente aquelas escritas por autores identificados com seus personagens – como textos de uma cultura letrada, como representações textuais da cultura local?

Possivelmente, a resposta esteja no intervalo entre essas posturas: nem etno(geo)grafia, nem texto nativo. Alguns escritores regionalistas interpretam sua cultura, aquela de sua região, tendo como propósito resgatá-la, documentá-la e traduzi-la, como um etnógrafo nativo carente (ou livre?) do método científico. Vale aqui a reflexão de Ieda Gutfreind (1999), ao comparar a interpretação da fronteira gaúcha proposta pelos historiadores oficiais com aquela produzida por certos historiadores locais. Os primeiros, apesar de legitimados pelo método, oferecem uma história comprometida com a ideologia nacionalista, enquanto os últimos, considerados amadores, têm a liberdade de abordar as trocas fronteiriças em vários campos.

2.8. REGIONALISMO POLÍTICO E REGIONALISMO LITERÁRIO

O termo regionalismo demanda uma digressão, na medida em que se presta a dois fins: o primeiro é nomear certo tipo de produto cultural, no qual as características da região são enfatizadas, distinguindo certo espaço, sua população, sua cultura – e a região quase sempre é conceituada em termos identificados com a Geografia Moderna, na linha identificada com o geógrafo francês Paul Vidal de la Blache, sendo uma entidade em que paisagem, economia e cultura se amalgamam em um ente identificável, freqüentemente rural. Noutro sentido, regionalismo identifica o movimento político que agrega as reivindicações regionais (ou do bloco que hegemoniza a região) perante o Estado-Nação. O regionalismo, seja ele literário ou político, é um movimento de pertencimento relutante a uma entidade mais extensa (OLIVEN, 2006). A literatura reforça a identidade regional, o que possibilita galvanizar a população em torno da região. Assim, o regionalismo literário enriquece o regionalismo político.

A construção da identidade brasileira fez-se também através da literatura nacional. O ideário romântico ou naturalista, expresso na fixação de tipos e práticas locais, da natureza e da história brasileiros dominou a produção literária (FREYRE, [1926] 1952; VERÍSSIMO, 1936; COUTINHO, 1975). Afirma Antônio Cândido que se tratava de uma “busca do tipicamente brasileiro através das formas de encontro, surgidas do contato entre o europeu e o meio americano. Ao mesmo tempo documentário e idealizador, forneceu elementos para a auto-identificação do homem brasileiro e também uma série de projeções ideais” (CÂNDIDO *apud* COSON, 1998).

A produção regionalista cunha efígies regionais para negociação no âmbito nacional, sejam elas tipos ou paisagens. O regionalismo literário não se contrapõe à construção da identidade nacional, dialoga com ela.

Esse recorte temático foi identificado por Machado de Assis, já em 1873, como o “instinto de nacionalidade”, ao qual ele contrapunha o universalismo, não compartilhando da opinião de que “só se reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local” (ASSIS, [1873] 2008, p. 801). Da mesma forma, décadas mais tarde, o gaúcho Cyro Martins busca distinguir regionalismo, “retrato de uma ‘realidade’ eufórica”, e localismo, que

apara os excessos particularistas e aspira à integração na literatura nacional, através da corrente de comunicabilidade de que participam os homens comuns. O localismo não experimenta nenhuma repugnância pelo feio e vulgar, anseia por aproximar as distintas províncias do país sendo, portanto, fator de unidade nacional. ([1944] 1977, p.26)

Segundo esses autores, a construção do nacional passaria pelo registro de paisagens e tipos autênticos, ainda que urbanos ou conflituados, distintos do ideal rural construído pelo romantismo ou incensado pelo regionalismo.

Ángel Rama (1982) situa a produção cultural latino-americana como uma busca incansável de independência, originalidade e representatividade. O destacado crítico e teórico uruguaio assim argumenta:

A data da emancipação política, que hoje consideramos malfadada, colocou as literaturas (que então tiveram que ser fundadas com um escasso respaldo recebido do iluminismo) no caudal do princípio burguês que alimentou a triunfante arte romântica. Dentro dele, receberam a marca de seus Dióscuros maiores: a originalidade e a representatividade, ambas situadas sobre um dialético eixo histórico. Dado que essas literaturas correspondiam a países que tinham rompido com seus progenitores, rebelando-se contra o passado colonial (onde estavam gravadas as culpas), deviam obrigatoriamente ser originais em relação a tais fontes. [...] Essa

originalidade só pode-se alcançar [...] mediante a representatividade da região em que surgia, pois esta se percebia notoriamente diferente das sociedades progenitoras, por conta da diferença de meio físico, da composição étnica heterogênea e também pelo diferente grau de desenvolvimento em relação ao que se visualizava como único modelo de progresso, o europeu. [...] ‘Ou criamos ou erramos’. (t.n.) (idem, ibidem, p.12-3).⁷³

A emancipação política da América coincidiu com o ápice do romantismo. Segundo Álvaro Fernandez Bravo, muitos intelectuais latino-americanos do século XIX viram na literatura um instrumento indispensável para a construção das nacionalidades durante e após as independências, num projeto de colonização literária, onde território, literatura e nacionalidade coincidiriam (1999, p.12).

O que se passa no âmbito brasileiro é válido também no quadro ampliado da América Latina, onde as representações da literatura e da política se apóiam na paisagem e na composição étnica americanas, para impulsionar as políticas de nacionalidades.

Josefina Ludmer (2002, p.19-20) estabelece a cadeia de usos que articulará o gaúcho à literatura patriótica argentina ainda no início do século XIX:

a passagem entre a ‘delinqüência’ e a ‘civilização’ situa o gênero [gauchesco] como um dos produtores dessa passagem. Postula, além do mais, no centro, um paralelismo entre o uso do corpo do gaúcho pelo exército e o uso da voz pela cultura letrada, que define o gênero. Por esse uso do corpo, que separa os gaúchos de um campo para levá-los a outro, ao de batalha, surge a voz: o primeiro locutor fictício da literatura gauchesca é o gaúcho enquanto cantor e patriota. A voz, o registro, aparece escrita, hipercodificada e sujeita a uma série de convenções formais, métricas e rítmicas; passa também por uma instituição disciplinar, a poesia escrita, como o gaúcho pelo exército, e se transforma em signo literário. As duas instituições, exército e poesia, se abraçam e se complementam. O gaúcho pode ‘cantar’ ou ‘falar’ para todos, em verso, porque luta nos exércitos da pátria: seu direito à voz assenta-se nas armas. Porque tem armas deve ter voz ou porque tem armas toma outra voz. Surge então o que define de saída o gênero gauchesco: a língua como arma. Voz lei e voz arma enlaçam-se nas cadeias do gênero. (LUDMER, 2002, p.19-20)

⁷³ “La fecha en que se llevó a cabo la que hoy vemos como azarosa emancipación política, colocó de lleno a las literaturas independientes (que entonces debieron ser fundadas con el muy escaso respaldo recibido del iluminismo) en el cauce del principio burgués que alimentó al triunfante arte romántico. Dentro del, recibió la marca de sus Dioscuros mayores: la originalidad y la representatividad, ambas situadas sobre un dialéctico eje histórico. Dado que esas literaturas correspondían a países que habían roto con sus progenitoras, rebelándose contra el pasado colonial (donde quedaban testimoniadas las culpas), debían ser forzosamente originales respecto a tales fuentes. [...] Esa originalidad sólo podría alcanzarse [...] mediante la representatividad de la región en la cual surgía, pues esta se percibía como notoriamente distinta de las sociedades progenitoras, por diferencia de medio físico, por composición étnica heterogénea, y también por diferente grado de desarrollo respecto a lo que se visualizaba como único modelo de progreso, el europeo.[...] ‘O creamos o erramos’.” (RAMA, 1982, p.12-3).

O uso dos gaúchos no front civilizador do exército patriota na expansão da fronteira ao sul, assim como o uso de seu registro oral pela cultura letrada resultou na conversão do gênero, sua codificação em forma canônica patriótica. Martín Fierro tem sua vida destruída ao ser engajado à força nos esforços expansionistas da Argentina, lutando pela Civilização e contra a Barbárie, segundo o “Facundo” de Sarmiento ([1845] 1996), mas acaba internalizando a barbárie, pela decadência e marginalização a que é submetido.

O fato de o gaúcho ser alçado a tipo nacional na Argentina coloca um problema: como um emblema identitário argentino é absorvido na construção identitária brasileira? A resposta encontra-se na fronteira, no compartilhamento de significados através das áreas platinas, uma intersecção que foi negligenciada por décadas por grande parte da historiografia e da crítica literária nacionais, em nome de uma brasilidade mais homogênea.

Entretanto, o mesmo não ocorre no Rio Grande do Sul, onde discutir o significado da fronteira tem sido uma tarefa prioritária para os estudiosos, de modo que tal objeto geográfico desempenha um papel central em praticamente todas as formulações sobre o estado. Geógrafos, historiadores e intelectuais em geral, ao debruçarem-se sobre as questões sul-rio-grandenses, partem da fronteira para explicar a formação e as características do estado. Assim, a posição geográfica do Rio Grande do Sul no Brasil é razão ora para a inclusão e coincidência dos processos entre ambas as escalas geográficas, ora justifica, pela proximidade à região platina, a exclusão e diferenciação histórica, social, ambiental entre o que se passa no Brasil e no Rio Grande do Sul. Essa relação social ganha se for estudada

menos como oposição binária do que através da dialética entre tais objetos geográficos.⁷⁴

No caso do Rio Grande do Sul, a centralidade da fronteira na produção literária opera através da ampliação do alcance cultural e identitário da fronteira, que é simbolicamente extrapolada para uma região – a Campanha – e mesmo para todo o estado do Rio Grande do Sul. Essa operação, que se ampara na história, aumenta, no presente, o poder de fogo do regionalismo político, tanto pela assunção e denúncia da posição periférica do estado em relação ao Estado-Nação, quanto pelo compartilhamento de mitos e linguagem com populações além-fronteira.

2.9. UMA LITERATURA DE FRONTEIRA

No Rio Grande do Sul, o emblema literário mais recorrente é o gaúcho/peão. Da mesma forma, a literatura do Rio Grande do Sul é pródiga em verso e prosa ambientados na região da fronteira. João Pinto da Silva, ao escrever a primeira História Literária do Rio Grande do Sul, ainda em 1922, diagnosticava que em: “nossas florações literárias, [...] quando reflexos do ambiente rio-grandense, o tom é um só. De facto, o nosso regionalismo é todo de accentuado cunho fronteiriço, ainda quando a acção de contos e novelas se desenvolve longe da linha divisória” (p.129). Críticos contemporâneos reiteram tal diagnóstico: “a palavra ‘fronteira’ vem [sendo] [...] objeto de preocupação para todos aqueles que se voltam ao estudo da literatura

⁷⁴ Além das obras invocadas ao longo deste trabalho, pode-se citar como bibliografia gaúcha ligada à fronteira, sem exaurir a lista ou mesmo apontar todos os autores mais representativos: GOLIN, Tau. Fronteira. 2 v. P. Alegre: L&PM, 2002 e 2004; HAESBAERT da COSTA, Rogério. RS: Latifúndio e identidade regional. P. Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p.; HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN, Ronaldo (orgs.). Histórias Regionais do Cone Sul. S. Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 464p.; JACKS, Nilda. Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção. P. Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 286p.; JARDIM, Denise Fagundes. Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade – Chuí/RS. R. de Janeiro: UFRJ/PPGAS – Museu Nacional, 2000. Tese em Antropologia. 376 p.; MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras Culturais: BR-UY-AR. Cotia: Ateliê Editorial/ PM P. Alegre/ CELP Cyro Martins, 2002. 261p.; OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, RJ: UFF/PPGH, 1999, Tese em História, 315 p.; PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. P. Alegre: F. P. Prado, 2002. 230p.; RÜCKERT, Aldomar. A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do RS 1827-1931. P. Fundo: EDIUPF, 1997, 201 p.;SANTI, Álvaro. Do Partenon à Califórnia. P. Alegre: Ed.UFRGS, 2004. 110p.; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos: exclusão e luta. Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

sul-rio-grandense – e destacam-se aqui, dentre tantos, os nomes de Guilhermino César, Othelo Rosa, Rubens de Barcellos e Moysés Vellinho (MASINA, 1994, p. 55).

A expressão “literatura de fronteira” tem tido uso corrente em estudos literários no Rio Grande do Sul – vejam-se os trabalhos de Lea Masina (1994, 1995), Nara Rubert (2003) entre outros. O quadro 3 apresenta autores e obras que podem ser descritas como literatura da fronteira gaúcha, sem exaurir a produção dos escritores e certamente deixando de citar muitos nomes importantes.

QUADRO 3: Obras gaúchas da literatura de fronteira

<ul style="list-style-type: none"> • Luiz Antonio de ASSIS BRASIL (Um quarto de légua em quadro, 1978; Concerto campestre, 1999). • Darcy AZAMBUJA (No galpão (contos gauchescos), 1925). • Amílcar BETTEGA-BARBOSA (Arreglo, 2000). • Jaime Vaz BRASIL (Os olhos de Borges, 1962). • Sérgio CAPARELLI (O dia em que o Alegrete atravessou a fronteira, 1983). • Alcy CHEUICHE (Jabal Lubnàn: as aventuras de um mascate libanês, 2003). • Brasil DUBAL (Fronteira inclemente, 1976). • Sérgio FARACO (Guapear com frangos e outros contos produzidos desde 1970). • Martim César Ramires GONÇALVES (Sob a luz de velas, 2003). • Josué GUIMARÃES (A ferro e fogo, v.1, 1972). • João Simões LOPES NETO (Contos gauchescos, 1912). • Dyonélio MACHADO (O louco do Cati (aventura), 2003). • Cyro MARTINS (Sem rumo, 1944; Campo fora, 1934; O príncipe da vila, 1982). • Ivan Pedro de MARTINS (Fronteira agreste, 1976). • Roberto Bittencourt MARTINS (Ibiamoré: o trem fantasma, 1995). • Alcides MAYA (Alma bárbara: contos, 1922; Ruínas vivas: romance gaúcho, 1910; Tapera: cenários gaúchos, 1911). • João de MEDEIROS (O diabo na garupa, 1997). • Luiz Sérgio METZ (Assim na terra, 1995). • Vitor RAMIL (Pequod, 1995). • Tabajara RUAS (Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, 1997; Netto perde sua alma, 2001); com Elmar BONES (A cabeça de Gumercindo Saraiva). • Aldyr SCHLEE (Linha divisória, 1988; O dia que o Papa foi a Melo, 1999). • Donald SCHÜLER (O tatu, 1983; Martim Fera, 1984; Chimarrita, 1985). • Juremir Machado da SILVA (Cai a noite sobre Palomas, 1995; Fronteiras, 1999). • Carlos URBIM (Dona Juana, 1993).
--

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman.

Ela pode ser reconhecida como um gênero, ao considerarem-se índices como a origem geográfica dos autores, a tematização da fronteira e a interpolação do português, do espanhol e de termos locais, gauchescos, em sua maioria oriundos das línguas indígenas, por vezes assumindo-se como *portuñol*. Para a constituição do gênero contribuem ainda as referências recíprocas entre os autores, sejam eles

contemporâneos ou precursores, e a existência de editoras e de público-leitor, conformando um sistema literário (CÂNDIDO, [1950] 1981)⁷⁵.

Em diferentes lugares, a expressão literatura de fronteira assume conteúdo diferenciado, o que se deve a interpretações independentes. Álvaro Fernandez Bravo chama “literatura da fronteira” ao conjunto de obras resultantes do empenho nacionalista de distinguir as nações latino-americanas. Seguindo os conceitos apresentados em seção anterior deste texto, ele estaria se referindo a uma literatura dos limites:

Até as profundezas da nação no espaço e no tempo, os textos assumem a empresa de representar as culturas fronteiriças – a barbárie, os indígenas, os costumes – a partir de uma perspectiva nacional e americana distinta da visão europeia com a qual continuamente debatem. (t.n.) (FERNANDEZ BRAVO, 1999, p. 17)⁷⁶

A literatura de fronteira não aparece apenas no Cone Sul. Internacionalmente, é a fronteira entre o México e os Estados Unidos aquela aceita como paradigmática, e não apenas no campo da literatura (GRIMSON, 2000, p.22). Edward Soja, por exemplo, incluiu em *Thirdspace*, uma análise da cultura e identidade chicana valorizadas como “formas inovativas de interpretação do (terceiro) espaço” (t.a) (“*innovative new forms of (Third)spatial interpretation*”, 1996, p. 129). Sonia Torres (2001) organiza sua análise da “literatura, etnografia e geografias de resistência” pelo questionamento da hispanização da cultura norte-americana, da busca de uma voz pelos migrantes latinos que não abandonam suas origens, e das resistências geradas no processo. Uma análise preliminar da literatura da fronteira México-EUA revela que apenas os latinos e seus descendentes têm tomado a palavra, ou talvez eles sejam mais valorizados por serem considerados pelos teóricos como os portadores da nova representação. A comparação entre a literatura da fronteira gaúcha e a produzida nas *borderlands* norte-americanas revela ainda que os

⁷⁵ O conceito de sistema literário, no qual a relação entre autores, público e um conjunto de editoras formam um sistema, também aplica-se à literatura sul-rio-grandense sem descartar a idéia de literatura da fronteira. Sistema refere-se à organicidade da literatura, “do triângulo “autor-obra-público”, em interação dinâmica, e de uma certa continuidade da tradição” (CÂNDIDO, 1950, p.16).

⁷⁶ “*Hacia las profundidades de la Nación en el espacio y en el tiempo, los textos asumen la empresa de representar las culturas fronterizas – la barbarie, los indígenas, las costumbres – desde una perspectiva nacional y americana, distinta de la mirada europea con la que continuamente debaten.*” (FERNANDEZ BRAVO, 1999, p. 17).

conflitos são muito mais claramente expostos no segundo caso, refletindo as distintas realidades que as geram (DORFMAN, 2004).⁷⁷

Assim, a literatura do Rio Grande do Sul recebe influxos da fonte revelada pelo uruguaio Bartolomé Hidalgo – que, em 1810, escreveu os “Dialogos Patrióticos” – e valorizada por José Hernández (1834-1886), em “El Gaucho Martín Fierro” (1872) e sua continuação “La vuelta de Martín Fierro” (1874).

Antes de Hernández, José de Alencar escrevera “O gaúcho” (1870), uma entre várias obras regionalistas através das quais pretendia mapear a diversidade da vida e da paisagem brasileiras. O romance de Alencar não foi bem recebido entre os intelectuais do Rio Grande do Sul, por inverossimilhança na linguagem e na representação do tipo regional. Como resposta, Apolinário Porto Alegre escreve “O vaqueano” (1872), onde se glorifica a “democracia da estância” (congraçamento entre fazendeiros e peões) (HEIDRICH, 2000, p.136). Note-se que a legitimidade da representação do tipo regional é dada ao argentino Hernández e não ao brasileiro Alencar.

A literatura da fronteira insere-se, portanto, na “comarca literária do Pampa” (RAMA, 1982), compartilhada por sul-brasileiros, uruguaios e argentinos (Fig. 18). Ao observar o mapa das comarcas literárias, a simultânea pertinência do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Pampa pode ser entendida como uma negação da suposta congruência entre cultura e nacionalismo, onde a fronteira nacional delimitaria língua e práticas culturais. No caso gaúcho, a fronteira é o marcador, o símbolo de uma cultura, de uma especificidade em relação ao Brasil.

A literatura da fronteira produzida no Rio Grande do Sul carrega a ambigüidade de ser a um só tempo não-nacional, mas transnacional, identificada com o regionalismo tradicionalista, conservador e nacionalista. É recorrente a inclusão de glossários nas obras regionalistas editadas nos centros culturais da nação, posicionando os termos ditos regionais nos *marginalia* da página e

⁷⁷ Também na França encontrei obras que falam da fronteira e do contrabando, valorizando a primeira como lugar de memória e o segundo como prática tradicional e marca do lugar. No entanto, não vi menção à expressão “literatura de fronteira”. Entre as obras examinadas, encontram-se BONIFAY, Philippe; LACAF, Fabien. *L’histoire de Mandrin en BD*. Grenoble: Glénat. 2005. 47 p.; LOTI, Pierre. *Ramuntcho*. Paris: Gallimard. [1892] 2006. 275 p.; ROGER, Dominique. *Les passeurs du clair de lune: histoires de contrebande dans le nord de la France*. Rennes: Éditions Ouest-France. 2005. 201 p.; OSPITAL, André. *Sur les sentiers de la contrebande en Pays Basque: souvenirs humoristiques*. Donostia: Elkarlanean. [1982] 2006. 125 p.

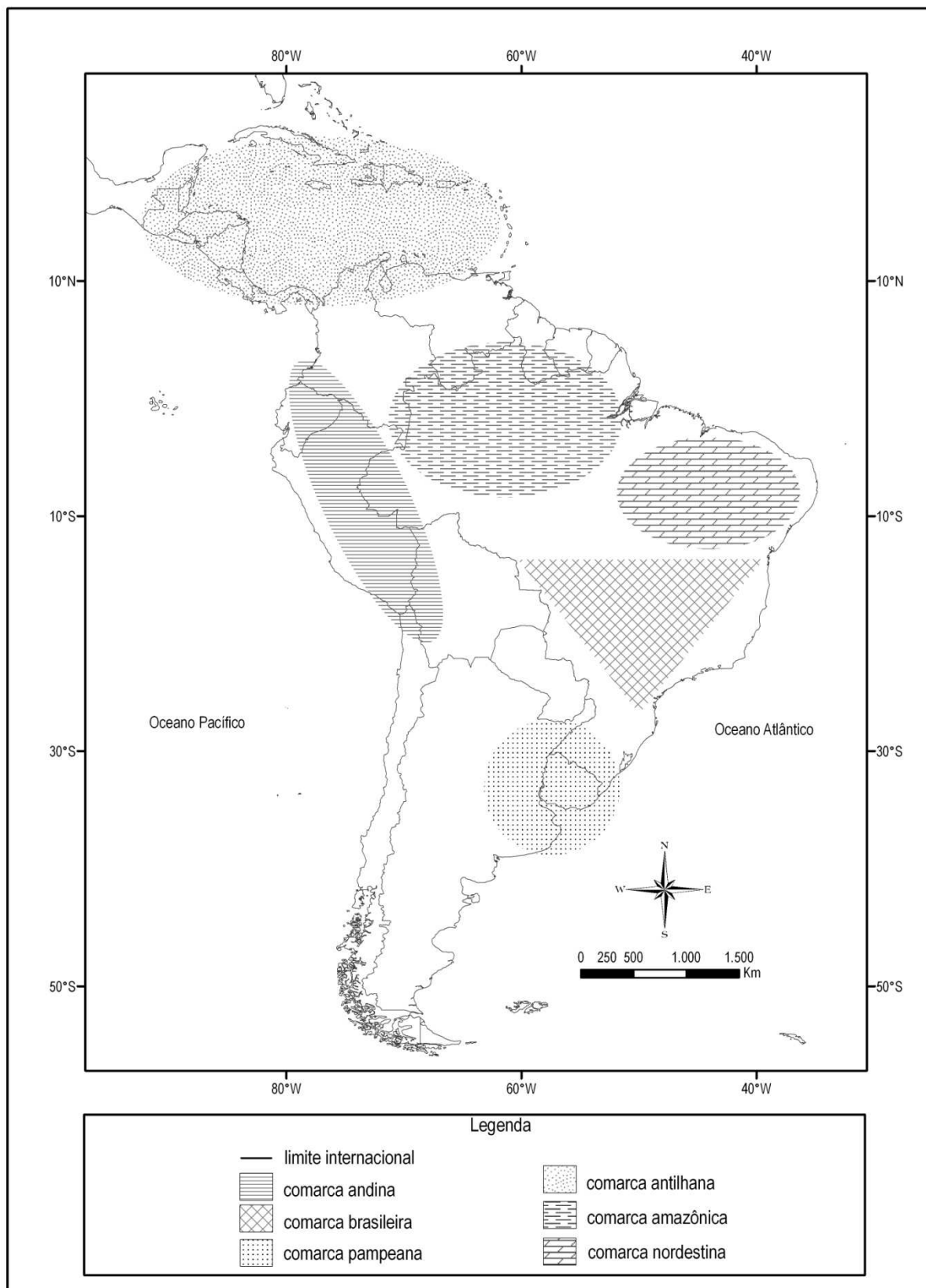


FIGURA 18 – América Latina: mapa das comarcas literárias.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman com base em Rama (1982). Cartografia de Circe Dietz e Nola Gamalho sobre imagem do INPE.

restabelecendo a posição periférica, a condição desviante, deste produto cultural. Por outro lado, o conteúdo dos *marginalia* é compartilhado entre as obras publicadas em outros países do Prata. Há, portanto, uma linguagem da margem, incompreensível no centro, mas comunicando transfronteira, fortemente baseada na oralidade, nas origens híbridas da cultura e dos habitantes desse espaço.

2.10. CAUSO, CONTO E DOCUMENTO: TRADUZINDO DO ORAL AO ESCRITO

Ainda que o valor estético ou artístico dos textos fronteiriços possa ser questionado, a *rentabilidade* – conceito da literatura comparada que enfatiza a capacidade de cada texto de provocar reações – das interpretações geográficas da literatura de contrabando será ampliada pela busca de textos literários não-canônicos, capazes de revelar ângulos inusitados e percursos menos trilhados. As trocas induzidas pelas fronteiras, a confrontação de identidades, valores e normas incita à invenção de práticas e representações originais, entre-lugares e híbridos que valorizam as práticas locais específicas (GROUPE FRONTIÈRE, 2004, p. 9).

A tendência contemporânea de valorização da fronteira em suas várias acepções reconhece nesse objeto geográfico um ponto de observação privilegiado para o conhecimento dos processos identitários (BHABHA, 2001). Esse autor defende que o presente caracteriza-se como pós-nacional. Note-se que o “pós” não seria um novo horizonte ou a ruptura com o passado, mas uma passagem “além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais” proclamando “o direito de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados” “no trabalho fronteiriço da cultura” (idem, ibidem, p.21).

O interesse despertado pela literatura de fronteira mostra que a “comunidade imaginada” de Benedict Anderson ([1983] 1998) parece estar sendo complementada por novas representações. Nas palavras de Bhabha:

Cada vez mais as culturas “nacionais” são produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas. O efeito mais significativo desse processo não é a proliferação de ‘histórias alternativas dos excluídos’, que produziriam, segundo alguns, uma anarquia pluralista. O que meus exemplos mostram é o estabelecimento de uma base alterada para o estabelecimento de conexões internacionais. A moeda corrente do comparativismo crítico, ou do juízo estético não é mais a soberania da cultura nacional concebida, como propõe Benedict Anderson, como uma

'comunidade imaginada' com raízes em um tempo vazio homogêneo de modernidade e progresso. (BHABHA, 2000, p. 25).

Cabe apontar que esse tipo de análise preenche a lacuna produzida pelas interpretações que tomam como unidade o território nacional, onde invariavelmente a fronteira aparece como fenômeno marginal, estatisticamente irrelevante. Chegar a conclusões qualitativas sobre a fronteira a partir de dados quantitativos nacionais é perigoso. Da mesma forma, encontra-se grande dificuldade em trabalhar a fronteira tomando como base o mapa político. A força do nacionalismo se manifesta na representação cartográfica, registrando apenas uma linha cega, como uma máscara, obliterando a visualização dos fluxos e dinâmicas na escala regional, coerentemente esquecendo ser este espaço também um lugar de contatos, possuidor de lógicas regionais e locais.

Para levantar hipóteses sobre o ambiente e as práticas dos contrabandistas de pequenos volumes atuando contemporaneamente na fronteira de Santana do Livramento-Rivera, seis obras literárias foram examinadas. Nelas é recorrente o recurso à linguagem local. Segundo Lígia Chiappini, João Simões Lopes Neto, o primeiro autor analisado, se destaca entre os regionalistas por realizar “um trabalho profundo com a própria experiência para, através dela, atingir e compreender o outro [...] um trabalho profundamente negativo com a própria linguagem e a cultura letrada” (CHIAPPINI, 1988, p.345). Essa vontade de tradução resolve-se formalmente pela criação de Blau Nunes, o narrador nativo: na primeira pessoa as histórias surgem como contos-*causos*.

Ligia Chiappini (1999, p. 21) cita Dino Preti (1977, p. 42-3, 47) para enumerar outras estratégias a que Simões Lopes Neto recorre em seu esforço para transcrever a oralidade:

a redundância; a freqüência das expressões de situação (aqui, ali, agora...); o truncamento básico; o ritmo e sonoridade típicos da fala; o papel da pontuação ressaltando a afetividade; a imagem do interlocutor; as interjeições e chamamentos, pelo vocativo; as questões, supostamente dirigidas ao interlocutor e, por meio deste, ao leitor-ouvinte; as comparações dentro do horizonte de Blau; os castelhanismos.

A figura 19 é uma gravura de Nelson Boeira para os Contos gauchescos de Simões Lopes Neto.

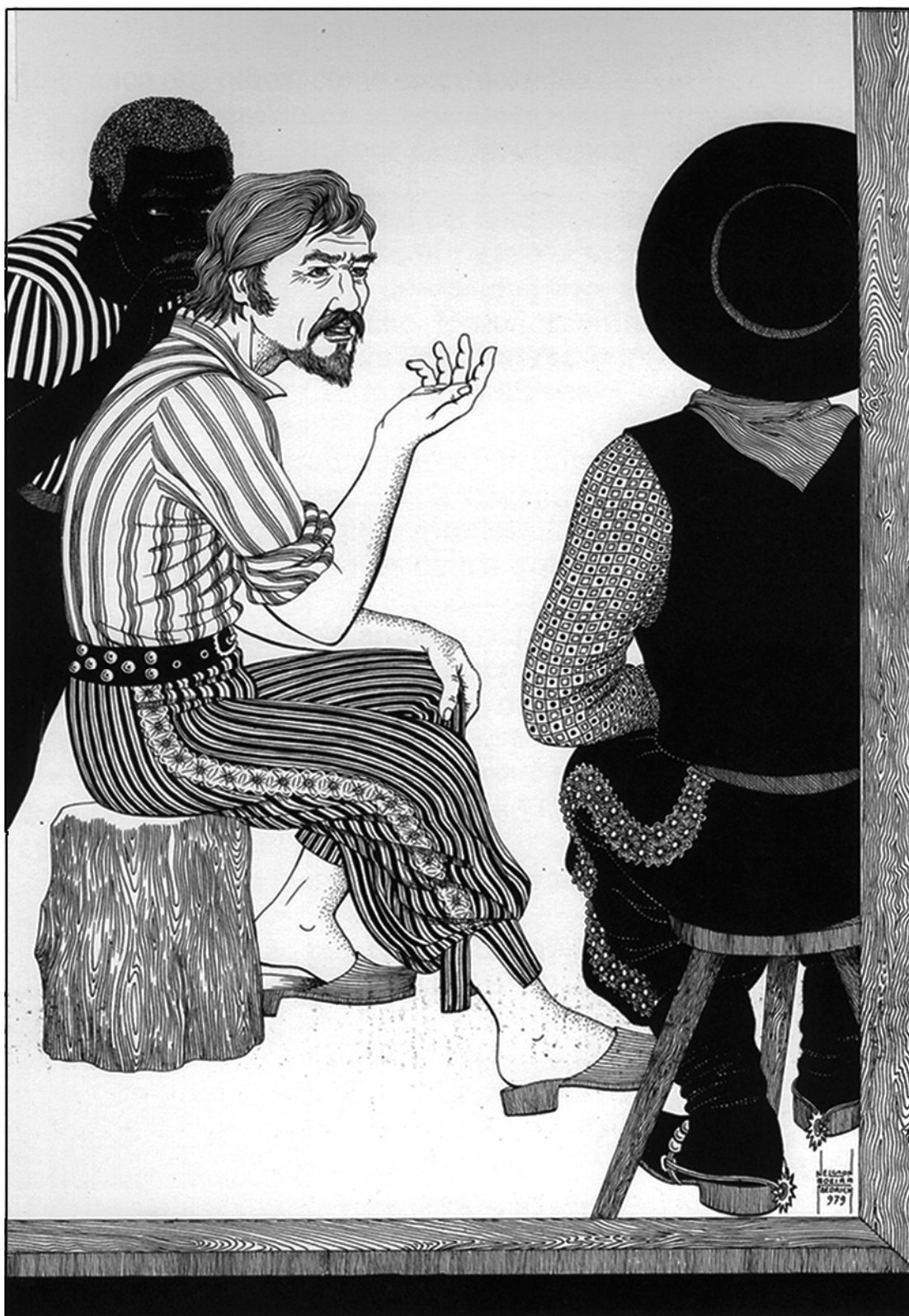


FIGURA 19: Contando um *causo*: gravura de Nelson Boeira
Fonte: LOPES NETO (1983, p.76).

É verdade que entre o *causo* – um tipo de conto popular, portanto anônimo e oral, “suspenso por um fio de vozes humanas” (BRICOUT, 1997, p. 196) – e o conto – autoral – existe uma distância gerada pela consciência da forma, pela intenção individual, pela ancoragem no tempo e no espaço, mais marcados no segundo caso. Em direção ao outro extremo do espectro de autoria e contextualização, mitos também podem ser vislumbrados nas obras de ficção aqui analisadas. Sob certo ângulo, podemos alinhar mito, conto popular e conto autoral, que, num crescendo de contextualização e individuação e que “no interior de certa sociedade, revolvem incansavelmente o mesmo material, articulam os mesmos motivos, reempregam as mesmas seqüências, mas em escala diferente” (BRICOUT, 1997, p. 194). Um exemplo em que esse crescendo se revela é o eco da tragédia de Antígona em vários contos analisados, como veremos no capítulo 3.⁷⁸

As mediações entre um concreto em que o oral é instrumental (na experiência cotidiana), a fabulação desse concreto em seqüências ordenadoras do mundo, no exercício local da narratividade (os *causos*) e a criação literária (que busca uma transcendência da linguagem) apontam para a representatividade das obras literárias, na medida em que a progressão mito/*causo*/conto é feita pela reinterpretção dos mesmos materiais. O contexto histórico reforça a função de testemunhas dos autores que se perfilam aqui: a crença na importância do papel social do escritor (corroborada pela escolha de protagonistas despossuídos, como é o caso dos contrabandistas); um desejo de registro ou documento desencadeado pelo lamento pelo mundo rural que se desarticula; e ainda a marca do cotidiano no imaginário do artista.

O uso desse material na investigação geográfica é possibilitado pela sobreposição autor/testemunha, que permite sopesar cada texto em busca das ressonâncias do coletivo humano territorializado, sublinhando a relação entre a literatura e a oralidade do lugar.

Existem técnicas para traduzir os textos orais para a forma escrita, dando ênfase à *performance* do emissor e à sua relação com a audiência. Luciana

⁷⁸ Segundo Raymond Williams, “sustentou-se que o mito é uma versão mais verdadeira (mais profunda) da realidade do que a história secular, a descrição realista ou a explicação científica. [...] [em] relatos mais sofisticados, nos quais se sustenta que os mitos são expressões fundamentais de certas propriedades da mente humana e até mesmo da organização mental ou psicológica básica do homem.” seja como estrutura universal ou manifestação de culturas específicas (WILLIAMS, 2007, p.281).

Hartmann, tendo se dedicado ao estudo da “performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai” afirma que os *causos/cuentos* inserem-se nos relatos das experiências dos informantes. Na notação empregada pela autora, enfatizam-se as estratégias poéticas da oralidade, em que se entrelaçam vozes, personagens, comportamentos e pontos de vista (2005, p. 137). Entre os dispositivos por ela empregados, listam-se as seguintes marcações:

Mudanças de linha indicam separação de sentenças e são relativas a pequenas pausas de respiração feitas pelo contador; letras maiúsculas indicam pronúncias enfatizadas em volume mais alto; repetição de vogais indicam sílabas alongadas; grafia incorreta de algumas palavras busca representar sua pronúncia na oralidade (idem, ibidem, p.136).

Há ainda indicações sobre “as diferentes estratégias utilizadas pelo contador, como o recurso à linguagem poética (rimas, repetições), à função fática (apelo à audiência), representação das falas dos personagens (*reported speech*), etc.” (id., ibid.).

Todos esses esforços voltam-se a conhecer, registrar e analisar o contexto da narração e da narrativa, ampliando o significado, que é “buscado não mais na própria história, mas no encadeamento particular das várias histórias, e é relativo a um contexto específico de interação com a audiência” (id., ibid., p.149).

Em sua dissertação, a pesquisadora elenca diferentes categorias de contadores de *causos*, acrescentando que, além desses, todos habitantes têm algo a contar, ainda que não tenham especialmente desenvolvida a habilidade para fazê-lo. Ela cita as mulheres, os *borrachos* (bêbados), os tradicionalistas, os historiadores e os idosos como figuras reconhecidas, de quem se espera que mantenham viva a memória do grupo (id., 2000, p. 68-81).

É evidente que a intersecção entre os dispositivos da pesquisadora contemporânea, filiada à “antropologia da experiência”, em busca da tradução da narratividade característica dessa região para suportes escritos, e das estratégias identificadas na obra de Simões Lopes Neto, autor já centenário, em sua tarefa de criação/registo do imaginário do gaúcho. Mais do que demonstrar a convergência entre ciência e literatura – mesmo porque o século que separa as duas representações textuais testemunhou uma profunda transformação nessa antinomia

–, interessa reconhecer as técnicas para interpretação dos contos/*causos*, *causos/cuentos* e outros textos orais capazes de revelar o significado do contrabando para a população fronteiriça.

As representações textuais têm sido utilizadas por diferentes disciplinas voltadas ao estudo da cultura. Nesta tese reúno textos de origens diversas para tratar das práticas dos contrabandistas na fronteira sob um viés geográfico. No próximo capítulo apresento textos literários sobre o contrabando, analisando-os como fonte de interpretação sobre o *ethos* da fronteira.

3. O CONTRABANDO SEGUNDO A LITERATURA DA FRONTEIRA

Os contos de contrabando que seguem foram lidos em busca de pistas sobre as representações locais do comércio ilegal na fronteira gaúcha. Trata-se de examinar os textos literários, ressaltando os temas e a linguagem, valorizando suas dissonâncias e surpresas, em busca de chaves para a interpretação das práticas contrabandistas. O uso de obras regionalistas como chave analítica para práticas contemporâneas investiga se essas não são feitas do “oco do passado” (AGUIAR, 1992, p.20) mas de repercussões e ecos de estruturas atualizadas nas concretude dos lugares.

3.1. SITUANDO O CORPUS

O *corpus* selecionado para análise é composto por seis contos escritos por autores nascidos na fronteira do Brasil com o Uruguai ou com a Argentina. Os escritores situam-se no limite entre texto culto e narração nativa. A escolha destes textos se deu por uma série de razões, desde referências mútuas – intertextualidades mais ou menos explícitas – até o reconhecimento, por parte da crítica, de seu valor literário, aliadas à inevitável aleatoriedade.

As histórias contadas se distribuem entre 1912 e 1996, ainda que algumas se desenvolvam num tempo anterior ao da escrita. Optei por inserir os contos na íntegra, ao invés de recorrer a citações longas e fragmentadas, que não conseguiriam preservar a força das histórias, nem respeitariam sua poética. Penso ser legítimo apresentar tais representações textuais no corpo do texto, e não em anexo, permitindo o acesso imediato ao material interpretado geograficamente. Nessas transcrições, não incluí as notas referentes ao vocabulário inseridas pelos diferentes editores, mas reproduzi aquelas que situam eventos históricos.

A figura 20 situa os contos, as cidades e a rede rodoviária, expondo certas recorrências que serão analisadas ao longo do capítulo. Os primeiros quatro contos se desenrolam no meio rural, os dois últimos em cidades fronteiriças.

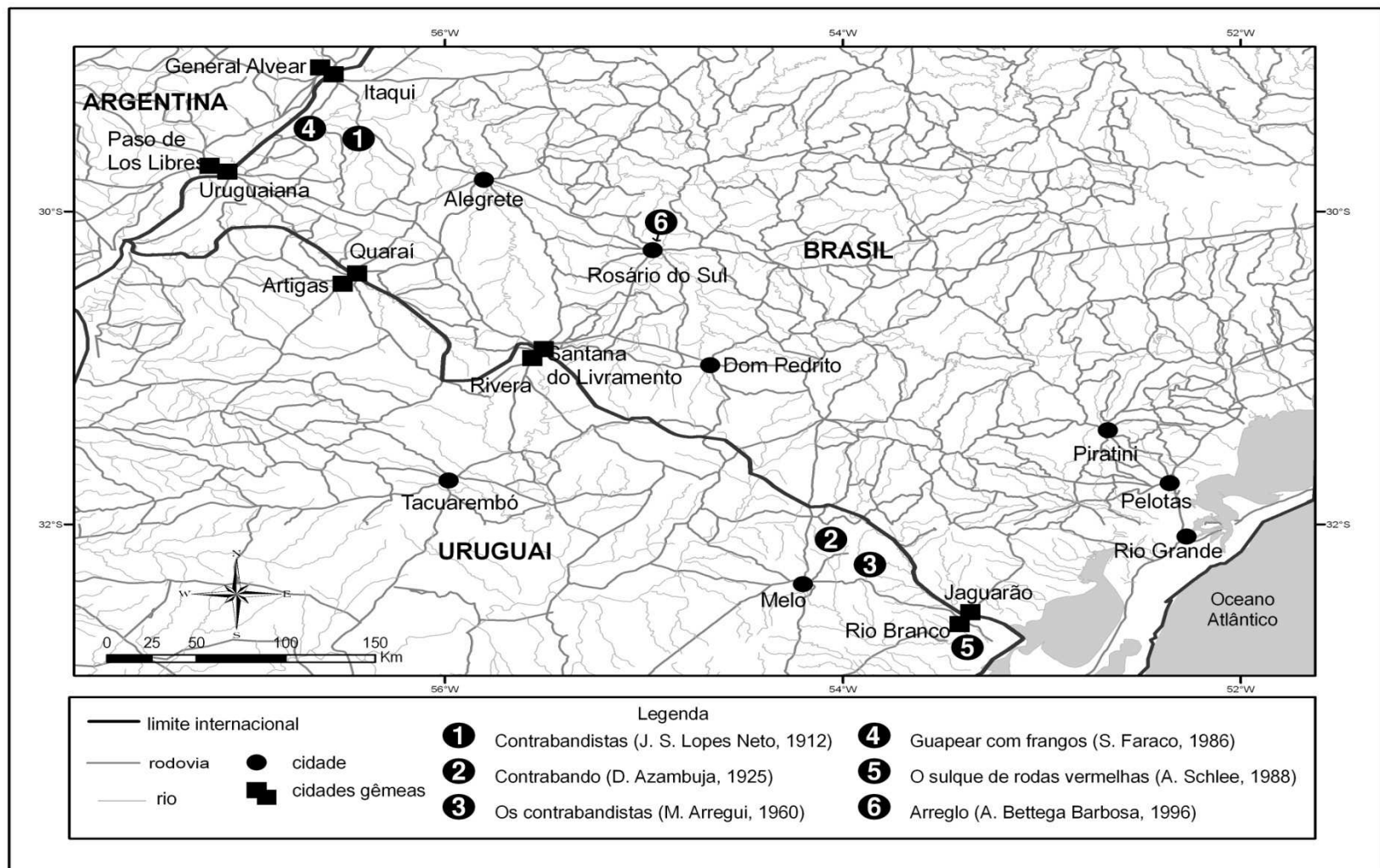


FIGURA 20: Fronteira gaúcha: mapa de localização dos contos de contrabando.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman, com base em LOPES NETO, [1912] 1998; AZAMBUJA, [1925] 1944; ARREGUI, [1960] 2003; FARACO, [1986] 2000; SCHLEE, 1988 e BETTEGA-BARBOSA, [1996] 2000. Cartografia de Circe Inês Dietz e Nola Patrícia Gamalho sobre imagens do INPE/ Departamento de Defesa Americano/Grupo Retis.

Optei por produzir cartogramas como instrumento de análise da literatura de fronteira. O mapa traz à tona a espacialização dessas histórias, permitindo acessar as metáforas empregadas para a fronteira e os significados atribuídos socialmente ao contrabando. A representação cartográfica, baseada num recorte deliberado de dados, em versões simplificadas da estrutura teórica, distingue-se e interroga a interpretação aberta exercitada na literatura, contribuindo para a consolidação desta análise.

As interpretações dos contos de contrabando cruzam-se com o que foi vivido em campo. A leitura volta-se para cada peça em particular e, posteriormente, para as recorrências entre as mesmas, em busca mais da verdade-desvelamento (interpretação) que da verdade-adequação (fatos) (TODOROV, 1989), em relação às experiências do campo e aos aportes bibliográficos.

Por fim, busco ressituar a produtividade das obras ficcionais no estudo dos lugares concretos, avaliando alcances e limites dessa opção metodológica.

3.2. “CONTRABANDISTA” DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO

“Os contos gauchescos” foram publicados pelo pelotense João Simões Lopes Neto (1865-1916) em 1912 e são ambientados na Campanha, onde o *guasca* Blau Nunes narra, num português fortemente marcado por temos gauchescos, dezoito histórias campeiras. Entre estas encontramos “Contrabandista”, a mais conhecida entre as obras aqui analisadas⁷⁹. É provável que João Simões Lopes Neto tenha fundado os “contos de contrabando” no Rio Grande do Sul, sendo o pai desse subgênero, na medida em que foi o primeiro ou um dos primeiros escritores gaúchos a incluir os homens simples na narrativa literária (CHIAPPINI, 1988, p.307).

⁷⁹ A fortuna crítica nos estudos literários é imensa, destacando-se: AGUIAR, 1992; ARMANDO, 1986; CHIAPPINI, 1988, 1994, 1999. A edição aqui usada é LOPES NETO, João Simões. In:_____. “Contos gauchescos”. São Paulo, Ática, [1912] 1998. 120 p. p. 91-96. Da folha de rosto desta edição consta: “Texto integral, cotejado com a edição crítica de Aurélio Buarque de Hollanda de 1949, da Editora Globo, Porto Alegre”. Da mesma forma, este conto é reiteradamente convocado como epígrafe ou ornamento em escritos de historiadores, como em SOUZA, 1994a e NEUMANN, 2001, procedimento criticado por FLORES (2007, p.10).

CONTRABANDISTA

João Simões Lopes Neto, 1912

– Batia nos noventa anos o corpo magro mas sempre teso do Jango Jorge, um que foi capitão duma maloca de contrabandistas que fez cancha nos banhados do Ibirocaí.

Esse gaúcho desabotinado levou a existência inteira a cruzar os campos da fronteira: à luz do sol, no desmaiado da lua, na escuridão das noites, na cerração das madrugadas...: ainda que chovesse reiúnos acolherados ou que ventasse como por alma de padre, nunca errou vau, nunca perdeu atalho, nunca desandou cruzada!...

Conhecia as querências, pelo faro: aqui era o cheiro do açouta-cavalo florescido, lá o dos trevais, o das guabirobas rasteiras, do capim-limão; pelo ouvido: aqui, cancha de graxains, lá os pastos que ensurdecem ou estalam no casco do cavalo; adiante, o chape-chape, noutra ponta, o areão. Até pelo gosto ele dizia a parada, porque sabia onde estavam águas salobres e águas leves, com sabor de barro ou sabendo a limo.

Tinha vindo das guerras do outro tempo; foi um dos que peleou na batalha de Ituzaingo; foi do esquadrão do general José de Abreu. E sempre que falava no Anjo da Vitória ainda tirava o chapéu, numa braçada larga, como se cumprimentasse alguém de muito respeito, numa distância muito longe.

Foi sempre um gaúcho quebralhão, e despilhado sempre, por ser muito de mãos abertas.

Se numa mesa de primeira ganhava uma ponchada de balastracas, reunia a gurizada da casa, fazia – pi! pi! pi! pi! - como pra galinhas e semeava as moedas, rindo-se do formigueiro que a miuçalha formava, catando as pratas no terreiro.

Gostava de sentar um laçoço num cachorro, mas desses laçoços de apanhar da paleta à virilha, e puxado a valer, tanto, que o bicho que o tomava, ficando entupido de dor, e lombeando-se, depois de disparar um pouco é que gritava, num - caim! caim! caim! – de desespero.

Outras vezes dava-lhe para armar uma jantarola, e sobre o fim do festo, quando já estava tudo meio entropigaitado, puxava por uma ponta da toalha e lá vinha, de tirão seco, toda a traquitanda dos pratos e copos e garrafas e restos de comidas e caldas dos doces!...

Depois garganteava a chuspa e largava as onças pras unhas do bolicheiro, que aproveitava o vento e *le echaba cuentas de gran capitán*⁸⁰...

Era um pagodista!

Aqui há poucos anos – coitado! – pousei no arranchamento dele. Casado ou doutro jeito, estava afamilhado. Não nos víamos desde muito tempo.

A dona da casa era uma mulher mocetona ainda, bem parecida e mui prazenteira; de filhos, uns três matalotes já emplumados e uma mocinha – pro caso, uma moça –, que era o – santo-antoninho-onde-te-porei! – daquela gente toda.

E era mesmo uma formosura; e prendada, mui habilidosa; tinha andado na escola e sabia botar os vestidos esquisitos das cidadãs da vila.

E noiva, casadeira, já era.

E deu o caso, que quando eu pousei, foi justo pelas vésperas do casamento; estavam esperando o noivo e o resto do enxoval dela.

⁸⁰ Nota 129 do editor: "*Le echaba cuentas de gran capitán*...: indica as parcelas exorbitantes de uma conta feita arbitrariamente e sem a devida justificação, é uma referência à conta que Gonzalo Fernandez de Córdoba, apelidado de 'el Gran Capitán', apresentou ao rei Fernando, o Católico, depois de haver conquistado Nápoles" (LOPES NETO [1912] 1998, p.92).

O noivo chegou no outro dia; grande alegria; começaram os aprontamentos, e como me convidaram com gosto, fiquei pro festo.

O Jango Jorge saiu na madrugada seguinte, para ir buscar o tal enxoval da filha.

Aonde, não sei; parecia-me que aquilo devia ser feito em casa, à moda antiga, mas, como cada um manda no que é seu...

Fiquei verdeando, à espera, e fui dando um auxílio na matança dos leitões e no timento dos assados com couro.

Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões.⁸¹

Naqueles tempos o que se fazia era sem malícia, e mais por divertir e acoquinar as guardas do inimigo: uma partida de guascas montava a cavalo, entrava na Banda Oriental e arrebanhava uma ponta grande de eguariços; abanava o poncho e vinha a meia rédea; apartava-se a potrada e largava-se o resto; os de lá faziam conosco a mesma cousa; depois era com gados, que se tocava a trote e galope, abandonando os assoleados.

Isto se fazia por despique dos espanhóis e eles se pagavam desquitando-se do mesmo jeito.

Só se cuidava de negacear as guardas do Cerro Largo, em Santa Tecla, do Haedo... O mais, era várzea!

Depois veio a guerra das Missões; o governo começou a dar sesmarias e uns quantíssimos pesados foram-se arranchando por essas campanhas desertas. E cada um tinha que ser um rei pequeno... e agüentar-se com as balas, as lunares e os chifarotes que tinha em casa!...

Foi o tempo do manda-quem-pode!... E foi o tempo que o gaúcho, o seu cavalo e o seu facão, sozinhos, conquistaram e defenderam estes pagos!

Quem governava aqui o continente era um chefe que se chamava o capitão-general; ele dava as sesmarias mas não garantia o pelego dos sesmeiros...

Vancê tome tenência e vá vendo como as cousas, por si mesmas, se explicam.

Naquela era, a pólvora era do el-rei nosso senhor e só por sua licença é que algum particular graúdo podia ter em casa um polvarim...

Também só na vila de Porto Alegre é que havia baralhos de jogar, que eram feitos só na fábrica do rei nosso senhor, e havia fiscal, sim senhor, das cartas de jogar, e ninguém podia comprar senão dessas!

Por esses tempos antigos também o tal rei nosso senhor mandou botar pra fora os ourives da vila do Rio Grande e acabar com os lavrantes e prendistas dos outros lugares desta terra, só pra dar flux aos reinóis...

Agora imagine vancê se a gente lá de dentro podia andar com tantas etiquetas e pedindo louvado pra se defender, pra se divertir e pra luxar!... O tal rei nosso senhor, não se enxergava, mesmo!...

E logo com quem!... Com a gauchada!...

Vai então, os estancieiros iam em pessoa ou mandavam ao outro lado, nos espanhóis, buscar pólvora e balas, pras pederneiras, cartas de jogo e prendas de ouro pras mulheres e preparos de prata pros arreios...; e ninguém pagava dízimos dessas cousas.

Às vezes lá voava pelos ares um cargueiro, com cangalhas e tudo, numa explosão da pólvora; doutras uma partida de milicianos saía de

⁸¹ Nota 130 do editor: "A tomada das Missões: Atualmente no Rio Grande do Sul, a região de Sete Povos das Missões, colonizada por jesuítas espanhóis, foi constante motivo de disputa entre Portugal e Espanha, sendo conquistada definitivamente por tropas luso-brasileiras em 1801, em uma curta guerra entre as duas metrópoles coloniais" (idem, ibidem, p.92).

atravessado e tomava conta de tudo, a couce d'arma: isto foi ensinando a escaramuçar com os golas-de-couro.

Nesse serviço foram-se aficionando alguns gaúchos; recebiam as encomendas e pra aproveitar a monção e não ir com os cargueiros debalde, levavam baeta, que vinha do reino, e fumo em corda, que vinha da Bahia, e algum porrão de canha. E faziam trocas, de elas por elas, quase.

Os paisanos das duas terras brigavam, mas os mercadores sempre se entendiam...

Isto veio mais ou menos assim até a guerra dos Farrapos; depois vieram as califórnicas do Chico Pedro; depois a guerra do Rosas⁸².

Aí inundou-se a fronteira da província de espanhóis e gringos emigrados.

A cousa então mudou de figura. A estrangeirada era mitrada, na regra, e foi quem ensinou a gente de cá a mergulhar e ficar de cabeça enxuta...; entrou nos homens a sedução de ganhar barato: bastava ser campeiro e destorcido. Depois, andava-se empandilhado, bem armado; podia-se às vezes dar um vareio nos milicos, ajustar contas com algum devedor de desaforos, aporrear algum subdelegado abelhudo...

Não se lidava com papéis nem contas de cousas: era só levantar os volumes, encangalhar, tocar e entregar!...

Quanta gauchagem leviana aparecia, encostava-se.

Rompeu a guerra do Paraguai.

O dinheiro do Brasil ficou muito caro: uma onça de ouro, que corria por trinta e dois, chegou a valer quarenta e seis mil réis!... Imagine o que a estrangeirada bolou nas contas!...

Começou-se a cargueirar de um tudo: panos, águas-de-cheiro, armas, minigâncias, remédios, o diabo a quatro!... Era só pedir por boca!

Apareceram também os mascates de campanha, com baús encangalhados e canastras, que passavam pra lá vazios e voltavam cheios, desovar aqui...

Polícia pouca, fronteira aberta, direitos de levar couro e cabelo e nas coletarias umas papeladas cheias de benzeduras e rabioscas...

Ora... ora!... Passar bem, paisano!... A semente grelou e está a árvore ramalhuda, que vancê sabe, do contrabando de hoje.

O Jango Jorge foi maioral nesses estropícios. Desde moço. Até a hora da morte. Eu vi.

Como disse, na madrugada vésp'ra do casamento o Jango Jorge saiu para ir buscar o enxoval da filha.

Passou o dia; passou a noite.

No outro dia, que era o do casamento, até de tarde, nada.

Havia na casa uma gentama convidada; da vila, vizinhos, os padrinhos, autoridades, moçada. Havia de se dançar três dias!... Corria o amargo e copinhos de licor de butiá.

Roncavam cordeonas no fogão, violas na ramada, uma caixa de música na sala.

Quase ao entrar do sol a mesa estava posta, vergando ao peso dos pratos enfeitados.

A dona da casa, por certo traquejada nessas bolandinas do marido, estava sossegada, ao menos ao parecer.

Às vezes mandava um dos filhos ver se o pai aparecia, na volta da estrada, encoberta por uma restinga fechada de arvoredos.

Surdiu dum quarto o noivo, todo no trinque, de colarinho duro e casaco de rabo. Houve caçoadas, ditérios, elogios.

⁸² Nota 133 do editor: "A guerra do Rosas: O caudilho argentino Juan Manuel Rosas chegou ao poder em 1829, interveio no Uruguai, apoiando Oribe, e enfrentou a Bolívia, o Paraguai e o Chile. Em 1853, desafiado por problemas de fronteiras, o Império brasileiro interveio militarmente, derrotando o caudilho com o apoio do general argentino Urquiza" (id., ibid. p.94).

Só faltava a noiva; mas essa não podia aparecer, por falta do seu vestido branco, dos seus sapatos brancos, do seu véu branco, das suas flores de laranjeira, que o pai fora buscar e ainda não trouxera.

As moças riam-se; as senhoras velhas cochichavam.

Entardeceu.

Nisto correu voz que a noiva estava chorando: fizemos uma algazarra e ela tão boazinha! – veio à porta do quarto, bem penteada, ainda num vestidinho de chita de andar em casa, e pôs-se a rir pra nós, pra mostrar que estava contente.

A rir, sim, rindo na boca, mas também a chorar lágrimas grandes, que rolavam devagar dos olhos pestanudos...

E rindo e chorando estava, sem saber porque... sem saber por que, rindo e chorando, quando alguém gritou do terreiro:

– Aí vem o Jango Jorge, com mais gente!...

Foi um vozerio geral; a moça porém ficou, como estava, no quadro da porta, rindo e chorando, cada vez menos sem saber por que... pois o pai estava chegando e o seu vestido branco, o seu véu, as suas flores de noiva...

Era já fusco-fusco. Pegaram a acender as luzes.

E nesse mesmo tempo parava no terreiro a comitiva; mas num silêncio, tudo.

E o mesmo silêncio foi fechando todas as bocas e abrindo todos os olhos.

Então vimos os da comitiva descerem de um cavalo o corpo entregue de um homem, ainda de pala enfiado...

Ninguém perguntou nada, ninguém informou de nada; todos entenderam tudo...; que a festa estava acabada e a tristeza começada.

Levou-se o corpo pra sala da mesa, para o sofá enfeitado, que ia ser o trono dos noivos. Então um dos chegados disse:

– A guarda nos deu em cima... tomou os cargueiros... E mataram o capitão, porque ele avançou sozinho pra mula ponteira e suspendeu um pacote que vinha solto... e ainda o amarrou no corpo... Aí foi que o crivaram de bala... parado... Os ordinários!... Tivemos que brigar, pra tomar o corpo!

A sia-dona mãe da noiva levantou o balandrau do Jango Jorge e desamarrou o embrulho; e abriu-o.

Era o vestido branco da filha, os sapatos brancos, o véu branco, as flores de laranjeira...

Tudo numa plastada de sangue... tudo manchado de vermelho, toda a alvura daquelas cousas bonitas como que bordada de colorado, num padrão esquisito, de feitios estrambólicos... como flores de cardo solferim esmagadas a casco de bagual!...

Então rompeu o choro na casa toda.

O título do conto acima refere-se a Jango Jorge, descrito como um homem de muito valor e habilidade, fortemente arraigado no pago, que se notabilizava pelo conhecimento da região, lançando mão de todos seus sentidos na apreensão da geografia do lugar. A fábula – a história narrada – é simples: o protagonista Jango Jorge ia casar sua filha, para tanto parte em busca do enxoval do outro lado do rio – e da fronteira. Depois de tensa espera, um movimento no terreiro anuncia Jango Jorge: deixando sua experiência de lado, insistira em enfrentar a guarda de fronteira e fora morto (Fig. 21).

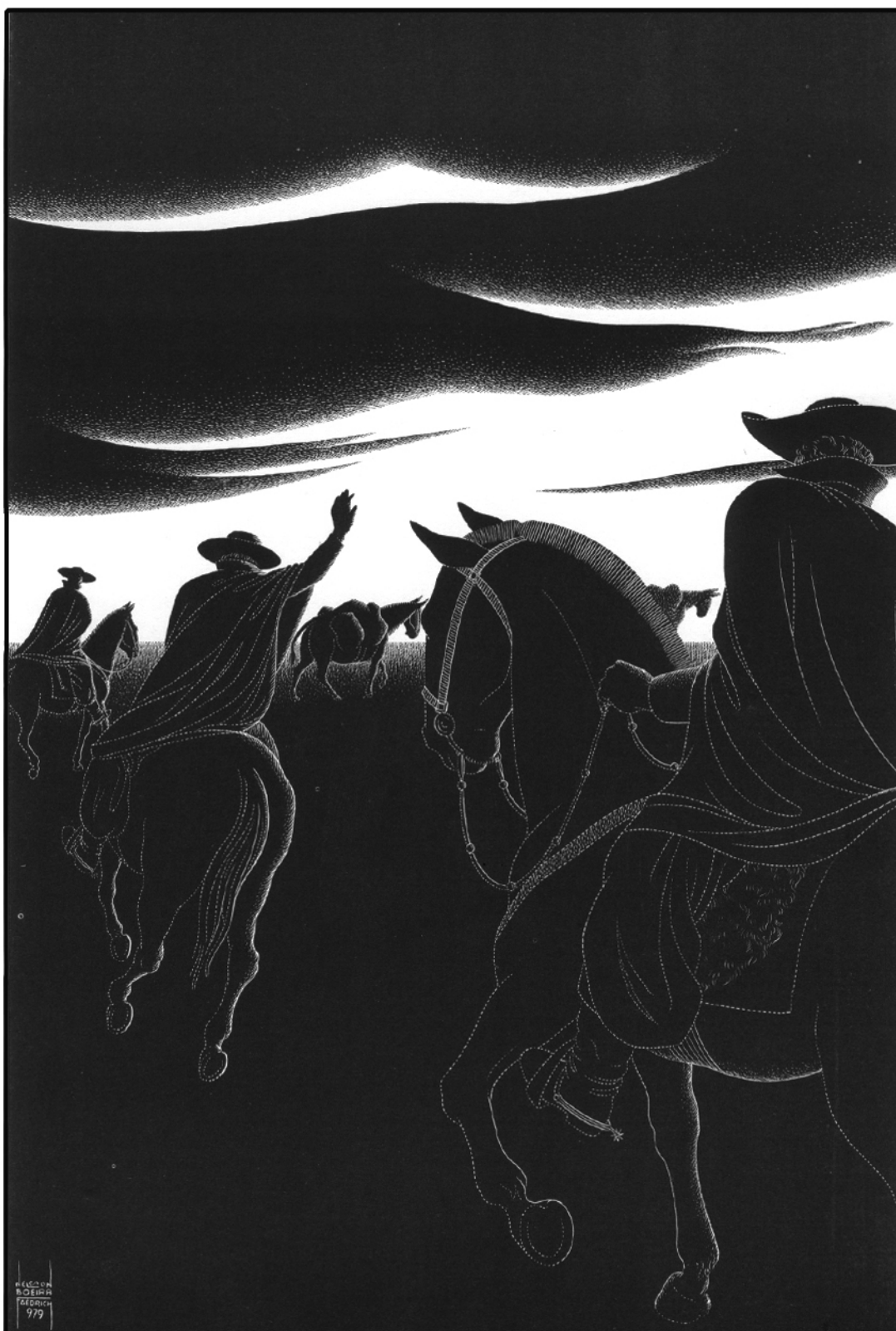


FIGURA 21: “Contrabandista”: gravura de Nelson Boeira.
Fonte: LOPES NETO, 1983, p. 125.

A parte mais extensa do conto, entretanto, é dedicada a comentar as origens históricas do contrabando (“sempre” ou “desde bem antes da tomada das Missões” em 1801), seu caráter inicialmente lúdico (“sem malícia e mais por divertir”), os produtos (cavalos e gado, inicialmente), as mudanças advindas da apropriação de terras pelos “pesados”, as limitações impostas pela coroa portuguesa e pelo império do Brasil etc.

Além da rica informação factual deliberadamente incluída nessa obra – o desejo de registro é tão explícito que pode-se afirmar tratar-se de um conto a serviço do documento – depreende-se que o contrabando é uma prática tradicional na região, e que desde sua origem, anterior a 1800, organizava-se em “malocas”⁸³ atuando com qualquer tempo e a qualquer hora do dia. A estratégia da ação em bando permanece até o presente, sendo uma dos propósitos deste trabalho atualizar o conhecimento sobre como se desenham hoje as redes que articulam os contrabandistas, especialmente os *bagayeros*.

É digno de nota o fato de Jango Jorge ter servido sob as ordens do general José de Abreu (dito Anjo da Vitória, que lutou contra Artigas nas guerras entre 1816 e 1821, quando o território hoje uruguaio ainda estava em demarcação) e como soldado na batalha de Ituizango (também conhecida como batalha de Passo do Rosário, em 1827), evidenciando não haver contradição entre a fidelidade a certas causas nacionais e a prática do contrabando. Mesmo sendo um habitante da fronteira (a qual aciona em proveito próprio) mantém o sentimento nacional, mesmo que mediado pela figura caudilhesca de José de Abreu. A atuação político-militar de Jango Jorge se dá num período em que a fronteira ainda estava em formação, em que os espaços de ação (bélica ou não) eram compartilhados. Distinguir ao líder do bando com a patente de “capitão” também é indicativo de uma origem comum ao contrabando e às campanhas militares. Chiappini (1988, p.306) afirma que

o contrabando só então se caracteriza como tal pois, na origem, era um serviço prestado à Pátria. É o que nos explica Blau, fazendo um retrospecto histórico para mostrar como as virtudes de um homem honrado se transformam em crime, tornando o herói em vítima da lei violenta.

⁸³ Segundo o “Popularium Sul-Rio-Grandense” de Apolinário Porto Alegre ([1872] 2004, p. 47): malta de indivíduos mal-afamados; “B. Rohan, seguindo Z. Rodrigues, foi buscá-lo no araucano com significação de excursões belicosas em terras inimigas”.

O narrador Blau Nunes afirma que o contrabando cresce porque o capitão-general distribuía terras, mas não defendia sua integridade, e ainda proibia a importação de pólvora para protegê-las. O monopólio na fabricação e venda de baralhos e a proibição da ourivesaria no Rio Grande são citados como leis criadas para favorecer apenas aos interesses da metrópole, o que não tinha legitimidade para “a gauchada”, posicionada tão periféricamente em relação à capital da colônia, tão distante da autoridade do rei: a expressão “lá de dentro”, do interior, enfatiza a condição marginal, levando a uma autonomia compulsória diante do remoto poder do rei. Há ainda um evidente estranhamento com os trâmites legais e institucionais.

No conto de Simões Lopes Neto, o contrabando teria nascido porque os estancieiros iam ou mandavam buscar artigos necessários ou supérfluos para seu abastecimento do outro lado da fronteira ainda mal-definida. Paulatinamente, os gaúchos “aficcionaram-se”, passando a levar baeta (um tipo de feltro), fumo em corda, cachaça, numa situação que durou até 1835. Depois de 1850, com a forte imigração de espanhóis e *gringos*⁸⁴, que constituíram-se tanto em novos comerciantes como em clientes, muitos aproveitaram as oportunidades dadas pelo comércio ilegal.

Com a Guerra do Paraguai (1864-70), valorizou-se o “dinheiro do Brasil” e multiplicou-se o contrabando: tecidos, perfumes, quinquilharias, remédios, armas. Também os mascates da campanha abasteciam-se contrabandando. Desde então “a semente grelou...” e o contrabando fez-se cada vez mais volumoso. Já naquele momento observa-se a relação entre o câmbio e o contrabando, a busca do necessário, bem como do mais barato. Nota-se também um incremento na complexidade do tráfico, envolvendo mais gente, com bandos mais organizados, liderados por um “capitão”, comercializando uma gama maior de produtos.

Lígia Chiappini (1988, p.308) afirma que o gaúcho de então “fazia da transgressão um gesto heróico de rebeldia **nacionalista**, a demonstrar

⁸⁴ Segundo ARMANDO (1986, p.96), a classe representada por Simões Lopes Neto sentia-se ameaçada pela chegada dos gringos, e “o que estaria em questão [na produção literária] não seria apenas (ou: na realidade) a perda da identidade cultural (motivo alegado), mas, também (ou: principalmente) a perda de prioridade social”, levando-o a esforçar-se por fazer sobreviver, através do documento literário, a cultura da “sociedade rural tradicional”. Em recente conversa em Santana do Livramento, vimos repetir-se esse sentimento de insegurança perante os recém-chegados, personificados nos ex-sem-terra assentados em torno à cidade, cuja prosperidade aparece – em certos discursos – como suspeita e incômoda aos “estabelecidos”.

precocemente o espírito independente dos gaúchos” (g.n.). O que então era explicado por Chiappini como rebeldia nacionalista é hoje lido como uma postura regionalista precursora ou um pragmatismo cotidiano transnacional, o que demonstra a riqueza e plasticidade dos gestos conservados na literatura, abertos à apropriação ideológica por quem quer que seja, conforme a tônica do momento. Ou nas palavras de Sérgio Faraco, “o leitor se comove pela espécie de vida que pode encontrar ali; o escritor quer só contar uma história que seja verdadeira; o argumento é como uma massa entre o vivido e o imaginado; é o leitor quem coloca as coisas na página” (entrevista, Porto Alegre, 07/04/2004).

O conto de Lopes Neto é o mais antigo entre os aqui examinados, e ainda assim remete a um tempo passado. É evidente sua intenção em registrar a gênese e a dinâmica do contrabando, justificando-o como estratégia de sobrevivência da população diante da história e da geografia da região, e não como crime ou contravenção. Apresenta o personagem-título com muita humanidade, como um pai dedicado, generoso e conhecedor da terra, e a ele opõe os “ordinários” guardas da fronteira. O contrabando que leva à morte de Jango Jorge não são armas nem drogas, mas um enxoval, a proteção e a delicadeza legada por um pai a sua filha. O casamento vira funeral, o dia vira noite, o branco vira vermelho, por causa do combate entre o capitão-contrabandista-pai da noiva, próximo e familiar, e os ordinários que defendem a lei do Estado. E é preciso lutar para reaver o corpo do contrabandista morto.

A imagem da flor-do-cardo (nativa, espontânea, agreste) esmagada pela pata do cavalo representaria a destruição da ligação entre o habitante e seu ambiente – por forças de ocupação, integradoras do local à lógica nacional? A permanência dessa obra mostra que o processo ainda não chegou a termo, posto que a circulação da literatura é garantida pela atualidade daquilo que é tematizado.

3.3. “CONTRABANDO” DE DARCY AZAMBUJA

Darcy Azambuja (Encruzilhada do Sul, 1901 – Porto Alegre, 1970) pode ser descrito como um “leitor-herdeiro, que lê e reescreve” Simões Lopes. Consta que Darcy Azambuja “leu um conto de Simões Lopes no jornal, em 1912, quando tinha 11 anos, ou melhor, ouviu alguém ler alto. [...] Mais tarde, o livro, ainda na 1ª edição, veio parar em suas mãos e ‘foi um deslumbramento’” (CHIAPPINI, 1988, p.66). Azambuja foi também político, professor de direito e, na década de 1950, presidente honorário do CTG Galpão Universitário.

A literatura de Darcy Azambuja está vinculada a um recrudescimento, em Porto Alegre, do regionalismo literário no rastro do regionalismo político da revolução de 1923 (HAASE, 2005, p.40). Em 1925, ainda jovem, Azambuja publica o livro “No Galpão” ([1925] 1955), que se destaca com um prêmio da Academia Brasileira de Letras.

Flávio Loureiro Chaves classifica o autor como o “narrador da transição”, que propala a “democracia da estância”, “construída na defesa da sociedade agrária, visando amenizar (e porventura mascarar) as relações de poder e mando, vigentes no regime patrimonial e patriarcal” (2003, p.57) usando uma linguagem realista, mais próxima do modernismo, criando uma obra conservadora na temática e inovadora no estilo “contido e direto [...] que evita os ornamentos, a grandiloquência [...] [e a] tralha retórica que veio dos comícios municipais e, de exagero em exagero, acabou por infartar a nossa literatura regionalista” (idem), assegurando a legibilidade do regionalismo numa fase de transição. Por fim, o crítico afirma que a literatura “percorre cumes”, mas também se “desenvolve na planície”, no nível médio, sendo esse o caso de Darcy Azambuja (idem, ibidem, p.59-60).

O conto Contrabando relata a história de uma marcha por uma madrugada nebulosa no campo, a meio caminho entre Jaguarão e Aceguá, pelo Paso del Centurión.

CONTRABANDO

Darcy Azambuja, 1925

Marchavam em fila indiana. Na frente ia o Fidêncio Lopes, o maioral do negócio. Dirigia do pescante a travessia arriscada, com tino e segurança de velho boleiro de diligência que fora, batendo, anos, a mesma estrada. Logo atrás o Zeca e o Osório, em seguida os cargueiros sem arreata, pelas dúvidas, que acolherados num aperto, atrasariam qualquer manobra. Fechavam a marcha o Bento e o castelhano Negrito, que se lhes agregara, de acaso, – "pa mirar de mas cercano a los guitás". E como quarteador, para garantir nos repechos, a umas cinqüenta braças na frente, ia o Chiru – novinho de aspa fina, como dizia o Fidêncio – para bombear o caminho.

A noite pendia para a madrugada, mas a névoa, adensada já nos baixios, cerrava mais a escuridão. Mal se divisavam, diluídos na noite, os vultos negros das coxilhas mais próximas, e as árvores e as moitas fundiam-se na tinta escura, surgindo de chofre, a roçar os ombros e as bombachas dos cavaleiros. De quando em quando, ao contornar-lhes as faldas, os coxilhões elevavam-se numa grande mancha negra dentro da cerração e pareciam crescer, barrando a estrada.

Silencioso dentro da noite perdia-se o campo enorme, imerso nos vapores cada vez mais densos no ar frio e calmo.

Fidêncio Lopes fazia empenho em entregar o contrabando sem desconto algum, não só pelo valor das mercadorias, mas por orgulho e capricho de velho cruzador clandestino das fronteiras. Era para diversos negociantes da vila e ia nos três cargueiros; sedas, jóias e armas, afora alguma miudeza de pouca monta. Dezessete a dezoito contos. Mas o comandante da guarda aduaneira, que há muito lhe seguia os passos fugidiços, esperava desta vez seguramente apreender-lhe o negócio. Fidêncio sabia disso e era, pois, uma questão de honra profissional o enredar o rastro ao fisco e chegar a salvo. – Ultimamente para que serve o quarenta e quatro? – arrematava disposto, antevendo escaramuça quente.

Pouca gente levava sempre consigo – que em tropa grande há mais refugio que matambre gordo.

Do ponto em que estavam, pouco mais de três léguas havia para entrar na porteira do Capão Grande, já em terras do Fidêncio. Depois de alcançarem-na, estava concluída a empreitada, pois "nos campos dele, só Deus". Tinham passado a linha divisória um pouco acima do Centurión. Mais de uma semana de tempo ruim – as chuvas tinham levantado a água aos galhos – ilhara-os do outro lado da fronteira, na pulperia do Aguirre, a comer carne assada e jogar truco. Aberto o tempo, fizeram-se de viagem, à boquinha da noite.

O rio campo fora. Não era para qualquer um achar o caminho certo naquele mundo de água solta. As picadas do passo, borradas pela enchente, perdiam-se por mais de duas quadras entre o mato baixo das margens, torcendo em cotovelos, mergulhando mato adentro, contornando sangas sumidas e atoleiros, na noite densa. Amarraram os cargueiros uns aos outros para não se extraviarem e levantaram as canastras, se bem que tudo viesse retovado com oleados e as bruacas fossem de couro inteiriço. Mas, pelas dúvidas, que água não é brinquedo.

Fidêncio, com as botas atadas nos tentos, cutucou com o calcanhar o colorado, que dava bufidos na beira d'água, e caiu na frente, certo que nem capincho em porto velho.

– Rédea curta e venham vindo no mais, que eu aqui estou mesmo que em casa.

A água marulhava, soturna, nas patas dos cavalos, subindo às vezes até meia costela. Através da noite grande e negra vinha o rumor abafado da cachoeira, quadras abaixo, afogada pelas águas grossas da cheia.

O Negrito, que vinha na retaguarda, chasqueou para o Bento: "Pero, chê, por acá ni los biguás". – E, livrando o corpo a um galho baixo: – "Palos, antonces, adrede pa rachar las aspás a um cristiano. Por lo seguro no me quedo aficionau".

O Bento, crioulo daqueles pagos e veterano em passagens idênticas, respondeu no mesmo calão: – "Hace fuego en los ojos, castejano, que te plantas en el charco".

Passado o fio da correnteza, embrenharam-se pela picada que serpejava entre os caponetes ilhados, através dos sarandizais fechados, nunca em linha reta, sempre quebrando à direita, à esquerda, procurando a feição propícia da terra firme.

Afinal tinham saído para o campo limpo, e já traziam duas léguas de marcha cautelosa e suspicaz, cada um com a Winchester atravessada no lombilho, a mão no delgado, esperando pelo que desse e viesse.

Era a zona perigosa. De dentro da treva podia a cada momento surgir, de abrupto, a guarda que velava. Desafeita e confundida na noite opaca, a emboscada podia atalhar, estrupindo de chofre numa arrancada, atacando à queima-roupa. Por isso, na frente, distanciado da coluna, ia o Chiru, de bombeiro. Nele e na sua perspicácia e sangue-frio, estava a segurança de todos. Era simples mas arriscadíssima a incumbência. Não tinha mais que, ao pressentir a guarda, avisar os companheiros. Se, ao perceber o perigo já não pudesse voltar, preveni-los-ia com um tiro, e depois cuidasse da vida... Era posto que demandava coragem e dedicação. Todos, porém, confiavam no Chiru, que, mesmo a custo da vida, não os deixaria cair desapercebidos sob as carabinas da guarda.

Não a temiam, porém. Afeitos àqueles perigos e sobressaltos, sempre em risco, na iminência da morte, cristalizara-se-lhes em hábito a existência errante e insegura, noite e dia sobre as coxilhas da fronteira. Ora cautos, resvalando em fugas contornantes, ora afoitos, rebatendo de frente, à bala, o fisco vigilante, carregavam sempre as mercadorias que a tarifa fazia preciosas. Entre a vida e a morte, aproximadas na expectativa dos recontros, passavam calmos, quase indiferentes, derivando para aquele comércio perigosíssimo a bravura e o estoicismo da raça, vindos de longe, do passado guerreiro, aceso outrora nas lutas que haviam feito vibrar o imenso arco da fronteira, distenso do Iguaçu ao Chuí, nos vaivéns incertos das guerras e revoluções.

O Zeca, tentando divisar estrelas no céu encoberto pelo nevoeiro, murmurou a meia-voz para o Osório, que vinha logo atrás: "Deve ir virando para as quatro. Como quer, parece que escapamos".

Negrito, que não se sofria muito tempo calado, pôs o cavalo ao lado do Bento – "Sabes, chê, que estoy c'una gana danada de pitar?" – O Bento sacudiu os ombros. Que era ordem. Não se fumava. Acender farol aos guitas, não é? Só se fumasse com a brasa para dentro.

De feito, naquelas ocasiões bania-se tudo que pudesse assinalar a presença de passantes. Não se fumava e a conversa era pouca e em voz baixa. E deslizavam assim, cortando o campo em silêncio, evitando os pedregulhos da estrada, onde os cascos dos cavalos fariam ruído. O Fidêncio ia sempre alerta, ouvido atento aos mínimos ruídos que dissonassem do rangido abafado dos cargueiros e arreios.

Por sorte, nem quero-queros haviam encontrado, que os denunciassessem com o alarma estrídulo de eternas sentinelas dos campos. O velho contrabandista prelibava já, no íntimo, mais aquele buçal passado aos aduaneiros. Também, era que nem sorro velho naquelas coxilhas, onde conhecia restinga a restinga, de há tanto que cruzava por ali. Mais algumas quadras e estavam em casa. Depois era um brinquedo.

Na frente, meio indistinto, ouviu um estrépito surdo, como de cavalo que tropeça. – Havia de ser o Chiru. Indiozinho de confiança, aquele! Ia certo e vivo no rumo da querência.

Com efeito, o Chiru ia na frente, no tranco do picaço, furando com os olhos a treva cinzento-negra da madrugada de névoa, orgulhoso daquele

posto de honra que lhe dera o patrão. Era, apesar de muito moço, a confiança do velho Fidêncio. Morreria-lhe o pai o ano atrasado, e ele passou a ser o capataz, o faz-tudo da fazendola da Limeira, onde o dono quase não parava. Deixara o rancho com a mãe e instalara-se definitivamente na casa do patrão, tomando a si todo serviço. Pouco mais que adolescente, a vida do campo fizera-o homem depressa. Fidêncio estimava-o deveras, passando ao filho a velha gratidão que tivera ao pai, de quando andavam na revolução de 93, curtindo juntos as durezas da campanha, e onde fora por ele salvo, num entrevero, baleado na perna e destinado a morrer sob as patas dos cavalos, se o amigo o não tirasse na garupa. Morto o velho companheiro, que jamais juntara pecúlio, a proteção e a amizade reverteram ao filho, aquela amizade funda e concentrada, niveladora de peões e de patrões, criados nas mesmas lides, onde gradua, não o nascimento ou fortuna, mas o valor de cada um.

O Chiru ia pensando na sua vida. Tinha ainda que cangar duas juntas antes do inverno e debulhar as carradas de milho que estavam no girau do galpão pequeno.

Afora todo o trabalho do campo. Inda mais agora, com a compra das duzentas reses do Ferico. Gado lindo... Tudo pampa. Cada novilha de sobreano que dava gosto olhar-se. O patrão já dera ordem de ajustar mais um peão, que os dois que havia não davam conta do serviço. E ia passando em revista tudo o que havia a fazer, toda a sua vida simples e laboriosa, sem desvios nem ânsias perturbantes, onde mal aflorava uma ambição. Mais tarde, com certeza, assim que tivesse a sua juntinha de tambeiros, podia então, mesmo sem deixar a estância da Limeira, dar uma arrumação na vida. Essa "arrumação" era a Lavica... E ao pensar enchia-se-lhe o peito de uma onda doce. Ah! a Lavica... Como um homem se deixa bolear... A sua imaginação abria uma clareira na noite e, num retângulo do sol, via-a, todo o rosto trigueiro da chinoquinha inundado da luz dos olhos. Mais que os lábios úmidos, mais que o peitinho redondo de rola, mais que tudo nela, prendiam-no aqueles misteriosos olhos de mulher, onde havia o infinito e a suavidade das coxilhas, ora banhadas de sol, cantando de vida, ora imersas na saudade e no langor das noites enluaradas. Neles moravam todos os seus sonhos mal definidos e profundos. Queria-a e, pois, trabalharia para possuí-la. E uma doce certeza confortava-o.

Era só mais....

Aqui, porém, interrompeu as cismas. Pareceu-lhe ouvir adiante um ruído de metais, qualquer rumor abafado quebrando o silêncio, agora pressago e inquietador. Puxou a pistola para frente e foi seguindo, de ouvido atento, os olhos muito abertos para absorverem a luz escassa da noite nas pupilas dilatadas. Nada percebeu, no entanto, e foi avançando. – Raio de noite! Está que nem forno. – Cresceu-lhe à direita o vulto negro de uma reboleira de arbustos, e não a passara ainda, quando uma voz grossa e seca intimou:

– Faça alto, amigo!

E bem junto, como nascendo da treva, vultos de cavaleiros cercaram-no. Percebeu os reflexos frouxos de botões de metal em dólmas escuros. Sentiu um nó na garganta, as fontes latejaram-lhe e nos ouvidos rolava como um trovão de intermitências surdas.

– Não se mexa e diga quem é.

A hesitação foi rápida; aquela voz restituiu-lhe a calma. Num segundo lembrou os companheiros que se aproximavam do perigo sem suspeitar. Tinha que preveni-los. Viu o cano do revólver do guarda apontando-o. Talvez morresse, mas tinha que preveni-los. Foi levantando a mão direita, devagar, colada ao corpo; encontrou o cinto, apertou a coronha da pistola, o indicador tateava o gatilho.

– Fale, amigo, senão...

Torceu o cano para o lado e premeu o dedo. Uma linguazinha de chama relampejou, chamuscando-lhe os pelegos. O guarda, supondo-se alvejado, atirou também.

Era o quanto bastava. Prevenidos pelo duplo sinal, os contrabandistas executaram logo o preconcebido. O Zeca e o Osório, com os cargueiros, penderam por uma encosta, sem ruído, furtando a volta. Fidêncio e os outros infletiram à esquerda, coxilha acima, disparando as armas. Era a manobra de sempre. Os guardas seguiram a direção dos tiros, enquanto o contrabando mesmo, contornando, retomava longe o caminho, já à retaguarda do perigo, reaviado e certo no destino.

Fidêncio com os companheiros continuavam retirando. Diferenciava-se o estampido sonoro das Winchesters e a deflagração seca das Mausers da guarda, em tiroteio frouxo, ao acaso dos alvos móveis e indistintos, afastando-se dentro da noite.

Tênuas, começaram a dealbar no oriente as primeiras claridades do dia. Uma aura leve foi dispersando a névoa adormecida nas baixadas. Em pouco tempo surgiu o sol, longe na imensidão do horizonte, dourando a silhueta dos capões de mato que demoravam no campo como manchas escuras.

Arrastado pelo cavalo, Chiru ficara estendido num alto, os braços abertos e o rosto voltado para o céu. O primeiro raio de sol, tangenciando a lombada das coxilhas adormecidas, veio incidir-lhe na face, onde coagulara um fio de sangue.

Banhado daquela luz tépida, o gaúcho parecia apenas dormir, tão sereno tinha o rosto e tanto, para aquela alma nobre, era simples a lealdade e até mesmo a morte.

Os contrabandistas de Darcy Azambuja são fornecedores do comércio das vilas, dotados de “honra profissional”. O próprio nome do capitão do bando, Fidêncio Lopes, ecoa a idéia de fidelidade, de retidão, enquanto o sobrenome remete à Simões Lopes. Fidêncio é conhecido do comissário que o persegue e uma vez mais distinguem-se e opõem-se soldados e guarda, representando o embate entre uma prática honrada pelo pertencimento ao lugar e o exercício de uma tarefa estranha à organicidade local, profissionalizada, talvez revelando mesmo a origem do termo “guita”, que na gíria rio-platense contemporânea quer dizer dinheiro.

Segundo o conto, os contrabandistas não se intimidam com a perspectiva de enfrentamento, tinham se acostumado a lutar nas batalhas pelas fronteiras do Rio Grande. Desta forma, a fronteira encontra-se na origem do contrabando menos por representar uma alternativa de sobrevivência ou negócios “fáceis” do que por ter estimulado uma índole corajosa em seus habitantes. Há um deslizamento entre os termos contrabandista, fronteiro, soldado e gaúcho.

O bando de Fidêncio Lopes representa a população campeira: Zeca, Osório, o negro Bento e o castelhano Negrito têm por batedor Chirú. As mulheres, recorrentemente ausentes. A “democracia da estância” é afirmada com todas as letras e a fidelidade ganha contornos hereditários. É a honra do gaúcho, contrabandista ou não, na realidade, o ponto central dessa história, como nos revela seu desenlace: surpreendido pela guarda em meio a devaneios sobre seu futuro, Chirú não hesita em sacrificar-se, disparando para alertar aos companheiros. Vale observar que, na democracia da estância, quem morre é o índio: jovem

e herói, mas também dispensável. Fica em aberto quanto da honra campeira exaltada é registro, e quanto é proposta.

As muitas recorrências entre este conto e aquele escrito por Simões Lopes Neto sugere que ambos sejam lidos como “encarnações” dos personagens contrabandistas. Jango Jorge e Chirú vivem entre cavalos e homens, são mortos por desejarem o sedentarismo, por priorizarem a família e o grupo, em detrimento da sagacidade necessária a driblar as leis do Estado.

3.4. “OS CONTRABANDISTAS” DE MARIO ARREGUI

O uruguaio Mario Arregui (Trinidad, 1917-1985) relata, em *Os contrabandistas* ([1960] 2003), a tentativa frustrada de travessia do “fronteiriço Jaguarão” com contrabando para o Brasil. O percurso é o mesmo de Fidêncio Lopes, trilhando o Paso del Centurión.

Esse conto foi publicado no livro “Cavalos do amanhecer”. A edição aqui usada é da L&PM, de 2003. Outra versão da obra já havia aparecido em 1982, conforme relata enfaticamente seu tradutor, o escritor Sérgio Faraco:

tendo [em 1981] conhecido a ficção do uruguaio Mario Arregui, quis traduzir e publicar seus contos. Localizei o escritor e começamos a nos corresponder. Por insistência minha, ele lia os contos já vertidos. Dava sugestões, dirimia dúvidas, esclarecia passagens que, para mim, eram obscuras, um regime de colaboração que resultou em mais de cinquenta cartas entre Porto Alegre e Trinidad [...] [reunidas em ARREGUI; FARACO, 1990]. O livro foi publicado no Rio de Janeiro pela Editora Francisco Alves. Seguindo uma orientação da casa, esmerou-se o revisor na destruição de tudo aquilo que fora desveladamente construído. Para começar, você em lugar do tu, a varrer, nos diálogos campeiros. Às vezes o revisor se distraía, ou rendia-se ao hábito inculto do carioquismo: trocava o pronome e deixava o resto. E era só? Não. Sumariamente eliminados todos os guris das coxilhas sulinas para dar lugar ao garoto das areias copacabânicas. A ordem era acariocar, imposição do linguajar ex-metropolitano e decadente, atípico, a uma literatura cujo substrato é típico, provincial e muito mais cheio de vida. E ainda não era só: nem um, nem dois, mas dezenas de erros de má revisão ou de indigência vocabular, como pensar que percussor era cochilo datilográfico e emendar para percurso. (FARACO, 2004).

O tradutor defende sua obra e arremete contra a padronização de sua linguagem, em defesa do provincial e do típico, explicitando o conflito entre a “língua” regional e o português.

OS CONTRABANDISTAS

Mario Arregui, 1960

Cinco homens a cavalo, uma trintena de cavalos soltos e uma mula velha e cega estavam vadeando um rio. Era verão, meia tarde de um dia sereno e redondo.

Homens e cavalos cruzavam o rio, dos arbustos e juncais da margem esquerda para o matagal da margem oposta: era o fronteiro Jaguarão. O movimento do grupo se assemelhava a uma operação bélica e se cumpria sob o comando de Rulfo Alves, homem corpulento e de grande barba negra.

– Camba um pouco rio acima – gritou o chefe, com voz poderosa.

Montava um tostado alto e esguio e já se encontrava na metade da travessia. O rapaz que recebera a ordem esporeou seu zaino negro e avançou quase a galope, repartindo e levantando águas que o sol fez rebrilhar.

O Jaguarão é muito largo naquele lugar solitário. Quem o conhece sabe bem que, precisamente por ser largo, é raso no verão: as correntezas invernais formam remansos e bancos de areia que parecem pequenas pontes submersas.

– Não apura tanto, filho – gritou para o rapaz o velho da égua tordilha que encabeçava a marcha.

Muitos (a maioria) dos cavalos que referimos como *soltos*, para significar que não levavam ginetes, iam carregados com volumosas bolsas de couro amarradas com cinchas e peiteiras de sisal. Eram animais de todo tipo e pêlo, traziam buçais de tentos retorcidos e as colas bem compridas. Os outros, os que não levavam nem ginetes nem bolsas – os cavalos de muda dos contrabandistas –, eram, em geral, potros de boa estampa, não traziam buçais e suas colas, aparadas com certa uniformidade, mal roçavam na água.

Rulfo Alves olhou para Juan e Pedro Correa, os dois tapes que vinham bem atrás. Os inseparáveis irmãos Correa pareciam gêmeos, embora não o fossem, e montavam dois baios que pareciam irmãos, e talvez o fossem. Com uma corrente, Pedro puxava a mula velha e cega, que volta e meia empacava, medrosa de rio e arroio como qualquer mula.

– A vontade que eu tenho é de degolar essa mula – dissera ele, com acento fortemente abrasileirado.

– Se degolas a mula – acabava de dizer Juan, com acento igual –, Rulfo te degola.

– Não deixem que se espalhem – chegava-lhes a voz do chefe, como ricocheteando na superfície mansa e móvel do rio.

As grandes bolsas de couro cru, com o pêlo para dentro, periodicamente eram untadas por fora com graxa quente de rim, mas, ainda assim, Rulfo e seus homens zelavam para que não se molhassem demais. Naquele zelo colaboravam por instinto os cavalos, que caminhavam como tateando os bancos de areia (é sabido que todo cavalo nasce com aptidão para nadar, mas também com o desejo de não exercitá-la).

– Se esta puta não tivesse tanta serventia... – resmungou Pedro Correa. – Prende um mangaço nela, Juan!

Dotada de uma memória infalível e conhecedora às escuras de caminhos e sendas de uma vasta zona, inveteradamente receosa e dona de sentidos misteriosos criados ou aguçados pela abolição dos olhos (que Rulfo arrancara, anos antes, com uma faca em brasa), a mula, para os contrabandistas – sobretudo para o chefe –, era um auxiliar valiosíssimo nas noites mais tenebrosas. Parda, arratonada, jamais pelechava por completo, talvez por velha, talvez pelo fato de que as mulas guardam como soterrada ou dissimulada sua assombrosa vitalidade. Pouco se dava com os cavalos. Prendiam-na sempre com uma corrente, pois uma de suas manhas era mastigar as guascas até cortá-las.

Foi nulo o resultados dos muitos mangaços que lhe deu Juan Correa.

O velho da égua tordilha e os cavalos que ponteavam a marcha já se aproximavam da margem direita. O rapaz do zaino negro vinha amadrinhando metros atrás, águas abaixo. Alves mandou o velho ir atalhando ali mesmo e esperar um pouco. Queria que tornassem a juntar-se os cargueiros, conforme o costume (a cola do cavalo da frente atada no buçal do que vinha atrás), antes de atravessar o mato e tocá-los quase duas léguas por diante, cortando banhados e pajonais. Planejava chegar à noitinha numa região de cerros pedregosos, onde conhecia paradosos seguros, não longe de certo casario que possuía mulheres e onde talvez pudesse vender parte do profuso contrabando que trazia. Estava satisfeito. Acreditava que enganaria mais uma vez as patrulhas fronteiriças e seu grande e perigoso inimigo, Comissário Silveira. Conferiu a altura do sol, deu um giro com seu tostado e gritou aos irmãos Correa que se apressassem. Vendo que não venciam os medos e a teimosia da mula, ergueu-se nos estribos e soltou seu vozeirão:

– Um de vocês monte na mula!

Como um eco desse grito, o matagal da margem direita devolveu o matraquear seco e furioso das carabinas policiais que atiravam para matar.

O velho e o rapaz tombaram, feridos de morte, na primeira descarga. Alves precipitou seu cavalo para os lugares fundos e o obrigou a nadar de viés para os disparos, agarrando-se nas crinas e oculto atrás das paletas. Os irmãos saltaram de seus baios iguais e, agachados, maneados pela água e às vezes enterrando os pés na areia e no barro, correram para os juncais da margem esquerda. Os cavalos se detiveram, alguns caracolearam, murchando as orelhas, outros ameaçaram retroceder, mas sem demora a tropilha inteira e solidária reiniciou a marcha como se nada tivesse acontecido (provavelmente, todos ou quase todos já haviam escutado, mais de uma vez, detonações de armas de fogo). Ainda se faziam ouvir, menos unânimes, mais espaçados, os estrondos das invisíveis carabinas.

Várias balas mosquearam de branco o tostado do chefe, que pouco a pouco foi deixando de bracear e ficou boiando, afundando lentamente. Rulfo o abandonou e pôs-se a nadar na direção de uma ilhota próxima. Era bom nadador, escondia-se em compridos mergulhos.

Quase de bruços, escondidos entre juncos e espessos camalotes, Juan e Pedro viram na água o pipoquear das balas que buscavam Rulfo e observaram como todos os cavalos, inclusive os quatro encilhados, desapareciam um atrás do outro, no matagal da margem oposta. Divisavam também, um tanto vagamente, e sem avistar os policiais, a fumaça dos disparos, pequeninas nuvens brancas que se elevavam indecisas na tarde sem vento. As carabinas, por fim, emudeceram, e fez-se então um grande silêncio.

– Nos salvamos – disse Juan, com a voz desnecessariamente baixa.

– Será que vão cruzar o rio? – perguntou e perguntou-se Pedro.

– Eu digo que não. Aqui eles não mandam nada.

– Mas é melhor a gente dar o fora.

– E sem fazer barulho.

Ergueram-se um pouco para ver melhor. Nada de anormal puderam notar no matagal fronteiro. Viram os corpos meio submersos do velho e seu filho, decerto encalhados na areia, viram afastar-se águas abaixo, vagarosamente, a parte que flutuava do cavalo de Rulfo, viram um bando de pássaros atravessar o rio com uma curva ampla, em grande parte inútil.

Depois da violência, a paisagem agora com mortos exibia uma calma falsa, como hipócrita e ardilosa, que de algum modo eles perceberam e lhes provocou uma espécie de temor animal.

– Vamos embora – propôs de novo Pedro. – Os *policianos* foram pegar os cavalos... e quem garante que não vão voltar?

– Vamos – disse Juan.

Abandonaram o juncal e escorregaram por um barranco lateral, internando-se no mato, que ali era bem mais ralo. Caminhavam sem rumo certo, simplesmente distanciando-se daquele lugar. Intimamente se lamentavam por ter perdido, na precipitação, seus baios tão necessários.

– Eu digo que também mataram Rulfo – Disse Juan.

– Não pode ter escapado – concordou Pedro.

Tinham esquecido a mula ou não haviam pensado nela, mas sabiam que não podia estar longe. Pouca ou nenhuma surpresa lhes causou encontrá-la.

– Olha só a mula velha – disse Juan, parando.

– É mesmo, a mula – disse Pedro, e também parou.

A mula, de cabeça torcida para não pisar na corrente que arrastava, dava passinhos curtos e pastava com a tranqüilidade de um ser solitário sobre a terra, possuidor de um tempo ilimitado. Comia farejando uma e outra vez o pasto, a palha, os trevos doentes de sol, antes de arriscar a dentada. Juan e Pedro, sem saber por quê, pois só de estorvo lhes servia, alegraram-se ao vê-la.

– Ela sempre se sai com uma das suas – comentou Juan.

No mesmo instante a mula ergueu a cabeça e alertou as orelhas na direção de uma ponta de mato à esquerda dos irmãos. Eles olharam e viram aparecer Rulfo Alves.

– Rulfo! – exclamaram.

O corpulento chefe vinha cambaleando, havia sangue nas roupas encharcadas e rasgadas, sangue também na escorrida barba negra. Ofegava roucamente e borbulhas sanguinolentas cresciam e estalavam em sua boca. Deteve-se, pernas abertas, fitou primeiro a mula, depois os Correa. Uma intensidade arisca e com algo de vítreo dilatava os olhos dele. Por um momento deu a impressão de meditar, em seguida fez um gesto de mando, apontando a mula. E falou. Voz surda, mas autoritária. Pronunciou uma só palavra: as três sílabas do nome de um português largamente conhecido no pago, famoso por curar feridas com água fria e, principalmente, por sua habilidade na extração de balas com tenazes de arame ou *chamando-as* a ponta de faca.

Aquele mestre da cirurgia primitiva e da hidroterapia vivia num povoado como caído do céu, num sítio qualquer das solidões sulcadas pelo Jaguarão e seus afluentes, aproximadamente a cinco léguas do ponto em que se encontravam os três homens e a mula. Consideraram os Correa que a viagem seria longa e difícil, no melhor dos casos não terminaria antes da noite. Juan pensou também que pouco poderiam contar com os favores da lua demasiado nova.

Rulfo agarrou-se nas cruzes do arreio e empreendeu um salto que ficou pela metade. Acorreram os irmãos, pressurosos, ajudando-o a montar. Mal se acomodou, tombou sobre as crinas, vomitando sangue. A mula, paciente – ou indiferente –, não se moveu.

Juan despreendeu a corrente do buçal e com ela ligou, por baixo do peito do animal, os tornozelos do ferido. Agarrou o cabresto e deu um puxão:

– Toca, *vieja*.

A mula deu um passo, apenas um. O chefe entesou o corpo.

– Toca, *vieja* – repetiu Juan, sem resultado. – Dá-lhe, Pedro.

Pedro desembainhou o facão e deu-lhe um planchaço nas ancas. A mula deu um passo, depois outro; mais outro... E assim iniciou-se a viagem, lenta peregrinação cuja meta explícita era a casa do português, mas ao mesmo tempo, numa instância inevitável e também secreta, era uma longa viagem para a noite, uma viagem que talvez, em essência (e os irmãos o intuíram sem demora), fosse uma caminhada até o lugar prefixado onde a morte, quieta e de pé como as árvores do caminho, esperava pelo homem tempestuoso e temido que mais de um crime de sangue devia a cada lado da fronteira.

Imagens sucessivas podem resumir boa parte dessa viagem: a unidade Juan-mula-Pedro andando entre macegas, árvores petiças e arbustos de espinhos como agulhas, Rulfo inclinado no lombo da mula e os duros cascos dela removendo o pó da trilha e amassando as gramíneas secas, ao sol já quebrantado; Juan-mula-Pedro vadeando um arroio de água escassa e leito pedregoso, que desembocava, por sua vez, no Jaguarão, e, ao sol mais baixo, Rulfo tombado sobre as crinas, os cascos empinados da mula pisando com jeito uma encosta que também era empinada; Rulfo balançando-se e sua comprida sombra balançando-se bem mais, enquanto a mula avançava com cautela por um liso areal e Pedro golpeava-lhe as ancas com o facão; num cenário de esparsas pedras cinzentas, não muito grandes e em pé como homens, e de árvores altas em cujas copas modorravam os últimos clarões do sol, Juan puxando o cabresto e gritando pela vez milésima: “Toca, *vieja*”, e Rulfo Alves emergindo de seu mutismo para dizer, surpreendentemente, com voz precisa, não firme, mas bem modulada, um pouco zombeteira, um pouco vitoriosa:

– Eu já imaginava, Dom Luís, que andavas à minha procura.

Juan Correa ouviu muito bem a frase, mas custou a acreditar, a aceitar, a verdadeiramente ouvi-la. Não se atreveu a olhar para trás e até se preocupou em puxar com mais força o cabresto. Também compenetrava-se em caminhar em silêncio, em não repetir as palavras com que tantas vezes tinha instado a mula. Adivinhava, sem saber como, que Rulfo ia erguido, oscilando, os olhos extraviados, flutuantes, os braços como asas destroçadas e a cara...

– Não mente – era novamente a voz rouca de Rulfo. – E vai pra puta que te pariu!

Juan já não podia negar que ouvia e sentiu no seu íntimo uma espécie de rachadura. Conhecia a biografia do chefe e sabia pela metade, temendo saber tudo, que aquele Dom Luis era o velho Luís Medina, que Rulfo matara com duas punhaladas nas imediações do Arroio Yerbalito. Como para obrigá-lo a reconhecer aquele fato de pesadelo, a voz rouca fez-se ouvir, em tom conciliador:

– Sabes muito bem que não te matei pelas costas.⁸⁵

Juan estremeceu, fechou momentaneamente os olhos e quisera fechar também os ouvidos. Alguém ou alguma coisa respondeu, decerto o inaudível Luís Medina, pois Rulfo pareceu sorrir e concordou:

– *Bueno*, isso sim...

Seguramente houve outra réplica e Rulfo protestou, com energia desfalecente:

– Não, isso não!

Fez-se um silêncio que durou muitos metros do lento andar da mula. O homem que abria caminho não olhou para trás e continuou calado, alerta,

⁸⁵ Na edição da Ed. Francisco Alves, este trecho aparece assim:

“ – Eu calculava, Dom Luis, que andava a me procurar.

Juan Correa ouviu muito bem essa frase, mas custou a acreditar, a aceitar, a verdadeiramente ouvi-la. Não se atreveu a volver a cabeça e até se preocupou em puxar com mais força o buçal. Também compenetrava-se em caminhar em silêncio, em não repetir as palavras com que tantas vezes tinha instado a mula. Adivinhava, sem saber como, que Rulfo ia erguido, oscilando, os olhos extraviados, flutuantes, os braços como asas destroçadas, a cara...

– Não mente – era novamente a voz rouca de Rulfo. – E vai pra puta que o pariu.

Juan já não podia negar-se a ouvir e sentiu no seu íntimo uma espécie de rachadura. Conhecia a biografia do chefe e estava a saber pela metade, temendo saber tudo, que aquele Dom Luis era o velho Luis Medina que Rulfo matara com duas punhaladas nas imediações do arroio Yerbalito. Como para obrigá-lo a reconhecer este fato de pesadelo, a voz rouca fez-se ouvir, em tom conciliador:

– Bem sabe que não o matei pelas costas” (ARREGUI, 1982, p.28-29).

Pode-se observar que as duas versões mais se afastam nos trechos dialogados, pela supressão do “tu” sulino. Pode-se notar também que a denúncia do tradutor Sergio Faraco é bastante exagerada, ao menos no conto em pauta. Seus motivos parecem ser menos literários que políticos.

puxando forte e sem folga o cabresto. Avançavam entre pedras cinzentas e árvores altas. Estas, distantes umas das outras, só de longe em longe conseguiam tocar-se pelos ramos. A noite estava próxima, mas não descia sobre o mundo, brotava de dentro dele, enredando-se vagarosamente com os elementos da paisagem. E a mula, que por certo registrava essa aproximação, tornava-se cada vez mais lenta e desconfiada, mais pesada no cabresto... Gritos de pássaro – esses gritos desconsolados e anônimos que parecem rascar e até rachar um entardecer do agreste – começaram a cair como em rajadas das copas das árvores. Um desejo ocupava, quase por inteiro a alma do homem que abria caminho: não queria mais ouvir a voz de Rulfo Alves.

Esse desejo não se realizou e novamente Juan teve de ouvir a voz do chefe, alta e bastante clara no começo, depois trabalhosa, murmurante. Notou que Rulfo Alves ainda discutia com o velho Medina e falava depois com seu irmão Antônio Alves e seu amigo Vicente Suárez, o primeiro degolado, o segundo crivado de balas na penúltima guerra civil. Juan, mesmo querendo, não teria conseguido voltar a cabeça. Caminhava com um esforço desmedido de todos os músculos e como se tivesse de copiar cada movimento do movimento anterior. E enquanto isso a noite apertava a sua teia e ninguém senão ela era quem emudecia – de repente, como se os roubasse do mundo dos vivos – os invisíveis pássaros gritões. Juan se sentia condenado pela mão presa ao cabresto, sem possibilidade de soltá-lo, e pela curta distância imposta pelo comprimento de seu braço. A voz de Rulfo se levantava em escarcéus imprevisíveis, desfalecida em pausas, recomeçava inexoravelmente...

Aconteceu então que Juan, inconscientemente, começou a acrescentar coisas ao que dizia a voz, a inventar ou criar por sua própria conta a partir da confusão (dos gaguejos e pausas, sobretudo) do delirante monólogo. Assim, ouviu nomes próprios talvez não pronunciados, reconstruiu de qualquer maneira palavras rotas ou afogadas, completou arbitrariamente frases que se haviam truncado. O que em realidade escutou e o que acreditou escutar se enredaram num emaranhado indiscernível, e essa mistura foi somando interlocutores de vozes sem som ao entrevero de diálogos que era aquele monólogo, foi povoando com novos personagens o conclave de defuntos convocado pelo ferido. Acreditou perceber, ou imaginou, que à tumultuosa reunião concorria outro assassinado, Geraldino Moreira, desnucado por Rulfo com uma garrafada, na porta de uma taberna, e também o pai dos Alves, Miguel, que ele conhecera só de nome, e ainda uma mulher chamada Paula, que vivera alguns anos com o chefe, e um contrabandista, o negro Lorenzo, baleado pelos comandados do Comissário Silveira, e outro morto pela mão de Rulfo, o milico brasileiro por nome Dos Santos...

A noite, mais iminente do que em verdade chegada, era onipresente. Como todo homem, Juan Correa já sentira vertigens diante do vazio da noite, mas nunca o noturno tinha significado para ele o que significava agora: um modo de ser das coisas. Foi por isso, sem dúvida, que ver uma pedra (uma entre tantas, vários metros adiante) ameaçando deixar de ser pedra para ser Dom Luís Medina não o impressionou como demasiadamente sobrenatural. Era uma das muitas rochas comparáveis a sentinelas esquecidas e passivamente monstruosas, e se transformava, sem transformar-se inteiramente (como ocorre às vezes aos avatares dos sonhos), no ancião alto e de cara fechada e sem gestos que Rulfo despachara, numa ventosa noite de primavera, junto a um fogacho escondido entre os matos do Yerbalito. Juan puxava o cabresto quase com fúria, a velha mula avançava com sua má vontade de sempre... avançava como em outro mundo estrito e firme, bem diferente daquele que começava a desordenar-se nos olhos de seu condutor. O monólogo do chefe era agora um murmúrio que Juan talvez nem ouvia, e a pedra era e não era, era e deixava de ser e voltava a ser o alto e agora desenterrado Luís Medina,

esperando. A mula avançava... A pedra, de perto, era simplesmente uma das muitas pedras que se erguiam pelo caminho.

A pedra era apenas a pedra, mas nos ramos baixos de uma árvore parecia estar Geraldino Moreira, escondido. Sim, era ele, e se dobrava como um grande pássaro à espreita, espiando com olhos de vivo pelos buracos de sua caveira. Juan registrou em seu corpo os impactos do medo (sua alma já estava fechada a qualquer novo espanto), mas conseguiu desviar os olhos.

Desviou-os em vão: em pé, junto ao tronco de outra árvore e apoiada nele parecia estar, ou estava mesmo, Paula...

Juan, pernas frouxas, arrepios gelados nas vértebras, obrigou-se a contemplar o que seus olhos pensavam ver... Paula como desfigurada pelos vários anos de morta, um rancor já sem força nas pupilas de vidro opaco, uma pequena alegria maligna e um certo desvario coexistindo no rosto de nuanças terrosas, meio borradas.

Juan, às vezes tropeçando, puxava o cabresto.

Numa outra árvore reapareceu e logo se ocultou o sorrateiro Geraldino Moreira.

E outra pedra, por breve momento, transformou-se no velho Medina.

e passou rapidamente e tornou a passar, recortada nas primeiras sombras noturnas, ainda vagarosas, nebulosas, uma outra sombra mais nítida, mais sombra, que devia ser Vicente Suárez, o único amigo que Rulfo incluía em sua biografia.

e outra sombra delimitada, mas lenta, foi visivelmente Antonio Alves, sujeitando com ambas as mãos sua trôpega cabeça de degolado de orelha a orelha.

e outra foi o velho Miguel, o pai

e outra foi o negro Lorenzo, com seu andar alquebrado, incerto, de negro entrado em anos

e outra que surgiu impetuosamente e fugiu de um salto foi talvez o milico Dos Santos...

A noite cingia a paisagem e do murmúrio de Rulfo emergiam palavras soltas e dissociadas e como cheias de pavor, nomes próprios que gritava, imprecações e pedaços de imprecações...

O alucinado puxava o cabresto, a mula avançava com seus alheados passinhos matemáticos e suas sempiternas ganas de empacar.

Aos olhos de Juan, uma alta pedra cinzenta era novamente ou queria ser o velho Medina. E outra pedra mais baixa, também em pé como um homem, expunha em seu topo a cara amulatada e vingativa do milico brasileiro, e uma árvore falou, confusamente, e Paula reapareceu com sua máscara de louca e seu leve regozijo satânico, e uma pedra balbuciou uma injúria, e uma sombra disse algo, e outra sombra calada e parcimoniosa e severa foi Dom Miguel Alves em pessoa, e outra sombra apressada lançou gritos hostis...

O murmúrio do chefe parecia não ter fim e a noite cingia mais e mais a paisagem, cingindo também a turba de mortos em torno do homem que cabresteava a mula.

Giravam os mortos, giravam rondando e se atropelavam numa endemoniada desordem... E no meio daquele horror, como sonhando e sonhando-se e como se fosse ao mesmo tempo motor, espelho e carne de um sonho de febre alta, caminhava o alucinado Juan Correa.

Mas, subitamente, cessou tudo. Calou-se a voz de Rulfo, o mundo vibrou um instante, imobilizou-se e silenciou de modo estranho.

Uma faca, lançada de longe a uma tábua, crava-se com um golpe seco e vibrante, e ali permanece imóvel, como enterrada desde muito tempo. Algo parecido passou-se com o mundo, aos olhos e ouvidos do também imóvel Juan Correa. Uma paz terminativa e minuciosa, tão urgente que dir-se-ia instalada por um relâmpago secreto, cravou as coisas em si mesmas, reduziu-as à quietude e ao mutismo que lhes eram conaturais. Pedras e árvores deixaram de ser ou de arremedar ou de ocultar fantasmas.

As sombras voltaram a ser aquelas sombras gratas que nos verões dos matos, nos campos muito acidentados, nos cerros, iniciam a noite por conta própria. E a noite, embora ainda não o fosse (e fosse o último minuto do doce tempo de pausa que não é dela nem do dia), retrocedeu um pouco, deu um pequeno passo atrás, cedeu seu lugar àquela pausa belamente imprecisa. A paisagem inteira adquiriu uma serenidade desmedida, sobrepassando as possibilidades humanas de apreendê-la. Aquele mesmo sossego, aquela nobreza fora de escala, parecia corresponder misteriosamente a profundas pulsações da terra e à recuperada dimensão do céu, e roçar ou tocar, por fim, na mula agora imóvel (“E ela sempre se sai com uma das suas”, dissera um dos Correa) e no corpo e na alma de Juan Correa. O mundo era também mais claro. Recém agora via Juan um fragmento de lua, nitidamente, com uma proximidade bem mais amistosa do que aquela aparentada por outros elementos da paisagem. E olhou para trás.

Juan se volta e vê então algo que sabe que vai ver: o chefe está morto, tombado sobre o pescoço da mula com a gravidade totalitária dos defuntos. Mas também percebe, na claridade difusa, algo de todo imprevisto: seu irmão Pedro, com os olhos baixos, certo ar de homem atarefado, está limpando a faca na anca peluda da mula.

– Pedro! – exclama Juan.

Pedro ergue os olhos.

– Mas Pedro... – torna e reprova Juan.

Pedro Correa olha para a faca, já vai guardá-la e diz:

– Não tinha jeito. Se não o tranqüilizo, ele nos enlouquece os dois...

O conto, escrito em 1960, apresenta grande mescla de referências: os irmãos Correa são descritos como tapes e falam espanhol com sotaque abrasileirado, o curandeiro português mora em terras uruguaias, a identidade nacional dos personagens principais é atribuída pelo leitor. Brasil e Uruguai não são mencionados, ainda que a fronteira esteja muito presente. Além disso, as margens do Jaguarão estão invertidas, já que os contrabandistas uruguaios partem da margem esquerda/Uruguai ao encontro dos soldados do comissário Silveira na margem direita/Brasil, o que não corresponde à geografia factual. (Fig. 22).

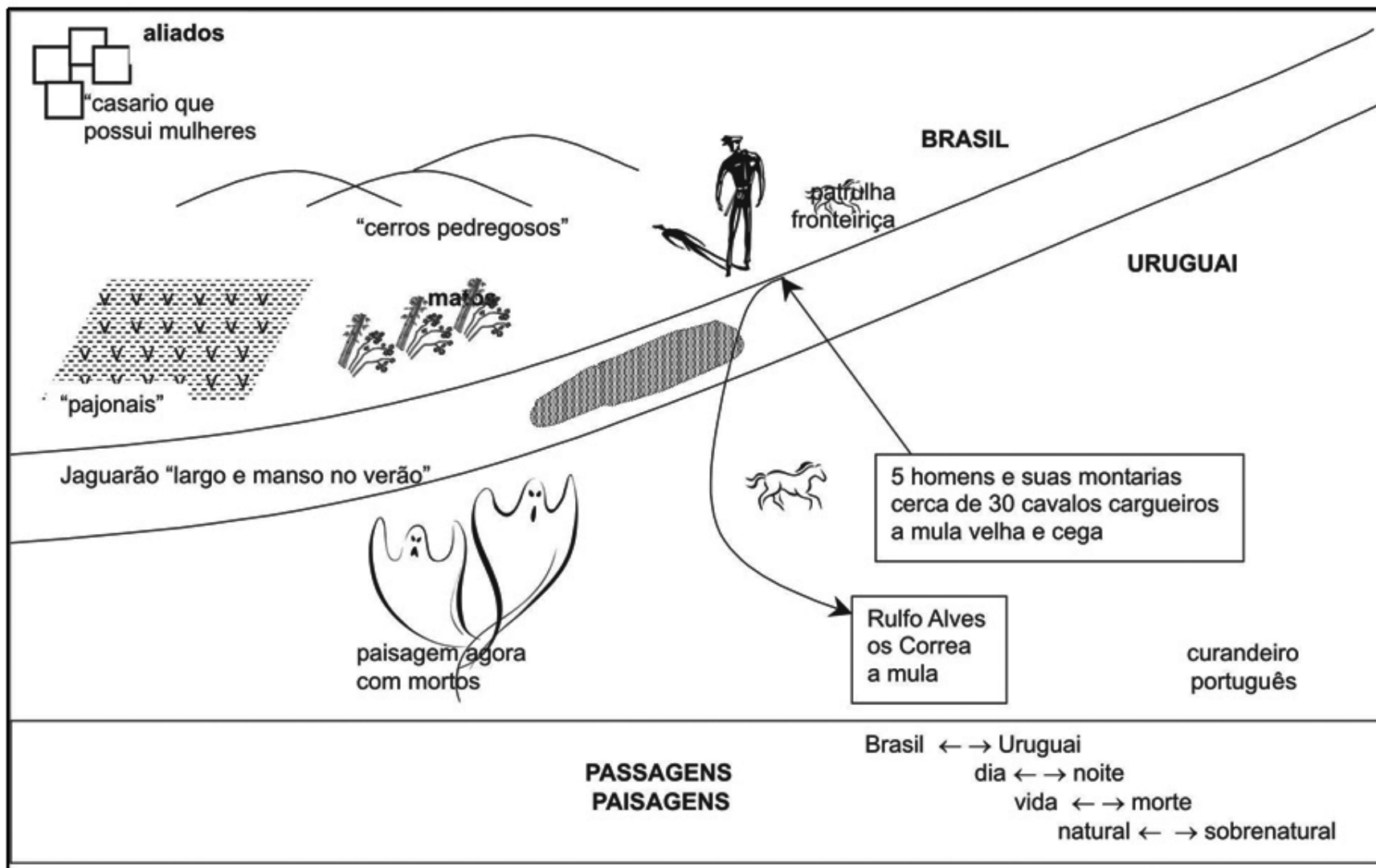


FIGURA 22: Paso del Centurión: esquema das pa(i/s)sagens em "Contrabandistas".

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman com base em ARREGUI ([1960] 2003).

A história divide-se em dois momentos: primeiro apresentam-se informações minuciosas sobre as técnicas de organização de uma caravana, uma descrição bem focada no factual e no local. Ao tocarem a margem direita, os contrabandistas são recebidos com tiros, morrendo o velho e o rapaz, Rulfo⁸⁶ ferindo-se gravemente.

Inaugura-se a segunda parte do conto, em que o sobrenatural vai tomando conta da “paisagem agora com mortos” (ARREGUI, [1960] 2003, p.36), e a temática é menos *ortgebunden* (MORETTI, 2003), menos presa ao lugar. Numa jornada rumo a “um povoado como caído do céu”, em direção à casa do curandeiro, a distância vai-se pouco a pouco povoando dos fantasmas do passado do moribundo, rumo ao lugar onde a morte espera.

A riqueza de detalhes verídicos oferecida pela descrição inicial reforça a verossimilhança da fantasmagoria que se descortina nessa jornada por mundos sobrepostos, onde o que se move é o espaço e não o tempo. O caráter documental da primeira parte coloca-se a serviço da narrativa, invertendo a hierarquia presente no “Contrabandista” de Simões Lopes Neto. Pedras e árvores transformam-se, para Juan Correa, nos mortos do passado de Rulfo Alves, até que seu irmão dá cabo do chefe.

A caminhada pelo entardecer não informa muito sobre o ofício de contrabandista, mas faz da fronteira internacional uma metáfora para a morte, dando à paisagem um caráter sobrenatural e reforçando o papel dos contrabandistas como mediadores, *pasadores*, ora de mercadorias, ora entre vivos e mortos.

Apesar de o conto priorizar o fantástico, há nele interessantes percepções sobre o espaço fronteiro. Por exemplo, o fato de a fronteira ser desenhada por um rio não traz maiores dificuldades à sua travessia, ao menos por homens a pé ou a cavalo e o conceito de fronteira natural é relativizado pelos conhecedores do lugar.

No alinhamento dos contos, temos mais uma versão do relato da operação quase bélica de homens e cavalos, irmanados na condição fronteira e opostos aos representantes da aduana. Desta vez, no entanto, o medo e o horror à morte substituem à honra e à fidelidade familiar. O gaúcho heróico é substituído por uma figura cruel e gananciosa.

⁸⁶ O nome parece ser uma saudação a Juan Rulfo (1917-1986) destacado escritor mexicano cujas obras *El llano en llamas* e *Pedro Páramo* são apontadas como precursoras do realismo fantástico e das crônicas dos deserdados.

3.5. “GUAPEAR COM FRANGOS” DE SERGIO FARACO

“Guapear com frangos”, de Sérgio Faraco (Alegrete, 1940), trata de dar destino ao corpo de um contrabandista morto no ofício e aqui também um homem é obrigado a cavalgar com a morte. Foi escrito pelo tradutor de Mario Arregui, que radicaliza a linguagem já no título, abandonando as variações “Contrabandista”, “Contrabando”, “Os contrabandistas” e partindo para a língua regional com um título nada explícito.

O autor é muito produtivo, traduziu vários autores uruguaios e argentinos, publica desde manuais de xadrez até biografias, passando por estudos críticos de Shakespeare. Ele escreveu vários contos de contrabando e fronteira, como “Travessia”, “O vôo da garça pequena” e “A voz do coração”. Também escreve “literatura urbana”.

Cabe citar Guilhermino César para comparar os contos acima com os textos que seguem. O crítico identifica duas fases no regionalismo literário gaúcho: na primeira, os clássicos do gênero “trazem-nos o camponês rio-grandense à moda gaúcha, heróico e fanfarrão mesmo na sua miséria”; na segunda, o protagonista, “semi-proletário rural [...], percorre os livros dos autores rio-grandenses a pé e desencantado” (1994, p.37)⁸⁷.

GUAPEAR COM FRANGOS

Sergio Faraco, 1986

Quando o tropeiro Guido Sarasua morreu afogado, aquele López foi um dos que tresnoitaram o Ibicuí rio abaixo e rio acima, na obrigação de não deixar corpo de homem sem velório. Chovera demasiado nos primeiros dias de novembro, as águas se engaruparam nas areias, fazendo espalho nos baixios, corredeiras em grotões que davam voltas e iam alcançar mais adiante o rio, se entreverando nele com guascaços de espuma, marolas caborteiras e um rumor de tropa sob a terra. Desmerecendo o aconselho da razão, aventurara-se o Sarasua à louca travessia e agora jazia debaixo daquele aguaçal endemoniado, pasto e repasto num farrancho de traíras. Encontraram a canoa de borco, presa nos galhos de um salgueiro, e assim começou o resgate em que figuravam aquele López e mais certo Honorato pescador e mais um chacreiro e seu filho maior e outros que não vêm ao caso.

Dois dias se passaram com os homens lancheando o rio até a barra do Ibicuí e volvendo despacito, chuleando o corpo na corrente e naquele mar dentro do mato. Na manhã do terceiro dia, ao botar a lancha n'água, o filho do chacreiro avistou algo que parecia um tronco a resvalar na

⁸⁷ Há aqui também uma referência ao texto “Os fundamentos do regionalismo”, de Dyonélio Machado (*Província de São Pedro*, n.2, p.128).

correnteza. "Olha o morto", gritou o guri. Estavam perto do remanso onde fora achado o bote. Decerto enredado, só agora Guido Sarasua se libertara de sua prisão de água e singrava para o rio maior, sereno, soerguido, solene com um buque de oceano.

Os homens laçaram o corpo e o trouxeram. Deitaram-no em lugar seco e foram reunir-se ao longe para decidir se enterravam ali mesmo – tal o estado em que se encontrava – ou levavam à família. Guido Sarasua, quase sentado em sua rigidez de morto velho, parecia querer ouvir a discussão de seu destino e fitar os homens com os buracos dos olhos comidos pelos peixes. O sol pegava de viés no seu costado e ele parecia mais inchado, mais verde, tão decomposto que o filho do chacreiro, a vinte braças, vomitou três vezes. Os mais velhos, não: já haviam laçado outros mortos naquelas e noutras águas, já não se achicavam no primeiro bafo da podridão. E foi por isso que, num acordo que lhes pareceu decente e respeitador, resolveram que o morto não podia ser entregue aos bichos sem os recomendos do padre e uma vela que alumiasse os repechos do céu.

Honorato lancheava o corpo até o aberto onde haviam arrinconado os cavalos, o chacreiro enviava um próprio à família, o guri ia ao povo cabrestear o padre, e assim foram repartindo os serviços, e assim, àquele López, tocou-lhe repontar o desinfeliz tropeiro, no último estirão de sua triste volta para casa.

De retorno ao paradoro dos cavalos, partiu cada qual com seu mandato e ficou-se solo o López com seu morto.

– Fodeu-se o viejo Sarasua – murmurou.

A faconços, atacou um amarilho de bom porte e quitou dele uma forquilha, cuja ponta apresilhou no arreio de seu baio. Com um galho menor e o cordame que lhe emprestara o pescador, fechou e apequenou o triângulo das varas que iam de arrasto – zorra meio achambonada que, na circunstância, resultava ao contento. Perto, atropelado pelas moscas, o Sarasua apodrecia, López precisou trancar a respiração para erguer o corpo e sentá-lo na travessa da forquilha. Terminou de amarrá-lo e se afastou, pálido, suando frio na testa e nas mãos. Acendeu um cigarro, pela folharada no alto do arvoredado esteve um tempo a vigiar o vento, o preguiçoso vento de uma manhã que se anunciava luminosa e escaldante. Com o mato alagado, adiante a areia já secando, fofa, com a ressolana e o tranco de cortejo, a viagem ia pedir mais do que duas horas, razão bastante para acomodar seu rumo a contravento.

Partiu com o baio a passo, cruzando braços de rio, rasas lagoas, areais, o galharedo se enganchava no cordame e ele precisava desmontar, tocar no corpo, vez por outra erguê-lo, sacudi-lo. Nem deixara ainda os sítios inundados quando lhe escapou um gemido. Apeou-se, correu até um pequeno descampado e chegou já vomitando. Sentou-se por ali, arreliado consigo mesmo. Na sua lida diária, de tropeadas secretas que varavam alambrados, de furtivas travessias do grande rio que corria em cima da fronteira, na sua lida de partilhas, miséria, punhaladas e panos ensangüentados, via a morte e a corrupção do corpo como outro mal qualquer, como os estancieiros, a polícia, fuzileiros e fiscais de mato, não podia aceitar que numa viagem de paz viesse a ter enjões de chininha preta. E cismava e se demorava na clareira, fumava outro cigarro quando um relincho esquisito do baio e um ruído arrastado e outro relincho o despertaram daquelas sombrias rumações. Correu de facão em punho e aos gritos espantou o tatu que fuçava nos restos do tropeiro. Sempre chegou tarde. Feroz arranhador de caixões nos cemitérios campeiros, o rabo-mole não poupava o Sarasua, saqueando pedaços do ventre, alguma carne do pescoço, e da sobra cuidava o mosqueiro.

López montou de um salto e tocou o baio quase a trote pelo caminho que escolhera entre o matagal, contrariando o ventinho molengão. Não se animava a olhar para trás, não queria ver o corpo dilacerado e também achava que, olhando, ia padecer demais a danação daquele cheiro. Agora reinava o sol de pico, o arvoredado sombreando curto e o baio

assoleado a tropicar. López fumava sem parar para tramear o olfato, tentava distrair-se com pensamentos pueris e no meio deles se intrometiam odores de mornura adocicada. E ele voltava a pensar, a perguntar-se, logo ele, que não tinha o costume de se quedar cismando, imaginando coisas, como os doutores, os preguiçosos e os jacarés.

De sua inquietude participava o cavalo, sempre a cabecear, trocar orelhas, de quando em quando um nitrido baixo, ameaçador. Outros tatus? Algum graxaim faminto na retaguarda do cortejo? López sujeitou o cavalo, ouviu o rebuliço de pequenos animais pela ramaria. Desmontou, viu que o Sarasua, depois do papa-defunto ou de outros bichos cujo assédio lhe escapara, trazia uma cova na barriga e parte do costilhar já bem exposta. Outra golfada de vômito e, sentindo que perdia a visão e o equilíbrio, afastou-se com passos trôpegos, foi parar lá longe num montículo de areia onde despontava uma sina-sina. Lá o vento favorecia e não sentia cheiro algum, de lá podia ver o baio, o corpo, vigiar e proteger sua carga. Tirou a camisa, enxugou o suor que lhe escorria pela testa e lhe salgava os olhos. O mato era um grande forno verde e a areia já queimava no contato com a pele. López via o baio com as virilhas encharcadas, abanando em desespero a comprida cola para espantar a mutucagem, e figurou que naquela altura, sem ser movimentado, o corpo de Guido Sarasua estaria coberto de centenas, milhares de grandes e médias e pequenas moscas. Pensou em desatrelar o cavalo e partir a galope, emborrachar-se no primeiro bolicho do caminho. Mas não, não ia fazer esse papel de maula. Era um pobre-diabo como todos os tropeiros, chibeiros, pescadores e ladrões de gado daquela fronteira triste, mas jamais faltara à palavra empenhada. Prometera levar o corpo e trataria de levá-lo, ainda que tivesse de vomitar o próprio bucho. Ou de guapear com os bichos. Sim, porque vira uma sombra na areia. No céu, um corvo espreitava o cadáver de Guido Sarasua.

López quis levantar-se, suas pernas vacilaram, e ao menor movimento o estômago se embrulhava. Firmou a vista na direção da carga, o baio abanava a cola, pateava. Passou um segundo corvo em vôo rasante, sumiu atrás das árvores, e era este o batedor mais avançado, o outro permanecia dando voltas, agora mais baixas e menores. López pegou o revólver. Quando o batedor reapareceu ele fez pontaria, ia atirar, perdeu-o atrás do arvoredado. Quedou-se imóvel, cuidando, o baio outra vez se arreliaava, deu dois nitridos curtos, raivosos. López ergueu-se, sentiu uma tonteira, uma zumbeira no ouvido, começou a andar e andava mais depressa e prendia a respiração, chegou quase correndo e montou mal, precisou se pendurar nas crinas para pôr-se às direitas no arreio.

O sol do meio-dia abrasava-lhe o pescoço, os ombros nus. López cavalgava com a camisa no nariz e ansiava outra vez por vomitar. Viu de longe, no campo, duas arvorezinhas gêmeas, e disse consigo que não vomitaria antes de alcançá-las. Trezentos metros, quatrocentos talvez, o baio avançava com dificuldade, enterrando as patas na areia, e López ouvia o zumbido infernal como pendurado ao pé da orelha. Que restaria de Guido Sarasua? E restaria alguma coisa para encaixotar debaixo de uma vela? Voltou-se de viés, como para espiar antes de ver. E viu que o bicharedo tinha lidado a capricho enquanto estivera a tomar um alce debaixo da sina-sina. Guido Sarasua era agora um par de pernas despedaçadas, um grande buraco negro das costelas para baixo, e ali se moviam, uns sobre os outros, em camadas, moscas, formigas, vermes e uma profusão de insetos. López saltou do cavalo e abancou-se a dar de camisa no que sobrava do tropeiro. E gritava e voltava a guasquear o corpo, as moscas esvoaçavam em torno de seus pés, de sua cabeça, batendo em seus ouvidos e seu rosto. Alucinado, puxou o revólver, disparou a esmo e o tiro como o despertou. Pálido, boca aberta, começou a recuar, caiu, levantou-se, tornou a recuar, cambaleando, o vômito lhe saía quase sem esforço, descendo pelo queixo, pelo peito. Recuou até sentir que não podia recuar mais, que suas forças se esvaíam, e então caiu, sentindo a areia a arder e a grudar nas costas nuas.

O imenso céu azul ao redor, que via através de uma teia de fibrilações, e novas sombras que lhe cruzavam por cima. Moveu a cabeça e avistou, não longe, aboletado num galho rasteiro e como se soubesse não ter adversários, um enorme corvo negro. Laboriosamente, ofegando, pôs-se de bruços. Apoiou os cotovelos na areia, apertou o revólver com as duas mãos e disparou. A ave tombou, recompôs-se, deu um salto e caiu novamente, a cabeça entre as patas e as compridas asas a bater. López suspirou, deitou a cabeça no braço, seu corpo arqueou-se para um inesperado vômito, mas nada mais havia para vomitar e de suas entranhas brotou um ruído metálico. E uma vertigem que não se acabava. E calafrios. Pensou que precisava erguer-se e o corpo negaceava, os olhos já não se abriam e a cabeça teimava em passarinhar idéias. Fez ainda um supremo esforço, mas os pensamentos se enredavam, fugiam, e antes do desmaio ouviu confusamente, como dentro da cabeça, um relincho feroz, um fragor de patas, e depois não ouviu mais nada.

Por menos de hora esteve aquele López como ausente do mundo, mas ao despertar teve a impressão de que se haviam passado dias, semanas, talvez anos. Deu fé, primeiro, de seu peito ardido. Em seguida, a memória de um cheiro, a memória de um medo e outras memórias e outros medos. Levou a mão à cintura, e não encontrando o revólver pensou-se desamparado, perdido. Tateou a guaiaca, os flancos do corpo, localizou-o no chão a dois palmos do nariz. Pegou a arma e, lentamente, como se vigiado por mil olhos, ergueu o rosto e espiou ao redor. Longe, além das arvorezinhas gêmeas, lá estava o baio tranqüilo a pastar. Mantinha a forquilha pendurada, mas do corpo nem sinal. López lembrou-se do galope que ouvira e pôde reconstituir a cena: o cavalo disparando, a forquilha aos solavancos, o corpo de Guido Sarasua sendo projetado e volcando no chão. Com preocupação crescente seu olhar transferiu-se do campo para o fim do mato, entre as areias. Nada viu, mas ouviu um rumorejar, algo entre o murmúrio e o espanejar de sedas. Custou a identificá-lo, embora habituado àquela espécie de retouço, tipo bando de china em festo. Era o banquete. López sentou-se, apertando os lábios. De seus olhos saltaram grossas lágrimas que correram junto do nariz e hesitaram na saliência dos lábios, perlando. Passou por ali a língua seca, como a revitalizar-se em seu próprio sentimento. Levantou-se, por fim, descortinando a cercania. No fim do mato, uma dúzia de aves disputava postas de carne escura e ele partiu para lá, cambaleando, o revólver preso nas duas mãos. Alguns corvos se abalançaram naquele grotesco galope com que alçam vôo, os outros ainda se atracavam na carniça quando ele começou a atirar. Quatro disparos compassados, quatro balas perdidas, e as aves se alçaram todas numa súbita revoadada de asas e crocitos. Todas menos uma, aquele carneiro que tentou voar e, de tão pesado, se escarranchou numa ramada. López aproximou-se com surpreendente rapidez e o agarrou. Quis matá-lo pelo bico, esgarçando-o, o corvo se debatia e as garras vinham ferir seus braços, seu peito e até seu rosto. Tomou do pescoço, então, para quebrá-lo, e ao sentir numa só mão o peso inteiro, fraquejou e o bicho escapuliu, meteu-se na mesma ramada onde pouco antes tombara. López fitou-o, fitou o bando que, no céu, persistia em cercana e aplicada vigilância. E eram já mais numerosos, e já vinham outros voando baixo, e outros apareciam pousados em galhos bem próximos, silenciosos, pacientes. O cerco se fechava, e López, por caminhos tortuosos de seu pensamento, logrou suspeitar que os bichos tinham vencido. Procurou a camisa, vestiu-a, deu uma espiada no corvo que, sorrateiro, tentava mudar de ramada. Não, não se considerava derrotado ou covarde. Era a lei, pensava, e pelear com aqueles frangos negros não ia mudar coisa alguma. E era a mesma lei que reinava em sua vida e na vida de seus conhecidos. Todo mundo se ajudava, claro, mas quando alguém morria os outros iam chegando para a partilha dos deixados. Peixes, moscas, tatus, ratos, aves carneiras comiam a bucho, as coxas e os bagos de Guido Sarasua. Os companheiros levavam do morto uma cadeira, uma bacia, um par de alpargatas pouco usadas, um

ficava com a cama, outro com a mulher, e a miuçalha, como a ossada de uma carniça, ia se extraviando ao deus-dará. De que adiantava guapear com os bichos? Aproximou-se do corpo estraçalhado. De Guido Sarasua ainda sobravam algumas carnes, protegidas pelas costelas e outros ossos maiores – o bastante para um bando de urubus famintos. Desembainhou o facão.

– Me desculpa, índio velho.

E como quem parte uma acha de lenha, curvou-se sobre o Sarasua e abriu-lhe o osso do peito ao meio.

Em mais um conto de terror, Guido Sarasua morre ao insistir em cruzar o rio Ibicuí na enchente. Seus parceiros procuram-no pela “obrigação de não deixar corpo de homem sem velório”, até encontrar sua canoa presa nos galhos de um salgueiro (talvez daí venha o nome *sarasua*, “lugar dos salgueiros” em basco). López é encarregado de levar o corpo até a casa do morto. A missão revela-se impossível, pois o cadáver é destroçado por animais em busca de alimento. Assim, López vai abandonando a moral ao longo do caminho que não chega a concluir.

Num primeiro momento, a opinião de López – ecoando o senso comum – é de que não se pode deixar um corpo sem enterro. No início da jornada, a primeira náusea é rejeitada como “enjôo de chininha prena”, já que a morte não se distinguiria de outros males, como os “estancieiros, a polícia, fuzileiros e fiscais do mato”.

Em seguida, abalado pelo mal-estar e pela morbidez excessiva provocada pelos sucessivos avanços dos carniceiros (tornando a narrativa quase insuportável), López argumenta de si para si sobre a importância da honra. Até que, depois de perder as forças e recuperá-las, López curva-se sobre o Sarasua e quebra o osso que protegia as últimas carnes do cadáver. Esse gesto vem acompanhado da constatação de que há uma semelhança entre a rapina de animais e a dos humanos.

No conto há três progressões simultâneas: a da paisagem, do mais úmido ao mais seco, do rio em direção ao povoado; a da moral, que vai da afirmação dos preceitos religiosos à aceitação da cadeia alimentar; e dos corpos, o morto literalmente se despedaçando e López, de náusea em náusea, abandonando crenças (Fig. 23).

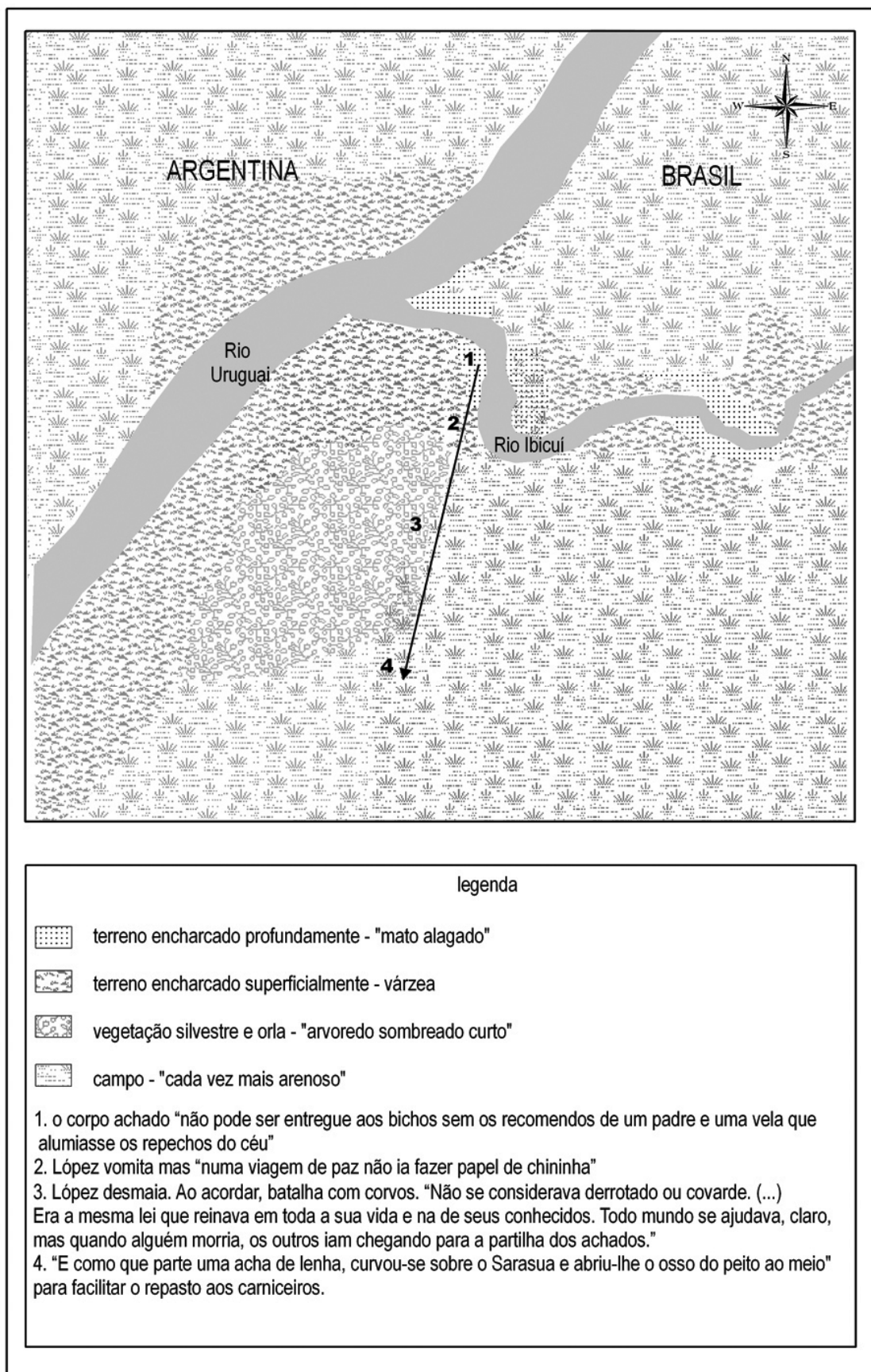


FIGURA 23: Foz do Ibicuí: mapa do percurso de López e do defunto Sarasua.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman a partir de FARACO, [1986] 2000. Tratamento de Circe Dietz.

No conto de Faraco, o corpo volta à natureza e guapear com frangos – isto é, combater corvos e urubus – é guerra perdida. A moral é uma circunstância, bem menos absoluta que aquela que custara a vida ao Chirú de Darcy Azambuja. A paisagem fica gradativamente mais inóspita, os corpos se desfazem, e com eles a honra. Novamente, os contrabandistas constituem-se nos intermediários. Entre a cultura e a natureza, a integridade dos corpos e sua dilaceração, entre a vida e a morte, os passadores ativam a paisagem humanizada com suas práticas.

“A tragédia do corpo” já aparecera no “Contrabandista” de Lopes Neto, antes de tornar-se o tema central em “Guapear com frangos”, e remete à Antígona de Sófocles, que no século V a.C. “desobedece pela justiça e pela verdade” (FRAISSE, 1997, p.49), aquela que luta para dar um destino ao corpo do irmão Polinices, honrando o morto com os funerais que lhe garantiriam baixar ao Hades, a morada dos mortos.⁸⁸ Assim, articulam-se conto-*causo*-mito, conforme desenvolvemos no capítulo 2.

Essa obra é freqüentemente interpretada como a representação do conflito entre a lei natural (da família ou dos deuses), defendida por Antígona, e a lei do estado, pontificada por Creonte. O contrabandista é um contraventor frente à lei do estado, mas, por outro ângulo, pode ser visto como um defensor da sobrevivência de sua família ou, como é usual formular na fronteira, sua ação pode ser ilegal, mas é legítima. A restituição do corpo à família encena a devolução da honra ao contrabandista e, conseqüentemente, à comunidade local. No entanto, López é forçado a dar-se conta que, maior que a lei do Estado e que a lei dos homens é a ordem das cheias dos rios e dos animais carniceiros, a mais natural das leis.

⁸⁸ “Pois não ditou Creonte que se desse a honra / da sepultura a um de nossos dois irmãos / enquanto a nega ao outro? Dizem que mandou / proporcionarem justos funerais a Etéocles – com a intenção de assegurar-lhe no além-tumulo / a reverência da legião de mortos; dizem, também, que proclamou a todos os tebanos / a interdição de sepultarem ou sequer / chorarem o desventurado Polinices: / sem uma lágrima, o cadáver insepulto / irá deliciar as aves carniceiras / que hão de banquetear-se no feliz achado” (SOFOCLES, 1998, p.23-34). Além da coincidência do tema, imagens como a recepção entre os mortos e o banquete das aves de rapina respaldam essa analogia.

3.6. “O SULQUE DE RODAS VERMELHAS” DE ALDYR GARCIA SCHLEE

Aldyr Garcia Schlee nasceu em Jaguarão em 1934, e tem produzido contos sobre “o júbilo dos deserdados, o regozijo dos esquecidos”, quase sempre os pobres e os muito pobres da fronteira (SCHLEE, 1999, p. 5). Ele posiciona sua obra na comarca do pampa, ao afirmar que seu livro *Linha Divisória* contém *cuentos puebleros*, de literatura “brasileira, mas, antes, gaúcha [...] um pouco uruguaia nos temas e na amplitude geográfica” (p. VII), nem bem campeiros ou *criollos* nem propriamente urbanos. Os livros de Aldyr Schlee circulam também em espanhol, em versões feitas pelo autor mesmo, que também traduziu clássicos argentinos e uruguaios como o *Facundo*, de Domingos Faustino Sarmiento e *Pátria uruguaia*, de Acevedo Diaz, além de verter contos de João Simões Lopes Neto para o espanhol.

Em sua obra há histórias sobre sotaques e vocabulário, sobre as relações amistosas entre brasileiros e uruguaios, sobre ciganos fronteiriços, sobre passadores no rio etc. A escrita de Aldyr Schlee orienta-se pela busca do relato oral, pelo registro das vidas comuns.

O SULQUE DE RODAS VERMELHAS

Aldyr Schlee, 1988

As quitandeiras vinham todos os sábados, instaladas em bolantas, faétons ou sulques, ou sentadas de lado em cavalos cheios de penduricalhos, enfiadas, pencas, cestas, sacos, sacolas, aves, ovos e espigas. Algumas atravessavam a ponte para oferecer seus produtos do lado de cá, quase todas permaneciam sob os primeiros mais altos arcos da rampa que leva ao Río Branco. As que se bandeavam tinham fregueses certos, conhecidos, compadres, levavam os filhos junto para a benção e voltavam com açúcar, farinha, café e alguns trocados. As que ficavam sob a ponte, na sombra aliviavam os cavalos, espalhavam em volta o que tinham à venda, e aproveitavam para tirar uma tora enquanto não chegavam os primeiros compradores. Ou alguma mutuca renitente.

Doña Lydia era quitandeira uruguaia, de voz alta, esganiçada, mas baixota, gorda, mulher de mais de seis ou sete arrobas, viúva que nem gostava de se lembrar do seu marido, brasileiro e bêbado, morto em bochincho, depois de levar uma tunda tuzina de rebenque. Ela ficara com seis filhos para sustentar, escada de um a sete anos – fora um que morrera de coqueluche e que então estaria com cinco. Dos seis, tinha colocado a menina mais velha na casa da madrinha, dera o mais pequeno para um vizinho criar, e vivia com quatro num rancho, a légua e meia da Cuchilla, criando galinha, plantando milho e abóbora, engordando a porca com os leitões.

Comprar um sulque era a maior ambição de Doña Lydia. Um sulque de altas rodas vermelhas, pretinho, puxado pelo cavalo manso que carregava a pipa. Um sulque que a levasse a Río Branco e que pudesse atravessar a ponte até Jaguarão, carregando mais, tanto na ida com os

frutos que vendia, como na volta com os mantimentos que comprava. Era nessa compra e venda que ela depositava suas esperanças de ter o carrinho, a “aranha”, como se chamava no Brasil... Sempre vender mais um pouco do que comprar e guardar mais esse um pouco, sempre...

De guaiaca em punho, enquanto contava os reales e juntava os pesos e imaginava o sulque, Doña Lydia aliviava o surrão no rancho, trazendo os quatro filhos de cinto apertado, a ração contada: café amargo, bolacha de barrica, charque, arroz-de-carreteiro. Só fazia pão uma vez por mês, não tinha vaca de leite, e o resto – mogango, abóbora, milho, galinha, ovo, laranja, limão, não era para comer: era para vender.

Sabia que os guris até furavam casca de ovo com alfinete para chupar, e que roubavam limão ou laranja de vez em quando. Naranja, como ele dizia, misturando português e castelhano. Mas fazia que não via. E ficava com muita lástima deles, sujeitos àquilo. E, de noite, desconjurava o pai dos filhos pela miséria em que os deixara, e rezava forte, pedindo perdão a Deus, explicando que só queria o bem de todos, precisava do sulque, estava ficando velha, gorda, nem escanchada se ajeitava mais no cavalo, que dirá de lado, com a perna formigando de dormente, se assando, escorregando, por distâncias e distâncias, a lo lejos, só para sustentar os pibes.

Punto Fijo era o nome do seu cavalo de sela, cara branca, entre malacara e picaço porque não era nem uma coisa nem outra, nem claro nem escuro, sendo antes lobuno, só com a estrela de meio dos olhos escorrendo até o focinho de narinas largas e beiços cor-de-rosa. Cavalo baldoso que não puxava nem água, mas que agüentava firme os quase cem quilos de Doña Lydia se desequilibrando e resmungando por cima. Para puxar a pipa havia um matunguinho de pêlo comprido, até de pestanas compridas, dócil e com ar de envergonhado, que vivia pastando na volta do rancho e se submetendo às vontades mínimas da criançada. Os dois cavalos estavam magros como os guris. E notando isso é que Doña Lydia se preocupava, não pelos cavalos, naturalmente. Mas pelos filhos minguantes, pelas economias poucas e pela soma de tanta falta de tudo.

Entretanto, quando encontrava outra quitandeira a caminho de Río Branco, levantava as mãos para o céu, por la Vírgen, agradecendo pela saúde de ferro e pelos chicos que possuía, dizendo que graças a Diós nada lhes faltava; e que podia ficar velha descansada porque casa larga e comida farta os filhos tinham; e que eles já sabiam se arranjar na sua ausência. Por baixo do lenço preto, então, sua cabeça imaginava o sulque e sua consciência a recriminava com doçura consolante. O coração sofrido se descompassava na mentira, saltava violento diante do sulque e subia ligeiro e quente, no peito, quando chegava a vez da consciência. Tanto e tanto que Doña Lydia se afogueava enrubescida, tinha que parar de falar para conter as lágrimas, emocionada.

Mais emocionada ainda ficava ao ver os filhos dados: a mais velha, já ficando moça, lá em Jaguarão, o menorzinho com sete ou oito anos, ali pertinho, vendo-a passar, abanando rindo. Terezita estava bem acomodada com a madrinha, tratavam-na como gente da família e havia uma esperança comprida de que casasse com o menino moço da casa. Paco, Paquito, não passava necessidade, já ajudava nas lidas de todo-o-dia e tinha até promessa de ir para o Liceo. Mas os olhos de Terezita quando ela chegava de visita; e as mãos de Paquito quando ela passava pela cancela, os olhos e as mãos ficavam durante muito tempo fitando-a e acenando-lhe, olhavam-na por dentro e remexiam-na em cima do cavalo. E faziam tremer suas mãos e se embaciar seus olhos.

Aí, Doña Lydia chegava em casa sem ralhar com os outros: Patin, Gelito, Roberto e La Lola, que então era simplesmente Lola. La Lola, só a chamavam assim quando se zangavam com ela. A menina tinha perto de treze anos e cozinhava o de sempre além de ajudar um pouco na horta, na roupa lavada e no banho dos irmãos: Patin, entre nove e dez; Gelito, entre dez e onze; Roberto, com onze anos. Patrício, Angel e Roberto mesmo,

Bobo às vezes. Estes, brincavam mais do que tudo, o que exasperava a mãe. Mas é verdade que não esqueciam de cuidar das galinhas, da porca, e principalmente dos cavalos (Bobo gostava muito dos cavalos). E diariamente eles enchiam a pipa de água. Mas exageravam quando fazia calor, voltando empapados, embarrados, sujos. La Lola é que se via...

Assim, arrenegada e preocupada, Doña Lydia foi vivendo até que um dia teve o dinheiro necessário para comprar o sulque. E teve o sulque, na forma de um carrinho de segunda mão com seu rodado alto pintado de vermelho. O vizinho que o vendia facilitava tudo, as molas estavam boas, o banco também, o varal era especial, lustrado...

A quitandeira se regalava diante do carro de rodas altas tirado por um cavalo – seria o seu pestanudo velho. E nem pensou muito para fechar o negócio.

Dois dias depois o sulque estava entregue e instalado sob um tapado de santa-fé, ao lado do rancho, exposto à admiração dos filhos e à satisfação de Doña Lydia. Ela, ali mesmo numa sombra, ao lado do carrinho, amarrava os ovos em tiras de pano de saco de farinha, formando colares de dúzias para serem conduzidos no pescoço do cavalo ou na própria cintura. Lola acendia o fogo lá dentro; Patin dava milho às galinhas; Gelito enchia de moganga um balaio; e Bobo puxava Punto Fijo pelo cabresto, pedindo para montá-lo e acompanhar a mãe até Río Branco:

Poderiam levar mais coisas...

Ele ajudaria a vender...

Venderiam mais...

Quem sabe se todos fossem no sulque visitar Paco e Terezita?

Verdad, mamá?

Doña Lydia então viu Bobo, Roberto com outros olhos; abençoou o filho e o sulque, e se deu conta de que já não precisava vender mais e mais como antes. Nem sofrer como antes...

E para mostrar a Deus que não era sovina como Ele poderia pensar – e que só queria o bem de todos os seus entes queridos –, naquele dia mesmo foi para a cozinha e fez um puchero com muito milho e muita abóbora e conseguiu leite com um vizinho e todos comeram moganga. À tarde, quando o sol começou a baixar, atrelou o cavalinho no sulque e foi dirigindo suavemente, carinhosamente em direção à estrada.

Já era quase noite quando ela voltou. Um pontinho negro que surgiu longe e veio aumentando em forma de cavalo, carro e gente – ela e Terezita e Paquito que vinham de volta para casa.

No fogão, Lola estava atrapalhada preparando galinha com arroz. Patin e Gelito alvoroçavam-se no sem-saber que fazer com a chegada do irmão mais novo. E Roberto, Bobo, sentia que Punto Fijo agora era só seu.

Tudo tinha mudado tão de repente!...

Esse conto trata de um tipo tradicionalíssimo de contrabandista, que se encontra nas fronteiras do sul, de Río Branco (UY) a Posadas (AR), pelo menos (SCHIAVONI, 1993, GRIMSON; VILA, 2002). Narra a vida da quitandeira em seu comércio de produtos básicos, na sobrevivência compartilhada da fronteira. O marido brasileiro, as vantagens de cruzar a fronteira para economizar nos produtos da cesta básica, o pensamento fixo nas formas de passar e nas técnicas de transportar caracterizam a vida modesta dos fronteirões no entorno urbano, junto à ponte e ao rio.

A história destaca-se por tratar do “todo-o-dia” feminino e familiar, recorrendo a receitas, a apelidos familiares, às formas cristalizadas do trato íntimo, apontando para o tempo que parece não passar, mas que, ao contrário, é capaz de levar às minúsculas vitórias cotidianas que marcam a vida das famílias e os horizontes próximos. Em poucas páginas, resumem-se sete anos de lutas em que

não há rebeldia, tampouco estritamente credulidade; mas uma espécie de mansa aceitação, tocada de ceticismo, da possibilidade de um mínimo, ínfimo, pequeno milagre. Esses pobres de A.G.S.[Aldyr Garcia Schlee], quando lhes surge a possibilidade de pedir algo, pensam em açúcar, mate, massa para encher a barriga, e farinha para fazer tortas fritas em tarde de chuva (RAVILOLO, 1991, p.8).

O encanto desta história está na personagem central, a pesada, lenta e maternal Doña Lydia, caso único numa literatura masculina, posto que feita por homens, tematizando o heróico.

3.7. “ARREGLO” DE AMÍLCAR BETTEGA-BARBOSA

No período entre 1994-2002 Amilcar Bettega-Barbosa (São Gabriel, 1964) escreveu contos sobre a fronteira, ambientados na campanha. Ao invés de exaltar o gaúcho e a região, como ocorria no começo do século XX, temos a caracterização de um lugar violento e “vazio de expectativa”, onde o contrabando é uma “alternativa à falta de alternativa” (entrevista, Paris, 23/03/2007).

Além da temática, a criação/registro de uma linguagem coloquial, marcada por espanholismos, insere o conto na literatura de fronteira. Ao contrário do conto anterior, aqui o sentimento é de opressão a perder de vista.

ARREGLO

Amilcar Bettega-Barbosa, 1996.

Aquilo do cachorro nem sei como é que me veio. Eu estava era mordido com esse Mendes, não queria nem podia deixar o fresco posando de galo sem que ninguém lhe chamasse nos ferros. Porra, o Vico era parceiraço de anos, irmão mesmo. Tá certo que nos últimos tempos a gente andava meio apartado, afinal de contas ele ia se perdendo num tipo de vida do qual eu forcejava para escapar: o Vico foi chibeiro pequeno, talvez dos últimos numa época em que o chibo já perdia a força e o rio não passava de uma paisagem d'água irmanando a miséria; com o minguido do negócio ele enveredou de vez para a bandidagem e ultimamente vinha se defendendo no abastecimento de açougueiro que não questionasse a procedência da carne, arriscando forte nas madrugadas sem lua e deixando seu rastro de buchada e couro e cabeça e tudo quanto não podia levar, sempre à custa

de muita gambeta em brigadiano e o bafo quente de algum capataz sobreavisado. Mas o que ele gostava mesmo era de uma festa, o Vico tinha boa estampa, melhor lábia, e fazia um sucesso medonho com o mulheiro, não sei se apesar ou por causa da fama de mau.

Só sei que naquela maldita noite, com o corno virado por via de um arranca-rabo com a Maria de Fátima, eu tinha tomado mais de garrafão de um vinho ordinário e doce, e ainda estava metido num sono de morto, tão longe do mundo que não sei quanto tempo a Polaca levou me sacudindo para eu acordar. Mas antes que eu pudesse me putear por ter acabado outra vez de porre e naquela cama fedida, antes que sentisse a língua grossa e azedada do trago e percebesse que minha cabeça rachava de tanta dor, antes mesmo de poder mandar a Polaca e suas carnes de puta velha para o raio do buraco que a pariu, o Mulita já havia entrado no quarto, com cara de quem tinha visto uma assombração: “Foderam o Vico, queimaram ele com um balaço na nuca, foi de traição”.

Chê, tem horas que te dá vontade de abrir os dedos, sair sem rumo por esse mundão de Deus. Foi o que senti naquele momento, eu queria era me escapar daquela cama nojenta, daquele quarto fedendo a porra, daquela mulher desgraçada que se deitava com todo o mundo pelo dinheiro da comida mas que de mim não cobrava, a infeliz, porque “gostava de fazer comigo”. Me vesti e arrastei o Mulita pelo braço, entramos na Rural e pisei com raiva, sem respeitar buraco nem preferencial, o motor se estalando todo em direção à Federal. No Parador encostavam os ônibus que vinham de Buenos Aires e Uruguaiana, e era o único lugar aberto àquela hora da madrugada onde se podia tomar um café quente. Pedi dois; e acho que gritei com o Mulita:

– Agora me conta!

Ele raspou a goela e meio inquieto foi dizendo do trago que tomava lá no cabaré da Márcia, quando chegara a turma do Mendes fazendo um esparramo cuiudo. Já estavam bem chumbados, ele disse, e falavam que se o Vico quisesse mulher que agora teria de se arranjar com alguma lá pelo céu.

– Apurei o ouvido – continuou o Mulita – e fiquei curingando de longe, vi quando uma das meninas se arretirou lá pra dentro. Dali um pouco veio a Sarita, possuída, se esganiçando e querendo se atracar nos cupinchas do Mendes. A Márcia tocou todo mundo a campo fora e fechou a casa. Aí eu vim atrás de ti.

A rixa ali vinha de anos, qualquer um sabia, esse Mendes se achava dono da Sarita mas quem reinava naquele corpo era o Vico. Fora o Mendes que a trouxera da campanha, quase criança, trocada por um saco de arroz para mermar a fome do desgraçado do pai dela, da mãe dela e dos oito irmãos entropilhados num ranchinho de terra batida e quinchala. Levava a guria para a Márcia, a fim de ajudar na cozinha, na arrumação dos quartos, e se reservar para ele, esse Mendes. Naquele tempo o Vico fornecia bebida fina para o cabaré e sempre aproveitava para fazer uma média com as meninas regalando a cada vez um vidrinho de perfume, um lenço estampado, um que outro brinquinho mais vistoso. E sempre dava o melhor presente para a Saritinha. Depois lhe contava longamente histórias de um país que ficava do outro lado do rio, um outro povo, uma outra língua, histórias e presentes que renderam o amor e o cabaço da menina Sarita; e o ódio eterno desse Mendes.

– Então foi por causa daquela puta?

– Puta sim – respondeu o Mulita – mas a Sarita era engatada no Vico de fato, ele é que se deitava com ela mais pela comida de graça e pra cutucar o Mendes, que era bem dele isso de provocar. Diz que até com a maninha de quatorze anos do Mendes ele andou se metendo.

Enquanto Mulita falava eu ia lembrando da última prosa que tive com o mano Vico. Ele queria que eu desviasse três caixas de balas lá da ferragem, andava cismado que lhe preparavam uma boa. Não dissera nenhum nome e nem eu lhe perguntara: ele já era quateiro marcado

naquelas bandas, e fora isso era abusado, não respeitava mulher de ninguém; o resultado é que morava gente que por este ou aquele motivo tinha de desejo de sobra para um acerto de contas com o Vico. “Tô fora, irmão”, eu dissera, mal desconfiando que mais dissera para mim mesmo, querendo me convencer que eu tinha largado de fato aquela vida maleva. Muito bicho já havíamos carneado de noite, Vico e eu, no costado do corredor, arriscando ganhar um tiro nos cornos ou, pior ainda, levar laço de brigadiano recalçado. Muita madrugada varamos na zona, na jogatina. Algum bochincho armamos por aí, e não foram poucos os infelizes que se arrependeram de terem cruzado conosco. Só que agora eu não queria mais saber de entrevero para meu lado, há muito tinha largado o carcheio, e do trago e da zona fazia uso sem me esbaldar muito, como qualquer cristão. Só bem depois fui me dar conta que essa mudança nas idéias era por causa da Maria de Fátima. Na época eu vinha lhe fazendo a corte com tenção séria de juntar os pelegos assim que desse, tinha arranjado um emprego no comércio e até em me desfazer do meu Smith & Wesson com cabo de madrepérola eu vinha pensando. Mas aí vem esse Mendes e queima o Vico pelas costas, puta que pariu, aí começa a te crescer uma raiva por dentro, vai te batendo um nojo de tudo, nojo desse jaguara sem peito para enfrentar um homem de frente, nojo da vida, nojo até da Maria de Fátima que armava um salseiro bárbaro por uma coisa de nada, louquinha para me botar os freios sem nem ainda me ceder os encantos.

– Tá pensando em fazer alguma coisa, mano velho? – A voz do Mulita era seca, certa, e sua pergunta não era pergunta, era mais uma aprovação. Claro que sim, no fundo eu sabia que ia fazer alguma coisa, não me passava pela cabeça que um patife como o Mendes pelasse a coruja de um parceiro meu sem levar o troco de volta.

Mas na hora menti:

– A única coisa a fazer é dar uma assistência no funeral, que eu saiba o Vico tem só a mãe e um irmão retardado.

Quando saímos já havia uma barra de luz no céu, e aspirar com força aquele ar gelado de agosto foi como limpar o corpo de todo o cansaço e a ressaca da noite, eu sentia que meu coração troteava no compasso outra vez.

No velório veio pouca gente, algum companheiro do jogo, três ou quatro mulheres que ninguém conhecia – na certa conquistas do Vico velho – e um que outro vizinho da mãe. Fiquei por ali escorado numa parede, controlando de longe o choro surdo da velha, sua doble tragédia de mãe de um morto e de um abobado, que é quase como estar morto em vida. Fiquei olhando para o Vico estirado na sua última cama, a melena farta como que emoldurando uma cara que apesar de já meio baía ainda guardava certo frescor. A bala tinha entrado pela nuca e lhe saiu abrindo uma flor no meio da testa, e não fosse por essa chaga preta, onde volta e meia pousava uma mosca, o rosto tinha o aspecto tranqüilo de sempre, como se ele tivesse morrido de um suspiro, e não com um pedaço de chumbo lhe trespassando a cabeça de trás para frente.

No cemitério, na saída, me achei na Sarita e apartei ela para um lado. Ela confirmou o que haviam me dito no velório: o Mendes ainda estava na Márcia, num porre federal, dizendo que não saía de lá sem que ela lhe aplacasse as vontades.

– Só se fosse pra cortar o saco daquele puto – ela disse. – Até já saí de lá com medo de fazer uma bobagem.

– Pues então tu volta – e lhe falei o que cismava em volutar na minha cabeça.

Fui para casa e me deitei um pouco. Acordei já noitezita, abri a gaveta do bidê e peguei meu Smith & Wesson. Já decidira vender aquela beleza e quem sabe no outro dia mesmo fosse atrás da Maria de Fátima para ver se a gente ajeitava o nosso lado. Mas antes, para me desfazer de vez daquela ruminação de pensamentos e consciências, me faltava uma

última empreitada. Carreguei o tambor com uma bala sola, que o homem era só um. E me fui.

Fui de a pé. A porta do salão estava encostada e não havia nenhum vivente lá dentro, reinava um silêncio absoluto – a Sarita tinha cumprido à risca o arreglado. No fundo do salão havia uma portinha de ferro que dava para um pátio lajeado, fechado na volta por um passadiço coberto que era onde ficavam os quartos. Ao lado da portinha, já dentro do quadrado do pátio, tinha um cubículo baixo de madeira com uma pequena abertura na porta: era a casinhola de um pastor capa preta, o guardião da casa, enraivecido a cada dia pela comida pouca e pelo cativo, pois era para isso mesmo que o mantinham ali. Lembro que mais de uma vez, para findar com algum bochincho, vi a Márcia entrar salão adentro quase arrastada por aquele animal vertendo da língua uma baba de fúria, o latido rouco e selvagem estremecendo as paredes da casa.

Pois assim que cruzei a porta, o bicho se debateu e começou a acuar como um condenado – era o aviso. Me quedei ali na espera, e falando baixinho com o cachorro no intento de que a minha voz conseguisse acalmar a fera. Dali um pouco saiu de um dos quartos a Sarita enrolada num lençol, gritou com energia para o cão e o animal se aquietou. Veio na direção da porta e, ao passar por mim, quase sem me olhar, disse baixinho:

– É todo teu.

Apaguei o cigarro que já me queimava os dedos, caminhei até a porta do quarto e fui abrindo devagar.

E lá estava aquele Mendes, deitado de bruços, com a cara virada para a parede, pelado, só com uma ponta do lençol tapando a bunda. Ao ouvir o ruído da porta ele deu uma risadinha e falou numa voz flauteada:

– Vem aqui com o teu paizinho que ele quer brincar de novo.

– Te vira, infeliz, que eu não gosto de rabo cabeludo – gritei, apertando o cabo do meu revólver.

Ele deu um prisco e se virou de soco, já procurando as calças em cima da cadeira, na certa buscava alguma arma.

– Se mexer mais um dedo eu te enfio uma bala na boca – e apontei-lhe o revólver.

Ele se quedou arfante, talvez nem se desse conta que fazia as vezes de uma chinoquinha desprevenida tentando se cobrir com o lençol. Claro que estar sem roupa o deixava em mais desvantagem ainda. Eu continuava com o braço estendido, mirando-lhe no meio dos olhos, acho que esperava ele dizer alguma coisa.

– Se vai atirar que atire no más. Não sou homem de muita paciência. – A voz veio rouca, e se notava um pequeno fio de coragem.

Naquela hora me ficou claro que eu não sabia o que fazer com aquele infeliz, certo era que vingaria a morte do Vico, que daria uma lição no ordinário, quiçá a última dessa puta vida. Não sei, mas pensei na velha mãe do Vico, na tristeza silenciosa diante o caixão. Será que outro tiro remediaria o estrago no coração da velha? Pensei na Maria de Fátima, numa vida diferente que a companhia dela me prometia. Não, não era a primeira vez que eu apontava o berro para um homem e se ainda continuava vivo era porque tinha aprendido que essa hora nunca foi nem nunca será a mais propícia para escamoteações do pensamento. Mas agora não, agora eu pensava. E não sabia o que fazer com aquele infeliz. E gritei:

– Quem atira pelas costas não merece ser chamado de homem.

– Pra morrer não existe lado.

– Mas pra matar só tem um, filho duma puta: o da frente – e engatilhei o revólver.

– Matava de novo se fosse preciso aquele prevaecido – o desgraçado gritou, se espremendo contra a cabeceira da cama, meio enrodilhado no lençol.

Eu continuei teso, do cano da arma saía uma linha invisível que não desgrudava do centro da testa do Mendes, e continuei quieto, e o meu

silêncio era quase um pedido para que ele continuasse, a cancha livre para algum lance novo naquela história, alguma coisa que eu não soubesse e que pudesse me dispensar de matar aquele calavera. E acho que ele percebeu, pois na sua face passou de relance uma expressão de alívio, ligeira, embora incapaz de vencer todo o medo estampado na cara:

– Desembucha, corno – dei um passo à frente e quase lhe encostei o revólver na lata dele.

Ele se espremeu mais ainda, estava como que pregado à cabeceira.

– Matava de novo se fosse preciso – por fim berrou. – O puto pegou minha irmã à força e ela emprenhou. Só fiquei sabendo quando ela arriou na cama com um febrão... Andava estranha há tempo e eu botei ela na parede... Aí me contou tudo... Ele disse pra ela enfiar uma agulha de tricô pra tirar e ainda ameaçou de morte se ela falasse... Deu inflamação a coisa da agulha, e a guria tá que não quer mais sair da cama.

Falava aos trancos. E aos trancos me foi crescendo uma sanha na garganta que me fazia tremer a mão estendida e tremer o corpo todo de raiva, raiva daquele infeliz, pelado e todo encagaçado na minha frente, raiva da guria enfiada numa cama com suas feridas do corpo e da alma, mas que num upa se levantaria dali para cair na vida e cumprir seu destino em algum cabaré de Rosário, raiva do Vico, irmão de lida e farra mas o grande filho da puta de sempre, raiva de mim mesmo por estar fazendo outra vez o meu papel numa história de sujeira, como se esta fosse a minha sina. E raiva também de tal sina, que no fim das contas era a mesma sina de todos nós que nascemos e crescemos sem posses numa fronteira cada vez mais dura, agarrados como guachos a certos vigores de moral, no fundo tão vazios quanto nossos próprios futuros.

O pulso foi amolecendo, fui deixando cair o braço e larguei o revólver em cima da cama, fora do alcance do Mendes. Quando me virei já trouxe a mão fechada e sentei-lhe um murro no lado do ouvido. Ele emborcou no chão, ao lado da cama, e, quando virou a cara na tenção de se aprumar, descilhe os dois punhos na tábua do pescoço. O bicho se aninhou nos meus pés, atordoado, e eu me servi a coice naquela cara, e era muito a cara do Vico que eu chutava e quebrava os dentes e moía o osso do nariz a patada. Mas o lôco tinha lá sua valentia, agora reconheço, e meio na cega, porque duvido que enxergasse alguma coisa com tanta paulada pela cabeça, levou a mão nas roupas em cima da cadeira e num relance me acertou o flanco com uma adaga, me abrindo um beijo no costilhar. O homem tinha a cara banhada em sangue e bufava como cavalo sonador. Floreava a adaga na minha frente, com um risinho por trás daquele véu colorado.

– Te fodeste, machito. – E se veio.

Tentou um pontão, mas me livre com uma recueta, empurrei com o pé um mocho que estava no caminho, ele tropicou, deu uma testaviada e a adaga escapou-lhe da mão. Não tive nem tempo de me aproveitar e ele se avançou a soco, me pegando uma boa no olho. Nos atracamos no corpo a corpo, no mano a mano, e eu mais bati que apanhei. Começamos no quarto e terminamos no meio do pátio, esse puto do Mendes desfeito numa massa de sangue e osso quebrado, bem surradito, incapaz de esquecer para o resto da vida de tal sumanta, e eu... Bueno, eu estava vingado, ferido com um puaço acima do vazio, judiado, capengueando, mas quase em paz comigo mesmo. Que se fodesse o Vico no acerto de contas com o Patrão Velho lá em cima, a minha parcela estava feita.

E o Mendes gemia, tentava se erguer. Me dirigi até a portinha que dava para o salão e só então me dei conta que o cachorro se esganiçava lá dentro da casinhola com metade do pescoço para fora, acuando como um desatinado. Só então percebi que aquele latido rouco, funesto, não parara desde a hora que a peleia começou. Continuei caminhando, despacito. Já na porta me volvi. Olhei para o Mendes e ele me olhou. Acho que foi aí que nos entendemos, e acho que foi aí que eu entendi que o Vico, eu, o Mulita, todos somos feitos de uma só forma.

Espichei o braço e soltei a tramela da portinhola.
Quando saí lá fora, ainda ouvia o plac-plac das mandíbulas
esfomeadas se fechando no vento de tanta ânsia, ainda ouvia o grunhido
abafado pela primeira abocanhada em cheio, o barulho surdo do corpo
batendo na laje, da carne descolando do osso.
Eu tinha uma gana de mamar um tonel de canha.

O restabelecimento da honra aparece como uma armadilha em Arreglo, de Amílcar Bettega-Barbosa. O conto se passa na fronteira marginal, entre quartos de cabarés e um “parador na Federal”, em Rosário do Sul. O parador da rodovia Federal, que poderia ser descrito como um não-lugar – não fosse o uso da expressão local – sublinha a presença da escala nacional e aponta para a articulação supra-nacional dessa estrada, que vai em direção à Argentina. O entorno rural é descrito como miserável e o rio é só paisagem.

Como na narrativa de Aldyr Schlee, a ação se desenrola no espaço urbano contíguo ao campo. Os cavalos aparecem como resquício de tempos idos, de práticas tradicionais, enquanto atualmente a rede rodoviária organiza o território.

Arreglo inicia com o assassinato do contrabandista Vico por Mendes. Como numa tragédia grega, o narrador é levado a vingar essa morte, apesar de cogitar mudar de vida para casar. Vico, o contrabandista, morto ainda antes do início da narrativa, era chibeiro pequeno numa região abafada pela história, diminuída pela decadência da economia do charque e pela geopolítica de momentos passados, o abigeato – isto é, o roubo de gado – aparecendo como ocupação de marginais na fronteira decadente.

O assassinato é mais um crime dentro do quadro de miséria humana da fronteira, levando a um desfecho bárbaro: depois de surrar Mendes brutalmente, o narrador solta um cachorro esfomeado e feroz que termina de matá-lo, desencadeando o fim trágico que o conto de Sérgio Faraco apontava como indigno, mas inevitável.

Ao longo do século XX, a honra masculina parece ter-se coagulado em rituais desesperados, a decadência econômica da região levando à destruição do vínculo entre essa honra e seu significado social. O enterro de Vico é patético, sua morte é vingada a contragosto, e representa a restituição de uma ordem indesejada. Nessa narrativa há a manifestação de uma raiva contra o gaúcho mítico, que poderia ser o Jango Jorge criado por Simões Lopes. Revela-se o impasse das gerações criadas

sob a disciplina da representação textual do contrabando enquanto prática honrada e destemida. Tal representação é anacrônica numa fronteira há muito esgotada. É como se o símbolo fosse oco e estivesse fora do lugar.

Alinhando os contos surge uma história do lugar em que primeiro trata-se de demarcar a fronteira, de estabilizar os contornos do território nacional. Em seguida, aparece a propriedade fundiária mais ou menos acessível, enquanto nos contos mais recentes há queixas sobre a expropriação, a miséria, a dificuldade de aceder à terra. Arreglo é revelador desse tempo novo em que a fronteira é predominantemente urbana, ora saudosa do imaginário rural, ora torturada por expectativas herdadas e inalcançáveis.

As transformações na região – na forma da diminuição de sua importância econômica, da urbanização da população fronteiriça ou da ascensão do transporte rodoviário – podem ser detectadas por fontes objetivas, como a estatística. Entretanto, a compreensão do significado de tal processo para o imaginário e o cotidiano territorializado é viabilizada apenas pelo exame de fontes que se debruçam sobre a subjetividade local onde se percebe o teor opressivo do mito do gaúcho num tempo que impossibilita sua experiência completa.

3.8. INTERPRETAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS CONTOS DE CONTRABANDO

Os contos insistem na questão da honra. As redes de fidelidade necessárias ao contrabando entrelaçam praticamente toda a população da fronteira: unem os integrantes (flutuantes) do bando, seus fornecedores e fregueses, a família que ajudam a sustentar, as mulheres que seduzem, e excluídos ficam apenas os guardas, geralmente apresentados como recém-chegados, venais ou ignorantes da lógica local. Amilcar Bettega-Barbosa, em seu conto, lembra que a violência, esteja ela a serviço ou contra a honra, é perpetrada também entre os membros do grupo, miseráveis na beira da estrada. A miséria também figura nos contos de Mario Arregui e Sérgio Faraco, levando a adequação da honra a leis maiores, naturais.

A legitimação do contrabandista é, portanto, a justificação da população local. Ao valorizar a astúcia, a bravura, a rebeldia do contrabandista, enfatizam-se traços

positivos daquele que poderia ser descrito como um contraventor. Menos que um bandido, ele é um depositário de certas “verdades” locais.

Pode-se associar a construção de uma territorialidade fronteiriça, com base em laços de fidelidade e compartilhamento moral, aos processos de desenho de fronteira. Não se trata de um grupo étnico reivindicando território, e deve-se frisar que as nacionalidades brasileira e uruguaia são experimentadas intensamente na fronteira. No entanto, deve-se notar a licença que a população local toma para dar conta de suas necessidades, jogando com as determinações do Estado.

A fronteira assume várias formas nos textos analisados. Ela representa a passagem para a morte para Jango Jorge, Chirú e Rulfo Alves, na forma do encontro com os guardas dos limites do Estado. No conto de Lopes Neto, a fronteira é uma imposição do Estado-Nação sobre uma territorialidade anterior. Em Mario Arregui, ela é uma metáfora do sobrenatural. Aldyr Schlee a mostra como uma fonte de oportunidades, ampliando as possibilidades de sobrevivência. Bettega-Barbosa enfatiza a condição marginal do lugar e de seus moradores.

A literatura regionalista ocupa-se incessantemente da fronteira, usando-a como tropo ou *locus* na representação da cor local ou dos dilemas universais. Vale explicitar que a fronteira aparece como metáfora da morte no conto de Mario Arregui, mas nas outras narrativas é o lugar da ação, com características próprias, de modo que sua representação textual remete à fronteira gaúcha, uma fronteira real mudando ao longo da história, e aos contrabandistas que neles circulam, e não a uma fronteira ideal, abstrata ou essencial.

A poderosa polissemia da fronteira é sintetizada por Franco Moretti (2003), que afirma que os autores oitocentistas constroem personagens cômicas ou “trágico-sublimes” ao relatarem a aproximação a uma fronteira. As cômicas aparecem nos espaços que se opõem debilmente ao novo poder central, enquanto as trágico-sublimes povoam as áreas que oferecem resistência:

O espaço age sobre o estilo, produzindo um deslocamento duplo (em direção à tragédia e à comédia: em direção ao ‘alto’ e ao ‘baixo’) daquele registro ‘realista’, ‘sério’, médio, que é típico do século XIX. Embora o romance apresente uma baixa figuratividade (como diria Francesco Orlando), perto da fronteira a figuratividade surge: o espaço e os tropos se entrelaçam; a retórica depende do espaço. [...] As metáforas ‘expressam’-no, ‘dizem’-no por meio da estranheza da sua predicação [...]. Mas como as metáforas usam um campo familiar de referência, também dão forma ao desconhecido: o contém e mantém de algum modo sob controle (MORETTI, 2003, p. 53-57).

De acordo com essa análise, a fronteira gaúcha resistiria até hoje à homogeneização pelas culturas nacionais. Todos os contrabandistas morrem no fim da narrativa, exceto a quitandeira. Possivelmente porque a unidade pressuposta na região e nos caminhos que a articulam foi dilacerada pela fronteira, “matando” – simbólica ou concretamente – os agentes heróicos da passagem.

Nenhum contrabandista é narrador de sua história, são personagens dotados de ações silenciosas e astutas, realizadas nas sombras e nos caminhos secundários, na margem da margem. A história das mulheres nesse cenário é ainda mais marginal, diante da masculinidade do tipo regional, dos soldados e gaúchos que dominam o imaginário sobre a fronteira. Doña Lydia, que, com suas migalhas nada heróicas consegue reunir sua prole, destaca-se por sobreviver ao final da narrativa.

Os contrabandistas representam a possibilidade de acionar a fronteira fora da lógica legal. Gradativamente afastam-se do perfil de soldados, tornando-se marginais na sociedade que os gerou. Pode-se traçar uma linhagem de contrabandistas, observando suas encarnações e, através de seus atos, a transformação do espaço literário e geográfico em que se desenrola a ação.

Todos os relatos são protagonizados pelos contrabandistas. Todos os algozes são menos legítimos que os contrabandistas – e não teria que ser necessariamente assim: na literatura de *frontier* dos *westerns*, quase sempre o xerife é o herói. Conclui-se que essa é uma literatura de pertencimento regional, em oposição ao Estado nacional.

3.9. SIMBOLOGIA E METÁFORAS DA FRONTEIRA E DO CONTRABANDO

As metáforas apostas à fronteira coincidem com os momentos da vida que motivam ritos de passagens, levando a crer que a fronteira geográfica figura no registro literário também como signo desses trânsitos. Arnold van Gennep, ao analisar e classificar, em 1908, os ritos que pontuam a vida individual, afirma que tais momentos regulam a indeterminação entre duas situações determinadas:

É o próprio fato de viver que exige passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte (GENNEP, [1908] 1977, p. 26-7).

Possivelmente, apropriações muito genéricas da fronteira pela literatura não se relacionem substancialmente com aspectos da cultura local, informando mais sobre o pólo universalizante da obra literária, aquele que se propõe representatividade e legibilidade ampla. As metáforas da fronteira como rito de passagem são traduções culturais cujo compromisso seria mais com a recepção, com a chegada do texto, do que com o objeto que serviu como base da representação.

Essa questão aparece, para o pesquisador interessado na interpretação da cultura espacialmente situada, como um dilema ligado ao grau de generalização, já que a busca de explicações para as práticas encontradas em campo pode acabar por esterilizar, em taxonomias taxativas ou afirmativas essencializantes, os significados atribuídos pelo grupo aos seus atos. Note-se que as figurações políticas da fronteira como lugar de subversão e exclusão social não constam na taxonomia de passagens de Gennep.

Segundo Moretti, a fronteira é a passagem para o desconhecido, do interior do Estado-Nação para suas margens, de um território a outro, onde se desenrolam processos de construção do estrangeiro. Ao caricaturar os habitantes das fronteiras, estes são excretados do corpo da nação, contidos em subclasses. Essas generalizações surgem como uma remissão dos sentidos locais àqueles mais amplos, buscando aproximá-los de usos unânimes. Interpretar a fronteira em seu sentido mais universal (literal e metaforicamente) implica distanciá-la do contexto que a gerou.

Os contos aqui interpretados aproximam-se de pontos de vista locais, desviando desse tipo de generalização baseada nos contextos nacionais ou em aspirações universalizantes. Ao mesmo tempo, as narrativas moldam-se mutuamente, chegando a rebelar-se contra as representações passadas e canônicas, reivindicando a reaproximação à experiência cotidiana. Essa tradução

cultural enfatiza o lugar, selecionando, entre os termos gerais, aqueles pertinentes ao contexto em análise. A tradução ouve o campo, se esforça para distinguir as palavras certas para nomear as práticas ou lugares, se pergunta por que tais termos e não outros. Traduzir, transladar, passar, parecem avaliar interpretações mais próximas dos sentidos locais das práticas.

3.10. OS CONTOS E O SENTIDO LOCAL DO CONTRABANDO E DA FRONTEIRA

Ao fim desta corrente de representações textuais, revela-se um *continuum* entre os contrabandistas de ficção, como se fossem todas refigurações de um mesmo personagem, adaptando-se às transformações do espaço que habitam, dialogando com a tradição da literatura e dos costumes.

Sendo a fronteira um objeto geográfico, e havendo uma estreita relação entre os objetos geográficos e a produção de cultura – ou, como se conclui no capítulo 2, sabendo que a sociedade se territorializa gerando representações textuais e que essas mesmas representações textuais entram na construção cultural e política dos lugares – pode-se afirmar que a fronteira gera uma cultura específica. O contrabando é, nesse sentido, uma prática cultural conectada com a condição fronteira. Há uma sobreposição entre a prática do contrabando e a cultura da fronteira, cujos índices mais reconhecidos são o *portuñol*, as famílias mistas, a política transfronteira, a música e a literatura de fronteira.

No entanto, valorizar o contrabando como prática local é problemático: reivindicar o delito conforma uma sociedade fora da regra nacional, motivando, por um lado, uma série de subterfúgios frente à nação e, por outro, um forte sentido de cisão em relação aos que não pertencem ao grupo.

As obras locais sobre contrabando apelam para o folclore ou para a “contracultura”, fazem o elogio do passado ou da margem. O folclore, o elogio do passado, imagina um território originalmente isento de fronteiras, criadas por imposição de poderes maiores ou externos, que mutilaram o território original sem, no entanto, extinguir, nos seus habitantes, o nexu pregresso. A contracultura, a

poesia da margem, atribui à região fronteira valores como liberdade, autenticidade, criatividade, alinhando-se aos pobres para exaltar seu inconformismo.

Por outro lado, isso também leva a uma coesão interna, baseada na cumplicidade moral: os níveis de envolvimento com a atividade variam, há os que são cúmplices apenas no sentido de partilharem o segredo e não condenarem a prática. Esse grupo – a sociedade local – não é uma classe social, nem um grupo profissional, nem uma facção política. Os bandos e seus cúmplices abrangem uma grande parte ou a totalidade da população do lugar. Deve-se acrescentar que o contrabando dá coesão e identidade, mas não de uma forma pacífica, acomodada. Há embates, disputas, mortes, beneficiados e prejudicados. Conflitos, enfim. Podemos concluir que há um saber e uma identidade nessa sociedade, nesse lugar, mas não há justiça.

A literatura de fronteira e, especificamente, os contos de contrabando revelam lances e nuances do comércio ilícito internacional e da sociedade em que é praticado. A série de narrativas aqui encadeadas mostra que o tema mantém-se em movimento, integrando-se na corrente de representações textuais em que circulam leitores e autores, contrabandistas fictícios e reais.

Como estratégia de aproximação aos sentidos locais do contrabando, a literatura nos forneceu subsídios, que servem como orientação para o trabalho de campo, no levantamento das práticas dos fronteirizos. Alinhando tradição, costumes e práticas, podemos nos aproximar dos hábitos ou costumes que se fazem no espaço social, que trazem em si a ciência do lugar, dos pais e dos precursores, ao mesmo tempo em que necessariamente se territorializam no presente.

4. A GEOGRAFIA DOS CONTRABANDISTAS EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA

Este capítulo apresenta resultados da análise dos materiais obtidos nos trabalhos de campo. A partir de observações, entrevistas e conversas (representações textuais orais do contrabando) com diferentes agentes na fronteira, foi possível identificar um vocabulário do contrabando da(s) cidade(s), algumas materializações do comércio internacional no espaço urbano, as redes tecidas na sociedade fronteiriça e entre os agentes no lugar e em outros pontos dos territórios nacionais. Entre os elementos que interagem com o contrabando estão o câmbio, os regimes extraterritoriais, Foi possível ainda comparar tais resultados com as conclusões presentes em outros trabalhos sobre o cotidiano nas fronteiras.

4.1. DESCREVENDO O CONTRABANDO NA FRONTEIRA

Nos cinco anos de visitas à fronteira, foi possível identificar várias estratégias legais e ilegais de comércio e consumo transfronteiriço, bem como sua interação com legislações, com as atitudes do controle aduaneiro, com as oscilações cambiais, entre outros elementos de ordem econômica. As interpretações colhidas na literatura científica e nos contos de contrabando ajudaram a circunscrever e analisar as informações e experiências de campo⁸⁹. Os mapas produzidos e apresentados neste capítulo espacializam a interpretação das dinâmicas encontradas em Santana do Livramento-Rivera em 2008, ano de conclusão da pesquisa, demonstrando as interações sociais e econômicas nesse espaço e buscando construir uma cartografia do contrabando, especialmente daquele de pequenos volumes conhecido como *bagayo*.

⁸⁹ Durante a realização do doutorado, ao todo foram 14 idas à Santana do Livramento-Rivera, com duração e propósitos diferentes. Estive em campo quatro vezes em 2004; três vezes em 2005; três vezes em 2006; duas em 2007; duas vezes em 2008. Além disso, estive em várias outras cidades de fronteira: entre as cidades-gêmeas visitei o Chuí (BR)-Chuy (UY); Posadas (AR)-Encarnación (PY); São Borja (BR)-Santo Tomé (AR); Jaguarão (BR)-Rio Branco (UY); Uruguaiana (BR)-Paso de los Libres (AR); Quaraí (BR)-Artigas (UY); Barra do Quaraí (BR)-Bella Unión (UY); Foz do Iguaçu (BR)-Ciudad del Este (UY)- Puerto Iguazú (AR). Visitei também Montevideú, Tacuarembó, La Coronilla, Colonia del Sacramento e Treinta y Tres, todas no Uruguai. Retrospectivamente, observo que os fenômenos em curso no Uruguai chamaram muito mais minha atenção que os que se desenrolam no lado brasileiro da fronteira, possivelmente pela curiosidade despertada pelo outro, ou por conta da maior visibilidade dos processos numa condição de estranhamento.

A elaboração dos mapas aqui apresentados baseou-se em fontes qualitativas. Como já afirmei, a pesquisa estatística é problemática na fronteira, onde os fenômenos se afastam das normas e justapõem-se bases censitárias geradas a partir de critérios nacionais distintos⁹⁰. O contrabando, ato fronteiriço, acrescenta um caráter ilegal – tendendo, portanto, à invisibilidade – à descontinuidade estatística. Suas materializações são discretas, disfarçadas, efêmeras. Por exemplo, no terminal rodoviário, lugar óbvio para pesquisar sobre trânsito de passageiros rodoviários, há poucos *bagayeros*, que preferem embarcar em outras paradas a fim de diminuir sua visibilidade.

Apesar dos contrabandistas optarem pelos caminhos alternativos e pelas horas ermas, numa fronteira densamente ocupada como Santana do Livramento-Rivera, a prática deixa marcas na *línea*, na estrada para Montevidéu, na concentração de lojas voltadas ao comércio internacional, tornando-se perceptível ao observador empenhado. O trabalho de campo deu-se através do acompanhamento das práticas e dinâmicas, conjugado a entrevistas abertas e bastante extensas, muitas vezes resgatando temas identificados na análise dos contos de contrabando.

Minhas fontes orais foram conversas com os fronteiriços. Realizei entrevistas semi-estruturadas, nas quais algumas perguntas repetiam-se, guiando a construção da informação aqui apresentada. Perguntas sobre as formas de iniciação e prática do *bagayo*, sobre as razões para viajar, sobre a origem e o destino das *bagayeras*, sobre as redes de venda da mercadoria, sobre o volume e o tipo de mercadorias comercializadas, por exemplo, deixavam os informantes livres para contarem os seus *causos* e refletirem sobre os mesmos em seu próprio tempo. Tratava-se, como sugerem Martin W. Bauer, George Gaskell e Nicholas C. Allum (2002, p. 35), de dar voz de autoridade a uma posição ontológica pouco visitada. Na conversa, as representações êmicas do contrabando circulavam entre os interlocutores, sendo resgatadas na presente interpretação.

⁹⁰ Etimologicamente e historicamente, a estatística liga-se à descrição, não necessariamente quantitativa, do Estado: segundo Paul Allières, a construção do território estatal passou pelo estabelecimento de fronteiras lineares, contínuas e cortantes, possibilitadas pela consolidação do instrumental cartográfico e estatístico, através do qual os dialetos, os enclaves religiosos ou étnicos passam a ser eliminados ou desconsiderados (1980, p.68-71).

A maior parte das conversas com as *bagayeras* se deu nos armazéns da linha e uma vez acompanhei-as à Tacuarembó, observando a passagem da Aduana. Com bastante perseverança, me ofereci para ouvir as *bagayeras* tratar, com um meio sorriso e com um olhar de soslaio, de assuntos que, por seu conteúdo, demarcam quem está dentro e quem está fora do grupo. Perguntei-lhes “como foi sua primeira vez?” Ou então, usando a estratégica frase de Robles, guarda riverense e meu “contato” principal, que me apresentava às informantes dizendo: “*Esa señora vino oír sus sufrimientos*”, me propus a ouvir a história das batalhas cotidianas, disposição bastante efetiva, pois todos querem falar de suas dores, tê-las reconhecidas.

As redes construídas levaram à aproximação com as *bagayeras*, e certamente o caráter noturno de grande parte do contrabando – explicitado em expressões como “negócios na madrugada”, “trabalho noturno” e nos contos de contrabando – não foi aprofundado nesta pesquisa, muito por conta dos horários e percursos possíveis a uma pesquisadora cautelosa com os contextos de criminalidade e violência presentes na atividade do contrabando.

Além dos encontros com os contrabandistas, professores de geografia de Rivera, advogados, comerciantes, artistas e outros profissionais foram perguntados sobre a forma de organização do contrabando na(s) cidade(s) e sobre as maneiras pelas quais experimentavam a condição fronteiriça, sendo ainda instados a contar anedotas de contrabando. Os policiais uruguaios que tiveram a gentileza de me receber, em entrevistas memoráveis, foram de imensurável ajuda na compreensão da atividade. Uma lista dos entrevistados encontra-se no Apêndice A. As entrevistas não se distinguem das conversas, aproximando vários pontos da trajetória do indivíduo, apresentando sempre um cunho informal, errático mesmo, aberto à subjetividade e aceitando a memória com a sua parcela de invenção e reflexividade (CARDOSO, 1986).

O registro desse material se fez com anotações escritas feitas na hora e completadas posteriormente. Sempre que a ocasião fosse propícia – quando a entrevista se realizava na casa do informante e não em lugar público, quando a mesma era previamente agendada, principalmente – a conversa era gravada. Uma excursão fotográfica está documentada no Apêndice C. Com os informantes mais próximos, foi possível retornar aos temas para dirimir as dúvidas e checar as

informações cartografadas, o que se mostrou muito valioso para a compreensão da riqueza de significados locais da atividade.

O que se aprende conversando com uma pessoa? Ela manifesta as possibilidades do tempo-espço do grupo; como elemento, pertence ao grupo e tem com ele identidade. Conversando com os praticantes da fronteira, avancei na leitura do lugar, selecionando elementos a serem observados, identificando objetos que poderiam passar despercebidos, já que seu valor está no uso. Esta representação textual traduz, portanto, idéias que muitos interlocutores ajudaram a formar, fossem eles informantes nativos ou colegas de pesquisa de campo, sintetizando as distintas estratégias de pesquisa assumidas e reformuladas ao longo desses anos, idéias essas influenciadas também pelos trabalhos de literatos, historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos, abordando o comércio transfronteiriço nesse ou em outros lugares.

Para aceder aos relatos de contrabando, a essas verdades sigilosas, é preciso contar com a confiança do informante. O mesmo vale aqui, estendo aos leitores deste relato a cumplicidade a mim outorgada. Mesmo assim omiti ou mudei os nomes próprios, preservando a toponímia.

4.2. UM VOCABULÁRIO DO CONTRABANDO

Conforme se mostrou nos capítulos anteriores e como se observa em campo, nessa fronteira o contrabando é totalmente legítimo. Isso não quer dizer que possa ser comentado de qualquer forma e em qualquer situação, menos ainda com aqueles que não fazem parte dessa rede comercial de caráter ilegal. Ou seja, a aceitação social pelos praticantes do lugar, pelo grupo territorializado na fronteira, é condição para ter acesso à informação sobre o contrabando. O sigilo instala-se no limite entre pertencer ao local ou ser visto como extra-local, criando uma geografia metafórica da informação.

Em campo, as traduções culturais se impõem como necessidade. Existe um vocabulário específico à prática e ao lugar, cujo conhecimento possibilita acessar

sentidos locais. Os contrabandistas empregam muitos eufemismos para referir-se a atividades sigilosas. As gírias são influenciadas pelas línguas em contato e pelas mercadorias transportadas, sendo específicas a cada lugar. A profusão de nomes também fala da grande especialização das técnicas.

Alguns termos devem ser destacados nessa comparação entre o discurso científico e aquele usado pelos informantes: *bagayo* e suas declinações; contrabando; *passar/pasar*; arrumar; *coimear* e *linha/línea*.

A expressão *bagayera/os* tem alcance geográfico restrito: corresponde às *paseras* na fronteira Posadas (AR)-Concepción (PY) (SCHIAVONI, 1993, 2005; GRIMSON; VILA, 2002; RABOSI, 2004), aos *quileros* ou passadores de Uruguiana (BR)-Paso de los Libres (AR) (CASTILLO, 1963, SOUZA, 1994a), à *botija*, em Jaguarão (BR)-Río Branco (UY), aos *pasabolsos* do Chuí (BR)-Chuy (UY), aos chibeiros e ao contrabando-formiga popularizado na mídia e empregado na literatura científica (ZERO HORA, 1975; QUADRELLI-SÁNCHEZ, 2002; GRIMSON; VILA, 2002; RUBERT, 2003; COLVERO, 2004; GUTFREIND, 2006), aos *porte-cols*, *beuze-blauwer* e *pacotilleurs* da literatura estrangeira (BEQUET, 1959; DAENINCKX, 2005; AZZI, 2007).

O termo êmico *bagayero* continua amplamente desconhecido em outras formas de discurso, como na linguagem científica aqui exercitada, o que mostra que a adequação localmente registrada não se traduz facilmente a outros lugares e disciplinas. A palavra refere-se à bagagem, ao carregamento e à silhueta volumosa dos portadores. Na prática, parte do ofício consiste em saber, em termos de volume e aparência, empacotar as mercadorias; em conhecer as estratégias para disfarçar os pacotes (no ônibus, no carro, no corpo) e em facilitar sua passagem quando retidos na *Aduana*.

Da mesma forma, empregar a palavra “contrabando” em Santana do Livramento-Rivera equivalia a uma declaração de ignorância do *ethos* fronteiriço. Além de revelar-se como estranho ao lugar, significava não pactuar com a compreensão local sobre a atividade, já que a designação “contrabando” se origina em parâmetros extra-locais de legalidade, trazendo em si uma condenação velada. Isso é inadmissível num contexto em que a atividade é disseminada e normalizada,

envolvendo a todos, seja como estratégia de abastecimento cotidiano, seja como alternativa de ocupação e geração de renda.

Por exemplo, em 2005, no início da pesquisa, em Uruguaiana, durante uma conversa informal com o funcionário do Museu Crioulo, na Casa de Cultura Municipal, tudo ia bem enquanto se falava sobre as peças do acervo e sobre os costumes campeiros, ou mesmo sobre a família dele. A conversa já durava um bom tempo quando a pergunta “e o senhor conhece histórias de contrabando?” fez com que o guia recuasse dois passos, respondendo, sério: “De contrabando eu não sei nada!”. Ao que retruco: “Não dá pra perguntar sobre contrabando, que todo mundo dá dois passos para trás e diz que não sabe nada!” O senhor ri também e, se dando conta de termos criado um *causo*, encena tudo novamente, agora sorrindo. Mas nada revela.

Outro exemplo, retirado de uma entrevista com Robles, mostra os usos e juízos locais:

Adriana: O que é o contrabando-formiga?

Robles: Não é a coisa tão delitativa. É mais um contrabando do dia-a-dia.

A: É, mas o que tu quer dizer com uma coisa assim mais delitativa, menos delitativa?

R: O que temos é um contrabando grande. Ou, por exemplo, como se diz, a operação formiga. O meu amigo diz cupim, aquele que vem no dia-a-dia. É o que nós temos, isso aqui, baseado nisso, por exemplo, é como sobrevive a gente que viaja às vezes 300, 400km levando açúcar, erva, tanta coisa, tudo aquilo que interessa, é roupa, isso é um contrabando que leva de ônibus...

A: Para comprar aqui? De onde que eles vêm?

R: Eles vêm de todo o Uruguai.

A: De todo o Uruguai? Vem de Montevideu fazer...

R: De *todo*. Pequeno contrabando.

A: E o que levam?

R: Levam de tudo. Desde comestíveis, até roupa, inclusive até peças de carro né? O que for encomendado para eles, eles levam. É isso aí o dia-a-dia, cigarro, um monte de coisas, tudo que é fundamental para o uso eles levam, não adianta.

A: Mas é só coisa pequena ou quantidade pequena ou grande também? E quando é que tu acha que deixa de ser contrabando-formiga e passa a ser uma coisa mais perigosa, mais séria? Mais delitativa, como tu diz?

R: Quando nós pegamos, todo ele, todo o contrabando é delitivo.

A: Contrabando é não pagar imposto?

R: Um seria. Já é infração quando uma mercadoria de um país entra, ingressa no outro sem pagar imposto. Aí ele já é contrabando. Evidentemente, para mim ele já se torna um contrabando mais perigoso quando ele tá de caminhão, em quantidade, todas essas coisas né? Evidentemente que a operação formiga também não deixa de ser um delito perante a lei nossa, e aqui *hay* gente que leva de caminhão tanto prum lado como pra outro. (...)

A: Contrabando é muito forte?

R: A palavra contrabando é uma palavra muito forte... *Bagayo* é uma palavra melhor. É o *bagayero* que tava vindo aqui.

A: E o negócio formiga é...?

R: É o *bagayo*...

A: Mas não se usa muito

R: Não. Se usa o *bagayo*... (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Os verbetes sobre “contrabando” também são exemplares: se, nos dicionários de circulação nacional, este é descrito como “introdução clandestina de mercadorias estrangeiras, sem o pagamento de direitos” (AURÉLIO, 1986, p. 465), no Diccionario Riverense (LÉON, 1988, p.168) informa-se apenas que “assim se chama um vau sobre o Rio Negro, nos limites com Cerro Largo, ao sul do Paso Layado, cujo nome se origina em ser o favorito dos contrabandistas”.⁹¹ O intelectual municipal sabe ser impróprio falar de contrabando?

Como precisão, registre-se que o termo, localmente, também pode remeter a burlas às leis que limitam a passagem fronteiriça, mas não envolvem comércio. Por exemplo, são muitas as histórias de defuntos “contrabandeados”, onde o trânsito não visa lucro, mas desviar dos obstáculos colocados pelas leis nacionais à circulação por um território compartilhado.⁹²

Passar ou *pasar* é, paradoxalmente, o ato essencial do fronteiriço. O verbo é empregado para referir-se ao constante leva-e-traz de mercadorias realizado pela população local, é uma forma local de nomear o contrabando. Não ignoro a crítica em GRIMSON; VILA (2002, p. 69), que afirmam que as abordagens que tratam os fronteiriços como passadores de fronteiras (*border crossers*), difundidas pelos Estudos Culturais e pelas pesquisas realizadas sob o signo do integracionismo reavivado pela instalação do Mercosul, podem negligenciar os conflitos sociais e culturais locais, além de pouco enfatizar a separação física que pode ser gerada pela fronteira dentro de grupos étnicos homogêneos. No caso aqui estudado, o termo é usado localmente para denotar a atividade contrabandista, e não uma escolha do pesquisador.

⁹¹ “Así se denomina un vado sobre el rio Negro, en los límites con Cerro Largo, al sur del Paso Layado, cuyo nombre se origina en ser el favorito de los contrabandistas”. Compare-se às três páginas dedicadas ao professor Julio Cairello (p. 134-6) e às seis sobre a Confeitaria Metropolitana, fabricante do *Postre RiveLi* (p. 1365-72).

⁹² Contrabando, longe da fronteira, pode ainda ser um eufemismo para amante.

Arrumar é dito em português para indicar suborno, vista grossa ou outras atitudes coniventes dos guardas fronteiriços no trato com os contrabandistas. Há uma idéia de acomodação aí presente, simétrica às estratégias de acondicionamento das mercadorias empregadas pelos *bagayeros*. O suborno *stricto sensu* é dito *coima*, uma corruptela de comissão.

Sobre o termo êmico linha/*línea*: essa forma de referir-se ao limite internacional remete ao desenho e à cartografia, mostrando que os processos demarcatórios implementados pelos Estados foram absorvidos na representação nativa do território. Por outro lado, a linha, como um fio, tem um caráter frágil e pouco constritivo e assim é habitualmente tratada no cotidiano do lugar, como um pequeno obstáculo a ultrapassar.

4.3. ANEDOTAS DE CONTRABANDO

Muitas anedotas sobre os contrabandistas e suas operações foram ouvidas em campo. Sempre que requisitados, os informantes contavam alguma, indicando a propensão do tema a transformar-se em *causo*, que precisa circular.

O dicionário de francês “Le Petit Robert” (1990) ensina que *anecdote* vem do grego *anekdota*, significando coisas inéditas. Seu sentido é registrado como “particularidade histórica, pequeno fato curioso, cujo enredo pode esclarecer o que está por baixo das coisas, a psicologia dos homens”. Cita-se Voltaire: “Anedotas são pequenos detalhes há muito tempo escondidos”. Termina o verbete: “anedota, o detalhe ou o aspecto secundário, sem generalização e sem alcance” (t.n.)⁹³. Em português, mais do que uma história curiosa, ou um detalhe sem importância, é uma piada, faz rir ou sorrir. Em espanhol – cruzando a fronteira geográfica e lingüística – um falso cognato: *anécdota* é a história reveladora. Arriscando valorizar o aspecto

⁹³ “*Anecdote. n.f. (1751; titre de recueil, fin XVII^e); lat. Anecdota (surtout plur.); gr. Anekdota “choses inédites”, titre d’un ouvrage de Procope). Littér. Particularité historique, petit fait curieux dont le récit peut éclairer les dessous des choses, la psychologie des hommes. “Les anecdotes sont des petits détails longtemps cachés” (Volt.). – Cour. Historiette. “L’un d’eux avait une anecdote à raconter”. (Maurois). Absolt. L’anecdote, le détail ou l’aspect secondaire, sans généralisation et sans portée. Ce peitre ne s’éleve pas au-dessus de l’anecdote”.* (PETIT ROBERT, 1990, p.68.)

secundário apontado no verbete, procedeu-se uma leitura desse material, em busca de facetas do contrabando.⁹⁴

As anedotas recolhidas tratam de *lambrettas*, carrinhos de mão e outros transportes. Tratam da morte e da relação entre contrabandistas e aduaneiros. A mais conhecida, que parece ser a matriz das demais, que me foi contada dezenas de vezes, na fronteira ou fora dela. No entanto, já em 1962, no livro “O primo Altamiro” e elas, Stanislaw Ponte Preta contava essa história, sob o título “A velha contrabandista”.

Todos os dias uma velhinha cruza a fronteira numa *lambretta* com uma saca na garupa. Na saca há somente palha. Os inspetores cansam de esvaziar essa saca em busca do esperado contrabando, sem nunca encontrá-lo. Anos se passam e na véspera de sua aposentadoria, um funcionário da aduana dirige-se à velhinha pedindo que ela, enfim, revele o segredo da saca. A senhora diz:

– Não há segredo na saca, o que eu passo é a *lambretta*... (PONTE PRETA, 1962).

Esta crônica aparece hoje na internet numa versão intitulada, como mandam os dias correntes, “A velhinha traficante” (PONTE PRETA, 2008).

Na década de 1970, a construção civil tomava impulso na fronteira e a anedota se metamorfoseia, incluindo cimento e carrinhos de mão. Em Santana do Livramento-Rivera, Higuéron, fiscal sanitário uruguaio, em conversa em 2005, conta que “Um senhor passava a fronteira diariamente com um saco de cimento num carrinho de mão. Nada havia de anormal no cimento, tampouco a quantidade serviria para proibir sua entrada no Uruguai.” Pergunta Higuéron, como numa charada ou adivinhação: “O que contrabandeava o senhor?” E responde ele mesmo, triunfante: “O carrinho de mão!”

A ênfase no transporte, em ambas as histórias, mostra a importância do passar, reiterando o sugerido pelos contos de contrabando. Mostra ainda como atravessar de um país a outro é um fato corriqueiro, um gesto que não requer muita preparação ou formalidade.

⁹⁴ Numa versão anterior desse texto as anedotas eram apenas registradas em nota de pé de página, junto à discussão das obras explicitamente “literárias”, privilegiando seu teor ficcional. A análise dessas representações textuais parece um pouco distante do que se espera encontrar em um trabalho geográfico, mas esse repertório figura aqui por conta de seu caráter de narração originada/modificada no lugar, que representa também uma prática reflexiva dos fronteiriços.

Em Paso de los Libres, a história muda um pouco, como relata Arce, numa entrevista na presença de vários pesquisadores, em 2005:

O negro José Rodriguez, na época da construção dos bairros militares, empurrava diariamente seu carrinho de mão com um cacho de bananas. Sempre que interpelado na Aduana, punha-se a reclamar:
 – Não dá pra comprar carne, não se consegue comprar pão, nem sequer leite pras crianças!... Elas têm que se contentar com bananas! (Arce, entrevista, Paso de los Libres, 07/2005).

Com um sorriso, Arce encerra o relato: “O que contrabandeava o negro?” “O carrinho de mão!” é a resposta em coro do grupo. Era um negro, levava bananas, certamente era um contrabandista brasileiro – e falador. Por isso reclamava de não poder alimentar seus filhos de forma digna, justamente com pão e leite, produtos argentinos considerados de melhor qualidade em comparação aos brasileiros.

Em Porto Alegre, em 2006, um colega nascido em São Borja, ao saber sobre esta pesquisa a respeito do contrabando, interrompe as considerações teóricas e conta o *causo* em que “o estancieiro passava todo dia, com sua cuia de mate e térmicas, pela ponte entre São Borja e Santo Tomé (AR), não se esquecendo de prostrar com os guardas aduaneiros.” Uma pergunta retórica ao interlocutor repete a adivinhação: “O que contrabandeava o estancieiro? Sêmen de gado!”

Esta anedota choca ao transformar a usual garrafa térmica sob o braço dos mateadores em algo bizarro. As relações de amizade do estancieiro com o guarda também são dignas de nota, mas servem aos propósitos do primeiro. Ingenuidade ou conivência?

A próxima história faz o caminho inverso, lançando mão da compaixão para realizar o habitual contrabando. Raphael Copstein contribui para esta coleção relatando que

Uma das alfândegas da fronteira recebe um delegado novo, que declara que durante sua gestão não haverá contrabando. Um morador do local duvida e o desafia para uma aposta. Uma semana depois, o morador vem cobrar o estipulado. Diante da surpresa do delegado, o fronteiro afirma:
 – Mas o senhor inclusive tirou o chapéu quando ele passou...
 – Eu?!
 – É, aquele defunto que veio ser enterrado aqui, o caixão estava cheio de tecidos (Raphael Copstein, entrevista, Porto Alegre, 2006).

O delegado é enganado porque ignora as práticas do lugar: não basta querer coibir o contrabando, é preciso conhecer seus segredos.

Quanto à familiaridade entre contrabandistas e aduaneiros, Olmo contou, em 2005, em Rivera que um contrabandista conhecido se fez fotografar no teto de um carro de polícia, abraçado ao aduaneiro, registrando a sólida amizade que nascera de capturas sucessivas. A história se apóia na experiência de uma fronteira que coloca em relação ao invés de isolar.

Familiaridade, em muitos casos, o que não significa que os acordos não devam ser respeitados, e que os papéis da fronteira sejam desempenhados pelos agentes, mesmo que se trate da *coima*, como mostra o relato de Álamo e Rosa, ouvido em Rivera Chico.

O contrabandista passara inúmeras vezes, naquele dia, pela guarda. Sempre cumprimentando, dava ares de familiaridade, até que o aduaneiro perde a paciência e responde ao olá sacando sua pistola e falando:
 – Não vão ser teus “boa tarde” que vão levantar as paredes da minha casa! (Álamo e Rosa, entrevista, Rivera, 2006).

O cotidiano é mostrado através de outra anedota, dessa vez apelando para o humor negro. Em 2006, em Santana do Livramento, Robles contou que

Eu me lembro do contrabando de corpo. (...) Foi o *causo* de gente morta, de um cara que morreu e queriam enterrar. Os parentes queriam enterrar em Santana, porque ele era brasileiro, né? Acontece que não podia passar o corpo pro Brasil. Oficialmente não havia corpo. Então, o que fizeram com o cara? Agarraram e disseram “bom, então vamos fazer o seguinte: bota ele dentro do carro”. O cara dentro do carro sentado, aí onde ele tá, com a mão abanando assim, ó, a mão assim parada, assim passaram o corpo, contrabandeado. Hoje é diferente, ali é uma sala velatória, tu vela ali e leva pra Santana bem tranqüilo. Não tem problema nenhum. E isso do corpo era bem verdade, o cara vinha com a mão abanando assim ó, bem durinho como uma *lechuza* [coruja]. (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006)

A idéia que se destaca é considerar contrabando qualquer liberdade em relação à legislação nacional, tomando a expressão como sintética das atitudes que buscam soluções para os problemas e especificidades locais. A idéia de contrabando é ampliada, abarcando os muitos recursos que são empregados na condição fronteiriça.

Em fontes escritas, há o relato do americano Todd Gitlin, ambientado na fronteira entre Estados Unidos e México

Semana após semana, um certo sujeito passava com um caminhão carregado de tralhas por uma fronteira. E, semana após semana, o oficial da alfândega, desconfiado, mandava-o esvaziar o carro em busca de contrabando. Nunca achava nada, e por isso era sempre obrigado a deixá-lo ir. Passaram-se longos anos. Um dia, o último antes de sua aposentadoria, o fiscal resolveu tirar aquilo a limpo. “Eu sei que você é um contrabandista”, disse ao motorista. “Nem adianta negar. Tudo que quero saber é: o que você carrega?”.

E o outro respondeu, “Caminhões, ora!” (apud MARTINS, J. 2003, p.1).

Apesar de um caminhão ser uma mercadoria sensivelmente diferente dos carrinhos de mão, e indo além da consideração de possíveis plágios, constata-se novamente que a fronteira pede passagem.

Compare-se o repertório acima com o relato de Alejandro Grimson (2003, p.28). O antropólogo argentino traz *anécdotas* – no sentido de contos, *causos* – que se passam na fronteira em Uruguaiana-Paso de los Libres:

Circulam por Uruguaiana dezenas de anedotas sobre a passagem da fronteira. Cada habitante tem uma pequena ou grande coleção de histórias sobre a alfândega argentina. Essas histórias são divididas com os amigos, a família ou os companheiros de trabalho. Algumas foram vividas na própria carne, outras lhes contaram, outras foram lidas ou vistas na televisão. A estrutura do relato é mais ou menos a mesma: um cidadão ou cidadã brasileiro/a pretendia cruzar a fronteira com uma motivação social ou cultural (uma partida de futebol, um concerto, ver a família, comprar um vinho argentino) e, ao chegar à Alfândega, encontra um problema grave (maus-tratos, um entrave aduaneiro, uma exigência migratória) que complica a passagem (durante alguns minutos ou uma noite). Finalmente consegue passar a um custo demasiado alto (de tempo, de paciência, de dignidade). [...] Alguns choferes, empregados e funcionários moram em Uruguaiana e precisam negociar de várias maneiras com os funcionários argentinos. Sentem que a fronteira “é um inferno”. [...] A convivência do povo, no dia-a-dia, “isso não temos, não gostam de conviver diariamente”. É raro que alguém vá à cidade vizinha para o aniversário de uma pessoa, “não tem amizade, não fecham as coisas, por que? Pela dificuldade na aduana para ir a Libres tu pensas duas vezes”. Roberto conta que passa seis meses sem ir à Libres, ainda que aprecie os alimentos, a roupa e outros produtos argentinos. Ele gostaria ao menos de passear, conversar com esse e aquele, “mas chega lá, estão mudos, né, não dizem uma palavra” (Roberto, engenheiro, 60 anos) (t.a).⁹⁵

⁹⁵ “*Circulan por Uruguaiana decenas de anécdotas sobre el cruce de frontera. Cada poblador tiene una pequeña o gran colección de historias sobre la Aduana argentina. Esas historias se comparten con los amigos, la familia o los compañeros de trabajo. Algunas las vivieron en carne propia, otras se las contaron, otras las leyeron o las vieron en la televisión. La estructura del relato es más o menos la misma: un ciudadano o ciudadana brasileño/a pretendió cruzar la frontera con una motivación social o cultural (un partido de fútbol, un concierto, ver la familia, comprar un vino argentino) y cuando llegó a la aduana se encontró con un problema grave (el maltrato, una traba aduanera, un requisito migratorio) que complicó el cruce (durante unos minutos o una noche). Finalmente logró pasar a un*

A longa citação descreve uma situação de fronteira extremamente limitante, causadora de sofrimento. A fronteira é comparada ao *infierno*, como no “Martín Fierro”, passá-la é fazer o cruze, uma cruz dividindo o lugar, cerceando os contatos, entravando as trocas, afastando comunidades vizinhas. Entre a linha imaginária em Santana do Livramento-Rivera e essa fronteira sináptica há uma enorme diferença, que não se deve à existência da fronteira natural, mas ao caráter cerceador do controle aduaneiro.

A fronteira é dramática e cômica ao mesmo tempo. O que se revela aqui não são as metáforas da fronteira – os significados derivados por vezes encontrados na literatura e expostos no capítulo anterior, quais sejam o sobrenatural, a morte. As anedotas apresentam preceitos sobre a forma de viver cada fronteira concreta, no tempo e no espaço.

No caso de Santana do Livramento-Rivera observa-se a adaptação do contrabando às transformações espaciais como o rodoviarismo – seria a *lambretta* originalmente uma mula? – e a urbanização, figurada no carrinho de mão. As anedotas tematizam as diferentes relações com os aduaneiros, sejam eles ignorantes (no caso da aposta) ou coniventes (como na reivindicação pelas “paredes da casa”), permissivos ou arrogantes no manejo da fronteira como um objeto do poder estatal que pode ser apropriado pelo agente encarregado de exercê-lo. Acima de tudo, registra-se o orgulho da população local em relação à sabedoria fronteiriça, difundindo jocosamente os expedientes criados para contornar o cerceamento dos contatos estabelecido pelo Estado-Nação. Tal conteúdo assemelha-se aquele observado na análise dos contos de contrabando, no capítulo anterior, onde se identifica a valorização da astúcia, da bravura e da rebeldia do contrabandista.⁹⁶

costo demasiado alto (de tiempo, de nervios, de dignidad). [...] Algunos chóferes, empleados y empresarios viven en Uruguayana y deben negociar de diversas maneras con los funcionarios argentinos. Sienten que la frontera “es un infierno”. [...] La convivencia del pueblo, del día a día, “isso nós não temos, não gostam de conviver diariamente”. Es raro que alguien vaya a la ciudad vecina por el cumpleaños de una persona, “não tem amizade, não fecham as coisas, por que? Pela dificuldade de aduana para ir a Libres tu pensas duas vezes”. Roberto cuenta que pasa seis meses sin ir a Libres, aunque le gustan los alimentos, la ropa y otros productos argentinos. Le gustaría al menos ir de paseo y conversar con uno o otro, “mas chega lá, estão mudos, né, não dizem uma palavra” (Roberto, ingeniero, 60 años).

⁹⁶ Falando da fronteira basca (França-Espanha) Hélène Velasco-Graciet (2006) aponta para a apropriação simbólica das zonas de fronteira pelas populações locais, que as transformam em “lugares da expressão da transgressão das normas nacionais”, levando à construção, naquele caso, de uma identidade singular, de vila de contrabandistas. Como no caso aqui estudado, os discursos

4.4. A ESPACIALIZAÇÃO DINÂMICA DO TERCIÁRIO FRONTEIRIÇO

No cotidiano da(s) cidade(s), o limite entre compras transfronteiriças e contrabando é de difícil demarcação. Por exemplo, um número recente do jornal “A Platéia”, que circula em Livramento-Rivera, em português e espanhol, trazia uma propaganda de eletroeletrônicos do *free shop*, com preços em dólar, ainda que tal comércio volte-se a venda para pontos mais distantes do território (05/10/2008, p. 9). Além disso, estimativas de informantes calculavam que cerca de 60% da população local estava envolvida com o contrabando.⁹⁷

É interessante resgatar as imagens propostas pelo geógrafo marroquino Hrou Azzi (2007, p. 4-5), que apresenta o contrabando como um rio cuja fonte situa-se nos territórios vizinhos ou distantes e que corre de forma perene, mas subterrânea, sendo visível apenas na nascente e na foz, onde ressurgue e toma forma no tecido comercial. Ele também descreve o contrabando ou descaminho como um cone, cuja base são os setores da economia que operam na legalidade, afunilando-se quando as mercadorias entram na ilegalidade ao passarem a fronteira. A base pode ser também constituída por produtos reexportados, importados legalmente para o mercado local, mas sendo desviados de seu destino declarado.

Ao identificar os lugares em que se contrabandeia em Santana do Livramento-Rivera, pode-se reconhecer uma mancha contínua de estabelecimentos voltados ao comércio e serviços transfronteiriços no espaço urbano de Santana do Livramento-Rivera, constituindo a base do cone figurado por Azzi. Especialmente, a mancha espalha-se da Av. Sarandí por algumas ruas paralelas e transversais, e seu contorno ampliou-se durante o período de realização desse trabalho,

daquela população são marcadamente irreverentes ao abordar as restrições estatais, os aduaneiros, suas rondas etc. Incluímos a fronteira gaúcha na afirmativa, ainda que não de forma tão taxativa de que: “Os discursos das populações fronteiriças são idênticos: todo indivíduo, pelas práticas transgressivas que cometiam nessa zona proscria, onde tinham a impressão de viver fora das normas impostas, de se distinguir do resto da comunidade nacional e de experimentar ‘a liberdade’” (t.n.). “*Les discours des populations frontalières sont identiques: chaque individu, par les pratiques transgressives qu’il menait dans cette zone proscrie, avait l’impression de vivre hors des normes imposées, de se démarquer du reste de la communauté nationale et de connaître ‘la liberté’*” (VELASCO-GRACIET, 2006, p.77).

⁹⁷ “Hoje, se tu vai aqui, nessa fronteira eu acredito que uma base de 60% dela vive de contrabando né? Principalmente Rivera. Sim, e já não é tanto, porque hoje temos muitos funcionários públicos, é a polícia, é intendência, ministério de *salud* pública, e mais seriam professores e assim vai.” (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

especificamente entre 2007 e meados de 2008, quando apresentou sua maior extensão em Rivera.

A principal razão para tal aumento foi a valorização do real em relação ao dólar, incrementando a competitividade dos produtos oferecidos no *free shop*, motivando excursões de compras de brasileiros (de várias cidades gaúchas e de estados como SC e MS) e ampliando o número de lojas, de 15 em 2004 para aproximadamente 50 em meados de 2008, empregando quase 2000 pessoas (A PLATÉIA, 16/12/2007). A relação do *free shop* com a conjuntura econômica é estreita: Gustavo Laclau, então diretor da Asociación Comercial e Industrial de Rivera, relatou que, em 1999, quando da desvalorização do real, havia 72 *free shops* em atividade em Rivera; já em 2002, quando aconteceu uma grave crise na Argentina, com sérias repercussões no Uruguai, houve cerca 3000 demissões no comércio de *free shop* (entrevista, Rivera, 20/07/2005)⁹⁸. A valorização do dólar em relação ao real, em fins de 2008, gerou uma imediata redução no movimento, ainda que as obras de expansão dos *free shops* tenham-se mantido, inclusive com investimentos de empresas de terceiros países.

Os turistas de compras são atraídos pelo *free shop*, levando à multiplicação de comércios de oportunidade como restaurantes, lojas de roupas fabricadas na Argentina, brinquedos e aparelhos eletrônicos chineses trazidos do Paraguai, que tomam a forma de estabelecimentos improvisados em portas de garagens, porões e similares. A multiplicação do número de vendedores ambulantes nas calçadas da área central de Rivera também aponta para a ampliação do movimento econômico. Segundo Gustavo Laclau, cerca de 60% do comércio de Rivera é informal, adaptando-se às variações conjunturais (entrevista, Rivera, 20/07/2005) (Fig. 24).

Além disso, em meados de 2007, inaugurou-se um supermercado Tata, a 13 quadras da fronteira, abastecendo riverenses, santanenses e turistas e propiciando a abertura de mais lojas voltadas ao comércio transfronteiriço nas suas redondezas. Em Santana do Livramento, os supermercados não vivem sua melhor fase, eram dez estabelecimentos de grande porte em 2005, no início desta pesquisa, e hoje são

⁹⁸ Os dados apresentados por Gladys Bentancor-Rosés diferem: segundo essa autora, em 2002, havia 52 lojas funcionando nesse regime, quatro a menos que em 2001 (2002, p.114).

cerca de cinco. Os hotéis, restaurantes e outras lojas que servem aos consumidores brasileiros aumentaram sensivelmente seu movimento.

É consensual a idéia de que há uma relação direta entre a valorização do real frente ao dólar americano e o aumento da área dedicada ao comércio transfronteiriço em Rivera, expresso no ditado êmico “a fronteira vai bem quando o país vai mal”.



FIGURA 24: Rivera: foto de comércio de ocasião sobre a *línea* – 2008

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

O comércio entre as cidades-gêmeas varia com as diferenças locais dos preços de bens de consumo, determinados pelas taxas nacionais sobre os distintos produtos, pelo custo de vida e pela oscilação cambial – a relação de troca entre o peso uruguaio, o real e o dólar americano (NEVES, 1976). Supondo a existência de um mercado unificado, a repartição do movimento de compras entre as duas cidades pende para a cidade que apresentar câmbio baixo, o que usualmente indica que a economia nacional está em retração. Na cidade que apresenta câmbio valorizado, somente o mercadorias e terciário raro mantêm sua atração sobre os consumidores do outro lado da linha (NEVES, 1976, p.155 e ss). Nas palavras de Julio Cairello: “*Mientras nuestra moneda fue fuerte, todo venia de allá, ahora ya tá*

más difícil la cosa, porque lo real está muy caro para nosotros". Assim, as trocas entre as cidades-gêmeas se distribuem, ampliam ou retraem em função do poder aquisitivo de suas populações.

Entretanto, o mercado local não depende apenas dos moradores das cidades-gêmeas, uma vez que as cidades fronteiriças polarizam mercados numa escala mais ampla, regional, de modo que o aumento das atividades econômicas numa cidade não se faz necessariamente a expensas do conjunto das atividades econômicas na outra. Por exemplo, a hinterlândia brasileira de Rivera extrapola sua cidade-irmã, uma vez que os *free shops* e os preços praticados do outro lado da fronteira atraem compradores de outras regiões. Daí que bons negócios em Rivera também trazem benefícios para Livramento, que servem aos "turistas de compras" atraídos pelas ofertas além-fronteira. Provavelmente, esse contingente seja cada vez mais expressivo, em vista do aumento nos deslocamentos rodoviários.

Pode-se concluir que, ainda que seja usual associar o bom momento econômico de uma cidade à decadência da outra, as queixas sobre a transferência de comércio entre as cidades nem sempre procedem. Tais discursos podem ser identificados como manifestações do espelhamento já discutido no capítulo 1, ou seja, do hábito de comparar os dois lados da fronteira, seja para lamentar-se sobre a bem-aventurança dos outros, seja para imitá-los em suas práticas mais bem-sucedidas, ou ainda para saber reconhecer e valorizar as diferenças e oportunidades dadas pela condição fronteiriça.

Na página seguinte encontra-se o mapa "Santana do Livramento-Rivera: materializações do terciário transfronteiriço – 2008" (Fig. 25).

A mancha de estabelecimentos é identificada como "comércio e serviços transfronteiriços", indicando armazéns da linha, depósitos de venda via balcão, lojas de materiais de construção e de roupas, postos de combustível, supermercados, *free shops*, casas de câmbio e cambistas ambulantes, camelôs, lancherias, queijarias, restaurantes e demais estabelecimentos dedicados primariamente à venda para a população flutuante vinda do país vizinho, que se dirige às cidades de fronteira com o propósito de adquirir mercadoria, de forma legal ou ilegal, seja para o auto-consumo ou para revenda.



FIGURA 25: Santana do Livramento-Rivera: materializações do terciário transfronteiriço – 2008.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman. Cartografia de Circe Dietz e Nola Gamalho sobre a carta topográfica de Santana do Livramento, 1984.

Esta concentração de lojas e serviços organiza-se em dois eixos. O primeiro estende-se junto à linha de fronteira por aproximadamente 3km, desde o cruzamento com a Av. 1825 (antiga Calle Cuaró, a principal do bairro Rivera Chico) até o fim da Av. Paul Harris.

O segundo eixo parte da linha pela Av. Sarandí e ruas paralelas. Estas vias abrigam estabelecimentos com regime de *free shop* e outras lojas de oportunidade, até a Calle Viera, onde a proximidade com as *Migraciones* já dava à vizinhança um caráter internacional, agora estimulado pelo novo supermercado; segue pelo acesso à Ruta 5, estrada que liga Santana do Livramento-Rivera a Montevideu e às cidades uruguaias localizadas na porção oeste do país, onde encontram-se transportadoras, paradas de ônibus, a Zona Franca e várias barracas de couro. Vale lembrar que essa segmentação em fenômenos internacionais, nacionais e locais aqui só se justifica pelas operações analíticas que realizamos.

Os pontos dedicados ao transporte rodoviário, como os terminais, as paradas de ônibus regulares, os depósitos de venda via balcão, os estacionamento dos ônibus fretados e as transportadoras também estão indicados no mapa das materializações do terciário transfronteiriço. Estes são pontos referenciais para *bagayeros*, turistas de compras e transportadores de mercadorias em grandes volumes. Os “órgãos nacionais de controle fronteiro” no espaço intra-urbano incluem a Delegacia da Receita Federal e a Polícia Federal em Livramento, a *Aduana* uruguaia e as *Migraciones*, em Rivera. Deve-se notar que a maior parte do controle de mercadorias se faz fora da cidade, em órgãos integrados a partir de acordos no âmbito do Mercosul, permitindo que controles mais demorados sejam realizados sem prejudicar os fluxos urbanos. A instalação das barreiras aduaneiras fora do centro urbano parece ampliar a liberdade com que se realizam as trocas no interior da(s) cidade(s).

Outras materializações do comércio transfronteiriço, no caso, indiscutivelmente ilegal, são as barracas ou depósitos de contrabando, especialmente couro, lã, madeira. Tais armazéns podem ser usados pelo proprietário ou alugadas como depósito para mercadorias de terceiros. Segundo os informantes, Olivo, um eminente contrabandista da(s) cidade(s) tem várias barracas

junto à linha⁹⁹. A localização dos galpões é estratégica: na fronteira, mas fora do centro da cidade, onde é possível realizar volumosas operações de carga e descarga, sem chamar tanto a atenção:

Aí tu te pergunta por que tão pertinho assim um do outro, essas obras, mas só que uma obra é do lado uruguaio e outra é do lado brasileiro. Por que nesse beco aqui? Supostamente porque aqui não *hay* um controle tanto da polícia, fica mais longe pra chegar, uma coisa e outra, quando se movimenta, a polícia de lá vem e avisa eles: “olha aqui, temo indo”... Entendes? Então, com aquela caminhoneta vermelha que tu vê ali... eles fazem todo o tempo a campana, o seu batedor... vem um caminhão dele, ele vem na frente e controla... aí por rádio ele avisa (Robles, entrevista/excursão, Santana do Livramento-Rivera, 25/01/2006).¹⁰⁰

As várias barracas e casas de Olivo localizam-se em bairros periféricos de Livramento e Rivera – razão pela qual não constam no mapa das materializações do comércio fronteiriço. Muitas vezes, são fortalezas bem equipadas para a boa vida. Segundo Robles, o bairro Sacrificio de Sonia, em Rivera, teve rede elétrica e o abastecimento de água estendidos por iniciativa de Olivo, numa troca de favores que constrói a autoridade do contrabandista, mesmo entre os agentes do Estado:

Ele foi que mandou integrar e fazer um monte de coisa aí. Agora tem uma coisa, né? Eles dão vida pra pobreza. O casario ao lado daquele galpão lá de baixo, ele botou água só pro pobrerio usar a água dele. Tiver que ajudar um, ele ajuda, dentro da própria polícia, dentro da *comisaría* essa de cá, ele ajuda a pagar água e luz pros milico, entende?, veio um aí, disse que tamo com tal problema lá, então tá, *hay* um dinheiro por mês que eles dão, tu entende, pra aduana, pra polícia... (idem).

A urbanização de Livramento-Rivera sempre esteve relacionada a demarcação do limite e aos lugares que permitem sua passagem, como mostramos no capítulo 1. As cidades surgiram para demarcar, mas tornaram-se uma só por obra de intercâmbio duradouro. Das vantagens locais para a indústria surgiram os bairros Armour e Wilson. O contrabando, como um dos esteios da vida fronteiriça, está na origem de Rivera Chico. O processo não se concluiu, na medida em que novas áreas, como o Sacrificio de Sonia, são ocupadas ou urbanizadas em função de sua situação propícia ao trânsito clandestino de mercadorias.

⁹⁹ Informações sobre Olivo podem ser encontradas no Apêndice C. O mesmo ainda não foi entrevistado porque, nas palavras de Robles, “o cara é meio arisco”.

¹⁰⁰ A íntegra dessa entrevista, realizada no veículo do informante enquanto o mesmo apresentava os lugares do contrabando em Livramento-Rivera, transcrita e ilustrada com fotografias dos pontos visitados, encontra-se no Apêndice C. Grande parte dos informantes fala *portuñol*, e por vezes foi possível inserir nas transcrições indicações dos usos locais da língua.

4.5. O MERCADO FRONTEIRIÇO E SEUS AGENTES

A população da(s) cidade(s) se abastece em ambos os lados da fronteira, escolhendo em função do preço e da qualidade atribuída ao artigo. O que poderia ser caracterizado como “contrabando intra-urbano” é facilitado pela inexistência de qualquer limite físico, pela concentração da população junto à linha fronteira e pela naturalização da prática, vista como um hábito do lugar, isento de censura moral. Nas palavras de um informante *“son oportunidades si, es perfectamente natural andar dos cuadras e ir al comercio más allá”* (Romero, entrevista, Chuy, 06/03/2008).

De parte dos comerciantes, a condição fronteira é mais um elemento a ser considerado. Como diz Robles, “o cara que põe um comércio aqui não pensa só em Livramento. Ele pensa que vai vender pra nós. Hoje somos uma base de 200 mil habitantes na cidade. Mais o flutuante que nós temos, que deve ser de 30 mil pessoas diárias” (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

De forma geral, produtos industrializados, remédios e derivados de petróleo são comprados em Santana do Livramento, enquanto carnes, fiambres, laticínios, derivados do trigo, vinho e lãs são adquiridos em Rivera. Peças de carro brasileiras são compradas no Brasil, enquanto as partes de reposição dos carros importados em circulação no Brasil são trazidas do Uruguai, onde são mais baratas porque sujeitas a menos impostos. O mesmo ocorre com as bebidas importadas para o Uruguai.

Note-se que não são produtos fabricados naquele país, mantendo-se, portanto, a condição uruguaia de entreposto, que não se extinguiu com as negociações voltadas à criação de uma união aduaneira no âmbito do Mercosul. Uma análise histórica dos produtos contrabandeados cotidianamente mostra uma reversão nos fluxos dos produtos industrializados, ligada à substituição de importações no Brasil depois da II Guerra Mundial. Se hoje são os produtos industrializados brasileiros – principalmente eletrodomésticos e carros – que vão para o Uruguai, antes se traziam produtos importados de terceiros países para o Brasil, com intermediação uruguaia, conforme se viu no capítulo 1.

Observa-se que há uma constante atualização das práticas comerciais no lugar. Novas regras para o comércio internacional somam-se à oscilação cambial,

fator preponderante na mudança da conjuntura e das oportunidades que esta coloca, de modo que os fluxos não são cristalizados. Lembremos do relatado sobre o comércio de farinha no capítulo 1, onde as restrições ao comércio internacional de trigo e seus derivados, em meados do século XX, são transformadas em vantagens para os comerciantes transfronteiriços e desencadeiam a “fase da farinha” argentina no Brasil.

Se a farinha argentina ou uruguaia tem sido preferida, pelo preço e qualidade, me surpreendi, em julho de 2008, com a abertura, no lado brasileiro, de armazéns na linha (garagens e depósitos convertidos) cheios de sacas de farinha. Explicaram-me que a farinha é argentina, exportada para o Brasil e então vendida (em que condições legais?) para o Uruguai. Os fronteiriços, nas compras para consumo cotidiano, continuam privilegiando massas e pães uruguaios, talvez feitos com farinha comprada no Brasil e produzida na Argentina. É interessante que a incerteza cambial e o conseqüente redesenhar dos fluxos não são vistos necessariamente como problemas, sendo entendidos também como recursos que se apresentam aos moradores do lugar, adaptados à condição fronteiriça.¹⁰¹

Como estratégia comercial, a lógica do espelhamento orienta a decisão do empresário uruguaio que possui um *free shop* em Rivera e um supermercado em Livramento, atuando nos dois principais setores do terciário fronteiriço contemporâneo, conforme as variações no câmbio. Localmente fala-se também em lojas-espelho, aludindo à existência de duas lojas do mesmo ramo, uma em cada lado da fronteira, pertencendo à mesma pessoa, a fim de contornar os efeitos destrutivos da oscilação cambial e de facilitar o aproveitamento do diferencial de preços. Como exemplo, temos duas óticas e dois postos de combustível, operando um de cada lado da fronteira e pertencendo ao mesmo dono (Figs. 26 e 27).

A segmentação de agentes locais descrita por Grimson; Vila (2002), opondo os comerciantes de um aos do outro lado da fronteira e ambos aos contrabandistas

¹⁰¹ “E quando dá uma variação de moeda, por exemplo, de preço, por exemplo, aqui de repente o *aceite* tá mais barato, de repente fica mais barato do lado de lá... aí passam daqui de Livramento pra ir lá comprar, ou vender ou vivem lá, porque varia de uma cidade à outra, o sea que tu tens o recurso. Se tu quer trabalhar, se tu quer te movimentar, mesmo sendo em contrabando, tem. (...) Todo o comércio na fronteira é com isso? São duas cidades, um só povo. Porque tem um comércio aqui e trabalha com o Uruguai, tem um comércio no Uruguai e trabalha com os brasileiros. A fronteira (...) propicia sim, a união”. (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

não procede na fronteira aqui descrita. Ao afirmarem que os comerciantes formais são os maiores interessados na manutenção das barreiras que criam os diferenciais de preço no limite internacional, os autores desconsideram que, por vezes, os empresários possuem interesses em ambos os lados da linha e se valem destes para lucrar com o movimento comercial gerado pelas diferenças cambiais¹⁰².



FIGURAS 26 e 27: Santana do Livramento e Rivera: fotos do espelhamento nos postos de combustível – 2007

Fonte: Fotos de Adriana Dorfman.

Note-se que um critério importante para as decisões de consumo é a atribuição de qualidade às mercadorias e fornecedores. Segundo Andréa Quadrelli-Sánchez (2002, p.61):

Esta fronteira apresenta, para sua população, uma série de oportunidades e recursos novos e estratégicos, e é neste sentido que falamos de um sentido prático da fronteira.

Se considerarmos uma prática como o contrabando, esta prática revela uma estratégia cotidiana ou um sentido prático da fronteira para comprar ao melhor preço, melhorar a rentabilidade ou adquirir produtos diversos. Porém, a população fronteiriça, que pratica o contrabando cotidianamente, o faz em função de determinadas suposições sobre qual é o melhor fiambre (para riverenses e santanenses, o queijo e o fiambre uruguaio é de superior qualidade e se compra em Rivera), onde se conseguem os melhores lençóis e toalhas de banho (tradicionalmente em Livramento), onde comprar os

¹⁰² “Os comerciantes formais e informais das cidades [de Posadas, AR e Encarnación, PY] que, histórica ou momentaneamente, têm preços mais baixos, também estão entre os interessados na manutenção dos diferenciais de preço que aumentam suas vendas. Então, quais são os principais prejudicados pela fronteira? Nessas cidades essencialmente comerciais, os maiores prejudicados são os comerciantes formais das cidades (histórica ou temporariamente) mais caras, por exemplo, Posadas. Entretanto, eles não reivindicam o desaparecimento da fronteira, ao contrário, reivindicam um controle mais estrito do contrabando-formiga. Ou seja, eles querem que a fronteira seja mais forte, e não que ela desapareça”. (t.n.) (“*The formal and informal merchants of those cities that, historically or momentarily, have lower prices, are also very interested in maintaining the price differentials that increase their sales. Therefore, who are the most hindered by the border? In these quintessentially commercial cities, the most hampered are the formal merchants of the (historically or temporarily) more expensive cities, for instance, Posadas. Nevertheless, they do not request the disappearance of the border, but instead ask for a strict customs control against “contrabando hormiga”. That is, they want the border to be more powerful, not to disappear.*” (GRIMSON; VILA, 2002, p. 83).

medicamentos mais confiáveis (geralmente nas farmácias uruguaias), etc., etc. Isto é, não é conveniente falar de sentidos práticos da fronteira sem considerar as idéias, estereótipos ou representações que riverenses e santanenses têm desta fronteira e de si mesmos, porque para os atores fronteiriços o mundo da fronteira não só se divide em dois (antes e depois *da linha, cá ou lá ou deste lado e do outro lado*), também se carrega de uma série de valores que determinam que coisas são melhores, onde e por quê são melhores, desde as escolas ou os serviços públicos até a aspirina, as linguiças, os biscoitos ou os cachorros.

Dessa forma, as óticas de Rivera são consideradas melhores, possivelmente porque se atribui aos uruguaios maior seriedade e ao seu ensino uma qualidade superior, implicando maior qualificação da mão-de-obra. A possibilidade de aplicar critérios qualitativos às mercadorias é mais freqüente entre as classes médias da(s) cidade(s), visto que suas opções incluem escolhas que implicam maiores gastos.

Entre os usos cotidianos da fronteira esse é dos menos problemáticos, porque ambas as partes – comprador e vendedor – se beneficiam. Poucas pessoas reclamam desse hábito, em geral os comerciantes do outro lado da fronteira, que resgatam argumentos nacionalistas, como a necessidade de constituir um mercado interno e proteger a indústria nacional, mas que também usam da estratégia de abastecimento binacional em suas casas.

Como dito anteriormente, em 2005, havia 10 grandes supermercados em Santana do Livramento, abastecendo uma vasta hinterlândia uruguiaia, vendendo em real, peso uruguiaio, peso argentino e dólar. Havia um claro superdimensionamento da rede de varejo, quando comparada com outras cidades de igual tamanho, e nesse caso pode-se afirmar que tais lojas não atendiam apenas à população da(s) cidade(s). Em 2008, saltam à vista o número de postos de gasolina e farmácias espalhados por Santana do Livramento¹⁰³.

Os produtos com grande contraste nos preços praticados em cada lado da fronteira podem desaparecer das lojas do lado menos competitivo. O gás de cozinha é um exemplo visível: literalmente inexistente na cidade uruguiaia e é facilmente identificável nos depósitos ao ar livre de Santana do Livramento. Durante um

¹⁰³ Há, portanto, mudança nos poucos anos que separam este texto da tese de Quadrelli-Sánchez (2002, p. 61), onde se afirma que havia uma preferência pelas farmácias uruguaias, tidas como mais sérias.

período bastante longo, motos carregadas com até oito bujões de gás eram marca da paisagem. Uma lei recente proibiu (e foi acatada) a circulação de tais veículos.

Crescendo em nível de envolvimento dos agentes locais com o contrabando, tem-se o dito contrabando de ocasião, em que a população complementa a renda obtida em atividades formais com incursões ao comércio ilegal de mercadorias. Segundo um informante:

Não é nada raro o sujeito pensar:

– Hoje tá chovendo, ninguém vai vir, terça-feira, dia calmo... Ah! vou lá fazer um frete...

Aí o cara fecha a loja dele, onde ele trabalha normalmente, vai aumentar a renda, né, sei lá, se virar de algum jeito. (Olmo, entrevista, Livramento, 07/2005).

Ou o que conta uma amiga nascida na fronteira:

Meu pai era funcionário do DAER [Departamento Estadual de Estradas de Rodagem], claro que não dava para educar e vestir uma família tão grande. Então, no fim-de-semana, a gente cruzava a fronteira pra tomar banho de rio, as crianças se ajeitavam em cima da lona, e embaixo iam ventiladores desmontados. (Petúnia, entrevista, Porto Alegre, 2006).

Um frete, atividade bastante inocente, ou uma excursão familiar, tornam-se ocasião para o contrabando, à moda da fronteira. Nota-se que a facilidade de cruzar a fronteira banaliza a decisão de incrementar a renda com essas iniciativas. Observe-se também a expressão frete, onde o passador se apresenta apenas como encarregado do transporte das mercadorias.

Fatores sazonais influem no movimento. No verão, as melancias plantadas na área rural de Rivera são muito consumidas no Brasil, oferecidas em pirâmides na beira das ruas e estradas, especialmente ao longo da linha. Na excursão com Robles, entreviui-se um guarda da aduana, questionado sobre a continuidade da colheita de melancias em sua chácara: “Se não dá, a gente faz dar!”. Além de policial, ele é granjeiro, além de plantar melancias, ele as contrabandeia. Subsiste a adaptação que já se encontrava no bando de Rafael Pinto Bandeira (GIL, 2003) ou noutros momentos do passado da região do Prata (MOUTOUKIAS, 1988, p. 202). No inverno é a madeira do *monte nativo* (o bosque natural) que é oferecida junto à linha, em barracas improvisadas.

Existem também os camelôs da linha. Segundo Enrique Mazzei (2002a, p.69), são majoritariamente de Rivera (só 10% nasceram em Livramento) e oferecem em suas bancas mercadorias como óculos, CDs, roupas, cosméticos, bolsas e cigarros, trazidos do Paraguai. O *Bagashopping* se instala em construções fixas na “Praça dos Cachorros”, antigamente conhecida como Pérgula, sobre o limite internacional e em frente à Aduana uruguaia (Fig. 28). Tais comerciantes infringem – além das leis ligadas à alfândega e aos *royalties* – ao artigo 11 do Estatuto Jurídico da Fronteira, assinado em 1933 por Brasil e Uruguai, onde se proíbe a construção ou reconstrução a menos de dez metros do limite internacional, nas zonas urbanas e suburbanas.



FIGURA 28: Rivera: foto do *Bagashopping* na linha com estátua da Pérgula – 2006

Fonte: foto de Adriana Dorfman.

Tal artigo foi resgatado em 2002 pela presidência uruguaia, propondo a desocupação da linha. Depois de embates, o despejo do *Bagashopping* não se efetivou, devido à forte mobilização dos camelôs, que alegavam serem concessionários do espaço em disputa, respaldando-se nas taxas pagas à Intendencia de Rivera, de acordo com a Ordenanza Municipal de junho de 1995 (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 83-86). As contradições entre a legislação nas

diferentes escalas foram estrategicamente acionadas pelos interessados, ativando sua condição fronteiriça¹⁰⁴.

Há três tipos de operadores de câmbio monetário em ação na(s) cidade(s). Há grandes casas de câmbio em toda a mancha do terciário transfronteiriço. Essa é uma atividade tradicional em Rivera, praça de lavagem de dinheiro conhecida além da escala local, como explica Julio Cairello:

Lavagem de dinheiro também é uma indústria nacional, não apenas aqui. Há casas de câmbio que não têm nada que ver com Rivera, há bancos em que não entram riverenses nem por acaso, estão todos aí, agências em que vêm os brasileiros, já que no Brasil se controla muito o imposto de renda, é tudo muito controlado, aqui não, recém começam a discutir se vão taxar a renda, ainda não foi decidido, então sonégam, não é?¹⁰⁵ (t.n.) (entrevista, Rivera, 21/07/2005).

Também localmente, as casas de câmbio resolvem o problema das moedas estrangeiras deixadas nas caixas registradoras de Livramento diariamente. Enquanto no Uruguai podem-se usar todas as moedas, no Brasil é preciso trocá-las, só se pode negociar em moeda estrangeira com autorização do Banco Central, e é crime de evasão de divisas não declarar a saída de moeda. Recorre-se à legislação mais distendida em vigor no país adjacente. Com o grande movimento comercial das cidades, surge uma taxa de câmbio local, que reflete as tendências internacionais e as políticas nacionais, aos quais agrega o movimento comercial local.

O segundo tipo são os cambistas itinerantes, agentes das casas de câmbio uruguaias, que trabalham visitando as lojas algumas vezes por dia para trocar

¹⁰⁴ A visão aqui apresentada difere daquela de Enrique Mazzei, ao descrever a posição dos camelôs como reféns: “Essa situação, talvez legitimada em sua base pelo jogo político local, mas cotidianamente exposta ao vai-e-vem regulamentarista municipal e ministerial motivado por demandas de diversas origens locais, condiciona a uma maior insegurança as já precárias condições de trabalho, constituindo o grupo como um setor cativo e responsável final de um complexo de decisões e permissividades das quais são reféns ou sujeitos passivos, mais que atores principais.” (t.n.) (“*Esa situación, quizás legitimada en su base por el juego político local, pero cotidianamente expuesta a los vaivenes reglamentaristas municipales y ministeriales derivados de reclamos de diverso origen local, condiciona a una mayor inseguridad a las ya precarias condiciones de trabajo, constituyendo al grupo como un sector cautivo y responsable final de un complejo de decisiones y permissividades de las cuales son ‘rehenes’ o sujetos pasivos, más que actores principales*”) (MAZZEI, 2002b, p. 6).

¹⁰⁵ “Lavado de dinero, eso es una industria nacional también, no es solo acá. Hay casas de cambio que ni, no tienen nada que ver con Rivera, hay bancos que no entran riverenses ni por casualidad, están ahí, todo las agencias, por ejemplo, viene un brasileño, en el Brasil se controla mucho los impuestos, no?, principalmente el impuesto a la renta, es muy controlado, acá no, acá recién ahora están discutiendo si van a poner uno a la renta, todavía no se resolvió, entonces cuando ya no pagan impuestos, sonégan, no?” (Julio Cairello, entrevista, Rivera, 21/07/2005).

moeda. Observei em mais de um comércio a chegada nada discreta de duplas de homens ou mulheres jovens em motos, com *pochettes* recheadas de grandes maços de pesos, dólares e reais, para recolher depósitos e distribuir troco. Na(s) cidade(s), as lojas, mesmo aquelas que podem ser descritas como portinholas, aceitam as várias moedas em circulação, mas preferem dar o troco na moeda estrangeira, provavelmente para diminuir a quantidade a ser trocada com os cambistas.

Robles explica como funcionam os câmbios e qual sua relação com o contrabando:

R: Não deixa de ser contrabando, né? Sabia que de dinheiro também existe contrabando?

A: Pois é, eu tava falando com o [diz um nome]. Ele tava contando.

R: O cambista? Tanto que ele fazia cinco mil real na época que era um por um, dólar e real tavam um por um.

A: E aí, valorizou o real.

R: Então assim... houve um problema, eles eram muitos sócios e então perderam dinheiro.

A: Pois é, ele tava falando assim, se eu entendi direito, ele disse que, como todo mundo compra em real do lado de lá e em peso do lado de cá, e no fim do dia não pode ser assim, o cara tem que destrocar a moeda novamente. No fim do dia ou durante dia. Aí fica esse negócio de troca e destroca, e troca e destroca. Esse é o lance?

R: Isso é o câmbio.

A: E tem as casas de câmbio grande que precisam juntar de volta os pesos. Mas por que que elas compram?

R: Acontece o seguinte... Como é que vou te explicar? Eles começam com um capital durante o dia, né? E se ele vai fazer de cambista, por exemplo, emprestam dinheiro pra ele trabalhar. Então ele trocou todo aquele dinheiro, por exemplo, deram pra ele dez mil reais. Aí ele trocou um pouco a peso, um pouco a dólar, um pouco a dinheiro argentino, e assim vai, e todo vice-versa. Ele pegou esse dinheiro argentino e vendeu o dinheiro argentino e deram pra ele em real, só que aí vem um argentino de lá que lhe sobrou real e quer entrar pra dentro do Uruguai e vende. Assim começa. É um troca-troca que até *mareta*, que até tu te troca... [risos] E quando chega no fim do dia, ele tem que pagar pro cara os dez mil reais.

A: Essa hora é um desespero então...

R: Não é um desespero, que tudo o que tu fez, fez consciente no normal, tem que *manejar* nos lucros. Digamos que em cada troca tu ganha uma porcentagem de *coima*, uma porcentagem.

A: Mas tem câmbio brasileiro?

R: Não, não tem câmbio aqui em Livramento no momento. Tinha ali em frente da Praça Internacional, o Turim, eu acho que era. Teve um tempo e de repente sumiu. Eu não sei o que houve, porque dentro dessas casas de câmbio tem *lavado* de dinheiro, né? (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Cada estabelecimento comercial tem sua taxa de câmbio, fazendo com que os moradores da(s) cidade(s) levem tanto pesos como reais na carteira, contornando câmbios desfavoráveis eventualmente praticados nas lojas. Isso significa que as

peças também compram moeda estrangeira, e em algum momento também passam pelos cambistas de rua, o terceiro tipo de agente de câmbio. Isso não representa qualquer dificuldade, porque há pelo menos dez guarda-sóis pintados com nomes como Johnni, Ademir, Jorge, e sob cada um deles um ou mais cambistas e sua calculadora em frente ao Parque Internacional. Sendo um hábito, as pessoas têm um agente com quem preferem negociar, se cumprimentam, se chamam pelos nomes, fazem piadas, o cambista faz um preço especial etc. Nessas barracas há, por vezes, cigarros paraguaios ou americanos, ou alguma mercadoria em demanda, como bebida ou relógios (Fig. 29).



FIGURA 29: Santana do Livramento-Rivera: foto dos cambistas na Praça Internacional – 2006

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

Essa atividade mostra como as práticas locais são subitamente alçadas à escala global, pois o setor financeiro tornou o Uruguai conhecido internacionalmente como a “Suíça latinoamericana”, não no sentido de desenvolvimento social, mas de paraíso fiscal. É essa liberalidade que explica a visibilidade e a facilidade das operações dos cambistas, que representam o ponto extremo de uma rede de extensão global. Ao mesmo tempo, é interessante observar que cada estabelecimento comercial define, dentro de uma determinada margem, sua própria “política cambial”, que combina oferta, procura e taxa de câmbio. Por exemplo: o dono acredita poder atrair mais clientes usando uma taxa de câmbio baixa, porque

supõe ser essa a tendência? Ou acha que determinada moeda está em queda, por isso prefere evitar retê-la? Aceita cartões de crédito internacionais, porque assim “branqueia” seu dinheiro? Muitos outros tipos de contrabando são encontrados em Santana do Livramento-Rivera. Os mesmos gêneros trazidos pelas *bagayeras* são transportados em quantidades vultosas, em caminhões que atravessam a fronteira em lugares desertos e depositam o açúcar ou o combustível em galpões, onde serão depois envasados e “orientalizados”. Os envolvidos nessas operações são os peões de contrabando dos dias de hoje, pois administram a passagem de mercadorias de propriedade alheia.

Entre as modalidades de contrabando, destaca-se o tradicional – mas sempre atualizado – abigeato, ou seja, o roubo ou contrabando de gado, carne couro e lã. Uma reportagem do Correio do Povo, de 1972, descrevia as bases da prática:

É a estrada larga. De uso comum, de brasileiros e uruguaios. Atravessando o dorso da coxilhas, de um lado as estâncias rio-grandenses, de outro, as uruguaias. Os marcos de alvenaria, que assinalam o gume da linha divisória vão se sucedendo, no leito do *callejón*, 500 ou mil metros um após o outro. E à esquerda, indo de Livramento para o oeste, as porteiras das estâncias uruguaias indo para o *callejón*, e à direita as porteiras das estâncias brasileiras, também dando para o *callejón*. Algumas displicentemente abertas.” (ALMEIDA, 1972, p. 18).

A extensa fronteira seca combina-se aos latifúndios, às redes estabelecidas na época dos frigoríficos e à facilidade de aquisição de terras por estrangeiros no Uruguai.¹⁰⁶ O controle fiscal desses produtos se faz de duas formas: a primeira é realizada nas propriedades, através do censo agropecuário uruguaio, muito detalhado; a segunda é pelas guias de exportação das barracas de couro e lã. As duas formas estão sujeitas à fraude. Falando sobre o censo agropecuário, Nogal explica que se pode vender a carne e apresentar apenas o couro, mesmo que a propriedade onde supostamente foram criados os animais não possua dimensões para contê-los:

Adriana: E aqui tem um negócio que eles marcam uma por uma, eles sabem...

Nogal: Há, aqui sim, desde os tempos da ditadura, né? Se na ditadura tinha um tipo que tinha mil vacas, morria uma, ele tinha de *sacar* o couro e dar conta na *comisaria* e levar a oreia, a marca da vaca. Quando ele vendia o

¹⁰⁶ Apesar de não ser tema do presente trabalho, cabe lembrar que o mercado de trabalho na agricultura brasileira e uruguaia, na fronteira é fortemente entrelaçado, levando a mobilidade geográfica da mão-de-obra, geralmente em condições muito precárias.

couro, tinha de ser a mesma marca, né? Quem fez dinheiro foi o [diz um nome] ele vendia pelo Brasil, por aí, por exemplo, cem, duzentas, trezentas vacas, e eles devolviam o couro. Quer dizer que ele fazia negócio, né? *Pero...* devia ter só três, quatro quadras [de campo]. (Nogal, entrevista, Rivera, 19/07/2007).

Higuerón, um informante qualificado, aponta que as estatísticas da produção de lã no departamento de Rivera são as mais elevadas do Uruguai (200 a 300% a mais) por conta dos barraqueiros, que compram a lã no lado brasileiro e a depositam em suas barracas, providenciando documentos que a legalizem através de guias de barracas inativas. Assim, os informantes costumam ironizar os procedimentos estatísticos, corroborando para a afirmativa feita no início deste capítulo, de que a análise estatística só pode ser levada a cabo na fronteira com muita atenção.¹⁰⁷

Segundo Gladys Bentancor-Rosés, isso configura o “contrabando técnico: a aquisição e venda de guias obtidas através de falsificação e/ou compradas de produtores”, que podem assumir diferentes formas: alteração na declaração de volume, compra de guias em branco (2002, p. 107). Como lembra um informante, as barreiras sanitárias também são burladas nessas operações. Nas palavras de Nogal:

É como a lã brasileira, por exemplo, os tipos compram a lã brasileira aqui, milhares, e iludem como é?, o fisco brasileiro. Eles têm ali, como é?, aquela guia, como é?, são três guias que dizem né, que usam, os barraqueiros ali, não é?, os benditos iam nas barracas acertar as guias e aí chega e é tudo frio. Tem barraca que está fechada, mas ficam os expedientes tudo. Tão já no ramo e conseguem as notas já vencidas, frias e fazem. Vem aqui pro Uruguai, não paga imposto, entra como contrabando. *Pero* que passa?, quando o homem vai vender a lã ela é que paga imposto e quanto não ganha com essa lã? Isso é o contrabando, o mesmo com a vaca que vem do Brasil. Por que se a vaca está mais barata no Brasil, se vai lá e se compra. [...] esses problemas de aftose, e eles siguem com as vacas que sabem que são vacas brasileiras (Nogal, entrevista, Rivera, 19/07/2007).

Deve-se notar que tal contrabando se faz principalmente através de operações ligadas à documentação das operações de compra, venda e beneficiamento dos produtos primários, envolvendo grande número de funcionários públicos, o que ocasionalmente desencadeia operações anticorrupção, de efeito limitado no tempo e no espaço. Um informante no Chuy resume: “*Ahí está el gran contrabando, de papeles y no cargado*” (Romero, entrevista, Chuy, 06/03/2008)

¹⁰⁷ Outros exemplos são dados na dissertação de Gladys Bentancor-Rosés (2002, p. 108): os registros de animais perdidos com couro, cuja média nacional gira em torno de 1,5%, chegam no departamento de Rivera a 10% do rebanho; há uma propriedade que passou cinco anos sem declarar nascimentos de terneiros, apesar de contar com um plantel de 1700 vacas e 150 touros.

4.6. EXTRATERRITORIALIDADES E CONTRABANDO

O recurso à extraterritorialidade é usual na fronteira, pois permite ao Estado incentivar projetos econômicos em áreas consideradas deprimidas por sua situação de margem da economia nacional, ao facilitar aos agentes privados a exploração da renda fronteiriça. Por extraterritorialidade entende-se o estabelecimento, pelos governos dos Estados-Nação, de regimes de exceção em porções do território nacional, seja no que diz respeito a leis trabalhistas ou ambientais, à arrecadação de diferentes impostos etc.¹⁰⁸ Zonas francas, distritos de processamento para exportação, áreas de livre comércio, *free shops*, além de regimes de isenção como a venda via balcão multiplicam-se e, com estes, desenvolvem-se novas estratégias de contrabando.

Os *free shops* foram instalados no Uruguai a partir de 1986, com argumentos de espelhamento: visavam ressarcir o comércio riverense frente a um longo período favorável à Livramento e outras cidades fronteiriças, motivado pelo crescimento “milagroso” da economia brasileira na década de 1970 e, especificamente, pelo desenvolvimento industrial muito superior. Essas lojas são isentas de impostos de exportação, operam principalmente com mercadorias de luxo produzidas em terceiros países, na condição de venderem apenas para os consumidores finais estrangeiros. Os *free shops* buscam tirar vantagem dos momentos em que a oscilação cambial aumenta o poder de compra dos brasileiros, atraindo-os para a fronteira. Entretanto:

O *free shop* foi feito aqui justamente para isso, para vender para os brasileiros, porque de fato nós que vivemos aqui não podemos comprar no *free shop*, é tudo para o exterior, essa é a lei. Na verdade compramos tudo que queremos no *free shop*, porque eles têm a documentação dos brasileiros, porque para comprar no *free shop* tem que ter, quem compra, a documentação brasileira. Eu não sou brasileiro, mas vou ali e compro o que quero. Como eles lançam isso? Têm fichas de brasileiros que compram ali e nelas colocam o que compram. Pronto, quem

¹⁰⁸ “A suspensão total ou parcial de regulamentos e taxação em territórios delimitados é uma prerrogativa dos Estados nacionais. O estatuto de extraterritorialidade permite a criação de *territórios especiais* onde certas normas válidas no território nacional são suspensas (mas não as leis) pela própria autoridade constituída. Atualmente é um expediente cada vez mais mobilizado pelos Estados como uma forma alternativa de regulação das fronteiras internacionais para atender objetivos econômicos. Tanto os centros financeiros *offshore* como as zonas francas ou área de livre comércio são as grandes beneficiárias desse estatuto.” (MACHADO, L. 2006, s/p).

vai checar? Às vezes há uma investigação, mas no geral não (t.n.) (Julio Cairello, entrevista, 21/07/2005).¹⁰⁹

Além das vendas para uruguaios, o contrabando ligado aos *free shops* consiste na revenda das mercadorias por eles importada para a comercialização no Brasil. Os turistas de compras, que transportam perfumes, aparelhos eletrônicos, etc. desrespeitando o valor máximo de US\$ 300,00 podem ser enquadrados por descaminho. Há redes que operam, no entanto, com milhões de dólares: ocasionalmente são noticiadas apreensões, em operações da Receita Federal do Brasil e da Polícia Federal, de caminhões de bebida, de produtos eletroeletrônicos, mídia como CDs e DVDs, destinados, em princípio ao *free shop*, mas desviados para comercialização no interior do Brasil.¹¹⁰

No início dos anos 2000, foram criados os regimes extraterritoriais de “exportação direta” para vendas por indústrias, e “exportação indireta”, intermediadas por estabelecimentos comerciais, o que é mais difundido em Santana do Livramento¹¹¹. Mais conhecida como “venda via balcão” trata-se principalmente da venda aos uruguaios de materiais de construção e bebidas, reconhecíveis pelo rótulo *for export only*. Como não há isenção de importação no Uruguai, as mercadorias saem legalmente do Brasil, mas entram ilegalmente no Uruguai. Muitas vezes as mercadorias são vendidas no Brasil, constituindo ainda outro tipo de sonegação. Nas palavras de um informante: “via balcão só é legal em cima dos marcos”.

¹⁰⁹ “El free shop se hizo acá justamente para eso, para vender para los brasileños, porque de hecho, nosotros, los que vivimos acá no podemos comprar no free-shop, es todo para el exterior, pero esa es la ley. En realidad compramos todo que nos da la gana en el free-shop, porque ellos tienen la documentación de los brasileños, porque para comprar no free-shop tiene que tener, la persona que compra, documentación brasileña, yo no soy brasileño pero yo voy allí y compro lo que quiero. ¿Como ellos descargan eso? Tienen fichas de brasileños que compran allí y después en las fichas de los brasileños lo que compran. Pronto, ¿quién vá averiguar? A veces hay alguna investigación, pero en general no.” (Julio Cairello, entrevista, 21/07/2005).

¹¹⁰ É o caso da Operação Prata, desencadeada em 2004 e 2005, que revelou uma quadrilha que movimentava milhões de dólares por mês. Uma das conseqüências das prisões relacionadas a tal operação foi o assassinato já mencionado, de dois policiais civis brasileiros. (SUSPENSE..., 2006).

¹¹¹ Trata-se da suspensão de IPI, do ICMS, Cofins e PIS/Pasep para as mercadorias destinadas a consumo fora do Brasil, vendidas em real (§ 1º do art. 1º e no art.3º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003 da CAMEX). No entanto, a venda via balcão esbarra na norma de bagagem do Ministério de Economia e Finanzas do Uruguai, que segue o tratado do MERCOSUL prevendo isenção de US\$150 dólares em compras em fronteiras terrestres e taxa de 50% sobre mercadorias que excederem o valor (Decisão 18/94 do Tratado de Ouro Preto, regulamentada no Decreto 572/94) (ACIL, 2007).

Na prática, isso é acomodado por discretos depósitos junto à linha, com porteiros que se abrem rapidamente quando da chegada de kombis e outros carros, com vidros geralmente pintados de branco, que providenciam o transporte das mercadorias vendidas por caminhos laterais à Aduana (Figs. 30 e 31).



FIGURA 30: Rivera: foto da aduana com marco e desvio para mercadorias vendidas via balcão – 2005

Fonte: foto de Adriana Dorfman

Robles explica como a “exportação indireta” circula nas cidades e entra como contrabando no Uruguai:

R: Por exemplo, faço frete, vou lá na [diz o nome de uma empresa], no cara onde faço frete, carrego a caminhonete, ele me dá a nota e eu passo na Receita. Vou lá na Alfândega, a Alfândega confere a nota, confere a mercadoria, tudo certinho, carimba a nota, ficam com a minha via e me entregam uma via, já têm uma terceira via, aí. Só que aí, no momento que eu passei pro lado, lá a mercadoria já é contrabando, no Uruguai. Aqui no Brasil é legal, exportação em reais.

A: Mas aí passa direto pela aduana?

R: Não passa na Aduana uruguaia. Não, pois lá é contrabando.

A: Porque a gente tava no Porto Seco da outra vez, aí o cara mostrou pra gente aquele monte de portão e aí sobe lá atrás e ele disse que lá é a exportação via balcão. E como é que faz pra não passar pela aduana deles lá?

R: Como faz? Como faz, é... tem óculos escuros aí? [risos] Entendesse? Vai ter que ver até que ponto não apertam do outro lado. A Alfândega tá sendo omissa em certos pontos, a mercadoria não vai desaparecer ao passar aquele portão ali, ela não vai virar fumaça, ela teria que aparecer em algum lado.

A: Isso vale tanto pra grande quanto pra pequeno?

R: Sim, tanto que uma embalagem que tu compra do via balcão onde diz que é proibido de vender em território nacional. A venda em território nacional brasileiro, né? Porque tem a isenção de vários impostos. Uma caixa de Black Stone, sabe o que é? É um uísque dos mais barato que tem.

Hoje tá 34 reais mais ou menos. E eles ali tão vendendo a 60, 70 reais. Quer dizer que é muito mais que o dobro.

A: Mas aí não tem gente que compra de via balcão e consome no Brasil?

R: Mas até eu passo no Uruguai, vejo uma cervejinha e carrego. Tu vai aqui ao lado aonde vende refrigerante, bebida, é tudo cerveja Sintra. Aqui em Livramento tem vários comércios onde tu vai encontrar a cerveja Sintra. Porque se tu não vai comprar na via balcão ela é muito mais cara, então tu ta encontrando dos dois tipos. (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).



FIGURA 31: Rivera: foto das kombis e depósitos de venda via balcão sobre a linha de fronteira – 2007.

Fonte: foto de Adriana Dorfman – 2007.

O grande movimento de compradores brasileiros em Rivera motiva atualmente queixumes nos comerciantes de Livramento, que reivindicam a extensão do regime de exceção ao lado brasileiro da fronteira¹¹². As queixas também são

¹¹² Por exemplo: “Na Assembléia Legislativa [do RS], estará sendo realizada uma audiência pública [...]. A crise [...] está centrada no fato de os comércios dos municípios de Fronteira, bem como demais setores, assim como a economia (mediante não circulação de dinheiro) vivem estagnação, enquanto as empresas uruguaias, sobretudo de *free shops*, vendem milhões de dólares, especialmente para brasileiros. Desemprego, fechamento de lojas, queda nos serviços, atraso nos tributos, encerramentos de empresas, marginalidade, ausência de dignidade via miséria, entre uma série de outros problemas sociais e socioeconômicos são as principais conseqüências dessa realidade. A legislação sobre as áreas de fronteira (outrora áreas de segurança), nascida no governo Getúlio Vargas e ratificada no regime militar, impede que 47 mil quilômetros quadrados do território gaúcho sejam aproveitados economicamente. A maior parte desse território está na Metade Sul. Livramento, Jaguarão, Chuí, que fazem fronteira com cidades que têm *free-shops*, assim como Quaraí, entre outros, querem e precisam de medidas compensatórias, haja vista os problemas que enfrentam. Mais de 100 prefeitos, em Livramento, em evento da Confederação Nacional de Municípios e Famurs, recentemente, diagnosticaram com amplitude essa crise institucional” (Zero Hora, 16/12/2007).

incorporadas pelos defensores da proposta de diminuição da largura da faixa de fronteira, para 50 km¹¹³. Paradoxalmente, argumentos nacionalistas são usados numa reivindicação dos agentes locais pela internacionalização do espaço fronteiriço, liberando quase 50 mil km no Rio Grande do Sul a investimentos estrangeiros, especialmente aqueles ligados à silvicultura e à produção de celulose. Há uma metamorfose no discurso, de reforço da soberania nacional para a busca crescente de inserção nos circuitos internacionalizados de produção.

Vale notar que essas medidas reforçam o papel de entreposto das cidades-gêmeas, já que tanto o *free shop* quanto o regime de venda via balcão visam aproveitar a renda fronteiriça para atrair consumidores de outras localidades.

A Zona Franca de Rivera, pensada como pólo atrator de industrialização da área, é apontada como tendo tido resultados limitados em sua proposta original. Afirma-se que opera mais como lugar de maquiagem e depósito de contrabando¹¹⁴. É difícil precisar quanto dessas informações correspondem à realidade, mas como já foi dito anteriormente, vale como verdade local, ou ao menos depõe sobre a onipresença do contrabando no imaginário do lugar.

Diante de tantas iniciativas, por parte dos Estados-Nação, de estabelecimento de extraterritorialidades na fronteira, os inúmeros expedientes usados pelos habitantes da linha podem ser entendidos como arranjos na escala local, fora da legalidade nacional, soluções *ad hoc* empregadas e legitimadas por grande parte da população, podendo-se falar de extraterritorialidades locais ou territorialidades contrabandistas. Reiteradas vezes ouvi informantes justificarem a prática do

Observe-se que os municípios citados permaneceriam na faixa de fronteira, mesmo com sua redução para 50 km.

¹¹³ Segundo o Projeto de Emenda Constitucional 49 de 2006, do senador Sérgio Zambiasi, modificando a lei 6634/1979, que vincula à segurança nacional a necessidade de uma faixa de 150 km vedada a investimentos estrangeiros.

¹¹⁴ “Na Zona Franca são imensos galpões para o contrabando, aonde as coisas chegam de qualquer parte do mundo, do Brasil ou de Montevidéu, por onde for, a aí lhes mudam as marcas, e seguem para o mercado interno, para o Brasil, para São Paulo, as coisas vindas da Europa, é zona franca porque não paga imposto, só mudam o nome da mercadoria e pronto (...) chegam containeres todos os dias no porto de Montevidéu” (t.n.) “*Nós decimos zona franca, enormes galpones, y todo para el contrabando, porque traían las cosas allí, a la zona franca, de cualquier parte del mundo, tanto por Brasil como por Montevideo, por lo que sea, e ahí les cambiaban las marcas de las cosas, seguía para el mercado interno, y venían para el Brasil, San Pablo, y todas cosas que venían de Europa, es zona franca porque no pagan impuestos, solo cambiar el nombre de la mercadería e ya está, e al puerto de Montevideo todos los días llegan containeres.*” (Julio Cairello, entrevista, Rivera, 21/07/2005).

contrabando como uma alternativa à falta de emprego e políticas sociais para a fronteira; denunciam também que as medidas extraterritoriais não são pensadas para o desenvolvimento regional, mas para benefício de membros da elite:

R: Não adianta terminar com contrabando, tu tem que ter emprego. Pra dar um emprego tu tem que montar o que? Fábricas.

A: Mas tirar dinheiro de onde pra montar fábrica, né? Fábricas que queiram investir...

R: Não tem ninguém, ninguém investe aqui. Tudo que se investe é com interesse político. A Zona Franca é só de interesse político, os free shop é uma coisa política, pra que? Pra gerar emprego supostamente, mas não é pra gerar emprego, é pra abrir posto [de trabalho] pra gente que tenha capital pra investir. Tem gente manejando os interesses políticos, né? Tu não pode dar emprego público pra ele, né? Pois então vamos dar um espaço pra ti abrir um free shop. E lá os cara iam abrir um free shop... (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Utilizar o conceito de extraterritorialidade, normalmente reservado às medidas estatais, aplicando-o aos atos dos habitantes da região fronteiriça não visa descaracterizar o conceito, e sim sublinhar que as práticas dos fronteiriços em vários âmbitos da vida cotidiana possuem regras e lógica próprias, mesmo quando conformam exceções à lei estatal, dando margem à identificação de uma extraterritorialidade local.

Propor a existência de uma territorialidade contrabandista parte da apropriação da proposta de Bertha Becker ao afirmar que as territorialidades expressam práticas espaciais coletivas fundadas na “convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentânea, e cuja articulação com os demais níveis se faz através de conflitos e de sua superação, isto é, através das relações de poder” (1988, p. 109).

4.7. ESCALAS DA TERRITORIALIDADE CONTRABANDISTA

O contrabando é praticado em escalas muito variadas. Sem esgotar o objeto, identifiquei em Santana do Livramento e, especialmente em Rivera, vários tipos, como o contrabando cotidiano; o abigeato; o *bagayo*; a revenda de produtos dos *free shops*; além de outras formas de contrabando envolvendo grandes volumes, valores e distâncias, que não são aprofundadas nesta tese.

Pode-se classificar o contrabando conforme o artigo e o volume contrabandeado; conforme a origem e o destino da mercadoria (rural ou urbano, do ou para o Brasil, Uruguai ou terceiros países); conforme a antigüidade da prática (o *bagayo* e abigeato têm sido praticados ao longo da formação territorial desta região, o que não quer dizer que não se atualizem; existem formas emergentes, como o contrabando de componentes de informática, de sementes transgênicas ou de agrotóxicos¹¹⁵); conforme o número de contravenções implicados (trata-se apenas de elidir impostos ou do trânsito de mercadorias proibidas?; há suborno, coerção, crime ambiental, assassinatos associados ao trânsito das mercadorias?); conforme a rede mobilizada; conforme o volume transacionado etc.

O foco desta pesquisa é a espacialização dos agentes, de modo que organize a discussão segundo a inserção sócio-econômica do contrabandista e a descrição dos lugares por onde eles circulam, na rede gerada pelo contrabando¹¹⁶. As diferentes práticas de contrabando ligam-se às características de seus protagonistas em termos sociais, econômicos e geográficos.

Os contrabandistas podem ser pobres e fazer a compra e o transporte eles mesmos; podem ser ricos, operando em grande escala e usando várias rotas, com vínculos locais de ocasião se valendo de peões¹¹⁷.

Os contrabandistas pobres ou *bagayeros* não encontram outra ocupação profissional ou se valem do contrabando como forma de complementar sua remuneração. Segundo os relatos das informantes, são auto-empregados que usam

¹¹⁵ Uma série de reportagens publicadas no jornal porto-alegrense Zero Hora, em fevereiro de 2008, traz dados sobre o contrabando de agrotóxicos: em 2005, foram presas duas pessoas; em 2006, 17 e em 2007, 50 pessoas foram flagradas com cargas ilegais de agrotóxicos. O volume também vêm crescendo: 0,55 mil litros e 5,9 quilos (2005); 2,5 mil l e 740 kg (2006) e 8,8 mil l e 4,5 t (2007), apenas em Santana do Livramento. Segundo o periódico, os agrotóxicos produzidos na China são contrabandeados para o Brasil (num valor de US\$360 milhões por ano) através do Uruguai (30% da mercadoria, com destino ao RS, MS e MG) e do Paraguai (70% do total contrabandeado para lavouras no PR, SP e MG). Além de cometer contrabando (lei 334 do Código Penal), há crime contra a lei 7802/1989 (que regula a utilização de agrotóxicos) e contra a legislação ambiental (lei 9605/1998) (GRAEFF, 2008).

¹¹⁶ Tal opção liga-se ao objetivo de construir uma geografia dos agentes que praticam a fronteira, e é diferente daquela do geógrafo marroquino Hrou Azzi (2007), que trabalha em três níveis: aquele das estruturas de comércio, o das localizações e o dos bairros periféricos. Segundo Alain Musset, uma descrição do contrabando deveria organizar uma tipologia por níveis de capitalização, tipo de produto e escala de ação; ou privilegiar sua característica tradicional ou emergente (entrevista, Paris, 23/02/2007).

¹¹⁷ Conhecidos no contrabando paraguaio como mulas, laranjas ou *naranjas*, trabalham para grandes contrabandistas, principalmente trazendo cigarros, geralmente em ônibus fretados (Juíza Salise Sanchotene, entrevista, Porto Alegre, 15/02/2006).

o contrabando como uma alternativa ao mercado laboral restrito. Tal informação é corroborada por Lídia Schiavoni (2005), que afirma que “nessas buscas não apelam para ‘qualquer coisa’, recorrem a experiências prévias, à rede de relações e/ou garantias gerada pelo conhecimento de casos bem-sucedidos”¹¹⁸. Normalmente aprenderam o ofício com os pais ou com amigos que já faziam as viagens.

Sua relação com a aduana é dúbia, por vezes contam com a conivência da guarda aduaneira, por outras são submetidas à perda da mercadoria e mesmo a humilhações, dada sua posição de elo fraco no tecido social. O controle aduaneiro não é muito estrito, mas é imprevisível, e a conivência pode se dar por interesses econômicos ou em troca de favores, por compartilhamento de uma rede social ou por certa solidariedade de classe que legitima o contrabando-formiga. São tipicamente mulheres uruguaias, que viajam em bandos de quatro ou cinco pessoas, abastecendo-se em Livramento nos armazéns da linha, onde estabelecem relações duradouras. Da mesma forma, os clientes nas cidades de origem são conhecidos de antemão, muitas vezes são parentes ou vizinhos de bairros populares que adquirem a mercadoria para consumo próprio ou para abastecer suas vendas.

Eventualmente podem-se encontrar homens no *bagayo*; entretanto, os homens têm alternativas como cortar madeira nos bosques e, no caso de contrabandear, voltam-se para o transporte noturno de cigarros, CDs piratas ou bebidas, em geral mais rentável do que o transporte de mercadorias mais triviais como alimentos, roupas ou, no máximo, remédios¹¹⁹.

Os contrabandistas médios têm boa inserção na sociedade local, geralmente exercem atividades legais e mesmo de destaque na comunidade, o que lhes propicia

¹¹⁸ “A idéia de autoempregar-se surge como uma saída diante de um mercado restrito. Os indivíduos mais necessitados tentam obter ganhos, mas nessas buscas não se apelam para ‘qualquer coisa’, recorrem a experiências prévias, à rede de relações e/ou garantias gerada pelo conhecimento de casos bem-sucedidos, assim esboçando possíveis caminhos” (t.n.). “*La idea de autoemplearse surge como una salida frente a las restricciones del mercado. Los individuos más constreñidos por las necesidades intentan obtener algunos ingresos pero en estas búsquedas no se hace “cualquier cosa” sino que las experiencias previas, la red de relaciones y/o garantías que brinda el conocimiento de casos exitosos, así se esbozan posibles caminos*” (SCHIAVONI, 2005, p.347).

¹¹⁹ Segundo relatou Lapacho, um amigo em necessidade aceitou levar do Uruguai para o Brasil algumas centenas de CDs ocultos no motor de seu carro. O peso da carga fez com que andasse lentamente, o que despertou a desconfiança da Polícia Rodoviária brasileira, levando à revista do carro e à prisão por contrabando. O informante lamentava a má sorte do amigo, desmoralizado diante da filha pequena (que o acompanhava para ajudá-lo, uma vez que Lapacho havia declinado o convite à excursão). Observe-se que a vergonha estava em ser preso, e não em contrabandear (Lapacho, entrevista, Livramento, 12/2007).

vínculos com os fiscais da fronteira, usados para passar sua mercadoria e evitar que seus concorrentes o façam. Como relata Nogal, policial uruguaio aposentado, figura folclórica: “E quando prendi um brasileiro? um que tem uma barragem, qual é o nome dele? [diz o nome], pode ser? Ele me ofertou uns dólares e que eu fosse caçar e pescar na barragem dele e eu disse que ele tava preso, mas no outro dia me correram.” (entrevista, Rivera, 19/07/2007).¹²⁰

Muitas vezes esses membros da sociedade local abastecem suas lojas com produtos de contrabando; noutros, usam suas lojas ou serviços para adquirir produtos que serão revendidos ilegalmente: é o caso de desvio de bebida alcoólica, destinada ao *free shop*, para venda ao Brasil; do transporte de peças automotivas e combustíveis originários no Brasil nas linhas de ônibus regulares uruguaias; das manobras de nacionalização de couro e lã nas barracas (depósitos) espalhadas pela cidade. Devido à posição social privilegiada, não é fácil aceder localmente a informações sobre suas operações, e sabe-se mesmo de assassinatos ligados à eliminação de testemunhas¹²¹.

Nas vezes que tentei contato com comerciantes de Santana do Livramento-Rivera, obtive acolhida fria. Na Asociación Comercial Industrial de Rivera, ACIR, dois senhores uruguaios muito experientes no comércio transfronteiriço, um dono de uma companhia de ônibus e outro proprietário de duas óticas, uma em cada lado da linha, deram um longo depoimento (Fig. 32). O problema é que ambos negavam saber qualquer coisa fora do senso comum sobre o assunto, afirmando que “Claro, se eu for no supermercado lá [no Brasil] e precisar de copos, estando barato eu trago”. No entanto, um deles já tinha sido processado por contrabando de gasolina.¹²²

¹²⁰ A íntegra dessa entrevista encontra-se no Apêndice D.

¹²¹ É o caso de dois policiais civis brasileiros encontrados mortos em Rivera em fevereiro de 2006. Eles haviam sido afastados de suas funções em 2004, após anos de trabalho na delegacia de polícia de Livramento, por terem sido flagrados pela Polícia Federal agindo como batedores de um carregamento de uísque de *free shop* que rumava para São Paulo (relatos em campo; SUSPENSE..., 2006; SEPULTAMENTO..., 2006; PCS BRASILEIROS..., 2006).

¹²² A frustração causada por essa entrevista ainda não foi completamente analisada, na medida em que a mentira coloca em xeque a figura do informante – agora um *deformante* – e, com ele, toda a prática de pesquisa que se baseia em depoimentos. A leitura do artigo de Janaína Amado sobre o “Cervantes de Goiás” (1995), que trata de um desconcertante depoimento mentiroso recolhido pela pesquisadora, e de sua interpretação vinte anos depois, recoloca a questão: mais do que mentiras, o que queriam dizer os informantes? Quais as lições que eles deram?



FIGURA 32: Rivera: foto em entrevista na ACIR/CEB – 2005

Fonte: foto de Adriana Dorfman.

Em certos casos, o contrabando é a fonte de enriquecimento. É o caso de Olivo, *self-made man* comparado nas histórias locais a tio Patinhas. Começou seu ofício com apenas uma bicicleta, que até hoje ele guarda, sendo atualmente dono das barracas de couro e depósitos de contrabando citados em seção anterior. Olivo foi chamado em uma entrevista de “o contrabandista más grande que tem aqui”, atestando sua importância e seu vínculo no lugar.

Dos grandes contrabandistas pouco ouvi, apenas algumas histórias sobre volumosos transportes de ouro ou dólares encontrados com russos, sobre um deputado ou senador brasileiro que traz, de avião, metralhadoras AR-15 do Paraguai e sobre as manobras da Zona Franca, que envolvem componentes eletrônicos, drogas e armas:

Nogal: - Eu vou *cerca*, esse problema da zona franca do cara aí. Caíram poucos, né, [diz um nome], que um é dos maior traficante de drogas que tem aqui neste Rivera e cosa, e ele tá no Brasil e teve até o dia que se casou a filha e tinha até os PM de custódia dele, né? [...] isso foi um contrabando *millonário*. La famosa zona franca, que caíram vários comissários: o comissário de Melo, [diz um nome, diz outro nome]... Caíram como nove implicado, além de vários empresários grandes. [contrabandeando] de tudo, cigarro, whisky, eletrônicos, que a zona franca é por *donde pasa* tudo para os *free shops*, não é?

Adriana: - E como é que descobriram?

N: - Bueno! Ai, este, foi problema de dois políticos. Veio o [presidente do Uruguai] que não gostava do [presidente anterior], que é o dono da máfia, [...] e então agarrou a inteligência e fez rastrear ele e... Antes não podia prender porque prendia um caminhão e mandavam largar (entrevista, Rivera, 19/07/2008).

Como se vê, os grandes contrabandistas dedicam-se a afazeres múltiplos e com ramificações em outras escalas.

4.8. O BAGAYO: TERRITORIALIDADE E AGENTES

Os *bagayeros* são contrabandistas que operam com sua capacidade de cruzar a fronteira, e não com documentação ou outra burocracia. Vale citar Hrou Azzi, geógrafo marroquino, teorizando sobre o contrabando e a economia informal em espaços fronteiriços em vias de desenvolvimento para observar a explicação que ele dá para a ação dos *pacotilleurs* (aqui traduzido por *bagayeros*):

A forma mais simples de contrabando, aquela dos *bagayeros*, que atravessam a fronteira mais de uma vez por dia e praticam o contrabando em massa ou o pequeno contrabando, está associada à organização do encaminhamento das mercadorias por bandos de contrabandistas equipados de material adequado e preparado para todas as eventualidades. É nesse contexto e dadas suas características seculares e o papel da proximidade geográfica, que populações inteiras aderem a tal atividade. Além disso, certos setores desse tráfico são prerrogativa de uma única tribo, excluindo as demais. O caráter étnico ou tribal é um elemento básico na organização e no acesso a tal atividade (t.n.) (AZZI, 2007, p.3).¹²³

O trecho transcrito estabelece, primeiramente, que o tipo mais elementar de contrabando é o *bagayo*; que há um grande número de pessoas envolvido na atividade; que os *bagayeros* se organizam em bandos; que a prática é tradicional; que se liga à convivência nas fronteiras; que há um elemento étnico que dá acesso à atividade e que forja o limite da cumplicidade.

¹²³ “La forme la plus simple, celle des *pacotilleurs*, qui traversent la frontière plus d’une fois par jour et pratiquent la contrebande de masse ou la petite contrebande, est associée à l’organisation de l’acheminement des marchandises par des bandes de contrebandiers équipées en matériel adéquat et préparées pour toutes éventualités. C’est dans ce contexte et vu le caractère séculaire et le rôle de la proximité géographique que des populations entières adhèrent à cette activité. Et plus encore certains secteurs de ce trafic sont l’apanage d’une seule tribu en excluant des autres. Le caractère ethnique ou tribal est un élément de base dans l’organisation et l’accès à cette activité”. (AZZI, 2007, p.3).

O que acontece em Santana do Livramento-Rivera tem vários pontos em comum com o descrito acima. No caso aqui em estudo, o *bagayo* apresenta-se como um ofício tradicional de fronteira, aprendido com os pais e amigos, com certa clivagem de gênero, sendo exercido – em geral – por mulheres. As *bagayeras* atravessam a fronteira repetidamente, em grupos originários da mesma cidade, o que certamente não as aproxima de uma tribo ou etnia, mas estabelece uma coincidência de percurso.

Trata-se do transporte de produtos como cigarros, bebidas alcoólicas, erva-mate, açúcar, sal, óleo, refrescos em pó, maionese, gelatina, biscoitos variados, doces, sabonetes, vestuário, roupas de cama, sapatos, lingerie e bijuterias, sempre de marcas populares e o mais barato possível, em quantidades que variam de dois a meia-dúzia, ou seja, um micro-varejo, chamado localmente de *surtido*, que pode ser traduzido como sortido ou como rancho, ou ainda, provisões. Encontrei algumas que levavam medicamentos genéricos, por serem muito mais baratos que os uruguaios, ainda que com extremo cuidado e discrição, uma vez que essas mercadorias se afastam do *surtido*, fogem de um dos princípios do *bagayo*, colocado por Magnolia da seguinte forma: “*yo trabajo con la tranquilidad*”. Alguns homens exercem o ofício, podendo se especializar no transporte de certos produtos, como cigarros.

As *bagayeras* reúnem-se nos armazéns da linha, no lado brasileiro da rua-linha (Fig. 33), onde as entrevistei, esperando os momentos de menor agitação para conversar, observando suas atividades enquanto montavam seus volumes.



FIGURA 33: Santana do Livramento: foto das *bagayeras* na linha – 2006.

Fonte: foto de Adriana Dorfman.

Em janeiro de 2006, visitei a Casa Globo. O dono, sr. Encina, foi extremamente prestativo. Seu armazém constituía uma espécie de atacado do *bagayo*, onde os uruguaios provenientes de várias cidades abasteciam-se de *surtido*. Duas manhãs nesse estabelecimento resultaram em muitas entrevistas, feitas sobre o balcão da loja ou no banco (Fig. 34). Esclareço que o dito banco, que tornava esse estabelecimento atraente para as contrabandistas, era um assento, e não uma fonte de crédito. Dele pôde-se avistar a vasta rede em que a atividade se desdobra.

Encina conta que as compras são pagas à vista, o maior movimento se dá no começo do mês, e que “os piores momentos da linha são quando o real está muito alto”. Quando o peso está alto, as pessoas “se perdem [têm a mercadoria confiscada] de manhã, vêm de tarde de novo”.



FIGURA 34: Santana do Livramento: foto do banco na Casa Globo – 2006.

Fonte: foto de Adriana Dorfman.

As *bagayeras* que entrevisto vêm de ônibus de Tacuarembó, Paysandú, Florida, Tranqueras, Vichadero e Paso de los Toros (Fig. 35: Uruguai: hinterlândia do *bagayo* oriundo de Santana do Livramento – 2008). Note-se que algumas viajantes vêm de cidades limítrofes à Argentina. Segundo elas, algumas passagens da fronteira foram dificultadas por protestos argentinos contra a construção das fábricas de celulose, ou *papeleras*, em território uruguaio. Além da maior facilidade de acesso, alguns preços são mais convidativos em Livramento. As *bagayeras* mantêm sua ocupação mesmo exercendo seu ofício noutra lugar.

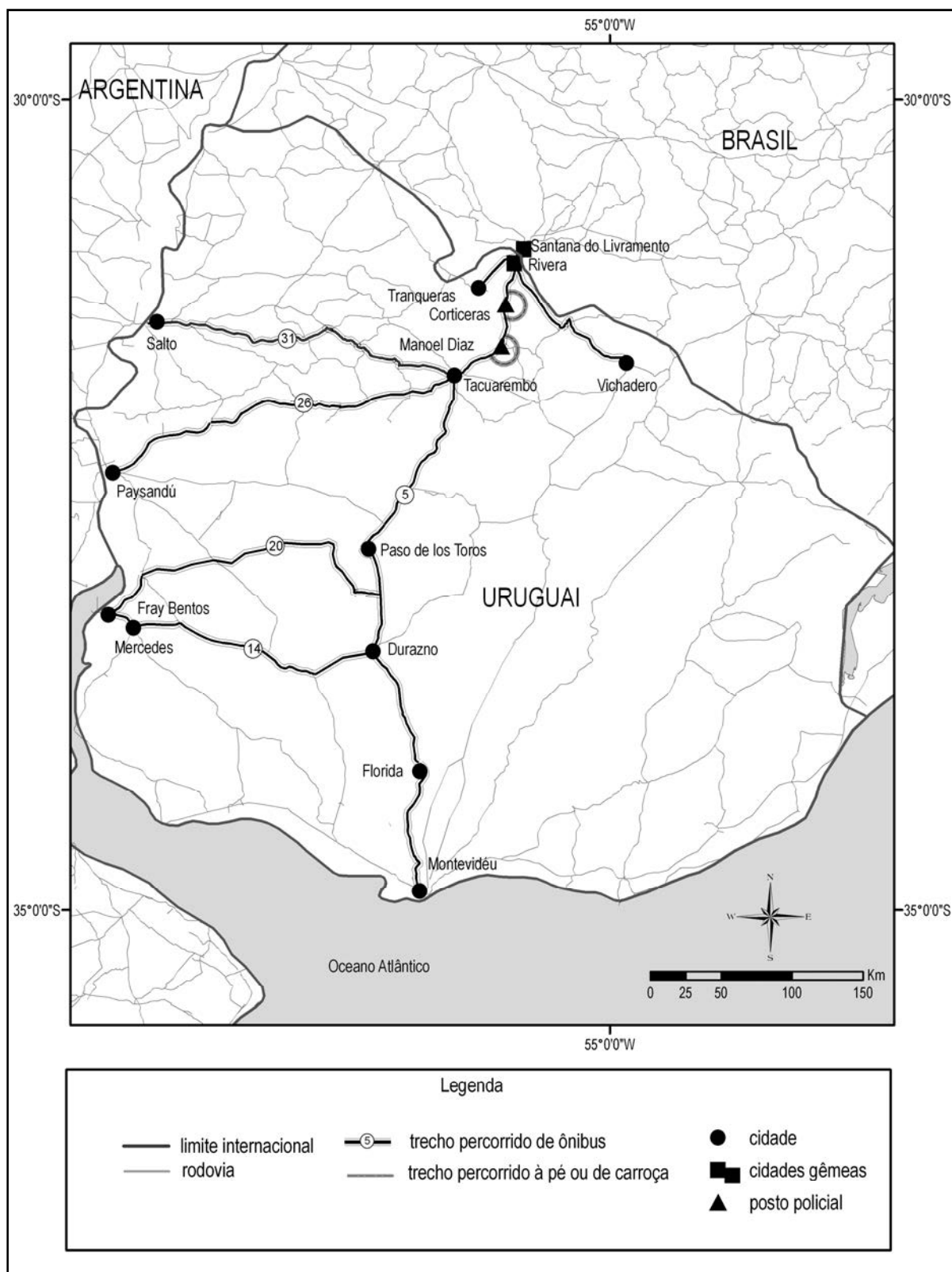


FIGURA 35: Uruguai: mapa da hinterlândia do *bagayo* vindo de Santana do Livramento – 2008.

Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman. Cartografia de Circe Dietz e Nola Gamalho sobre bases do INPE/ Departamento de Defesa Americano / Grupo Retis.

Algumas *bagayeras* vêm acompanhadas de ajudantes que, com a aprendizagem da atividade, podem começar a agir por conta própria. Outras trazem seus filhos (especialmente no período de férias escolares), o que é visto como mais uma vantagem para as mulheres, que não têm que se preocupar com quem vão deixá-los durante sua jornada de trabalho. Várias informantes relataram ter aprendido o ofício com o pai ou irmão, mostrando tanto o caráter tradicional como a função da viagem em família na transmissão da experiência.

Em julho de 2007, a Casa Globo fechou e no lugar há um novo atacado, chamado Casa Vargas, *clean* e bem equipado. As paredes foram pintadas de uma cor clara e têm câmaras em ângulos altos do salão. Há um computador no caixa (posicionado em frente para a entrada da loja) para controlar estoque e dar nota de compra. Não há mais banco “porque atrai tanto o bom como o ruim”, frase de Perera, proprietário da loja, que não precisa ser interpretada porque era mais uma forma de desconversar do que uma assertiva, tratava-se mais de um “não é da tua conta. Porque vou te explicar coisas que quem precisa saber, sabe? E se tu não sabe é porque não precisa saber”, invocando o pacto de silêncio que me exclui, que exclui o *outsider*.

Perera é curtido do sol e muito atento, olhar rápido e jeito desconfiado, *self-made man* orgulhoso de sua trajetória, fez questão de me mostrar as fotos dos estabelecimentos anteriores, primeiro uma carroça, depois um barraco, depois um barracão que vendia madeira e lenha e agora essa casa na linha. As fotos estão ao lado da sala da gerência, construída num mezanino no fundo do salão, com entrada pelo depósito (através de corredores feitos de pilhas enormes de sacos de açúcar, que supostamente seriam vendidos quilo a quilo) e janelas sobre o movimento. Conversamos principalmente enquanto ele atendia o caixa e conversava com clientes ou alguém que vinha resolver algum pequeno negócio, como deixar um cheque. Ele jogava o tempo todo com me dar atenção ou não, responder ou não minhas perguntas, era reticente e acompanhava as frases interrompidas com olhares que eu entendia como dizendo: “sobre esse assunto estamos todos de acordo e não há muito mais a dizer”.

Os compradores recebiam algum registro da compra, porque quando começam a ser atendidos, o vendedor anota os pedidos num bloco, sempre entre

piadas e frases curtas. O movimento acelerado de buscar no depósito o açúcar, as balas etc., arrumá-los numa pilha e conversar em voz alta dá muito dinamismo à cena. O vendedor ainda se encarrega de acompanhar o comprador ao caixa e voltar para atar as compras, ajudar o cliente a levá-las até o veículo, ou fazer uma pilha num canto aguardando a entrega. A transformação da casa Globo na casa Vargas foi mais do que uma mudança de razão social: uma forte aceleração no ritmo do estabelecimento acompanha o rebatismo. Desaparece o banco e em seu lugar, surge um computador, mostrando também um movimento modernizador.

Na Casa Santa Rita, outro armazém da linha, a umas quatro quadras da Av. Sarandí, trabalham o dono Manzano, seus filhos, a esposa e outro empregado. Além deles, há outros quatro ou cinco atendentes, que saem e entram constantemente. Manzano é branco e loiro, de 45-50 anos, com sotaque da colônia. Homem ocupadíssimo, respondia minhas perguntas enquanto atendia o caixa, coordenava a ação dos empregados e falava no telefone. Nasceu na Serra, onde plantava fumo, mas já está na fronteira há mais de 30 anos, 25 dos quais como proprietário da Casa Sta. Rita. Nos primeiros anos na cidade, foi *tassimetrista*, mas era um trabalho mais cansativo e pior remunerado. Segundo Robles, ele tem terras no Uruguai, equilibrando os negócios quando o comércio vai mal. Uma leitura das histórias de Perera e Manzano aponta para uma mobilidade social no contrabando, onde a possibilidade de acumulação representa aproximar-se e fixar-se na linha, e de certa forma, emergir do rio do contrabando, chegando a sua nascente legal.

Manzano conta que a casa Santa Rita vende “*alimentíssimos*, a linha dos salgadinhos, balas, erva, maionese, margarina, açúcar e óleo. Óleo agora não, porque no Uruguai está mais barato”. Ele informa que as *bagayeras* escolhem suas compras pelo peso, pelo preço, pelo volume e, nos bons tempos, também pela marca. O comerciante reclamou das regalias que o free shop uruguaio tem e que o comércio brasileiro não tem, e reivindicou que as vantagens do sistema de venda via balcão – isenção de ICMS dada pelo governo estadual que será abordada na sessão sobre extraterritorialidades – sejam estendidas ao comércio varejista, o que possibilitaria a legalização do *bagayo*.

Nesse armazém, conversei com uma senhora de 74 anos, que vem desde os nove à fronteira. Ela mora em Canelones, isto é, a seis horas de ônibus, para

comprar mais ou menos 1600 pesos (na época, 2007, 160 reais ou 80 dólares) em colorau (*pimentón*) e outros gêneros miúdos. “Açúcar agora não, porque lá (no Uruguai) está mais barato”. “Já merecia me aposentar”, brinca ela, jogando com a tensão entre a visão corrente de que o *bagayero* é um trabalhador, o que lhe outorgaria direitos, e o caráter ilegal da profissão por ela exercida.¹²⁴

Na mesma manhã, conheço o bando da Hortencia, composto por ela mesma, uma senhora vivaz de mais ou menos 50 anos, morena, contrabandista há uma década; sua filha Azucena, com cerca de trinta anos, muito sorridente e fumante; e Margarida, que me deu mais atenção. Com certeza, Margarida era a que tinha mais sofrimentos a relatar, uma mulher bem vincada, de óculos, que me contou que não conseguia mais morar em Rivera, onde uma filha tinha sido assassinada pelo namorado traficante, que o marido tinha fugido com a nora, que ela cuidava dos netos, na verdade trabalhava para sustentar o filho, para os netos etc. Havia outra senhora menos próxima e alguns homens no grupo, um calvo, barrigudo e piadista, que dizia ser marido de Hortencia e de Azucena ao mesmo tempo e que não quis conversar, dando apenas apartes ocasionais; outro, mais jovem, tipo galã fronteiriço, de calça branca, cabelo crespo comprido em cachinhos cuidados, pulseiras, e outros adornos, que quis saber quantos anos eu tinha e se eu era casada; além de um homem de aproximadamente 40 anos, mais alto e simpático, que só descobri pertencer ao bando durante a viagem de ônibus, alguns dias depois, na sexta-feira.

Todos eram uruguaios, *bagayeros* de Mercedes, uma cidade perto da fronteira entre o Uruguai e a Argentina. Margarida estima em cerca de 700 o número de pessoas que se ocupam do *bagayo*. Eles viajam até dez horas para chegar a Livramento, onde compram suas mercadorias: bastante bebida alcoólica brasileira, cigarros paraguaios, comestíveis baratos, lingerie.

Ali, no banco do armazém, fiquei horas vendo-os “empacotar”, quer dizer: um deles verteu vários litros de uísque em garrafas pet de guaraná, outra arrumou e

¹²⁴ Para os fronteiriços, é importante afirmar que o *bagayo* é um trabalho, apesar de ilegal, um recurso frente a falta de emprego, como mostram as palavras de Robles: “Eu tenho pra te dizer que têm brasileiros trabalhando em contrabando e viajando pro Uruguai. Tenho comprovado vários, te digo porque tenho viajado nos ônibus e eles viajam também. Se dedicam ao contrabando porque é a maneira de vida mais fácil pra eles, o *sea*, é o trabalho que eles têm. Eles hoje te dizem que estão trabalhando no contrabando, embora *sea* ilegal, eles tão trabalhando. Em Livramento também tem uma quantidade trabalhando com ele. É trabalho.” (entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

rearrumou suas compras em caixas pequenas de uma marca barata de biscoitos. As caixas foram cortesia do estabelecimento comercial, assim como a *piola*, o fio de ráfia, tão importante que tem um empregado encarregado de administrá-la (capaz de rebentar a ráfia com as mãos!), tudo isso muito claramente acordado. Hortensia distribuiu, sem muitas explicações, parte de suas compras entre as colegas que dispunham de mais espaço em suas sacolas.

O mais impressionante (prazeroso, para dizer a verdade) foi assistir (e ajudar, afinal sou mulher e estava ali só conversando) à confecção de uma saia de cigarros paraguaios, na forma de um pano florido duplo, com costuras verticais e paralelas que deixam canais de tecido. Nessas repartições entram três carteiras de cigarro por vez, estofando os gomos. Ali foram mais de 15 pacotes de cigarro, ou 180 carteiras, ou quase 4000 cigarros. As embalagens de cartolina eram achatadas (primeiro dobradas, depois prensadas com o peso do corpo, sentando-se nelas) cuidadosamente, para depois serem remontadas. E uma vez recheada a saia, veste-se sobre as calças jeans. Uma saia meio cigana. Muitos maços mais foram disfarçados em embalagens de erva-mate.

Várias horas da excursão dos *bagayeros* são dedicadas à organização do “volume” ou *bulto*. São gestos em busca do volume e da aparência: compactar a quantidade ou disfarçar os produtos mais controlados. Parece ser melhor contrabandear guaraná e erva-mate, produtos autorizados pelas tradições, que bebida e cigarros, também tradicionais, mas menos inocentes. Que mal pode haver numa caixa de biscoitos recheados? Essas escolhas fazem parte da lógica que harmoniza aduaneiro-*bagayero*: convém mostrar respeito à patrulha. Ainda que aquela saia não convencesse alguém empenhado em achar contrabando, ela representa o compromisso em jogar o jogo do *bulto*, do volume, do disfarce, não desacatando ostensivamente a ordem. A organização das mercadorias constitui, de certa forma, uma prática ritual – lembremos de van Genep – necessária à passagem da fronteira: ao ordenar os produtos, com gestos conhecidos e repetidos, reafirmam-se os valores culturais, reproduzem-se modelos, adquire-se controle sobre o processo, assegura-se a ordem. Esse momento mostra ainda que uma das vantagens do bando coeso é compartilhar a tarefa e a responsabilidade de carregar a mercadoria.

O *bagayo* é uma atividade de mulheres “autônomas”, como opção às faxinas e outras modalidades de trabalho doméstico e pouco qualificado.¹²⁵ Maiores ganhos, diminuição da própria despesa, liberdade de horário e de trazer os filhos, continuidade da atividade tradicional da família, desemprego e dignidade foram citados como razões pessoais para aderir à prática. Deve-se acrescentar que as informantes sorriam e mostravam bastante orgulho de serem *bagayeras*, “micro-empresárias”, aceitando os riscos da atividade sem estigmatizá-la, ao mesmo tempo evitando a posição aviltada da empregada doméstica. Segundo Lidia Schiavoni (entrevista, Posadas, 11/12/2005) as *paseras* sentiam-se com pleno direito de fazê-lo, por considerarem que a aduana é uma máfia e que na verdade há contrabando muito mais volumoso que passa com a conivência de certos guardas aduaneiros.

Não há preconceito local em relação às *bagayeras*. Gladys Bentancor-Rosés afirma, em sua dissertação, que mais dos 70% dos fronteiriços por ela entrevistados descrevem o contrabando como natural, percentual que se aproxima de 100% quando se trata de contrabando-formiga (2002, p. 104).

No caso local, conforme observado, trata-se de tomar um ônibus de manhã cedo em alguma cidade do oeste do Uruguai (foram citadas Tacuarembó, Mercedes, Fray Bentos, Paysandú, Florida, Tranqueras, Vichadero, Paso de los Toros e até Montevideú) e vir até Santana do Livramento comprar os produtos em armazéns da cidade, como a Casa Santa Rita, a extinta Casa Globo e a Casa Vargas, que se localizam na linha, o que facilita os arranjos de transporte. Esta cidade é escolhida principalmente pela facilidade de transporte coletivo, em função da ligação pela Ruta 5 com Montevideú. Os *bagayeros* das cidades a leste da Ruta 5 dirigem-se ao Chuí ou outra cidade. A preferência pelo transporte coletivo se dá porque, em caso de fiscalização, há a possibilidade de confisco do automóvel, o que representaria uma perda financeira muito maior¹²⁶. Tudo é bem visível, não há muito sigilo, os roteiros

¹²⁵ A percepção das questões de gênero ligadas à atividade em estudo foi tardia nessa pesquisa, uma vez que as mulheres são figuras secundárias ou ausentes na maioria dos contos de contrabando, o que lembra o caráter parcial ou pontual dessas narrativas e a necessidade de complementar com outras fontes o quadro organizado com base na literatura. A percepção sobre a importância do gênero no estudo das *paseras* deu-se graças à entrevista com Lidia Schiavoni (Posadas, 11/12/2005) e à leitura de seu livro (1993) sobre as trabalhadoras da fronteira em Posadas (AR) - Encarnación (PY).

¹²⁶ Caso seja comprovado que o ônibus tinha sido preparado (compartimentos secretos, bagageiros especiais) para transportar contrabando, dá-se o confisco do mesmo, com punição para o proprietário (Juíza Salise Sanchotene, entrevista, Porto Alegre, 15/02/2006).

são habituais e os fornecedores são conhecidos. Isso é feito duas ou três vezes por semana, em geral.

Note-se que o arranjo espacial dos postos de fiscalização fronteiriça torna a fronteira mais permeável: as *Migraciones* estão no perímetro urbano, separadas das barreiras alfandegárias e sanitárias. Seguindo pela *Ruta 5* há uma aduana e uma barreira sanitária em Curticeras, a 15 Km de Rivera, e há um posto da *Guarda Caminera* em Manoel Diaz, a 70Km, além de barreiras móveis. A fiscalização é esporádica, e as *bagayeras* têm vários esquemas para diminuir o risco de confisco: redistribuir os pacotes entre os passageiros do ônibus; vestir camada sobre camada de roupas; *coimear*. Em períodos de maior repressão também se usa contornar a Aduana a pé ou em carroças, pelo campo, e retomar o ônibus mais adiante.

Conforme Robles:

A: Mas as pessoas não passam propriamente pela estrada, né?

R: Sim, de ônibus sim. Como ela leva pouca coisa, geralmente deixam, quando é pouca coisa. Agora, por exemplo, quando vai muito, muita gente no ônibus e se vê muito pacote, aí de repente vem a ordem do chefe, tascam tudo, não deixam nada. É a operação zero quilo.

A: Varia com o quê?

R: Varia com a quantidade que levam no ônibus.

A: Mas não depende, sei lá, qual o tipo de produto? Ou chegar um chefe novo? Ou querer mostrar serviço por alguma coisa?

R: Não. Geralmente quando há uma operação como a operação Prata, isso incentivou que comesçassem a atacar muito, que não deixassem passar nada. Então, o que fazem os que geralmente levam de ônibus? Eles contratam uma carroça e saem por fora, passando a Aduana. Daí se vão. Lá têm a Manoel Diaz, a 70 quilômetros daqui, que lá é um posto policial com mais de 15 policial, ou seja, cinco por turno. E esse posto ataca muito a mercadoria. Então, lá em Manoel Diaz, eles descem antes de Manoel Diaz, caminham a pé, cruzam Manoel Diaz por campo e vão pegar o ônibus lá diante.

A: Isso aí demora quase um dia inteiro pra fazer?

R: Pra eles sim, muitas vezes sim.

A: E o cara faz todo dia?

R: Faz todos os dias, todos os dias. Uns fazem um dia de manhã, vêm de manhã e aí ficam. (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Em 20 de julho de 2007 acompanhei as *bagayeras* em sua viagem. No terminal rodoviário de Rivera havia apenas uma senhora com seus volumes. Nas paradas seguintes, no entanto, vários passageiros carregando inúmeros pacotes entraram no ônibus, escolhendo seus lugares e demorando em acomodar sua carga. Os pacotes foram distribuídos também entre outros passageiros. Algumas mulheres usavam vestidos que revelavam sua vontade de ocultar. A viagem seguiu tensa pela

Ruta 5 até Curticeras e, no posto aduaneiro de Manoel Diaz, o ônibus parou. Silêncio e olhares e uma última empurradinha no volume sob o banco precederam a saída de Hortencia do coletivo, possivelmente para *arrumar* a passagem, conforme contou Robles em sua entrevista.¹²⁷ Os maleiros do ônibus foram abertos e pouco se via da janela. Um aduaneiro entra no ônibus e pede para abrir uma caixa, que contém vários sacos de sal, leva-a embora.

Alguns minutos depois ela retorna, com expressão aliviada, indicando que não haveria problema na passagem. Quando o ônibus retoma seu caminho, ela grita, pela janela, despedindo-se dos aduaneiros: “¡Feliz día del amigo!” Todos no ônibus riem do duplo sentido. A distensão é também indicada pelo início do almoço, o grupo abre suas bolsas e pega sanduíches e refrigerantes. Apreensão e amizade combinam-se na relação *bagayero*-aduanero. Pergunto às informantes sobre o resultado da vistoria e elas me explicam que tudo correu bem, que passamos sem problemas maiores, que a caixa continha apenas sal, e que os guardas daquele turno eram camaradas.

Em caso de apreensão da mercadoria, “se te tiram, em casa tem algo que funciona como uma poupança” (t.n.)¹²⁸. E se o câmbio estiver favorável, repete-se no mesmo dia a jornada.

Na volta à cidade de moradia, há que levar os gêneros encomendados até os compradores, vizinhos, a família, pequenos armazéns na zona periférica ou por exemplo, para “a venda da irmã”¹²⁹. A roupa íntima e as bijuterias são vendidas em casa, em locais de trabalho ou nas feiras dominicais.

O número de *bagayeros* aumenta ou diminui conforme as mudanças cambiais e as oscilações no mercado de trabalho. Câmbio favorável leva a um aumento no lucro e conseqüentemente, no número de interessados em exercer a atividade. O desemprego faz com que mais pessoas busquem esse “nicho acessível”. Segundo Lidia Schiavoni o mercado de trabalho é determinante, tanto pela busca de uma alternativa ocupacional, do auto-emprego, quanto pelas pequenas economias feitas

¹²⁷ “Vai um ônibus daqui até Tacuarembó, os caras, esses *bagayeros* juntam cada um pouco de dinheiro pra dá pro aduanero” (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

¹²⁸ “Si te sacan, hay algo en casa que es como un ahorro” (Hortencia, entrevista, Santana do Livramento, 17/08/2007).

¹²⁹ “El quiosco de la hermana” (Margarida, entrevista, Santana do Livramento, 17/08/2007).

com a aquisição de mercadorias a um preço menor, que podem parecer insignificantes, mas que são relevantes numa economia muito deteriorada, como é o caso na fronteira (entrevista, Posadas, 11/12/2005).

No horizonte das *bagayeras* está o Paraguai. A viagem é muito mais longa, por isso requer maior investimento no valor da passagem, além de envolver maiores riscos. Santana do Livramento funciona, assim, como entreposto de contrabando de roupas e cigarros paraguaios para o interior do Uruguai¹³⁰.

Ainda que Azucena tenha afirmado, enquanto fumava e se atarefava na arrumação quase ritual do *bulto*, que “*lo que nosotros llevamos es poco y nada*”, o ofício de *bagayero* envolve toda uma série de práticas ligadas ao empacotamento, ao conhecimento do mercado, dos gostos e da clientela na cidade de origem, à maestria nas nuances do câmbio e de outras oscilações ligadas ao comércio exterior, à construção e manutenção de uma rede de intermediação e apoio ao trânsito dos produtos, ao conhecimento lingüístico, à opção por fornecedores e estabelecimentos na fronteira, às formas de franqueá-la.

Se aqui não encontramos o caráter tribal apontado por Hrou Azzi, ser *bagayero* requer instaurar redes de solidariedade com os outros e com os iguais (em grupos que ora circunscrevem *bagayeros*, ora os fronteiriços, os uruguaios etc.), operando códigos compartilhados e saberes construídos nessa condição fronteiriça específica. Cabe apontar que esses agentes marginais e deserdados são capazes de se reunir, percorrer estradas e passar fronteiras juntos, se determinar numa economia ora visível, ora subterrânea, remediando sua situação periférica e desafiando as leis do Estado em nome da sobrevivência (LARGUÈCHE, 2001, p.12).

¹³⁰ Reinterpreta-se a tradição, já que o tabaco têm sido levado do Brasil para o Uruguai desde antes do desenho da fronteira, conforme mostra-se no capítulo 2.

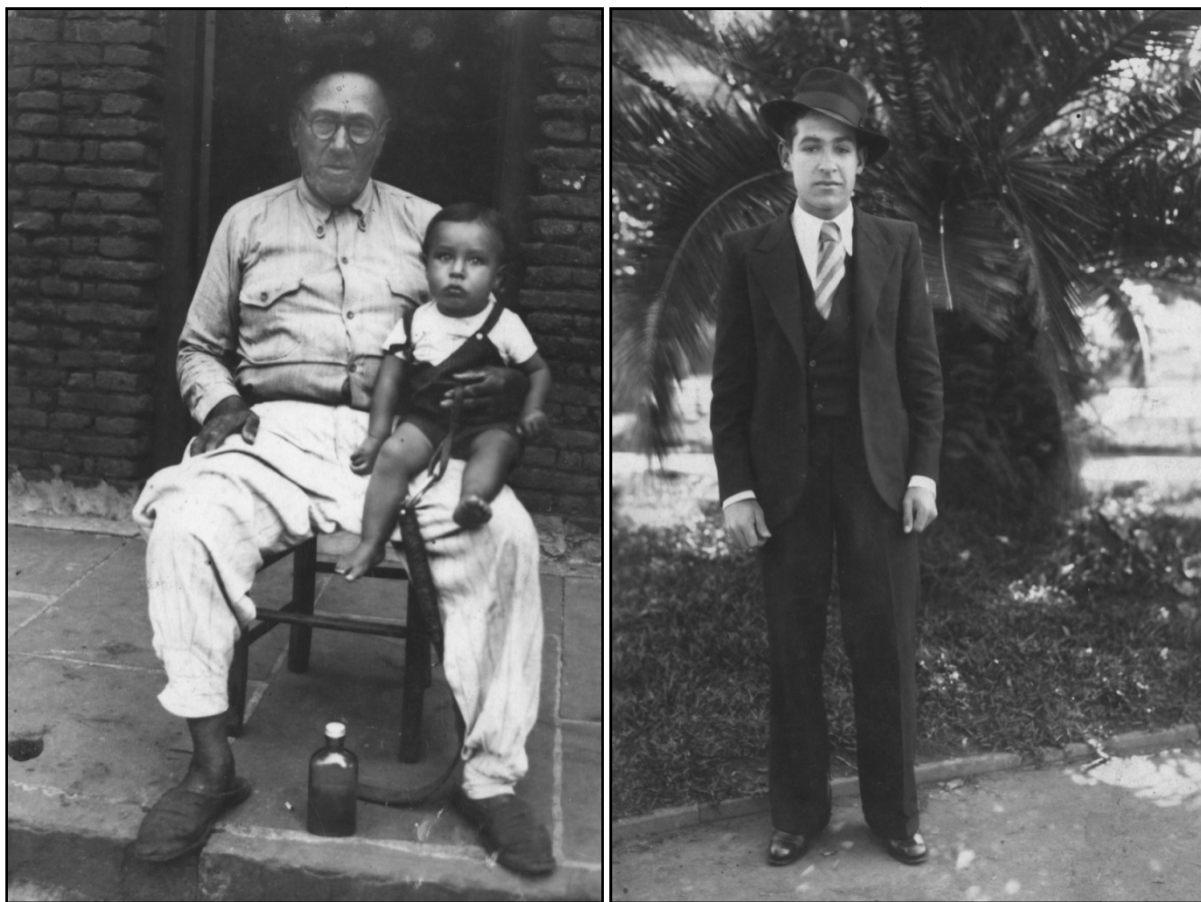
4.9. OS ADUANEIROS ENTRE O ESTADO E O LUGAR

O contrabando parece responder a necessidades locais – de emprego, de oportunidades de melhorar o padrão de consumo, de abastecer-se com produtos mais escassos, de aproveitar as oportunidades do lugar – que vão de encontro ao estabelecido legalmente. Na medida em que houver certo destaque – em volume – desencadeia-se a repressão. Mas como as necessidades persistem, há de se achar um compromisso entre a necessidade local e a lei, o que se faz através da relação entre contrabandista e do aduaneiro.

No contexto das cidades-gêmeas, mais difícil que abordar ou aceitar o contrabando é fazê-lo em relação ao comportamento dos aduaneiros. Se, dentro da legalidade nacional, a população deveria respeitar a separação entre a economia de um e de outro lado da fronteira, não comprando, ou pagando as taxas definidas pelo Estado para o trânsito de mercadorias, o aduaneiro é o responsável pela repressão ao comércio livre ou pela cobrança das taxas. Ao colocar-se como executor da legalidade nacional, o guarda de fronteira revela a impropriedade desta.

Na prática, no entanto, a idealização do guarda de fronteira como inimigo irreduzível do contrabandista – presente também na literatura – rui diante da realidade encontrada em campo. Ali aparece uma figura menos rígida, mostra-se um fronteiro comum, inscrito nas redes de parentesco e solidariedade, suscetível a pressões, subornos e à caridade. As fotos a seguir mostram o avô e o pai de Rosa, de Rivera Chico, na década de 1950; eles eram respectivamente aduaneiro, retratado diante do posto em que trabalhava, com seu neto no colo, e contrabandista, posando na Praça Internacional recém inaugurada (Figs. 36 e 37). Portanto, os lados opostos pela lei nacional são reconciliados pelos laços familiares.

No entanto, questiona-se localmente a honra do aduaneiro com maior freqüência, pois se ele coíbe o contrabando pequeno é visto como um aliado dos elementos externos à lógica fronteira, como um representante do Estado-Nação; e se ele permite o contrabando volumoso é considerado hipócrita, por receber um salário por uma função que não exerce.



FIGURAS 36 e 37: Rivera: fotos do pai aduaneiro e de seu filho contrabandista (na Praça Internacional) – anos 1950.

Fonte: Acervo pessoal de Rosa.

Certamente, no cotidiano, o aduaneiro, o policial ou o guarda se acomodam tolerando o que é considerado razoável, em termos de volume e valor de mercadorias contrabandeadas. Saber respeitar as forças maiores, dos grandes contrabandistas, também é importante. Nas palavras do guarda Robles:

Aqui nós ainda respeitamos os valores das pessoas, entendesse? Ainda *hay* um certo pudor, ainda não é escancarado. Tu fica na tua, fica quieto e deixa que eles tussam, entende? Não te mete com nada e pronto, essa é a lei, deixa quieto que eles, vai chegar um momento, eles caem, como agora, que tão tudo à deriva, né? Tudo com medo, porque o que acontece, os caras tão buscando a sonegação de impostos, um monte de coisa... (entrevista/excursão, Santana do Livramento-Rivera, 25/01/2006).

Da mesma forma que se dá com o contrabando-formiga, o acobertamento de pequenos volumes é bem-visto, enquanto a conivência com grandes esquemas é condenada. Aplica-se a lógica exposta pelo aduaneiro da anedota, de condição modesta, que perdia a paciência diante da ganância do contrabandista, exigindo então sua parte “para erguer as paredes de sua casa”.

A população local também se pauta pelo bom-senso, ao julgar o aduaneiro, sendo compreensiva ou complacente com os que não enriquecem e condenando aqueles que ostentam a riqueza obtida com o acobertamento. “Esse é o pior tipo!” afirmou Rosa de Rivera Chico, e nas manchetes de um jornal uruguaio, numa reportagem sobre a corrupção na aduana, certos comportamentos são classificados como “obscena ostentação” (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p. 105).

Há ainda a idéia de que a ação do aduaneiro corresponde a um “poder pequeno”, que se organiza com seus colegas em esquemas que facilitam a passagem do contrabando. Segundo relato de Ombú, durante um período, na década de 1990, havia “*un grupo de poder chico en la Aduana, montaron una estrategia, con chóferes y embarcadores que pasaban una por la derecha y una por izquierda*”, i.é, uma parte pelas vias legais e outra por contrabando (entrevista, Chuy, 06/03/2008).

Por outro lado, esse poder pequeno pode ser instrumentalizado pelas facções políticas locais. Julio Cairello conta que em certos momentos se reprime mais ao

contrabando que em outros, dependendo da situação política local e das vantagens que um cabo eleitoral é capaz de auferir e distribuir.¹³¹

Do depoimento se depreende que o controle da fronteira também é um elemento de poder na escala local, como já ocorria desde o século XVIII (vide capítulo 1). Assim, a oscilação no volume das apreensões de mercadorias liga-se a uma acomodação dos elementos do controle fronteiriço, desencadeada pela chegada de um novo fiscal que não conhece as regras, ou que precisa mostrar serviço a um chefe; a determinação de reprimir um grupo específico; uma reação a não ter recebido suborno; ou ainda uma ação ligada ao momento de adoção de novas normas. Parece que as apreensões falam mais sobre a Aduana que sobre a quantidade total do contrabando.

Os contatos que tive com guardas aduaneiros e *policías* uruguaios foram muito importantes no sentido de matizar os julgamentos que se apressam em adjetivar os funcionários do Estado como beneficiários do enriquecimento ilícito. Muitas histórias mostram uma condição miserável e as escassas oportunidades de se apropriar da riqueza que vêm circular. Dois casos de Robles apontam nessa direção:

Sabem como eles trazem o dinheiro, agora? Dentro do corpo, pegado, por causa do medo de assalto. Deu o *causo* que houve um acidente ali no posto, em Curticeras, aquele no qual morreram uns russos, sei lá o que. Um ônibus veio, um caminhão veio e entrou e pegou eles, morreu cinco. Ai os guris foram e não acharam nada. Aí chegou na hora de fazer a autópsia, chega o médico forense e tão tirando a roupa dele e quando vêm o cara tem um cinto aqui e começaram a tirar dinheiro. E os policiais que estavam de serviço olharam pro doutor e o doutor olhou pra eles. Se olharam com aquela expressão, como quem diz, “e agora, o que que nós fazemos?” Que burrice, aquele monte de dólar e ninguém se animou a revistar o homem pelo caminho, né? É muito *bocaberta*, mesmo [risos]. (...) E tem um *causo*

¹³¹ “Hay etapas que se reprime más, otras que se deja más (...) Y depende que tienen en ese momento, no, pero cambian, cambian, a veces por padriño político, el partido que está gobernando, a los caudillos de ellos, como se llaman allá? Cabo eleitoral, ese tiene ciertas prebendas para pasar, pero después cambian, y cambian, no es una cosa que todo...” (Julio Cairello, entrevista, Rivera, 21/07/2005). A informação é reiterada pelo depoimento dado a Gladys Bentancor-Rosés, onde se descreve um aduaneiro, do “tempo em que estes percorriam a fronteira a cavalo” (pelo menos até a década de 1970, patrulhas a cavalo percorriam a fronteira): “O guarda era um personagem, um chefe, um benfeitor dos pobres, era o que te deixava passar o contrabando miúdo, como se fosse uma dádiva que te concedia. As pessoas ficavam devendo favores, que eram lembrados na época eleitoral, porque os guardas tinham fortes vínculos políticos, principalmente com o Partido Colorado”. (t.n.) (idem, ibidem, p.110 “*El guarda era un personaje, era un caudillón, un benefactor de los pobres, era el que te dejaba pasar el surtido, como si fuera una dádiva que te concedía, la gente le quedaba debiendo favores, que te los hacían recordar en la época electoral. Porque los guardías tenían fuertes vinculaciones políticas, sobre todo con el Partido Colorado*”. (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p.110).

de um policial que morreu e o policial com o sapato furado, com o dedo de fora assim e o morto ali com o sapato novo ali, e o policial começou a olhar e começou a trocar. Trocou um, quando chegou o comissário, ele com o pé dum, um pé doutro. O comissário olhou e ficou quieto. E ele disse: “Alguma ordem, comissário?” “Sim, sim, termina de trocar o sapato logo” [risos] (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Tampouco é correto inferir que a burla a certas leis do Estado ligue-se a um desdém pela pátria ou uma posição contrária ao Estado. Por exemplo, Robles, meu principal informante, me presenteou com uma estatueta em bronze de José Artigas, num dia que a vi sobre uma cômoda em sua casa. Ele explicou que a tinha encontrado, insistiu em dá-la, porque se tratava do prócer uruguaio e também porque sua história me interessaria, já que Artigas seria *el primer contrabandista*. Ouvi tal comentário a respeito de vários personagens históricos do Uruguai e do Rio Grande do Sul, o que também legitima o contrabando, humaniza o herói nacional e equipara o pragmatismo atual àquele praticado pelos fundadores da nação.

Bastante revelador também é o *causo* da bandeira queimada, contado por Nogal e Robles, sobre o tempo em que os dois trabalhavam na mesma *comisaría*:

Robles: Sabe que a coisa mais sagrada aqui no Uruguai é a bandeira, né?

Adriana: Hum-hum.

R: Aí temo tudo de manhã cedo já [ele faz um gesto de que está bebendo], de manhã cedo alguns tomavam, outros não, uns tomavam mate.

Nogal: outros *caña*.

A: uns tomavam mais, outros tomavam menos.

R: Tava assim, dentro da *comisaría*. Entrávamos às três da manhã e saíamos às 11 e meia. Quando chegava de manhã – quando tava calma a noite, até de manhã cedo tu conversava – quando chegava, o sol saía, tu tinha que, a primeira coisa, colocar a bandeira. Quem é que me deu a bandeira pra botar? Tu me *tira* a bandeira?

N: hum!

R: Este me dá a...

N: Este se abaixa, não agarra e...

R e N juntos: E cai a bandeira

R: Este me *tira* no fogo. Este me *tira* a bandeira pra eu colocá e eu, eu não boto nada, e me agacho assim e ele *tira*, caiu lá dentro da estufa, lá [...]

N: Quer dinheiro pra comprar bandeira? Eu disse pra ele? Vai lá no Olivo, o contrabandista mais grande que tem aqui era ele, diz de parte minha que te dê dinheiro pra bandeira.

A: Bah!

R: Ele deu o dinheiro e nós fomos lá e compramos a bandeira, [risos]!

N: Ninguém se deu conta. Disso o *comisario* sabia, o [diz o nome]. Te lembra?

R: Que ele sabia? Claro, claro, o nego sabia, abriu a loja de manhã cedo e nós com uma bandeira, tchê. Botemo a bandeira, bem novinha, bem novinha a bandeira, a coisa mais bonitinha. A outra tu tem aí?

N: Tenho!

R: Traz pra mostrar pra ela

N: Não sei onde é que tá... Tem um rombo desse tamanho, assim. Violeta, tu sabe onde é que está a bandeira? Tu não sabe onde está a bandeira queimada?

[...]

A: Que coisa vocês, queimando a bandeira do Uruguai!

R: Mas que coisa, se nós somos pegos ali naquele dia, pelo amor de Deus, né?

N: Más bah!, nós ia dormir os dois juntos [na prisão] (Nogal, entrevista, Rivera, 19/07/2007).

O episódio em que dois guardas acabam, por descuido, chamuscando um símbolo nacional, sendo socorridos pelo contrabandista no restabelecimento de sua integridade, é exemplar da distância entre lesar o fisco, contrabandeando ou acobertando o descaminho, e romper com a fidelidade à nação. Este *causo* mostra ainda como o contrabando pouco se relaciona com a inscrição monumental do Estado na fronteira – para utilizar o fraseado de Hasting Donnan e Thomas Wilson (2001) –, não se contrapõe à gramática nacionalista, mantendo-se a adesão aos símbolos nacionais. Nesse ponto, o contrabando tem a ver estritamente com a política pragmática da escala local, é territorialidade e não uma territorialização alternativa, e os aduaneiros são os primeiros a revelá-lo. Pode-se dizer ainda que a territorialidade contrabandista contempla mais a acomodação das diferenças e necessidades dos marginais do que a criação de identidades.

O quadro até aqui esboçado não se detém sobre a violência subjacente às relações na fronteira, onde a distribuição desigual de poder e a multiplicidade de delitos e exceções acarretam em abusos e ultrajes. Talvez os crimes e a coação estejam praticamente ausentes deste trabalho sobre as práticas fronteiriças por causa da minha condição de mulher e da rede que estabeleci, também formada em grande parte por mulheres, assim como pelo envolvimento afetivo com o lugar, os contrabandistas e seus expedientes. Dessa forma, pouca atenção foi dada aos relatos sobre armas e demonstrações de força ou de coragem, apesar das histórias constarem dos relatos dos fronteiriços, como se pode ler nos Apêndices B, C e D.

4.10. TRADIÇÃO, COSTUMES E PRÁTICAS

As práticas dos contrabandistas pequenos são recheadas de saber acumulado sobre a mercadoria, o vulto, a passagem, o bando. A transmissão desse saber se faz entre as gerações de uma mesma família ou entre amigos, os recém-chegados acompanhando os mais experientes em seu ofício. Nesse ponto de vista, as práticas dos contrabandistas podem ser entendidas como manifestações da tradição ligadas ao uso dado pelos habitantes ao seu lugar.

Ao mesmo tempo em que prevalece o silêncio do contrabandista na literatura – ou ele está morto, ou é levado ao silêncio em nome do sucesso de sua missão – canta-se o caráter folclórico do *bagayo*, despertando uma carga sentimental e identitária que torna a prática positiva, inocente e valorizada. Assim, entre os moradores do lugar, e possivelmente também na ampla área influenciada pelos valores fronteiriços, a prática do *bagayo* pode ser comentada e defendida com vários argumentos.

Naturaliza-se o contrabando por suas raízes históricas. As obras locais sobre contrabando apelam para sua folclorização, atribuindo-lhe uma continuidade no tempo, um “desde sempre”, recuperando as palavras de Simões Lopes Neto. Alega-se que o povoamento foi motivado pela fronteira, mas dependia do contrabando para abastecer a população, como se mostrou no capítulo 1, o que leva ao elogio do passado e da margem. Além disso, afirma-se freqüentemente que até os heróis nacionais eram precursores do descaminho. Muitos exemplos dessa naturalização do ilícito, respaldada em razões históricas, podem ser encontrados nas entrevistas transcritas em apêndice.

Legitima-se o contrabando como um gesto pela sobrevivência, como se todo contrabando fosse *bagayo*. Segundo Eric Hobsbawn, o “bandido de bom coração” e as muitas variações do “bandido social”, cujo epítome é Robin Hood, está presente em todas as culturas e épocas ([1969] 2000). Esse personagem aparece como um defensor da justiça social, um vingador ou um militante primitivo da resistência, cuja aura política não depende tanto de suas ações concretas, mas de uma função social de protesto que o bandido encarna. Mandrin, o capitão dos contrabandistas, alinha-se a Robin Hood, Cartouche e Arsène Lupin, considerados bandidos de bom

coração, injustiçados ou perseguidos por atos considerados menores, como roubar caça ou contrabandear. Ele só mata para se defender ou vingar a honra, só tem como inimigos as autoridades locais, o clero ou outros poderes opressores considerados venais ou corruptos, só é preso em caso de alguma traição, é admirado pela coragem, astúcia, força, correção e generosidade, porque rouba dos ricos para dar aos pobres (SERVICE..., 2005, p. 10). Ele entra no imaginário popular como referência à resistência política, a uma personalidade forte ou às raízes locais.

Esse enquadramento aplica-se perfeitamente aos *bagayeros*: ainda que trabalhem em causa própria, sua legitimação pela sociedade fronteiriça liga-se à posição periférica do grupo em relação ao Estado insensível às necessidades sociais. Tal compreensão traduz-se no entendimento local de que se trata de um “comércio de subsistência”: nos comentários mais elaborados sobre a atividade emprega-se com frequência essa expressão, numa reinterpretação bastante livre da idéia de agricultura de subsistência – aquela que não entra no mercado – enfatizando tratar-se de um comércio que administra pequenas quantidades e gera pouco lucro, ou de uma inocente estratégia de sobrevivência.

O contrabando é visto como inerente à condição fronteiriça, o que aparece nas palavras de Julio Cairello:

Na fronteira sempre acontece, às vezes abertamente, noutras nem tanto (...) a única forma de combater o contrabando realmente é produzindo e competindo, não há outra forma, havendo diferença de preço entre os dois lados, é inevitável que apareçam contrabandistas.¹³²

Ao facilitar o contato entre diferentes arquiteturas econômicas nacionais, que se materializam nos preços, no câmbio, na disponibilidade de mercadoria, a condição fronteiriça aparece como origem do contrabando.

A condição fronteiriça também leva ao contrabando pela distância, e pelo conseqüente custo nos transportes entre a margem e a capital, como informado por Cairello: “*hay eso en Montevideo, hay algunas cosas, pero que llegue hasta acá,*

¹³² “*En una frontera siempre va a existir, a veces muy a la vista así, sin cuidado ninguno, pero otras veces son más controlados (...) la única manera de combatir el contrabando realmente es produciendo y competiendo, no hay otra manera, si hay diferencia de precio de un lado y de otro, no hay manera, aparecen contrabandistas en seguida*”.

encarece mucho el transporte, entonces nos conviene mucho más” (entrevista, Rivera, 21/07/2005).

Há uma sobreposição entre a prática do contrabando e a cultura da fronteira, que articula ainda outros índices como o *portuñol*, as famílias mistas, a política transfronteiriça, a música e a literatura gaúchas. O folclore e a poesia da margem atribuem à região fronteira valores como liberdade, autenticidade, criatividade e tradição, alinhando-se aos marginais para exaltar suas iniciativas (Fig. 38).

Mas, se já concluímos sobre a política pragmática dos aduaneiros, o caráter político do contrabando está em aberto. Os contrabandistas não são subversivos, eles burlam as regulações econômicas e o controle do território pelo Estado em função de interesses comerciais, e não como uma forma de protesto contra leis que não contemplam as necessidades locais. No máximo, o contrabando é involuntariamente político, tornando-se pretexto para reivindicações nacionalistas ou regionalistas no caso de conflitos entre grupos locais.

Mais de um informante afirmou que o contrabando tem mesmo um caráter alienante, na medida em que é um paliativo para as demandas locais, uma solução vista como fácil. Questionado, Higuierón dá o exemplo dos agricultores desmotivados para as duras lides rurais porque acham saídas mais rápidas no contrabando.¹³³

¹³³ Uma reportagem de jornal publicada em 12 de outubro de 2008 relata: “A atividade clandestina é um problema que afeta diretamente os empresários da cidade. A falta de mão-de-obra é um empecilho. ‘Temos dificuldades para contratar gente para trabalhar. Poucos aceitam ganhar em um mês o que podem ganhar em dois ou três dias “passando” cigarros’, conta Jair Schillemer. ‘Esse é o grande problema aqui em Guaira. O contrabando é encarado como um trabalho, uma ocupação, e não como um crime’, revela o delegado-chefe da Polícia Federal, Érico Ricardo Saconato. ‘E o pior é que esse é um crime que não dá cadeia. Como a pena é de apenas de um a quatro anos, as pessoas são liberadas e voltam a cometer o mesmo delito.’” (VINTE DIAS..., 2008)

FIGURA 38: Reportagem “Fronteira: Queda do real dá sobrevida a chibeiros” – 1999.

Fonte: Zero Hora, 20 de junho de 1999, p. 40.

Afastando-se do sentido mais genérico dessa reivindicação de legitimidade, há outras formas em que a sobrevivência do *bagayo* é instrumentalizada pela sociedade fronteiriça: a existência do contrabando-formiga estende um manto de legitimidade e tolerância a outros tipos de contrabando. Nas palavras de Nogal:

Diz que esse, como é?, medio de vida de la frontera, um caminhão container desses *truck*, que dizem... [falando para Robles] Tu prendiste aquela mulher, que tinha ali, como é? [...] Que agarrei um caminhão brasileiro com um *truck* como é... cheio de papel higiênico, canha, cerveja brasileira, tudo brasileiro. E ela: - vamos *arrumar*, dindo? - Eu não arrumo. Meu *precio* é *muy caro*! E eu por menos de 1 milhão, 2, de dólares nunca vou *arrumar*. [Falando para mim e para o Daniel] Pagar né? Então ela se *achicó*... E aí veio um aduaneiro corrupto e: "*Mire, usted se olvidó del permiso ayer en la aduana.*" (Nogal, entrevista, Rivera, 19/07/2007).

Nessa fronteira, rompe-se o sigilo em torno do saber contrabandista apenas quando se trata de pequenos volumes e agentes modestos. Há níveis de segredo, conforme o tipo de contrabando, a violência envolvida e, especialmente, a inserção social do contrabandista. Recupero a diferenciação entre contrabandistas pequenos, a elite local e os estrangeiros: as práticas dos pequenos podem e são discutidas e folclorizadas. Quanto os outros, mantém-se o sigilo, posto que implicaria na denúncia de pessoas importantes, com poder sobre os policiais, sobre os trabalhadores da fronteira, sobre os burocratas municipais. Os estrangeiros, quando pegos, são simplesmente criminosos, mas em geral eles têm poder econômico suficiente para comprar seu trânsito e sigilo, salvo nos raros casos em que protagonizam as páginas policiais.

Pode-se afirmar que se trata de outra modalidade do jogo do *bulto*: as *bagayeras* passam, são visíveis e inocentes como as caixas de biscoito que carregam, desviando a atenção das modalidades média e grande do contrabando.

Extrapolando mais uma vez, é possível afirmar que o contrabando na fronteira, como um todo é, por vezes, usado como acobertamento para outras ilegalidades de maior monta, em outros pontos do território. Como Robles aponta

Segundo se comenta, todo mundo diz, enquanto eles tão aqui, lá no porto de Montevideú tá passando contrabando que tu nem imagina, tu me entendesse, nos containers. Nos próprios containers mesmo, tu não vê nada, tu não sabe nem o que eles estão trazendo. Enquanto eles vêm pra cá, lá tá passando horrores de coisas. É o verdadeiro despiste aquele: "tchê fulano", o fulano vende droga, né? Aí diz, "tchê fulano, vamos te dar uma batida". Aí o fulano diz: "me dá a batida, porque assim limpa a área". Então

que acontece, tu vai e dá a batida no fulano, o fulano vai e tu não acha nada. Aí no outro dia, o fulano tá vendendo e tu diz: “Vamos dar uma batida. Não, se nós demos uma batida”. E o juiz vai e diz: “Não, vocês já deram batida e não tinha nada”. Tu entendesse? Então tu limpou a área. (Robles, entrevista, Santana do Livramento, 24/01/2006).

Os fronteiriços parecem ter uma interpretação bastante acurada de sua situação, estando equipados pela tradição, atualizada na prática, a situar-se diante das questões específicas do lugar complexo onde vivem, lugar esse marcado pela dinâmica do setor terciário legal e ilegal, pela cristalização do aparato nacional civil e militar direcionado ao controle do limite e pelos campos de força da política local, institucional ou não. A fronteira mostra-se como um lugar privilegiado para interpretar as diferentes escalas em que se entrelaçam cultura, economia e política global.

As lógicas das passagens nesse cotidiano de transgressões dos limites e acomodações à condição fronteiriça incluem os usos da tradição para legitimar práticas contemporâneas; o jogo do *bulto*, demonstrando o desejo dos contrabandistas de evitar afrontar aos aduaneiros; os discursos ligados ao nacionalismo visando à internacionalização da faixa de fronteira; a territorialidade contrabandista que não desafia o território nacional; entre outros processos que podem ser identificados na(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera. Tais lógicas mostram a opulência das práticas locais e a necessidade, por elas colocadas, de dedicar-se ao seu estudo, compreensão e valorização, construindo ou atualizando conceitos que permitam acompanhá-las.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste cotidiano de transgressões ordenadas em torno do uso prático da fronteira, explorado em diversas representações textuais e gráficas ao longo desta tese, podemos resgatar alguns pontos de caráter mais abrangente.

5.1. As lições dos fronteiriços

Na apresentação desta tese cito Quintana Morales para lembrar que, se a lei não foi feita na Campanha, o contrabando e sua poesia se fazem correntemente na fronteira gaúcha.

Nesta conclusão, proponho que as representações locais traduzem os textos gerados em tempos e espaços distantes, intermediados por referências mais próximas ao contexto dos contrabandistas e aduaneiros que se territorializam contemporaneamente na fronteira gaúcha. Há um encadeamento entre as escalas, no sentido temporal e geográfico, estrutural e processual, que permite ver as cidades de Santana do Livramento e Rivera simultaneamente como fruto da demarcação territorial dos Estados do Brasil e do Uruguai e da agência dos habitantes daquele lugar culturalmente inserido na Comarca do Pampa.

As histórias nacionais e regionais se enriquecem com o estudo, ao qual buscamos contribuir, das práticas dos fronteiriços, uma vez que os contrabandistas reais, praticando o lugar, contestam, usam e multiplicam as representações que os enquadram como heróis do folclore regional, porta-vozes de espacialidades pós-nacionais, como personagens trágicos da fronteira metafórica ou como marginais submetidos pela pobreza e falta de opções. A prática das *bagayeras*, ou melhor, de Hortencia, Azucena, Robles, Olivo e seus companheiros, é mais complexa – porque se transforma ao sabor do momento – que a de Rafael Pinto Bandeira, Emilio Calo,

Jango Jorge, Rulfo Alves ou Doña Lydia, que chegam a nós representados textualmente e consolidados como figuras da fronteira, em textos que decifram e codificam o lugar.

Acima de tudo, o estudo desse lugar mostra como e quanto seus habitantes têm sido capazes de produzir o espaço em que vivem, distanciando-se de uma suposta homogeneização do território nacional. Os contrabandistas e aduaneiros de hoje resistem a revelar suas estratégias para a condição fronteira, mas insistir na interrogação permite equacionar questões como a experiência da cultura e da língua nacional, revelando a mescla de espanhol, português e termos regionais, em dialetos, jargões e senhas. Aprendem-se também sentidos práticos da economia e da geografia política, mais especificamente do câmbio, da renda fundiária, da estatística e da matemática financeira, das barreiras econômicas, do uso instrumental da nacionalidade, dos limites do Estado, entre outros temas de extrema relevância para a compreensão da territorialidade dos grupos humanos.

5.2. A geografia do pensamento

Parti de um corpus textual formado por representações históricas, teóricas e literárias da fronteira e dos contrabandistas, para chegar a anedotas, causos, relatos, observação, registro fotográfico e produção cartográfica em diálogo. O trabalho de tradução das diferentes representações textuais e gráficas foi extremamente enriquecedor, no sentido fronteiro de reconhecer que a instabilidade é também um recurso. A incerteza epistemológica em que me lancei orientava-se a descrever geograficamente o contrabando, num percurso que passou por aprofundar o entendimento das representações textuais de diferentes ordens, da relação entre tais representações e os lugares que as produzem, do significado que assumem para a população que as origina e recebe. Na ausência de método previamente estabelecido, se me escapam as referências bibliográficas, entre a ignorância e a necessidade de explicar, construí artesanalmente o argumento.

Uma forma de responder às questões metodológicas foi propor a existência de uma geografia do pensamento ou das representações, em que se situa territorialmente a representação, em três âmbitos: sublinhando o lugar em que se encontra o emissor em termos escalares, dito lugar da enunciação (que território esse lugar subordina cultural e politicamente?, a que tradições/gênero responde o emissor?); enfatizando o objeto geográfico representado (de que espaço se trata? o que ele simboliza?); valorizando o lugar da recepção (qual a distância cultural entre a experiência do emissor e a do receptor?).

Testei a geografia do pensamento ao revisar a teoria da fronteira, mostrando que, mesmo na empreitada teórica, voltada para a generalização das observações, há um contexto de origem particular que interroga o pesquisador. A geografia do meu pensamento na elaboração desta tese sobre os contrabandistas na fronteira gaúcha pode servir como exemplo.

Grande parte deste trabalho foi escrita em Porto Alegre. Aqui (o lugar da enunciação) é a capital do Rio Grande do Sul, uma província cultural de regionalismo recalcitrante no contexto brasileiro, dentro da Comarca do Pampa, subtropical, hispanófono, pastoril, fronteiriça. Minhas tradições culturais – além de um humanismo difuso, leigo e racional, de um gosto pela literatura, pelo humor e pelo diferente, de uma desconfiança ancestral pelo nacional, de uma escolarização dentro da teoria dos conjuntos – ligam-se à Geografia Social, num percurso que inclui estudos de Geografia Moderna em Porto Alegre, ênfases na Geografia Política e Econômica no Rio de Janeiro, a orientação metodológica em Florianópolis, uma breve passagem interdisciplinar e teórica em Paris. Situar-me em diferentes lugares de enunciação mostrou-me a elasticidade das representações: em Porto Alegre fala-se em nome do Rio Grande do Sul, com uma postura de pertencimento negociado ao Brasil (na expressão de Ruben Oliven, 2006), o que coloca a fronteira internacional no centro das discussões teóricas. No Rio de Janeiro, a capital cultural do Brasil, as representações textuais geralmente tratam da nação e do território brasileiro, enquanto, em Paris, observei com frequência a construção de representações ainda mais amplas e genéricas.

O objeto geográfico aqui representado, a fronteira em Santana do Livramento-Rivera animada pelos contrabandistas, não se enquadra numa segmentação escalar

administrativa unívoca, dada sua característica de contato internacional. É cosmopolita, com a riqueza cultural dos mercados tradicionais atualizada pelo influxo de migrantes, pela velocidade das tecnologias e pela proliferação de extraterritorialidades. Os intelectuais municipais são numerosos e produtivos, muitas de suas criações tratam da história e da cultura locais, ainda que valorizem uma suposta centralidade nas redes do Mercosul. Ao mesmo tempo, a(s) cidade(s) mantém características dos latifúndios monocultores e do interior. Além de suas características próprias de sítio e situação, a simbologia da fronteira incide nas análises sobre o lugar, pressupondo liberdade, transgressão, decaimento moral, associados a ritos de passagem.

Quanto à recepção, posso dizer que escrevi pensando na Geografia feita no centro do Brasil, o que me motivou a explicar os contextos regionais com maior detalhe. Por exemplo, toda a naturalidade atribuída localmente ao contrabando na fronteira e em Porto Alegre demanda longa comprovação em outros contextos geográficos. Essa experiência me levou a propor a geografia do pensamento, uma vez que me senti compelida a reiteradamente justificar a temática localista, da periferia, cujo estudo pode ser confundido com um discurso regionalista cientificamente irrelevante e politicamente equivocado.

A geografia do pensamento não é a única dimensão a informar as representações sociais, evidentemente. É importante considerar os influxos culturais, econômicos e de muitas outras ordens que, incidindo sobre o lugar, influem na representação textual, seja ela oral ou escrita, do espaço. Ao jogo das escalas soma-se a periodização dos processos em estudo.

5.3. Metodologias para uma geografia social do contrabando

A geografia do pensamento ajuda a organizar a gama de documentos aqui usados para interpretar o contrabando e seus agentes na fronteira. O estudo do contrabando contemporâneo pode se voltar ao exame dos registros do sistema judiciário e das crônicas policiais, à interlocução com seus praticantes ou com as

narrativas literárias. São chaves para aceder ao conteúdo do território da circulação ilegal de mercadorias, marcado por lugares de conteúdos econômicos diferentes e caminhos variáveis, dependendo das barreiras policiais e dos lugares de fiscalização. Como fontes e temas ainda em aberto para futuros estudos: a espacialização da Receita Federal na gestão das fronteiras; o contrabando como uma questão de gênero; a existência e o modo de funcionamento de taxas de câmbio locais; a urbanização contrabandista; os aduaneiros; as relações entre contrabandistas locais e transnacionais; a política local transfronteiriça etc.

Ainda que o recurso à quantificação geralmente produza dados relevantes sobre o objeto em estudo, é curioso notar que a bibliografia sobre o cotidiano na fronteira mostra dados estatísticos muito díspares para procedimentos cotidianos como casar, falar a língua etc., o que talvez se deva à adoção de metodologias pouco comparáveis entre si – cujos critérios raramente estão explicitados nos trabalhos. A comparação entre os vários estudos e o que foi visto em campo também mostra significativas contradições e diferenças, que provavelmente se devem à dificuldade em circunscrever a população local num padrão unificado de comportamento, ao menos a partir da análise factível na pesquisa quantitativa possível ao pesquisador solitário.

Sem dúvida, a dinâmica acelerada da fronteira também é responsável pelas discrepâncias, tornando indispensáveis os trabalhos de campo, que permitem a observação e o contato com a população. O pesquisador no campo entra em contato com seus informantes (gerando suas fontes), o que permite maior proximidade aos sentidos locais do objeto em análise (os informantes delineiam o objeto). No estudo de práticas ilegais como o contrabando, a permanência em campo condicionou o acesso à informação até então sigilosa.

A atenção à linguagem, inserida num esforço de tradução cultural, foi extremamente proveitosa para a investigação. Representações textuais, como o *causo* e a anedota, marcam as interpretações locais sobre o contrabando e seu lugar na sociedade fronteiriça. Nesta tese, a análise das representações textuais da vida fronteiriça foi de grande rentabilidade para orientar, em termos de sentidos locais, a validade da teoria geográfica. No caso em estudo, a importância do exame da literatura de ficção para a interpretação do contrabando vem da articulação

circular entre contos e práticas. As palavras de Martin Fierro ou de Blau Nunes (o narrador de Simões Lopes Neto) são ouvidas nos depoimentos contemporâneos. Por exemplo, a visão do contrabando como uma prática que ocorre “desde sempre ou desde os tempos da tomada das missões” legitima o contrabando ao atribuir-lhe um caráter tradicional e a-histórico.

Note-se ainda que o estudo dos contos de contrabandistas mostra que não é apenas da descrição de paisagens que se faz uma interpretação geográfica da literatura.

5.4. Os alcances dos símbolos fronteiriços

As representações sociais dos habitantes da fronteira gaúcha não se limitam ao lugar. Por um lado, estão impregnadas das construções nacionais e de elementos platinos. Por outro lado, pode-se observar um espraiamento dos símbolos fronteiriços, ampliados à região da Campanha e ao conjunto do estado do Rio Grande do Sul. A compreensão das dinâmicas em curso nesse lugar-fronteira esclarece sobre as interações culturais e políticas no âmbito regional e sobre a formação da imagem do gaúcho, o “tipo regional” do Rio Grande do Sul, perante si e perante o restante da população brasileira. Tenta-se criar uma correspondência entre os símbolos locais e a divisão em unidades da federação demarcadas pelo Estado-Nação. Características atribuídas contemporaneamente aos gaúchos surgem da extensão de atributos dos fronteiriços a outros habitantes do Rio Grande do Sul, mostrando tradições surpreendentemente relevantes, bem como costumes atualizados pela prática. Desta forma, as trocas fronteiriças, as lutas pela demarcação, a vizinhança com o Prata hispanófono, em suma, o pertencimento à Comarca do Pampa descrita por Ángel Rama (1982), são reivindicados, em termos culturais, numa área maior que a condicionada pela região fronteiriça, e que encontra um novo limite na escala nacional.

Ainda pensando nas dinâmicas identitárias, é interessante observar que a primeira metade do século XX foi marcada, no estado, pela desarticulação das

trocas econômicas da região com o Uruguai, pela diminuição da autonomia e pela nacionalização da fronteira. A incorporação da região fronteira à economia nacional numa posição pouco favorável não impediu que o tipo e os costumes locais fossem estendidos ao conjunto do estado do Rio Grande do Sul para uso na escala nacional, mostrando que a economia não determina a política e a cultura.

5.5. A condição fronteira

Considerando o que foi levantado sobre a(s) cidade(s) fronteira(s) de Santana do Livramento-Rivera, organizadas as informações e interpretações em eixos que correspondem à história da região, às diferentes formas de representação textual acessadas no estudo do contrabando e da fronteira, aos significados culturais presentes na literatura do contrabando e à prática cotidiana do comércio transfronteiriço legal e ilegal, vê-se um lugar que oferece aos seus habitantes a possibilidade de mobilizar recursos de dois Estados nacionais, na forma de diferentes línguas, sistemas legais, educativos, de saúde pública, redes de transportes, políticas econômicas etc. A grande variação nos usos práticos da fronteira se faz a partir do equacionamento de fatores como o 1. o câmbio monetário, 2. o custo de vida em cada país, 3. avaliações qualitativas sobre mercadorias formadas a partir de 3.a. tradições e da 3.b. mídia, 4.a. legislações nacionais em sua 4.b. implementação local, 5. agentes internacionais atraídos pelas trocas fronteiriças 5.a. no comércio ou 5.b. na política.

Em suma, vê-se um lugar marcado por sua condição fronteira, capacitando seus habitantes nas especificidades da vida local. Às opções disponíveis e restrições impostas aos moradores da fronteira correspondem habilidades por eles adquiridas em vários campos, que permitem que os fronteiriços se comuniquem, se relacionem, trabalhem, produzam bens materiais e imateriais adequados ao lugar em que habitam. As especificidades da fronteira podem ser resumidas na expressão condição fronteira.

A condição fronteiriça influi na organização dos agentes territorializados em Santana do Livramento-Rivera, gerando casos em que se unificam objetos (como acontece com as redes de fornecimento de gás), casos em que se duplicam objetos (como na organização da cooperativa de saúde ou dos postos de gasolina), casos em que se constroem os objetos da diferença (demandando um contingente de funcionários públicos civis e militares para administrar as barreiras e limites nacionais), casos em que a diferença é ampliada (pela proximidade de elementos que se opõem ou excluem, na experiência nacional, por exemplo), casos em que a diferença é apagada pela criação de dispositivos de transição (entre as línguas, através do dialeto, nas famílias mistas em seu papel de acomodação às legalidades limítrofes, aqui os exemplos são numerosos), casos em que a diferença atrai formas extraterritoriais e agentes internacionais (*free shop*, zona franca, imigração), entre outros.

A condição fronteiriça ensejou ainda o crescimento das atividades econômicas, regulares ou informais, ligadas à renda fronteiriça gerada pelo contato de diferentes economias nacionais, estimulando os regimes extraterritoriais e o comércio transfronteiriço legal e ilegal (o contrabando). Sob esse aspecto, a condição fronteiriça favorece a economia das cidades, fortalecendo sua centralidade.

5.6. Territorialidades contrabandistas

Essa formação territorial distingue-se da européia, que experimenta sucessivos desenhos de limites inter-estatais, resultando no rompimento de territorialidades nacionais pré-existentes – o paradigma é o País Basco –, de modo que as teorias lá originadas devem ser aplicadas ao caso aqui em estudo com bastante discernimento. Lá, é corrente a interpretação das tradições contrabandistas como atos políticos que visam recompor uma coerência territorial dilacerada pela emergência de Estados-Nação. Na bibliografia africana sobre o contrabando, a garantia de confiança e sigilo, o amálgama do bando, encontra-se no pertencimento étnico, ausente no caso em estudo.

No caso de Santana do Livramento-Rivera, o contrabando não questiona a posse do território estatal e as nacionalidades são experimentadas de forma intensa, ainda que instrumental. Propomos o uso do conceito de extraterritorialidade local ou territorialidade contrabandista com a finalidade de evidenciar os inúmeros expedientes pelos quais a população local – ou frações desta – se defende e tira proveito dos diferenciais fronteiriços, seja na forma do *bagayo*, seja na reivindicação de maior internacionalização da região através da diminuição da largura da faixa de fronteira. Não parece haver uma lógica de institucionalização no horizonte dos agentes locais, mas sim a convivência entre o projeto estatal-nacional para o espaço e outras territorialidades que se infiltram na concretude do território, a partir dos agentes que praticam esse espaço.

A fronteira, como objeto em constante e extenuante manutenção, a despeito dos efeitos acumulados historicamente, estimula as territorialidades capilares. Nesse sentido, a prática do contrabando extrapola as dimensões econômica e cultural, ganhando repercussões políticas, já que pode-se concluir que a fronteira-lugar resiste à homogeneização pelo Estado-Nação.

Há ainda um estresse sobre a fronteira ligado ao contato e à presença de estrangeiros. Essa conectividade ampliada não dilacera o território em torno porque é praticada por pessoas em todos os níveis sociais e em escalas geográficas variadas.

Diante de tais afirmativas, conclui-se que a fronteira é situacional e não é essencializável, ela está condicionada pelos processos históricos que a geraram e pela conjuntura atual de sua espacialização. Ainda que a estrutura formada pelo Estado territorializado e delimitado por uma fronteira esteja disseminada pelo mundo todo, em cada lugar o conteúdo dado à fronteira geográfica expressa o processo e o momento histórico, bem como a suíte escalar em que se enquadra.

5.7. Paisagem fronteiriça e urbanização contrabandista

Estamos diante de uma região que se forma através do desenho da fronteira, em função 1.das ações dos Estados com vistas a construir seus limites e 2.da atração exercida pelo diferencial característico da fronteira, seja ele econômico ou cultural. Assim, as cidades foram fundadas com vistas a fortalecer a presença dos Estados-Nação em ambos os lados da linha divisória e ações nacionalizantes de caráter político, militar e infra-estrutural foram levadas a cabo pelos governos centrais. No caso em estudo, a linha é seca e pouco fiscalizada, pondo em contato, sem obstáculos físicos ou fraturas políticas de difícil superação, dois Estados-Nação, com suas respectivas características. Muitos topônimos fazem referência a passagens e atalhias.

As possibilidades de contato levaram ao desenvolvimento de uma cidade sob dupla soberania nacional, constantemente experimentada. Ainda que a facilidade de cruzar o limite leve seus freqüentadores, por vezes, a afirmar a inexistência da fronteira, pode-se falar de uma paisagem marcada, que incorpora as materializações do limite estatal como marca distintiva do lugar. A concretização mais conspícua do limite são os mais de 500 marcos de fronteira plantados na cidade e no campo a ela adjacente, pirâmides pintadas de cal, numeradas, indicando em suas faces a coexistência de Brasil e Uruguai. Os marcos saem da paisagem e são reproduzidos em logotipos comerciais e institucionais, alternando-se à representação das bandeiras nacionais entrelaçadas e ao obelisco da Praça Internacional. Os escritórios de turismo também fazem uso da imagem dos marcos, bandeira e obelisco para caracterizar a cidade.

A prática do contrabando tem influenciado a organização interna das cidades-gêmeas. Os principais lugares do comércio local dispõem-se em dois eixos perpendiculares: ao longo da fronteira e numa linha de fuga, rumo aos centros abastecidos pelo comércio transfronteiriço. A busca de passagens alternativas às vias principais paulatinamente consolida novas rotas, atraindo serviços e população, a ponto de criar bairros, como se deu com Rivera Chico e, no presente, ocorre no Sacrificio de Sonia.

5.8. Processos de espelhamento

A toponímia apresenta, além de passos e lugares de observação, a repetição em ambos os lados do limite, Chuy/Chuí, por exemplo. É interessante destacar a idéia de espelhamento, um processo recorrente nas várias fronteiras internacionais, como mostram as obras de Carlos Fuentes e de Alejandro Grimson, mas que assume formas distintas no convívio social e nas relações econômicas na fronteira de Santana do Livramento-Rivera.

No caso aqui analisado, há várias formas pelas quais a convivência entre santanenses e riverenses é influenciada por comparações sobre graus de desenvolvimento, qualidade de produtos, hábitos a serem imitados ou discriminados. São processos de espelhamento social, em que os grupos se distinguem, se comparam, se hierarquizam, se imitam ou rejeitam. Pode-se exemplificar com a adoção pelos pecuaristas de Livramento das técnicas uruguaias de melhoramento genético na produção.

A comparação entre a situação econômica em cada lado da fronteira serve muitas vezes como argumento para reivindicações que se travestem de nacionalismo, mas que visam os interesses de setores: em nome de compensações diante do sucesso do vizinho, as lideranças políticas mobilizam-se em torno da redução da faixa de fronteira, da instalação de *free shops* no lado brasileiro, da implementação do regime de isenções fiscais para exportação indireta etc. É evidente que a bem-aventurança alheia não implica desgraça própria e, na prática, muitas vezes o crescimento econômico de um dos países implica aumento do movimento econômico na cidade lindeira, mas os políticos instrumentalizam a retórica da comparação entre nações para objetivos de classe, segmento produtivo ou grupo.

Nesse jogo identitário, as características mutuamente atribuídas na escala local se invertem dentro dos conjuntos nacionais. Explico: os santanenses julgam aos riverenses como típicos cidadãos uruguaios, mas os uruguaios em geral vêem os riverenses como 'abrasileirados'.

Um julgamento corrente, tanto entre os fronteiriços como em outros âmbitos, afirma que a fronteira tem influência moral sobre seus habitantes. Além daquelas

qualidades que listo como resultantes da vida em condição fronteiriça (flexibilidade e tolerância), há quem creia numa moral relaxada e comodista, em busca de soluções “fáceis”. Por fim, há os que vêem a fronteira como um lugar maléfico, que leva ao *descaimento*, à dissolução do caráter e da língua nacionais pela contaminação com o exterior, desencadeando patologias sociais e de expressão. É interessante notar que a fronteira e, extrapolando, os lugares, sejam vistos como impregnados de oportunidades, possibilidades de enriquecimento ou aventura, sobrecarregados de armadilhas morais etc. No caso em estudo, a atribuição se justifica, em última análise, pela mudança legal e territorial, pela situação periférica, pelas diferentes posições na geografia das representações textuais.

Além das implicações sociais, o forte vínculo entre os mercados de Santana do Livramento e Rivera, associado à constante oscilação cambial das moedas que os regem, geram uma forma de espelhamento econômico na escala local, que se manifesta pela repetição de lojas e serviços nos dois lados do limite internacional, como é o caso dos postos de gasolina e das óticas; ou por estratégias empresariais que combinam os ramos mais rentáveis de cada economia, aliando supermercados em Livramento à *free shops* em Rivera, por exemplo. Também nos serviços, vemos a territorialização transfronteiriça na duplicação de postos de cooperativas médicas, de igrejas evangélicas etc., reproduzindo as formas em ambos os lados da fronteira.

5.9. Os dispositivos de transição

Muitos outros casos dispensam a repetição dos objetos, pois a complementaridade e proximidade enseja trocas: os habitantes constroem as redes entre os mercados e serviços urbanos. São muitos os dispositivos de transição criados pelos fronteiriços para adequar-se ao limite internacional e às diferenças que este cria no espaço. Como usuários de serviços de saúde e educação, numa situação periférica de fronteira – e dos países, de modo geral –, muitos fronteiriços se servem das estruturas instauradas pelos Estados-Nação em suas diversas escalas administrativas nos dois lados da linha. Certamente, a precariedade dos serviços de cada lado empurra os habitantes a compartilhar tais estruturas.

Como produtores de cultura, os fronteiriços fazem a mediação entre duas línguas, criando dialetos, conhecidos popularmente como *portuñol*, academicamente denominados dialetos portugueses do Uruguai. A religião se difunde pelos contatos locais; as festas cívicas e populares promovem o intercâmbio entre a população; o jornal brasileiro possui uma seção em espanhol; o lazer ganha realce ao realizar-se do outro lado da linha. As famílias transnacionais realizam as trocas em níveis fundamentais, nas formas de criar os filhos, na visão de mundo entre outros aspectos relevantes. A literatura da fronteira valoriza e cristaliza as práticas de mediação.

Como consumidores, os fronteiriços se aproveitam da existência de dois mercados justapostos, diferenciados em termos de preços, câmbio, qualidade, decidindo a respeito das melhores opções de abastecimento sem considerar como delitiva a entrada de produtos oriundos do país vizinho. Se somam ao quadro as muitas modalidades de comércio voltadas a consumidores de outros pontos dos territórios nacionais, sejam eles turistas de compras brasileiros em visita ao *free shop*, *bagayeros* nos armazéns da linha ou uruguaios em busca de material de construção isento de taxas pelo regime de exportação indireta (via balcão).

A fronteira gera trabalho para os controladores da própria fronteira e dos órgãos a ela associados (militares, guardas, fiscais de renda ou sanitários, aduaneiros, outros tipos de funcionários públicos), para os trabalhadores do comércio formal ou informal que surge em busca da renda fronteira (vendedores nos *free shops* ou em outras lojas do terciário transfronteiriço, camelôs, ambulantes), para os contrabandistas em suas várias modalidades.

O contrabando se apresenta como um ofício possível dentre as muitas opções geradas pela condição fronteira, uma vez que sua prática é naturalizada localmente, ainda que por vezes implique outros delitos menos tolerados. O contrabando é um dispositivo de mediação entre mercados isolados, produzindo mercadorias complementares ou praticando preços diferentes.

5.10. A geografia dos contrabandistas

As redes e territórios dos contrabandistas tornam-se visíveis através da investigação das lógicas locais, nem sempre evidentes. Concluiu-se que os objetos geográficos indispensáveis para a descrição do contrabando podem ser expressos em cartogramas onde constem os lugares de abastecimento, os percursos e o destino das mercadorias contrabandeadas. O conhecimento dos enredos que organizam os bandos e suas relações com a sociedade em geral e com os órgãos de controle das fronteiras, em particular, elucidam sobre o significado do contrabando para os habitantes do lugar. Os elementos da economia nacional revelam o motor do contrabando, os regimes extraterritoriais apontam emergências na prática. Tende a haver uma correspondência entre escala geográfica, modernidade e capitalização do contrabando e do contrabandista. Identifiquei diferentes escalas de operação: o contrabando cotidiano; o *bagayo*; o descaminho de produtos dos *free shops*; o abigeato; além de formas envolvendo grandes volumes, valores e distâncias.

Quanto ao contrabandista, pode-se classificá-lo pelo artigo e o volume negociado; conforme a origem e o destino da mercadoria; segundo a tradição da prática (o *bagayo* e abigeato são tradicionais, sempre se atualizando; o contrabando de agrotóxicos, de sementes transgênicas ou de informática são formas emergentes); conforme as contravenções implicadas (elidir impostos, passar mercadorias proibidas; subornar; coagir; atentar contra o ambiente; matar); conforme a rede mobilizada etc. As redes que ligam os agentes do contrabando respeitam apenas parcialmente essas classes, uma vez que há diferentes papéis a serem desempenhados, tarefas mais ou menos expostas ou perigosas, que demandam inserção em diferentes círculos locais. A relação com a aduana é dúbia, oscilando entre conivência e punições legais, dependendo de interesses econômicos ou dos favores devidos pelo compartilhamento de uma rede social ou por certa solidariedade de classe que legitima o contrabando-formiga.

O conteúdo econômico dos territórios em suas várias escalas e articulações é continuamente construído e destruído, seus limites políticos adquirem funções correspondentes. A permanência do *bagayo* e a riqueza da vida no lugar mostram que a cultura dos contatos e oscilações fronteiriças habilita seus moradores a experiências territoriais originais.

6. REFERÊNCIAS

ACIL (Associação Comercial e Industrial de Livramento). **Audiência pública exportação via-balcão**. Apresentação em power-point, 2007. 32 slides.

AGAMBEM, Giorgio. **Idée de la prose**. Lonrai: Christian Bourgois, 2006. 128 p.

AGUIAR, Flávio. Cultura de contrabando: estudo sobre os contos de Simões Lopes Neto. **Cultura Vozes** n. 6, novembro-dezembro, 1992, p 13-20.

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **Armour**: uma aposta no Pampa. Sant'Ana do Livramento: Gráfica Pallotti, 2000. 158 p.

ALLIÈS, Paul. Première partie: l'État dynastique, la definition et l'unification des espaces. In: _____. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980. 184 p. p.27-98.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**. Paris: Gallimard, 1938. 209 p.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1983/1998, 224 p.

ARBARET-SCHULZ, Christiane. Les villes européennes, attracteurs étranges de formes frontalières nouvelles. In: REITEL, Bernard; ZANDER, Patricia; PIERMAY, Jean-Luc e RENARD, Jean-Pierre. **Villes et frontières**. Paris: Anthropos, 2002. p. 213-229.

ARMANDO, Maria Luiza de Carvalho. O regionalismo como fenômeno global. **Revista Travessia**, UFSC, Florianópolis, 1º semestre 1986, nº 12, p. 89-112.

ARREGUI, Mario. Os contrabandistas. In: Arregui, Mario. **Cavalos do amanhecer**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1960] 1982, 124 p. p. 21-34.

_____. Os contrabandistas. In: Arregui, Mario. **Cavalos do amanhecer**. Porto Alegre: L&PM, [1960] 2003, 152 p. p.31-49.

_____; FARACO, Sérgio. **Correspondencia**. Montevideú: Monte Sexto, 1990, 173 p.

ASAD, Talal. The concept of cultural translation in British social anthropology. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds.). **Writing Culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley, Los Angeles: UCP, 1986. p. 141-164.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Quincas Borba**; Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Scipione, [1891] 1994. 338 p.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Instinto de nacionalidade & outros ensaios**. Porto Alegre: Mercado Aberto, [1873] 1999. 80 p.

AXT, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. **História em Revista**. v. 8. dez 2002. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/volume_8_gunter_axt.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2008.

AZAMBUJA, Darcy. Contrabando. **No galpão** (contos gauchescos). Porto Alegre: Globo, [1925]1944. 172 p.

AZZI, Hrou. Contrebande, economie informelle et structuration de l'espace urbain: analyse d'une situation propre aux espaces frontaliers en voie de developpement. Trabalho submetido a **Journée d'Études Villes et Régions Frontalières**, Lille, França, 2007. mimeo 10 p.

BAKHTIN, Mikhail. "Introdução – Apresentação do problema". In: _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC / EDUnB, 1996.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**, São Paulo, Brasiliense, 1988.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George, ALLUM, Nicholas C. 1.Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: _____. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 17-36.

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, n.50, t.2. p.99-125.

BEHARES, Luis. Planificación lingüística y educación en la frontera de Uruguay con Brasil. Montevidéo: OEA, 1985

BENNAFLA, Karine. Commerce, marchés frontaliers et villes-frontières en Afrique Centrale. In: REITEL, Bernard et al. **Villes et frontières**. Paris: Anthropos, 275 p. 2002. p.137-150.

BENTANCOR-ROSÉS, Gladys Teresa. **El espacio cotidiano fronterizo a traves de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento**. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Magister en Ciencias Humanas, Opción Estudios Fronterizos, Departamento de Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Montevideo, 2002.

_____ et al. **Rivera-Livramento de la integración de hecho a la integración real**. Montevidéo: GIR, 1989

BEQUET, Paul. **Contrebande et contrebandiers**. PUF: Paris, 1959.128 p.

BETTEGA-BARBOSA, Amílcar. Arreglo. In: EQUIPE DA UNIDADE EDITORIAL (Org.). **Contos sem fronteiras**. Edição bilíngüe em português e espanhol. Porto Alegre: UE/ Sec. Mun. da Cultura, [1996] 2000, 378 p. p.55-62

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, 395 p.

BOERO, Antonio Maria; RUIZ, Ramiro Antonio Boero. **Rivera-Livramento (I)**: “recuerdos de la Frontera de la paz”, “lembranças da Fronteira da paz”, la historia a través de la foto. Rivera, UY: Museo sin Fronteras, 2004. 48p .

_____; _____. **Rivera-Livramento (II)**: “recuerdos de la Frontera de la paz”. Rivera, UY: Museo sin Fronteras, s/d. 22p.

BONIFAY, Philippe; LACAF, Fabien. **L’histoire de Mandrin en BD**. Grenoble: Glénat. 2005. 47p.

BORGES, Jorge Luis. **O ‘Martin Fierro’**. Porto Alegre: L&PM, [1978] 1985.104 p.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo, SP: Cultrix, 1987. 582p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 416 p.

BRASIL. **Código penal; Legislação penal, constituição federal**. 13ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 639 p.

BRICOUT, Bernardette. Conto e mito. **Dicionário dos mitos literários**. Rio de Janeiro: EdUnB, 1997. 939 p. pp. 191-199.

BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 200 p.

BRUNET, Roger; DOLLFUSS, Olivier. Le déchiffrement du monde. In: _____; _____ (orgs.). **Mondes nouveaux**. Paris: Belin/RECLUS, 1990. 540 p. p. 215-231.

_____ et al. **Les mots de la Géographie**: dictionnaire critique. 3. ed. Montpellier; Paris: Reclus - La Documentation Française, 1998. 518 p.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio da 2ª edição e Introdução. In: _____. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. São Paulo: EdUSP/ Ed. Itatiaia Ltda, [1950] 1981.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. **A aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986, pp. 95-105.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Est. Liberdade, 2002. 436 p.

CÉSAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

_____. Para um estudo do conto gauchesco II – O espaço físico da gauchesca: a mitização do gaúcho. In: _____. **Notícia do Rio Grande: Literatura**. Porto Alegre: IEL/ Ed. da Universidade UFRGS, 1994. 226 p. p. 27-31

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Ficção e regionalismo na América Latina**. O brinquedo absurdo. São Paulo: Pólis, 1978. p. 121-133.

_____. O narrador da transição. **RIHGRGS**, Porto Alegre, ano 84, n. 138, p. 57-60, out. 2003.

CHIAPPINI, Ligia. **No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 416 p.

_____. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.) **América Latina Palavra, Literatura e Cultura**, v. 2. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. p. 665-702.

_____. Motivos e critérios de uma segunda edição crítica dos Contos gauchescos e das Lendas do Sul. In: CRUZ, Cláudio (org.). **Simões Lopes Neto**. Porto Alegre: UE. 1999, p.15-24.

CLIFFORD, James. On ethnographic allegory. In: _____.; MARCUS, George (eds.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley, Los Angeles: UCP, 1986. p.98-121.

_____.; MARCUS, George (eds.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley, Los Angeles: UCP, 1986.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004, 224 p.

COPSTEIN, Gisela et al. Aglomerações urbanas fronteiriças. Problemática urbana. In: **Anales Encuentro de Geógrafos de America Latina**, 2., 1989. Montevideu: UGAL, 1989. p. 223-231.

COSON, Rildo. Notas à margem duma fronteira móvel. **Sul-Sur**. Porto Alegre: n. 7, ano 2, 1998. p. 85 - 94.

COUTINHO, Afrânio. **O regionalismo na prosa de ficção**. Introdução à literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CUISINIER-RAYNAL, Arnaud. La frontière au Péru entre fronts et synapses. **Espace Géographique**, Paris: v. 3, n. 2001, p.213-229, 01 jan. 2001.

DAENINCKX, Didier. Preface. In: ROGER, Dominique. **Les passeurs du clair de lune**: histoires de contrebande dans le nord de la France. Rennes: Éditions Ouest-France. 2005. 201 p. p. 11-17.

DEBARBIEUX, Bernard. Les problématiques de l'image et de la représentation en géographie. In: BAILLY, Antoine et al. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1998. p. 199-211.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.11-28.

DI TELLA Torcuato. **Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas**. Montevidéo: Ed. Puntosur, 1989.

DONNAN, Hasting; WILSON, Thomas M. **Borders**: frontiers of identity, nation and state. Oxford: Berg Editorial Offices, 2001. 182p.

DORFMAN, Adriana. **A integração brasileiro-argentina e seus reflexos no espaço gaúcho**. 1987. 100 p. (Trabalho de graduação) – Bacharelado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **Escala regional e estratégias nacionais**: a tricultura gaúcha e o MERCOSUL. 1995. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. “O espaço age sobre o estilo”: comparando fronteiras através da literatura de gaúchos, chicanos e europeus. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: AGB, 2004. 12 p.

_____. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 1, p. 93-114, jan.-abr. 2008a.

_____. Nacionalidade doble-chapa: novas identidades na fronteira. In: HEIDRICH, Álvaro et. al. (orgs). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: EdUlbra; Porto Alegre: EdUFRGS, 2008b. p. 257-270.

_____; BENTANCOR-ROSÉS, Gladys Teresa. Regionalismo fronteiriço e o ‘Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaiois’. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites**. Editora da UFMS, Campo Grande, 2005, págs. 119-152.

_____; DIETZ, Circe Inês. **Contribuição para o estudo dos conceitos de “limite” e “fronteira” na Revista do IHGRGS**. 2006. 23 p. mimeo.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, [1972] 2001. 339 p.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**. São Paulo: Edusp, 1992. 413 p.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Experiências de tradução. Rio de Janeiro: Record, 2007 [2003]. 458 p.

ELIZAINCIN, Adolfo. **Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses en el Uruguay**. Montevideu: UDELAR / Dirección General de Extensión Universitaria, 1979.

FARACO, Sérgio. Guapear com frangos. In: EQUIPE DA UNIDADE EDITORIAL (Org.). **Contos sem fronteiras**. Edição bilíngüe em português e espanhol. Porto Alegre: UE/ Sec. Mun. da Cultura, [1986] 2000, 378 p. p.289-295.

FÉRNANDEZ-BRAVO, Álvaro. **Literatura y frontera**. Procesos de territorialización en las culturas argentina y chilena del siglo XIX. Buenos Aires. Editorial Sudamericana. Universidad de San Andrés. 1999.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 2007. 220p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001. 79 p.

FRAGOSO, João Luís L. Um mercado dominado por “bandos”: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista. In: SILVA, Francisco Carlos T. da (et al.) **Escritos sobre história e educação**: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 247-288.

FRAISSE, Simone. Antígona. **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: EdUnB, 1997, 939 p., p. 46-51.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. 191p.

_____. Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguaí. **RIHGRGS**, no. 129, 1993, p. 139-150.

_____. Panorama da fronteira Brasil-Uruguaí. In: _____. **Gente e coisas da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 9-32.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista de 1926**: vinte e cinco anos depois. Disponível em: <<http://www.gilbertofreyre.br>>. Acesso em: 07 março 2006.

FRONTEIRA BRASIL / URUGUAI BREVE HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/wrmkkk/uhist.html>>. Acesso em: 27 fevereiro 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, 223 p.

_____. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: _____. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002a. 208 p. p. 11-39.

_____. Estar aqui: de quem é a vida, afinal? In: _____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002b. 208 p. p. 169-173.

GENETTE, Gérard. L'oeuvre littéraire. **Figures II.** Paris: Seuil, 1969.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem:** estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc. Petrópolis: Vozes, [1908] 1977. 184 p.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira.** 2002. 220 f. Dissertação (Mestrado) - História, Departamento de Programa de Pós-Graduação em História - IFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias. In: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, 5., 2003, Caxambu: ABPHE, 2003. p. 1-21. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_95.pdf> Acesso em: 21 fevereiro 2005.

_____. **Infiéis transgressores:** elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 232p.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais.** Morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

_____. Tusitala e seu leitor polonês. In: _____. **Nenhuma ilha é uma ilha.** São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 91-113.

_____. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007. 453p.

GOLIN, Tau. **Fronteira.** 2 v. P. Alegre: L&PM, 2002 e 2004.

GRIMSON, Alejandro. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: _____. (comp.) **Fronteras, naciones e identidades:** la periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus, La Crujía, 2000. 348 p. p 9-40.

_____. **La nación en sus límites:** Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Buenos Aires: Gedisa, 2003, 251 p.

_____; VILA, Pablo. Forgotten borders actors: the border reinforcers. A comparison between the U.S.-Mexico border and South American borders. **Journal of Political Ecology.** Vol. 9, p. 69-88. 2002.

GROUPE FRONTIÈRE; ARBARET-SCHULZ, Christiane; BEYER, Antoine; PIERMAY, Jean-Luc; REITEL, Bernard; SELIMANOVSKI, Catherine; SOHN, Christophe; ZANDER, Patricia. La frontière, un objet spatial en mutation. EspaceTemps.net. Disponível em: <<http://espacetemps.net/document842.html>>, acesso em: 10 fevereiro 2006.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 217 p.

_____. **Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4/ensaio12.html>> Acesso em: 19 agosto 2006.

HAASE, Geraldo. **Darcy Azambuja**. Vida e obra. v.1. Porto Alegre: JÁ, 2005, 127 p.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. **RS Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

HARTSHORNE, Richard. The functional approach in political geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, p. 95-130.

HARTMANN, Luciana. **Oralidades, corpos, memórias: performances de contadores e contadoras de causos da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2000. 191 p. Dissertação (Mestrado) – Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 2000.

_____. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 125-153, jul./dez. 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2000, 212 p.

HERNÁNDEZ, José. **Martin Fierro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1872] 1985.

_____. **Martín Fierro**, edição crítica de Élide Lois e Angel Núñez. Madrid: ALLCA XX, [1872 e 1879] 2001.

HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 316 p.

_____. **Bandits**. Londres: Abacus, [1969] 2000. 226 p.

JACKS, Nilda. **Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.286p.

JACOB, Raúl. **Cruzando la frontera**. Montevideú: Arpoador. 2004.

_____. Saladeros de la frontera. **Jornadas de História Regional Comparada**, 2as, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas/2/h11_02.pdf>, acesso em 10 fevereiro 2008, 20 p.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade – Chuí/RS. 2000, 376 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

KOTEK, Joel (dir.) **L'Europe et ses villes-frontières**. Bruxelas: Complexe Interventions, 1996. 329 p.

KOZEL, Salette. As representações no geográfico. In: Mendonça, Francisco; _____. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. 215-232p.

LARGUÈCHE, Dalenda. **Territoire sans frontières**: la contrebande et ses réseaux dans la Régence de Tunis au XIX^e siècle. Tunis : CPU, 2001. 236 p.

LEON, Joel Salomon de. **Diccionario Riverense**. Rivera: Prensa del autor, 15v.

LÖFGREN, Orvar. The nationalization of culture. **Ethnologia Europea**. Journal of European Ethnology vol. 19, no. 1, 1989, p. 5-24.

LOPES NETO, João Simões. Contrabandista. In: _____ **Contos gauchescos**. São Paulo: Ática, [1912] 1998, 120 p. p.91-96.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. Rio de Janeiro: Globo, [1912] 1983. 228p. Ilustrações Nelson Boeira Faedrich.

LOTI, Pierre. **Ramuntcho**. Paris: Gallimard, [1892] 2006. 275 p.

LUDMER, Josefina. **O gênero gauchesco**. Um tratado sobre a pátria. Chapecó: Argos, 2002. 309 p.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteira, redes. In: STROHAECKER, Tania Maria et al. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

_____. Tipologia das cidades-gêmeas. 2004. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/>>. acesso em 10 fevereiro 2006.

_____. Elementos para uma diferenciação conceitual da extraterritorialidade. Disponível em: <<http://www.acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos03.htm>> acesso em 10 fevereiro 2006.

MACHADO, Ronaldo Silva. **Romance e história**: a Revolução de Trinta em O tempo e o vento. Campinas: UNICAMP, 2000. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

MARTINS, Cyro. Visão crítica do regionalismo. **Sem rumo**. Porto Alegre: Globo, [1944] 1977. p.14-27

MARTINS, João. Sensibilidade hiperveloz: o contrabando de significados na supervia de informação. **Estudos Históricos**, Mídia, n. 31, 2003/1. p. 1-4.

MARTINS, Maria Helena (org.) **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ CELP Cyro Martins, 2002. 261p.

MASINA, Lea. **Percursos de leitura**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Movimento, 1994. 159p.

_____. O contrabando na confluência das culturas. In: CASTÉLLO, I. et al (orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. 1995, p. 165-175.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.176-185.

MAZZEI, Enrique. El comercio ambulante em la frontera uruguayo-brasileña. **Revista de Ciencias Sociales**. Departamento de Sociología. Año XV / n°20.jun. 20 02a. p.63-74.

_____. **Los “camelós” en la frontera uruguayo-brasileña: informatización económica, social y política**. Montevideu: Depto de Sociología da UDELAR, mimeo, 2002b. 39 p.

MELLO, Chito de. **Rompidioma**. Rivera: Aragón, 2005. 63 p.

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS / Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. 206p.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama**. Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: EDUFSC, 2002. 242 p.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo, 2003. 215 p.

_____. **Graphs, maps, trees**. Abstract models for a literary theory. Londres/Nova York: Verso, 2005. 119 p.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Contrabando y control colonial en el siglo XVII**. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988. 217 p.

NEUMANN, Eduardo. **A fronteira tripartida: índios, espanhóis e lusitanos na formação do Continente do Rio Grande**. XXI Simpósio Nacional da ANPUH. Niterói. 2001.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **Fronteira gaúcha** (fronteira do Brasil com o Uruguai). 1976. 230 f. Dissertação (Livre-docência) - Pós-Graduação, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

NORDMAN, Daniel. **Frontières de France**: de l'espace au territoire XVI - XIX siècle. Paris: Gallimard, 1998. 644 p.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Orientador: João Luis Ribeiro Fragoso. Niterói, RJ: UFF/PPGH, 1999, 315 p.

OSPITAL, André. **Sur les sentiers de la contrebande en Pays Basque**: souvenirs humoristiques. Donostia: Elkarlanean, [1982] 2006. 125 p.

PALERMO, Eduardo. **Banda Norte**: una historia de la frontera oriental. Montevideu: Ed. Yatay, 2001.

PALERMO, Eduardo. Depoimento. **Historias de la Cuaró** (CD) Origenes, mitos y creencias, 2006.

PANIAGUA, Edson Romário M. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina**: o caso do município de Alegrete (1852-1864). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2003. 204p.

PAREDES, Isabel. Caminos y productos del contrabando hormiga (Colonia del Sacramento y Buenos Aires a mediados del siglo XVIII). In: **Jornadas de Historia Económica da AUDHE**, 3. 2003, Montevideo, 20 p.

PAUWELS, P. Geraldo José. Contribuição para o estudo dos conceitos de 'limite' e 'fronteira'. **RIHGRGS**, no. 17/18, 1925, p. 61-90.

PÉBAYLE, Raymond. Frontières et espaces frontaliers du Brésil Méridional. **Cahiers des Amériques Latines**. Paris, n.18, p.33-44, 2. sem. 1978.

_____. Fronteiras e espaços fronteiriços do Brasil Meridional. **RIHGRGS**, no. 138, 2003, p. 143-152.

PERLONGHER, Néstor. Sopa paraguaia. In: BUENO, Wilson. **Mar paraguayo**. São Paulo: Iluminuras / Secretaria do Estado da Cultura do Paraná, 1992. 78 p. p. 7-14.

PIERMAY, Jean-Luc. La frontière et ses ressources: regards croisés. In: ANTHEAUME, Benoit; GIRAUT, Frédéric (eds.) **Le territoire est mort**: vive les territories. Paris: IRD, 2005. 384 p. p. 203-221

PONT, Raul. **Campos realengos**: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: Renascença, 1983. 2 v.

PONTE PRETA, Stanislaw. **O primo Altamiro e elas**. Rio de Janeiro, Sabiá: 1962.

_____. "A velhinha traficante". Disponível em http://rawsocket.org/pf/arquivos/2001_11_01_index.html. Acesso em 20/09/2008.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **Populárium sul-rio-grandense**. Reorganizado por Lothar Hessel, 2ª ed. ampliada. Porto Alegre: UFRGS / IEL, [1872] 2004. 685 p.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento**: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre, RS: F. P. Prado, 2002. 230p.

QUADRELLI-SANCHÉZ, Andrea. **A fronteira inevitável**: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/>>. Acesso em: 20 novembro 2003.

QUINTANA MORALES. Reginaldo. **Un peón de estancia**. Rivera: Intendencia Municipal de Rivera/ Biblioteca Artigas, 2005. 52 p.

RABOSSI, Fernando. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras** – Campus de Foz do Iguaçu 6(6): 151-176. 2004.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en America Latina**. México: Siglo XXI, 1982.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Fronteira Brasil-Uruguai: entre o nacional e regional (1928-1938). **Jornadas de História Regional Comparada**, 2as, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas/2/h11_02.pdf>, acesso em: 10 fevereiro 2008, 16 p.

RATZEL, Friedrich. O Estado. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 141-150.

RAVILOLO, Heber. Presentación. In: SCHLEE, Aldyr. **El día en que el Papa fue a Melo**. Montevidéo: Banda Oriental, 1991.

RESENDE SILVA, J. **A fronteira do Sul**. Estudo Geographico, economico, historico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. 722 p.

ROBERT, Paul. **Le Petit Robert**. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Le Robert, 1990. 2173 p.

ROCHA, Humberto José da; BRAND, Paulo Rogério. O contrabando em Uruguiana. **Oficina de História**, v. 1, n.1, p.70-74, jan./dez., 2001.

ROGER, Dominique. **Les passeurs du clair de lune**: histoires de contrebande dans le nord de la France. Rennes: Éditions Ouest-France. 2005. 201 p.

ROSALDO, Renato. From the door of his tent: the fieldworker and the inquisitor. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds.). **Writing Culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley, Los Angeles: UCP, 1986. p. 77-97.

RUAS, Tabajara. **Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 128 p.

RUBERT, Nara Marley Aléssio. **O regionalismo de Sérgio Faraco**. Uma visão universalista da literatura de fronteira. Dissertação de Pós-Graduação em Letras orientada pela Profa. Dra. Jane Tutikian. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, 135 p.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul -1827 – 1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997. 201p.

SAHLINS, Peter. **Boundaries: the making of France and Spain in the Pyrenees**. Berkeley/Los Angeles/Oxford: UCP, 1989, 351 p.

SANTI, Álvaro. **Do Partenon à Califórnia: o nativismo e suas origens**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. 110p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade** (ensaio). Petrópolis: Vozes, 1982, 152 p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996] 2002. 384 p.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos pises subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1979] 2004. 440 p.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS / EDIPUCRS. 1996. 313p.

SCHAEFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira: expansão de Sant'Ana do Livramento / RS**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993. 142 p.

SCHIAVONI, Lidia. **Frágiles pasos pesadas cargas: transacciones comerciales en un mercado de frontera**. Misiones: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos (CPES). Universidade Nacional de Misiones, 1993.117 p.

_____. "Trabajar en la calle: casos de prostitución y venta ambulante en Posadas, Misiones. In: BARONE, Myriam e SCHIAVONI, Lúdia (comp.). **Efecto de las políticas de ajuste en la década del '90**. Posadas: EdUNaM, 2005. 454 p. pp. 343-367.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Linha divisória**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1988. 104p.

_____. **O dia em que o Papa foi a Melo: contos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. 150 p.

SEGATO, Rita Laura. Fronteiras e margens: a história não contada da expansão religiosa afro-brasileira para a Argentina e o Uruguai. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, volume 19, número 1, junho 1998, p. 113-129.

SERVICE EDUCATIF DU MUSEE DAUPHINOIS. **Louis Mandrin**: malfaiteur ou bandit au grand coeur? Dossier Pédagogique de l'Exposition. Grenoble: Musée Dauphinois. 2005. Disponível em <www.musee-dauphinois.fr/commun/docs/1/doc113.pdf>. Acesso 18 maio 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (org.) 3.2. Complexo trigo – aspectos da competitividade no Mercosul. In: _____. **Mercosul**: base de dados da integração agrícola e agroindustrial. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p. 33-42.

SILVA, João Pinto da. **História literária do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. P. Alegre: Livraria do Globo, 1930. 280 p.

SMITH, Jonathan M. Geographical rhetoric: modes and tropes of appeal. **Annals of the Association of American Geographers**, 86 (1), 1996, pp.1-20.

SÓFOCLES. **Antígona**. São Paulo: Jorge Zahar, 1998. Tradução de Mario da Gama Cury.

SOJA, Edward W. **Thirdspace**. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1996, 334 p.

SOUZA, Susana Bleil de. **L'Uruguay et le Rio Grande do Sul**: le commerce de transit et le contrebande. 422 f. Tese (Doutorado) - Historia, Université de Paris X, Paris, 1994a.

_____. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: LEHNEN, Arno Carlos et al (orgs.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS/ Co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiiana, 1994b. p. 78-89.

_____. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CASTÉLLO, Iára et al (orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS / Instituto Goethe/ICBA, 1995a. p. 126-139.

_____. Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguiaia no final do século XIX. **Humanas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1-2, p.151-169, jan./dez. 1995b.

STEINER, George. **Extraterritorialité**. Essai sur la littérature et la révolution du langage, Paris, Hachette Littératures, [1968] 2002, 286 p.

STURZA, Eliana Rosa. Mi casa, su casa. **Discutindo a língua portuguesa**. 2007, p.42-47.

THOREAU, Henry David. Westward I go free. In: BABCOCK, C. Merton. **The american frontier**: A social and literary record. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1965. p. 23-29.

TODOROV, Tzvetan. Fictions et Verités. **L'Homme** no. 111-112, 1989, p. 7-33.

TORRES, Sonia. **Nosotros in USA**: literatura, etnografia e geografias de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 186 p

TRIVEDI, Harish. **Translating culture vs. cultural translation**. Disponível em: <<http://www.uiowa.edu/~iwp/91st/may2005/trivedi/trivedi2.html>>. Acesso em: 08 agosto 2007.

TURNER, Frederick Jackson. The significance of the Frontier in American History. In: BABCOCK, C. Merton. **The American frontier: A social and literary record**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1965. p. 29-42.

URUGUAI. **Código penal de la República Oriental del Uruguay**. Ley 13318 de 28 de diciembre de 1964; texto ordenado con las modificaciones establecidas por las leyes 14106; 14528; 14629; 14662 y acto institucional nº 8.

VELASCO-GRACIET, Hélène. Le destin rebondissant des zones frontalières, d'espaces proscrits en espaces prescrits. In: AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; FOURNY, Marie-Christine. **Après les frontières, avec la frontière**. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe. La Tour d'Aigues: l'Aube, 2006. 170 p. p. 71-84.

VELLINHO, Moysés. **Letras da Província**. 2ª.ed revista e acrescentada. Porto Alegre: Globo, [1944] 1960. 271p.

_____. Fronteira. Porto Alegre: Editora Globo; Ed. da UFRGS, 1975. 246 p.

VERÍSSIMO, José. **Literatura regional**. Teoria, crítica e história literária. São Paulo: EDUSP, [1936] 1977. p. 83-7.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: La Table Ronde, [1903] 1994. 560 p.

VOLKMER, Márcia Solange. **“Onde começa ou termina o território pátrio”** - Os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). PPGH da UNISINOS. Dissertação. São Leopoldo: 2007.

WALLERSTEIN, Imanuel. **The capitalist world-economy**. Nova York: Maison des Sciences Humaines; Cambridge University Press, 1979.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: _____. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. SP: EDUSP, [1993] 2001 p. 137-151.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZUSMAN, Perla; HEVILLA, Cristina; MOLINA, Matias. 11. Geografías de los tiempos lentos. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (orgs.) **Las otras geografías**. Valencia: Tirant lo Blanco, 2006. 557 p. p. 255-268.

6.1. REFERÊNCIAS – JORNAIS

ALMEIDA, J. A. Pio de. Contrabando de gado de hoje e de sempre. **Correio do Povo**, 10 de outubro de 1972, p. 18

FARACO, Sérgio. Cavalos do Amanhecer. **Zero Hora**. Segundo Caderno. 31/03/2004.

FRONTEIRA: queda do real dá sobrevida aos chibeiros. **Zero Hora**. 20/06/1999. p.40.

GOMES, Flávio Alcaraz. Evita. **Correio do Povo**: Porto Alegre, 22/05/2002.

GRAEFF, Mauro. Contrabando de agrotóxico. **Zero Hora**. 10 a 12 de fevereiro de 2008.

NA ASSEMBLÉIA... Zero Hora, 16/12/2007.

PCs BRASILEIROS são encontrados mortos no Uruguai. Disponível em <http://www.bonde.com.br/bondenews/bondenewsd.php?id=51&dt=20051205>; acesso em 24 de fevereiro de 2006

PLATÉIA, A. Santana do Livramento, 16/12/2007.

_____. p. 9. Santana do Livramento, 05/10/2008.

SANTOS, Eduardo dos. Bilingüismo na fronteira Brasil-Uruguai. **Zero Hora**, 13 abril 2004, p. 15.

SEPULTAMENTO antecipado gera revolta. **Zero Hora**. 08/12/2005. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=186542; acesso em 24 de fevereiro de 2006.

SUSPENSE envolve desaparecimento de policiais acusados de contrabando. Disponível em <<http://srv3.v-expressa.com.br/edicoes/2005/julho2005/220705/policia.html>>, acesso em 24 fevereiro de 2006

VINTE DIAS após crime, Guaíra volta à rotina. Disponível em <<http://www.midia.com>>. Acesso em 12/10/2008.

ZERO HORA, 09/04/1975, p.23.

APÊNDICE A: RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS.

Muitas entrevistas foram realizadas com a garantia de sigilo, em vista do caráter ilícito dos assuntos abordados. A lista abaixo apresenta apenas os nomes dos entrevistados que abordaram os temas tratados ao longo deste trabalho na qualidade de autoridades acadêmicas ou profissionais. Buscou-se incluir também alguns dados sobre os informantes e o momento do depoimento.

- Antônio Augusto Fagundes, tradicionalista gaúcho, em Xangri-lá, RS, 10 de janeiro de 2004.
- Sérgio Faraco, escritor gaúcho, em seu gabinete de trabalho, Porto Alegre, RS, em 27 de abril de 2004.
- Marli Borniatti e Sandra Ferreira, técnicas da Divisão do Mercosul, da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Centro Administrativo do Estado, em Porto Alegre, em 15 de setembro de 2004.
- Suzana Beatriz de Oliveira e Antonio Paulo Cargnin, geógrafos da Secretaria de Desenvolvimento e Obras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, No Centro Administrativo do Estado, em Porto Alegre, em 15 de setembro de 2004.
- Neiva Otero Schaeffer, geógrafa gaúcha, professora aposentada da UFRGS, no Núcleo de Integração Universidade-Escola, em Porto Alegre, RS, em 20 de setembro de 2004.
- Alma Galup, *Directora del Departamento de Cultura de la Intendencia Municipal de Rivera*. Entrevista realizada na Secretaria da Cultura de Rivera, em 20 de julho de 2005, em espanhol, com a presença do antropólogo gaúcho Daniel Francisco de Bem.
- Gustavo Laclau, uruguaio, *presidente de la Asociación Comercial e Industrial de Rivera (ACIR)* e dono de ótica. Entrevista concedida na ACIR, Rivera, em 20 de julho de 2005, em espanhol.
- Abílio Briz, engenheiro uruguaio, *Director General de Promoción y Desarrollo de la Intendencia Municipal de Rivera*, Uruguai. Entrevista concedida em espanhol, na Intendencia de Rivera, em 21 de julho de 2005, com a participação das geógrafas Gladys Bentancor-Rosés (uruguaia) e Cristiane Adiala (carioca).
- Julio Cairello, 77 anos na data da entrevista, faleceu em 2005. Geógrafo uruguaio, professor e diretor de escola. A entrevista foi concedida em Rivera, na casa do informante, em 21 de julho de 2005, em espanhol.
- Janaína Zorzatto, técnica da Polícia Federal em Uruguaiana, RS, em 25 de junho de 2005, na Delegacia da Polícia Federal.
- Carlos Righero, Secretário da Cultura de Paso de los Libres, Corrientes, Argentina, no Museu Histórico, em 26 de julho de 2005, com a presença do antropólogo gaúcho Daniel Francisco de Bem e das geógrafas Gladys Bentancor-Rosés (uruguaia) e Cristiane Adiala (carioca). Entrevista concedida em espanhol.

- Ricardo A. Saucedo Ricchini, *Secretario de Gobierno, Municipalidad de Paso de los Libres, Corrientes, AR*, entrevista em espanhol, na municipalidade, 26 de julho de 2005.
- Norberto Percuoco, presidente da *Camara de Comercio Exterior de la Ciudad de Paso de los Libres* e despachante aduaneiro, e Rubens Percuoco, seu filho e sócio, no escritório de ambos, em 27 de julho de 2005. Entrevista concedida em espanhol.
- *Olmo*, comerciante em Santana do Livramento. Entrevista em seu estabelecimento, em agosto de 2005.
- Raphael Copstein, 80 anos, geógrafo gaúcho, professor aposentado da UFRGS. Entrevista realizada em Porto Alegre, RS, no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, em 11 de outubro de 2005.
- *Ceibo*, diretor de uma empresa de ônibus de Rivera, e *Canelón*, uruguaio, proprietário de óticas na(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera. Entrevista realizada em espanhol, na ACIR, em Rivera, 03 de novembro de 2005.
- *Álamo* e sua esposa *Rosa*: ex-secretário de um advogado defensor de contrabandistas. *Rosa* é filha de contrabandista e neta de guarda aduaneiro. Entrevista realizada no bairro Rivera Chico, em Rivera, na casa dos informantes, em 03 de novembro de 2005, em *portuñol*, com a participação da geógrafa uruguaia Gladys Bentancor-Rosés.
- Lidia Schiavoni, antropóloga argentina, Entrevista realizada em Posadas, Misiones, Argentina, na casa da informante, em 10 de dezembro de 2005, em espanhol.
- *Fresno* ex-cambista, em 22 de janeiro de 2006, nas ruas de Rivera.
- *Robles*, policial uruguaio, em 22, 24, 25, 26, 29 e 30 de janeiro de 2006, em Santana do Livramento-Rivera, entrevistas com a eventual presença de amigos ou parentes, realizadas em diversos pontos das cidades, incluindo gravação, registro fotográfico, e localização nas plantas urbanas.
- *Encina*, 27 e 30 de janeiro de 2006, na Casa Globo.
- Salise Monteiro Sanchotene, juíza federal gaúcha, entrevista concedida em Porto Alegre, na 2ª Vara Federal Criminal, em 15 de fevereiro de 2006.
- *Azucena, Hortensia, Magnolia e Margarida, bagayeras* uruguaias. Entrevistas em 27 de janeiro de 2006, na Casa Globo, em Santana do Livramento, RS, realizadas em espanhol; entrevistas, 17 e 20 de julho de 2007, na Casa Santa Rita e no ônibus para Tacuarembó, UY.
- *Manzano*, dono da Casa Santa Rita, armazém de linha, durante as transações comerciais, em Santana do Livramento, 17 de julho de 2007.
- *Perera*, da Casa Vargas, armazém da linha, durante as transações comerciais, em Santana do Livramento, 17 de julho de 2007.
- *Nogal*, na sala de jantar do entrevistado, com a presença de Daniel F. de Bem, *Robles*, a mulher de *Robles*, a mulher e a filha do entrevistado. Em Rivera, 19 de julho de 2007, em português e *portuñol*.

- *Romero*, chefe do consejo departamental e *Ombú*, militante no movimento popular, na sede da ONG Alternativa Chuy, no Chuy (UY), 04 e 05 de março de 2008, com a presença da Prof^a Dr^a Lia Osório, de André Cassino (UFRJ); do Prof. Dr. Jadson Porto (UFAM), dos geógrafos uruguaios Prof. Álvaro Lopes Gallero, Álvaro Lena Crescente, Gustavo Cánepa e Alejandro Robayna (UdelaR).
- Hamilton Silvério Lima, prefeito do Chuí (BR), do Partido Democrata, realizada no gabinete do prefeito, na Prefeitura Municipal de Chuí (BR), em 04 de março de 2008, junto dos pesquisadores citados acima.
- Dr. Gerardo Amaral, Intendente, na Intendencia Municipal de Treinta y Tres, em 05 de março de 2008, junto dos pesquisadores citados acima.
- Padre Jorge, na paróquia de San Juan Bautista, Río Branco (UY), em 06 de março de 2008, junto dos pesquisadores citados acima.
- Dr. Pedro Valenzuela, cônsul do Uruguai em Jaguarão, Dr. Rogério Sabóia, cônsul do Brasil em Rio Branco, em Jaguarão (BR), 06 de março de 2008, junto dos pesquisadores citados acima.
- *Robles*, revisão dos mapas das materializações do contrabando e debate de interpretações, na sala de jantar de Cedro, 05 de outubro de 2008.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: JULIO CAIRELLO

Data: 21 de julho de 2005

Lugar: Rivera, na sala da casa do informante.

Presentes: Adriana Dorfman e Julio Cairello

Idioma: Espanhol.

Adriana Dorfman: Yo quiero saber primero que es considerado contrabando, segundo que cosas se ha contrabandeado, tercero historias que han pasado, del tipo que pasó y tal...

Julio Cairello: podemos empezar a dar un poco

AD: primero de todo, antes de eso todo, un poco de su historia, su nombre...

JC: yo te voy hablando acá. Yo me llamo Julio Cairello. Soy descendiente de italianos yo tengo, ya, la nacionalidad italiana también, pero nací acá en Rivera y viví, hace 77 años que vivo acá en Rivera.

AD: é bastante, hehe

JC: estehh, no quise irme nunca, siempre he estado cerca, estudie magisterio, fui maestro, muchos años en el área rural, en campaña, y, desde el año 59, me vine a la ciudad como maestro, trabaje acá en la ciudad y, en el año 63, me presenté en concurso para profesor de ciencia geográfica y empecé a trabajar como profesor de ciencia geográfica y en el año, después, en el año 72, fui destituido y estuve preso un año e medio por la dictadura acá en Uruguay, estuve acá en Rivera preso, en Montevideo y en, el peñol de Libertad, que todo mundo conoce. Yyy, bueno, estuve 12 años como destituido, viviendo de changas, arreglando cosas en las casas, y trabaje en la construcción, en construir casas, estuve en un equipo de obreros, trabajadores, albañiles y en el 84, terminó la dictadura, yo, me restituyeran como profesor de geografía, no quise salir como maestro, maestro pa... como dicen ustedes, lo profesor también allá, pero, maestro es lo profesor de primaria y, me jubilé como profesor de primaria, seguí trabajando como profesor de geografía. En el 85 llamaron a un concurso para dirección de liceos acá en Uruguay, yo me presenté, y, empecé en la subdirección del Liceo numero 2, acá, y después pasé a la dirección. Es decir que los cargos que tuve fueron por concurso, nunca fui nombrado así. Pero siempre me gusto la geografía, me gustó estudiar, ya conocía a Gladys en ese tiempo, en 67 que fundamos la Asociación de Profesores de Geografía del Uruguay, que todavía existe, con Gladys, con Teresa, fuimos medio cofundadores de esa asociación nacional. Y siempre he ido a congresos, reuniones, campamientos, haciendo trabajo de estudio con gente que sabía más que yo, y con la que aprendí muchas cosas. En el año 88 tuve que dejar el trabajo por un problema, tuve un problema cardíaco, después tuve una operación de corazón, y, bueno, yo tenia años de trabajo también, no, en el 88, ahí, deje la enseñanza, y ahora estoy trabajando con la asociación de jubilados y pensionistas del Uruguay,

es, estoy en la directiva, estoy en eso y, ayudar en algún trabajo social, charlas, reuniones y cosas así que no se me fijan mucho horario ni mucho trabajo tampoco, porque tengo que estudiar un poco y por los años y por lo problema cardiaco mismo, que fui operado y siempre seguí con problemas, pero ahora vivo, lo que tengo, lo que tengo es experiencia, y años, entonces uno, yo conocí toda esa frontera cuando no era ni la quinta parte de lo que es ahora. La ciudad, por ejemplo, terminaba en esta calle que está ahí, ahí terminaba, en ese cerro ahí, vienen canteras, de donde se sacaba piedra para construcción, ahí termina la arenisca, arriba del basalto, se saca e se [?] para construir cimiento, de las casas, y, era intransitable, y, hablar del contrabando, cuando yo era un guri, como dicen acá en la frontera, allá dicen garoto,

AD: en Rio Grande do Sul también

JC: en Rio Grande do Sul también dicen guri, guri e guria. Los chicos éramos los que hacían, ahí nos mandaban para comprar en el otro lado de la frontera, no, en los almacenes, todos los almacenes estaban para aquel lado, los almacenes importantes, acá tenía una cosa extraña, eh... Livramento, se fundó 40 años antes que Rivera, se fundó Livramento y lo contrabando se hacia de acá para allá. Ya habían comercios acá en la línea divisoria, se traían las cosas, de Europa principalmente, por ejemplo, acá no había ferreterías, no había, donde comprar herramientas, no había donde comprar alambres, por ejemplo, y muchas cosas de maquinas y maquinarias, no había producción en el Brasil, el Brasil ha empezado a producir del año 50 para adelante, más o menos, a la gente de Rio Grande do Sul, Bagé, incluso Porto Alegre, Don Pedrito y toda esa gente venia compra acá, en el comercio de Livramento, y la mercadería venía por Montevideo y la traía a Salto, departamento de Salto, y de Salto, en carretas y en carros venia acá a la frontera, donde era, el negocio se hacia acá, el comercio, el contrabando del Uruguay para el Brasil

AD: los dueños de esos negocios eran de acá de la ciudad, o de otra, de Montevideo eran?

JC: Eran si, importadores eran de Montevideo y ellos traían la mercadería hasta Salto, la mercadería venía por el río Uruguay, y ahí, para acá para Rivera, venia por, esteh, carretas y carros entonces estaban los depósitos acá, acopiaban cantidad de mercadería y venían toda la gente de Brasil, venia comprar acá, en ese tiempo, esteh, antes de se desarrollar la industria brasileña, era aquí que los estancieros, los agricultores, y toda la gente compraba herramientas y el alambre, que era tan necesario para dividir los campos, no, todo iba de aquí para allá, y, bueno, y eso, otra cosa interesante, de la diferencia de años que hay entre una ciudad y otra, 40 años de antigüedad más Livramento que Rivera, que cuando se delineó Rivera, bueno, Rivera, departamento Rivera estaba, era parte del departamento de Tacuarembó, estaba es que sigue, hacia el Sur, se delineó la ciudad, y el mismo agrimensor que delinea Livramento delinea Rivera también, por eso tu ves que las calles de Rivera están a continuación de las calles de Livramento, la misma dirección, con la ventaja para nosotros que cuando el hombre hizo, delineaó toda la ciudad y medió todo, hizo las calles de Rivera más anchas, y las veredas, principalmente, si tu ves la, comparas ahora cuando vayas para allá, la vereda de la calle Sarandi con la de la Rua Andradas, vas a ver la diferencia que hay, y eso reportó que en Rivera se ha formado una especie de concentración nocturna de la gente de Livramento, mesas en la vereda, todo tu ves, tienes, ahora mismo en esa época no tanto por que hace mucho frío pero en verano, toda la Sarandi de los dos lados está llena de mesas y se llenan de gente, uruguayos y brasileños a tomar su

bebida, a comer, todo en la vereda, porque las veredas nuestras son mucho más anchas que las, tu vas a ver allá en la Andradas es una veredita. Sabes lo que es vereda, nó?

AD: Si, claro, calçada.

JC: Ah, yo estoy hablando en español pero alguna palabra que no entiendas, me preguntas, esteh, y bueno, siguiendo con el contrabando, que al principio fue de aquí para allá, ahora, después, é claro, Brasil se desarrolló enormemente, el mercado brasileño es enorme al lado del mercado nuestro, entonces, la industria se desarrolló, entonces somos nosotros los que traemos todo de allá, Ahora no tanto por que acá el paso del contrabando para allá, de allá para cá depende del valor de la moneda, depende, por mucho tiempo el peso uruguayo fue mucho más fuerte que el, en el principio, en nuestro tiempo era el, no era el cruzeiro, era, tenia outro nombre la moneda brasileña

AD: Eram réis?

JC: Réis! É, réis, cem réis, mil réis, y todas esas cosas, y nuestra moneda era mucho más fuerte, nosotros es que comprábamos todo allá, pero, incluso Rivera se pobló últimamente, en los últimos 40 años, por mucha gente que vino del resto del país para acá. Rivera tiene casi 100 mil habitantes, son pocos los departamentos del Uruguay que tienen esa cantidad de gente y, por que la vida acá era mucho más barata?, por el contacto con el Brasil, bueno y, lo que quiero decir con eso es que el pase la de acá para allá o de allá para acá dependía de, esteh, del valor de la moneda. Mientras nuestra moneda fue fuerte, todo venia de allá, ahora ya tá más difícil la cosa, porque lo real está muy caro para nosotros. En ese momento hay pocas cosas que compramos allá. Y lo otro, el primer gran contrabando, al principio fue de ganado, que pasaban acá por esa calle nomás, en el Brasil tenían, en Livramento habían dos frigoríficos y allá por cerca de Artigas había otro, se instalaban acá frigoríficos de, inglés, casi siempre de capital inglés, justamente, para faenar la carne del Uruguay, y do Rio Grande también, desde luego, pero, ya el contrabando, las tropas pasaban acá, por esa calle, y tal cosa

AD: Pero, y, no había control de la frontera?

JC: Había, pero siempre había también...

AD: y como era la frontera, allí en la Aduana?

JC: Aduana hubo siempre, y guardias por el medio. Hubo y hay por todos lados de la frontera, pero, tu sabes como es el asunto, se arreglan con los guardas y se acabó, los guardas miran para otro lado y pasan. Eso siempre existió también, En una frontera siempre va a existir, no... A veces muy a la vista así, sin cuidado ninguno, pero otras veces son más controlados, ahora hay más control, ahora es mas controlado porque no solo el control acá, local, sino que hay en la ruta también y cuando el ferrocarril marchaba todos los días también se controlaba tanto, pero, siempre hubo, en una frontera no hay caso, siempre va haber contrabando. Acá hubo contrabando de gente, por ejemplo, japoneses, venían a Montevideo e de Montevideo se venían a Rivera, esperaban la oportunidad para pasar la frontera para irse para Brasil, cantidad de japoneses que están, que viven en Brasil esteh, pasaran por acá por la frontera

AD: en que año?

JC: en que año? Yo te voy a decir que en 1950, por ejemplo, a la vuelta de la casa donde yo vivía, había un gran galpón, un gran taller mecánico pero un galpón de un hombre que tenía camiones de transporte para Montevideo-Rivera-Montevideo, y ahí nosotros veíamos a veces, 40, 50 japoneses ahí en el galpón aquel, viviendo allí, esperando la oportunidad para pasar para el otro lado y, allá por la época de 50, empezaran a entrar japoneses a Brasil, no?

AD: Hubo antes también, pero...

JC: Hubo, pero, en gran cantidad, en gran escala, y no solo por acá que entraban, desde luego, pero yo vi acá, acá como llegaban, se concentraban ahí en este galpón, esperando el momento oportuno aguardando pasaje para el otro lado, solo en base a dinero, no?,

AD: habían intermediarios también?

JC: Claro, habían intermediarios, si, desde luego, pero, así que el contrabando no es solo de mercadería, de alimento y de gente también, yo vi, vi porque en el Brasil hasta el año 50 habían japoneses, pero no había la cantidad que uno ve, uno va a São Paulo, por ejemplo y, si, cantidad enorme

AD: y en el interior también...

JC: Eh?

AD: El interior de São Paulo.

JC: Todo, acá le metían en chacras también, por un tiempo acá en Rivera, muy trabajadores los japoneses, acá cultivaban tomates todo el año, siempre cultivaban tomate, en invierno no y ellos, todo el año, trabajando, y pero siempre ellos venían para acá esperando la pasaje, porque todos los miles de japoneses que vinieron para acá no quedó ninguno acá, difícil encontrar acá un japonés o un descendiente de japonés, y pasaron muchos acá vinieron chacras alrededor, servían también de base para los que llegaban, se quedaban ahí, esperaban un tiempo e pasaban, ellos sabían que Brasil tenía mucho más futuro que Uruguay, para el trabajo, para el comercio, no?, bueno.

AD: de tiempos en tiempos viene alguien y dice no, no se pude más contrabandear?

JC: si, tu sabes que, el cero kilo, pero no, no, no.

AD: usted se acuerda de algún intendente, algún...

JC: La aduana, lo de la aduana, no, no, yo conocí muchos guardias aduaneros, cuando guri, mucho, nosotros veníamos a comprar en Brasil, comprar un kilo de yerba, un kilo de azúcar, un kilo de arroz, cosa chica, para la casa, y nuestro pasaje era por aquí, arriba del cerro, porque los guardias no podían andar con los caballos, nos corrían, pero era tan tan tan horrible las canteras y los agujeros que había, pozos de piedra, que no daba para andar a caballo, entonces nosotros pasábamos, corríamos, veníamos a comprar las cosas del día, y eran etapas, momentos, pero después se fue parando, porque en la línea divisoria, del lado de Brasil, lo único que habían eran comercios, después claro, después empezó la venta para la gente, la ropa brasileña, las telas, venían los televisores, todos los electrodomésticos, había excursión de 10, 15 ómnibus para comprar de Montevideo con turistas, venia todo mundo a comprar lo suyo. Y se dejaba, a veces se atacaba algún ómnibus, se sacaba algo, pero, había épocas que venia la orden de no permitir, entonces si, hay un paraje ahí donde tenían que parar los ómnibus, se revisaban, el lugar se llama

Manuel Diaz, ahí está la policía y la aduana, a veces venia la orden de atacar, de parar, e vaciaban los ómnibus, quedaba un montón ahí, todavía hay, esteh, hay otra aduana ahí en el camino, que está llena de automóviles, camionetas y camiones, que cargaban contrabando y que fueran presas, se demora años después los expedientes, mercadería que se estraga, que e tira fuera porque, mientras se resuelve lo que hacer con ella, no?, en general la botella de bebida, por ejemplo, la cachaça de ustedes, mucha cantidad que contrabandeaban, la coca-cola es otra cosa, porque la coca-cola en Livramento vale menos de la mitad que lo que vale en Uruguay. En Rivera no, porque lo traemos todo de allá. Y hay muchas cosas, se tira todo, se rompe, se tira, pero hay mercaderías ahí en, hay una aduana, está cerquita de acá, ocho cuadras, que allá ves como 500 garrafas de gas, de un contrabando que agarraran e que hace como cinco años que está allá.

AD: Donde es?

JC: En la Ruta 5 que va para Montevideo. Llevaban para Montevideo. Esta todo empilado allí. En el campo nomás, y camiones y camionetas, pero eso son etapas, hay etapas que se reprime más, otras que se deja más,

AD: Por que?

JC: Y depende que tienen en ese momento, no, pero cambian, cambian, a veces por padrino político, el partido que está gobernando, a los caudillos de ellos, como se llaman allá? Cabo eleitoral, ese tiene ciertas prebendas para pasar, pero después cambian, y cambian, no es una cosa que todo... Ahora mismo, nosotros esta vivienda de acá, casi todos los electrodomésticos que hay son, esteh, traídos de Livramento, pero ahora esta con fábricas en Brasil acá más barato, después con el free shop, fue otra cosa, el free shop, el vende electrodomésticos, máquinas, principalmente, güisqui escocés más barata, a cada fin de semana se llena de brasileños para comprar para controlar el free shop. El free shop se hizo acá justamente para eso, para vender para los brasileños, porque llevando, nosotros, los que vivimos acá no podemos comprar no free shop, es todo para el exterior, pero esa es la ley, en realidad compramos todo que nos da la gana en el free shop, porque ellos tienen la documentación de los brasileños, porque para comprar no free shop tiene que tener, la persona que compra, documentación brasileña, yo no soy brasileño pero yo voy allí y compro lo que quiero. Como ellos descargan eso? Tienen fichas de brasileños que compran allí y después en las fichas de los brasileños lo que compran. Pronto, quién va averiguar? A veces hay alguna investigación, pero en general no. Bueno, no sé que otra cosa.

AD: Hace como 15 años que yo estudio acá la frontera también entonces yo me acuerdo que hubo mucho contrabando de plata.

JC: De que?

AD: De plata, de dinero.

JC: Dinero, lavado de dinero, ese es una industria nacional también, no es solo acá. Hay casas de cambio que ni, no tienen nada que ver con Rivera, hay bancos que no entran riverenses ni por casualidad, están ahí, todo las agencias, por ejemplo, viene un brasileño, en el Brasil se controla mucho los impuestos, no?, principalmente el impuesto a la renda, es muy controlado, acá no, acá recién ahora están discutiendo si van a poner uno a la renta, todavía no se resolvió, entonces cuando ya no pagan impuestos, sonegan, no?, lo que dicen ustedes, juntan dinero, pero en Brasil si tu vas a comprar un auto tienes que demostrar de donde sacaste el dinero, si vas a

comprar una casa tienes que mostrar de donde sacaste el dinero para comprar la casa, o un campo, lo que sea, el estado quiere saber, ta bien, tu ganaste este dinero pero pagaste los impuestos?, el impuesto a la renta, este es lo que quiere saber, entonces vienen a comprar acá, compran una estancia acá, por ejemplo, o casas, y lo tienen un tiempo, después la venden, para otro brasileño, campos, estancias, y la venden para otro brasileño, y cuando entran con ese dinero allá, ponen en un banco, lo que sea, y de donde salió ese dinero? De una propiedad que yo tenia en Uruguay. Tá en el Uruguay no le preguntan de donde sacó el dinero pa comprar, tenia una propiedad, la vendió, chau, entonces es muy difícil saber como salió ese dinero de allá, por medio de esas casas de cambio y bancos, el dinero fue lo que se dice una cosa virtual, parece que existe pero no existe, tu compras una casa y no llevas ningún peso en tu mano y compras la casa, firmas un documento y tá, porque se ha hecho una transferencia bancaria pronto, no dinero. Tu compras y firmas un check, no llevas dinero en la mano, el dinero se tornó en algo virtual, se hace transferencia de un país a otro, por medio de un fax, de un telegrama, lo que sea y la computación hoy, con la computación uno transfiere el dinero de un lado para el otro, pronto, se acabó, acá en Uruguay, acá, en el año 2002, se hundieron 3 o 4 bancos, no se hundieron, los vaciaron, transferiran todo dinero para otros lugares, no controlan nada, y desapareció, chau, dinero de los ahorristas, qua habían puesto ahí, millones, los dueños de los bancos, hay tres hermanos que están presos, los padres están presos, pero otro, nada, no paso nada,

AD: y la frontera acá depende del cambio, depende de eso...de que el sistema bancario uruguayo que este sano... no sé...el caso ese de que los bancos se hundieron, influyó acá, en el movimiento de Rivera?

JC: porque somos pocos, hoy está el movimiento de gente reclamando por los ahorros, así, sacaron dinero, chau, y acá ahora existe algo del primero que acá se puede manejar cualquier tipo de moneda. En el Brasil tu vas comprar algo, tienes que pagar con reales, no hay otro, en el Banco de Brasil solamente se puede depositar en reales, ni dólares, ni euros, aquí en Uruguay se manejan con todas las monedas, y existe algo que se llama el secreto bancario, nadie puede saber que es lo que yo tengo en el banco, o no tengo, cuanto saqué o no saqué, y eso está hecho, el secreto bancario, para el lavado de dinero de otros países, es decir, viene cualquier persona acá con una valija de plata, va al banco y lo deposita allí, nadie pregunta de donde vino, de donde puede venir, en la cuenta de el nadie puede, eso, tocar, solo por orden judicial se puede abrir el secreto bancario, una estafa muy grande, una cosa así, pero casi nunca se da eso,

AD: entonces cuando se dio ese problema de los bancos, que pasó, pasó algo acá?

JC: No, cayó, cayó el comercio porque mucha gente tenia dinero, son miles de pequeños ahorristas, gente que se quedó sin dinero para pagar un medico, pagar el alquiler de la vivienda, pagar los impuestos que tiene que pagar, hay una desesperación, hay miles de personas que fueron perjudicadas, bueno, y eso repercutió en el comercio interior también, repercutió porque el Uruguay está, hoy tenemos la vergüenza de decir que la mitad de la población de Uruguay está en la pobreza, la mitad, gente de la clase media se vino abajo, se vino, el mayor índice de desocupación de América, uno de los mayores, es el de Uruguay, verdad en acá había fabricas textiles varias, no hay ninguna, había ahora recién empezaran los trabajadores, conseguiran crédito y empezaran la industria Pluslan, no se si oíste hablar, fabrica de cubiertas y cosas de caucho, enorme, que vendía para todo el mundo, se hundió, empezaron a hacer guantes de goma, ahora están haciendo

cubiertas, empezó esta semana recién, estuvo como 20 años cerrada, con las maquinas todas ahí, habían fábricas, frigoríficos, habían, en Uruguay, esteh... Esto, esta, el gobierno que entró ahora tiene la obligación de levantar toda la industria nuestra, principalmente la industria agropecuaria vino abajo, el Uruguay tiene, de acá a Montevideo tenemos 500 km de rutas e de acá a Montevideo pasamos por 500 km de un desierto verde, no hay nada, campo vacío, no hay gente, no hay nada, pues es que hubo una concentración en las ciudades e los asentamientos que llaman, los rancheríos, una pobreza impresionante, recién ahora entró ese gobierno, entró ese año se está planificando a ver hacer como. Pienso que en quince o 20 años se puede levantar de nuevo el Uruguay, tem que empezar por todo, ne?, además porque hubo una época en que, antes de la dictadura, y en la dictadura también la deuda se multiplicó por seis, dinero tirado afuera, y recién ahora se está planificando para volver, a producir, había ingenios azucareros que hacían azúcar de remolacha y azúcar de caña de azúcar, todo eso se terminó, esteh... Fábricas, la carnicería que habían dos, fabrica nacional de cerveza era la Norteña, está todo en poder de los brasileños, le compró la Brahma

AD: la AMBEV acá

JC: por la malta porque el país produce esteh..., todo para los cereales necesarios lo que el gobierno de Brasil está haciendo, el gobierno de Lula y pidió que se siguiera trabajando en una fábrica de para hacer cerveza aunque todos ahora están en Uruguay. Mucha de esa gente que trabajaban todos y ganaban bien

AD: como usted ha dicho anteriormente esto de la, de la changa y eso incluye también el contrabando en la frontera? Que lo busquen más para tener otras formas de ganar su vida? Para

JC: Influye, claro que influye porque la salida que tenia la gente es esa, el contrabando, por ejemplo para llevar, el Uruguay no tiene gas, nosotros acá en el norte, todo gas que consumimos viene ahí de Livramento, hay pueblos que está a cien kilómetros de acá, a 80 que viene, entonces hay grande cantidad de gente que se dedica a eso, inclusive tu ves de repente una moto para llevar atrás 5, 6 botijas de gas, en una moto y el, esto que sea por ejemplo por lo menos 50km de la frontera, hay cantidad de gente que vive de eso, de ir con la mota hacia allá traer gas, y comestibles también, una de las cosas que nosotros podemos es hacer el contrabando y prohibir totalmente es malo porque hay muchos comestibles que no se fabrican más en Uruguay, recién ahora están empezando algún, se no tenemos acá, podemos ir comprar en el Brasil, hasta el arroz, que el Uruguay exporta arroz para hasta para China exporta arroz el Uruguay, pero no hay para el consumo de la gente, El arroz se exporta y, conoce ese arroz que viene en la bolsita de plástico ya pronto para comer?, no hay eso acá en, hay eso en Montevideo, hay algunas cosas, pero que llegue hasta acá, encarece mucho el transporte, entonces nos conviene mucho más. El Brasil importa en cantidades y después vamos comprar arroz en Brasil. Y hubo un momento en que la carne también, ahora ya no, ya está más cara que acá, todo depende un poco del valor del peso acá. Hubo una fábrica de aceite en Rivera y había dos en Tacuarembó y se hundieron todas

AD: se hundieron por estar cerca de Brasil o por lo que pasa con la economía uruguaya?

JC: por estar cerca de Brasil y por varias razones. La, había una aceitera en Tacuarembó que era de la empresa Bunge Y Born, una multinacional, acá en los alrededores de Rivera había cantidad de gente que tenían chacras de 10, 12

hectáreas y vivía la familia esta y cultivaban mucho el maní para la fábrica de aceite, hacia aceite de maní, minduim que llaman ustedes?

AD: amendoim, ha ha

JC: bueno, y vino la competidora de Tacuarembó y empezó a ofrecer más dinero para la gente por el maní y dejó la fabrica de Rivera sin material. Dos o tres años, cerró. Después que cerró nunca más vinieron a comprar maní de nada acá, y se terminaron los plantadores de maní, las chacras. Bueno. Y es así, no es cierto?, después de la dictadura entró un gobierno y lo que más hacia fuerza era para la gente de importación porque hay núcleos grupos, grupos de presión, grupos de productores que están presionando para que los ayuden. Los importadores también presionaban al gobierno para importar, entonces acá no se producía más ropa, todo era importado, comida era importada, importábamos comida de Suecia, de Escocia bebidas todo lo que tenia era importado, claro, era importado con subsidio de manera que era más barato do que el que se producía acá. Porque cuando se hizo el free shop, muchos de nosotros decimos que el free shop no debía ser para vender productos importados de Europa, como son ahora, si no para productos nacionales pero acá no se importan con los productos, ahí podríamos competir con los productos, como les sacan los impuestos de los productos que vienen de Europa para venderlos en el free shop, por eso venden, el güisqui en el free shop vale la mitad que el güisqui en Montevideo, y es el mismo güisqui, porque allá pagan impuesto y acá no entonces ellos asesinan con la mercadería. La ropa uruguaya, la lana por ejemplo, que tenemos lana, y estábamos vendiendo la lana bruta así, sacan de la oveja y la venden así como sale, se hicieran ropa, se produciran alimento que tenemos, es increíble, te voy a decir, no tiene mucho que ver, estoy hablando de todo un poco pero me da rabia de pensar la riqueza que tiene el Uruguay, y da rabia que uno tenga que decir que la mitad de los niños del Uruguay pasan hambre, y viven, [...]

AD: En Brasil lo mismo...

JC: Bueno, Brasil tiene 180 millones, el Uruguay es más chico que un barrio de San Pablo hay menos gente, que un barrio! De San Pablo. Y como se va a decir que este país es un país chico, es mentira, no es un país chico, hay muchos países en Europa que son mucho más chicos que nosotros, y tienen 5, 6 veces más población, no es tamaño. Nosotros tenemos una plataforma marítima más grande que la parte territorial, abandonada totalmente, tenemos pescadores que vienen a nuestra costa pescar, los japoneses, los rusos, los holandeses, todo mundo viene a pescar, y el pescado en Uruguay es un artículo de lujo, ¿por que? Porque el atraso...no tenemos ni siquiera la costumbre de consumir el pescado, porque acá la gente no, no, no come pescado. Y el pescado es una riqueza extractiva, hay solo que coger no más. Bueno, recién ahora están hablando de eso, no tenemos ningún barco pesquero en Uruguay y la parte marítima es mayor que la parte continental, y no tenemos un barco pesquero.

AD: y las personas tampoco tienen trabajo

JC: Ahí en frente a Rocha por ejemplo, se juntan las corrientes frías, que vienen del sur, con las corrientes cálidas que vienen del norte y hay una riqueza pesquera excepcional, pero no pescamos, bueno, y entonces, también la política tiene que ver con el atraso y el adelanto de los países porque estos países de América Latina han sido mal administrados años por años, después de la colonización fue el desastre,

AD: volviendo un poco al contrabando, yo, se encuentran muchas análisis así, que hablan del contrabando por la diferencia cambial, oscilación, que se yo, pero para las personas que viven acá, y los personajes a veces tienen fotos quizás, de Rivera más antiguo, testigos de las cosas que si ocurrieran, y no del análisis más económico. Como un maestro en la sala de aula, en la clase, cuenta el gran cuadro, el sistema, la organización y va y ilustra, no, entonces imaginando que hay un tipo así asado, es así que nosotros trabajamos, no?, el caso ese del particular, caso de personas que usted ha conocido,

JC: pero que que?

AD: o de amigos tuyos que trabajaban con el contrabando, que no trabajaban y pasaron a trabajar

JC: hoy están acá, hay, siempre hubo, sigue habiendo. El contrabando, no, no, yo te digo [¿]

por problemas de dinero, de valor del dinero, pero no porque se restriño e no se podía contrabandear más, pero, los contrabandistas siguen existiendo, están ahí, es tanto que acá nós decimos zona franca, enormes galpones, y todo para el contrabando, porque traían las cosas allí, a la zona franca, de cualquier parte del mundo, tanto por Brasil como por Montevideo, por lo que sea, e ahí les cambiaban las marcas de las cosas, seguía para el mercado interno, y venían para el Brasil, San Pablo, y todas cosas que venían de Europa, es zona franca porque no pagan impuestos, solo cambiar el nombre de la mercadería e ya está, e al puerto de Montevideo todos los días llegan conteneres, cuando inventaran los conteneres

AD: cerradito así

JC: Ahí traían contrabando de [¿] ahora mismo hay un jefe de aduana de Montevideo, que fue duro, empezaron a abrir los conteneres e sacaron montones, millones de cosas contrabandeadas, que vienen por Montevideo, no es por acá por la frontera, así que el contrabando, la única manera de combatir el contrabando realmente es produciendo y compitiendo, no hay otra manera, se hay diferencia de precio de un lado y de otro, no hay manera, aparecen contrabandistas en seguida, así como aparece la venta de droga. No hay cosa más reprimida que esa y no hay cosa que crezca más que la drogadicción, porque siempre se encuentra la manera de, todo por la diferencia. Yo soy uno que pienso que el día que se legalice el uso de la droga, viene abajo el negocio. Ya tenemos la experiencia en los Estados Unidos con la ley seca. Terminó la ley seca, terminó las mafias de aquellos tipos, de aquella gente que muria por los mafiosos, terminó, pronto, de acá yo siempre pensé que la manera de terminar con el tráfico de droga es legalizar, quiere comprar? Bueno, vaya, compre ahí, comercio legalizado y controlado para esto, se termina, porque se tu tienes que ir a una farmacia comprar una droga, tienes que poner la cara allí en el mostradero para que te vean. La droga circula en secreto, de noche, en la oscuridad.

A entrevista é interrompida [...]

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA: ROBLES.

1ª entrevista com Robles e Cedro.

Data: 24 de janeiro de 2006.

Lugar: Santana do Livramento, na casa de Cedro,

Presentes: Adriana Dorfman, Daniel Francisco de Bem, Robles e sua mulher Magnolia, Cedro e sua mulher Dalia.

Idioma: Português e *Portuñol*.

Adriana: O que é o contrabando-formiga?

Robles: Não é a coisa tão delitativa. É mais um contrabando do dia-a-dia.

A: É, mas o que tu quer dizer com uma coisa assim mais delitativa, menos delitativa?

R: O que temos é um contrabando grande. Ou, por exemplo, como se diz, a operação formiga. O meu amigo diz cupim, aquele que vem no dia-a-dia. É o que nós temos, isso aqui, baseado nisso, por exemplo, é como sobrevive a gente que viaja às vezes 300, 400km levando açúcar, erva, tanta coisa, tudo aquilo que interessa, é roupa, isso é um contrabando que leva de ônibus...

A: Para comprar aqui? De onde que eles vêm?

R: Eles vêm de todo o Uruguai.

A: De todo o Uruguai? Vem de Montevideú fazer...

R: De *todo*. Pequeno contrabando.

A: E o que levam?

R: Levam de tudo. Desde comestíveis, até roupa, inclusive até peças de carro né? O que for encomendado para eles, eles levam. É isso aí o dia-a-dia, cigarro, um monte de coisa, tudo que é fundamental para o uso eles levam, não adianta.

A: Mas só coisa pequena ou quantidade pequena ou grande também? E quando é que tu acha que deixa de ser contrabando-formiga e passa a ser uma coisa mais perigosa, mais séria? Mais delitativa, como tu diz?

R: Quando nós pegamos, todo ele, todo o contrabando é delitivo.

A: Contrabando é não pagar imposto?

R: Um seria. Já é infração quando uma mercadoria de um país entra, ingressa no outro sem pagar imposto. Aí ele já é contrabando. Evidentemente, para mim ele já se torna um contrabando mais perigoso quando ele tá de caminhão, em quantidade, todas essas coisas né? Evidentemente que a operação formiga também não deixa de ser um delito perante a lei nossa, e aqui *hay* gente que leva de caminhão tanto prum lado como pra outro. Tivemos a prova: a operação Prata, que estourou internacionalmente.

A: Ahã, lá em São Paulo?

R: De São Paulo, ela veio terminar aqui.

A: De eletrônico era?

R: De eletrônico é, também, tudo vem. Hoje, por exemplo, quem controla praticamente o contrabando é a Aduana e a polícia. E daí vem um grupo especial do governo, também controla, também a *Caminera*, que é a mesma coisa.

A: É a Polícia Rodoviária?

R: É a Rodoviária, todos pertencem a nós, então eles fazem essa mesma função. Pois controlam a FUSNA [corpo de fuzileiros navais], quase todo mundo controlam.

A: O que é a FUSNA?

R: A FUSNA é um exército mandado, ordenado pelo governo. Então eles controlam as estradas.

A: Mas aqui o posto de controle é mais pra dentro né?

R: O primeiro que posto que nós temos é o Aduana, na *ruta* cinco, o que vai dar quinze quilômetros.

A: E tu trabalha lá ou não?

R: Não, eu trabalho dentro da cidade, se chamam nós vamos prá lá. Aí quem controla é a Aduana. Além da Aduana, nós temos a barreira sanitária que controla o ingresso de mercadoria brasileira que seriam derivados de porco, gado, essas coisas todas... Antes dessa Aduana, nós temos a *Caminera*, um posto de *Caminera*, que também faz o controle de contrabando ela controla também.

A: Mas as pessoas não passam propriamente pela estrada, né?

R: Sim, de ônibus sim. Como ela leva pouca coisa, geralmente deixam, quando é pouca coisa. Agora, por exemplo quando vai muito, muita gente no ônibus e se vê muito pacote, aí de repente vem a ordem do chefe, tascam tudo, não deixam nada. É a operação zero quilo.

A: Varia com o quê?

R: Varia com a quantidade que levam no ônibus.

A: Mas não depende, sei lá, qual o tipo de produto? Ou chegar um chefe novo? Ou querer mostrar serviço por alguma coisa?

R: Não. Geralmente quando há uma operação como a operação Prata, isso incentivou que comesçassem a atacar muito, que não deixassem passar nada. Então, o que fazem os que geralmente levam de ônibus? Eles contratam uma carroça e saem por fora, passando a Aduana. Daí se vão. Lá têm a Manoel Diaz, a 70 quilômetros daqui, que lá é um posto policial com mais de 15 policial, ou seja, cinco por turno. E esse posto ataca muito a mercadoria. Então, lá em Manoel Diaz, eles descem antes de Manoel Diaz, caminham a pé, cruzam Manoel Diaz por campo e vão pegar o ônibus lá diante.

A: Isso aí demora quase um dia inteiro pra fazer?

R: Pra eles sim, muitas vezes sim.

A: E o cara faz todo dia?

R: Faz todos os dias, todos os dias. Uns fazem um dia de manhã, vêm de manhã e aí ficam. Aí eles compram tudo, fazem o rancho deles, levam o necessário, aí...

A: E aí, chegando lá, já tem quem compre?

R: Já tem, ele já tem pra quem deixar a mercadoria, praticamente a mercadoria já foi vendida.

A: O cara faz mais é o transporte?

R: É o transporte. Seria como tu vê no Paraguai.



FIGURA 39: Manoel Diaz: foto da aduana e da parada de ônibus – 2005.

Foto de Adriana Dorfman.

A: Pois é, a gente tava lá no Paraguai, tava na Argentina na fronteira com o Paraguai, conversei com uma senhora lá e ela me disse que lá é praticamente só mulher.

R: Só mulher?

A: Praticamente só mulher, porque os homens não se interessam porque é muito pouco dinheiro, pouco remunerado só quando aparece uma crise muito grande, quando tão muito sem emprego aí aparece o homem também fazendo e aqui é diferente.

R: Não. Aqui é mulher e homem também, mas *ojo*, eles não são mula, eles são os *bagayeros*, eles compram a mercadoria e eles mesmo vendem, né? É diferente que no Paraguai, são pagos praticamente para atravessar a mercadoria, né? Fazem a função de mula. Hoje, se tu vai aqui, nessa fronteira eu acredito que uma base de sessenta por cento dela vive de contrabando né? Principalmente Rivera. Sim, e já não é tanto, porque hoje temos muitos funcionários públicos, é a polícia, é intendência, ministério de *salud* pública, e mais seriam professores e assim vai. Eles têm muita gente *involucrada* dentro, que *véve* do contrabando.

A: Tu acha que as pessoas que moram em Rivera é que trabalham mais com isso? Ou mais afastado?

R: Eu tenho pra te dizer que têm brasileiros trabalhando em contrabando e viajando pro Uruguai. Tenho comprovado vários, te digo porque tenho viajado nos ônibus e eles viajam também. Se dedicam ao contrabando porque é a maneira de vida mais fácil pra eles, *o sea*, é o trabalho que eles têm. Eles hoje te dizem que estão

trabalhando no contrabando, embora sea ilegal, eles tão trabalhando. Em Livramento também tem uma quantidade trabalhando com ele. É trabalho. Como também tem do Uruguai, passando os produtos Conaprole, que deve ter visto em Porto Alegre. Que é o queijo, o iogurte, todas essas coisa.

A: O doce de leite?

R: Então, o doce de leite levado daqui pra lá, como levam lingüiça, como levam salame, como levam principalmente o queijo duro... Gostam muito, né?

A: É o dobro do preço...

R: Claro, é por isso que eu te digo, que eu acredito que tenha que ter lucrado. Se vai dentro de uma fronteira assim, 50% vai lucrar. Hoje o cara que põe um comércio aqui não pensa só em Livramento. Ele pensa que vai vender pra nós. Hoje somos uma base de duzentos mil habitantes na cidade. Mais o flutuante que nós temos, que deve ser de trinta mil pessoas diárias.

A: Que vêm pra isso mesmo?

R: Flutuante. São pessoas que vêm no dia e se vão. Mas algumas mantêm o hábito de regressar.

A: Pois é, a gente vê pelo número de supermercados e postos de gasolina, né?

R: E quando dá uma variação de moeda, por exemplo, de preço, por exemplo, aqui de repente o *aceite* tá mais barato, de repente fica mais barato do lado de lá... aí passam daqui de Livramento pra ir lá comprar, ou vender ou vivem lá, porque varia de uma cidade à outra, o sea que tu tens o recurso. Se tu quer trabalhar, se tu quer te movimentar, mesmo sendo em contrabando, tem.

A: E é difícil ter as conexões para fazer a coisa? Se eu resolvo, cansei de ser professora de geografia e resolvo carregar?

R: E resolve que compra uma roupa aqui e vai embora pra Tacuarembó. Lá tu faz a tua clientela, vai oferecendo.

A: Mas não vai ter quem diga: "este caminho já é meu!"?

R: Tu resolve que compra uma roupa aqui, deu. Vai embora...

A: Mas não vai ter quem me diga: "não, esse caminho é meu"?

R: Não. Aí vale a lei da oferta e da procura. Se tu tem um preço bom eles vão te comprar. Tem lucro certo.

A: E tu acha que eles tiram bem assim?

R: Tiram. Pode-se mostrar casos, tem casas que eles vendem só de *bagayo*, de contrabando, de *bagayo*.

A: Contrabando é muito forte?

R: A palavra contrabando é uma palavra muito forte... *Bagayo* é uma palavra melhor. É o bagayero que tava vindo aqui.

A: E o negócio formiga é...?

R: É o *bagayo*...

A: Mas não se usa muito

R: Não. Se usa o *bagayo*...

A: E tu acha que tem 30.000 pessoas vão por dia comprar?

R: Nessa cidade, tem. Tanto comprando como viajando, depositando dinheiro, como tudo.

A: Tem esse tal de dinheiro que é tradicionalíssimo aqui, né? Isso não dá pra dizer que seja *bagayo*, não?

R: Não.

A: É outra história.

R: Não deixa de ser contrabando, né? Sabia que do dinheiro também existe contrabando?

A: Pois é, eu tava falando com o [diz um nome]. Ele tava contando.

R: O cambista? Tanto que ele fazia cinco mil real na época que era um por um, dólar e real tavam um por um.

A: E aí, valorizou o real.

R: Então assim... houve um problema, eles eram muitos sócio e então perderam dinheiro.

A: Pois é, ele tava falando assim, se eu entendi direito, ele disse que, como todo mundo compra em real do lado de lá e em peso do lado de cá, e no fim do dia não pode ser assim, o cara tem que destruir a moeda novamente. No fim do dia ou durante dia. Aí fica esse negócio de troca e destroca, e troca e destroca. Esse é o lance?

R: Isso é o câmbio.

A: E tem as casas de câmbio grande que precisam juntar de volta os pesos. Mas por que que elas compram?

R: Acontece o seguinte... Como é que vou te explicar? Eles começam com um capital durante o dia, né? E se ele vai fazer de cambista, por exemplo, emprestam dinheiro pra ele trabalhar. Então ele trocou todo aquele dinheiro, por exemplo, deram pra ele dez mil reais. Aí ele trocou um pouco a peso, um pouco a dólar, um pouco a dinheiro argentino, e assim vai, e todo vice-versa. Ele pegou esse dinheiro argentino e vendeu o dinheiro argentino e deram pra ele em real, só que aí vem um argentino de lá que lhe sobrou real e quer entrar pra dentro do Uruguai e vende. Assim começa. É um troca-troca que até *marea*, que até tu te troca... [risos] E quando chega no fim do dia, ele tem que pagar pro cara os dez mil reais.

A: Essa hora é um desespero então...

R: Não é um desespero, que tudo o que tu fez, fez consciente no normal, tem que *manejar* nos lucros. Digamos que em cada troca tu ganha uma porcentagem de *coima*, uma porcentagem.

A: Mas tem câmbio brasileiro?

R: Não, não tem câmbio aqui em Livramento no momento. Tinha ali em frente da Praça Internacional, o Turim, eu acho que era. Teve um tempo e de repente sumiu. Eu não sei o que houve, porque dentro dessas casas de câmbio tem *lavado* de dinheiro, né?

A: Pois é, eu me lembro que muitos anos atrás quando a gente tava fazendo um trabalho aqui, a gente via casas [de câmbio] na linha, uma do lado da outra. Ainda tem, será?

R: Tem. Sabem como eles trazem o dinheiro, agora? Dentro do corpo pegado, por causa do medo de assalto. Deu o *causo* que houve um acidente ali no posto, em Curticeras, aquele no qual morreram uns russos, sei lá o que. Um ônibus veio, um caminhão veio e entrou e pegou eles, morreu cinco. Ai os guris foram e não acharam nada. Aí chegou na hora de fazer a autópsia, chega o médico forense e tão tirando a roupa dele e quando vêem o cara tem um cinto aqui e começaram a tirar dinheiro. E os policiais que estavam de serviço olharam pro doutor e o doutor olhou pra eles. Se olharam com aquela expressão, como quem diz, “e agora, o que que nós fazemos?” Que burrice, aquele monte de dólar e ninguém se animou a revistar o homem pelo caminho, né? É muito *bocaberta*, mesmo [risos]

R: Tem um *causo* de um policial que morreu e o policial com o sapato furado, com o dedo de fora assim e o morto ali com o sapato novo ali, e o policial começou a olhar e começou a trocar. Trocou um, quando chegou o comissário, ele com o pé dum, um pé doutro. O comissário olhou e ficou quieto. E ele disse: “Alguma ordem, comissário?” “Sim, sim, termina de trocar o sapato logo”. [risos]. Tu pode ver que o contrabando dá dinheiro, tu ganha bem, no comércio. Por exemplo, no *causo* do seu Cedro é o comércio. Eles teriam a operação de entregar de vez em quando.

A: Há o negócio do balcão, as venda do balcão. Como é o via balcão?

R: O via balcão é uma exportação, aqui no Brasil é legal.

A: Mas é aqui no Brasil, passou pro Uruguai...

R: Lá é contrabando, aqui é mercadoria, tá legal. Eu, por exemplo, eu faço frete.

A: Mas é um negócio de Livramento, da fronteira?

R: Da fronteira, Quarai, Uruguiana, Aceguá também tem. Por exemplo, faço frete, vou lá na [diz o nome de uma empresa], no cara onde faço frete, carrego a caminhonete, ele me dá a nota e eu passo na Receita. Vou lá na alfândega, a alfândega confere a nota, confere a mercadoria, tudo certinho, carimba a nota, ficam com a minha via e me entregam uma via, já têm uma terceira via, aí. Só que aí, no momento que eu passei pro lado, lá a mercadoria já é contrabando, no Uruguai. Aqui no Brasil é legal, exportação em reais.

A: Mas aí passa direto pela aduana?

R: Não passa na aduana uruguaia. Não, pois lá é contrabando.

A: Porque a gente tava no Porto Seco da outra vez, aí o cara mostrou pra gente aquele monte de portão e aí sobe lá atrás e ele disse que lá é a exportação via balcão.

A: E como é que faz pra não passar pela aduana deles lá?

R: Como faz? Como faz, é... tem óculos escuros aí? [risos] Entendes? Vai ter que ver até que ponto não apertam do outro lado. A Alfândega tá sendo omissa em certos pontos, a mercadoria não vai desaparecer ao passar aquele portão ali, ela não vai virar fumaça, ela teria que aparece em algum lado.

A: Isso vale tanto pra grande quanto pra pequeno?

R: Sim, tanto que uma embalagem que tu compra do via balcão onde diz que é proibido de vender em território nacional. A venda em território nacional brasileiro, né? Porque tem a isenção de vários impostos. Uma caixa de Black Stone, sabe o que é? É um uísque dos mais barato que tem. Hoje tá 34 reais mais ou menos. E eles ali tão vendendo a 60, 70 reais. Quer dizer que é muito mais que o dobro.

A: Mas aí não tem gente que compra de via balcão e consome no Brasil?

R: Mas até eu passo no Uruguai, vejo uma cervejinha e carrego. Tu vai aqui ao lado aonde vende refrigerante, bebida, é tudo cerveja Sintra [vendida por via balcão, mas comprada para revenda no Brasil]. Aqui em Livramento tem vários comércios onde tu vai encontrar a cerveja Sintra. Porque se tu não vai comprar na via balcão ela é muito mais cara, então tu ta encontrando dos dois tipos. A forma de vida em Livramento e Rivera é uma só. Um compra aqui e o outro compra lá. Quando tu vai nos free shop, eu vou ali com a minha cédula no Uruguai e compro. Eles usam igual teu nome como brasileira, “Eu vendi para a brasileira fulana de tal”, é bem simples.

A: Então eles aproveitam a tua identidade e usam. A gente vai lá e tem 400 dólares por mês pra cruzar.

R: É uma taxa pra cruzar a linha, pra cruzar pra fora [fora dos limites da cidade de Santana do Livramento].

R: Mas acontece que a senhora tem que ter uma nota...

A: Mas se eu tenho a nota...

R: A nota com a quantidade certa, com 300 dólar, a senhora comprou 1200 dólar, peça quatro notas de 300 dólar então, em três, quatro vezes. Agora estão liberando mais, o que é muita influência política né? Começa a pressão, se eles trancam a pressão pela mercadoria do lado uruguaio, o uruguaio tranca a mercadoria do lado brasileiro.

R: O supermercado também, a gente que vem comprar, eles compram no mercado, eles buscam um preço, e aí começa aquela gente pra lá e pra cá, buscando mercadoria todos os dias.

A: Tem época que é mais e época que é menos? A coisa do câmbio, né? Depois tem época do mês quando as pessoas têm mais dinheiro?

R: Tem, por exemplo, os pensionistas, no Uruguai, depois de 65 anos, tu ganha uma pensão de duzentos e picos reais e essa gente é que vem comprar na fronteira

A: E é no fim do mês que eles ganham?

R: Seria lá mais ou menos por 11, 12, 13, esses dias, geralmente quem compra muita bobagem é o velho, o novo gasta quinhentos contos, normal. Eles acham as coisas mais caras.

A: Toca no calo... [risos]

R: Mas na época que eles vinham, era a época de ouro, era fácil de fazer dinheiro.

Cedro: Dinheiro que nem água se ganhava há trinta anos atrás. Vai fazer 36 pra 37 anos. Eu cheguei em outubro de 69.

R: Eles vendiam não sei quanto de banana por dia.

A: A história é a banana?

C: Não. Banana, abacaxi, abóbora, tudo.

A: Mas o que dava dinheiro?

C: No abacaxi a gente ganhava bem, mas a banana era o carro-chefe, podíamos comprar um caminhão só de banana por dia e vendíamos todo ele. No começo, eu mandava vir. Depois no final eu comprei, e o caminhão trazia.

A: De onde que vinha a banana?

C: Eu comecei com a banana de Torres, passei a buscar banana em São Paulo, depois eu passei a buscar em Santa Catarina, porque a de Torres é muito ruim. O mercado em Santa Catarina começou a produzir melhor que São Paulo. Aí passamos a comprar em Santa Catarina. Hoje Santa Catarina é um dos maiores produtores de banana do Brasil. Eu levava arroz, o básico era o arroz. Pra Paranaguá, pra Santos, Santo André em São Paulo. Quando leva para Santos é uma mercadoria de exportação, já quando ia para Santo André de uma cidade para outra, era um traslado, de mercadoria, de embalagem pro porto, já era mercadoria de transporte. E quando ia pra Santos, era de mercadoria de comércio embalagem, tudo é descarregado.

A: Um senhor contou uma história da Arisco do Paraná. Diz que eles vendiam alho argentino made in Brazil. É?

C: Sim, eu já vi ouvi essa conversa do alho made in Brazil, eles vêm de outro país, da Argentina, mas aonde entrar no Brasil é ilegal.

R: Aqui tivemos muito tomate, né?, a maçã, todos produtos... Por exemplo, no caso a argentina tava melhor, ela entrava pro Brasil, mas do Brasil, ia pro Uruguai ou vice-versa. Entrava como a cebola hoje. Nessa época aqui sabe o que se leva muito do Brasil? A laranja.

A: A laranja do Uruguai?

R: Levavam no meio das caixas. Por exemplo, vai a caixa fechada com plástico de verdura ou de banana, no meio vai cheio de laranja que é pra suco. Que é laranja de suco que tem muito no Uruguai. E é muito mais barata. E tão levando muito

A: Passando por onde?

R: Ih, eles vão estrada adentro, como não revisam, até que um dia, podem revisar.

C: Vários caíram.

R: Vários caíram.

A: É, de vez em quando alguém vai, né?

C: De vez em quando um vai.

R: De dez pode cair dois, mas eles levam muita laranja, né?

A: Aí os caras vão pela avenida principal e desviam na hora de passar a fronteira, vão tudo por *vecinal*?

R: Não. Aqui as casas trabalham na linha mesmo.

A: A gente passou ali mais pra baixo, tem uma casa cheia de abóbora.

R: Passa abóboras pra lá, passa o que tiver.

C: Todo o comércio na fronteira é com isso? São duas cidades, um só povo. Porque tem um comércio aqui e trabalha com o Uruguai, tem um comércio no Uruguai e trabalha com os brasileiros.

A: A fronteira... Em vez dela afastar, ela propicia um monte de coisa né?

R: Ela propicia sim, a união.

A: E a oportunidade de ganhar pra todo mundo não, né?

R: Hoje pode de que a coisa tá tão forte, que os colégios dentro de Livramento tão ensinando o espanhol. E o português no lado uruguaio, então tu vê que abriu campo pra todo lado.

C: Até no esporte. Nós temos uma sociedade em Livramento tem uma cancha de bocha que é afiliada da federação uruguaia de bocha. Nós saímos por todo o Uruguai a jogar bocha. Nós jogamos o campeonato em Punta del Este, Minas, em Lavalleja, disputamos junto em Rio Negro, em Salto, Paysandu, Mercedes, toda essa região, por isso é que nós chamamos assim, duas cidades e um só povo. É como é.

D: Foi o selecionado de Rivera jogar em Brasília.

C: É uma integração.

D: E ele foi também.

C: Eu fui pela liga de Rivera. Fui da liga de Rivera e fui convocado depois.

A: Pela liga de Rivera, é? Jogou por Rivera?

C: Joguei por Rivera. Seleção de veteranos do Uruguai. Mas aí foi só por um jogo.

EXCURSÃO FOTOGRÁFICA: ROBLES

Data: 25 de janeiro de 2006.

Lugar: Santana do Livramento-Rivera, por lugares do comércio fronteiriço, barracas de couro e depósitos de contrabando.

Presentes: Adriana Dorfman, Daniel Francisco de Bem, Robles e Magnolia.

Idioma: Português e *Portuñol*.

R: Por outro lado ainda fazem bastante, porque deixa de entrar um monte de dinheiro de imposto do estado. Pra quem entra esse dinheiro? Pra quem entra esse dinheiro se a maioria não tem emprego. Entendeu? Não adianta terminar com contrabando, tu tem que ter emprego. Pra dar um emprego tu tem que montar o que? Fábricas.

A: Mas tirar dinheiro de onde pra montar fábrica, né? Fábricas que queiram investir...

R: Não tem ninguém, ninguém investe aqui. Tudo que se investe é com interesse político. A Zona Franca é só de interesse político, os free shop é uma coisa política, pra que? Pra gerar emprego supostamente, mas não é pra gerar emprego, é pra abrir posto [de trabalho] pra gente que tenha capital pra investir. Tem gente manejando os interesses políticos, né? Tu não pode dar emprego público pra ele, né? Pois então vamos dar um espaço pra ti abrir um free shop. E lá os cara iam abrir um free shop...



FIGURA 40: Rivera: foto do interior do free shop Siñeriz, Av. Sarandí - 2007.

Fonte: Foto de Daniel F. de Bem.

A: E é verdade que o Sineriz é do mesmo cara do...

R: Do 300... que tem o cara desaparecido... que tão involucrado no assunto do Curi. É onde está involucrado o delegado [diz um nome] toda essa gente... isso mesmo...



FIGURA 41: Santana do Livramento: foto do Supermercado 300, Av. Tamandaré – 2005.

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

A: E diz que tem um bairro chiquérrimo aí, né?

R: Tem o Jardim Atenas, onde ele tem umas mansões.

A: Aqui em Rivera?

R: Não em Livramento.

A: E tu ia falar, lá na casa de vocês, tu começou a dizer assim: “esse trabalho que tu quer fazer é muito grande...”

R: Ele é muito complexo, abrange muita coisa.

A: Por exemplo?

R: Ele abrange muito. É droga, é arma, é gado, é ovelha, é lã, é mercadoria comestível, é roupa, é ouro, é tudo e um monte de coisa. Contrabando se baseia em muita coisa, não é só isso.

A: E muita gente né?

R: Até materiais de obra.

A: Ah! Então me conta uma história de contrabando, umas dessas... Já contaram, é a mais velha de todas, a da lambreta, né? Tu sabe outras?

R: Não é piada, é a realidade. Os caras fazem coisa que tu nem imagina. Contrabando até de ovelha. Tu imagina que o cara, faz pouco tempo, ele roubou as ovelhas e passou pro Brasil. Aqui é uma barraca de couro...



FIGURA 42: Rivera: foto de barraca de couro I – 2005.

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

A: Posso tirar?

R: Pode tirar sim. Tira aqui, justo aqui. Eu me lembro do contrabando de corpo.

A: De corpo de gente?

R: Foi o caso de gente morta, de um cara que morreu e queriam enterrar. Os parentes queriam enterrar em Santana, porque ele era brasileiro, né? Acontece que não podia passar o corpo pro Brasil. Oficialmente não havia corpo. Então, o que fizeram com o cara? Agarraram e disseram “bom, então vamos fazer o seguinte: bota ele dentro do carro”. O cara dentro do carro sentado, aí onde ele ta, com a mão abanando assim, ó, a mão assim parada, assim passaram o corpo, contrabandeado. Hoje é diferente, ali é uma sala velatória, tu vela ali e leva pra Santana bem tranquilo. Não tem problema nenhum. E isso do corpo era bem verdade, o cara vinha com a mão abanando assim ó, bem durinho como uma *lechuza* [coruja].

A: São coisas da fronteira...

R: São coisas da fronteira. Tem muitas coisas que tu tem que conversar com muita gente. Tu te mata de ri, dava pra fazer um livro de fronteira.

A: Da fronteira da paz.

R: Aqui tinha, Por exemplo, aqui temos um *galpón* muito grande. O Olivo contrabandeava num galaxi, num V8. Mas vai tu pegar na estrada! Era uma correria bárbara, que pegar aquele V8 dentro de um caminhão não havia quem agarrasse.

A: Não dava pra provar que era ele?

R: E era correria grande.



FIGURA 43: Rivera: foto de barraca de couro II – 2005.

Fonte Adriana Dorfman

A: Aqui é Rivera, né?

R: Aqui nós estamos no centro, a parte baixando do centro. O Rivera Chico, aquele dia do ônibus tu passasse por ele, né? Uma parte.

A: Pois é.

R: O teu trabalho é grande. Pra ti poder colher um monte de coisa tinha que ser em vários dias mesmo.

A: Depois eu te mostro. Bom, aqui a gente veio comer a sobremesa.

R: Qual? É o postre RiveLi? Essa verdura aí tudo é brasileira, a maioria das verdura aí é brasileira. Aquele o pimentão amarelo, pepino claro brasileiro.

A: Alguma coisa é daqui também?

R: Sim, claro, tem alguma coisa que é daqui. Este cara é da época, ele contrabandeava dólar. Os caras davam dinheiro pra ele levar pra São Paulo. Pra ele chegar lá e dar pros caras. Os caras de lá davam dinheiro, moeda nacional, né? Os caras compravam dólar, então tinha os que levavam o dólar pra lá.

A: E o outro cara aquele da [empresa de ônibus] também tem uma história de gasolina, né?

R: De contrabando de diesel, tem o cara da [empresa de ônibus] e o cara que tem o posto de gasolina, que é o [diz um nome] que contrabandeava diesel e gasolina. Tem o do [outra empresa de ônibus] esse que tava botando diesel no lado brasileiro, tava botando o diesel de lá, trazia o diesel de lá, enche nos tanques e bota lá. Aqui tamos no Rivera Chico. Então, numa dessa, o [diz o nome], que é o dono da [uma terceira empresa de ônibus], ele agarra e fica com o dinheiro dos caras.



FIGURA 44: Rivera: foto da feira dominical em frente ao Club Social y Deportivo Frontera Rivera Chico, na Av. 1825 – 2007.

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

A: Aí não deu?

R: Não devolveu, claro, né? Ele era o que levava o dinheiro, aí ele deu o golpe.

A: Mas aí os caras não foram atrás dele?

R: Claro, mas tu consegue, contrata, com o dinheiro, os leão-de-chácara que te protejam e acabou teu problema. Ele chegou a matar um cara em São Paulo. Aí ele tinha uma empresa, fez dinheiro, ele deu outro golpe lá e se veio pra cá.

A: Mas tu acha que aqui no fim fica perigoso, esse troço de mata pra cá, mata pra lá? Quero dizer, assim, por exemplo, tu como polícia?

R: Aqui tem outra barraca de couro...

A: Quero tirar uma foto... Tu preferia trabalhar noutra lugar que não fosse esse aqui?

R: Não, tem uns lugares piores que aqui. Aqui nós ainda respeitamos os valores das pessoas, entendesse? Ainda *hay* um certo pudor, ainda não é escancarado. Tu fica na tua, fica quieto e deixa que eles tussam entende? Não te mete com nada e pronto, essa é a lei, deixa quieto que eles, vai chegar um momento que eles caem, como agora que tão tudo à deriva, né? Tudo com medo, porque o que acontece, os caras tão buscando a sonegação de impostos, um monte de coisa... então o que passa, *según* dizem *hay* os famosos caça-recompensa, então...

A: A recompensa de quem?



FIGURA 45: Rivera: foto da descarga numa barraca de couro – 2005

Fonte: Foto de Adriana Dorfman

R: São os caça-recompensa que tãõ tratando de recuperar a fronteira, eles investigam tudo, quem é que sonega imposto e todas as coisas, contrabando disso e daquilo, então eles vão e apresentam pro governo. O governo vai e manda o grupo especial. Lá eles vêm e recuperam tudo. E aí o que acontece? Se eles recuperam 600 mil dólares, vamos dizer que os caça-recompensa têm direito a 20% desse 600 mil dólar, são 120 mil dólar. Segundo dizem, tãõ buscando até os donos da casa 300, da casa Siñeriz. E não acharam eles até agora, eles tãõ escondido aí.

A: Mas até o momento não tem nada ligando eles à história assim...

R: Tem sim, tem, acontece que tudo é uma investigação, né? Acontece que pra nós tudo é sigiloso. Quando vê, a coisa arrebenta.

A: E essa história desse crime aí, de repente, por um tempo ela dá uma esfriada, no contrabando mais pesado assim...

R: Pode ser. Enquanto eles tãõ aqui. Porque, segundo se comenta, todo mundo diz, enquanto eles tãõ aqui, lá no porto de Montevideu tá passando contrabando que tu nem imagina, tu me entendesse, nos containers. Nos próprios containers mesmo, tu não vê nada, tu não sabe nem o que eles estão trazendo. Enquanto eles vêm pra cá, lá tá passando horrores de coisas. É o verdadeiro despiste aquele: “tchê fulano”, o fulano vende droga, né? Aí diz, “tchê fulano, vamos te dar uma batida”. Aí o fulano diz: “me dá a batida, porque assim limpa a área”. Então que acontece, tu vai e dá a batida no fulano, o fulano vai e tu não acha nada. Aí no outro dia, o fulano tá vendendo e tu diz: “Vamos dar uma batida. Não, se nós demos uma batida”. E o juiz vai e diz: “Não, vocês já deram batida e não tinha nada”. Tu entendesse? Então tu limpou a área. Aqui hoje é uma barraca de couro que foi fechada, flagrantíssimo, o cara se matou [diz um nome] três, quatro *galpón* aí, mas era uma potência bárbara, aí todo.



FIGURA 46: Rivera: foto de galpão – 2005

Fonte: Foto de Daniel F. de Bem.

A: Era muito grande?

R: Não, era grandíssimo, o cara dava dinheiro para um povo da polícia urbana, mas movimentava um capital grandíssimo, grandíssimo, grandíssimo mesmo. Agora nós vamos ver um aí, é o Olivo, mas eu acho que aí, não sei se vai dar pra sacar foto. Tu prepara a máquina, que esses cara tão meio arisco, porque como anda a inteligência aí.

A: Deixa que depois a gente passa aí de dia e tira.

R: Tá, aí nós viemos aqui então...

A: Quanta gente aí...

R: Sim, mas aqui é o bairro Sacrifício de Sônia. Tu já viu, isso aqui é uma pobreza enorme que bá! Faz um filtro, não sobra muito. Eu vou fazer a volta sobre o galpão e a casa do Olivo, uma das tantas casas e galpões que ele tem, aí tu vai ver, o quanto envolve de dinheiro aí... Aqui ó... desse prédio aqui... olha até onde vai...

A: Mas aí como é que ele diz o que ele faz aí?

R: Pra ti ver, ele tem uma empresa de couro, de lã e agora ele botou um negócio de madeira aí, mas tudo é contrabando, é tudo de fora. É como tu diz, como tu explica lá em casa como eu fiz isso? E o que o governo faz que não se dá conta disso?

A: Que não vê...

R: E se eu vou pegar, se eu cometo um delito de roubar um sapatinho ou uma chinela de dedo ou um pirulito pra poder levar pro meu filho, eles me encaixam preso, olha tudo aí, ó, a fortaleza dele. Isso aqui tu sobe lá em cima e tira foto, olha toda a fortaleza dele. Diz que outro dia tinha dois caras da inteligência jogando futebol, uma mulher disse, aqui nesse campinho, ó, controlando ele. Agora vou te mostrar o outro galpão que ele fez, em menos de um ano, ele fez toda essa obra...

A: Bem, aí dá vontade fazer também, né?

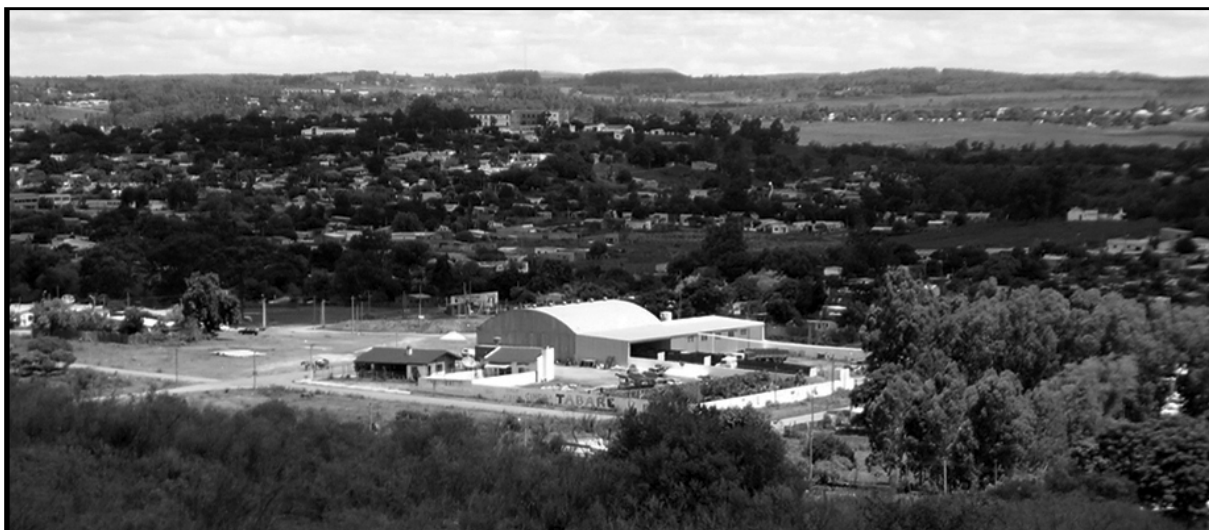


FIGURA 47: Rivera: foto do galpão de Olivo com vista do bairro Sacrificio de Sônia – 2005.

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

R: Aí tu me pergunta qual é o lado certo? Aí tu te pergunta por que tão pertinho assim um do outro, essas obras, mas só que uma obra é do lado uruguaio e outra é do lado brasileiro. Por que nesse beco aqui? Supostamente porque aqui não *hay* um controle tanto da polícia, fica mais longe pra chegar, uma coisa e outra, quando se movimenta, a polícia de lá vem e avisa eles: “olha aqui, temo indo”... Entendes? Então, com aquela caminhoneta vermelha que tu vê ali... eles fazem todo o tempo a campana, o seu batedor... vem um caminhão dele, ele vem na frente e controla... aí por rádio ele avisa.

A: E tipo, e a história do couro e da lã nunca acaba?

R: Nunca morreu.

A: Já tamo no Brasil.

R: Ali tá o marco ó, aqui ó, aqui na frente dele tá o Olivo, olha só essa fortaleza aí. Ele foi que mandou integrar e fazer um monte de coisa aí. Agora tem uma coisa, né? Eles dão vida pra pobreza. O casario ao lado daquele galpão lá de baixo, ele botou água só pro pobrerio usar a água dele. Tiver que ajudar um, ele ajuda, dentro da própria polícia, dentro da *comisaría* essa de cá, ele ajuda a pagar água e luz pros milico, entende?, veio um aí, disse que tamo com tal problema lá, então tá, *hay* um dinheiro por mês que eles dão, tu entende, pra aduana, pra polícia...

A: É um poder paralelo.

R: É um poder paralelo, pra poder trabalhar, ele investe dinheiro também, entende?

A: Pra ter a tranqüilidade dele?

R: É como eu tô te dizendo, vai um ônibus daqui até Tacuarembó, os caras, esses *bagayeros* juntam cada um um pouco de dinheiro pra dá pro aduanero...

R: Te mostro outro galpão do Olivo...

A: Outro?

R: Aí no fundo, aí, ó. Aqui nessa entrada. Aí tão os outros galpão dele.

A: Tudo é desse cara aí?

R: É, tudo desse cara... Quer que te mostre outros?

A: Dele também?

R: Dele também...



FIGURA 48: Santana do Livramento: foto da casa e galpão de Olivo com marco de fronteira – 2005.

Fonte: Foto de Adriana Dorfman.

A: Esse é o cara aqui?

R: Esse é um dos mais grande aqui... Ele começou com uma bicicleta. O nome dele não é Olivo, quer saber por que se chama Olivo? Ele começou trabalhando na bicicleta [diz uma marca de bicicleta].

A: O que é [tal nome]?

R: Pra solda, aí saiu o nome de Olivo, e ele tem a 1ª bicicleta dele.

A: O cara é tipo um Tio Patinhas.

R: Isso! Ele tem ela no depósito dele ali. Pra ti ver, é uma história...

A: É uma história e meia...

R: Já outra vez nós comentamos quem era o Olivo, e depois tem outros caras que contrabandearam com o Olivo também, e outras coisas, que andavam com ele de caminhonete, de carro V8.

A: Ah! esse aí é o do V8?

R: Do V8. Já teve preso várias vezes por contrabando mas...

A: Fica um pouquinho e sai...

R: Aqui ó, aqui tá o outro galpão. Esse é o outro galpão...

A: Esse é mais antigo um pouquinho...

R: Hã? Esse é um dos primeiros galpão dele. Teve outros, lá pra baixo tem outros pequeninhos ali...

A: Hein, me diz uma coisa, a justiça também tá na mesma história da fronteira?

R: Ah, existe corrupção também, existe poder político, existe um monte de coisas.

A: E, por exemplo, o Prefeito pra se eleger, não to dizendo este especificamente, mas o cara nessa cidade, tem que saber se manejar pra conseguir seus votos...

R: Eu vou te explicar assim ó, o Prefeito é bem assim ó, esse cara aqui, que fez a casa aqui, tem comércio, mas tem o contrabando no meio. Hoje, pra ti fazer uma casa dessas não é fácil, este sim já fez uma casa aí e é um aposentado militar, fez essa casa porque tirou na loteria, e assim vai. Este, esta casa aqui neste prédio foi feito com o dinheiro do contrabando com verduras. Aqui ó, o cara veio e botou um negócio de verdura aqui, que não paga imposto, tá trabalhando, não paga frete, não paga nada, e aqui passa mercadoria pra lá, passa mercadoria pra cá, aqui seria bom tu vir durante o dia e tirar foto. Vem ver o movimento.

A: Aqui a gente tá...

R: No Uruguai... no Uruguai, na linha divisória...

A: Na linda divisória, mas a gente tá, por exemplo...

R: No lado uruguaio.

A: Tá, mais ou menos em que?

R: Ali naquela rua já é Brasil.

R: Aqui é outra distribuidora de verdura, esse também entregava bananas, mas depois a banana passou a ser via exportação direta. O caminhão leva direto.

R: E o primeiro na banana quem foi aqui foi o seu Cedro. Agora ele ensinou os outros.

A: Claro... esse cara é poderoso...

R: Não é, é que o cara era muito bom, diziam assim ó: "me vende uma caixa de banana fiado", ele te vendia, mas depois tu não pagava ele.

A: Pelo menos, ele tava numa boa, né?

APÊNDICE D: TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: NOGAL

Data: 19 de julho de 2007

Lugar: Rivera, na sala de jantar do entrevistado

Presentes: Adriana Dorfman, Daniel F. de Bem, Robles, Magnolia, Nogal, sua mulher Violeta e a filha do entrevistado.

Idioma: Português e *Portuñol*

Robles: ¿Nogal donde estas?

Adriana: Vamo entrar aqui. [...]

A: Eu estou fazendo um trabalho

R: de faculdade

A: ...lá em Florianópolis sobre a fronteira. E a fronteira tem essa coisa. de bá, muitas formas diferentes de se pensar, mas tem esse jeito específico de ver. Como essas coisas se negociam em cima da fronteira,...o contrabando. Quem vive na fronteira mesmo, como é que se maneja com esse negócio que não foram elas que inventaram? E...

Nogal: Contrabando quem faz é o grande. O trabalhador este... contrabandeia pa' comer. O contrabando grande es, vamos dizer, aqui em Rivera, são os comando da *jefatura*, são os políticos... Um dia quando eu venho da Globo aí no Brasil, onde tem os barracos lá... O *flaco* aquele, o Fontoura que havia vendido um *precio* coerente para um brasileiro. Um deputado, senador de vocês, vão ao Paraguai e trazem inclusive AR-15 em avião. E se conhece, é certo, não é? Que dizer que...

A: Sim, é a gente até tava falando, desculpe lhe interromper, a gente tava falando agora pouco e tava pensando assim. Tá, todo mundo sabe que tem esse graaande e enooooorme contrabando que vem da China e que vai para São Paulo...

N: Sim tudo isso, agora, claro, o que passa é que, mas como disseram eles: agora com a modernização do mundo, agora tudo é por *computadora* e por cosas, já não é como antes, que o aduaneiro abria, e via, o *coimeava*, agora não, vem o container e se não tem aquilo para escanear não sabe o que vem...

R: *Coimear* é arrumar...

N: Eu cansei de pegar contrabando grande e entregar-lhe, tudo uma máfia. Grandes capitais brasileiros, com os capital daqui e vai uma coisa e ...

Daniel: Contrabando de que tipo?

N: Ah, de lão, de de de... vem de tudo um pouco, né?

R: Couro

N: Couro, furto o país que diz, e mais um *montón* de uruguaio vai e compra dos pobre brasileiro, essa gente que tem, que passa dois, três anos sem dizer não, que são meio assim, mete esses cheques frios, trazem a lão. Isso até os dias de hoje...não pagam, e apoiados pelos policías daqui...

R: Calote...

N: É, pelos policia brasileiro, e os daqui.

A: depois que o cara já levou

N: Claro, no caso do Brasil tem lei, né? No Brasil, por exemplo. Eu vou *cerca*, esse problema da zona franca do cara aí. Caíram poucos, né, o [diz um nome], que é um dos maior traficante de drogas que tem aqui neste Rivera e cosa, e ele tá no Brasil e teve até o dia que se casou a filha e tinha até os PM de custódia dele, né? Porque não prendem esse senhor, diz que tem *doble* cidadania, mas não tem, ele só tem essa cosa fría, que fazem, como é que dizem?

R: de estrangeiro

N: que não é o turista, esse... Então dizem os brasileiro que se o tipo [é] brasileiro pode ser extraditado para cá. Mas isso foi um contrabando *millonário*. La famosa zona franca, que caíram vários comissários: o comissário de Melo, o Chico, o nego Padilla...

R: Cairam como nove complicado, além de vários empresários grandes.

A: E eles estavam contrabandeando o que na zona franca?

N: De tudo um pouco

R: De tudo, cigarro,

N: cigarro, whisky,

R: eletrônicos, tudo, tudo...

N: eletrônicos

R: Que a zona franca é por donde pasa tudo para os *freeshops*, não é?

N: É.

A: E como é que descobriram?

N: *Bueno!* Ai, este, foi problema de dois políticos. Veio o Battle que não gostava do Sanguinetti, que é o dono da máfia, que foi presidente e então agarrou a inteligência e fez rastrear ele e ... Não podia prender porque, eu prendia um caminhão e mandavam largar. Depois diz que esse, como é?, medio de vida de *la frontera*, um caminhão container desses truck, que dizem...

A: Meio de vida...

N: Tu passa com dois *bolsos* em Manuel Díaz e te *sacam*. [dizendo para o Robles?] Tu *prendiste* aquela mulher, que tinha ali, como é? [...] Que agarrei um caminhão brasileiro, com um truck como é...cheio de papel higiênico, canha, cerveja brasileira, tudo brasileiro. E ela: - vamos arrumar dindo? - Eu não arrumo. Meu *precio é muy caro!* E eu por menos de 1 milhão, 2, de dólares nunca vou arrumar. [para nós] Pagar né? Então ela se *achicô*... E aí veio um aduaneiro corrupto e disse: - *Mire, usted se olvidó del permiso ayer en la aduana.*

A: Ah!!

N: Tudo arrumado! Arrumado.

D: Ah!!

N: E eu entreguei o tal no GRI [Grupo Resposta Imediata, um tipo de BOPE]. Sábado [...] a federal estava perseguindo eles por *coima*. E o tipo disparou na caminhonete e eu andava no bar tomando uma canha, fui fazer uma citação e ouvi pelo walkie-talkie que havia um seqüestro aqui na linha [nome das ruas], um homem com escopeta 12, era a Federal que havia prendido, a caminhonete entrou para o Uruguai e seqüestraram o chofer e levaram, queriam entregar e eu não deixei eles entrar. Depois veio o [diz dois nomes] e arrumaram para [...], [Ficou assim?, perguntou Daniel.] Ficou assim [...] Eu disse para ela que esse contrabando é do negro [diz um nome], da chefatura, e, do fiscal da justiça, [diz um nome], eles é que vão entregar. A *el Solano* no pude cuidar [...] não recebem [...], Isso é uma coisa que *sigue*. Cambia de presidente, mas *sigue a corrupción*. Aqui tempos policia, [diz um nome] aquele homem, está fazendo uma casa em Santana de 200 mil dólares, ganhando 6 mil pesos por mês, vai fazer uma casa de 200 mil dólares e tem não sei quantos autos e um *montón de cosas*. E [...] o famoso, Tomé, vocês conhecem o finado Tomé que vendia ouro para o Brasil? O 3 em 1 que dizem, porque botava gente nesse lugar, como é que *llamam?*, [...] cavalo e gastando um dinheirão *entonces* e pega um vai ali e o que passa que eu vou para o Uruguai e 1 milhão de cruzados, acho que era isso naquela época, e me dão 4, aí entravam e falavam com o velho seu Tomé Pereira e o negócio é assim meu filho e trocava dinheiro falsificado por dinheiro limpo nos câmbios. E mais de um mês para apreender o dinheiro, quando vi já estavam prendendo na Alemanha o avião que trazia o papel. Vinha entre dois meses, porque tu vinha de volta. Ai esse caía os companheiros. Ai estavam fazendo negócio e caía policia, policia, na tua frente [...] Diziam, eu sou de Porto Alegre e tô aqui e só que caí em uma *cárcel* daqui, longe da família de vocês. E o tipo que faz? Dão uns pesos, agradecem e se vai [explicam mais alguma coisa sobre o famoso três em 1]

S: Acho que tu não era milico todavia quando mataram um delegado de São Paulo, né? Que vendeu oro para a máfia e a metade da barra de oro era plomo com pó de ouro e vieram matar o velho aqui. E aqui se baleou um deles chegou um deles e disse que veio limpar o velho...

R: Conta para eles a vez que tu, que vocês se enfiaram no oro, conta...

N: Chamaram um companheiro da quinze e o [diz um nome] quis roubar do velinho e se assustou ao abrir uma dessas caixas fortes velhas, meteu a unha, abriu! E diz assim né: esse homem não sabe nada, tá assustado, diz que nunca havia visto tanto ouro na vida dele, fazer o procedimento, ...se apresentou lá e eu disse, eu vou, e eu ia ir com outros, o velho [diz um nome], *pero* foi o alcagüete do fulano, [diz um nome], aí eu chego lá, no que olho assim – tudo máfia né? –, aqui tá a minha oportunidade, não vou roubar de ninguém vou [...]. Abri a – eu botei casaco, o outro disse: tinha que levar o casaco? Sim, tá fresquinho, vou levar o casaco. – Abri com a mão, para ficar assim e agarrei o cartão e disse: *Che* [diz um nome], vai com o [diz um nome] na outra caixa-forte e faz como eu que vou sacar tudo que tem aqui e vou anotar todas essas barras de ouro. Tinha barra de ouro chilena, paraguaia, *pero* tudo numerada e comprada ao dia, né? Então que não era [não era frio, diz o Daniel] [ele concorda]... E o velho e o outro companheiro disse: Não, tu vai roubar algo aí . E o fulano disse: não me toque num...Que tinha de fazer? Não podia matar o companheiro e outro para levar o dinheiro, então eu fiquei [...], é dessa coisas que se dão, todo mundo *coimeado* e [...]. Comissário tudo *coimeado*, quis trabalhar com ele [...] ofereceu trabalho e ele não quis. [...]

R: Esse é o caso de uns companheiros que encontraram uns *oro*, prenderam um *oros* e [...]

N: O cabo – diz um nome – que também foi *coimeado* com o dinheiro não sei do que que ele perdeu. Era o cabo e qual outro? E esse é o *oro* que vem, que os presidentes contrabandeiam. Porque no Brasil eu acho que o ouro em barra já pode passar, né? Com numeral o algo assim eu sei que não pode passar, eu acho que dizem o em pó o algo assim, isso é tudo entre Estados, que contrabandeiam o *oro*.

R: Conta pra eles como foi a história.

N: [...] a investigação ...foi menos que zero e prenderam. O tipo faltando dez por cento do *oro* que estava autorizado a faltar, se prendesse né. E ele não quis, pois pensava que ia ficar com todo o ouro, que se prendia ficava com todo. E veio *oro* lá da presidência do lado de lá, e *oro* não é contrabando, né? É contrabando quando sai do país. [Roubado pra dentro não tem problema, disse Adriana... E entrando é melhor ainda]. Pode entrar todo o *oro*, que passa que quando ele saí, ele paga imposto. A lã brasileira, por exemplo, os tipos comprar a lã brasileira aqui, milhares e iludem o fisco brasileiro. Eles têm ali aquela guia, como é?, são três guias que dizem que usam, os barraqueiros ali, não é?, os benditos iam nas barracas acertar as guias e aí chega e é tudo frio. Tem barraca que está fechada, mas ficam os expedientes tudo [...] as notas vencidas, fria e falida. Vem aqui pro Uruguai não paga imposto de contrabando *tampoco*, mas que passa, quando o homem vai vender a lã ela é de tal imposto e quanto não, ganha essa lã. Isso é o contrabando, o mesmo com a vaca que vem do Brasil. Por que se a vaca está mais barata no Brasil, se vai lá e se compra. [...] esses problemas de aftose, *siguem* as vacas que sabem que vacas são brasileiras. [Rastreamento, eles marcam, disse Adriana]. Descubrem se não é daqui. [aqui eles marcam uma por uma, disse Adriana]. Há, aqui sim, desde de os tempos da ditadura, né? Se na ditadura tinha tipo que tinha mil vacas, morria uma, ele tinha de sacar o couro e dar conta na *comisaría* e levar a oreia, a marca da vaca, quando ele vendia o couro tinha de ser a mesma marca, né? Quem fez o dinheiro foi o [diz um nome], ele vendia pelo Brasil, por aí, coisa de duzentas, trezentas vacas, [...] dava o couro. Quer dizer que ele... negócio, né? *Pero...* devia ser três, quatro quadras. [risos]

R: Eu contei pra eles na forma do charge, a história claro não deixa de ser cômica, *comiquíssima*, ela não deixa de ser cômica, mesmo eu tendo vivido ela. Claro, depois de passado. Porque ele me convida pra ir [*y usted no quiseste*, diz Nogal], *yo no quis* ir.

N: E pega um outro companheiro, que *saca* do medicinal. E diz: eu vou consultar com meu santo, e foi. Que te disse o santo? Que não dá pra fazer o fulano, fui lá e falei com o santo e ele disse que não dá pra fazer. E eu se tivesse manejado tava cheio de dinheiro, mas como eu não sabia manejar. Pedi pra ele um auto e uma 12, ele trouxe a chave do auto, um monza duas portas, uma 12 com dois canos, maneja o senhor e fazemos o trabalho, e ninguém vai se dediar e eu cobro o meu. [la seqüestrar ele porquê?, pergunta Adriana] É um bandido, um traficante de drogas. Havia muitos que tinham medo dele, era um famoso [...]

R: O tipo foi assaltar o mercado [diz um nome], e o no assalto ele deu um tiro no dono, o cara esse, o nanico, [...], ele é presidente da maçonaria.

N: Como tu sabes? [risos]

R: É um tipo de coração. [...], todos eles são bons [Nogal ratifica], são muito bons, bons de ajudar a gente, se são fiel à eles, eles são muito fiéis.

N: Eu não fui levantar dinheiro com [diz um nome] porque ele quis me pagar. Se o trabalho não deu, eu não cobro. Porque ele queria que eu levasse o tipo para o delegado, aquele outro delinqüente, qual o nome dele?, [diz um nome] outro bandido, mais bandido que os bandidos, leva esse barbado para aí, que o [repete o nome] vai com o caminhão lá e vai largar [...]. Se não agarro ele [...] fazemo o serviço pro fulano e *pedirle* 600 mil pesos, até é barato, né? *Pero* consegui com este guri o [diz um nome] ,[...], Vamo [...] o cara chegava as sete nas casas, e das sete e cinco a sete e cuarto, ele ficava com a mulher olhando as casas numa espécie de uma *ventana* e aí ia no bolicho comprar e na *mitad* da vereda da *calle* havia um brasileiro e uma rua e ainda por cima não tinha luz. Eu agarrei ele e levei por uma gravatinha assim e ele quis arrumar e eu disse não arrumo. *Pero que passa?*, o auto não arrancava e o Soares, apertado, sai cortando e não sabe o que fazer. E eu agarrado atrás dele, numa camperinha de couro. E guardei o revólver e digo vou empurrar o auto e quando vejo fico só com a campeira dele. E a mulher dele *empezou* a gritar e se prenderam as luzes. Um *montón* de [...], eu não vou me incomodar com os companheiros, e arranquemos o auto e passamos e havia um patrulheiro lá,..., e se salvou...e ele veio duas vezes aqui já. E eu saí as 6 da manhã pra fazer hora extra e ele vinha lá e eu ataquei ele. E não sei o que [era covarde, disse o Daniel], depois o via e dava as costas até. Tipo *basureiro*.

R: Depois ele viajou para Artigas, né?

N: Mataram ele, é que viviam perseguido ele e ele foi falar por celular e bateu numa cerca de pedra e se rebentou...

R: A gente chegou lá tinha um tiro.

N: Os milicos tinham enfiado ferro nele. Eles vieram de Artigas fazendo uma patrulha pra perseguir gás, né? E *garraram* acidente, que ficou o ferro cravado, assim.

R: Qual era a ordem de vocês em *Masoller*? Quando foram pra lá, não porque foram? Qual era o cometido? Não era contrabando?

N: Mas *bagayo* de que, um tanque de gás, dois? Que levava a caminhonete nossa pra levar os infelizes esses. E quando prendi um brasileiro, que tem uma barragem, qual é o nome, [decide entre dois nomes], pode ser? Ele me ofertou uns dólares e que eu fosse caça e pescar na barragem dele e eu disse que ele tava preso, mas no outro dia me correram.

R: Caímos trinta *policías* em Tranqueras, porque correram os trinta que tinham lá em Tranquera, porque tinham pego os contrabandos, tomaram o whisky e robaram tudo.

N: Nã-nã, isso foi o próprio comissário que vendeu os whisky e procuraram os cagüetes e taparam tudo.

R: Tu prende e fica como depositário, dentro da delegacia, só que sumiu tudo e aí nos levaram nós daqui, os bons né, só os bons. Só os bons. Aí dá nisso, o cagüete aqui é o mais velho de todos.

N: Fui ajudar o comissário: *che*, tinha de mandar os milicos, não tinha ninguém, fui eu. Pra mais arriba do estádio, jogava a final *Tranqueras* e *Corrales*, né? Eu, o [diz um nome], desse tamainho [que estava perdido com ele, disse Robles] e o [diz outro nome]. Tão dando num milico, né? E diz outro, *che* acho que é aquele milico,

carreliavam o carro [só controlavam a passagem] nele e acho que havia mais de quinhentos homens e eu agarrei e só não me deram bola que [...] sabiam que eram gás [...] e quiseram pular a cancha para me agarrar e são saragentos [sic] e picos e se me vêm por riba, digo, vão me matar a trompada, mas eu mato um, o primeiro que avança eu saco um tiro na cabeça e usava um magnum, digo, tenho um magnum 357 bala explosiva. E me lembrei em Montevidéu que o professor me disse que se vêm muita gente, dá um tiro na cabeça do primeiro, se vem muita gente! [...] E nisso cai um morto e vou morrer [...] E me fiz a porteira ali, me fiz, me agrandei e veio o inspetor [diz um nome], pra trabalha, investigar [...] esses *pichicón* estão mal acostumados com os milicos, que o caso tá proibido. E eu disse não, tenho ordem do ministro, e a demas eu vim de arriba, tu não tinha nem que tá pagando serviço *muchacho* e diz pra esses *pichicón* que eu vou matar 2, 3, 4 deles. E assim, calhou, *pero fue* assim...tinha o carga rápida [alguma coisa sobre um tipo de pistola]. Depois teve aquele outro trabalho que eu tive que tirar toda a roupa no rio Tacuarembó. Que davam num velho e ameaçavam com o rifle.

R: Conta pra eles o dia do cara que matou a mulher...

D: Por que o senhor tirou a roupa do velho?

N: Era assim, um homem novo foi na casa do homem velho, pressionar o homem velho e ficou com a... O homem velho...ficou embaixo do caminhão e falaram duma queixa que era parente do [diz um nome], do oficial. E eu fui e disse, não passa nada, ta tudo *tranquilo* e o outro *pichi* estava com o rifle nas costas do velho. Depois veio o filho dele de Montevidéu. [...] Está com o [diz o nome de outro policial]. Eu vou lá e ele escapa e eu levo o revólver pra atirar nele e se meteu o filho do velho pra querer entrar, mas não adiantou porque tinha um candado, e diz que o candado rebenta com a bala, isso é mentira. Eu peguei a baioneta para cortar ferro, cortei e entrei e esse me escapou, então peguei toda a roupa dele, peguei relógio e todas as coisas dele e saltei como que 50 vezes acima do barranco, tudo que era dele, as sujeiras dele. Disse pro filho, recolhe as coisas do teu pai e voltei pra camionete e soltei tudo no Tacuarembó, que cruza ali. Tinha uns que tinham tiroteado e não sabiam porque, mas dai tudo melhorou.

R: Conta pra eles, desde o começo, a história do tipo que matou a mulher e depois se matou. Como foi, toda a parte...[tu tava civil?, perguntou Nogal]. Não, não, eu cheguei depois, de tarde. Conta a parte cômica também, né?

N: Teve um acidente e chamaram: Ai um acidente aqui em *camino* Alabasto, comissário vai [...] e eu vou com o cabo na moto. Um acidente, *lío* e um acidente, estávamos na estrada e não víamos nenhum auto, nada, e nos atacaram umas mulher lá. Disse tiro lá na mulher que tá caída, morrida, três tiros né? Dois aqui e um aqui assim e *menació* os familiar. Eu disse leva eles e saímos com um louco, o Pereira, seguindo ele e fomos na frente da estação ali [nome da estação] e entrincharam ali na casa do [...] com os *techos*. Chegemo ali e eu dei voz de preso, que tirasse a arma e se entregasse e ele disse que não, que ele ia pelear, que ele havia matado a mulher e que não ia se entregar. Se quere *pelear*, nós peleamos, digo, *pero* o arroz ta no fogo, vai queimar, e eu digo que se levar conversa com esse tipo, ele vai se agrandar. Se esse tipo que vai *pelear* e a gente diz na, na, não pelea...se quer pelear, vamos pelear, eu vou te tirar também. Tipo e nós fazia o horário das sete da manhã às 6 da tarde. E eu digo, se esse tipo [...] disse e desacata aqui, vai demorar e se esse tipo resolve se agrandar nós vamos ter de ficar lá. Nós fazia um horário 12 por 24 [...ele queria ir descansar, quando o cara que

estava cercado disse...]. *Pero yo*, porque vou atirar num policial, se eu matei a minha mulher na frente dos meus *hijos*, eu vou é me matar. Bom que mate [respondeu Nogal]...Nunca pensei que...Botou o revólver e se matou. E ele havia tirado três tiro e eu disse prum outro milico, vai pelas costas dele que ele só deu três tiros. Eu digo, to com o jaleco, ele não vai me pegar, mas o problema é que o homem era caçador de capincho e caçava com o revólver, tirava bem e sabe que eu ja havia recarregado o revólver, pequenos *bolsillos* era um *montón* de balas. [Robles repete a história, imprimindo mais humor]. Llevemo ele pra essa porqueira, a policlínica, chamaram a técnica, sabe que horas saímos, perminou 6 menos quarto [De qualquer jeito queimou o arroz, disse Adriana]. Nem comemo, mas se tivesse ficado dando trela pro cara, ia bater 7, 8 e nós ainda íamos estar lá.

R: Tranqueras é um povo pequeno, mas com muita rorba, o juiz é corrupto, começa que as autoridades máximas de lá são corruptos, tem maçonaria lá, é um povinho pequeno.

N: Eu quando cheguei na *comisaría* e disseram um *policia* pra trazer carne, não sei o que *más, to hablando! Y, yo: Que dijo? Manda policia, igual usted puede me trayer carne. Y yo:* ãã, não, policia não faz mandado pra rua, não temos subordinado aqui! *Pero* os soldados, começou o outro cara, os outros, traziam... nós não trazemo nada...

R: Ainda fazia recorrido nos [...], essa *recorridas* que eu tava de motorista e nos incomodava, nos *basureava* o Bispo, aquele *borracho*...

N: Más comigo se portou bem, quando morreu aquele, como é, a primeira morte que eu agarrei lá na assistência daquele velho, como é? Isso é uma família, o velho...chega o guri e diz: A policia que vá na minha casa , mamãe quer os policia. Eu fui lá e tá o homem velho, tá morto já, né? Mas sou eu quem tem que dizer... Aí diz ela: Aí eu não chamei os milicos, chamei o doutor. Ai eu disse *ansim*, fiz *ansim*, esse homem morreu! E a mulher disse: E o senhor que sabe disso! Me faltou uma matéria para eu me *recebir* doutor [disse Nogal]! E eu mandei chamar o doutor, veio o Bismark. Bentaver, velho Bentaver. Chegou a véia e disse; Eh Doutor, esse milico disse que meu marido tava morto, porque podia ta vivo, se aquele doutor, o doutor Luís. Não senhora [retrucou o médico] faz meia hora que se *murrió*. Viu *dueña*, [disse Nogal], como faltou pouco pra eu me *recebir* de doutor, nem terminei a escola! Tranquera...

R: Esse doutor Bispo, esse, nós estávamos num caso de...

N: Nããããããã, caso que sei que depois vocês foram mexer lá nas frutas dele [se meter com as amantes do cara].

R: Não, que mexeu nas frutas dele foi o [diz um nome].

N: Ah bom! Eu me dava bem com todo mundo lá.

R: [...] pra incomodar, ele *basureava* os milicos. Na cidade lá, nós éramos [...]. No lado de fora eu disse: sabe de uma coisa? Eu vou me vingar. Peguei meu canivete, furei as quatro *gomas* dele. Caminhoneta daquelas Toyota 4x4. *Después el dijo:* Quem foi? Quem foi o culpado?

N: Quem foi que te deu a mão pra sair de chofer?

R: [riso] Foi o fulano. Me *sacaram* pra motorista. [...]

N: Tu tava com o cabo aquele, né? Hein?

R: Pode crer que eu estava [...] e ti dei. E nas costas o [a batida de dedos no ombro]. – repete duas vezes um apelido – [Robles respondeu] Para que [...]. Quando eu olho pra trás, *ansim*, era o comissário.

N: Tava com o cabo ...fulano?

R: Não me lembro quem...não, era o Beltrano.

N: Não o Beltrano, quando eu tava lá...

R: Beltrano chegou dando risada, [diz um nome] disse pra ele que ele ia ficar preso cinco dias. – Tu vai ficar preso cinco dias e o Ciclano três e não tá mais de chofer. E o Beltrano começou a dar risada minha, ao invés de ficar triste comigo ele dava risada. Aí eu comecei a dar risada junto com ele, claro. [...] . Tu toca na corrente lá [Adriana diz: Eu não faria isso!] [Robles fala mais alguma coisa incompreensível]. Lá, nós, carne não pagava, nos davam.

N: Ah sí, nós comia todos os dias só assado.

R: Só assado!

N: Eu agarrei uma *intoxicación alcólica* [risadas]. [Daniel pergunta: A carne dá intoxicação alcólica?] Não mas...[risadas] Eu agarrei e tomei [Robles: Ele tomava tudo] vinho, cerveja, whisky, né? [Robles: Fala alguma coisa e Daniel brinca]

Violeta: Na casa *antigua* nossa, que era *antigua*, ele saía assim... e tinha uma igreja porta a porta e ele chegava [falam junto e fica incompreensível] Abre a porta que o Nogal tá baleado! [A mulher responde] Lugar de baleado não é aqui, é no hospital, não é aqui, não vou abrir porta nenhuma [risos].

R: A gente saía pra assistir muita gente *antigua* então te davam coisas. Agora não te dão nada. [Nogal: Agora podem te dar droga, que tem droga em *pillas*].

N: Eu fui na cadeia por 5 tardes. [Robles: Eu morava aqui na volta] [...] fica aqui que eu já venho. E quando eu saí ali, era um desparramo de ladrão. E um me tirou, tiro com 22 e taquei-le *plomo*, 38, duas balas, né?

R: Não, primeiro ele batia na porta, Robles, Robles! E digo...que to me vestindo e quando ele sai dali e eu sinto os barulhos de tiro, ele tá dando tiro nos cara. Aí eu vesti as calças ligeiro e saí ligeiro, e saímos assim e ele diz: Roubaram da *carniceria*. [Nogal diz algo sobre um *montón* de carne velha] E nós buscando e o pitbull levantando [Nogal diz: Não levemo nada!...] Não levemos nada [risadas], era cd e carne pra tudo que é lado, né? Cabeça de porco, [Nogal, cabeça de porco bem grande... risadas].

N: E o *carnicero* dispos chegou, de todo o problema, né?, seria a terra brasileira, pra ir lá prender. Este, mandamo um pedaço de osso lá [Robles: pra *comisaría*?], eu não quero essa sujeira. O [diz um nome] agarrou, se lembra?

R: *Che*, tu te lembra bem da vez que aquele quase me matou? O fulano [Nogal: tava dormindo!] E, conta pra eles bem direitinho pra eles?

N: Se desperto com a pistola enfiada nos peito deste aqui. Me parei na frente e digo: *Che* fulano [Robles falando por cima: Não, disparou, ele chegou a apertar], [Daniel pergunta: Não saiu o tiro?]. Não, ele ficou duro. Eu digo: *Saca, saca* o cargador da pistola e *saca* agora do *cerrojo*, e ele agarrou e sacou a bala do *cerrojo* e, é claro, vai outra, né? E *sacou* o *cerrojo* e tinha outra bala na...dormindo, dormindo.

R: Tu, que foi que... Para que tu vai matar o Robles, gritaram! Ia me matar, ia me matar... [Adriana: De sonâmbulo? Assim dormindo? Tá louco!] Ele toma lexotan, [Nogal: desde que matou o Chinês] Depois que ele matou um começou a dar esse problema nele. Do Chinês é outra história. A do Chinês, este queria pegar o Chinês [Nogal: Eu?], [Daniel: Quem era o Chinês?] Ai entra a história do matador *sin suerte*.

N: O Chinês foi assim: eu andava com o negrinho Peñarol ele tomou uma *paliza* do outro negão de Montevideú, não sei que fim levou o castilhano aquele?, então chamou na *comisaría* que havia dado no fulano. Sai eu e o [diz um nome]. Naquele tempo se ia de a pé, camioneta só pros comissários. E chego lá e digo pro outro fica aí que eu vou entrar. Quando entrei *alumbrei ansim* ali na cama um... gurizinho pequeno. E sinto vários cruquis e sinto o ruído atrás e digo: *Che*, que estás fazendo aí? Os pés na costa mia...se me dá uma *pezada*, [...] pra lá. [o outro cara contando na história] Pô fulano veio aqui e me agarrou um *trompazo*, que era o Peñarol. Nesse momento chega o Beltrano *borracho* e disse: Passou nada, vamu sin embora. Ele entrou y levou a mão na pistola do guri y e eu saí e disse pro outro companheiro: *Che*, me agarrou e me, vamo atrompar que o barbado esse vai matar o outro – não sei o quê ...a mão na pistola – Pistola ou revólver, acho que já tinha pistola na época. E vai matar o *tarado* esse, a primeira coisa que faz é botar a mão no revólver. Saímos dali e tá o Chinês *borracho*, numa casa com “Métano”, patrão aí, as três da madrugada, o Chinês *borracho*: que *pichicón* é esse? *Yo voy a matar*, no sei o que. Entrou lá pros fundos, começou a bater a porta e dizia te voy a dar um tiro seu assassino bandido, o chinês *borracho*, vai te embora daí, *ladrón*.

V: Amor, no hables em castillano, eles não tão entendendo nada! [Nós confirmamos que entendíamos e ela ficou surpresa.]

N: Pode ferir [...] *borracho*. [...] Pára, que eu parto a tua cara que tu também és *borracho*, né? Olha que eu to armado com rifle e te dou dois tiros [...] tirou os dentes fora o infeliz. Saí pra fora e eu dizia pro Beltrano: eu vou abrir essa *ventana*, ele vai atirar e tu sai. Ele se *acalambrou* [se encolheu] na porta dos fundos e o Chinês sai e a visão [...] pra dar um tiro y ele correu [...] *pero* retorceu o dedo e eu falo pro Chinês e ele *volcó* e tirô, senti aquele fogo nas minhas costas e me abracei nele e *quitei-le* o rifle, levei um *culatazo* no peito quando ele abre o verso pra cair [...] tá. Caí lá do outro lado do [silêncio] [Robles: quando ele já tinha dominado!] [Violeta: Era o mesmo] [Daniel também diz algo sobre o outro, parece que um outro atirou pelas costas]. E puro milico, eu era o único da ivil, o resto era pura milico. *Jerarca*, e pra não usar o nome do chofer eu digo: Chofer! *este arrima de la camioneta, marcha atrás que tenemos un herido aquí, pra non dar nombre* nenhum, compreende? [claro, responde Daniel], *non* tem nada que ver! Y nós civil: *che* agarre o homem, *che*, querem que faça tudo, *no se animo a agarra*? Levemo pro hospital y tal. Se não morre, tem que matar ele na cadeia, por que se se salva, nós vamos tudo pra *cárcel*, não é? Quando chegou na Cuaró e Brasil ele fez assim [um barulho de quem tá morrendo]. Um balaço agarró a ponta do coração. Ele *empezou* a chorar lá no hospital e eu: Deixa chorar, *muchachos*, eles vão tudo pra *cárcel*. Claro, homicídio. Suicidou o tipo. Principemo a declarar, voy declarar isso e isso, assim, assim e la na *comisaría* aun nos dêem uma *paliza*, vamo declarar o que vamos declarar a primeira vez y nada de...o Chinês. Botam um num quarto e outro notro. Quando vejo o comissário...o Beltrano dizia, foi o fulano que disparou o tiro e lhe deu uma punhalada e eu chamei o comissário e disse negativo, ta mentindo, eu tenho doze balas tinha no carregador, naquela época era doze tiros, [...] Salvei ele, né? Ele me acusava a mi, *pero* [...] *juzgado*, eu me dava com eles. Já tava tudo armado porque

era [...] falta três mês pras eleição, mas era ditadura. Y [...] después que eu conheci o outro, te *conocia*, como *no se dio cuenta que era o fulano* y eu disse não, eu conheci ele. *Si pero* [...] que você *lo conocia y yo dijo: no, no* um dia eu tava de *retén* na *cadena*. Por um cinquentá anos, né? Y jogava [Robles assente] [...] y um homem daquela idade jogando, não conheci ele, por isso é que não tem perdão. Conhecia se fosse amigo? Não. Um tipo que nunca foi na *comisaría* nem por nada [...].

R: Ai depois matam o outro, qual é?, o [diz um nome] ?

N: É mas isso foi bem feito, no final o *Toro* matou ele [também, diz Robles] e *mirou* o tiro na caminhoneta e como era um ladrão que ninguém gostava, todo mundo depôs à favor.

R: Sim, havia outro também, todos então, todos diziam que o Nogal queria matar eles, pero outros vinham matar, matavam antes que ele [Nogal fala algo incompreensível, acho que para sua esposa], aí depois botaram o nome dele de *matador sin suerte*. Foi? Se lembrar que nós tava tudo na *comisaría*? Aí... Tu gostava de uma caninha [Sin, responde Nogal] Gostava. Um dia chego eu lá no baile do *Cuñapiru* y ele: *Che*, me leva este pra cá. Y ele traz o tipo numa adaga no nariz [Violeta dá um gemido], te lembra?

N: Ele agarrou e deu numa muié, mulher da vida, *pero* ela veio se queixar y [diz um nome] Ah *és eso, é una loca!* Y eu: si, é loca, pero é uma mulher igual. Eu vou falar com o petiço, um tal de nego Fumaça, bah, mas um baita dum negrão, *grandote!* Y o negro de Gaulle: eu sou amigo dele, eu falo com ele Y *bueno*, então fala. E foi falá e ele já deu um empurrão y *a la mierda* milico! Y aí ele se me verou [virou] y eu tinha já uma faca aqui no cosa y *saquei* y tirei-lhe na y cortei fora aqui y ele se veio: diabo, não vê que eu to sangrando? Ele disse isso falando com a boca fofa. Ah, é? [respondeu Nogal] Y quando ele se deu volta eu dei nas nádegas dele um *pinchazo*. Ele não queria levá de nós, da Choque aqui. [Robles fica repetindo o que o cara tinha dito e todo mundo fica rindo... Robles diz: os folguetes não dá pra pegar as vezes, né?] Mas não passou nada.

R: Não, não passou nada porque ele espantou. E ele tava no baile sozinho, não é ? [Nogal confirma] Era sozinho. E nós tomava conta daquilo. Tu pode acreditar que nós atirava tiro nos tipos e os tipos nos atiravam pedras. [...]

N: Não, e lá na Oitenta e... Quarenta e Cinco [nome de escola], um dia eu fui lá num baile , eu e o mano [diz um nome] e na verdade não gostava de baile. E o [repete o nome], o sogro véio dele, andava de escora, de colaborar ansim e havia um brasileiro que tava bem baixado e comprava e pegava os copos e pah! [Ôo Beleza!, disse Daniel] Eh, *che*, me acredita que o cara quebrou dois copos da mulher, dos guris tomar café, e porque eu sou amigo do Sarney, gritava o homem, e ele começou, e eu disse: eu vou parar com esse barbado. E o...chefe, não me quebra mais os meus copos! Não, mas eu sou amigo do Sarney, tu não sabe com quem tu está tratando! E eu: Sim, tu é que não sabe com quem está tratando. Agarrei-lhe a guampaço e dei-lhe uma *paliza!* Praquele paparivédico saber que... [Robles explica alguma coisa, risos] né...terminou e depois também fumo naquela Quarenta e Cinco em que havia um milico que tinha costume de *orinar* na porta da escola [mas credo, disse a Adriana] disse que era famoso, fazia o que queria, né? E eu fui nesse baile, todavia, fui eu, Beltrano e o milico, foi quando nós prendemos o [diz um nome], nós foi, fui eu, o Beltrano, que desapareceu *follando* com as mulher e o Fulano, aí eu fiquei sozinho. Daí tava um ambiente pesado, né? Sabe de uma coisa, comecei a beber cerveja e “pinga” e tudo, porque o *borracho* tem uma salvação [...] E eu estou

assim na porta e este: *Permisso*. E eu, sim? Não, eu vou urinar aqui. Que? Sim, eu costumo urinar aqui. Então pode urinar, o que que eu vou fazer? Quando ele agarrou o...dei-lhe um *gomaço*. Ah, pára! [risos] *Pero* saiu como...e daí eu toquei-lhe plomo nas patas, né? E aí ele ia pra cá e eu dizia, não tu vem para lá, nós passeava. Ah, era brabo os bailes. [...] O hombre que tava me deu uma punhalada! E eu disse, eh esse hombre foi apunhalado, *señor vire acá*. [na narrativa o outro cara fala uma coisa e a resposta é uma outra pergunta:] mas quanto tempo faz que eu te apunhalei? *Hace* como uns dois *años*. [...]

O tipo tava tão acostumado e coisa, tinha matado dois PM, todavia tinha *assassinado* o pai que tinha engenho em cachoeira, campo e tudo, né? E tinha dinheiro e tinha um tio que era senador, lá em Brasília. [...] e o velho comprou até uma estância aqui pra se ver livre dele. E tipo se fundiu, se casou com a filha do capataz [...]. Eu nem dava bola pra ele, ele matava fortuna e policial, cheio de mania, melhor não dar motivo pra eso. E um dia eu estou *retrasado* pra *Primera* [comissaria], me corre o veio, a velharada: Não, o fulano deu... deu na mulher. Chama a rádio-patrolha e chama pra dá disciplina e botá na *Primera*. Chegou o véio e deu na véia e eu olhava torto pela *ventana* e não quero tomar [...] e chama o véio pra “tuir” [?] e ninguém vinha e a minha a *Décima* não vinha e disse o véio pra véia, agora te quebro e vou lá dar na outra, na ruiva essa. *Putcha* grilo, é uma falta de respeito, né? Fui ali e quando ele vai dá, se abaixou na caminhonete e eu falei com ele: *Che*, me traz o revólver. Mas ele nunca me apontou, não, ele me dava na mão e eu pá, né? Ele tirou o revólver assim embaixo da caminhonete e disse: Não, vizinho, eu me *voy* e não vou molestar mais. E me tocou a caminhoneta por *riba* e o primeiro tiro pegou no radiador dele e arreventou tudo, 357, né? Ah, fez um buraco que e *después*, este, tirei-lhe três tiros más. A caminhoneta por seca, ele apenas passou ali e fundiu, no outro dia o taura veio botar fogo no meu rancho aqui. Mas ele se escapou, né? [Era manso, disse o Robles, por ela assim era mansinho, mas era perigoso. O homem é drogado]

R: Sabe que a coisa mais sagrada aqui no Uruguai é a bandeira, né? [Hum-hum, faz Adriana] Aí temo tudo de manhã cedo já [possivelmente ele faz um gesto de que está bebendo], de manhã cedo alguns tomavam, outros não, uns tomavam mate [outros *caña*, disse Nogal] [uns tomavam mais, outros tomavam menos, disse Adriana] Tava assim dentro da *comisaría*, entravamos a três da manhã e saíamos as 11 e meia. Quando chegava de manhã, quando tava calma a noite, até de manhã cedo tu conversava, quando chegava, o sol saía, tu tinha que a primeira coisa coloca a bandeira, quem é que me deu a bandeira pra botar? Tu me tira a bandeira? [hum!, responde Nogal] Este me dá a... [este se abaixa, não agarra e...] e cai [os dois falam juntos] a bandeira [este me *tira* no fogo]. Este me *tira* a bandeira pra eu coloca e eu, eu não boto nada, e me agacho assim e ele *tira*, caiu la dentro da estufa lá [...].

N: Quer Dinheiro pra comprar bandeira? Eu disse pra ele? Vai lá no Olivo, o contrabandistas mais grande que tem aqui, era ele, diz de parte minha que te dê dinheiro pra bandeira. [Bah, faz a Adriana] Eu nunca quis prender ele e indagavam, né? Dá uma esmola, né? Entendeu, né?

R: Ele deu o dinheiro e nós fomos lá e compramos a bandeira, rarara! [Ninguém se deu conta, disse Nogal] Disso o comissário sabia, o [diz um nome] Te lembra? [Que ele sabia? Pergunta Noga] Claro, claro, o nego sabia, abriu a loja de manhã cedo e nós com uma bandeira, *che* botemo a bandeira, bem novinha, bem novinha a bandeira, a coisa mais bonitinha. A outra tu tem aí? [Tenho!, disse Nogal] Traz pra mostrar pra ela [Não sei onde é que tá!, disse Nogal, Tem um rombo desse

tamanho, assim]. [Robles chama Violeta] Tu sabe onde é que está a bandeira? Tu não sabe onde está a bandeira queimada? [...]

A: Que coisa vocês, queimando a bandeira do Uruguai!

R: Mas que coisa, se nós somos pegos ali naquele dia pelo amor de Deus, né? Má Bah! Nós ia dormir os dois juntos [...].

N: No *GRI* [...] um grupo especial, levantaram tudo que era *mala conducta* e mandaram pra lá e dizia o [diz um nome]: Aqui se luto guerreiro, combatentes. E eu dizia: *Che loco*, bota só cinco, bota quatro varas na cela. Tava assim então e [...] numa pecinha que fizeram a calabouça pros milicos, né? No, agora somo tudo guerreiro, *no, pero* bota quatro balas aí. Não vai bota no cano. E o cara: não, porque eu sou combatente, botou quatro balas, botou uma no cano e ...quando vai levar a escopeta assim, bum, pá [espalhou combatente, disse a Adriana] [E todo mundo fica quieto, disse Robles] Não, foi um canhonaço perto memo e eu me virei assim, mas tocou na perna. O cano tá pra lá e digo tranca a porta que ninguém entre aí [...]. Bueno, quando fomo se levantar, que nós já tinha a custódia, ele se levanta e cai. Taí, a bala esfriô, né? A bala quente pode te fazer um balaço no [...] e olhamos assim e não tinha nada, ele disse: eu vou morrer! Olhamo à volta e tinha um coisinha de madeira [...] *desabrocha* [desabotoa] e bota da pura aí e vamos agarrá entre dois e fazer essa custódia. E *salimo* dali e digo: olha eu vou aqui e vocês aguardem lá. E aí que eu sei de um “*borracho pesado*”, claro, porque a gente não podia caminhar e ele se fazia que tava mal mesmo, [...] pra que socorressem e vamo pro hospital, pro sanatório e [...] chegamo lá o doutor *sacou* um *plomo*. Ele disse: Franco [...] teve como um mês sem trabalhar, tudo [Tudo primo, diz Robles]. Se dão, se...eu, me dão de baixa, né? E agüentei e em um mês não fechava a ferida, *sacou* placa e tinha *otro plomo* más. [...] dois *plomo* da doze [hum-hum, faz a Adriana] e dizia o doutor Que que foi isso? E o [diz um nome] piscô e disse, eu fui pescar e me enganchei num anzol, lá num teco [Daniel ri] [...]

R: Outra vez, os guris na *cárcel*, não escapou um tiro, diz que a bala corria por tudo que é lado, até que caiu pra fora. [Robles faz exclamações para afirmar o fato].

N: Não, e o negão [diz um nome] que era de cima, lá de Montevideú [Si, diz o Robles, *bromeando*] [...] Pero que passa, dava cinco balas, a primeira ele saca, conversando ali, *volviando* ele *saca* e guarda no *bolsillo* de trás, depois *sacou* três balas, conversando e fico lá, assim botando as coisas por aqui [faz o barulho de que está arrumando coisas na mesa]. Bum, pá, fez um buraco na telha. Nós tava tudo rebocado de cal de parede e entrou o comissário, que passou aqui?, não passou nada. E diz o oficial [...] cinco dias de “*arresto*” pro [diz um nome]. [Era muito comum dos milicos se balearem, disse Robles].

R: O nego banana brincando com o [diz um nome] e deu um tiro e de repente chega o outro e pum e deu-lhe, né? E a bala entrou aqui, por aqui [começou! disse Nogal] passou assim, levam o não o [repete o nome], um banana baleou o [repete o nome], levam o tal no hospital, no sanatório, quando chega no sanatório, quando chega no sanatório lá, chega a mulher do policia e diz: Ai amor ainda bem que não furou a camisa nova. É, mas tinha uma baita mancha [arremata o Robles, todo mundo risos] [...].

N: E o [diz um nome], o loco aquele que deram um tiro e entrou aqui pelo rim e não tinha um *riñon*, era o *riñon* operado e a bala entrou, seguiu e isso é na *cárcel* [Hum-hum, faz o Robles] [...] a bala caminhou por tudo e se, ficou no garrão.

R: E também levaram ele daqui da *cárcel* pro hospital e o hospital não se deu conta, os médicos não se deram conta, daí do hospital levaram direto pra *comisaría* da *novena*, lá onde nos levaram e quando chega lá, lá ele sentiu, aí botam ele na caminhonete para levar pro hospital de novo, aí ele morre, rã! Ai ele morreu no hospital [Bah, faz a Adriana] Ah, tão vivo até agora, né? [...] Hã, agora deve fazer, quanto deve fazer isso, 6 meses [...] Nogal? [É, responde o outro] É tão ainda em negócio de sumário [...] Os brasileiros não conhecem aquilo, né? Eles não sabem [mas geógrafo adora, né?, diz Adriana] Sim, ali é a vila Tomás Albornoz, que era território uruguaio, mas que o estádio do Figueroa, comprô, deu marcador pra trocar, puxar a linha mais para cá de volta. Não sei se ele comprou, o que, pra mim era estância, Uruguai, ele fez as casas ali [...] tinha terra, a Vila Tomás Albornoz.

N: Sim, ali foi assim, foi, foram esses do quartel, como é que dizem? *Servicio* de Geodésia, [agora eles vêm de avião, fez a Adriana] antes era de, o capitão fulano *empezou*, não sei como é o nome do desgraçado esse, *empezo* a se empená pros brasileiros, tavam fazendo a Linha e *sacaram* a linha mal e depois ficou desenhado, aqui tinha de ser o arroio tal, enquanto que pra chegar no arroio tu tens que chegar mais pra cá. Ficou! *Antiguamente* eles faziam a olho, agora não, o serviço geográfico, eu acho que é, não? *Sacam* foto por tudo, e antes não, se esperasse?

R: Ali é uma zona *muy conflictiva*, sobretudo o gado, né? Ali onde tá a famosa rosada, né? [Donde mataram um, disse Nogal] Donde mataram um cara ali que, volta e meia roubavam vaca dali, mas ele era o que organizava.

N: [...] esse *caballo*, aí?, Yo no quise más, tavam uns frios bárbaros e os cobertores furados, e não queriam me dar poso, [...] [Mas a pessoa ficava caminhando pela fronteira?, Pra cuidar a fronteira? Perguntou a Adriana] Não a cavalo [Indo e vindo? Perguntou Adriana] [Percorre de estância em estância, diz Robles]. Si, si, porque tem que estar no meio dos capões, dos galpões, iam numa leiteria por exemplo e as vacas não eram [...] As vaca andavam em riba dum [Bah!], Ali no [...], [Sim, disse o Robles, Conta pra eles a história do Beltrano, conta pra eles do começo. Que que tu tens a ver com isso, Nogal?] Não, eu sabia donde estava. [...] me deram ladrão toda a vida, que assim se criou na zona, né? Eu não vo... [Ladrão de que? pergunta o Robles] Ladrão de vaca, ah, roubava até na...o Fulano que matou, era um agente de Bagé. Ai ia ordem, né? Se contrata essa gente [Claro, diz Daniel] e eu vou buscar um, uma mesa que eu comprei num companheiro e quem me dá a carona é outro e digo, *che*, digo, dizem que balearam o Fulano e tá. Não, não [começa a explicar o outro] Fulano tá morto, fui que.... Dois estancieiros pagaram, aquele que tava falando, matou as vacas do tipo e mandou dizer pros tipos que tava linda a carne e não sei o que e mandaram matar ele, já tavam cansados, né? E, naqueles anos foi, olha, eu vou te dizer uma coisa, disse [o cara que conta a história pra ele], foi um tipo, espero que ele saísse das casa, deixou não sei quantos mil pesos pra mulher e disse que esperava ele na, não é mais porteira ali, né? As porteiras onde tavam, agora é [...] O chamaram pra fazer um trabalho, queria que ele fosse como guia no más, mas claro, o tipo foi, o outro a cavalo, quando o Fulano se abaixou pra abrir a porteira, o outro atirou, deu-lhe tiro na cabeça, botou no cavalo e levou lá pra [Pra serra, disse o Robles] Pra serra [coxilha, diz o Robles] é onde tá a viação essa e deitou ele nos pelegos e [uma pedra, né? Perguntou o Robles] Não, não, nos pelego e numa, como é?, numa caneleira e botou a cruz, numa caneleira, assim em cima, e ele tá ansim, ansim, ansim no cerro, agora nada de [...] por aqui, nada. E ieu, eu tava numa patrulha seguida aqui, pensei descobrir ladrão e companheiro ladrão, me dei conta e era uma máfia, quase fui eu pra *cárcel*. *Disseron* que eu era chofer. Mas

não sei nem andar em bicicleta, o que me salvou é isso, né? E, *bueno*, vamo sumário, estava o [diz um nome] oh, eu ia pra chefatura e ele tava uma fera, viu que eu roubei nada e tá limpo a ficha aqui e o famoso sub-chefe aquele, o sujeira que teve de chefe em Maldonado [diz um nome], otro delinciente, e outro *pichi*, traficante de droga, atirante em milícia, eh, e o [diz um nome] e o tal da investigação, cabo, isso tudo investigação [...] encontra o Fulano, o Fulano tá morto, enterrado [...] e tá deitado, os pelegos anism, ansim e donde, e eu digo, não, não vou dizer que não vi. Descobre você que faz-me jus. E diz o [diz um nome] e o que veio fazer *acá*? Eu vim aqui declarar que [...] pero tenho outra dita pra revelar aqui, digo, tem um milico que usou o auto do sub-comissário pra roubar na casa do [diz um nome] [...] e bueno e agora eu vou destapar todos esses ladrão e eu digo, eu denunciei, me trazem mim preso, claro, era uma máfia grande, né? Tinha dinheiro em *pillas*...

N: Entraram no calabouço, tem uma declaração sobre todo *lo* que *dice* e eu, Quem que tenho prova? Não tem muita gente aqui e diz o sub-chefe, não, não, *che*, mira que já está tudo *arreglado*, só te van a perguntar o que...Tá tudo *arreglado*? [pergunta Nogal] não quero que arrume nada, eu não fui denunciado, nanã, só firma aqui no más e deu que *...esse montes de chorros. Eu tive nessa patrulha e saí com o ejército, bando de chorro, bandido, uma área que tu conhece bem, né?* Então eu descobri os ladrão e corri ele e ele apanhou e como ele era cabo, era encarregado da patrulha civil e digo, *che*, fulano tá roubando, [agora falando para outra pessoa] a que, este aqui te lembra? O? [diz um nome] que diziam também de tio [repete o nome] rouba um monte e leva pra Tacuorembó desarmado, de caminhão: Ha, *eso* vá ser um operativo grande, *deja no más* que o comissário e um dia eu to aqui e passa um milico e *che*, roubaram as escolas essas de recuperação, ali da [as entidades, diz o Robles] não do gajo ali, donde estes guri iam e eu saio, averiguá, descubro tudo do conta pro coisinha lá. E o vem volta e meia e diz, *che*, mas os ladrão deixaram alguma coisa? E eu digo, eu pedi a caminhonete e eles não quiseram me dá caminhonete, eu disse que não tinha *nafta, pero no, nafta*, venho te busca aqui e vai o fuca. Prendi minha mão, invadi a primeira, Novena, todos os troços. Quel que él trazia? Ai outro dia eu fui, *che* e [diz um nome] se largô?, si, pero largô, largô todo aunque, claro que quando eu tava com o guri preso lá, apareceu aquele, sargento, outro bandido lá, pero desconfia, desconfia dos companheiros, nós botava os presos no batecler e fazia submarino junto [Sabe o que é submarino? Perguntou o Robles] [Ouvi falar. Diz a Adriana] [E o que que é? pergunta o Robles] [É tu bota o cara mergulhado no] [e tu pisa na nuca dele e puxa a *cadena*, salta ba] [coisa horrível, disse a Adriana] Né? Trabalhava e gostava da farra, quando nós saía, tuchhuu, um ia pro barrero, outros quebravam pro [...] e já havia um montão, caíam verde porque não eram daqui, eram comissão. *Después* o Chico Teta roubou numa *carnicería* e eu prendo o [diz um nome] e tô lá e diz o, vieram buscar o Fulano, o tipo esse que não se entregava, eu se fosse ladrão e *iba* me buscar preso, eu não me entregava, num cerco, não [...] pegaram ele, os rato vieram com uma denúncia tua na chefatura, parece que tu deste num, ai? Pode ser. Investigação. Eu disse aqui comigo e quando temo no destino da chefatura, quando eu chego lá me mete num calabouço e dói as vistas. Pero eu tava *tranquilo* e tinha outro *párajo loco* que fazia senha e eu chamei o oficial, turco casaca e disse, *che*, me bota noutro lugar. Milico tá preso ali, digo eu tá preso, e tá me fazendo senha, eu não tenho nada com ninguém, eu não sei porque me trouxeram aqui. Não tens que conversar nada, disse o guarda. Quando chegou de noite pedi comida, de casa não, do *cárcel*

ali mesmo [...] tem obrigação de me trazerem um colchão e trouxeram uma vianda furada, sopa de *cárcel*, pura graxa, e tava no espaço da cura, do socó e eu engraxei tudo ali e ele, *che* tem que, e eu, não limpo nada, nem vou comer *tampoco*. E os companheiros, que eu tinha por companheiros [...] parece que roubou não sei quantas *cárcel*. E o [diz um nome] me acusava de vir de noite na *comisaría*, pegar a caminhonete e sair na noite pra fazer os assaltos tudo. Se eu tenho essa categoria, eu vou no Banco República, vou encher dois barricão de dólares e me vou, né? Pero era uma machadada que tava metida, tal, tal outro, [...] que era milico, que era casado com a filha do Beltrano, os *caballeros más grande* que havia. E eu toquei na jarra sim [...] por confiar, a gente quando trabalha com um companheiro. Isso que haviam difundido um informante ..., queimou o churrasco, tava enarado e depois, *che*, vão te limpar, hein? Digo quem? Os companheiros teus, do tamanho meteu, e eu digo, não [...] bem, *pero* no se animaram e faltou e quando vê terminou que eu era chofer. Segunda vez que, me manda chamar o chefe de policia e eu sai e entrei com um despacho lá e ele disse, porque *sois ladrón*. *Non, ladrón non*, estás equivocado. Porque *vos sois ladrón* [continuou o interlocutor], porque robás e não sei o que... E eu, só pra le dar uma prova, quando roubaram a caminhonete de um brasileiro [diz um nome] que os produtores engajados, se eu venho da Cuaró a pé e prendo o sub-comissário tal, prendo aquele que mataram hoje, qual é o nome dele, maricão aquele. Como é o nome dele? [diz outro nome]. E digo e prendam o filho do Fulano, tão os ladrão a mais pra vocês, vocês buscam, esses são os ladrões. São ou não são? E ele disse: Quem tá roubando o tal da segunda? E eu digo, o tal, o comissário tal da tropa, todos milico e foi a roubar, voltou os ladrão lá. E disse: *usted se anima a prender?* E eu, si me dê um bom armamento e uma equipe [...] e presos tudo, tudo. *Pero*, vem me interrogar o *pichicón* esse. Te para de patrão e *díce* que eu era *ladrón* e cosa e ele, não eu quero saber porque [...] E o [diz um nome], um comissário que agora ta processado por roubo na Zona Franca, e o outro velho, traficante de droga, junto com o [diz um nome]. Diz que estão pra Curticeras, né? [Robles, confirma] Peixes grandes que agora tão caindo tudo. Bom, me acusaram y [...] mas eu não entro nessa história, me acusaram a mim, mas não me conheciam e outro disse: Mas é o Nogal. Eu tava direto na frente dele y o juiz disse, quais desses são, não é nenhum. Eu olhava ele e pensava, dou um golpe no pescoço dele e me vou antes que me agarrem. Depois ele me chamou a parte e disse, não, é isso e isso e isso, tu não tem nada que ver com isso y *outra cosa no le haga nada porque entonces van poder le processar, si él aparece morto, van a buscar usted*. Bem, fiquei vivo, *pero* cada vez que ia num baile [...] Começaram a me transladar, *yo recorri toda Rivera*.

R: Aqui em Rivera é assim, quando te buscam pra ti reconhecer, te buscam um tipo mais ou menos parecido, uns três, quatro parecido te confundem. *Hay* um torto ai que matou um cara ai, passou com um carrinho-de-mão na frente da *comisaría*. Inclusive o cara conta que a mão caiu fora do carrinho, na frente da *comisaría* e ele botou pra dentro e desovou o cara na frente do [...], *viste?* Ai o juiz pediu tortos, porque o matador era torto, porque o testemunha tinha que ver, ai quiseram levar, nós tinha, temo, um colega que é torto que não se animou a ir, ficou com medo que reconhecessem ele. Chega ali na hora da verdade e depois provar que tu é inocente? Que [...] pavorovo e justamente igual, o sistema que tem a justiça nossa, primeiro te põem pra dentro e depois tu tem que provar que tu é ou não é.

N: Aqui, quando eu ingressei em 74, colaboravam com os milicos brasileiros, né? Um dia tínhamos saído para um recorrido às duas da manhã e o – diz um nome – era um delinqüente bárbaro, mas que trabalhava, 12, 14 horas, vinte e se tinha que

caminhar, caminhava. Ele viu uns oficiais e disse: acho que são os brasileiros, entraram na casa dos – diz um sobrenome –, os famosos – repete o sobrenome –, mataram quase todos... E ele, vamos apurar para ajudar os brasileiros. Eles ficaram desconfiados e nós dissemos: viemos ajudar. [...] E aquele, o negrão grande aquele que a mulher matou ele, te lembra? Um dia ele faz uma rapinha [...], *tassimetrísta* e corta um homem na boca, só que o *tassimetrísta* era brasileiro e que passa? Eu saio com o [diz um nome], apertado num auto, do cunhado brasileiro esse, vamo buscar em *recorrida* e fui em Rivera Chico e tavam [diz dois nomes] *borrachos*, pá não tão ai, naquela época não havia rádio. E diz o homem, não vamos lá ver, lá perto do Nicolini, por lá, ele morava lá e dá a casualidade que ta aquele baita macho lá e eu baixei do auto e pensei que o [diz um nome] ia comigo e não saiu. E eu peguei no revólver e ele vem disparado e *pechou* e naquela época os PM faziam patrulha em um fuca, e ele *pechou* nos PMs e *empezaram* a dar nele e eu *che*, dá pra eu dar também? [risadas!] Sabe que eu nunca vi um tipo espossado que tocaram ele de cabeça pra dentro do fuça, mas deram uma *paliza* nele. Levaram ele para a delegacia e deram outra *paliza más*.

Aqui a entrevista é interrompida.

APÊNDICE E: CD ICONOGRÁFICO



cd iconográfico.wmv

ANEXO 1:

TRANSCRIÇÃO DE OBRAS DE INTELLECTUAIS MUNICIPAIS

Parte da investigação em campo buscava marcas da cultura local, especialmente do contrabando como prática cotidiana, inclusive em fontes escritas. Assim, grande tempo e atenção foram dedicados à pesquisa em museus, arquivos, bibliotecas e livrarias.

Esta coleção de textos se volta a recuperar a produção daqueles que Carlos Reverbel chama de escritores municipais – que não alcançam projeção nacional, provincianos na origem e na temática, talvez também no estilo – e que falam de pessoas comuns e personagens típicos (CHIAPPINI, 1988, p.57). Suas obras situam-se na escala local da geografia do pensamento e abordam o imaginário do lugar, fazendo com que haja forte representatividade no que narram.

Na medida do possível, transcrevi os poemas e demais textos na íntegra, na intenção de preservar o contexto e permitir interpretações diferentes. O mesmo propósito justifica a inclusão de pequenas notas biográficas, sempre que disponíveis.

Segue a lista do que se encontra neste Anexo.

1. Agustin R. BISIO, Epístola de la amistad
2. Olyntho María SIMÕES, Una carta
3. Olyntho María SIMÕES, Riverense
4. Olyntho María SIMÕES, Canto a la ciudad de Rivera
5. Lalo MENDOZA, El contrabandista
6. Lalo MENDOZA, El moirones
7. Reginaldo QUINTANA MORALES, Pecado (milonga)
8. Conde D'EU, Visita de D. Pedro II a Santana do Livramento em 1865
9. Ever BLANCHET, Desde la frontera
10. Mirtha Garat de MARÍN; Delia Cazarré de ALVEZ. "El mapa se dislocaba..."
11. Mirtha Garat de MARÍN; Delia Cazarré de ALVEZ sobre o contrabando
12. Mirtha Garat de MARÍN; Delia Cazarré de ALVEZ sobre Aparício Saravia
13. Mirtha Garat de MARÍN; Delia Cazarré de ALVEZ contra o D.P.U.
14. Mirtha Garat de MARÍN; Delia Cazarré de ALVEZ; Graciela ELISEDO, sobre lingüística
15. Chito de MELLO, La frontera de la paz
16. Chito de MELLO, Rompidioma
17. Chito de MELLO, Náun véin qui náun téin
18. Chito de MELLO, Explicación d'algunas palabra y dicho qu'están n'este livrito
19. Rubén LOETTI, El índio Silva – el índio de Yapeyú
20. Rubén LOETTI, Ernestina Aranda, de profesión 'bolichera'
21. Rubén LOETTI, La Chula – una mujer que hizo pátria a su manera
22. Rubén LOETTI, La casa de los Montero – el refugio de los necesitados
23. Rubén LOETTI, Los Pescaditos, uma família em la orilla del Arroyo Yatay
24. Rubén LOETTI, Marcos Gregorio Murillo, aduanero, el terror de los 'pasadores'
25. Aparício Silva RILLO, Contrabandista
26. Osiris Rodríguez CASTILLO, Camino de los quileros.

Os poemas a seguir foram encontrados na Biblioteca Municipal de Rivera “José Artigas”, uma construção de esquina, duas quadras abaixo da sede da *Intendencia*. Possui um grande salão de leitura, um pouco escuro e frio, apesar da lareira acesa durante os dias de julho de 2005 em que lá pesquisei.

BISIO, Agustin R. **Brindis agreste**. Montevideú: Martin Bianchi Altuna, 1954. 164 p. (com glossário de termos regionais) (1894-1952)

1) (p. 167)

EPISTOLA DE LA AMISTAD

*Si encuentras en tu vida un leal amigo,
Trata de ser con él, como es contigo.*

*Que un hermano es amigo que te han dado,
Y un amigo es hermano que has buscado.*

*Uno, es amigo, por obligación;
El otro, hermano por el corazón.*

*Entre amigos no cabe la maldad;
Hay sólo una palabra: lealtad.*

*No existe por lo tanto la traición;
Sólo existe el perdón.*

*Este se otorga por primera vez
Y por segunda, pero nunca tres.*

*Pues quien ofende por tercera vez,
Es pérfido, no sólo descortés.*

*La perfidia asesina a la amistad,
pues es daga más fina que el puñal,
que lleva bajo el poncho el criminal
y asesta por la espalda sin piedad.*

*El asesino en cualquier parte entierra
Del cuerpo ajeno, su servil facón;
Una traición de amigo, ¡nunca erra!
O parte el alma o corta el corazón!*

*También yo, tuve amigos, ¡a granel!
(salvo alguna excepción,) de mi caudal;
pero, ¡adiós moscas! cuando no hubo miel,
se fuero a rondar a otro panal.*

(p. 168)

*Mira que rompe el saco la ambición
Y más de una cae del pedestal,
Si este no es firme y va con precaución
Y no guiado por la vanidad.
Más de un amigo nuevo encontrarás
Y cantos de sirena te hará oír;
Pero, fíjate bien adonde vas
Y medita mejor cual es el fin.*

*Si te resuelta bueno; sea en tu bien!
Más no trates al viejo con desdén;
Pues bien puedes llevar un tropezón*

Y aún el viejo servirte de bastón.

*De amistad nueva, no se sabe nada;
La vieja, por ser vieja, está probada.
Que experiencia no deja duda alguna;
Más vale una amistad, que una fortuna.*

*La fortuna es voluble y se nos va,
mas, si es sincera, queda la amistad.*

II

*¡Ojo! Con el amigo que en la mesa,
te baña en loas y te da promesa;
ese, es seguro, no te quepa duda,
que si te ofrece, va a pedirte ayuda.*

*Hay algún charlatán,
Puro salamería y actividad:
Ése es un gavilán,
Que hoy está aquí como mañana allá,
donde haya un ave incauta que atrapar.*

(p. 169)

*Hay algún arribista,
Que piensa que esto es tierra de conquista;
Y con bravucadas de altivez,
Ya se siente un Pizarro o un Cortés.
¿Por qué no usó esos bríos allá en su tierra,
que apenas llega aquí se cree un campeón?
Allá un cero a la izquierda;
Aquí, apenas de paso, Napoleón!*

*Hay más de un mentiroso,
Que aunque "diga que si", su "si" es dudoso;
Pues que aunque estás seguro que te engaña,
Piensa que el engañarte es una hazaña.
Y hay alguno como un cordero bobo;
Fíjate bien, sus patas son de lobo.*

III

*Si admites en tu casa a un forastero
Y le ofreces tu pan, indaga bien primero
De donde viene, hacia donde va;
Pues hoy en día,
es costumbre o manía,
que un viandante que pasa
pretenda echarte de tu propia casa
y diga como el tordo: "Fuera hornero!
Tu nido es mío, pues yo... "llegué el postrero!"
Y es bien mío, te lo pruebo;
Lo hiciste tú, pero yo. ¡puse el huevo!*

(p. 170)

IV

*Puede tenerse en el Comercio un socio,
Pero no la amistad como negocio.
Hacían los indios confabulación,
Para dar asalto o malón;
Suele aquí todavía formarse un bando,
Para algún negociado o contrabando;
Pero en eso no reza la amistad;
que es el contrato de una sociedad.*

*Por eso sus actantes,
No son amigos, sólo traficantes,
Que en cuanto encuentren oportunidad,
darán al traste con "su sociedad".*

*La suerte es tornadiza y muy falaz,
Por eso mira bien adonde vas;
Pues hay que andar con tino,
Que una equivocación en el camino,
Puede "torcer la vida" al más sagaz,
Y ésta, mi amigo, ¡no da marcha atrás!*

1950.

O poema trata da amizade, das relações entre homens. Inclui a formação do bando do contrabandista (certo, as palavras talvez estejam associadas por rimarem) entre as relações do lugar, tratando delas depois de falar das empreitadas dos índios. Fala também da volatilidade do bando.

SIMÕES, Olyntho María. **La sombra de los plátanos**. Rivera: G.A.D.I., 1963. (1901-1966). Publicou também "Hojas Sueltas".

2) (p.30)

UNA CARTA

*Son pretextos lo que buscas
A fin de quebrar conmigo,
E inventas esas historias
Sin fundamento ni tino*

*¿De dónde sacaste tú
que me vieron el domingo
- después que dejé tu casa -
borracho y metiendo líos?
¿O es que ahora uno no puede
discutir con los amigos
y tomarse alguna que otra
igual que cualquier vecino?*

*Eso de que estuve preso
En Santana es chismerío,
Si alguna vez me llevaron
Fue en calidad de testigo*

*No es cierto que abandoné
Una mujer con dos hijos:
Me divorcié legalmente
Y el divorcio no es delito.*

*Nunca fui contrabandista
Cuando tuve un bolichito
Solo compraba en la línea
Yerba, azúcar, caña y vino*

*Tampoco soy "calavera"
Como dices que te han dicho.
No veo que sea jugar
Hacerse un apunte al "bicho"*

(p. 31)

*Es mentira que me ven
En las pensiones tiro a tiro
Pues hace cerca de un mes,
Que en una pensión no piso.*

*Yo te juro que es verdad
Todo esto que te escribo,
Y si tú no lo "acreditas"
Te pongo a Dios de testigo.*

*Si de mí estás cansada
Decilo que me resigno
Y no procures pretextos
A fin de quebrar conmigo*

Olyntho Simões trata da moral da fronteira: observe-se que vender alguns gêneros alimentícios comprados na *linha* não é considerado contrabando, ou pelo menos está sujeito às dubiedades morais. Note-se ainda a expressão *línea*, forma local de chamar a fronteira, que aponta para sua tenuidade, já usada em meados do século passado.

3)

RIVERENSE

*¡Yo soy más, mucho más de Rivera
Que el Cerro del Marco!...
Soy amigo del Puente de Raca
Y lo mismo de Paso de Castro.
Me doy bien con la "Piedra Furada",
Con la Calle Brasil tengo tratos
Y citas nocturnas;
Me saludo con todos los plátanos
Y me dicen adiós los gorriones
Que pueblan sus gajos.
En los viejos fortines en ruinas,
En mis tiempos de alegre muchacho,
Hice más de un tiritito a la taba
Y jugué mis partidos al sapo...
Conocí a Juan Barullo de cerca;
Intimé con Ciriaco,
Y la negra María das Dores
Enseñóme a "benzer" el "quebranto"
Y a cortar con el filo del hacha
Los vientos más bravos...
Yo sé cantar "terços"
Y lo mismo pasar contrabando.
Llevé cuando niño,
escondida en el forro del saco
"la oración de la puerta del cielo",
que preserva de pestes y daños.*

*Yo soy tan, pero tan de este pueblo
Que en los viernes santos,
Bien remonto cometa, o por yuyos
A las chacras me marchó temprano.
¡Si seré de Rivera, que el cura que
me hizo cristiano,
empleó para ello del agua,
según me contaron*

*de la "bica" que entonces ya había,
justamente en el Cerro del Marco!*

Poeta urbano, Olyntho Simões tematizava constantemente a vida fronteiriça e a influência da cultura popular (identificada como brasileira) sobre o *ethos* local. Este poema, usando aqui e ali expressões em português, é um dos precursores do uso do portunhol como língua literária.

Trata-se de um inventário de lugares e objetos elementares na formação da paisagem. Note-se a recorrência de elementos que falam de passagens, o que permite afirmar a importância dessa operação no imaginário do lugar: Puente de Raca: passagem; Paso de Castro: passagem; Piedra Furada: lugar onde se supõe moravam índios e hoje é referência paisagística; Calle Brasil: em Rivera, marca a importância do Brasil e é palco da vida noturna; Cerro del Marco: o principal referencial paisagístico traz em si o marco de fronteira; plátanos; pardais.

Também apresenta tipos importantes localmente, como Juan Barullo: um arruaceiro; Ciriaco (?); María das Dores: brasileira, *portanto* negra e benzedeira. Entre os costumes citados estão o jogo do osso: praticado por *gauchos*, é composto por apostas ao lançamento do osso do garrote do boi; benzeduras de origem negra; empinar pipas e colher macela na Semana Santa: dois movimentos com intenções contraditórias, o primeiro é uma marca da influência positivista (laicismo) na cidade, pois se trata da realização de uma festival de cores e gestos em dia de discricção; a segunda ligada à crença de que a macela coberta do orvalho, colhida na madrugada deste dia, possui propriedades curativas; e finalmente, notavelmente, o contrabando.

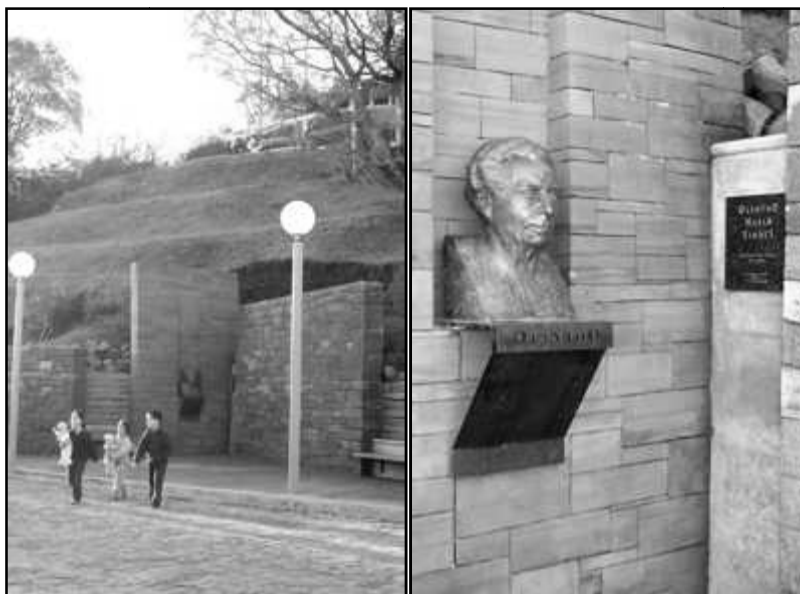


FIGURA 49: Rivera: fotos do busto de Olyntho Maria Simões no Paseo de los Poetas, ao pé do Cerro del Marco. - 2006

Fonte: <http://www.derivera.com.uy/index.php?option=content&task=view&id=728&Itemid=> acesso em 01/08/2006

4)

CANTO A LA CIUDAD DE RIVERA

*Tu no tienes gloriosas tradiciones
No fuiste cuna de ningún caudillo
ni fuiste sitio de ningún combate.
Jamás se supo de extranjero alguno
que haya anhelado conquistar tus llaves.
No hay para ti recordación ninguna
de la historia en sus páginas de sangre.*

*¡Más vale así ciudad de mis afectos!
Honor es para ti que la grandeza
brutal de las peleas, en tus calles,
tranquilas y apacibles, no haya escrito
su signo de barbarie, con la sangre de muchos corazones
y el llanto de dolor de muchas madres!*

*¡Más vale así ciudad de mis afectos!
¡Tú sin eso también puedes ser grande!
Tú tienes el encanto de tus plátanos,
poblados de gorriones charlatanes,
y tu Cerro del Marco, que es un puño
cuyo índice gigante
señala eternamente las estrellas,
indica eternamente lo insondable...*

*Tu tienes la alegría
de tus alrededores pintorescos
que revientan en flor por todas partes
y un hermoso conjunto de mujeres
llenas de gracia y gentil donaire!
Apacible ciudad de mis afectos
-oculta como un nido entre el follaje
de tu arboleda majestuosa y típica-
no te hace falta, no, para ser grande,
una saliente página en la historia,
recuerdo de dolor, de luto y sangre...*

*¡Que nunca el eco del clarín de guerra
turbe el silencio ameno de tus calles!*

Esse poema, que fala de tolerância, consta aqui por ser considerado o hino não-oficial de Rivera.

MENDOZA, Lalo. **Mi tropilla**. 1ª parte. S/e Florida, ROU, 1964.

Nascido em 20/05/1904, em Santana do Livramento, falece em 09/07/2005 (outra fonte diz ser em 1989) em Rivera. Além deste livro, publicou "Maciegas". O Dicionario Riverense, de Joel Salomon, afirma que Lalo era "riverense por opção"

5) (p.29)

EL CONTRABANDISTA

*El sol fronterizo calentón de por sí
En suelo areniento es en deveras zafau,
se lo vé en las d'entradas sobr'el Batoví
Besuquiando su agrieste pezón agrietau.*

*Pa lau del nasciente se arrima una tropa
De sombras barcinas, con larga culata*

*Trayendo en la punta una luna grandota
Y haciendo costau mil estreyas de plata.*

*P'hacelo más claro al camino y sus triyos
Encendien sus luces muchos bichos de luz,
Chiydos nocheros presientan los griyos
Y alguna curuya su aguriento chuz chuz.*

*Por esos soturnos el contrabandista
Al Brasil lo acoyara con el Batoví.
En lo espeso del monte no saca la vista
A su fumo jediondo y su marumby.*

*De güelta tropea algun guacho cursiento
O alguna lanita asigun tea la cosa
Y al bandiar, si topa un maicero angurriento
El cruce se ayeita con troncos y prosa.*

*Cuando l'aurora repunta la noche lerda,
S'interna el contrabandista n'el Batoví
Con catinga en las manos de fumo de cuerda
Y en la boca un juerte tufo de marumby.*

Note-se a presença marcante de vocabulário regional: vocábulos indígenas, gíria, contrações e mudança de consoantes. É mais um a usar oportunhol para desenhar estampas locais.

"*El cruce se ayeita con troncos y prosa*", verso muito eloqüente sobre a relação do contrabandista com o espaço natural e humano, mostrando que cruzar a fronteira é percorrer um caminho com obstáculos a serem negociados, empecilhos de caráter natural (construir uma ponte de troncos sobre o rio) e de caráter social (chegar a um acordo com o guarda fronteiriço).

Mostra a natureza (a grande lua, as luzes dos bichos iluminando o caminho) como cúmplice do contrabandista (extrapolando: a região acolhendo a prática nativa do contrabando, numa relação intrínseca). O poema aponta para características da prática (oportunidade, adaptação, perigo) e do contrabandista (vícios, cultura marcada pela brasilidade = tufo de marumbi = bafo de feijão ou cachaça?)

Batoví é um rio à SE de Livramento-Rivera, corre da fronteira em direção à Tranqueras.

Elementos articulados no poema: o homem, o caminho, a fronteira: o homem e o obstáculo em seu caminho, a caminho por haver um obstáculo, obrigado ao movimento.

Apresenta-se outra vez a conjunção paisagem / passagem.

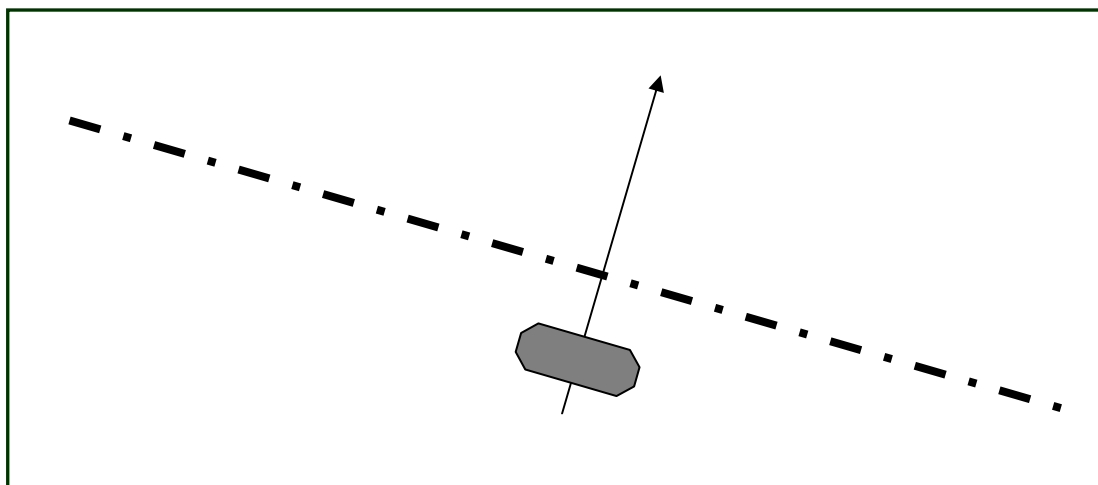


FIGURA 50: Esquema mostrando a passagem como ato perpendicular à fronteira.
Fonte: Elaboração de Adriana Dorfman, 2006.

6) (p.100)

EL MOIRONES

*Son un espejo de plata
Las aguas en el Moirones;
Mucho en ellas se han mirado
Tres viejos sauces llorones.
Un entardecer de fuego
Estando el sol por entrar,
Tomé mis tres aparejos,
Y al Paso bajé a pescar*

*Por una picada sucia,
De aquel Yaguari desierto,
me interné, machete en mano
y tuve en la noche un puerto.*

*Mientras sentado esperaba
Que surgieron los tirones,
Se abrió la tierra y narróme
La historia de los moirones*

(p. 101)

*Sobre estas negras barrancas,
lamidas por éste cauce,
mandó un cacique arachán
clavar tres troncos de sauce*

*En ellos fueron atadas
Con yapecangas y elviras
Tres indiecitas cautivas
Con mucho de tarariras
A los tres días siguientes
Al morir la tardecita
Junto al Paso a lo más hondo
Bajaron las indiecitas*

*Cuando remonta la noche,
en las aguas sosegadas
Se ven brillar con la luna
Tres tarariras plateadas*

*Ellas son las tres indiecitas
Muertas con ilusiones,
Amarradas en los troncos,
Que dieron nombre al Moirones.*

Explica toponímia: não é vocábulo de origem indígena, mas sim uma lenda que remete ao povoamento nativo. Caracteriza o índio como cruel, insinua uma *leyenda blanca*, isto é, um relato da história do lugar em que os índios eram apresentados como cruéis e frios.

QUINTANA MORALES, Reginaldo. **Un péon de estancia**. Intendencia Municipal de Rivera, Biblioteca Artigas, 2005. 52 p.

7) (p.47)

PECADO (milonga)

*Yo que anduve sin destino
Perdido entre los cardinales
Y fui de los Orientales
El gaucho más peregrino
Pero firme en mi camino
Hasta el fin y de seguí
Yo no canto por canta
Sino por lo que sufrí*

*Si alguna vuelta e pecado
Por decir la realidad
e pecado por ser macho
Y decir la verdad
Yo e golpeado muchas puertas
Y todas se me han serrado
Solamente o por ser pobre
Y al ser pobre es un pecado*

*Si uno pulsa una guitarra
Y se arrima a un mostrador
Tal vez por ser payador
Por ay se larga a opinar
Pero dicen que es un vago
Que no quiere trabajar
Aquel que tiene un buen sueldo
Pasa el año protestando
Y al pobre lo llaman vago
Si lo encuentran mendigando
Si el pobre va a la frontera
Pa aliviar su situación
Le pegan un manotón
Con la ley del cero kilo
Y el grande pasa tranquilo
Nadie le toca el vellón*

*La ley sobre el contrabando
No fue echo en la campaña
Es como tela de araña
No se si muy bien me explico
No sujeta al bicho grande
Pero enreda el bicho chico.*

*Aquí lo miran al pobre
 Como carne de cogote
 Lo hacen tranquear medio al trote
 Y el tiene que soportar
 Parece que el pobre tiene
 Algún pecao que pagar
 Yo no pudeo arreglar nada
 Pues soy un simple cantor
 Solo le pido al Señor
 Que aunque no me de ni un cobre
 Que nunca le falte el pan
 En la mesa de los pobres.*

O autor é contemporâneo, e seus versos sobre o contrabando são, além de graciosos, sintéticos da percepção de que há grande diferença entre a aplicação da lei sobre ricos e pobres. Faz referência ao *zero kilo*, uma ordenação aduaneira resgatada de tempos em tempos: proíbe todo tipo de compra no outro lado da *linha*.

O texto a seguir foi encontrado na Biblioteca Pública Municipal “Ruy Barbosa”, em Santana do Livramento.

A primeira parte é uma transcrição do diário do Conde d’Eu; está destacada pelo emprego de itálicos. Seguem relatos orais levantados pelo editor dos “Cadernos de Sant’Ana”, Ivo Caggiani (que assina como “membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul”, e que além disso foi muitas vezes vereador municipal, presidente da Câmara de Vereadores). O editor dos *Cadernos* é autor de vários livros sobre a história local, é um “historiador leigo”. A historiadora leda Gutfreund afirma que sua obra é mais fiel às verdades locais do que aquela de certos historiadores profissionais, preocupados em primeiro lugar em afirmar a diferenciação entre lusos e platinos na fronteira meridional do Brasil (2006).

CAGGIANI, Ivo. “Visita de D. Pedro II”, Cadernos de Sant’Ana . no. 11, 1996. p. 6-13.
--

8) (p. 6)

A 11 de outubro de 1865, procedente de Uruguaiana, chegou a Sant’Ana do Livramento o Imperador D. Pedro II, sendo alvo dos mais calorosos aplausos e das mais elevadas distinções.

Sant’Ana do Livramento, que enfeitara sua ruas, recebeu o sábio monarca mostrando, com alegres fisionomias, o quanto admirava a quem tinha a glória de ser soberano de todos os brasileiros.

Apesar de sua rápida visita, D. Pedro II teve oportunidade de percorrer a vila, visitar escolas, teatro, etc.

No diário de viagem do Conde d’Eu, que fazia parte da comitiva do Imperador, encontra-se a seguinte descrição dessa viagem:

9 de OUTUBRO: O terreno torna-se mais pedregoso e acidentado; às vezes aparecem capõezinhos no fundo dos vales, que vamos deixando à direita ou à esquerda.

Às 3 horas chegamos à casa de uma senhora de apelido Cunha, viúva do coronel Miguel Cunha. Apresenta-se acompanhada de sete de suas filhas e declara ter ainda mais três nos arredores,

(p. 7)

duas casadas e uma viúva. As sete que vemos trazem vestidos de casa de ramagens. A casa é de uma elegância absolutamente desusada nestes desertos; sobretudo a sala ostenta o extraordinário luxo de um piano. Este piano torna-se como era natural, um excelente objeto de conversação com toda essa sociedade feminina. O Imperador convida logo as meninas a mostrar seu talento musical.

O repertório não é variado: limita-se ao “Souvenir de Baden Baden” e a duas modinhas brasileiras. Além disso, o piano está horrivelmente desafinado. Desculpam-se dizendo que seu mestre alemão as deixou para regressar ao Rio Grande. Suponho que agora está lecionando, com melhor resultado, as filhas do sr. Eufrásio.

O jantar compensa o concerto. Nada falta, nem mesmo um esplêndido aparelho: vidros dourados e bela porcelana de beira verde, com o nome do falecido esposo da dona da casa escrito em letras de ouro. Esta tarde os soldados da escolta apanharam muitos ovos de ema inteiramente amarelos, que logo foram furados e cuidadosamente acondicionados para com eles adornarem os aposentos do Rio de Janeiro.

10 de OUTUBRO: Partida às 5 horas por uma manhã extraordinariamente fria. Às 4 horas chegamos a casa do sr. Machado, que está convalescendo de tifo. A sua casa ocupa a encosta de uma espécie de colina e que por sua forma, chamam “o Cerro Chato” e que fica inteiramente isolada no meio de um vasto planalto, limitado por vários lados com colinas que terminam igualmente em mesas ou terraços. É uma formação bem singular e, apesar da total ausência de árvores, não deixa a paisagem de ter certo encanto assim iluminada pelo sol poente e animada por milhares de bois disseminados pela superfície verde e plana do campo. Correm as águas desse planalto do lado de Leste diretamente para o Ibirapuitã; ao Nascente para o Inhanduí e do lado Sul para o Quarai, cujas nascentes não estão longe. No dizer dos vaqueanos conhecedores da região, estende-se a vista, deste lado do Sul, até o Estado Oriental, cuja fronteira com o Brasil é formada, com se sabe, por uma linha artificial, das nascentes do Quarai às do Jaguarão.

11 de OUTUBRO: Lindíssima estrada. Passa-se o Ibirapuitã não lon-

(p. 8)

ge de suas nascentes. Depois sobe-se a uma altura onde se encontra uma das pirâmides de tijolos, com revestimento de cal, que assinalam, de espaço a espaço a fronteira. Gosa-se dali uma vista pitoresca e muito original sobre uma série de vales arborizados e de colinas de encostas escarpadas, que quase todas terminam em pequenos planaltos. No meio desta região atormentada aparece Sant’Ana na direção S.E. na forma de uma massa branca, hoje um pouco envolta em bruma. Muito perto dessa pirâmide, ou marco de fronteira, encontra-se ao mesmo tempo as nascentes do Ibirapuitã, do Santa Maria e do Cuñapirú, afluente do Rio Negro (grande rio que atravessa todo o Estado Oriental e se vai lançar no Uruguai muito abaixo de Paisandu). Forma fronteira neste sitio a crista da coxilha ou linha de divisão das águas, as quais vão, como se vê, do lado brasileiro para o Ibicuí pelo Ibirapuitã e pelo Santa Maria, e do lado Oriental, que entre parenteses, é aqui o do sudoeste, para o Rio Negro, pelo Cuñapirú.

A verdadeira estrada para ir para Sant’Ana segue também a coxilha, e portanto atravessa mais de uma vez a fronteira. Mas o Imperador não pode sair do Império; portanto, depois de termos contemplado as duas faces da pirâmide, temos de tornar a descer, por caminhos de cobras, para um dos vales, com as suas encostas pedregosas e arborizadas, as casinhas no fundo, cercadas de chácaras esmeradamente cultivadas. Mais

facilmente podia eu imaginar que estava num canto da velha Europa do que na Província do Rio Grande do Sul.

Tornamos a subir para Sant'Ana. Vem ao encontro do Imperador a Guarda Nacional a cavalo, na força de cerca de 200 homens, depois à entrada da vila, a Câmara Municipal; mais adiante, um grupo de meninas com fitas das cores nacionais; algumas pronunciaram falas em prosa ou em verso. Visita à igreja; "Deus in cujus manu Sunt Corda regum"; etc. etc. Por fim, tomamos posse dos nossos aposentos na Câmara Municipal; os lavatórios estão adornados com o "Bard of Avon's perfume", e todo o edifício está perfumado com anis. São 9 horas e meia. Depois de um período de espera doloroso para os estômagos acabamos por ter um copioso almoço com manteiga da terra, delícia que desde Porto Alegre não tornáramos a conhecer. De tarde fizemos uma consenciosa visita à Vila.

(p.9)

A vila de Sant'Ana do Livramento está assente num contraforte da coxilha. Tem aspecto quase europeu: as casas são disseminadas pelo meio de jardins verdejantes onde crescem árvores da Europa, como o choupo e a acácia (agora em flor), que em outras partes do Brasil são desconhecidas. As sebes estão cobertas de rosinhas. Os pessegueiros e os marmeleiros começam a formar frutos. Em compensação não há laranjeiras. A população é, pelo que me dizem, de 2.000 almas, de que o elemento brasileiro não representa senão aproximadamente a metade, sendo o mais orientais, argentinos e europeus. Entre estes parecem-me predominar os italianos. As lojas têm bustos do rei Victor Manuel, de porcelana de cores, e o bilhar da terra tem a tabuleta "Hotel à la Garibaldi". Na praça, há em frente da igreja, um teatro de exterior monumental.

Da última casa da vila à cumiada, e portanto à fronteira, a distância é de apenas cem passos. Imediatamente do outro lado fica uma casa sobre a qual se vê flutuar a bandeira oriental.

Entretemos nosso ócio com uma coleção da Tribuna de Buenos Aires. Está cheia, principalmente, de correspondência de Uruguiana acerca da chegada do Imperador, da rendição, etc. Digam o que disserem no Rio de Janeiro, essas correspondências são extremamente cortesias. Uma das coisas que mais parecem ter impressionado nossos aliados é a simplicidade de maneiras e do traje do Imperador: esperavam provavelmente ver manto de púrpura e de arminhos. Decididamente, a coluna paraguaia da margem direita do Paraná era uma invenção, porque o general Mitre (Don Emilio) entendeu poder sair do Rosário no dia 21 com as tropas de seu comando e marchar para Concórdia. Continuamos a ignorar o efetivo destas tropas.

12 de OUTUBRO: Dia de repouso... pelo menos parcial. Visitas às escolas; de tarde passeio ao alto, onde está o marco da fronteira. Este marco, como a maior parte dos outros, foi assente numa das raras coincidências das fronteiras com um ponto culminante do terreno. Por quase todas as partes, as colinas, sempre cilíndricas e de largos cimos planos, elevam-se irregularmente, ora de um lado, ora de outro da linha de divisão de águas. No conjunto a paisagem é do lado oriental muito menos acidentada e arborizada que do lado brasileiro.

(p. 10)

No sopé do mesmo coroadado pelo marco há um posto de soldados orientais, que está portanto, a cem passos da vila e mais alto do que ela.

Este traçado de fronteira, de que resulta dominar o território estrangeiro completamente a vila de Sant'Ana, é evidentemente desvantajoso. Para remediar este inconveniente, pensou-se há anos, em transportar esta parte da fronteira para o curso do Cuñapiru, no fundo do vale adjacente. Em troca dessa faixa de terreno que nos cederiam os orientais, receberiam eles outra mais extensa, porém sem importância estratégica, entre as nascentes do Quaraí. Chegou-se a projetar um tratado nesse sentido; porém sobreveio uma mudança de governo em Montevidéu,

e o novo governo recusou-se a concluir o tratado. Poder-se-ia talvez aproveitar a atual aliança íntima para novamente tratar desse assunto, que poderia combina-se com a questão da lagoa Mirim à navegação com bandeira oriental instantemente solicita.

Convém notar, aliás que quase todos os estrangeiros, desta zona do norte do Estado Oriental, são brasileiros. É este um grande mal, em primeiro lugar porque são braços que o Brasil perde, para irem trabalhar em terra estrangeira; mas sobretudo porque esses estrangeiros se filiam com paixão nos partidos em que anda dividida a República Oriental (atualmente no Partido “Colorado”) e conseguem com seus clamores arrastar o governo a intervir nestas dissensões, como infelizmente se viu no ano passado. Se perguntardes a esses filhos do Brasil por que motivo deixam a paz de sua terra natal para virem meter-se num Estado entregue a contínuas desordens, responderão que no Estado Oriental o terreno é mais favorável à criação de gado. Nisto não creio; com exceção de um pequeno número de vales arborizados do lado brasileiro, que não passam de fato isolado, é idêntico o aspecto do solo dos dois lados da fronteira. O que atraí esses emigrantes é o ser tudo mais barato do lado de lá, por ser o regime aduaneiro dos nossos vizinhos menos restritivo que o nosso.

A povoação oriental mais próxima de Sant’Ana do Livramento é Tacuarembó; mas não a pudemos ver.

(p. 11)

13 de OUTUBRO: Partida às 5 horas.

Como na véspera, há espesso nevoeiro que completa o aspecto europeu da região.

Os espíritos prudentes, imaginando estarem na fronteira bandos de “Blancos” que poderiam querer apoderar-se do Imperador (não sei para que) conseguem que a escolta, que desde Uruguaiana fora reduzida a 60 homens, seja dobrada, com a Guarda Nacional de Sant’Ana.

Afastando-nos gradualmente da fronteira; atravessamos muitas torrentes arenosas e pantanosas que vão engrossar o Santa Maria. Por fim acampamos do outro lado da Restinga, curso de água mais importante que os outros, e diante da casa de um espanhol chamado Zarratea, que tem uma venda bem sortida. Arreios, livros, chapéus, fazendas de toda espécie, porcelana, que sei eu? Tudo há neste brilhante estabelecimento, que com surpresa se encontra assim perdido no meio do deserto. Suponho eu que na sua propriedade entra por grande parte, o contrabando.

A lembrança de que estamos em casa de um europeu, que pode estar animado de sentimentos “blancos”, suscita novos terrores. Deixam-se fica selados os cavalos da escolta e dispõem-se guardas avançados em todas as direções. Quanto a mim, declaro que os “blancos” não me tiraram o sono.

Sobre a permanência de Dom Pedro II em Sant’Ana do Livramento, em outubro de 1865, a tradição guardou diversos fatos pitorescos que merecem ser aqui registrados.

Naqueles dias, uma grande seca assolava Sant’Ana do Livramento, fazendo que escasseasse a água até para o consumo da população que se abastecia de poços ou de cacimbas. Em consequência daquela estiagem, a água estava sendo transportada em pipas puxadas a boi, de lugares distantes.

O presidente da Câmara de vereadores (que naqueles recuados anos administrava o município), em virtude da existência do grande número de casas cobertas de capim e temendo o perigo de algum incêndio (que não poderia ser debelado), fez publicar um edital comunicando a proibição do uso de foguetes para solenizar a chegada de S.M. o Imperador.

O Código de Postura a esse respeito dizia:

“É proibido lançar ao ar foguetes de qualquer espécie, sem

(p.12)

licença do Presidente da Câmara, que a não concederá senão para ter lugar na Praça da Igreja e de dia, não sendo este ventoso. Os

contraventores pagarão a multa de quatro mil réis, e indenizarão o dano causado”.

Como era natural, a prudente medida do vereador-presidente Domingos Gomes Martins não foi bem recebida. As maiores manifestações de júbilo na época, eram exteriorizadas através do estrugir de foguetes. E a visita do Imperador do Brasil foi um acontecimento tão importante, tão significativo que por muitos e muitos anos constituiu-se em motivo de justo orgulho para os santanenses.

Eis que um forte aguaceiro caiu sobre a vila, como uma dádiva do céu. Em conseqüência desse fato, um novo edital foi afixado à porta da Casa da Câmara, o que encheu a todos de indizível satisfação. O documento dizia:

“Mediante haver chovido, o cidadão Domingos Gomes Martins, Vereador-Presidente da Câmara, comunica à população que podem deitar foguetes ao ar.”

O presidente da Câmara, Domingos Gomes Martins, figura influente na comunidade santanense e tronco de tradicional família deste município, era um homem de poucas letras. Nas grande solenidades, vestia-se a rigor, mas mandara adaptar em sua cartola um barbicacho, o que lhe dava um aspecto peculiar.

Como autoridade máxima no município, convidou o Imperador e sua comitiva para um almoço em sua residência, uma das melhores da vila.

O ágape transcorria num silêncio absoluto, pois nem o anfitrião, nem seus colegas vereadores, e outras autoridades presentes, animavam-se a dirigir a palavra à S. Majestade.

Dom Pedro II foi quem tomou a iniciativa, dizendo que estava muito satisfeito de visitar Sant’Ana do Livramento. Referiu-se ao clima muito saudável e, servindo-se de água, disse que era a melhor que havia bebido durante sua viagem ao Sul. A certa altura, o monarca afirmou: “Se me fosse possível viria residir em Sant’Ana...”

O Presidente da Câmara animou-se, desinibiu-se e, sorridente, assim se manifestou: “Seria uma honra pra nossa terra! Venha, Majestade! Venha!”

Dom Pedro, ante tanta ingenuidade daquele homem simples e

(p.13)

bem intencionado, respondeu, entabulando o diálogo: “Lamentavelmente não é possível. A Câmara jamais daria licença...”

Domingos Gomes Martins, num euforismo total, saiu-se com esta: “Se é por isso Majestade, não há o menos problema. Aqui estão todos os vereadores e pela Câmara eu respondo. A licença está concedida!”

Talvez o mais difícil para Dom Pedro II, nessa visita, tenha sido encontrar a maneira como explicar aos nossos vereadores que a Câmara, a que ele se referia, não era a de Sant’Ana do Livramento...

Vários assuntos interessantes surgem dessas páginas. Os fatos narrados e as descrições de paisagem servem para uma reflexão sobre o que é um diário de campo, peça de escritura que inclui desde as impressões pessoais até um desejo de registro da paisagem e observações geopolíticas.

O relato das manobras a que se sujeita o Imperador por obedecer à lei do Brasil, não deixando o território nacional e, conseqüentemente, enveredando por “caminhos de cobras” ao invés de simplesmente seguir a estrada que liga Quaraí à Livramento, dentro da lógica do lugar – serpenteando de um lado a outro da fronteira – é bastante curioso. No Apêndice E desta tese apresentam-se fotos desse caminho, agora secundário.

Note-se ainda os dados sobre a composição da população, de nacionalidade bastante heterogênea, assim como a posição do Conde d’Eu quanto a presença de

brasileiros em terras uruguaias, entendida com “fuga de braços” – ainda que o autor reconheça serem interesses econômicos os que movem a ocupação daquelas terras por brasileiros. Por fim, a descrição da venda do espanhol Zarratea, com indicação de contrabando, interessa por dar testemunho das mercadorias de luxo que chegavam através do comércio ilegal.

O caso relatado por Ivo Caggiani, sobre a confusão de escalas políticas causada pela ingenuidade e excessivo centramento do presidente da Câmara Municipal é cômico e revelador da importância do lugar na formação do pensamento.

Na Livraria La Biblioteca, adquirimos alguns livros e um álbum de fotografias antigas de Rivera. Alguns achados merecem ser transcritos, podem mesmo ser classificados de antológicos.

BLANCHET, Ever María. Desde la Frontera. Tríptico de Riveli. Montevideo: Signos, 1991. 131 p.

9) (p.5)

DESDE LA FRONTERA

*A la memoria de mi padre
A mi madre
A mis hermanos.
1979*

1
*Palabra
dame otra vez
la antigua facultad
de ser memoria.*

2
*En la memoria no quiero perder nada
Ni el silencio mortal de la cuchilla
Bordeando la llanura en las orillas
De mis ojos de niño, la mirada.*

*Me acompañan naranjas y membrillos
Agresiones, disputas, los asados
Entre los Blancos y los Colorados
En el rumos de leña y de cuchillos.*

*Bisio y Simoes vienen ordenados
A la memoria en versos enlazados.*

*Juntos y segregados, como una antigua fraternía
Viviendo la poesía despiadada
Cruzando una frontera que no separa nada
Encuentro allí a mi patria.*

(p. 6)

3
*Para pensar mis paraísos pienso en ti
Entonces vienen lentamente las praderas
Las formas de los ojos, las caderas*

*La voz del viento que sopla en Rivelí.
No tengo el muelle ni el río de Rimbaud
Ni los mundos, de Benedetti o Borges, ni sus arcas
Como Alberti o Neruda, no tengo mar ni barca
Tengo un paisaje urbano que nació en Cuaró.*

*El viento norte trae una tempestad
Serena, que me alegra la mirada
Pasa rasante pero no rompe nada
Será distinta más tarde la ciudad.
La arcilla pinta el rojo de las calles
Ladrillos ocre y granates en los valles.*

4

*Mi libertad primera fue aquel día
Era un retazo azul de cielo
Que veía desde el coche o desde el suelo
Hacía apenas ocho meses que vivía.*

*Los hombros de mi padre, no sus quejas
Fueron luego, mi libertad segunda
Paseando por las calles con la bunda
Montado a un elefante, prendido a sus orejas.*

(p.7)

*Después, mi libertad fueron piernas y ojos
Que llenos de coraje me llevaron lejos.*

*Mi libertad ahora son los otros, una constitución
Todo lo compartido, cumplir con lo acordado
El respeto a los otros es sagrado
Ser todavía más libre será mi vocación.*

5

*Evocando en fragmentos simbolistas
De mármol y granito revestidos
En las altas vitrinas los vestidos
Con la hermosa expresión de escalinatas.*

*Me dieron los principios de aprendiz
De estética, ese arte de lo bello
Sencillamente observando aquellos
Sobrios salones de "Casa Siñeriz".*

*La arquitectura que sobresaliera
Entre las bajas casas alineadas
La iglesia de pequeñas campanas elevadas
Fue la armonía del centro de Rivera.*

*No olvido la tristeza de aquel día
Desde el Cerro Marconi, la iglesia no existía.*

6

*La memoria de la ciudad creada
Para acabar antiguas veleidades
Terminó por unir las dos ciudades
Será las dos culturas, talvez no será nada.*

(p.8)

*Si la lengua, la identidad extensa
Nos da la nación del pensamiento
Los que somos de Rivera y Livramento
Hemos creado ya, una nación inmensa.*

*Embajadores del censo y del consenso
De vasto entendimiento razonado
Contenciosos y atritos olvidados
Somos un fondo de recursos, pienso.
Talvez somos los cónsules del arte
De hacer de la frontera un estandarte.*

7

*Siempre encuentra un lugar para el olvido
La geografía neutral del sacrificio
Donde nunca existió ni hombre ni oficio
En esos páramos de agua yo he soñado.*

*En España, en Marruecos o en Santana
Una playa, un arroyo, una laguna
Me han dado más misterios que la luna
En la tarde, en la noche en la mañana.*

*Cada momento está lleno de encanto
Con su luz, con su música y su espanto.*

*En la desigualdad del poderío
La planta y el animal se acosan
Se consumen, se suman y reposan
Para aumentar la fuerza con su brío.*

(p.9)

8

*En Santana, de noche, una encerrona
Nadie sabe qué hacer. ¿Que ha sucedido?
Al día siguiente igual o parecido
Una ciudad que muere y se abandona.*

*En tu asfalto de plomo he caminado
Buscando a dos mujeres que me amaron
Después de seducirme se ocultaron
Desesperadamente ilusionado.*

*Allí el día es tan claro que te ciega
Y la noche es tan noche que se niega.*

*Talvez solo buscaba descubrirte
Encontrarme contigo y no con ellas
Ciudad mujer, extraña y bella
Comprendo que es difícil seducirte.*

9

*En el único lugar que me enseñaron
Algo real que luego descubrí
Donde otros se esforzaran yo aprendí
En el mismo lugar que me educaron.*

*Fueron maestras en una amable escuela
Allí al teatro, inclusive, me alentaron
Haciendo lo imposible me formaron
Las descendientes de José Varela.*

(p.10)

*Para Nubia y Aurora toda mi gratitud
por dedicarme parte de su juventud.*

*Volvería con gusto yo a la escuela
a la ilusión por el conocimiento
a los misterios del descubrimiento
y en recreo a ser novio de la Quela.*

10

*¿Dónde empieza la vida, dónde cesa?
Esa frontera fina que me temo
Equilibrio al griego, extremo a extremo
Dionisio con Apolo en una mesa.
De repente la puerta está cerrada
La que fuera dinámica, sosiega
O es una puritana que se entrega
Fingiéndose una vieja inmaculada.*

*Rivelí se transforma en un santuario
Inhabitable, falso, funerario.*

*Cuando eso ocurre yo me siento aparte
Marginado, en la ciudad mezquina
Muere la vida, en la plaza y en la esquina
Los traficantes cruzan sin mirarte.*

11

*De la naturaleza antojadiza
Son los cielos y son las estaciones
Siento la primavera con sus emociones
He llorado el verano que agoniza.*

(p.11)

*En Rivelí son siempre diferentes
Las cuatro partes del año encadenadas
Los días son paredes encendidas
O son lluvias o heladas persistentes.*

*Se respira el olor y el poderío
De humedad o sequía en los caminos
De pedregosas tierras de los vinos
Arcillosa materia del estío.*

*Llegan naranjas y llegan las heladas
O el calor de sandías desfachatadas.*

12

*Hay vergüenzas en el paraíso, la ironía
En la cuesta del Cerro del Estado
Un barrio miserable, escondido y tapado
Un cantegril que llaman "La alegría".*

*Allí viven gurises con dolores
Diarreas, tifus y otras enfermedades
Son los descuidos o nuestras maldades
Tuve amigos allí, los lustradores.*

*Volveré a caminar por "La alegría".
Ojala ya no encuentre aquella gente
Durmiendo amontonados, los parientes
En el barrio más triste, la ironía.*

*Iré de todos modos, cuando pueda
Espero que hayan hecho las veredas.*

(p.12)

13

*¿Hijo de quién, de quiénes, los parientes
De donde las cenizas se juntaron
Y para darme forma se agruparon
Siendo presente, este señor sonriente?*

*¿De tanta lejanía habrán soñado
Aquellos que ordenaron la escalera
Que llegado el final allí estuviera
Este hombre memorioso y aniñado?*

*Bueno, aquí estoy, ¿soy yo lo que esperaban
Todas las noches juntas que pasaban
Unos y otros afanosamente
Fornicando, hasta encontrarme entre los otros?*

*¿Qué os parezco, soy uno de vosotros
Quién es ese del fondo sonriente?*

14

*Me despertaban los tiros
Y no eran juegos de niño
Agarrado del revólver aparecía Don Coitiño
Entrando a lo de Perroni por el bar "Los barrilitos".*

*Las noches de Riveli las vivieron esos hombres
Paseando harina o café, el aceite o la madera
De Rivera a Livramento, de Livramento a Rivera
La perfecta tradición, las ancestrales costumbres.*

(p.13)

*En mis noches aparecen Perroni y el Gordo Tito
Alberto Winche y la barra, de aquel bar "Los barrilitos".*

*Vivieron la poesía pura, de putas y contrabando
De todo hicieron exceso, todos ellos eran fuertes.
El infarto y la cirrosis los llevaran a la muerte
Hombres jóvenes y alegres anochecieron temprano.*

15

*Ensoñarme debe ser algo así como asombrarme
Talvez, obligarme a soñar enajenado
Ensueño al sueño, despierto enamorado
Soñarme en mí. A mí abandonarme.*

*¿Quién podrá recordar lo cotidiano
A quien le importa eso acaso
Tan sólo recordarlo no sería el fracaso
Quién podría olvidar lo cotidiano?*

*Vivir es sólo sueño. Yo soñado
En una fiesta de triunfos esperados.*

*La ensoñación activa es el coraje
Alienación sublime. El absoluto
A veces imposible. Siempre diminuto.
El constante alimento de este viaje.*

16

De las sierras de Gauna y sus colinas

*Mis recuerdos me llevan al pasado
Allí vivieron Charrúas acosados
Yo nací en una casa de Curtina.*

(p.14)

*Mi abuela de los indios descendía
Silenciosa y discreta como un puma
Descifraba misterios con la luna
Unas brasas y el mate hacían el día.*

*Aquellos indios todavía me excitan
Nombrándolos me cercan y me habitan*

*Ceibos en flor y montes de Pitanga
Los siento míos, como si allí naciera
Yo soy urbano, me crié en Rivera
La frontera de Asensio y de Ipiranga.*

17
*Siempre estaré en el límite cambiante
Caminaré a lo largo de fronteras
Como un demente condenado a las riberas
Viajando hasta tocar el horizonte.
El mundo es vasto y uno en todas partes
Idénticos los códigos usados
Signos y formas de siempre utilizados
Son finitas las memoriosas artes.*

*Volveré otra vez con los que fuimos
Aquellos que recorren el poniente
Observando los signos del presente
Regresaré, talvez otros partimos.*

*¿Siempre caminaré a lo largo de fronteras
como un demente condenado a las riberas?*

(p.15)

18
*Si pudiera soñar con el futuro
Un viejo escritor me sucediera
Hablando con su dulce compañera
Frente al mar más azul y más oscuro.*

*Ella niña y yo niño, viendo lejos
Como unos locos delgados y morenos
Se besaban ansiosos y serenos
Siendo nosotros, aquellos mismos viejos.*

*El futuro se fue, duro, indomable
Sólo queda el pasado interminable.*

*Ahora podremos hacer los que queremos
Darle vida a la muerte entrometida
Darle muerte a la vida tan deseada
Ahora vamos a hacer lo que podemos.*

19
*Soy sólo lo que queda
La otra forma
El nuevo de lo viejo desprendido
Ni envejecer ni obedecer por gusto
Ni a disgusto y menos consentido.*

*Soy lo después, ni todos
Los que fuimos
Seré lo que no soy en el presente
Siendo conmigo en forma y en deseo
Seré feliz conmigo, consecuente.*

(p.16)

*Si así no soy
No fuera yo posible, creo
Ni necesario fuera ser
De otra manera a mí no me deseo.*

20

*Yo no puedo olvidar lo que he vivido
Sueño con flores y bronce amarillos
La ceniza de luz llena de brillos
El futuro hizo ya su recorrido.*

*Las flores y el recuerdo son trofeos
De hombres y mujeres que no quieren
Pasar así, sabiendo que se mueren
Dejando su abandono y sus deseos.*

*La ilusión es un puente entre dos nada
Lleno de signos, de gestos y pisadas.*

*Siempre corremos hacia el otro lado
Buscando algo seguro, lo que luce
Sabiendo que esa euforia nos conduce
A la nada que nadie ha desvelado.*

21

*Los días se hacen más cortos
Me sobrecogen las disminuciones
Antiguos bienes y desilusiones
El otoño abrirá para nosotros.*

(p.17)

*Volverá la nostalgia con su intento
De ver mis ojos húmedos y tiernos
Son iguales y duros y serenos
La adolescencia fue hace mucho tiempo.*

*Dios juega temerario con todo lo que nombra
A algunos los despoja. A mí eso no me asombra.*

*Aunque me sobrecojan las disminuciones
Si lo que te abandona te acompaña
Nada desaparece, es sólo una artimaña
Porque fui siempre colmado de ambiciones.*

22

*Antes a mis muertes despedía
En una cama o el hospital
Veinticuatro horas de velorio eran algo normal.
Después la sepultura, al otro día.*

*Más tarde no se fueron de ese modo
Alguien los trajo muertos y tapados
Los cajones clavados y lacrados
El entierro era breve y vigilado.*

*No ganaron la muerte en las batallas
Ceñidos de cuchillos y enseñando agallas.*

*Con el sable en la mano, allá en Rivera
He soñado la muerte que me mate
En el bello paisaje de un combate
Para ir a descansar a Presidente Viera.*

(p.18)

23
*En la piscina Apolo, pasaba yo los días
Allí escribí los versos del amor
De aquellos que se escriben con dolor
No recuerdo por qué, pero sufría.*

*El último verano disfruté
Los ojos embrujados de una musa
Los versos dedicados a la intrusa
Al fin del verano los quemé.*

*Los bosques de eucaliptos perfumaban
El agua que a la hidráulica venía
El aire que allí se humedecía
Veía a mis amores que llegaban.*

*Aquel balneario adolescente ya no existe
Me queda la mirada del día en que te fuiste.*

24

La milonga de mi padre
*Aquí me pongo a cantar
en esta chacra de Oriente
solía decir mi padre
sin dejar el aguardiente.*

*Y les voy a improvisar
una milonga de aquellas
en la que recuerdo a todos
incluyendo aquí a la Yeya.*

(p.19)

*Mis parientes me acompañan
a donde quiera que vaya
Numuca va por el agua
mi suegra la tengo a raya.*

*También me sigue de cerca
mi hijo con la pelota
es un chiquilín terrible
y es ahijado de la Lota.*

*No quisiera que se fuera
mi tío Buenaventura,
fue siempre un viejo borracho
pero era una hermosura.
Llega también con sus pájaros
dentro de la pajarera
el tío más loco que tengo
y al que llaman Calavera.*

Pero veo aquí a mi lado

*sentado con doña Juana
a mi buen amigo Oriente
que se escapó de la aduana.*

*Ya no puedo cantar más
porque ha llegado el maestro
que es don Esmérito Blanco
y éste sí que es hombre diestro.*

(p.20)

25
*Estos días te recuerdo como fuiste
Caminando en el borde de la noche
Lleno de alcohol a veces un reproche
Con los ojos de nácar y algo triste*

*No pude oír de ti ni maldición ni queja.
Solo te vi pasar, amargo y ebrio
Me dejaste la intriga y el misterio
Como alguien que sonrío y que se aleja.*

*Así te fuiste humilde y desolado
Sin haber tu secreto revelado.*

*¿Serás acaso lo que no se devela
El silencio que todo lo hace duda
Una certeza sin palabras, muda
Como un pájaro enorme que no vuela?*

26
*La imagino pequeña como es realmente
Serena y presurosa tejiendo los abrigos
O entre dulces y aromas de membrillo o de hijos
La imagino en la cama pensando largamente*

*La recuerdo atareada, feliz, algo impaciente
Recibiendo a parientes, afligida
El dolor de los otros oscurecía su vida
Ella nunca fue avara, floja o indiferente.*

(p.21)

*La veo en los deberes, ordenando las viandas
Algunas eran gratis como otras encomiendas.
La evoco en los insomnios de noches desveladas
Madre amable y pequeña como una medicina
Perfumada en marcela y yuyos de Curtina
El sueño o el alivio vienen con su llegada.*

27
*Me tenía que ir a cualquier parte
No sabía que el azar riguroso, lo había decidido
Yo no tenía ni pasaje ni vestidos
Mi hermano Oriente me pagó el embarque.*

*Sin retorno, la penúltima partida
Me fui en silencio, sin que nadie lo supiera
Me ayudaron amigos de Rivera
No preguntaron si aquello era una huída.*

*Uno de ellos era amigo de mi padre
Hombres de un tiempo de fidelidades
Me vio llegar. Me abrazó, dijo – compadre.*

*Me ayudó tanto su gesto, y su confianza...
Iglesias me cruzó en la aduana, sin dificultades
Empezaba otra vida. Otra esperanza.*

28

*Dios debe ser un gesto erótico
Y el Diablo la impotencia
Es lo que me delata la evidencia
Aquello que fecunda no es despótico.*

(p.22)

*Padre. Miro sin pena, sin rencores
El mármol de la tumba decadente
Vengo de lejos, desde otro continente,
A pedirte que acepte mis amores*

*Hijo de un tiempo sin presente
Fuimos amigos. A veces enemigos
No hubo distancia. Has estado conmigo
Vengo a reconocer que he sido yo el ausente.*

29

*La fiesta más pagana y verdadera
Ebrios de alcohol y de éter extenuados
Salíamos de los bailes ya cansados
Confundiendo Santana con Rivera.
Fueron locos y muchos carnavales
El corso de colores decadentes
Las fiestas en los clubes, los ambientes
Tanto el centro como en los arrabales.
¿Quién no recuerda un baile de burdel
"El apagón", "La gorda", "Dionisio Modernel"?
Desde el club Uruguay una escapada
Un beso robado, allá en el Caixeral
Se convertía en amores en el Comercial
Al fin del carnaval estaba embarazada.*

(p.23)

30

*Pagano en mis costumbres y sin credos
Tuve el ángel más bueno que existiera
Por mí rezaba, sin que se lo pidiera
Conocía mis peligros, mis enredos.*

*La música y la Iglesia eran sua historia
La armonía perfecta de su vida
En las horas de ocio iba enseguida
A hacer cambio en la línea divisoria.*

*En el cielo no sé, pero en Rivera
Hubo un ángel que no era de madera.*

*Descubrimos a Mozart ya a Beethoven
Enseñó piano por suerte y por fortuna
Su alimento era el agua, la sal, una aceituna
Con Olga Doninelli, vieja y joven.*

31

*Decíme un animal, del burro al oso
Cuyo nombre con a comienza
Para que sea más fácil, es una bestia inmensa*

Le preguntó Simoes a Veloso.

*Sentados como niños en un banco
Veloso enumeraba los bichos, entre sueños
Aperiá, águila y anguila, avestruz, ardilla eran pequeños
Una noche en la plaza Río Branco.
- Pero mirá que sos bien abombado
No sabés nada. Me tenés cansado. –*

(p.24)

*Dijo Simoes al fin en un desplante
- No sabés ni el nombre de los bichos.
Te dije que era grande. No un pichicho
¿Cuál animal es un gigante, si no es el alefante?*

32

*El pan sabroso, más rico que comí,
De harina parda, olorosa y salada
Era el pan que comía la brigada
Hecho en los hornos a leña de Don Drí*

*Entre otras cosas aquel cincuentainueve
Nos trajo gustos y olores olvidados
Músicas y canciones de soldados
En paz y guerra que todavía nos llueve.*

*Catástrofes antiguas retornaron
Tan necesarias como un arcaico rito
Ofrendas que se entregan con un grito
De vanos muertos que se crucificaron.*

*En esta paz nos queda el ejercicio
De aprender en el vano sacrificio.*

33

*La salida de trenes. La llegada
Solidarios los hombres de Rivera
Los camiones de piedra. La cantera
A barrenos partida y desgranada.*

(p.25)

*Las soluciones no sólo son de Estado.
Mujeres y hombres responsables, se entregaron
A rehacer la vía. Ellos triunfaron.
Eran unidos, serenos y dotados.*

*Hombres sudados llegaban por las vías.
Esperaban amantes, hijos, madres,
El andén era fiesta aquellas tarde.
La vida era más vida en esos días.*

*Hoy volvería a escaparme en las brigadas
Para reconstruir las vías destrozadas.*

34

*Recuerdo al coronel de la estación
Precipitado en gestos y discursos
Dirigiendo el ejército y recursos
Convirtiendo el caos en reconstrucción.*

*Guerrero de la paz, con la intuición
Como un sabio romano de la guerra*

*Se aventuró sobre la vía férrea.
Cercando la catástrofe de la inundación.*

*Hizo del trabajo una aventura
Con el viejo equilibrio de la desmesura.*

*Metieron la natura en sus carriles
Trabajando duro pero sin pretensiones
En batallas sin premios sin condecoraciones
Augusto Moratorio y las brigadas civiles.*

(p.26)

35
*Duro, sectario, sobrehumano
Nicomano en mi griego pensamiento
De la república, Rivera y Livramento
Me ayudaste a no ser un puritano.*

*En el ágora del patio te escuchaba
A veces la pasión equivocada
La verdadera historia nunca perdonó nada
Tu honesta voluntad me adoctrinaba.*

*El universo cambia, hay formas diferentes
Creíamos en el determinismo, por costumbre
La materia no se comporta igual. La incertidumbre
Hoy existen modernos referentes.*

*Yo tuve un patio que el olvido no niega.
La casa de mi abuelo en mi Rivera griega.*

36
*Los gustos del azúcar y las frutas
Del cacao y la nata son las trufas
El gluten se levanta en las estufas
Los hornos y las artes y batutas.*

*He vivido en ciudades muy golosas
De Cataluña y la exquisita Francia
En las calles se huele la fragancia
De confituras, tartas y otras cosas.*

(p.27)

*Nada me hará olvidar aquel deleite
Del sublime y meloso "Mocotó con leite"*

37
*Ni vieja ni muchacha, mi madrina
No hubieron hombres en su piel de seda
Corría por el patio o la vereda
Como una mariposa danzarina.*

*Al sueño me llevaba de mano
Con narraciones llenas de misterios
De hombres lobos y vida y cementerios
Mezclando el portugués y el castellano.*

*Ella fue amable, hasta cuando se fue
Se llevó la pureza de aliento de café.*

*Volviendo de jugar a la pelota
Dijo, -Te vas a quedar sin tu madrina –*

(p. 28)

Su mirada era verde y cristalina
 Aquella misma tarde se murió la Lota.
 38
 Entre azúcar y nata, el chantillí
 En la mesa batía el artesano
 El bizcochuelo con su propia mano
 Nació el sublime postre "Rivelí"

Los Fagundez aún están allí
 Haciendo deliciosos cañoncitos
 Las bombas, las milhojas, los coquitos
 Pero el rey es el postre "Rivelí".

El horno es el arte del secreto
 No les doy la receta, soy discreto.

Por la dulzura que les sale de las manos
 Porque la risa y la confitería
 Son la armonía de la coquetería
 Gracias a los Fagundez Metropolitanos.

39
 Pocos hombres he visto tan valientes
 Si otros se divertían, él estaba contento
 Su nombre no lo sé, lo llamaban Momento
 Era negro, era feo, era demente.

Asustaba, alegraba y espantaba
 Levantando una silla con los dientes
 Por unas pocas copas de aguardiente
 La gente lo aplaudía y se alejaba.

Lo encerraban a sables y a garrote
 Formando un ruedo iba la policía
 Ni entre dos, ni entre tres, no se atrevían
 A Momento no lo agarran del cogote.

No sé dónde estarás Negro Momento
 Saber que vives me dejaría contento.

(p.29)

40
 En busca del milagro, por las vías
 Llegaban en los trenes de ilusiones
 Ocupaban hoteles y pensiones
 Buscando al químico Federico Díaz.

Jóvenes de ambos sexos y mayores
 Nunca llegaron tantos a Rivera
 Eran vivos y muertos, calaveras
 Formaban grupos en la plaza Flores.

El cáncer consumía aquellas gentes
 Errantes, extranjeros, sin parientes.

Fuimos un campo de concentración
 Un desencuentro de vivos y de muertos
 Que velamos dormidos y despiertos
 Los recordaré siempre en la vieja estación.

41

Milonga del loco Sena.

Se meten con mi memoria
que se antoja lejana
Les voy a contar la historia
que recordé esta mañana.

Era loco y era manso
fue mi amigo el loco Sena
se ganaba enemistades
y bebía que daba pena.

(p.30)

Era manso y era loco,
fue mi amigo el loco Sena.
Se rodeaba de cariño
y sufría que era una pena.

Le pegaron unos tiros
en una noche cualquiera
en la cara le quedaron
los plomos como zafiros.

Un orgullo es llevar puesto
Lo que no pudo matarle
Y esa enorme valentía
Nadie ha podido sacarle.

Seguirá libre, insolente
Viviendo como él quería
Sin respetar casia nadie
Metiéndose con la gente.

Me gustaría saber
Que mi amigo, el loco Sena
Sigue con buena salud
Y que ya no tiene penas.

42

A la línea llegaron los marcianos
Una mañana en plena primavera
Eso sólo pudo pasar allá en Rivera.
Se lo creyeron hasta los ancianos

(p.31)

El loco Eula despertó sin un cruceiro
Durmió una borrachera aborrecida
Las bromas que te juega la bebida
Levantó la cabeza y se encontró al lucero.

Eufórico hacia el cielo sacudía, las manos
Dando la bienvenida a los marcianos,

Un satélite que es como un avión
Decía a los demás en la frontera
El parque se llenó hasta la bandera
Hasta la tarde duró aquella función.

43

En los bailes de Dija, en la cocina
Una mujer espléndida alta y gruesa
Hacía los gustos, como una francesa,

Su nombre era María Celestina.

*El arroz era arroz de sueltos granos
Las papas en su forma, bien cocidas
De carne o de pescado eran comidas
Apetecibles hasta en los veranos.*

*Un lechón que se come sin cuchillo
Una tortilla, un pato, un pejerrey
Como un chino cocina su chop suey
Celestina les daba gusto y brillo.*

*De los bailes no puedo decir nada...
Guardo el secreto. Pero era muy zafada...*

(p.32)

44

*A todas las señoras de la noche
Muertas en el olvido. Vieja o niña
A todas ellas recuerdo en la Santiña.
Recibiendo agresiones y reproches.*

*¡Cuánto consuelo y cuántas comprensiones!
Tuvieron esas musas del dinero
Que dieron más de lo que recibieron
A tímidos, discretos, solitarios varones.*

*Ellas dieron placer. Juego de niñas
Permitieron el goce de la desmesura
Su lenguaje eran signos de ternura
Celebro en el amor a las Santiñas.
Dios, que de amores lo comprende todo
A ellas les dará cariño, de uno u otro modo.*

45

*Para mí fuiste un patio lleno de claridades
Un jardín religioso de fina arena blanca
Fuiste también impulso, como el de una palanca
Donde escuché la música, con sus frivolidades.*

*La alegría se extendió como un día soleado
Principio y claridad de soluciones
Contigo aprendía las canciones
Alegre y divertido era estar a tu lado.*

(p. 33)

*Nombre que significa el final de la noche
Persona sin foscó y sin reproche.*

*Escribo hoy estos versos de mañana
Porque son para ti flaca querida
Porque el amor nos dió la misma herida
Recuerdo adolescencia que Alba era mi hermana.*

46

*No todo el mundo tiene
La suerte de haber vivido aquí
En este valle alfombra
De helechos y crestas y ventanas
De frutas y morenas y mañanas
Alegres y serenas, Riveli.*

Volverá siempre, siempre

*A beber agua fresca de la bica
Y volveré al final
Hecho cenizas
Para quedarme aquí definitivamente
Viviendo enfrente de lo de Caíca.*

*Rabonero incurable, en este viaje
A la muerte, esa mística señora
Lo digo hoy, podrán verlo mañana
Le voy a hacer la última rabona
Me quedaré en el cerro a mirar el paisaje
No voy a entrar ni a la segunda hora.*

(p. 34)

47
*Gracias memoria
Que descansen mis muertos*

*Regresaré, en mis idas y venidas.
Seguiremos hablando de la vida.*

1979 - 1981.

Esse longo poema, cujo propósito é construir a memória, tematiza a fronteira como objeto central do cotidiano, e a descreve como “*una frontera que no separa nada (...) mi patria*”. A fronteira, que geralmente permite a passagem mas às vezes a proíbe – o que se identifica em outros textos rivelienses como dobradiça ou *bisagra* (BENTANCOR-ROSÉS, 2002, p.18) – é aqui representado como uma mulher fingida, uma puritana que se entrega, trazendo mais uma vez os ecos da moral dupla: “*De repente la puerta está cerrada / La que fuera dinámica, sosiega / O es una puritana que se entrega / Fingiéndose una vieja inmaculada. / Riveli se transforma en un santuario / Inhabitable, falso, funerario. Cuando eso ocurre yo me siento aparte / Marginado, en la ciudad mezquina / Muere la vida, en la plaza y en la esquina / Los traficantes cruzan sin mirarte.*” A condição periférica é, na seção 17, ambigualmente identificada como liberdade e condenação.

Aoportunhol é atribuída a capacidade de aglutinar a população: “*la lengua, la identidad extensa (...) la nación del pensamiento / los que somos de Rivera y Livramento / Hemos creado ya, una nación inmensa.*” A questão da língua é, entretanto ambígua, na medida em que o poema foi escrito em espanhol.

O repertório de personagens inclui os loucos, os negros, as virgens, as musas, os antepassados, as cozinheiras e os símbolos locais: as melancias, o postre Riveli, o carnaval e o contrabando. Este aparece como desmesura e perfeita tradição “*Las noche de Riveli las vivieron esos hombres / Paseando harina o café, el aceite o la madera / De Rivera a Livramento, de Livramento a Rivera / La perfecta tradición, las ancestrales costumbres. (...) Vivieron la poesía pura, de putas y contrabando / De todo hicieron exceso, todos ellos eran fuertes. / El infarto y la cirrosis los llevaran a la muerte / Hombres jóvenes y alegres anochecieron temprano.*”

MARÍN, Mirtha Garat de; ALVEZ, Delia Cazarré de. **La mirada del Tiempo**. Montevideu: Asociación de Literatura Femenina Hispánica, 1991. 197 p.

Este livro, que se apresenta como um intermediário entre a História e a estória, apresenta ainda um inventário dos artistas locais tem como epígrafe a pergunta “*Rivera, ¿qué pasiones, qué voces, qué silencios, acunaron tu origen?*” e responde a questão com uma postura historiográfica nacionalista, como mostram os trechos abaixo.

10) (p.25) Sobre os acontecimentos dos séculos XVI e XVII:

El mapa se dislocaba de manera caprichosa.

Cediendo ante una urdidumbre tenaz, España modificó la línea demarcatoria perdiendo de hecho y de derecho vastas zonas del Virreynato; entre ellas los actuales estados de Río Grande y de Santa Catarina.

Y se le fueron escapando tierras simbióticamente identificadas con las nuestras.

El avance usurpador de Portugal se consagró con el Tratado de Madrid en 1756.

Poderoso, tomaba lo que quería, frente a una España “dilettante” y empobrecida.

Note-se a curiosa visão de Portugal esperta e ofensiva conquistando terras simbioticamente “uruguaias”.

11) (p.44) O contrabando é apresentado como um fator de atraso ao desenvolvimento de Rivera no século XIX:

Durante un par de décadas, este lugar en el que el brote de vida parecía afirmarse, entró en una marcada involución por una serie de factores negativos:

Se sumaban el contrabando, las faenas clandestinas, los malhechores y asesinos de aquí y de afuera, el desgarrón final de las luchas fratricidas...

12) (p.45) Aparício Saravia surge como um herói regional e nacional:

...Aparicio Saravia “aguarda en la puerta de la historia”.

Saravia: modelo de caudillo de fines de siglo, al que Gálvez de fine en breves trazos: “...En la marcha se multiplica; anima a los que se regazan; indica los caminos; cuida de los heridos y de enfermos; dicta notas y cartas, y se preocupa del alimento y del vestido.

Es el jefe y conductor de sus hombres. No tiene mucho espíritu militar, ni fuerte sentido de la disciplina y de la jerarquía...”

Pero es un caudillo.

Un caudillo genial. (...)

Aparicio Saravia: la historia uruguaya le reservó un sitio, porque en instancias oscuras y caóticas, supo ser el reivindicador de las libertades y la democracia.

13) (p.141 e ss) Coloca a defesa do espanhol como uma luta política:

El D.P.U. (Dialecto Portugués Español) ocupó y ocupa a lingüistas, académicos de letras, docentes.

Existen estudios y propuestas que señalan orientaciones para enfrentar la compleja realidad del habla fronteriza

El idioma nacional es nuestro acervo social. Significa tradición, historia, identidad, la expresión más rigurosa de soberanía.

Es el vehículo masivo de comunicación y de cultura. Refleja una concepción del mundo y sus valores; un modo de ser, de sentir y de vivir, ligado al origen metafísico de nuestra comunidad espiritual”.*

De ahí, la imperiosa necesidad de salvaguardarlo. De promover y expandir por todas las vías imaginables, el uso culto del español regional. De propiciar una toma de conciencia a nivel individual y colectivo, partiendo de una cuidada enseñanza de la lengua (...).

14) (p.145) O artigo da lingüista Graciela Elisedo, inserido no livro supra, trata do falar em Rivera e desenha cenários futuros.

En efecto: de acuerdo con los datos con que contamos, se ha desarrollado en RIVERA una forma oral “de contacto”, con marcada preponderancia del portugués. Dicha preponderancia sólo puede ser resultado, como dijimos, de factores extra lingüísticos, entre los que se habría que considerar como relevantes en este caso, una mayoría demográfica, sumada a una hegemonía económica (fuentes de trabajo, comercios, medios de comunicación de masas, etc.) del Brasil.

Ahora bien: se puede hacer una proyección teórica a respecto de tal estado de cosas, y sintetizarla, según nuestro interés, en dos posibilidades fundamentales.

1) La forma oral de contacto deviene dialecto propiamente dicho (lengua independiente); y en la medida en que se instale como lengua materna de ciertas capas sociales – es decir como medio privilegiado de comunicación y reproducción social de determinados grupos – se transforma en una nueva lengua “criolla” (créole), y tiende a reemplazar, progresivamente, a las dos lenguas impuestas en la comunidad bilingüe en cuestión. Toda lengua en estas condiciones, es, por supuesto, susceptible de extenderse, desarrollarse, enriquecerse, y pasar a todas las capas sociales de la comunidad, transformándola en unilingüe.

2) La hegemonía socio-cultural y económica de la lengua portuguesa se traduce en una “infiltración” cultural y por ende lingüística, inevitable e irreversible. Desde este punto de vista, la lengua portuguesa puede reemplazar al dialecto “de contacto” e incluso al español, en la zona, ampliando simplemente su área de dominación.

* Es muy clara esta RECOMENDACIÓN LINGÜÍSTICA: para un lingüista la lengua es ante todo un medio de comunicación, una herramienta (que puede servir aunque se le haya saltado la pintura o esté oxidada), que tiene una función determinada. Si esta función no está clara, la herramienta pierde vigencia. En el caso del español es necesario que aparezca para los riverenses como el ÚNICO MEDIO DE COMUNICAR CON OTROS (los demás uruguayos por ejemplo; o los hispanohablantes de cotidiana afluencia a ese lugar).[n.no original].

Na Confeitaria Metropolitana, onde se fabricam os postres Riveli (rótulo no apêndice E) foi adquirido um livro de poesia de Chito de Mello, autointitulado defensor do *bagazo*, ou seja, dos pobres e desqualificados da fronteira.

MELLO, Chito de. **Rompidioma**. Rivera: Aragó, 2005. 63 p.

15) (p.5)

"LA FRONTERA DE LA PAZ"

*Han apodáo a esta zona
Será porque las "persona"
Aquí no luchan jamás.*

*Ta "tudo bon" dicen muchos
Y se quedan bien "cayado"
Unos fuman, "importado"
Y otros ni siquiera puchos.*

*Rivera
Linda frontera
Para vivir
Soy uruguayo
que no me "cayo"
Y con "el bagayo"
He de subsistir.*

*Que somos todos iguales
Y 'hermanos', dicen los curas
Pero hasta en las sepulturas
Hay diferencias sociales.*

*Y aunque parezca que nó
"Me mamo" como un estanciero
Yo con un "Véio Barrero"
Y él con "guisque" de'l "frishó".*

Rivera... etc... etc...

Nesse poema o poeta popular Chito de Mello exemplifica tanto o *portunhol* quanto o senso comum fronteiriço, onde a diferença social aparece como mais relevante que a nacional e o contrabando como prática comum a todas classes sociais. Além disso, em "*La Frontera de la Paz*", questiona-se o sentido dessa expressão um pouco piegas ou grandiloqüente.

16) (p.15)

"ROMPIDIOMA"

A Jony de Mello

*Me han criticado
En varios "lado"
Porque he cantado
"Abrasileráo"
Que's "erejía"
Pronunciar "sía"
O que'n Bahia
Fuí "batizáo"
Querido hermano
Montevideano
No soy "bayano"*

"Tás engañáo"
Soy de Rivera
De la Frontera
Donde cualquiera
Habla entreveráo

Soy fronterizo
Medio mestizo
"Sin compromiso"
Desde gurí
Tengo "mi doma"
No canto "en broma"
Soy "rompidioma"
Y "no toy ni aí"

Si dices: "jónca",
"Talónpa, "bronca"
Y andas "en miónca"
De "sol a sol"
No hallo, "defeto"
Que algún sujeto
Diga: "epitétos"
En portuñol
Yo canto a todo
El que "de algún modo"
"Codo con codo"
Sabe luchar
Canto al obrero
Que'l año entero
Por "el puchero"
Va a trabajar

Soy fronterizo... etc... etc...

Con "Los Farrapo"
Iguals "trapos"
Hicimo "sapo"
A algún "imperial"
Y hoy esta herencia
De independencia
Nos da conciencia
Internacional
De "Livramento"
Copio su "asento"
Pero "no miento"
Mi credencial
Soy: de "La Sesta"
"Duro de cresta"
Producto désta
Banda Oriental

Soy... etc... etc...

Este es "el suelo"
De mis abuelos
Por eso es que lo...
... quiero nombrar
Tomo "una pura"
Por la cultura
Y "la mistura"

*Déste lugar
De “tanto en tanto”
Mi voz “levanto”
Con este canto
De integración
Buen “cashacero”
Y “bagayero”
De “profesión”*

Nesses versos, Chito de Mello usa freqüentemente o *alberre*, a inversão da ordem das sílabas (*alberre* = *al revés*); várias expressões do portunhol são empregadas para dar o efeito da linguagem fronteira. A ela associa-se a negação de um abasileiramento, acusação atribuída ao centro cultural e político, Montevidéu. Da mesma forma, assume um internacionalismo, a defesa do trabalhador e dos “vagabundo” (“guitarreiro, cachaceiro e contrabandista “profissional”). O estilo mostra sua hesitação no emprego excessivo de aspas.

17) (p.19)

NÁUN VÉIN QUE NÁUN TÉIN

A “Betito Araújo

*Muchos me dicen que yo soy “bayano”
Por “ese yeito” tan particular
De hablar que tengo, “aguántate” hermano
Que’n pocas “palavra”, te voy a explicar.*

*Soy de Rivera y soy “bién uruguayo”
No me cambiés “la nacionalidad”
No adulo “rico”, vivo de’l “bagayo”
Y canto mis “verso” por la libertad*

*No “tomo “Shôpe” ni ando “me gavando”
Como “esos fresco” en “La Sarandí”
Tomo “cashaza” y “toy namorando”
“conuna” “barbada” de “la Manduvi”*

*No “ando de farra” con los “estanciero”
Ellos, “que vayan a tomar n’el clú”
Que yo “me’mpedo” con; “los bagayero”
“Nún rancho” “cerquita” de’l Cuñapirú*

*Soy “rompidioma” mas no soy “lambeta”
Que’sto le quede ¡“bien claro” señor!
Si “toy pelado”, “caio ná pileta”
Y con “La Bagacera” es donde “toy” mejor*

No tomo... etc... etc.

Esses versos cansam por sua excessiva pontuação, mas são dignos de nota pela reivindicação da nacionalidade uruguaia, com liberdade de contrabando. Chito de Mello, em sua prática rompidioma, mistura maiúsculas e minúsculas, introduz o “sh” na língua portuguesa, troca b por v – como um hispanohablante – e não concorda em número artigos e substantivos.

18) (p. 53)

ESPLICACIÓN DE ALGUNAS PALAVRA Y DICHO QUE'STAN NE'STE LIVRITO

Aflôsha: aflojá, pará, "no jodas"
Albérrre: Al revés. Ej.: Casa = saca
Aparecer: sobresalir, "lucirse"
Bagayero: que "bagayéa" (quintero)
Bagáyo: pequeño contrabando
Barbada: mujer
Cabuloso: complicado, lleno de "no me toques"
Cashaza; aguardiente, caña brasilera
Duénre: enfermo
El bagazo: los amigos, el pueblo, "la bagacera"
Escuyambo: desorden, confusión
Feyáun: poroto
Fofquera: chismosa, enredadora
Frésco: que les gusta llamar la atención, "aparecer"
Fúmo: fuimos
Jodido: gran, grande "báita"
Linguísa: chorizo
Marímbo: barrilete con "roncador"
Místura: mezcla, entrevero
Muñata: boniato
Ônde: donde
Porquêra: algo mal hecho, sin valor
Quiría: quería
Rompidioma: que habla mal (riverense)
Rudía: rodilla
Sêmo: somos
Shôpe: chop, cerveza de 1 litro
Trushémo: trajimos
Yéito: modo, manera, forma

Esse glossário mostra que a obra de Chito de Mello, posiciona-se em prol do *bagazo* mas continua desejando tradução. As declarações de solidariedade política com esse grupo (*el bagazo*, que supomos ser tanto a chusma, o populacho como o bando de amigos, a rede pessoal do autor) mostram uma identidade forte. Há um conflito incompleto com a posição da lingüista (apresentada no item 16): por uma lado há divergência quanto à importância de preservar a integridade da língua espanhola, por outro há consenso quanto à importância manutenção da nacionalidade uruguaia.

Em Paso de los Libres, visitei a Biblioteca Popular Sarmiento, onde tive acesso a outras obras, em edições muito mais precárias do que as encontradas em Livramento e Rivera. De novo o interesse era buscar as “estampas locais”.

LOETTI, Rubén. **La pluma y el sentimiento.**

Livro de crônicas centradas em personagens locais de Paso de los Libres. Listamos as que seguem.

19) (p.37)

EL INDIO SILVA – EL INDIO DE YAPEYÚ

Como todo pueblo de frontera, el comercio internacional era muy fluido y por lo tanto, era visitado por gente de variadas clases, mansas y peligrosas, que llegaban a Yapeyú con el propósito de comerciar, pero como casi todos los viajeros andaban “calzados” con una “cuarenta y trapo”, porque llevaban plata encima, se armaba cada trifulca con las autoridades, de Dios y Maria Santísima.

Las mercaderías arribaban siempre por el río, en gigantescas balsas de 40 ó 50 metros de largo. También lo hacían por chalanas, botes y toda clase de embarcaciones, generalmente guiadas por brasileños de torsos desnudos, bombachas gauchas y chancletas. Los negocios se realizaban cara a cara y sin papel, a la vera del río. Todo de palabra, “meta y ponga”.(...)

(p.38) *“Fue dueño de dos animales muy especiales; de una yegua, que cuando tenía hambre, pasaba a nado el Río Uruguay para comer pastos en San Marcos, Brasil, y de un perro, que entendía solo el idioma portugués. Si lo llamaban en castellano, no hacía caso.*

Cena que se passa no imediato pós-guerra.

20) (p.45)

ERNESTINA ARANDA – DE PROFESIÓN “BOLICHERA”

Doña Ernestina, es una antigua vecina de Paso de los Libres, que en su juventud, tuvo que tirar su vergüenza a la calle y caminar por ella, para conseguir el pan que alimente sus hijos.

Comenzó comprando harina, grasa, aceite y jabón, para ir a vender a Uruguayana. Pero primero había que pasar la frontera y el río Uruguay, para después conseguir el cliente en Brasil, cosa que no era nada sencillo. Además había que luchar contra otros elementos como: la lluvia, el calor y el frío.

El primero problema a superar, era la aduana; después aparecía otro escollo; donde vender la mercadería “exportada”, y antes que llegue la noche. Entonces no quedaba otra, que salir a ofrecer los productos puerta por puerta por todo el pueblo de Uruguayana, con el peligro cierto que algún brasilero la asaltare y la dejare sin nada.

Pero allí no terminaba la operación, después de comerciar los productos argentinos en Uruguayana, con esa misma plata había que comprar los productos brasileños, como el azúcar, la carne y el café, para traer a vender en Paso de los Libres.

Todo ese trámite, llevaba la mayor parte del día, y para que “La Calesita” le dejara la ganancia suficiente, era necesario hacer la vuelta completa. Entonces, otro elemento importante entraba a tallar en el camino de las “bolicheras”; la noche.

Y la noche siempre era peligrosa, mas cuando había que “gatear” por el paso, mojándose en el rocío, donde se podía apretar con la mano una víbora o una araña.

(p.46)

A veces había días que “la guardia estaba linda”. En la jerga “bolichera”, significaba que la revisión era “bastante liviana”, entonces se podía llegar a realizar tres o cuatro viajes entre el amanecer y el atardecer.

Las “bolicheras” o “pasadoras”, eran una casta de ciudadanas que se sentían discriminadas, por el hecho de realizar el contrabando “hormiga” y su delito consistía en no pagar impuestos, para que le quede “algo de plata” para poder dar algo de comer a sus hijos. Lo extraño era que, os que las discriminaban, eran las mismas personas que le compraban las mercaderías por las que ellas eran infractoras.

Doña Ernestina, fue una de esas sacrificadas mujeres “bolicheras”, que ejercían esa tarea, empujadas por la necesidad. Por otra parte, era una actividad muy dura, dado que se pasaban la jornada entera disparando con sus pesadas cargas por las dos orillas del Río Uruguay. La brasilera y la argentina.

Siempre con los nervios de punta, siempre expectante, esas mujeres “bolicheras” se pasaban esperando un descuido de las autoridades, para “colarse” o escaparse del control. Ya sea bajo la lluvia o bajo el sol y con hambre mordiéndole la panza, porque casi nunca tenían tiempo suficiente para comer.

El ingenio, en algún momento, era necesario tener; la audacia, en todo momento. Algunas mercaderías eran más fáciles de disimular, como la harina, que adoptaba la forma del cuerpo. Otras, en cambio, eran envasadas en francos de vidrio como el Nescafé, eran mucho más incómodas para transportar. **Doña Ernestina** y sus compañeras, usaban amplios calzones confeccionados con bolsas de harina o azúcar, con muchos bolsillos, donde acondicionaban una cantidad importante de mercaderías. Todo disimulado bajo enormes polleras acampanadas.

Muchas veces eran rechazadas al ingresar y con todo ese cargamento volvían hasta la orilla donde empezaba el Puente Internacional, para descolgarse a la playa, desde una altura de varios metros, e intentar entrar en la ciudad por la Laguna Mansa o el Parque de Vialidad.

Si las sorprendía la noche, chapaleaban barro bordeando el monte y el río, y a veces, conseguían entrar a Libres por atrás de la Radio LT-12, cuando estaba en el lugar que hoy ocupa la Terminal de Ómnibus.

La “bolichera”, es una figura que hoy casi ya no existe. **Doña Ernestina Aranda**, está retirada de esa actividad, pero fue una mujer que se sintió discriminada por practicar el “contrabando hormiga”. Pero ¿quién discrimina al que practica el “contrabando elefante”?..

Ahora yo pregunto, ¿el que compra a una “bolichera” que hace “contrabando hormiga”, no es solidariamente responsable?..

El que nunca endulzó con azúcar brasileña, que tire la primera piedra.

21) (p.65) LA CHULA – UNA MUJER QUE HIZO PATRIA A SU MANERA

Era uma prostituta que trabalhava num rancho na beira do rio Uruguai, e que organizava a clientela – militares das guarnições fronteiriças – segundo os gêneros alimentícios – muitas vezes de contrabando – com que lhe pagariam.

22) (p. 83) LA CASA DE LOS MONTERO – EL REFUGIO DE LOS NECESITADOS

Nesta casa dava-se comida, guarida e conselho aos necessitados. Era também um lugar de importância política, pois todos por ali passavam. Doña Victoria Montero era uma espécie de Evita local, ou de Madre Teresa.

23) (p.87)

LOS “PESCADITOS” – UNA FAMILIA DE LA ORILLA DEL ARROYO YATAY

Los “Pescaditos”, fue el nombre que se le dio a una numerosa familia de color de Paso de los Libres, que vivó, se multiplicó y desarrolló su actividad, en las orillas del arroyo Yatay.” Vieram para Libres na expectativa de trabalho farto ligado à construção da Ponte Internacional.

Allí, algunos de ellos, tuvieron la posibilidad de ganarse la vida, como aguateros, una figura ya desaparecida, que antiguamente, recorría todas las grandes construcciones, con un balde de agua y un jarro de aluminio, para dar de beber a los obreros. (...)

Terminado el puente, “los Pescaditos” se trasladaron al borde del arroyo Yatay y empezaron a levantar sus casitas de paja y barro, formando un pequeño villorrio. Se dedicaron a la caza y la pesca para subsistir y ya nunca más abandonaron esos lugares, ni esa manera de hacerse la comida de todos los días. En alguna oportunidad, los hombres fabricaron ladrillos y las mujeres, hicieron de “bolicheras”, pero eso nunca fue su fuerte.

24) (p.133)

MARCOS GREGORIO MURILLO – ADUANERO – EL TERROR DE LOS “PASADORES”

Cuentan os viejos habitantes del pueblo, que Marcos Gregorio Murillo, fue un agente aduanero, que dejó su marca en a historia de Paso de los Libres y hoy es considerado un verdadero personaje.

Llegó a nuestro pueblo procedente de Gualaguaychú, integrando el cuerpo de guardacostas (policía aduanera), cuando el Puente Internacional aún no existía.

En el lugar, que en la actualidad está Prefectura, funcionaba el puerto. La aduana, desarrollaba su actividad, en una casilla de madera que estaba plantada en la curva del paredón, cerca de un centenario árbol de mora blanca, que brindaba sombra a los que allí trabajaban. El Río de los Pájaros, era la ruta azul de las distintas jangadas de tablones y rollizos, que llegaban a la desembocadura del Arroyo Yatay, donde los aduaneros verificaban, y los camiones de Juan Antonio Danuzzo y el “Nene” Niveyro, acarreaban para el aserradero de Osvaldo Padoan.

El guardacostas Murillo, recorría la zona a caballo persiguiendo contrabandistas y luciendo su uniforme marrón terroso, que se componía de: gorra con visera, chaquetilla, brech (pantalón ajustado, como los que usaban los policías de Canadá), botas negras de caña alta y polainas grises.

Quando se inauguró el Puente Internaciona, Marcos Gregorio Murillo pasó a integrar el cuerpo de aduaneros que operaba bajo el alero, por donde pasaban como hormigas, los vecinos de Libres y Uruguayana. En ese lugar, este agente del estado, empezó a escribir su propia historia, con hechos que lo llevó a convertirse en una figura destacada, que aún muchos libreños recuerdan.

(p.134)

Siempre manifestó que para él, no existía “hijos ni entenados”, y hay quienes aseguran que no tenía amigos; apenas conocidos o

compañeros. Cuando estaba en función, se transformaba y cumplía su función a rajatabla, así se tratara de un pariente cercano, un humilde "pasador" o un funcionario de alto rango.

Aún hoy, se siguen contando historias, nacidas por su proceder bajo el alero de la aduana. Para los bien nacidos, el guarda Murillo era un celoso guardián de la renta fiscal; para el resto, fue un agente sin escrúpulo.

No solo los "Pasadores" argentinos lo sufrieron a Murillo, también los porteños y turistas de distintos países, y por supuesto, os vecinos de Uruguayaza, tal es así, que la prensa brasilera, a grandes titulares, lo llamaban "la mosca blanca", por no decirle "la oveja negra" de los aduaneros argentinos. Otro periódico de tirada nacional, lo bautizó "El Cachorro da Ponte", o sea "El Perro del puente".

En esa época, el actor y director argentino, Hugo del Carril, hacía sucesos en el país con una película titulada "El Último Perro". Cuando esta obra llegó al Cine Teatro Opera de Paso de los Libres, alguien, con pintura y pincel, deformó las carteleras que promocionaban la cinta, de modo que el título, quedara de la siguiente manera: "Murillo, El Último Perro".

Contrariando con aquel apelativo, este singular guarda aduanero, siempre conseguía que los alimentos secuestrados, sean donados al Hospital "San José" y al Colegio de las Hermanas.

Muchos comerciantes argentinos también "aportaron" lo suyo. Cada vez que llegaba una inspección del estado, se acercaban a la aduana a pedir el traslado del guarda Murillo. Nunca lo consiguieron, al contrario, puesto que a su legajo, fue incorporada las felicitaciones del Presidente Péron, por "excelente desempeño de sus funciones".

Murillo desarrollaba muchas técnicas para atrapar contrabandistas. Dicen que con un alambre, golpeaba los tanques de los automóviles para saber se venían vacíos o con "algo" adentro. Con el nudillo tocaba las puertas, y si el sonido no le gustaba, la hacía desarmar. Se fijaba en os bulones o tuercas, si estaban "movidos", y si la soldadura era reciente. Aseguran que para esas cosas tenía un ojo mágico o clínico.

Por ese entonces, la aduana de Paso de los Libres, ya se perfilaba para ser una de las más importantes de Sudamérica, pero eran muy pocos los que se daban cuenta. Yo conocí a muchos de os aduaneros que hicieron su carearen la institución, como Rafael Acosta Camara, el "Negro" Herrera, Torcuato Queirolo, Isidoro Salinas, Ramón da Silva, el "Negro" Aroma, Edmundo Castillo, y tres mujeres "bien toras": Secundina Biassini, la famosa Miguel Bonpland y doña Laura Plazaola.

(p.136)

Después cambiaron os tiempos y las aduanas fueron otras, muy distintas a

las que pregona nuestra Constitución. Los hombres fueron pasando y las aduanas siguieron quedando; con otras tecnologías, otras normas, otros códigos, que terminaron dejándonos otro país.

Las historias de don Marcos Gregorio Murillo, "El Cachorro da Ponte", o "El Último Perro", seguirán por siempre, de generación en generación, hayan sido ciertas o pocas creíbles.

Os dois poemas abaixo pertencem ao cancionero da fronteira e freqüentam o imaginário da região e foram citados por vários informantes. Ambos coincidem no movimento de folclorizar o contrabando e de justificá-lo como uma estratégia de sobrevivência.

RILLO, Aparício Silva. **Contrabando.**

25)

*Vai o barco de farinha
cruzando o velho Uruguai.
Vaqueano dessas cruzadas
vem na popa um índio moço
manejando o varejão.*

*Vem atento e vem pensando:
Vou deixar do contrabando,
não e vida pra um cristão.
Hoje eu vim porque o menino
deu sumiço na chupeta
e aquele piá trompeta
saiu louco de chorão...*

*Sorri o moço da popa
porque no bolso da roupa
traz o bico pro piá.*

*Ouve um tiro, de repente,
vindo da banda de lá!
Foi o tiro de sinal.*

*Já no mais o tiroteio
se acendeu no macegal,
pipocando seco e feio*

*como entrechoque de guampas
no entrevero do rodeio
no dia em que se dá sal.*

*Mala suerte!
O barco vinha chegando,
e a carga do contrabando
com mais dez braças de rio,
tinha subido a picada,
da picada pra carreta,
e daí pro caminhão.*

*Ouve um grito de: - Lã fresca,
o Nico se lastimou!
Mas ninguém botou tenência
no sentido deste grito,
porque a coisa vinha preta
sob o tendal de balaços
que a guarda ajena estendeu.*

*Cada bala que cruzava
debochava de assobio!*

*Quando o barco deu no porto
no lado de cá do rio,
o pessoal ganhou o mato,
na picada se sumiu.
O barco ficou sozinho
na madrugada e no rio.*

*Digo mal: ficou o Nico
sobre um saco de farinha
que um balaço espedaçou.
Tinha um lenço maragato
na brancura da farinha
onde o índio se apoiou.*

*Foi quando a manhã surgiu,
mostrando o sangue do Nico
pingando dentro do rio ...*

*Menino, cala esta boca,
não demora chega o Nico,
vai-te trazer outro bico
que é pra tu não chorar mais.*

*Veio a manhã, veio a tarde,
veio a boieira luzir.
Veio a noite grande e morta,
A china veio pra porta,
E nada do Nico vir!*

*Veio um dia,
mais um dia,
veio outro dia depois*

*Ao pé de uma lamparina
vela em silencio uma china
que de chorar se cansou.*

*Numa cama de pelego
choramíngua sem sossego
um piázito babão.*

*Choramíngua! Choramíngua!
... porque o pai não trouxe o bico,
e o que tinha se extraviou ...*

CASTILLO, Osiris Rodríguez. Camino de los quileros . 1963.

26)

*Hay un camino en mi tierra
del pobre que va por pan,
camino de los quileros
por la sierra de Aceguá.
Tal vez, sin ser tan baqueano
cualquiera lo ha de encontrar,
pues tiene el pecho de piedra
pero el corazón de pan.*

Gurisit'e pierna flaca

*Barriguita de melón
Donde hay tanta vaca gorda
No hay ni charque para vos.
Tu bisabuelo hizo patria,
tu abuelo fue servidor,
tu padre carneó una oveja
y está preso por ladrón.*

*Toma café con fariña
y andá guapeando por ahí.
Mañana mate cocido;
pasado, Dios proveerá.
Mañana busco el camino
del pobre que va por pan
Si no me para una bala
pasando te traigo más.*

*Yerba, caña, rapadura,
un rollo'e naco, nomás;
los pobres contrabandeamos
a gatas pa' remediar.
¡Que gaucho es el tal camino!
Pero duro de pelar.
Camino de los quileros
por la Sierra de Aceguá.*

Contrabando, de A.S. Rillo repete o motivo declinado em **Contrabandista**, de João Simões Lopes Netto, representando o contrabandista como uma pessoa dedicada à família.